

LÍNIVE DE ALBUQUERQUE CORREA

**GRUPO CORREIO DO ESTADO, DE JORNAL A
CONGLOMERADO MUDIÁTICO (1954 – 1980)**

ASSIS

2018

LÍNIVE DE ALBUQUERQUE CORREA

**GRUPO CORREIO DO ESTADO, DE JORNAL A
CONGLOMERADO MIDIÁTICO (1954 – 1980)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto.

Bolsista: CAPES.

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

C824g Correa, Línive de Albuquerque
 Grupo Correio do Estado, de jornal a conglome-
 rado midiático (1954 - 1980) / Línive de Albuquerque Cor-
 rea. Assis, 2018.
 304 f. : il.

 Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
 de Assis – Universidade Estadual Paulista.
 Orientador: Dr. Áureo Busetto

 1. Correio do Estado (Jornal). 2. Imprensa - Mato Grosso
 do Sul. 3. Mato Grosso do Sul - História. 4. Jornalismo. 5. Co-
 municação. I. Título.

CDD 070



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO: GRUPO CORREIO DO ESTADO DE JORNAL A CONGLOMERADO MIDIÁTICO (1954-1980)

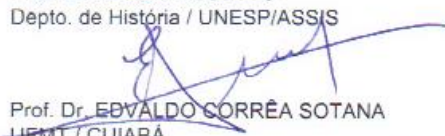
AUTORA: LÍNIVE DE ALBUQUERQUE CORREA

ORIENTADOR: AUREO BUSETTO

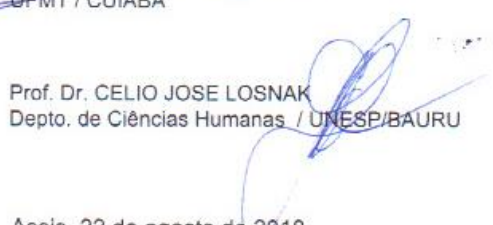
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em HISTÓRIA, área:
HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. AUREO BUSETTO
Depto. de História / UNESP/ASSIS



Prof. Dr. EDVALDO CORRÊA SOTANA
UFMT / CUIABÁ



Prof. Dr. CELIO JOSE LOSNAK
Depto. de Ciências Humanas / UNESP/BAURU

Assis, 22 de agosto de 2018.

*Ao meu pai Agenor,
principal ouvinte e incentivador
das minhas Histórias.*

Soli Deo Gloria!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus do amor, graça e bondade, ao Deus de justiça e paz que a cada novo dia me acrescenta motivos para agradecer. Agradeço ao Filho do Seu Amor, Jesus autor e consumidor da minha fé, pois sem Ele nada do que foi feito se fez. Sou grata pela cruz! Ah, se não fora Deus quem estivesse ao meu lado...

Agradeço aos meus pais, Agenor Martinho e Maria Luiza Correa, apoiadores incondicionais que se esforçaram muito para que a minha jornada pudesse ser realizada. Obrigada por tudo o que sacrificaram por mim, o nome, o sangue e o amor de vocês está em tudo. Meus irmãos Marcus Vinícius, Ariele e César Murilo obrigada pelo incentivo gratuito, inspiração, ajuda e compreensão em todas as etapas desse meu/nosso caminho, equiparar-me às suas conquistas é o meu desafio, vocês são o meu orgulho. A Ariele e Fernando agradeço por Matheus, amor da tia, presente que trouxe sorrisos nos dias nublados. Meus primos irmãos Raissa, Kalebe e Fernando, sem vocês as tantas idas e voltas seriam praticamente impossíveis, obrigada por nunca se negarem a me ajudar, pelas portas abertas e provisões compartilhadas. Agradeço ainda por Rafaela, minha recompensa de fim de prova, princesa que nos alegra.

Agradeço à Tia Josefa que, infelizmente, não o saberá, agradeço por doar a nós a sua vida, sua saúde e seu coração. Deus foi muito bom conosco ao nos permitir tê-la como avó, sempre disposta a ajudar e cuidar, todas as nossas conquistas têm um pedaço seu que tão amorosamente amparava nossas idas e expectava por nossos retornos.

Aos meus amigos, não vejo em mim qualidades que justifiquem tanto amor, fidelidade e cuidado, Deus é bom e prova a sua bondade também através da vida de vocês. Obrigada por se deixarem usar como canal de Deus na minha vida, ao "Pra Sempre" – Christian Gonçalves, Deliony Magalhães, Vinny Correa, Mizael, Zuleida, Wilquer, Fabrício e Rainne Quadros e Walberth Correia - agradeço pelo sustento, paciência, risadas e intercessão, pelas mãos estendidas e joelhos dobrados em meu favor, as conquistas são sempre nossas. Obrigada por comigo dividirem o fardo, por sua prontidão e amor, por serem amigos nos bons e maus dias, vocês são benção e nós somos pra sempre!

Aos amigos de longe que numa escolha de amor constantemente se esforçam para se fazerem perto e me trazerem sorrisos. Pedro Budny, obrigada pelas canções/inspirações que tanto ajudaram até aqui, obrigada por ouvir, responder e por não se omitir, olha só aonde chegamos, Deus é mesmo muito bom. Robert (Bobby) Holdbrook, que grata surpresa você

tem se revelado, Deus escolheu um ótimo momento para me presentear com um amigo britânico. Obrigada por toda ajuda, pelas traduções, por contar as páginas comigo, por torcer e se alegrar com as pequenas vitórias de cada dia. Meninos, sou grata pelas orações e palavras de apoio, pelo amor que circunda cada ação, obrigada por me provarem que a amizade realmente não conhece fronteiras, vocês são benção na minha vida!

Aos amigos que Assis me deu... Como eu teria sobrevivido sem vocês? Caio Blóis e Ynayan Lyra, tê-los em minha vida é o maior presente desse tempo de mestrado, obrigada por todo cuidado e abnegação que demonstraram em meu favor, obrigada pelos abraços em cada reencontro, pela sempre tão gentil hospitalidade, pelos favores imerecidos, pelas risadas e histórias que construímos. Assis só fez sentido junto de vocês!

Aos meus pastores Mauro Luiz e Aline Ligiane, meus maiores intercessores, exemplo vivo do caráter de Cristo, à minha igreja a Primeira Igreja Batista de Aquidauana (PIBAUA), minha casa e à Fraternus, a célula em que o Senhor me plantou, obrigada por serem expressão do amor de Deus e por fazerem prazerosos todos os retornos ao lar.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Campo Grande, praticamente minha casa por pouco mais de sete meses. Davi, Irina, Janice (in memória), João Garcia, Márcia, Val, Rita de Cássia e Vitorina, obrigada por facilitarem meu trabalho e amenizarem o peso dos dias. Sem o apoio e a presteza de vocês esta pesquisa não se realizaria.

Agradeço ao jornal *Correio do Estado* que nas pessoas de Vilma Gutierrez Leite e Esther Figueiredo, gentilmente me autorizou a pesquisa em seu sistema de arquivamento digital facilitando, agilizando e possibilitando em muito a confecção deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Áureo Busetto, agradeço as tão acuradas e pontuais orientações e correções. Seu conhecimento e sabedoria influíram sobre o que há de melhor nesta dissertação.

Aos professores componentes das bancas examinadoras, tanto na qualificação quanto na defesa final, minha gratidão pela prontidão em aceitar o convite e por não se furtarem a colaborar para que este trabalho pudesse se encaminhar da melhor maneira possível. Obrigada por compartilharem seu conhecimento e enriquecerem nossa produção. De forma especial, devoto ainda a minha gratidão ao professor Edvaldo Sotana, sempre pronto a ajudar e acrescentar em minha jornada acadêmica, muito obrigada, mestre!

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, possibilitando a realização plena de todas as atividades relativas ao desenvolvimento deste trabalho.

*“A realidade é que a paz e a guerra não são feitas pelo jornal.
Nenhum jornal tem força para mudar, por si mesmo, a sorte de um povo,
em que pesem as hipérboles com que se costuma engrandecer
nos discursos de sobremesa, o papel da imprensa.
Evitemos exagerar a capacidade de bem fazer do jornalismo.
[...]. A imprensa é obra de homens, não de anjos.
Um jornal pode ser porta-estandarte de uma ideia; pode ser o arauto de notícias úteis
para que o público faça seu próprio juízo sobre os fatos de interesse geral;
mas tem de ser, ao mesmo tempo, uma empresa comercial.
Eis o fundo da questão. Por mais nobre, por mais admirável
que seja o espírito público de um diretor de jornal,
tem ele de pagar tributo, primeiro à própria condição humana,
depois, à fatalidade de organizar e gerir uma empresa mercantil.
De qualquer modo, o jornal reflete o seu tempo.
Excertos de uma conferência pronunciada por Danton Jobim”.*
(Correio do Estado, 16 jan. 1971, p. 2).

CORREA, Línive de Albuquerque. **Grupo Correio do Estado de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)**. 2018 304f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

RESUMO

O jornal *Correio do Estado* de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, fundado em 1954, revelou-se já desde o seu primeiro número, em muitos aspectos, como um órgão fruto de seu tempo. Os anos de 1950, no Brasil, são marco da ascensão do capitalismo industrial e financeiro que possibilitou a estruturação de parques gráficos e emissoras de rádio e televisão, período nacionalmente reconhecido como “era moderna” da imprensa brasileira, no entanto, esta não se fez sentir da mesma maneira nos diversos rincões do país. Assim, o *Correio do Estado*, fonte e objeto da presente dissertação, constitui-se como representante da chamada “imprensa do interior” que possui facetas diferentes da “grande imprensa”. O periódico será o carro-chefe do conglomerado midiático homônimo localizado no interior do país, a fim de estudar os desdobramentos deste, propôs-se um recorte temporal que abarca o período compreendido entre 1954 e 1980, isto é, do momento de fundação do jornal, enfatizando a compra do mesmo por José Barbosa Rodrigues, contemplando a concessão das rádios Cultura e Canarinho até a inauguração da TV Campo Grande, configurando o alcance do grupo que atingia todas as mídias disponíveis. Propõe-se, portanto, a promoção de uma análise histórica da formação e primeiros desenvolvimentos do Grupo Correio do Estado, primando-se pelos registros deixados pelo jornal de suas principais ações no campo midiático regional, e nos campos político e econômico, perpassando por temas como a criação do Estado do Mato Grosso do Sul e a política nacional. Historiar a trajetória do *Correio do Estado*, que permanece como um objeto pouco explorado na área da História, permitiu o levantamento de dados capazes de sustentar a hipótese, inicialmente lançada, de que o grupo comunicacional portou-se, no período compreendido por esta dissertação, como um instrumento de proselitismo político, responsável por dominar boa parte da difusão de informação e da formação de opiniões nas regiões abrangidas por este que foi o maior órgão da imprensa estadual dos “dois Mato Grosso”.

Palavras-chave: Jornal *Correio do Estado*. Imprensa do Mato Grosso do Sul. Divisão do Mato Grosso. Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão. Política sul-mato-grossense.

CORREA, Línive de Albuquerque. **Correio do Estado group. From a jornal to a media conglomerate (1954-1980)**. 2018 304f. Dissertation (Masters in History) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

ABSTRACT

The journal *Correio do Estado* of Campo Grande in Mato Grosso do Sul was founded in 1954. From the very first issue, it revealed itself in many ways, to be highly representative of its time. In Brazil, the 1950s were marked by the ascension of industrial capitalism and finance, which facilitated the structuring of ‘printing parks’, amalgamations of press companies. Together with similar re-organizations in the radio and television industries, this period became nationally recognized as ‘the modern era’ of Brazilian press. However, there was disparity in the modernization process in different parts of the country. As such, *Correio do Estado*, the source and object of this dissertation, became an example of so-called ‘provincial press’ which possessed distinctive features from the ‘Big Press’. The journal would go on to prove itself as the vehicle of growth for the conglomerate that would become synonymous with media in the country’s interior. In order to explore these developments, this piece will provide a temporal record of the period between 1954 and 1980. This period, encompassing the Journal’s foundation up until the inauguration of TV *Campo Grande*, encompasses events such as the group’s purchase by José Barbosa Rodrigues, and the conception of the two radio stations, *Cultura* and *Canarinho*. As a result, the journey through time follows the diversification of the group into the major media areas of the industry, highlighting its range. This piece therefore aims to provide a historical analysis of the formation and initial developments of the *Correio do Estado* group. Primed with the registries kept by the journal from the start of its activity in the field of regional media, and in fields such as politics and economics, this piece uncovers themes such as the creation of Mato Grosso do Sul state and other national political events. Charting the history of *Correio do Estado*, which has received limited attention from a historical perspective facilitated the pooling of data to support the hypothesis initially proposed in this piece. Namely, across the time-period investigated, the media group behaved as a tool for political proselytism. The group’s dominance in the dissemination of information allowed it to influence opinions in the regions it covered, making it a major arm of the State Press controlled by the “two Mato Grosso”.

Key-words: *Correio do Estado* Journal. Mato Grosso do Sul Press. Mato Grosso do Sul Journal. Division of Mato Grosso. Midwest Radio and Television network. Mato Grosso do Sul politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Primeira página da edição inaugural do <i>Correio do Estado</i>	31
Imagem 2: <i>J. Barbosa Rodrigues Nosso Redator Chefe</i>	63
Imagem 3: J. Barbosa Rodrigues e Jânio Quadros – set./1959	92
Imagem 4: “Este é o Coringão... Gente!” Charge – Pedrossin, por Padilha.....	198
Imagem 5: “Não pode! Não pode! NÃO!” Charge – Garcia Neto, por Padilha.....	198
Imagem 6: Barbosa Rodrigues, José Fragelli e Filinto Muller – Irmanados pela conjuntura	228
Imagem 7: A sede da Rádio Cultura, ao lado, a sede provisória das oficinas do CE, 1978	262
Imagem 8: Logos da Rádio Canarinho e da TV Campo Grande, integrantes da RECORTTEL	282

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADESG - Associações dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra

A.J.H.R – Antônio João Hugo Rodrigues

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CE – *Correio do Estado*

CG – Campo Grande

CME – Companhia Matogrossense de Eletricidade

DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações

DS – *Diário da Serra*

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul

JB – *Jornal do Brasil*

JC – *Jornal do Comércio*

J.M.H.R. – José Maria Hugo Rodrigues

JQ – Jânio Quadros

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDM – Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

MTS – Mato Grosso do Sul

OEMT – *O Estado de Mato Grosso*

OESP – *O Estado de S. Paulo*

OM – *O Matogrossense*

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Partido Social Progressista

RC – Rádio Cultura

RECORTEL – Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão

TV CG – TV Campo Grande

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 Capítulo 1 – O Fio e as Tramas	 31
1. 1 – No início, o jornal: <i>Correio do Estado</i> , a folha da UDN	31
1. 2 – O “jornalismo do editor”: o <i>Correio do Estado</i> sob a direção de J. Barbosa Rodrigues	61
1. 3 – Ainda político: o <i>Correio do Estado</i> e a política local, regional e nacional	88
 Capítulo 2 – A Teia	 127
2. 1 – Principais campanhas esposadas pelo <i>Correio do Estado</i>	127
2. 2 – A trajetória divisionista do <i>Correio do Estado</i>	150
2. 3 – “Desta vez, a Divisão sai!”: Nasce o Mato Grosso do Sul, o novo Estado e a velha política (1975-1980)	176
 Capítulo 3 – O Todo	 215
3. 1 – Às Ondas do Rádio: O Jornal abre espaço à Radiodifusão	215
3. 2 – O plano de expansão: “A Maior Força Publicitária de Mato Grosso”	235
3. 3 – A TV no Jornal: O Conglomerado se completa	262
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 295
 FONTES E REFERÊNCIAS	 300

INTRODUÇÃO

No Brasil, após a consolidação da ferrovia nos anos 1920, assistiu-se ao incipiente desenvolvimento de um sistema rodoviário capaz de conectar as mais distantes regiões, estabelecendo novos padrões de produção e consumo, gerando demandas por eletrodomésticos, alimentos industrializados e produtos farmacêuticos. Progressivamente, os avanços tecnológicos seriam, igualmente, incorporados pelos meios de comunicação, transformando o ritmo da produção e veiculação de notícias (SOTANA, 2010, p.29, 47). A expansão da rede telegráfica mundial, bem como outras inovações, agilizariam a produção da informação, possibilitando a rápida circulação da notícia e oferecendo novas perspectivas para a imprensa (DE LUCA, 1999, p. 25;36). O telégrafo permitiria, ainda, o surgimento das grandes agências internacionais que distribuíam notícias de estilo mais neutro e imparcial a fim de atender a jornais e revistas de variadas tendências (RIBEIRO, 2003, p. 154). Inda outros acontecimentos impulsionariam o processo de modernização no Brasil durante os anos de 1940 e 1950. Entretanto, no que tange à imprensa, o fazer jornalístico deste período não representa uma ruptura radical, mas sim a consolidação das transformações sofridas já desde o início do século XX, quando a imprensa brasileira adota paulatinamente, “o modelo de imprensa-empresa, sobretudo aos moldes de sua congênere norte-americana” (BUSERO, 2008, p. 15).

Sob a influência cada vez maior dos Estados Unidos da América e de seu “*american way of life*”, a imprensa nacional adotaria o modelo de separação entre opinião e notícia, passando a vender-se como neutra e independente. Os anos de 1950, no Brasil, são marco de uma emergente ascensão do capitalismo industrial e financeiro, que favoreceu a estruturação da “base material da comunicação social (parques gráficos, emissoras de rádio, antenas de transmissão e as repetidoras [...])”, e viabilizou o surgimento de mediadores culturais nas mais variadas regiões do país (WAINBERG, 1998, p.143). Posto que as mudanças da imprensa, relacionadas tanto a técnicas de impressão quanto à forma e ao conteúdo, advêm e são determinadas pelas transformações da sociedade. De igual modo, as “relações arcaicas, políticas – muitas vezes baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios etc. -, em certa medida, financiaram a modernização da imprensa” brasileira (RIBEIRO, 2003, p. 157), dado que, conforme Busero (2008, p.9;19), o político “comunica-se com todos os outros setores e dimensões da atividade humana”, devendo a mídia ser “tratada como um

agente social que influencia e é influenciado pela estrutura e dinâmica do domínio da política”.

As experiências iniciais de radiodifusão no Brasil datam de fins do século XIX, porém, a primeira e efetiva transmissão oficial só ocorreria no país no ano de 1922 durante a Exposição Nacional em alusão ao Centenário da Independência. Após o término do evento, os aparelhos foram desmontados e devolvidos aos Estados Unidos. No ano seguinte, “pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”, seria inaugurada a primeira emissora oficial do país: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, lançada com um ideário unicamente cultural, nos moldes estabelecidos pelas congêneres europeias. Diferentemente dos meios escritos, os sistemas de rádio (e, posteriormente, televisão) sempre estiveram sujeitos a regulamentação que centraliza “nas mãos do governo tanto o poder de concessão dos canais de transmissão quanto a autorização para a irradiação de textos comerciais” (TEIXEIRA, 2015, p. 79-80) gerando, por conseguinte, uma dependência destes veículos ao poder central.

A “era da televisão” nacional teve início com a inauguração da TV Tupi de Assis Chateaubriand, em São Paulo, no ano de 1950, inaugurando-se, igualmente, o que se tornaria tendência no país, de donos de jornais (ou cadeias jornalísticas, como no caso de Chateaubriand) e de estações de rádio, expandirem seus domínios às emissoras de televisão. Ao final da década de 1950 já haveria 10 emissoras de televisão em funcionamento. Costa (2012, p. 155, 156) atribui a proliferação de estações televisivas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ao favorecimento político que ditou o ritmo das concessões sem a existência de um planejamento prévio, pois que, na ótica do então governante, “a instalação de novas emissoras de TV pelo país era um sinal de progresso e de modernidade alcançados por sua administração”. No entanto, segundo Martins e Luca (2006, p.12), os veículos impressos, a despeito da inserção do rádio na década de 1920/30 e do advento da televisão em 1950, manteriam sua influência sobre os assuntos políticos, destacando-se a mediação do contato entre líderes e suas bases, bem como o seu poder de interferir nos destinos do país.

Assim, em busca da impessoalidade do discurso, investe-se no ocultamento do sujeito em prol do uso obrigatório da terceira pessoa. Opinião e informação diferenciam-se editorial e graficamente, os textos passam a ser diretos e as metáforas, tão caras ao jornalismo-literário, são, praticamente, abolidas. A busca pelo estabelecimento do suposto caráter objetivo e informativo do jornalismo é consequência direta do crescente processo em busca de

autonomia com relação ao campo político e das condições empresariais a que se submeteram os órgãos de imprensa do período. A década de 1950 é, também, o momento de ampliação do periodismo nacional, onde jornais e revistas têm sua circulação expandida, concomitante ao surgimento de periódicos dos mais variados temas nacionais ou estrangeiros, especializados ou gerais. A competição pelo mercado se intensifica com o surgimento destes novos títulos, sobretudo pela inserção de periódicos norte-americanos. É o período de expansão do fotojornalismo e do crescimento abundante de propagandas, impulsionando o surgimento e manutenção de grandes conglomerados, o que coaduna com o aumento da disputa pelo mercado editorial.

Somam-se às transformações discursivas as inovações gráficas, determinadas pelo modelo norte-americano mais ordenado, passando os jornais a se utilizarem de recursos editoriais e formais, característicos das revistas. Segundo Ribeiro (2003, p.151), o valor estético assumido no período, tem como base o princípio da funcionalidade, tendo como requisitos a apresentação lógica, distribuição clara do material nas páginas, disposição racional e ordenação das notícias. É neste momento que nasce a caracterização da primeira página - ou capa, dos jornais como vitrines, onde manchetes, chamadas e resumos dos principais assuntos constituem um apanhado atraente de tudo o que se poderia encontrar no interior do jornal, passando a configurar o espaço mais importante e, conseqüentemente, mais caro de uma publicação. Contudo, segundo Sotana (2010, p.46), ainda que seja possível verificar transformações do *layout* das capas já nos anos 1950, a consolidação da primeira página como um “mosaico” para o qual convergem os principais assuntos das diversas seções do jornal, só ocorreria, de fato, a partir da década de 1960.

Os progressos técnicos exigem, como implicação natural, uma maior abertura para os anúncios publicitários que também contribuem com as novas feições da primeira página. Para Sotana (2010, p.52), a partir de 1951 os anúncios passam a ocupar diversos espaços. Num primeiro momento figuram em local próprio, delimitado para este fim - como as propagandas de móveis, eletrodomésticos e fábricas publicadas na última página dos jornais. Progressivamente, porém, houve uma expansão dos anunciantes, que passariam a figurar também na página de editoriais. Esta abertura a propagandas dos mais variados produtos como remédios, roupas, venda de tecidos e relógios exemplifica a ação tentacular da publicidade. Até o fim daquele ano, a publicidade interviria, igualmente, na primeira página com “anúncios de lojas de confecções e armarinhos, tintas, vernizes, relógios, filmes

fotográficos e aparelhos de TV – quase todos produtos de marcas internacionais”, interferindo de forma marcante na disposição dos conteúdos e estrutura das páginas dos periódicos.

Com a concorrência pelas verbas publicitárias estabelecida entre jornais, programas de rádio e revistas, os primeiros se empenhariam cada vez mais para captar as receitas provenientes da publicidade. Desta maneira, as propagandas eram responsáveis por mudanças rotineiras como “a diminuição do espaço na página inicial e o deslocamento das matérias, colunas fixas e artigos assinados para outras páginas” (idem, p.54). São as empresas publicitárias quem decidem em que meios efetivar seus investimentos em propaganda, prezando, logicamente, por aqueles que estabelecem maior alcance. Desta forma, a imprensa do período se submeteria à dependência de verbas publicitárias e de outros incentivos oficiais, a fim de conquistar maior autonomia com relação ao poder central. A publicidade, aliada aos avanços técnicos, influi também no surgimento de um novo conceito de fotojornalismo. As imagens são responsáveis por apresentar os rastros do novo ciclo de progresso pelo qual passa o país e, assim, as fotografias retratariam as transformações fruto da industrialização, tornando-se também fundamentais para a divulgação de bens de consumo coletivo (MARTIN, 2016, p.179).

As imagens deixariam de ser meramente ilustrativas transmutando-se em participantes do processo de informação. Conforme Melo (1994, p. 61) a fotografia faz as vezes da própria notícia quando o flagrante apreende uma “faceta privilegiada de um fato”, podendo ser também complemento das notícias através da associação de imagem e texto, ou ser ainda compreendida como reportagem “quando as imagens são suficientes para narrar os acontecimentos”. O retoque, antes obrigatório, é abandonado em detrimento desta nova abordagem menos invasiva, e que privilegia o instantâneo e o flagrante, revelando o “novo padrão estético” atrelado a clareza, objetividade, imparcialidade e verdade, padrão intrinsecamente relacionado ao conceito de lucro.

O uso inovador das fotografias interfere na escolha do público por determinado jornal, provocando o crescimento de vendas que, a partir da notoriedade alcançada pelo periódico, gera o conseqüente aumento de publicidade (MARTIN, 2016, p.179), caracterizando, mais uma vez, a já explicitada relação cíclica entre imprensa e propaganda. Por outro lado, aspectos para além das ideologias defendidas e das teias de relações em que se entrelaçavam os periódicos revelariam os limites da modernização da grande imprensa brasileira, pois, mesmo em meio aos progressos de forma e estrutura, a nova organização da primeira página permitia,

ainda, a leitura de matérias que, começadas nesta, eram interrompidas por falta de espaço, sendo concluídas em quaisquer outras páginas internas, por exemplo.

Faz-se mister salientar que a pretensa “adoção do modelo norte-americano de jornalismo, a constituição dos conglomerados de comunicação e a transformação da notícia em mercadoria” não seriam suficientes para retirar “dos jornais a condição de transmitir uma visão de mundo, vinculada a determinada posição política e social” (SOTANA, 2010, p. 29). Mesmo porque, conforme Marcondes Filho (1986, p.11) “o jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho”, constituindo-se “ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade”.

O jornalismo é um fenômeno universal com raízes europeias que, sofrendo a ação determinante das mais diversas circunstâncias históricas – políticas, culturais, sociais e econômicas; possui diferentes feições dentro do contexto global. Para Melo (1994, p.180-182), o jornalismo brasileiro constituiu-se a partir da absorção e ressignificação criativa de diversos modelos de imprensa, “morfologicamente distante dos padrões portugueses, [...] também não constitui uma cópia dos modelos franceses e norte-americanos (sem dúvida nossas maiores fontes de inspiração)”, de forma que os postulados da imprensa estadunidense adquiriram aqui feições próprias da realidade nacional. Assim, a partir do período delimitado, a adequação dos jornais brasileiros aos padrões norte-americanos significaria a paulatina inserção formal destes num contexto de modernidade (RIBEIRO, 2003, p.158), tendo como determinante dois principais movimentos socioculturais: a urbanização e a industrialização. Tem-se que, para além das transformações sofridas pela mensagem jornalística em decorrência das mutações “tecnológicas, que determinam as suas formas de expressão”, as alterações políticas e culturais também influem na medida em que provocam uma adequação do discurso da instituição à realidade de “cada país ou em cada universo geocultural” (MELO, 1994, p.37,38).

Os jornais da década de 1950, mesmo tendo passado por um processo de modernização, eram ainda “pequenos em termos de patrimônio líquido”, sem “condições para acumular capitais e autofinanciar o seu desenvolvimento”, de forma que o apoio de grupos políticos, quer situação, quer oposição, e financeiros, tais como os bancos estatais que se consolidaram no período, “era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade” (RIBEIRO, 2003,

p. 158). O discurso da independência total dos órgãos de imprensa é, portanto, mais uma das utopias do “universo do jornalismo” definido por Bourdieu (1997, p. 77) como “um campo, [...] que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência”, de forma que “o grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (idem, p. 103).

No entanto, ao tratarmos de uma evolução da mídia num país de dimensões continentais, notadamente o Brasil, é possível verificar a existência de especificidades regionais que influenciam de forma particular na produção e divulgação da notícia, bem como a existência de ritmos diversos na inserção e assimilação de novas técnicas e tecnologias dentro do campo midiático, posto que, mesmo possuindo características em comum, nem mesmo jornais e revistas de grande difusão podem ser tomados como produtos homogêneos, de forma que a chamada “era moderna” da imprensa brasileira, e/ou tampouco as chamadas era do rádio e da televisão, não se fizeram sentir da mesma maneira nos diversos rincões do país. Ao tomar o jornal *Correio do Estado* - carro-chefe de um grupo midiático situado no interior do Brasil, como fonte e objeto de pesquisa deste trabalho, entende-se a necessidade do estabelecimento e compreensão das particularidades advindas de sua geografia, organização empresarial, velocidade de acesso aos progressos tecnológicos, mudanças estruturais, relações sociais a que esteja vinculado, e as pressões a que possa estar submetido como representante de uma faceta da imprensa nacional, a imprensa do interior.

Arroladas as principais características da grande imprensa brasileira da década de 1950, apresenta-se, portanto, a “imprensa do interior”, cabendo, primeiramente, uma definição do próprio vocábulo “interior”. Destarte, recorreu-se às demarcações estabelecidas por Assis (2013, p.2) que limita o termo, mormente, com vistas à geografia: “parte de dentro, mas das unidades federativas [...], em cidades de médio e pequeno porte, em oposição às suas capitais e às cidades que integram as regiões metropolitanas. Logo, as localidades que não se caracterizam como grandes territórios urbanos”, incluindo-se também as áreas litorâneas e zonas de fronteiras entre estados ou nações. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se encaixam nesta definição por localizarem-se exatamente no interior do país, em oposição ao litoral, e também por não se constituírem de grande concentração populacional¹, por

¹ O Grupo Correio do Estado se localiza na cidade de Campo Grande, atual capital do estado de Mato Grosso do Sul, cidade por nós compreendida, a partir das definições explicitadas, como uma “capital do interior”. Cabe ressaltar que, ainda que nos valhamos da realidade do Mato Grosso uno para a maior parte deste trabalho, e que se reconheça a qualidade de Campo Grande como uma cidade em diversos aspectos (população, meios de

exemplo, de forma que o Grupo Correio do Estado pode ser definido como representante desta realidade. Entre os fatores atrelados ao cenário de interior, está o socioeconômico, que condiciona o fazer jornalístico a lógicas culturais, sociais e econômicas particulares.

Limitada pela própria geografia, uma imprensa que reproduza os padrões comuns aos grandes centros não será efetiva nas cidades do interior que vivem outro ritmo, “suas estruturas, suas rotinas, seus agendamentos, sua recepção e até mesmo os efeitos provocados pela informação de atualidade exibem, nesse âmbito, dinâmicas consideravelmente diferentes das identificadas em cenários nacional ou internacional” (ASSIS, 2013, p.2-3). Os limites territoriais estabelecem o âmbito de ação desta imprensa de interior, determinando, a partir do lócus de atuação (realidade em que se insere), a amplitude da cobertura, produção e divulgação das notícias. Outras condicionantes são o interesse do público, os conteúdos locais, o acesso aos progressos de ordem técnica, bem como às próprias informações e a estrutura organizacional das empresas jornalísticas. Fator que inspira destaque especial é o econômico, pois, diferentemente dos produtos da grande imprensa progressivamente financiados por verbas publicitárias, os veículos estabelecidos nas regiões do interior, em sua maioria, caminham com dificuldades de subsistência, justificando em muito o surgimento e a manutenção de alguns como órgãos de partido, o que os estabelece numa corrente contrária ao pretenso e gradual distanciamento da grande imprensa da dependência político/partidária, sobretudo na segunda metade do século XX.

Grande imprensa e imprensa do interior diferem, ainda, nos quesitos de circulação. A segunda se caracteriza como “pequena” ou no máximo “média” de acordo com o alcance de suas publicações, dadas a conhecer a partir de tiragens modestas, realizadas por equipes reduzidas e pouco especializadas para as mais diversas funções implicadas na atividade de imprensa, sendo muito comum a figura do “faz-tudo” e do jornalista forjado por meio da prática nas redações. Por vezes, mesmo uma publicação que alcance a casa dos milhares de edições continua sendo classificada como pequena ou média devido à localização dos municípios que atinge. No entanto, conforme pontua Assis (2013, p.6), não existe um único *modus operandi* para a imprensa do interior determinada pelas particularidades do seu campo de atuação.

comunicação e transporte, urbanização, etc.) à época, superior à sua capital, decidiu-se por, no entanto, sustentar esta definição de “imprensa do interior” a fim de reforçar suas limitações geográficas, econômicas e tecnológicas frente à veículos da grande imprensa localizados nos grandes centros do país.

Neste contexto, o “localismo” se destaca como característica dos jornais de interior, pois o leitor destes órgãos se interessa primeiramente pela dinâmica local e pelas ocorrências do cotidiano que o cerca. Em 1967, o *Correio do Estado* afirmaria sua preferência pelo noticiário regional, definindo-o como “o mais difícil, mas que melhor interessa à população matogrossense”². Por outro lado, o diário nunca abandonou de fato o noticiário nacional e internacional, acompanhando e divulgando pautas tais como política nacional; Guerra do Vietnã; corrida espacial; movimento dos direitos civis dos negros nos EUA; eleições presidenciais (sobretudo nas Américas); ascensão e morte dos Kennedy; legalização do divórcio; tendências da moda; copas do Mundo; artistas brasileiros e internacionais; progressos da Medicina mundial, etc. No nível das práticas, porém, as ordens políticas e econômicas são apontadas como principais motivações ao exercício da imprensa local, de forma que o interior desponta como atraente “nicho de mercado e o meio de comunicação como arma para assegurar a divulgação das posições político-ideológicas de grupos conservadores” (PERUZZO, 2013, p. 11).

Considerou-se importante fazer um recuo temporal mais extenso, ainda que de forma resumida, da história da imprensa no Mato Grosso com a intenção de apresentar as raízes e as características determinantes destes veículos em ambas as porções norte e sul do estado. Desta forma, tem-se que o atraso do surgimento da imprensa no estado do Mato Grosso, que é de 31 anos com relação à instalação da imprensa nacional, se justifica por meio da inexistência de uma comunidade urbana estruturada em Cuiabá que, ainda que capital da província desde 1835, contava no ano de 1839 – quando se deu a publicação do primeiro jornal do estado, o semanário *Themis Mattogrossense* - com uma população estimada de 12 mil habitantes (ZARAMELLA, 2004, p.9). O imperativo de implantação de uma tipografia na Província de Mato Grosso fora externado em 1937 como parte de um relatório presidencial, onde figurava como principal justificativa a necessidade de “publicidade dos atos das autoridades, que também dela dependem muitas vezes, para que bem possam corresponder a seus fins. Tal é uma das condições que as leis demandam: é justo, é mesmo indispensável fazê-las conhecidas, [...]”.³

A real intenção do primeiro órgão de imprensa no Mato Grosso era, portanto, dar projeção a publicações de caráter oficial e legal, ainda que instalada a partir de uma mobilização financeira da população cuiabana, a administração, bem como a seleção e a

² *Correio do Estado*, 8 jun. 1967, p. 1.

³ Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso, 1914 *apud* ZARAMELLA, 2004, p. 4.

divulgação dos conteúdos, contudo, permaneceriam a cargo da Assembleia Provincial. A porção sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, veria o surgimento da imprensa somente em fins da década de 1870 quando Corumbá, principal porto comercial do estado, vivendo dias de prosperidade após o término da Guerra do Paraguai, se torna palco do lançamento de alguns periódicos. Andrade (2016, p.2) aponta *O Iniciador*, de 1877, como tendo sido o primeiro jornal de Corumbá, Zaramella (2004, p.18,19) afirma, no entanto, que o jornal só fora criado em 1879, sendo, portanto, o terceiro jornal a circular na cidade já que, segundo a autora, outros dois periódicos foram lançados no ano de 1878, sendo eles os “jornais *A Opinião*, que se apresentava como periódico literário e noticioso, e *A Tesoura*, apresentando-se com completa neutralidade na luta dos partidos políticos.” As autoras concordam, porém, com a apresentação d’ *O Iniciador*, que se dizia um “jornal comercial, noticioso e literário”, composto a partir de material tipográfico adquirido em Assunção, no Paraguai (ANDRADE, 2016, p.9).

Para Andrade (2016, p.11-12), foi o sul quem “alavancou o desenvolvimento da imprensa em Mato Grosso, já que depois de Cuiabá, as cidades que despontaram no setor foram Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, todas do atual estado de Mato Grosso do Sul”. Muitos jornais deste primeiro ciclo da imprensa estadual nasceriam com a intenção de levantar bandeiras políticas, como o jornal *O Progressista*, de 1933, órgão do Partido Progressista em Mato Grosso; representativas como o *Sul* (1917), defensor dos interesses do Sul do Mato Grosso; de doutrinação institucional, a exemplo de *A Cruz* de 1910, folha católica da Liga Bom Jesus de Cuiabá; ou, ainda, como órgão a serviço de classes, como *O Corumbaense* (1881), defensor “dos interesses do comércio e da lavoura”.

José Barbosa Rodrigues, figura chave da presente dissertação, dedicava-se também à pesquisa, detendo-se, sobremaneira, na história de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul. Em seu livro denominado *O primeiro jornal de Campo Grande*, de 1989, aborda, de forma resumida, 38 títulos que circularam pelo município durante os 60 anos que se estendem de 1916 a 1976 - ano em que a obra foi escrita. Desta forma, o primeiro jornal da vila de Santo Antônio de Campo Grande da Vacaria, conforme registrado pelo autor, surge em 22 de junho de 1913 para um população de cerca de 2 mil habitantes. O idealizador do periódico, o advogado pernambucano Arlindo Gomes de Andrade, seria o primeiro juiz de direito e intendente da comarca. O jornal *O Estado de Matto Grosso* era fruto do desejo de Arlindo de Andrade de ver dissolvidas, além das próprias dificuldades internas, as dificuldades de comunicação da vila com as regiões vizinhas.

O jornal que, segundo Rodrigues, “foi recebido com entusiasmo pela população”, era produzido em papel *couchê* importado de Assunção (Paraguai), composto por quatro páginas - a primeira impressa com tinta dourada. Primeiro jornal tipograficamente impresso no estado, o periódico encerraria sua circulação em 1915, após assistir ao início da ferrovia na cidade de Campo Grande (RODRIGUES, 1989, p.12,13; 45). Dentre os títulos apresentados pelo autor, destacam-se dois principais jornais - para além do próprio *Correio do Estado* de 1954; o *Jornal do Comércio*, de 1921, e o jornal *O Matogrossense*, de 1944 que, além de sua importância como órgãos de representatividade na imprensa estadual, se relacionam diretamente ao nosso objeto de estudo, recebendo por isso atenção especial em momento oportuno. No entanto, apesar de possuir uma trajetória expressiva, a história da imprensa no Mato Grosso e/ou no Mato Grosso do Sul ainda se constitui num tema pouco pesquisado.

A pesquisa resultante nesta dissertação pautou-se pelo objetivo de analisar e compreender historicamente a trajetória do Grupo midiático *Correio do Estado* de Campo Grande, Mato Grosso do Sul - majoritariamente do jornal homônimo, bem como as relações política e economicamente estabelecidas por este, sem abandonar a trajetória de seus principais colaboradores, seus expedientes de produção, sua relação com os demais veículos de comunicação e a ideologia defendida pelo grupo ao longo dos anos. Nosso recorte temporal abarca o período compreendido entre 1954 e 1980, isto é, do momento de fundação do *Correio do Estado*, enfatizando sua compra por José Barbosa Rodrigues, até o pleno funcionamento da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão com a inauguração da TV Campo Grande, configurando o alcance do grupo que, a partir de então, atingia todas as mídias disponíveis à época. Desta forma, procedeu-se a historicização da trajetória do Grupo *Correio do Estado* - objeto inexplorado na área da História - enfocando, sobretudo, seu principal veículo, o jornal.

O estudo comparado de Jacques Wainberg (1997) sobre os Diários e Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand e a Hearst Corporation de William Randolph Hearst, serve de inspiração para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre um conglomerado midiático. Guardadas as devidas proporções, a pesquisa de Wainberg auxilia ao propor análises dos cenários econômico, político, psicossocial e jornalístico nos quais se inserem os grupos formados por ambos os empreendedores. De igual forma, o autor aponta ainda caminhos que justificam o alcance dos grupos através de aspectos que podem também ser verificados num grupo regional como as alianças empresariais e “a política de oportunidades, que permitirá a compra e lançamento de veículos; a [...] adoção de inovações tecnológicas na

implementação de novas mídias; [...], bem como a constituição de [...] seguidores-administradores que lhe [sirvam] os propósitos econômicos e políticos.” (WAINBERG, 1997, p. 73; 188; 279).

O Grupo Correio do Estado se insere numa conjuntura espacial afastada dos grandes centros, de forma que um estudo que o considere representa a possibilidade do preenchimento de lacunas relacionadas à história dos meios de comunicação nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desta maneira, endossamos a afirmação da professora Anamaria Fadul (*apud* TONIAZZO, 2007. p. 11.), “a escolha de temáticas regionais de pesquisa é um importante passo para se resgatar a importância da mídia regional no Brasil”. O regional, porém, só é dotado de sentido quando percebido em sua relação com o global. Assim, acrescentamos que o conhecimento e análise das organizações midiáticas regionais podem permitir o estabelecimento de subsídios para uma melhor compreensão da história total da mídia brasileira, posto que possibilitam visibilidade e entendimento, ao mesmo tempo, aos elementos comuns à estruturação e as dinâmicas de diferentes empresas de comunicação e às respostas e adequações particulares oferecidas por elas quando confrontadas por tendências mais nacionais.

Portanto, a efetivação desta dissertação intenta promover uma análise histórica da formação e primeiros desenvolvimentos do Grupo Correio do Estado (com destaque para o jornal), durante o período de 1954 a 1980, bem como das principais ações do Grupo no campo midiático regional, além das interseções destes nos campos político e econômico. A finalidade, sustentar, por meio de uma análise histórica, a hipótese de que o grupo comunicacional, primeiro associativo e depois familiar, portou-se no período abordado como um instrumento de proselitismo político, responsável, através de seus canais, por dominar boa parte da divulgação de informação e da formação de opiniões nas regiões abrangidas, posto ser, à época, o maior órgão da imprensa estadual dos “dois Mato Grosso”.

A par deste objetivo central, respeitando as limitações de nossa fonte e objeto principal – as edições do jornal *Correio do Estado* - e o recorte temporal, associam-se, ainda, os seguintes objetivos específicos: conhecer e compreender historicamente o processo de surgimento, desenvolvimento e ações no campo midiático de cada um dos órgãos que integraram o Grupo Correio do Estado, bem como identificar os agentes neles envolvidos; destacar os principais produtos midiáticos oferecidos por cada empresa e sua inserção no universo midiático local, bem como demarcar os usos destes produtos para a manutenção e defesa de interesses próprios do Grupo e os da ordem política e econômica de grupos aos

quais se vinculou; apontar as relações de colaboração ou concorrência entre as mídias existentes, enfocar elementos de natureza sociopolítica a fim de demarcar a proximidade e as relações do Grupo e de seus veículos com agentes políticos e econômicos, quer individuais quer coletivos, de atuação regional ou nacional.

Ao elencarmos o próprio jornal como fonte, endossamos a necessidade de não limitar as fontes de pesquisa “apenas ao material contido nas páginas, nas mensagens sonoras e nos audiovisuais produzidos pelo universo midiático ou por uma empresa midiática em particular” (BUSETTO, 2008, p.19), posto que a análise do material midiático por si mesmo é um risco que deve ser mediado. Para tanto, buscou-se o confronto com outras fontes perseguindo informações que pudessem confirmar ou revogar aquelas difundidas pelo periódico. Desta forma, propusemo-nos a uma busca comparativa com biografias e memórias, com destaque para o material produzido pelo próprio mentor do grupo, o professor e jornalista José Barbosa Rodrigues, apontado como expoente da cultura estadual por sua produção literária e participação na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, no Conselho Estadual de Cultura e no Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul. Utilizamo-nos, também, de publicações de outros periódicos – que permitem perscrutar a relação entre os jornais contemporâneos e concorrentes e as demais mídias, bem como de artigos acadêmicos, materiais publicitários, informes institucionais, além de entrevistas concedidas por Barbosa Rodrigues.

Com relação à estrutura da dissertação, esta é composta por três capítulos, aos quais, valendo-nos de uma metáfora do tecer, denominamos de 1 - “O Fio e as Tramas”, 2 - “A Teia” e 3 - “O Todo”. A “tecelagem é o ato de tecer, através do entrelaçamento de fios de trama (transversais) com fios de teia (longitudinais)”⁴. O historiador, em seu ofício, pode ser comparado ao artesão, ao tecelão que tece tramas e descobre enredos. Os homens de imprensa, responsáveis pela condução dos prelos na produção de notícias, também fazem o mesmo, embora, motivados pelo imediatismo de suas ações, já não realizam o acurado trabalho artesanal; porém, de igual modo, envolvem-se nas tramas da história, como artífices do hoje - razão de, metaforicamente, intitularmos com tais termos os capítulos desta dissertação.

Os títulos funcionam igualmente como resumo enunciativo dos assuntos tratados em cada capítulo, como As Tramas compõem-se pelas conexões da relação transversal com os sócios, colaboradores, demais jornais do período e estratégias publicitárias. A Teia,

⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tecelagem>. Acesso em: 6 jun. 2018.

longitudinalmente, estabelece as relações verticais, mormente, com a política estadual, além da transformação de reivindicações de parcela da população em pauta para campanhas encetadas pelo periódico. Os capítulos são entrelaçados da mesma maneira como “a trama é passada entre os fios da teia”⁵, funcionando o *Correio do Estado* como o fio condutor para toda a análise. O Todo, traz, finalmente, a conversão da empresa jornalística em conglomerado midiático, apresentando a totalidade do “tecido”, tramado e conduzido pelas mãos de Barbosa Rodrigues.

Desta forma, o primeiro capítulo, O Fio e as Tramas, traz o jornal *Correio do Estado* como ponto de partida, procedendo-se a apresentação do programa do jornal, dos principais nomes vinculados ao periódico e de suas colunas e colaboradores, além de sua relação com os dois outros órgãos de expressão municipal no mesmo período. Pois que, lançado que fora como folha udenista, um estudo da primeira fase do diário precisa considerar as relações de imprensa e política, notadamente, do caso de Mato Grosso. A segunda parte do capítulo detém-se na apresentação mais detalhada do perfil do líder do empreendimento, José Barbosa Rodrigues, e nas transformações sofridas pelo diário já sob sua tutela, numa primeira fase que se estende de 1956-1969 - antes da conquista da primeira concessão radiofônica do grupo. Tendo nos condicionado a, durante todo o trabalho, proceder a uma análise política, a terceira subdivisão deste primeiro capítulo dá conta das relações políticas estabelecidas pelo *Correio do Estado* em âmbito local, regional e nacional, sobretudo nos períodos de 1961 - início do governo de Jânio Quadros, a 1964 - quando se instaura a ditadura militar no Brasil, cenário que influirá em todos os aspectos da sociedade.

Considerando-se que uma vez movido o fio - conduzido pela mudança da conjuntura estabelecida, move-se também A Teia, o segundo capítulo traz as principais campanhas encetadas pelo *Correio do Estado* desde 1954 até 1980, com destaque para a trajetória divisionista do diário que teria a causa da divisão do Mato Grosso e consequente criação do Mato Grosso do Sul, como uma de suas mais importantes e constantes pautas. O jornal faria as vezes de um partido político na defesa da divisão do Mato Grosso (BITTAR, 2009, p. 25), posto ter Barbosa Rodrigues figurado como um dos grandes incentivadores da divisão, colocando seus veículos à disposição da campanha separatista. Uma vez conquistada a tão sonhada divisão, o periódico passaria a se vender como principal autoridade nos assuntos atinentes ao novo estado e, buscando consolidar sua identificação com o Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado* associaria constantemente em suas propagandas a marca do jornal ao

⁵ Disponível em: http://www.campograndems.net/fazbal/Roca_e_Tear.htm. Acesso em: 6 jun. 2018.

estado propriamente dito e a fatos a ele relacionados, reafirmando a condição do Grupo Correio do Estado como participante do mundo político, sujeito e agente de uma troca contínua de influências decorrentes das práticas políticas.

No terceiro capítulo, nomeado O Todo, far-se-á, por fim, a abordagem completa do grupo a par da conquista de suas concessões radiofônicas e televisiva. O último capítulo tratará da abertura do jornal às outras mídias, o rádio e a TV, trazendo um breve retrospecto da história da inserção de ambos os meios no estado. Apresentar-se-ão, por fim, os veículos do próprio grupo, frutos do plano de expansão estabelecido por J. Barbosa Rodrigues e seus filhos. A luta pelo segundo canal de TV do estado, teria início no ano de 1973, e, em 11 de outubro de 1980, quando da inauguração da TV Campo Grande, o Grupo Correio do Estado tornar-se-ia o maior conglomerado midiático do Mato Grosso do Sul, fazendo do ambicionado segundo canal televisivo do Mato Grosso, o primeiro a ser criado no novo estado. O conglomerado se completaria com o lançamento da emissora de televisão.

Capítulo 1 – O Fio e as Tramas

“Quem quiser ter opinião que compre um jornal...”

Assis Chateaubriand

1. 1 – No início, o jornal: *Correio do Estado*, a folha da UDN

O jornal *Correio do Estado* (CE)⁶, fundado em 1954 na cidade de Campo Grande – Mato Grosso, teve como propósito principal dar cobertura à União Democrática Nacional - UDN (RODRIGUES, 1990, p. 15), caracterizando-se, portanto, como folha oficial udenista. O órgão, que já nascera como diário, teve a sua primeira edição publicada num domingo, dia 7 de fevereiro, em formato tabloide. A capa da edição que contava com oito páginas, destacaria o nome do jornal em letras vermelhas e logo abaixo apresentaria as suas intenções. Naquele ano, a realidade da grande imprensa nacional, estabelecida no eixo Rio-São Paulo, consistia num total de 13 matutinos e 6 vespertinos com uma tiragem total de 1.271.844 exemplares no Distrito Federal, e 21 matutinos e seis vespertinos com circulação de 1.272.554 exemplares em São Paulo (WAINBERG, 1997, p.311). Não foi possível localizar dados tão específicos com relação à imprensa mato-grossense do mesmo período; sabe-se, porém que, concomitantemente, em Campo Grande ocorria a circulação de, pelo menos, cinco periódicos, *Jornal do Comércio* - JC (1921), *O Progressista* (1933), *O Estado* (1934), *O Democrata*⁷ (1944) e *O Matogrossense* - OM (1949).

Em sua primeira edição, o órgão nascente exporia suas ambições de ser um jornal para todo o Mato Grosso, servir o povo da terra, “informando-o, indagando dos seus problemas, empenhando-se na sua solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses”. Autoproclamando-se dono de um “programa modesto, mas definido e claro”, o editorial introduzia a publicação como fruto “do esforço e das contribuições espontâneas de políticos, homens de Partido”. No entanto, ainda que se assumindo defensor de uma bandeira, comprometia-se a não “ser órgão estritamente partidário”. Fundado dias após o aniversário de três anos da primeira gestão do governador udenista Fernando Corrêa da Costa, o diário se apresentava como seu ardoroso defensor, deixando transparecer, já no discurso inaugural, suas cores políticas e intenções partidárias, e, mesmo sem citar nomes, mostrava ao leitor informado a que se prestava a publicação que já em seu programa dirigia alfinetadas ao

⁶ O jornal só se auto identifica pela sigla CE no ano de 1964 (ed. Nº 2788, 31/07), tornando-se comum, a partir de então, o uso desta denominação.

⁷ “Jornal local [...], de orientação comunista, que se editava em Campo Grande”, empastelado no dia 01 de abril de 1964. *Correio do Estado*, 3 abr. 1964, p. 1.

partido oponente – o Partido Social Democrático (PSD), e ao jornal a ele filiado - *O Matogrossense*. Assim, conforme se lê, o *Correio do Estado*:

Sente-se na obrigação, desde logo, de *demonstrar ao povo mato-grossense o Governo que tem*, a sua obra notável de recuperação moral, administrativa e financeira, mas tudo com dados, com fatos, com números, que não sofreram nem poderão sofrer contestação honesta e segura. *No terreno das grandes obras públicas, mostraremos que nenhuma outra administração, nem mesmo uma que durou oito anos pôde alcançar o vulto das que a atual vem empreendendo em todo o Estado*, num espaço de três anos apenas.

O “*Correio do Estado*” quer também fazer-se eco das reivindicações populares, das nossas classes trabalhadoras, médias e classes produtoras. Aceitará sugestões e dará agasalho em suas colunas aos pedidos, reclamações opiniões de seus leitores, de qualquer homem do povo, de patricio ou estrangeiro que tenha alguma coisa a dizer ou pleitear. E ficaremos gratos a essa colaboração, para melhor nos identificarmos com o sentimento e pensamento da nossa gente.

Defendendo ou acusando, desde logo *prevenimos que estamos deliberados a não descer, jamais à linguagem e aos métodos de certa imprensa, condenada e repelida pela opinião pública mato-grossense. Vamos dar o exemplo de um jornalismo sadio e elevado, colocando-nos à altura dos foros de civilização de Mato Grosso e da sua população culta, laboriosa e digna.* (Grifos nossos).

Finalizando, sob a alcunha de “propósitos singelos”, o vespertino encerraria sua apresentação apelando, mais uma vez, ao “apoio dos amigos, dos companheiros e do povo”. A edição inaugural de oito páginas seria apresentada pelo jornal como um presente do *Correio do Estado*, que “iniciava a sua vida”, a seus leitores, porquanto neste primeiro ano se estabeleceram como padrão edições diárias de apenas seis páginas, com exceção das edições dominicais que geralmente apresentavam oito páginas como no início (dado que a circulação fora inicialmente estabelecida de terça a domingo). Edson Carlos Contar (2013)⁸ situaria a primeira edição do *Correio do Estado* como “o grito de guerra” da UDN municipal, que a partir de então se colocaria “em pé de igualdade com o adversário” que antes não encontrava outra resistência além de “panfletos espalhados pela cidade”. O ex-udenista e ardoroso colaborador desta primeira fase da publicação, Wilson Barbosa Martins, igualmente, atrelaria a fundação do *Correio do Estado* à existência de *O Matogrossense*, estabelecendo como intenção principal fazer proselitismo político em oposição ao jornal dirigido pelo PSD⁹.

⁸ Disponível em: <http://www.horizontems.com.br/mobile/noticias-ler/correio-do-estado---59-anos-por-eddson-carlos-contar/2123>. Acesso em: jan. 2017.

⁹ “Wilson conta como tudo começou” - *Correio do Estado*, 7 fev. 2004, p.28, *apud* Schwengber, 2008.

Wilson Martins afirmaria, de forma definitiva que o *Correio do Estado* nascera para fazer frente ao “órgão oficial dos adoradores do líder”¹⁰ – Filinto Muller.

Num retrospecto, a edição especial de 30 anos do empreendimento apresentaria a máquina Ótima, fabricada na Itália, com capacidade para 600 folhas/hora, como a primeira impressora do jornal¹¹, segundo Rosa (1999) o jornal começou com oitocentos exemplares. A primeira página da edição inaugural constituiu-se a partir de um apanhado de notícias dos mais diversos assuntos, notas da cidade, do estado e das principais regiões do Brasil – informações reproduzidas a partir do material fornecido pela agência ASAPRESS, com data de 5 e 6 de fevereiro. A edição estamparia uma única foto, a do prefeito de Ponta Porã, o correligionário Rachid Saldanha Derzi.



Imagem 1: Primeira página da edição inaugural do *Correio do Estado*.

No primeiro número, junto ao nome do *Correio do Estado*, tinha-se a seguinte frase que não mais se repetiria: “Os grandes homens avistam e descobrem ao longo a sua glória póstuma: esta previsão os consola da inveja, indiferença, desprezo ou perseguição dos seus concidadãos”. A partir da terceira edição, o espaço seria ocupado por um recado com

¹⁰ *Correio do Estado*, 21 maio 1964, p. 1.

¹¹ *Correio do Estado*, 7 fev. 1984, p. 5.

endereço certo, o jornal da oposição: “Os cães ladram e a caravana passa – Assim também passam os homens de bem, imunes as infâmias dos maldizentes”, sentença transformada numa espécie de epígrafe que se repetiria por outras vinte e sete edições. Até que, em meados de março, o canto superior direito, lócus das afirmações, passaria a reproduzir o expediente: “Correio do Estado – Oficinas próprias – Empresa Gráfica – Correio do Estado Ltda. – Presidente J. M. F. Fragelli – Gerente Antonio Marques”. Duas edições depois seriam adicionados o endereço do jornal e sua definição como “Diário Matutino – Impresso em oficinas próprias”.

A edição inaugural fora marcada por colunas que se repetiriam no matutino, algumas constantes, outras esporadicamente, de forma que já se registravam seções tais como “Visitas”, “Reclamações”, “Correio Agrícola”, “Seção trabalhista”, “Ideias e Risos”, “Educação” e “Crônica Feminina”, que, ainda que com abordagens atualizadas e/ou mudança de denominação, permaneceriam com o passar do tempo, sendo possível verificar a manutenção da essência de cada uma delas que, em diferentes épocas, seriam publicadas com menor ou maior intensidade. Na 5ª página, sob o título “Recebemos de Cáceres”, reproduziu-se carta enviada pelo presidente da Câmara Municipal de Cáceres, o Dr. Luiz Marques Ambrósio, que, subscrita em 13 de janeiro de 1954, parabenizava os responsáveis pela aparição do “*Correio do Estado*’ jornal moderno e perfeito, entregue à pena fulgurante de uma plêiade de jovens mato-grossenses”. Na missiva, o político atribuía o nascimento do jornal ao desejo de “uma imprensa livre e verdadeiramente democrática”. A carta, porém, chama atenção, sobretudo pela data de envio, quase um mês antes da inauguração do periódico, o que permite conceber que, mesmo antes de seu lançamento oficial, o diário nascido em ano eleitoral já se constituía em uma promessa difundida e aguardada com expectativas por seus pares políticos.

A primeira edição trouxera, ainda, a relação dos visitantes que compareceram à redação, todos eles políticos udenistas de grande destaque estadual. No entanto, a frequência de visitas políticas ao prédio do jornal não constituía uma excepcionalidade, já que o veículo também compartilhava a sua sede no centro de Campo Grande, com o diretório da UDN municipal, segundo confirmado por diversas notas, onde era possível ler: “Posto Eleitoral Da UDN – Pede-se o comparecimento dos eleitores abaixo para tratar dos seus interesses – à rua 14 de julho 1026”.¹² Em segunda notícia, com data posterior, o posto eleitoral da UDN já seria apresentado como localizado “na redação deste Jornal”, o que seria corrigido quatro dias

¹² *Correio do Estado*, 7 e 10 fev.; 21, 24, 25 e 30 mar. 1954.

depois, quando um chamado aos eleitores situaria o diretório como apenas “anexo da Redação” do jornal¹³. Portanto, o trânsito de correligionários políticos era constante, bem como os pedidos de favores e o acesso gratuito a assinaturas e publicidade, aos quais se julgavam ter por direito.

Inda que representante da imprensa do interior, o *Correio do Estado*, como um órgão fruto de seu tempo, seria igualmente influenciado pela publicidade, utilizando-se desde sempre do *slogan* “propaganda neste jornal eficiência garantida”. Já em seu primeiro número seriam publicados anúncios de profissionais, casas comerciais, serviços e empresas, tais como a Máquina de Beneficiar Arroz Lucato Rodolfo Andrade Pinho e Cia. e a Exposição Campograndense com “artigos para senhoras, cavalheiros e crianças”, empreendimentos localizados, em geral, em Campo Grande e na capital Cuiabá. Com exceção da capa, todas as outras sete páginas da edição trariam anúncios publicitários intercalados às notícias. Com destaque para a propaganda da “SERTANIA dos IRMÃOS BRUNINI – Cuiabá, Mato Grosso”, a Sertânia, que era uma espécie de gleba, se destaca entre os anúncios não por sua função, mas, conforme se esclarecerá adiante, por seus proprietários, Carlos e Roberto Brunini.

Em sua segunda edição, na terça-feira dia 9 de fevereiro, a redação já se gabaria de produzir “um bom jornal [...], impresso em uma grande impressora, como bem poucos jornais do Estado possuem” tendo “linotipo e até clichéria – a única clichéria do Estado!”, o que lhes permitia publicar ao menos uma foto por edição, em geral, imagens de políticos udenistas. A publicação da primeira fotografia diferente dessa linha ocorreria em fins de março na seção “Nota Policial”. Excepcionalmente alocada na primeira página (dando vasão ao sensacionalismo noticioso), complementando a notícia de um assassinato, tinha-se a imagem do corpo da vítima, a foto era legendada por sua descrição: “Jorge Maluf, prostrado ao solo, crivado de balas, em meio de uma poça de sangue”. A foto foi tirada pela reportagem “logo após o crime” e, como não poderia deixar de ser, o jornal aproveitaria pra fazer a sua propaganda trazendo entre parênteses, a informação: “clichê fabricado em nossas oficinas”.

O anúncio de lançamento do jornal fora veiculado também pelo vespertino *Jornal do Comércio*, que igualmente no dia 9 de fevereiro, publicaria em sua primeira página, com conclusão na quarta, a seguinte nota intitulada “Já está circulando o *Correio do Estado*”:

¹³ *Correio do Estado*, 30 maio; 3 jun. 1954.

Desde ante-ontem pela manhã que começou a circular em Campo Grande o novo *jornal da UDN* denominado CORREIO DO ESTADO, diário que tem o ilustre deputado Dr. José Fragelli, como seu diretor-presidente e o Dr. Antônio Marques, como diretor-gerente.

Aparelhada como está a “Empresa Correio do Estado Ltda.”, tem condições de tirar o melhor jornal de toda a zona da Noroeste, *tais as modernas e inúmeras máquinas de que dispõe, o novo e brilhante matutino* campo-grandense está fadado a triunfar em toda a linha, nada faltando para o seu sucesso integral nas lides da imprensa indígena. [...]. (Grifos nossos).

As palavras do *Jornal do Comércio* endossam o fato de que realmente não havia a necessidade de uma vinculação explícita do *Correio do Estado* à sigla udenista, posto ser notadamente sabida a filiação e a finalidade do periódico nascente. Outro ponto que merece atenção é a exaltação às suas “modernas e inúmeras máquinas”, e elencamos duas possibilidades de análise para tal afirmação. O primeiro, talvez, o juízo emitido pelo JC tenha se dado a partir de uma perspectiva de análise de seu próprio maquinário e dos demais jornais da cidade, de forma que, frente ao *Jornal do Comércio*, o *Correio do Estado* constituía-se de máquinas modernas. Por outro lado, tais afirmações poderiam representar, igualmente, apenas uma declaração de cordialidade entre as folhas, posto que posteriores declarações de Barbosa Rodrigues confirmariam o que era típico da imprensa interiorana do período: “o jornal era formado de... tudo antigo, tudo sucateado, quem comprou não sabia comprar, comprou em São Paulo, máquina impressora que não prestava, é... aquelas caixas de tipo tudo velho” (MARTINS, 1999). “Máquinas reconcondicionadas” e “já praticamente superadas”, aquisições garantidas “com reserva de domínio, apesar do absurdo dos preços cobrados pelo vendedor” (RODRIGUES, 1990, p. 15), à sede do jornal coube ainda a alcunha de casa velha e mal instalada, com aparelhagem antiga, situação amenizada pelo jornalista, “velho, mas podia servir de começo”.

O brilhantismo anunciado ficava, portanto, muito mais a cargo dos diretores José Fragelli e Antônio Marques, dos sócios cotistas José Inácio de Moraes e Roberto Brunini e dos colaboradores frequentes da publicação, do que à aparelhagem do jornal. Em 1965, comemorando 11 anos de fundação do *Correio do Estado*, o editorial “O Nosso Aniversário” apresentaria o diário como “inspirado pela vocação jornalística do Dr. José Fragelli e um grupo de entusiastas que, com ele, dividia a responsabilidade de manter o *Correio do Estado* na trincheira que lhe competia [...] no grêmio da imprensa indígena”. Em 2013, o jornalista Edson Contar, rememorando os 59 anos do diário, distinguiria Fragelli como o líder da agremiação que dera origem ao periódico, responsável também por cooptar a colaboração de alguns outros udenistas, como Dolor de Andrade, Rachid Derzi, ambos, sem sucesso,

candidatos ao governo do estado em anos posteriores; Antônio Marques, Waldir dos Santos, Fernando Corrêa da Costa e José Inácio Moraes, o maior acionista.

Segundo Contar, dentre as iniciativas do grupo que se cotizou “para criar um órgão à altura do ‘inimigo’” e pôr fim à “hegemonia do jornal adversário” *O Matogrossense*, estava a contratação de jornalistas experientes como José Barbosa Rodrigues, Dauto Santiago e a “pena ferina de Rádio Maia”, para o autor, um dos melhores redatores da imprensa campo-grandense. Para além destes, os próprios diretores exerceriam “papel de articulistas para enfrentar, do outro lado, o sagaz Júlio Silva (Julinho), Jorge Siufi e Remolo Leteriello, entre outros”. Com base no exposto, tem-se que, sendo o então governador no momento do lançamento do jornal com cor partidária igual à sua, Fernando Corrêa da Costa beneficiou-se da folha, bem como o seu sobrinho Fragelli, que foi o primeiro diretor-presidente da publicação e, à época, estava em campanha para o posto de deputado federal. No entanto, ainda que muitos autores os apontem, juntamente com José Inácio Moraes, como fundadores da publicação, nossas leituras corroboram somente em parte tais indicações, posto que o próprio J. Barbosa Rodrigues (1990, p. 15) definira o *Correio do Estado* como fruto do “trabalho intenso” do comerciante português José Inácio da Costa Moraes e do negociante cuiabano Roberto Brunini, sócios fundadores e maiores cotistas do empreendimento, que teria o deputado Rádio Maia como pequeno cotista.

Diferentemente de Fragelli, os outros três não alcançaram proeminência nacional em suas áreas de atuação, tornando relativamente difícil o acesso a informações sobre os mesmos. De Roberto Jacques Brunini, sabe-se ter sido “radialista, jornalista, industrial, colonizador, publicitário e editor”, nascido no interior de São Paulo em 1917, tendo trabalhado inicialmente na imprensa paulista. Brunini é referido por Mendonça (1971, p. 33) como fundador, juntamente “com o Dr. José Fragelli e José de Moraes [do] jornal ‘*Correio do Estado*’, de Campo Grande MT”, tendo sido diretor-proprietário da Rádio a Voz do Oeste em Cuiabá, fundador da Rádio Clube de Dourados e responsável por reformular a Rádio Difusora de Campo Grande, tendo organizado, também, um conjunto musical de “extraordinário sucesso”. Roberto Brunini fora, ainda, Diretor Superintendente do jornal *Social Democrata*, tornando-se desta forma “um dos mais importantes nomes da comunicação em Mato Grosso”. Detentor de negócios “vários e diversificados” (RODRIGUES, 1990, p. 15), Brunini é apontado pelo portal de mídia de Mato Grosso, como “pioneiro na comunicação mato-

grossense” responsável por “lançar a pedra fundamental da televisão em Cuiabá, em 1961”¹⁴, porém, sem êxito, como será demonstrado no capítulo 3.

As esporádicas referências a Brunini no *Correio do Estado* comprovavam a existência de relações entre o primeiro e os responsáveis pelo jornal, onde seria apresentado como um “grande amigo” e “um dos seus melhores elementos”. O relacionamento de longa data confirmar-se-ia, outra vez, em abril de 1966, por meio da notícia da entrega da direção da sucursal do CE em Cuiabá “ao antigo jornalista e radialista Roberto Jacques Brunini, ligado ao *Correio do Estado* desde 1954”, pela assunção ao cargo, após 12 anos de fundação do diário, o nome de Brunini seria finalmente e oficialmente apresentado no quadro expediente. Por ocasião de seu falecimento, em outubro de 1976, o CE se referiria a Brunini uma última vez como “radialista mais antigo de Mato Grosso e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado”, tendo sido “o primeiro a idealizar a fundação de uma Emissora de Televisão em Mato Grosso [...], assim como foi também, o idealizador da primeira Emissora de Rádio em FM”¹⁵, com inauguração prevista para dezembro daquele ano na cidade de Cuiabá.

Sobre José Inácio da Costa Moraes, localizou-se apenas o que o próprio *Correio do Estado* reproduziu em suas páginas. Desta forma, tem-se que nasceu em 1906, na província de Traz-os-Montes, Portugal, chegando em Campo Grande em 1923, “quando a cidade era apenas uma promessa para o futuro”¹⁶, onde constituiu família e estabeleceu sua loja “A Primorosa”¹⁷, sendo naturalizado brasileiro por resolução presidencial em 1939. José Inácio era, igualmente, um investidor de negócios diversos, figurando o diário como exemplo de seus vários empreendimentos, foi ainda Agente da REAL S.A. Transportes Aéreos e, também, Agente da VARIG até 1966, investindo também na construção civil. Por ocasião de um seu aniversário, o periódico declarou-se como “um favorecido privilegiado da capacidade de trabalho da dedicação e da bondade de José Moraes. A ninguém mais que ele deve o nosso Jornal a sua organização e atividade, não medindo os sacrifícios e o trabalho para auxiliar e

¹⁴ Disponível em: <http://portalmatogrosso.com.br/matopedia/brunini-roberto-jacques/31238>. Acesso em: jan. 2017.

¹⁵ *Correio do Estado*, 16 maio 1954, p.8; 14 abr., p. 8; 19 abr. 1966, p. 3; 27 out. 1976, p. 11.

¹⁶ *Correio do Estado*, 1 nov. 1954, p.1.

¹⁷ Por vezes o *Correio do Estado* referiu-se a loja como o seu “primeiro anunciante”, sob a tutela de José de Moraes, o “José da Primorosa”, o empreendimento, durante o período de 1939 a 1955, constituiu-se na maior e mais tradicional casa de discos e instrumentos musicais da cidade. A loja “A Primorosa” funciona há quase 80 anos e tem a sua sede até hoje no mesmo lugar, está sob a gestão de seu terceiro dono e continua no ramo de produtos musicais.

incentivar”. Cognominado como “tradicional amigo”, José Inácio Moraes receberia da Câmara Municipal, em novembro de 1969, o título de cidadão honorário de Campo Grande.¹⁸

José Manuel Fontanillas Fragelli teve carreira política de expressão nacional. Nascido em Corumbá, em 1915, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Um ano após a conclusão de seu curso, em 1939, tornou-se promotor de justiça em Campo Grande, aí permanecendo até 1943. Eleito deputado estadual pela UDN mato-grossense nos anos de 1947 e 1950. Enquanto era líder do partido na Assembleia Legislativa, durante seu segundo mandato afastou-se temporariamente da Casa para assumir a secretaria do Interior, Justiça e Finanças do estado no primeiro governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956). Em outubro de 1954, já diretor-presidente do *Correio do Estado*, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso, assumindo no ano seguinte.

Com o término do mandato, em 1958, desencantado “com os rumos do panorama político-administrativo do país”, afastou-se da vida pública e voltou a exercer suas atividades de advogado, bem como a ser relacionado como colaborador fixo do CE, o que, na realidade, se deu de forma apenas esporádica. A relação de José Fragelli com o *Correio do Estado* se manteve mesmo após a sua saída do quadro de diretores do jornal, o que ocorreu na sequência do início de sua primeira gestão como deputado federal já no ano de 1955. No entanto, o periódico guardaria estreita e sempre elogiosa cobertura das ações do político, constantemente louvado em suas páginas como destacado prócer udenista, colaborador, amigo e ex-diretor do diário¹⁹. Fragelli manteria, igualmente, laços de amizade com J. Barbosa Rodrigues.

São demasiado escassas as informações trazidas pelo próprio periódico com respeito ao diretor-gerente Antônio Marques, que era advogado e Promotor de Justiça da Comarca, e dividia a sede do *Correio do Estado* com o seu escritório, conforme propaganda divulgada pelo jornal. Entre os diretores, Antônio Marques era o que mais publicava artigos. Porém, a partir do dia 24 de fevereiro de 1955, seu nome, que desde 3 de janeiro já não aparecia mais no cabeçalho, seria retirado também do quadro expediente juntamente com a função de diretor-gerente²⁰, consequência de sua renúncia ao cargo. Luiz Guilherme Marques produzira uma breve biografia sobre seu pai Antônio de Arruda Marques nascido na cidade de Cáceres, estado de Mato Grosso, no ano de 1926, que exerceria ao longo da vida funções e cargos

¹⁸ *Correio do Estado*, 4 jul. 1954; 1 nov. 1969.

¹⁹ *Correio do Estado*, 16 jul.; 28 ago. 1958; 19 set. 1959; 16 abr. 1968.

²⁰ *Correio do Estado*, 6 mar.; 29 jul. 1954; 24 fev. 1955, p.2.

públicos nas áreas de educação e direito nas cidades de Bagé – RS, Campo Grande e Juiz de Fora – MG, onde falecera no ano de 1970, aos 44 anos. Em Minas Gerais, exercera também o posto de juiz da justiça militar federal, e aposentado compulsória e punitivamente pelo regime militar no ano anterior à sua morte²¹. Segundo seu filho, o juiz Antônio Marques “acabou considerado inconveniente para o regime”.²² Defensor do regime militar - como quase que a totalidade da imprensa nacional, o CE, que por tanto tempo guardara silêncio²³ em relação ao ex-colaborador, publicaria pequena nota por ocasião do falecimento “premature” deste que residira “por algum tempo em Cuiabá prestando sua colaboração ao governo do Estado. Posteriormente [vindo] para Campo Grande, tendo colaborado com o *Correio do Estado*, inclusive sendo seu gerente.”²⁴

O jornal contaria ainda com a colaboração de figuras de renome da sociedade campograndense, destacando-se dentre os principais colaboradores deste primeiro período: a professora Glorinha Sá Rosa, cooperadora do jornal até o seu recente falecimento, tratando de assuntos vinculados à área da educação; Hugo Pereira do Vale, relacionado entre os fundadores da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras; e o “amigo” Cel. Emilio Barbosa que, desde o sétimo número, assinando como Barbosa ou E. Barbosa, publicaria artigos referentes à história do estado. A maior inovação do periódico em seu ano inaugural seria, no entanto, a contratação de J. Barbosa Rodrigues para o cargo de editor-chefe da publicação, acordo anunciado em junho de 1954, antes mesmo da publicação do centésimo número do diário.

A quarta²⁵ edição traria o início da coluna “O que vai pelo esporte campograndense” posteriormente denominada “Pelo Esporte”, desde sempre assinada por Dauto Santiago, redator com passagem no *Jornal do Comércio*. Sua trajetória no *Correio do Estado* seria marcada por idas e vindas, em certa medida, também, por conta de sua carreira política, dado que o jornalismo do período, via de regra, era compreendido “como uma atividade intermediária que possibilitava a distinção necessária para ocupar um cargo na administração pública” (TEIXEIRA, 2015, p.76). Assim, para o pleito eleitoral de outubro de 1954, o CE

²¹ Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/sociedade/8465-a-biografia-de-antonio-de-arruda-marques. Acesso em: 23 nov. 2017.

²² Caso revisitado pela Comissão da Verdade de Juiz de Fora - MG, no ano de 2014. Disponível em: <http://comissaodaverdadejf.blogspot.com.br/2014/09/release-marco-aurelio-marques-22072014.html> Acesso em: 23 nov. 2017.

²³ Em 1980, toda a metade de uma página seria preenchida por artigo denominado “Antônio de Arruda Marques”, dedicado a este, 10 anos após sua morte, por seu amigo e contemporâneo “J. L. Scheider”. *Correio do Estado*, 15 fev. 1980, p. 6.

²⁴ *Correio do Estado*, 21 out, 1970, p. 8.

²⁵ *Correio do Estado*, 11 fev. 1954, p. 4.

fizera campanha favorável àquele a quem cabia a redação da seção esportiva do jornal: “Operários e Desportistas – Votem, para vereador, em – Dauto de Almeida Santiago – candidato da UDN”, em outra oportunidade, em clichê com foto, Dauto Santiago seria apresentado como futuro representante dos gráficos e desportistas campo-grandenses na Câmara Municipal. Já em 1956, seria anunciada a convocação do suplente de vereador jornalista Dauto Santiago, “nosso companheiro de trabalho”. Em 1968, durante um de seus retornos à função de colaborador esportivo do diário, Dauto Santiago deixaria tal função para assumir posto na CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossenses)²⁶.

A primeira edição de 1955 traria em sua página inicial o registro do “fato auspicioso da entrada” de Plínio Barbosa Martins para o corpo de colaboradores do diário, “o jovem ilustre e conceituado advogado”²⁷, irmão do também colaborador, Wilson Barbosa Martins. A participação de Plínio Martins como colaborador fixo do CE teve vida curta, talvez em decorrência de seus ideais políticos destoantes daqueles defendidos pelo jornal, o que fez com que fosse preterido pela folha, que com tantos louros outrora o anunciara, em sua campanha vitoriosa à prefeitura. Posto que eleito vereador pela UDN em 1962, Plínio concluiria seu mandato em 1966, quando de sua eleição para a prefeitura de Campo Grande (1966-1969), já filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já em sua primeira publicação, uma crônica intitulada “1954-1955”, Plínio Martins faria um retrospecto dos grandes acontecimentos do ano que passara, com destaque para o mês de fevereiro quando aparecera pelas ruas da cidade um novo jornal, que todos queriam comprar, não havendo, segundo o autor, exemplares que bastassem, mas, logo começariam as críticas “devido à sua má revisão”, situação, conforme se afirmava, rapidamente modificada com o progresso do jornal que criava fama e se transformava “no melhor veículo de notícias e propaganda dentro do Estado”.

A associação do sucesso do vespertino ao do próprio estado será marca do discurso do periódico, lógica presente, também, nos agouros de Plínio. Ao relacionar ambos, fazia votos pela continuidade do progresso do *Correio do Estado* a fim de que Mato Grosso se tornasse cada vez mais “forte e conhecido”. Pouco depois, perto de completar seu primeiro ano de funcionamento, o *Correio do Estado* sofreria alguns reveses, como a mudança do diretor-presidente do empreendimento, José Fragelli, para o Rio de Janeiro a fim de assumir sua cadeira de deputado federal, com a promessa, porém, de manter seu cargo e enviar

²⁶ *Correio do Estado*, 10 ago.; 4 e 10 set. 1956; 23 maio, 1968, p. 8.

²⁷ *Correio do Estado*, 3 jan. 1955, p.1.

colaborações. Somado a isso, em edição anterior a de sua despedida, o próprio Fragelli subscreveria o primeiro Edital de Convocação da Empresa Correio do Estado Ltda., um chamado aos cotistas para, em Assembleia Geral, eleger no dia 10 de fevereiro o “seu novo Diretor-Gerente, em virtude da renúncia do Exmo. Sr. Dr. Antônio de Arruda Marques, tudo nos termos do contrato social”.

Ainda em fevereiro de 1955, comemorando o primeiro ano de funcionamento do jornal, Wilson Barbosa Martins que não possuía função diretiva, seria apontado pela folha como “jornalista revelação do ano”. De família de políticos²⁸, Wilson Martins formou-se em Direito pela USP, retornando a Mato Grosso no ano de 1945, quando colabora na fundação da UDN estadual, legenda pela qual seria suplente de senador em 1954, prefeito de Campo Grande em 1958, e deputado federal em 1962. Em concordância com seu irmão Plínio, após a instituição do bipartidarismo, filia-se também ao MDB, partido pelo qual fora reeleito em 1966, sendo cassado em fevereiro de 1969 pelo AI-5, quando volta a exercer a advocacia.²⁹ Para além de seu prestígio político, em 1955, o *Correio do Estado* o louvaria também, por sua “bela atuação jornalística”, elogio motivado por terem registros fotográficos de sua autoria reproduzidos na imprensa paulista: “soube, na hora H, ser jornalista e agir como velho tarimbeiro. O Dr. Wilson, acima de tudo, soube ser um homem de imprensa [...]”.

A edição 281 marcaria o primeiro aniversário do *Correio do Estado*. A publicação comemorativa apresentou-se com 14 páginas ao longo das quais patrocinadores, clientes e parceiros parabenizaram o empreendimento. Os editores elencariam quatro figuras importantes ao sucesso do jornal autoproclamado como um “patrimônio da cidade”, a primeira delas, apresentada como “um grande amigo do ‘*Correio do Estado*’” seria José Inácio da Costa Moraes, exaltado como “comerciante, homem de negócios, [...] cidadão honesto e trabalhador, [...] amigo de seus amigos” e mais uma porção de adjetivos, “amigo dedicado, ao mesmo tempo desinteressado que, sem nunca ter sido jornalista, sem nunca haver exercido funções ligadas à imprensa, mostrou-se desde o início um baluarte na luta pela fundação, manutenção e organização desta empresa”. Descortinando-se, finalmente, a real participação do negociante português no empreendimento: “felizmente, graças à sua tenacidade e ao apoio que conseguiu dos seus amigos íntimos, aproxima-se o dia em que ele

²⁸ Afora o já citado irmão Plínio, tinha por tio o senador mato-grossense e líder divisionista Vespasiano B. Martins, que teve, igualmente, expressiva trajetória política.

²⁹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-barbosa-martins>
Acesso em: 06 dez. 2017.

poderá, satisfeito e tranquilo, voltar-se para aqueles com os quais se comprometera e dizer: amigos, missão cumprida!”

A página final da edição apresentaria, igualmente, menções honrosas a José Fragelli e Wilson Barbosa Martins. Destinar-se-ia ainda um agradecimento especial ao confrade *Jornal do Comércio*, na figura de seu redator-chefe Aníbal de Castro Leite, arrolado como colaborador constante e eficiente durante o primeiro ano de organização e funcionamento do *Correio do Estado*. A primeira página da edição trazia o artigo “Primeiro Aniversário”, no qual Wilson Martins narraria um pequeno retrospecto daquele ano inicial do diário:

[...] o ‘*Correio do Estado*’ teve a glória de ser um dos órgãos que, primeiro reagiram contra os destemperos e os desabrimentos no ataque. As suas críticas têm sido ponderadas, o que lhe tem valido o apoio de leitores dos mais variados círculos políticos. Até há pouco tempo, parecíamos, aqui, uma taba de bugres, tão brutais eram os baldões que, mutuamente, se atiravam os que não podiam jamais ocupar os postos de jornalistas, em que se encontravam. Felizmente, é passada a fase pior das descomposturas e das verrinas. Parece que entramos num período de mais senso. Estamos persuadidos de que uma das principais razões do êxito que vem tendo o nosso jornal reside justamente no fato de guardar composturas, seja nas críticas, seja nos aplausos. A sobriedade, a serenidade, a hospitalidade, não devem ser apanágio somente das pessoas, mas sobretudo dos jornais, que têm sobre si relevante tarefa de informar e orientar a opinião pública.

Ademais das críticas, sarcasmos e ufanismos, o editorial traria ainda proposições para o futuro, esperando-se, já para o segundo ano “a definitiva organização do serviço da clicheria, o aumento do formato do próprio jornal, a tiragem de edições maiores e a sua distribuição entre um número mais largo de leitores”, providências necessárias quase que profetizadas pelo autor. O Dr. Wilson apontaria, ainda, duas principais vitórias do jornal naquele ano, sendo a primeira no campo da luta político-partidária, representada pela eleição de Marcílio de Oliveira Lima para a Prefeitura Municipal, e “a segunda, que acaba de nos sorrir, [...] a união de todo o povo campo-grandense em torno do movimento, iniciado e sustentado por nós, da encampação dos bens e serviços da empresa concessionária de luz e força”.³⁰

Inda num contexto de investimentos, em julho de 1955, registrar-se-ia a incorporação de Augusto Gamba ao corpo de redatores do *Correio do Estado*. No ano seguinte, para além de assinar a coluna “Sociedade”, o colaborador seria apresentado, também, como agenciador

³⁰ *Correio do Estado*, 7 fev. 1955.

de publicidade do diário em que trabalhava já há mais de um ano. Numa breve biografia, o jornal revelaria ser Gamba natural do estado de São Paulo, e, tendo empreendido “a marcha para o Oeste” tornara-se “desde logo um excelente companheiro e dedicado servidor da imprensa campo-grandense”, onde “graças a si mesmo”, era “estimado e benquisto por todos da casa e de fora”. No ano seguinte, novamente por ocasião de seu aniversário, seria descrito como “o jovem Augusto Gamba, um dos mais dedicados auxiliares deste diário. [...] Dotado de uma formação moral, intelectual e honesta”, tendo empreendido “inúmeras viagens para todo o Estado de Mato Grosso, [...] prestando os seus serviços profissionais”.³¹

O próprio diário elencaria ainda outro motivo de jactância, a sua circulação, pois, mesmo que somente em sua segunda edição, os redatores do jornal já o apresentavam como possuindo “uma larga penetração no Estado, especialmente nos municípios do interior”, contando com representantes “em todos os lugares”, o que favorecia a publicação de notícias de todo o Mato Grosso, de forma que passaria o *Correio do Estado* a divulgar-se, já desde a sua terceira edição, como “o diário matutino de maior tiragem no Estado”. Sendo, igualmente, produto de uma empresa, a Empresa Correio do Estado Ltda., e, portanto, também fundamentado em bases comerciais com vistas ao lucro, pouco antes de completar dois meses de circulação, como mais uma possibilidade para obtenção de receitas, o periódico abriria espaço para o que se constituiu em uma das marcas do jornal, a seção de classificados, inicialmente denominada “Anúncios Classificados”, que estreou ocupando uma página inteira, passando rapidamente a duas em edições seguintes sem, no entanto, fixar-se nas páginas do CE naquele ano inaugural.³²

Ao longo do primeiro mês de funcionamento seriam visíveis as melhorias gráficas do jornal que estabeleceria seções mais definidas, com *layouts* criativos como o da coluna “Notas Sociais” que, através das notícias de nascimentos, aniversários, casamentos, viajantes ilustres e batizados, mostrava o desenho do público a quem o jornal se destinava: as classes abastadas da sociedade campo-grandense. Em meados de março surgiram mais duas novas seções, “Vida Militar” - revelando os estreitos laços da publicação com o militarismo, corroborado pela colaboração frequente de militares nas páginas do matutino; e a coluna “Correio Econômico e Financeiro”, ambas com vida longa nas páginas da publicação. No mesmo período, sob o título “Participação à Praça”, a Empresa Correio do Estado Ltda. Ofereceria, pela primeira vez, os seus serviços gráficos, para os quais já se encontrava “perfeitamente

³¹ *Correio do Estado*, 19 jun.; 16 jul. 1955; 20 abr. 1956.

³² *Correio do Estado*, 9, 10 e 13 fev.; 1 abr. 1954.

aparelhada [...] com máquinas e instalações moderníssimas, em condições de confeccionar impressos em geral, rótulos de bebidas, de caixas etc. timbres, envelopes, talonários, formulários, mapas, cartões de visita, comerciais, cheques, duplicatas, cartazes etc.”, o diferencial ficava a cargo dos clichês praticados com os mesmos preços de São Paulo.³³

A pequena seção “Conversa de Rua”, publicada pela primeira vez no dia 2 de abril como uma anedota própria do dia anterior, o dia da mentira, desenhava-se como um canal para críticas políticas por meio do artifício do humor. Sua edição inaugural traria o diálogo de “Zé Povo” e “Espírito de Porco”, tendo Wilson Fadul e suas promessas eleitorais como assunto. A quadrinha, que em sua primeira publicação fora transcrita do *Jornal do Comércio*, passaria imediatamente a ser produzida diariamente no CE³⁴, ganhando espaço na primeira página, de forma que a tira da edição seguinte já se dirigia a Filinto Muller, também alvo constante da seção. É possível vislumbrar na “Conversa de Rua”, a origem da coluna “Chimarrão Society”³⁵ que lançada dois anos depois, seguiria a mesmíssima linha, tendo, porém, “Flores” e “Gaúcho” assumido os diálogos politizados e polarizados aí transcritos, com alvos principais escolhidos conforme o contexto do momento. A coluna que, em geral, era apresentada na primeira página, teve início em março de 1956, ganhando em agosto clichê ilustrativo que se manteria sempre o mesmo ao longo dos anos. Flores e Gaúcho, caracterizados com roupas típicas da cultura rio-grandense, são reflexo da já consagrada personificação do humor presente no dualismo de o gordo e o magro.

Em março de 1957, as personagens receberiam congratulações por terem sustentado durante um ano uma seção de jornal, um “fato inédito na imprensa matogrossense” – situação verificada nas próprias páginas do *Correio do Estado*. A nota comemorativa afirmaria, ainda, terem ambos os ícones da seção humorística se tornado populares em Mato Grosso, pois o chimarrão caíra no gosto do povo, firmando-se o Chimarrão Society como seção obrigatória. Conforme o jornal, a seção recebia colaborações de leitores de Miranda, Aquidauana, Ponta Porã, Campo Grande, etc., comprovando o interesse do povo em que não faltasse “lenha a Flores e Gaúcho para o preparo do ‘amargo’”. A perenidade da coluna mereceria ainda mais louvores, posto ter se estendido, sem interrupções, até novembro de 1961, retornando, após breve pausa, em fins de maio do ano seguinte “pra ajudar o povo a eleger Marcílio e Luiz

³³ *Correio do Estado*, 20 mar. 1954, p.1.

³⁴ Arakaki (2003, p. 52) faz menção, em seu trabalho que toma como fonte o jornal *O Progresso*, de Dourados – MS, a existência de quadro humorístico, estabelecido, igualmente, no diálogo crítico de “Colono” e “Zé Pinga”, revelando ser este, um modelo usual da imprensa do período.

³⁵ *Correio do Estado*, 15 mar. 1956, p. 1.

Alexandre”³⁶ como prefeito e vice do município, intenção frustrada pela vitória da oposição, representada por Mendes Canale e Nelson Trad.

O início do segundo ano do periódico seria marcado por novas colunas e seções como a “seção astrológica”; “Notícias Aquidauanenses”, assinada por *Djordan* (Dirce Jordão); “Mato Grosso em Revista”; “Atos do governo do Estado de interesse do sul de MT”, definição do locus de atuação do jornal; “A Ronda” e “Sociedade”, colunismo social; “A marcha dos desportos”, panorama esportivo nacional; “Pílulas esportivas”, com oferecimento da Rádio Cultura; “Música”, de Kalil Rahe; “A marcha da sucessão”, campanha presidencial; e o espaço para publicações gratuitas denominado “Você está desempregado?”; “A Ronda da Cidade”, “Conheça o seu futuro através de sua letra”, “Curiosidades” e o “Serviço de Meteorologia”, além de iniciativas como as publicações com fotos das participantes do Miss Campo Grande, promovido pelo CE; e os clichês de “vale voto” para participação no evento. Registrar-se-ia ainda, a publicação da primeira charge, reproduzida do magazine *New Yorker* - “exemplo típico do [seu] bom humor provocante”, o *Correio do Estado* reconheceria a “considerável influência” das piadas sobre os leitores³⁷, o que, porém, não seria suficiente para que a reprodução de charges perfizesse um hábito. Por fim, junto ao cabeçalho, seria afixado o novo *slogan*, que aí permaneceria por muitos anos: “Diário vespertino de maior circulação em Mato Grosso”.

Diversos anunciantes e patrocinadores eram cooptados para a confecção de edições especiais, iniciativa que se tornaria marca do periódico. A trajetória das edições especiais do matutino começa no dia 1º de maio de 1954 quando, em homenagem aos trabalhadores e seu dia, o jornal se apresentara pela primeira vez com 10 páginas. A tradição privilegiária, sobretudo, ocasiões tais como o aniversário de Campo Grande e os aniversários do próprio *Correio do Estado*, a Exposição Agropecuária anual, Natal e Ano Novo, além de edições comemorativas das mais variadas, em geral, dedicadas ao aniversário de cidades vizinhas, à gestão de políticos udenistas, a colônias radicadas na cidade de Campo Grande e a eventos especiais como exposições, jornadas e seminários. O ano de lançamento do *Correio do Estado* fora nacionalmente marcado pela morte de Getúlio Vargas, acontecimento que teve sua proporção tolhida dentro das páginas do periódico, dado coincidir com a primeira edição especial elaborada para o aniversário de Campo Grande.

³⁶ *Correio do Estado*, 14 e 15 mar. 1957; 29 maio, 1962, p. 1.

³⁷ *Correio do Estado*, 24 ago.; 2 jul. 1955.

O diário havia deixado de circular no dia 25 de agosto para preparar a edição do dia 26: sua primeira grande publicação composta por 36 páginas, divididas entre três cadernos. Ocorrido que fora na manhã do dia 24, o suicídio do presidente, dois dias depois, já constituía notícia velha ficando relegado a primeira página do segundo caderno onde, como um apanhado de tudo o que se passara nos dias anteriores, estampava-se: “A Pátria está de luto – Suicidou-se o Presidente Vargas. Assumiu o Governo o Vice-Presidente Café Filho. – Reina calma no país – nomeado Ministro da Aeronáutica o Brigadeiro Eduardo Gomes – Associa-se à dor popular o candidato Dr. Marcílio – Outras notas”.³⁸ Junto com a descrição dos detalhes do suicídio presidencial e das consequências políticas dele decorrentes, tinham-se as palavras de pesar de Marcilio de Oliveira, candidato à prefeitura e a nota oficial do Diretório Municipal da UDN campo-grandense que, “associando-se às manifestações de pesar do povo brasileiro”, suspendia suas atividades por cinco dias.

O ocorrido revelava a opção feita pelo *Correio do Estado* de não destinar especial atenção à morte do chefe da nação. Para Marcondes Filho (1986, p.12), “definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão”, caracterizando-se como “uma opção ideológica” no exercício do jornalismo, posto que “definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas”. Acima do cabeçalho daquele dia 26 de agosto e consequentemente acima da manchete aqui transcrita, se lia, no que pareciam ser as maiores letras disponíveis: “Salve Campo Grande!”. A grande edição já estava pronta, há muito planejada e divulgada, a minimização da notícia da morte de Getúlio Vargas pela folha udenista, enfatizava o posicionamento político do jornal e, ao mesmo tempo, fazia soar como se o presidente tivesse morrido na edição errada.

Outra estratégia seria a de reprodução de reportagens produzidas por agentes nacionalmente conhecidos, sob o título de exclusividade para o *Correio do Estado*, como o caso de publicação na edição especial de 1º de maio de material produzido e, “especialmente escrito”, por Edmar Morel e Jankiel, repórter e fotógrafo da imprensa carioca. A adoção de todas essas estratégias, somadas à diversificação dos investimentos de seus principais acionistas, e seus investimentos para agregar publicidade e assinaturas, deixa transparecer a existência de intenções mercadológicas, refutando a hipótese recorrentemente alvitada de que a folha udenista constituía-se somente de intenções políticas.

³⁸ *Correio do Estado*, 26 ago. 1954, p.1 – 2º caderno.

Assim, fazendo jus ao dinheiro injetado também por investidores e inserido na lógica do mercado, o *Correio do Estado* se valeria, portanto, de inovações técnicas e formais, da publicação de edições e da colaboração de agentes conhecidos pela sociedade para cativar o público, valorizar os contratos de assinatura e aumentar as suas receitas publicitárias. Concomitantemente, a modernização também era encarada como arma na luta política. Outra iniciativa encontrada neste sentido foi o início da publicação das tirinhas de humor “História Muda – O mundo de Ivan”³⁹, inovação com vida curta e inconstante, como tantas outras ao longo da história do diário. Neste ano inicial, e praticamente de forma constante nos anos subsequentes, o CE viveria uma insistente busca por identidade visual exemplificada pela mudança frequente do *layout* do cabeçalho, pela falta de permanência de alguns quadros e de periodicidade de outros, bem como na inexistência de espaços fixos destinados a determinadas seções do jornal nascente.

Oportunamente lançado em ano eleitoral, o *Correio do Estado* reproduziria, também a fim de mostrar a qualidade de seus serviços, clichês com imagens dos candidatos, sobretudo udenistas – “Defende a tua terra votando nos candidatos da UDN”; por vezes ocupando páginas inteiras. Os principais candidatos do jornal para o pleito de 1954 eram o Dr. Marcilio de Oliveira Lima, que tinha como principal promessa de campanha trazer mais luz para a cidade, e José Fragelli, ambos eleitos para o cargo de prefeito e deputado federal, respectivamente. No entanto, estes não receberiam o maior destaque dentro das páginas do diário, cabendo os maiores laureis à figura do governador eleito de São Paulo, anunciado com grandes letras acima do cabeçalho, como “o campo-grandense Jânio Quadros”.⁴⁰ Jânio, “o mais ilustre filho de Campo Grande”, seria por, praticamente toda a primeira década de existência do *Correio do Estado*, o maior modelo político do periódico. A partir do dia 7 de outubro, no ritmo frenético das apurações, o jornal anunciaria sua mudança de matutino para vespertino, passando a circular diariamente sempre às 12 horas.

No início de junho, a edição subsequente ao anúncio da contratação do novo editor-chefe, traria a adição do nome de J. Barbosa Rodrigues ao expediente localizado na página inicial e a primeira declaração do jornal com relação a melhorias em suas posses, a chegada de novas máquinas e a ampliação das instalações gráficas. A nota tornava pública a aquisição de uma “máquina impressora automática e mais moderna e completa Linotipo”, viabilizando a

³⁹ *Correio do Estado*, 25 abr. 1954, p.1.

⁴⁰ *Correio do Estado*, 29 jul.; 11 ago.; 22 out. 1954.

promessa, para dentro em breve, da circulação diária do jornal com 8 páginas⁴¹, o que, no entanto, demorou a efetivar-se como uma realidade constante, ora por falta de energia elétrica, ora por falta de papel⁴², o que fazia com que se mantivessem somente aos domingos. A divulgação de seus progressos e aquisições constituiu-se prática corrente do CE, neste sentido, “prosseguindo na linha de melhorias a que se propôs a direção”, seria criado o departamento de publicidade devidamente aparelhado para prestar os melhores serviços aos anunciantes, “em moldes atualizados e eficientes”, funcionando sob a responsabilidade do jornalista Álvaro Afonso Costa Rodrigues. O novo serviço seria divulgado por máximas tais como: “a publicidade é a alma do negócio. Entregue a sua propaganda ao nosso departamento especializado”, ou “O Departamento de Publicidade do ‘*Correio do Estado*’ tem a ideia para a ‘SUA’ propaganda”⁴³, o *Correio do Estado* sempre fora o melhor propagandista de si mesmo.

O matutino, que no início apresentou-se ainda como “o jornal do povo de Mato Grosso”, sempre se utilizou de suas páginas para o provimento de serviços e vagas dentro da própria empresa jornalística, procedimento mantido com o passar do tempo e registrado em anúncios do tipo: “precisa-se de tipógrafos”, “seja repórter amador do ‘*Correio do Estado*’ enviando-nos sua preciosa colaboração”, “compramos chumbo”, “leia e anuncie neste jornal”, etc. Dentre as buscas, pode-se classificar como necessidade frequente o preenchimento da função de repórter, disponível para rapaz que quisesse se iniciar na carreira jornalística, bastando “possuir redação própria, ter apresentação” e estar de acordo com a linha político partidária do jornal, posto que seu caráter de empresa comercial não era suficiente para transpor os limites da atuação do diário como folha oficial. Com o passar dos anos, a ideia presente na oferta manter-se-ia sempre a mesma, sendo acrescentados, por vezes, alguns termos de exigência como boa conduta e boas referências⁴⁴, por exemplo. O anúncio de tais expedientes revelava os limites da imprensa do período, não só a do interior, dado ser o jornalista que aprendia o ofício na prática das redações, uma constante da realidade da imprensa nacional da década de 1950.

É inegável a influência das mídias do eixo Rio-São Paulo, comumente referenciadas como grande imprensa, sobre a imprensa do interior, de forma que o *Correio do Estado* revelar-se-ia antenado às produções da grande imprensa, buscando assemelhar-se a esta. Em entrevistas e declarações posteriores, o próprio J. Barbosa Rodrigues classificaria o jornal O

⁴¹ *Correio do Estado*, 14 fev.; 1 maio; 4 jun. 1954.

⁴² “Há 80 dias que aguardamos a chegada de papel para este jornal” *Correio do Estado*, 12 out. 1954, p.1.

⁴³ *Correio do Estado*, 12 ago., p.2; 19 set. 1954, p.5.

⁴⁴ *Correio do Estado*, 3 jul. 1961; 1 ago. 1963, p. 1.

Estado de S. Paulo (OESP), referenciado como “o maior órgão de imprensa da América Latina e um dos maiores de todo o mundo”, com “cem anos de luta pela liberdade. [...] Um jornal que não para”;⁴⁵ como fonte de inspiração para o desenvolvimento das práticas jornalísticas estabelecidas no interior do *Correio do Estado*. O OESP, seria definido por Barbosa Rodrigues como um jornal “que faz a linha da seriedade”, assim como o *Correio do Estado*, pois “os outros jornais muda, muda e ele continua aqui e nós continuamos...”, admitindo-se ainda, “nós temos muita ligação com *O Estado de S. Paulo*, ligação cliente, noticiário, nós compramos tudo, mas não que eles interfiram, não... absolutamente...” (MARTINS, 1999).

Em diversos momentos, o CE deixaria entrever as suas relações com outros periódicos, de forma que ao longo das edições se encontram também notícias que tomavam demais jornais mato-grossenses e paulistas como a *Folha da Manhã* (que merecia ser lido por ser o único jornal de São Paulo a publicar diariamente notícias de Mato Grosso)⁴⁶ e o *Diário de S. Paulo*, além dos jornais cariocas *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, entre outros, como canal de informação direta ou, simplesmente, fonte integral de transcrição. Mantendo também o bom relacionamento com os veículos aliados dentro de Campo Grande, com destaque para o *Jornal do Comércio* e algumas folhas de agremiações, o *Correio do Estado* conectava-se com os contextos internacionais através de agências de notícias como ABA e USIS. Lançando as bases de sua consolidação como “competente” órgão de imprensa, o ano de 1954 seria encerrado com a notícia do ganho da concorrência para a publicação dos atos oficiais da prefeitura, cuja divulgação passaria a ocorrer diariamente a partir de janeiro do ano seguinte, quando o mais alto posto municipal seria oportunamente ocupado por um udenista.

Durante o primeiro ano de circulação do jornal, somadas às duras críticas e pesadas alcunhas dirigidas ao *O Matogrossense*, tais como: “órgão que há muito se especializou na trança de vis intrigas políticas, no assacamento de torpes calúnias e injúrias graciosas [...]”, por exemplo; e a seus editores “tipos sádicos, malvados e perversos”, que escreviam “nesse ‘jornal’, que, em tão má hora apelidaram de ‘*O Matogrossense*’”, denominação da qual, cria-se, a folha não era digna. Figurariam também, as farpas direcionadas a ambos os políticos pessedistas, Wilson Fadul, a época prefeito de Campo Grande e o sempiterno líder do PSD, Filinto Muller, personificação dos maiores inimigos do *Correio do Estado*. Wilson Fadul seria

⁴⁵ *Correio do Estado*, 6 jan. 1975, p. 3.

⁴⁶ *Correio do Estado*, 24 mar. 1954, p.6.

por vezes intitulado como “uma nulidade como prefeito”, “eleito por engano do eleitorado”. A Filinto, no entanto, caberiam acusações ainda piores: este era o que faltou em Nuremberg e sobrava em Mato Grosso, “carrasco, covarde, traidor, espancador e instigador de crime”.⁴⁷

Assegura-se, portanto, que fundado por partidários da UDN o *Correio do Estado* funcionou, de fato, como uma extensão do partido no Mato Grosso, traço comum à imprensa brasileira do período, sobretudo à desenvolvida no interior, já que, conforme exposto, no decorrer da década de 1950, a imprensa desenvolvida nos grandes centros nacionais já buscava um aparente distanciamento dos partidos políticos, o que não ocorreria de fato. Em Campo Grande, a definição de jornal de partido não fora exclusividade do CE, tendo neste cenário se estabelecido vários outros veículos com a mesma finalidade, destacando-se por suas trajetórias e pelos imbrincados relacionamentos estabelecidos com o diário, suas ideias e seus agentes, os já citados *Jornal do Comércio* e *O Matogrossense*. O primeiro, um “órgão dedicado exclusivamente aos interesses legítimos do comércio e das classes produtoras”, fundado em 13 de abril de 1921 por José Jayme Ferreira de Vasconcellos, constituiu-se no órgão de maior longevidade da imprensa campo-grandense anterior à consolidação do *Correio do Estado*.

Jayme F. de Vasconcellos nasceu no Rio de Janeiro, tendo também aí se formado em Direito, exerceu conjuntamente as atividades de advogado e de jornalista ao colaborar no jornal carioca *O País*. Transferiu-se para Mato Grosso, com uma breve estada em Cuiabá onde integrou o quadro de docentes da Faculdade de Direito, até fixar residência em Campo Grande onde fora nomeado Promotor de Justiça. Devido às formações de Jayme de Vasconcellos em “áreas jurídica, literária e jornalística”, Calonga (2014, p.22) e Andrade (2011, p. 82) advogam sua caracterização, respectivamente, “como um importante intelectual mato-grossense dos anos 30 e 40” e “membro da elite intelectual campo-grandense”.⁴⁸ O *Jornal do Comércio* começou como semanário, passando a diário em 14 de abril de 1927 (RODRIGUES, 1989, p. 47). Antes, porém, seu fundador ingressara na política como

⁴⁷ *Correio do Estado*, 13 e 17 fev.; 6, 10, 14 e 18 mar., 30 maio 1954.

⁴⁸ Dentre as várias funções em que atuou, destacam-se a de membro correspondente da Ordem dos Advogados do Brasil e Procurador Geral do Estado de Mato Grosso. No universo jornalístico, José Jayme foi membro efetivo das Associações Brasileira, Paulista e Mato-Grossense de Imprensa. Recebeu condecorações diplomáticas, na França, Itália, Paraguai, Espanha e Brasil. Dentre outras, publicou obras jurídicas e também atuou em legislaturas (ANDRADE, 2011, p. 21). Tais condecorações e demais informações sobre o curriculum de Jayme de Vasconcellos podem, igualmente, ser encontradas no *Correio do Estado* de 16 junho de 1967, p. 1 e 2, publicação por ocasião da comemoração do cinquentenário da chegada do ilustre advogado e jornalista ao estado de Mato Grosso.

Deputado Estadual (1923-1926), reelegendo-se para uma posterior gestão nos anos de 1929-1930.⁴⁹

Em 1930, quando da vitória de Getúlio Vargas, o jornal seria empastelado por um breve período. Segundo Andrade (2010, p. 3, 7), o ocorrido constituiu-se em represália dada a oposição externada pelo periódico à ascensão de Vargas durante a Revolução de 1930. Ainda segundo a autora, após a instauração do Estado Novo em 1937, a vigilância dos órgãos censores, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), se tornou constante no cotidiano do periódico, resultando na mudança de posicionamento do jornal que passaria a veicular intensa propaganda favorável ao regime, havendo o consequente desaparecimento das expressões de oposição ao presidente. Outro fator importante para esta mudança fora a nomeação de Júlio Muller como Interventor Estadual, revelando-se o *Jornal do Comércio*, nesta primeira fase concomitante ao Estado Novo, parte do grupo político que apoiava o poder estadual dos irmãos Muller – Júlio, Fenelon e Filinto.

É também neste período que Jayme de Vasconcellos funda o Partido da Mocidade, composto “por simpatizantes da Revolução Constitucionalista de 1932”. A década de 1930 seria também palco de outra mudança política do diretor-proprietário da publicação, que passaria a defender os ideais das oligarquias sulistas (Campo Grande) em detrimento das do norte (Cuiabá), movimento ligado às novas estruturas de poder na região (CALONGA, 2014, p. 38). Extremamente político, o *Jornal do Comércio* matinha relações estreitas com a capital federal, facilitadas, a partir de 1933, pelas atividades de Jayme de Vasconcellos como Procurador do Estado⁵⁰, o que também lhe dava oportunidades de contatos com jornalistas do eixo Rio-São Paulo, expediente pouco comum às empresas jornalísticas do interior. Calonga (2014, p. 48, 50), retratando o órgão de imprensa “como espaço de representação partidária”, apresenta o fato de que, em 1945, com a criação de novos partidos, o diário passou a apresentar-se como “defensor do Partido Social Democrático, declarando-se ‘Órgão Institucional do P.S.D’”, conforme se publicava: “Escolha e eleição dos membros do Diretório Municipal do P.S.D. Na redação do *Jornal do Comércio*, sede provisória do P.S.D.”

⁴⁹ Disponível em: <http://academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-35/174-jose-jayme-ferreira-de-vasconcellos>. Acesso em: 10/08/17.

⁵⁰ “O acúmulo de dupla função (política e jornalística) vislumbrava alcançar posições elevadas nos dois campos, com objetivo máximo de assegurar os interesses dos grupos a que pertenciam. Todos os jornais possuíam agentes com contatos ou atuação na política do período. [...], todos os jornalistas estavam obrigatoriamente ligados ao campo político, seja com o exercício de cargos ou por meio de relações pessoais. Essa proximidade, mais do que uma opção, era uma necessidade que se impunha à imprensa, tanto para a obtenção de informações exclusivas, quanto ao exercício de influência na política” (Teixeira, 2015, p.76-77).

O JC destacou-se dentro do seu campo de atuação como o mais importante veículo de sua época, sendo por vezes o único diário em atividade no sul do estado. Os redatores do CE descreveriam o *Jornal do Comércio* como o “brilhante colega [...] jornal, glória da imprensa matogrossense”; “prezado confrade [...], decano da imprensa mato-grossense e dos mais lidos entre os órgãos de publicidade em Mato Grosso. [...] o velho patriarca”. Vários jornalistas de renome estadual passaram por sua redação, apontada como “verdadeira escola de jornalismo do Oeste Brasileiro”⁵¹, nomes como J.R de Sá Carvalho, Belisário Lima, Dauto Santiago e o próprio J. Barbosa Rodrigues (1989, p. 47). Em 1956, pouco depois de parabenizar o 35º aniversário do *Jornal da Avenida*, assim cognominado por localizar-se na Avenida Afonso Pena; o *Correio do Estado* publicaria em primeira página notícia que vinha “correndo com insistência” na cidade, “o Sr. Jaime de Vasconcelos estaria negociando o ‘*Jornal do Comércio*’ com os ‘*Diários Associados*’, pela vultuosa importância de Cr\$ 6.000.000,00.”, determinando “a passagem para outros donos, do mais antigo dos diários mato-grossenses”, nada indica, porém, terem se concretizado tais especulações.

Este seria, no entanto, apenas o prenúncio da saga final do *Jornal do Comércio* que no ano seguinte, 1957, conforme noticiara o *Correio do Estado* fora novamente arrendado, desta vez ao “confrade” sr. Herbert de Almeida, que assumiu a direção integral do vespertino por um acordo com duração prevista de um ano.⁵² A relação entre os dois periódicos, no entanto, não se manteria sempre amena. Entre os discursos elogiosos religiosamente publicados por ocasião dos aniversários do *Jornal do Comércio*, houvera, também, editoriais provocativos que revelavam a existência de rusgas entre os confrades, porém, estas situações eram raras, sobretudo se comparadas à relação de animosidade permanente entre o *Correio do Estado* e o *Matogrossense*. Em 1961, o diário afirmaria ser “público e notório” o fato de que Jayme Vasconcellos havia transferido “há pouco tempo” a propriedade do *Jornal do Comércio* para Antônio Chaves, que logo a seguir a transferira para o Bispo de Campo Grande, que disporia a partir de então “de um jornal diário de orientação religiosa”. O *Correio do Estado*, concluiria a notícia dirigindo “aplausos ao povo católico, ao Bispo de Campo Grande e ao sr. Antônio Chaves, todos beneficiados com a oportuna transação comercial.”

A primeira edição “sob os auspícios do Bispo de Campo Grande” ocorreria no dia 2 de setembro de 1961, quando o *Jornal do Comércio* se apresentaria sob novo lema: “Arauto do Bem e da Verdade”. A arquidiocese de Campo Grande fora responsável por efetivar

⁵¹ *Correio do Estado*, 13 e 15 abr. 1964, p. 1.

⁵² *Correio do Estado*, 4 ago. 1956; 10 abr. 1957.

mudanças no perfil editorial da publicação, que no ano de 1964 já se autoproclamava “Órgão de maior penetração em todo o estado de Mato Grosso”, sendo lançado outro *slogan* no ano seguinte: “De Campo Grande para Mato Grosso” (MARQUES, 2014, p.3,5 e 7). Nenhum dos autores consultados aponta uma justificativa para o encerramento das atividades do *Jornal do Comércio*, o que se sabe, porém, é que o órgão inaugurado no começo dos anos de 1920, quando teve início um processo de deslocamento do poder econômico do estado do Mato Grosso da região norte para a região sul, podendo, inclusive, ser a sua fundação atrelada a uma perspectiva de progresso, teria seu fim ainda no início da década de 1970, quando, após 49 anos, deixara de circular o mais antigo jornal campo-grandense.⁵³

Já sendo poucas as pesquisas que privilegiam veículos da imprensa do Mato Grosso ou do Mato Grosso do Sul, menores ainda são aquelas que consideram o jornal *O Matogrossense*, de forma que são escassas as informações disponíveis sobre este, destacando-se como exceção o material produzido por Sotana (2015). Assim, a partir dos escritos do autor, tem-se que, fundado em 26 de agosto de 1949⁵⁴ por Artur Mendes Jorge Sobrinho e Ranulfo Correa, tendo como proprietário neste início o político Ary Coelho, era folha oficial do PSD. Inicialmente quinzenal, a publicação passaria, em pouco tempo, a ser editada semanalmente, tornando-se diária no final da década de 1950 (idem, p.8, 9), o que geraria a declaração do humorístico “Chimarão Society” em tom jocoso e provocativo, de que OM estava “ficando um tesouro” com “6 páginas todos os dias”. Conforme reproduz Sotana (2015, p.9), a partir de declarações do próprio periódico, *O Matogrossense* tinha por “ideal a defesa sadia e intransigente dos postulados democráticos do glorioso Partido Social Democrático em nosso município e no Estado”, bem como “o patriótico propósito de prestar a sua parcela de colaboração ao engrandecimento da boa imprensa em terras mato-grossenses.”

Já na década de 1960, o jornal passaria a ter Philadelpho Garcia como seu diretor presidente e Antônio Mendes Canale como redator chefe, ambos políticos proeminentes no contexto estadual. Philadelpho, o “*Filavotos* Garcia, inimigo nº1 de Campo Grande”⁵⁵ conforme denominado pelo CE, assumiu, dentre outras funções durante o Estado Novo, o

⁵³ *Correio do Estado*, 29 ago.; 5 set. 1961 e 6 jan. 1971, p. 1.

⁵⁴ Há aqui, também, um dissenso com relação a data de fundação do jornal *O Matogrossense* bem como de sua função, Martins (1999, p. 50-51) aponta seu lançamento como tendo ocorrido em 26 de agosto de 1944 e caracteriza o mesmo como “órgão do Partido Social Progressista” (PSP), ficando “mais tarde a serviço do Partido Social Democrático”. Preferimos adotar o ano de 1949 citado por Sotana (2015), bem como a filiação do jornal ao PSD desde o início, dado que o PSP só é criado no ano de 1946 pelo ex-interventor em São Paulo Ademar de Barros, dois anos depois, portanto, da data estabelecida por Martins. Para maiores informações sobre o PSP, ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-psp-1946>.

⁵⁵ *Correio do Estado*, 17 mar. 1956; 11 dez. 1958, p. 1.

cargo de oficial de gabinete de Filinto Muller, enquanto este era chefe de polícia do Distrito Federal – DF, e de advogado da Prefeitura do DF, sendo ainda deputado federal por Mato Grosso pelo PSD, elegendo-se seguidamente num período que se estendeu de 1951-1967.⁵⁶ Antônio Canale possui ainda mais extensa trajetória política, desde o seu ingresso no PSD no ano de 1945, presidente da Ala Moça estadual, deputado estadual eleito nos pleitos de 1950 e 1954 - quando obteve a maior votação do estado; prefeito de Campo Grande em duas ocasiões, 1963-1967 e 1970-1973, constituindo-se senador nos anos de 1975-1978 e 1987-1991. Como legítimo político de carreira, após passar por partidos como Arena, Partido Popular (PP) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aposentou-se em 1995, já como presidente municipal do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB).⁵⁷

Sotana (2015, p.12), tratando já da década de 1960, caracteriza *O Matogrossense* “como um órgão vinculado ao PSD, alinhado a políticos como Canale e Pedrossian, com atuação de oposição a UDN e que travou batalhas simbólicas com J. Barbosa Rodrigues e o jornal *Correio do Estado*.” Segundo o autor, durante o primeiro mandato de Mendes Canale como prefeito de Campo Grande (1963-1967), *O Matogrossense* passara a receber suporte financeiro, tornando-se órgão oficial para a publicação dos atos municipais e mensagens do Executivo (idem, p. 10), informação, no entanto, não corroborada pelas páginas do CE que, em dezembro de 1964, garantiria, para o ano vindouro, a sua permanência como Órgão Oficial do Município.⁵⁸

Em nota de 1970, justificando-se pela insistência dos comentários, o *Correio do Estado* anunciaria a possível fusão dos jornais *O Matogrossense* e *Luta Matogrossense*⁵⁹, não seria publicada, no entanto, qualquer outra notícia capaz de confirmar tais comentários. Um ano após a publicação especulativa, o diário afirmaria: “Juiz manda à praça bens de jornal [...], máquina e material tipográfico do jornal ‘*O Matogrossense*’ [...] tradicional jornal da cidade”, os instrumentos do jornal que já se encontrava sob a direção do vereador Pedro Dobes, foram penhorados por reclamação trabalhista de Marciano Lopes. O CE lamentaria, ainda, o fim “tão inglório” do jornal que sobrevivera durante tantos anos em mãos de tantos diretores, “muitos deles como Herbert de Almeida, verdadeiros jornalistas”.⁶⁰ A partir de

⁵⁶ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/garcia-filadelfo>.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-mendes-canale>.

⁵⁸ *Correio do Estado*, 31 dez. 1964, p. 3.

⁵⁹ *Luta Matogrossense*: semanário “noticioso e independente” fundado no ano de 1961, sob direção e propriedade de Antônio M. Chaves, ex-diretor gerente do *Jornal do Comércio*. *Correio do Estado*, 21 e 22 nov. 1961, p. 2.

⁶⁰ *Correio do Estado*, 21 fev. 1970; 29 set. 1971.

setembro de 1971, tornar-se-ia oficial, o *Correio do Estado* havia sobrevivido e sobrepujado à sua intenção primeira, fora derrotado *O Matogrossense*, silenciado estava também o *Jornal do Comércio*, o vespertino era, portanto, o mais antigo e mais tradicional órgão da imprensa campo-grandense.

Durante o período em que *Correio do Estado* e *O Matogrossense* circularam paralelamente, era comum encontrar ofensas recíprocas dirigidas aos líderes e correspondentes dos dois veículos. Tendo sua redação e oficina localizadas na rua D. Aquino, nº300, o jornal *O Matogrossense* era comumente referido pelo *Correio do Estado* como “o jornal (ou jornaleco) da D. Aquino”, que respondia no mesmo tom empregando ao CE a alcunha de “jornal da baixada” (SOTANA, 2015, p.9). Assim, tem-se que o *Correio do Estado* refere-se em tom de ameaça ao *O Matogrossense* já em sua segunda edição, que em primeira página deixava transparecer a hostilidade existente entre os periódicos:

A polícia local acaba de instaurar rigoroso inquérito para apurar a denúncia de “*O Matogrossense*”, feita em “manchete” no seu número de domingo passado. Serão responsabilizados criminalmente os seus diretores, caso não fique provada essa infâmia e os seus autores tenham a coragem moral de abrir mão de suas imunidades de deputados.

Somente na edição seguinte à publicação do excerto citado, pode o leitor desavisado compreender plenamente a situação, sob o título: “*O Matogrossense* às voltas com a polícia”, notícia com início na 6ª página e fechamento na 5ª, já sob o título “*O Matogrossense... Sujeitos a processo*”⁶¹; fazia menção ao fato de ter o OM publicado que elementos da UDN vandalizaram a estátua do falecido prefeito Ary Coelho.⁶², o que fez com que o diretório udenista requeresse a instauração de inquérito para apuração da verdade e punição dos culpados. Entretanto, uma vez comprovada a falsidade das declarações, o partido se comprometia a promover “o processo dos responsáveis pelo injurioso artigo”. A continuação da nota apresentava na forma da lei, os artigos pelos quais *O Matogrossense* poderia ser condenado, caso ficasse comprovada a publicação de notícia falsa, por fim, com a

⁶¹ *Correio do Estado*, 9 fev. p. 1; 10 fev. 1954, p.5,6.

⁶² Na década de 1950, as páginas d’ *O Matogrossense* serviram de palco para o início de um debate que terminou tragicamente. Em 1952, Ary Coelho, à época prefeito de Campo Grande e proprietário do jornal, criticou “a concessão de terras à Fundação Brasil Central, dirigida por Arquimedes Pereira Lima”. Para responder às acusações, Arquimedes utilizou as páginas do jornal cuiabano *O Combate*, incumbindo seu irmão, Alcy Pereira Lima, de revidar às críticas de Coelho. Porém, a contenda não ficou somente na troca de acusações pela imprensa, sendo encerrada com a morte de Ary Coelho, assassinado com um tiro no rosto desferido por Alcy Pereira Lima em repartição pública na cidade de Cuiabá. (SOTANA, 2015, p.9).

confirmação da abertura do inquérito, declarava-se: “a UDN faz questão de que seja provada a verdade para evitar que, mais tarde, esses que andam explorando a morte de Ary Coelho, danifiquem – eles mesmos – a célebre estátua e lancem a culpa na UDN”.

Conforme Arakaki (2015, p.94), toda polêmica envolvendo a morte do prefeito petebista serviu para que o PTB conquistasse espaço em Campo Grande, elegendo para a prefeitura em 1953, portanto, um ano após a morte de Ary Coelho, o então vereador pelo partido, Wilson Fadul. As discussões em torno da questão se estenderiam por várias edições, gerando matéria especial da morte do ex-prefeito e provocações em torno da “falsa” veneração a estátua do mandatário. Comportamentos comuns à imprensa do período marcada “por representações de concorrência e competição com relação aos pares jornalistas e ao poder político” (TEIXEIRA, 2015, p.77). Uma das estratégias adotadas pelo *Correio do Estado* em suas muitas manifestações contrárias ao *O Matogrossense*, seria a produção de um discurso balizado pela diferenciação qualitativa (redacional) e moral no exercício da atividade jornalística:

Entre nós, os que fazemos o ‘Correio do Estado’ e ‘O Matogrossense’ há um grande abismo. A moderação da nossa linguagem, diz bem que temos um dever a cumprir, o que, aliás, já não há com ‘O Matogrossense’, que desvirtuando os princípios do jornalismo moralizado, está incluído no número dos que formaram a massa irresponsável, desrespeitosa e maléfica. Que fique aquele jornal recolhido à sua insignificância de pasquim destituído de princípios rudimentares sobre moral!

Ao invés de se restringir ao seu papel de informador da opinião pública ou de comentarista digno e decente, foi, aquele jornal, além das suas atribuições, ultrapassando os limites éticos que deve orientar a atuação jornalística. [...] Nós temos respeitado as normas que foram traçadas pelo sr. Presidente da República, com referência à atuação da imprensa durante o estado de sítio. E do alto em que nos colocamos, repudiamos a intriga de ‘O Matogrossense’ [...].⁶³ (Grifos nossos).

Posteriormente, ironizando apelo feito pelo *O Matogrossense* em nome da “recuperação da imprensa”, o *Correio do Estado* o apresentaria como “A Grande Piada”, o jornal menos credenciado para a missão, título da nota onde se lia:

[...] aqui, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, existe um órgão de Imprensa que de tanto tripudiar sobre o bom nome da Imprensa, recebeu, merecidamente, o apelido de ‘Boca Suja’.

Explicação aos nossos leitores: Já estamos acostumados com as sandices d’O Matogrossense. Raramente fazemos referências à sua caduquice. Neste ensejo, porém, não pudemos deixar o seu apelo sem alguns reparos, porque a

⁶³ *Correio do Estado*, 25 e 27 abr.; 14 jul.; 5 dez. 1954.

nota foi dirigida ao '*Correio do Estado*'. Como é do conhecimento do público, este Diário surgiu na cidade há pouco mais de dois anos, quando a nossa cidade já estava toda besuntada do linguajar sujo, muito do gosto do jornal da rua Dom Aquino. Porém, como é comum nascer lírio do lodo, '*Correio do Estado*', vicejou, cresceu e vai, graças a Deus, conservando a liral pureza. É que o lírio tem haste alongada e se conserva sempre acima do monturo, mesmo que este seja da extensão do '*rio de lama*' do qual '*O Matogrossense*' é porta-voz! (Grifos nossos).

Seria o próprio *Correio do Estado* quem se desmentiria em edição posterior, admitindo não serem assim tão raras as referências feitas ao OM em suas páginas: “de certo modo sois nossos colaboradores. Pois, das burradas dos vossos escribas, tiramos matéria para mais de 20% do que se publica neste Diário, para deleite dos nossos prezados leitores.” A nota, que tinha por intenção desmentir acusação de *O Matogrossense*, terminava ainda com um questionamento irônico: “Empastelar um colaborador nosso? ‘Piu, piu para vocês’...”. Numa aparente retratação, o *Correio do Estado* publicaria editorial em que reconhecia “o pecado”, em tempo, por ter cedido “à influência do ambiente” tendo igualmente, descambado “para o linguajar desabrido e chulo, completamente divorciado da linguagem exigida e aconselhada pela ética do bom jornalismo. [...] aquela linguagem que transforma os jornais em pasquins abjetos”. A confissão, já em página seguinte, apresentaria seu objetivo: “porém, ficamos sós, porque o nosso confrade '*O Matogrossense*', que também devia refrear os seus ímpetos, continuou falando no mesmo tom agressivo e petulante”. Após citar e corrigir gramaticalmente informação trazida pela folha pessedista, o editorial sairia em defesa da UDN e, o que de início parecera uma retratação, acabaria por descortinar uma aliança, já que só no final do texto o leitor tomava conhecimento de se tratar de uma transcrição de seu confrade, *Jornal do Comércio*.⁶⁴

Se, num primeiro momento, a memória de Ary Coelho fora motivo de discórdia, no período próximo posterior duas figuras personificariam a cisão entre os periódicos: os já mencionados Fernando Corrêa da Costa (UDN) e Filinto Muller (PSD), posto que, mormente, os inúmeros embates entre os dois periódicos se davam em razão de suas filiações político-partidárias. Antes de sua derrocada política, Vargas fundou ainda dois partidos “com bases sociopolíticas distintas” (SILVA, 2009, p.169), o Partido Social Democrático (PSD) a quem *O Matogrossense* era vinculado, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro fora “organizado com base nas interventorias do Estado Novo”. Já o outro fora “estabelecido a partir das forças sociais vinculadas ao Ministério do Trabalho”, ambos os partidos, juntamente

⁶⁴ *Correio do Estado*, 27 jul. 1955; 6 jun.; 19 jun. 1956.

com a União Democrática Nacional (UDN), todos os três formados em 1945, se constituíram nas maiores organizações partidárias do período que se estende de 1945 a 1964 (SILVA, 2008, p.5). A criação destes partidos refletia o contexto vivido pela política nacional: o dualismo getulistas (PSD/PTB) versus antigetulistas (UDN).

Nos estados, o PSD tinha sua base de sustentação composta por “membros da administração estadual, e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc.”⁶⁵ ou seja, o partido era constituído, principalmente, por antigos grupos beneficiados por meio da política do Estado Novo. A UDN representava o extremo oposto em termos de posicionamento político, já que se compunha de grupos contrários a Vargas e ao Estado Novo. A sigla agregava “membros das oligarquias destronadas a partir de 1930, antigos aliados de Getúlio e marginalizados no Estado Novo, liberais inspiradores do Manifesto dos Mineiros e comunistas ou estudantes de tendência socialista” (SILVA, 2006, p.64). E, ainda que soe contraditório a partir da análise de seus correligionários; a UDN se constituiu na principal agremiação de direita do país, defendendo os ideais conservadores. Benevides (1981, p.3-4), no entanto, aponta a contradição como marca do partido que, em busca de unidade e identidade, congregava “algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas”.

Para a autora (idem, p.133), PSD e UDN, em linhas gerais, defendiam interesses econômicos muito próximos, de forma que “a principal diferença entre ambos deriva da postura tradicionalmente anti-estatista da UDN e favorável ao capital estrangeiro, enquanto o PSD, numa linha mais progressiva, admitia, ao mesmo tempo e com igual ênfase, a intervenção estatal e o capital estrangeiro”, sendo comuns as particularidades pertinentes às secções regionais, onde, por vezes, se apoiava o líder maior, mas se dissentia do interventor, por exemplo. De forma que, em muitos momentos, os interesses proclamados nacionalmente pelos partidos eram conflitantes com aqueles defendidos pelas agremiações regionais indo, por vezes, de encontro com “a linha ideológico-pragmática” estabelecida pelas agremiações.

Dentre essas particularidades, Benevides (1981, p. 133, 166-167), citando Hélio Jaguaribe (1962, p.23), apresenta a “política de clientela da UDN” como tendo “um sentido ‘conservador senhorial’ na zona canavieira do Nordeste, no Ceará e nas zonas de pecuária mais antigas da região Centro-Oeste, enquanto que o PSD revelaria um ‘clientelismo mais

⁶⁵ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965> Acesso em: 10 ago. 2017.

consensual' no interior da região Centro-Leste e nas regiões novas do Centro-Oeste", realidades do sul de Mato Grosso; mantendo, ambos os partidos, tendências clientelísticas "semelhantes no interior da Região Leste (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo) e na Região Norte". Inimigos ferrenhos e personagens de embates violentos que se estendiam para além do campo das ideias, PSD e UDN possuíam mais semelhanças do que diferenças, "ambos eram 'partidos da ordem', defensores da mesma política agrária, da mesma política salarial, enfim, dois partidos das 'classes dominantes'", com similitudes em seus interesses econômicos, convicções doutrinárias e origens sociais, em síntese, "ambos partidos conservadores".

Em contrapartida, o PTB identificado como "progressista ou populista, foi formado para agregar a cúpula sindical atrelada ao Estado Novo, com o objetivo de arregimentar a classe operária sob domínio dessas lideranças [...]". Porém, esta era apenas a imagem pretendida pela agremiação não saída "da base trabalhadora, mas [que] nasceu de cima para baixo, como um legítimo representante dos interesses de Vargas junto ao aparelho dos sindicatos" (ALÉM, 2011, p.54). Ainda que tenha se espreado por todo o país, o PTB nunca foi capaz de, sozinho, fazer frente aos outros dois partidos, porém, tê-lo como aliado era quase que garantia de vitória. Conforme Arakaki (2015, p. 91) "no Mato Grosso, PSD e UDN revezavam-se no poder fazendo uso das alianças partidárias, tendo o PTB como o fiel da balança", situação retratada no diálogo dos protagonistas da coluna Chimarrão *Society* do *Correio do Estado*: "- Pois é, Gaúcho! O jornal do PSD já está de namoricos com o pessoal do PTB [...] - Querem fazer a UDN arrotar em 1962, chê! Sabem que divididos o udenismo engole os dois... sem dar um arrote".

O maior representante do PSD mato-grossense foi Filinto Strubing Muller, nascido em Cuiabá no ano de 1900, militar, participou dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924, tendo longa carreira política em âmbito nacional e estadual, ocupando desde 1931 cargos como o de interventor federal em São Paulo, chefe de polícia do Distrito Federal (1933-1942) e oficial do gabinete do Ministro da Guerra em 1943, quando fora nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Filinto Muller é apontado como um dos fundadores do PSD, por onde se elegeu senador nos pleitos de 1947 e 1954, reelegendo-se seguidamente a partir de 1965, pela Arena, até seu falecimento em 1973 (HEYMANN, 1997, p.53). Em 1961, por ocasião da reeleição de Filinto à presidência do PSD regional, o CE anunciaria em tom provocativo: "Hoje, como em 1945" - fundação do partido; "F.M. surgiu como presidente, e até hoje não deu chance a nenhum companheiro. Presidente só pode ser ele mesmo. [...]. Não se pense,

entretanto, que isso represente ambição de mando [...]. É que os seus liderados não têm qualidade de comando. Só sabem cumprir ordens”⁶⁶.

Segundo Arakaki (2015, p.93, 94), é também “pelas mãos” de Filinto Muller que surge o PTB mato-grossense, posto que vislumbrando “a possibilidade de ter mais um partido em suas mãos delegou ao sobrinho⁶⁷ Júlio Muller a tarefa de comandar o novo partido” – que se desvincularia do PSD para assumir o partido trabalhista. Em contrapartida, questionaria o *Correio do Estado*: “Por que é que atrás de todo o candidato pessedista tem um Muller? Por que será que no PTB também tudo cheira a Muller? E a prova é que lá está o Júlio se arvorando candidato a governador. Para qualquer lado que se vá, no PSD ou no PTB há um Muller claro ou oculto.”⁶⁸ Ainda segundo a autora, o novo partido ganha projeção na porção sul do estado, sobretudo na fronteira devido a “presença de migrantes gaúchos e simpatizantes de Getúlio Vargas”, no norte, sob o comando dos Muller, era conhecido como conservador, sendo “utilizado para definir as eleições ao governo do estado. O partido que tivesse o apoio do PTB era sempre vencedor”.

Em abril de 1954, o *Correio do Estado* dedicaria à Filinto Muller toda uma primeira página, só dois quadros preencheriam a página inteira; do lado esquerdo, sob a foto do político, lia-se: “Bom dia, Filinto Muller”, a crônica, cheia de palavras mordazes e expressões de ódio, só seria concluída na última página da edição, no escrito, Filinto era questionado sobre a perigosa viagem de avião - “um salto da morte” - que lhe conduzira de volta ao estado. Supervalorizando a situação, vociferava “BARRABAS” (pseudônimo utilizado para assinar a crônica) “que a morte, para ti – se por ventura é cristão – deve ser preocupação máxima, quando a justiça final se fará: ‘Quem com ferro fere, com ferro será ferido’. É o tremendo libelo, que pesa sobre a tua cabeça”. O redator prosseguiria em outro trecho: “tu não rezas, Filinto, [...], as orações se embargam na garganta. Orações em teus lábios idênticas serão ao sacrifício que o mísero Caim prestou ao Senhor, com as mãos tintas de sangue fraterno de Abel”. Somente no final da crônica Barrabás explicaria sua saudação inicial, Filinto deveria preferir sempre o amanhecer porque “na escuridão tenebrosa do quarto, olhos abertos, silêncio... a consciência num pesadelo perpétuo, engendra fantasmagóricas visões aos olhos terrificados”, devorados todos os inimigos, somente a consciência permanecia “como um morcego [...] voando no [...] íntimo, invencível e vingadora”, e, fazendo eco à consciência

⁶⁶ *Correio do Estado*, 18 nov. 1960; 20 jul. 1961, p. 2.

⁶⁷ Outras fontes apresentam Júlio Muller como irmão e não como sobrinho de Filinto.

⁶⁸ *Correio do Estado*, 25 mar. 1954, p. 1.

de Filinto, Barrabás relacionaria também três de suas vítimas, o casal Harry Berger e Pagu, bem como as sessões de tortura à que foram submetidos.

Do lado direito, com letras ainda maiores, era possível ler: “Quem é Filinto Muller? – Chefe do P.S.D. em Mato Grosso”, onde se levantavam acusações de seu tempo como chefe de polícia, como a queima de documentos e a construção de um “luxuoso palacete”, indagando-se, por fim: “é sob a chefia deste homem, desse covardão expulso da coluna Prestes que o PSD quer continuar a viver. Que autoridade tem Filinto para falar em Moralidade Pública?”. Em 1970, Filinto Muller ocuparia novamente a primeira página do *Correio do Estado*, a notícia ilustrada por foto registrava a honrosa visita do ilustre senador, líder do governo no Senado e ex-presidente nacional da Arena. Por certo, já não se tratava mais do mesmo jornal, dado ser também outro o período político capaz de transformar inimigos ferrenhos em aliados. Pouco depois, Filinto repetiria a visita ladeado pelo governador eleito, José Fragelli, diretor-presidente da publicação à época dos ataques supracitados, “os ilustres visitantes”, irmanados pela conjuntura, seriam ovacionados na sede do diário.⁶⁹

Por pilar estadual, a UDN tinha a figura de Fernando Corrêa da Costa⁷⁰, nascido em 1903, também na cidade de Cuiabá, formou-se em medicina no Rio de Janeiro, mudando para Campo Grande no ano de 1927 onde, 20 anos depois, assumiria a prefeitura pela UDN, partido ao qual se filiara por insistência de Wilson Barbosa Martins e José Fragelli. O Dr. Fernando elegeu-se ainda governador de Mato Grosso por dois mandatos de 1951-1956 e 1961-1966, ocupando também por duas vezes o cargo de senador. A primeira gestão se deu entre os mandatos governamentais, nos anos de 1959-1961, e a segunda após o cumprimento de seu último mandato como governador, 1967-1975, quando encerrara sua carreira política afastando-se da vida pública para dedicar-se integralmente a atividade agropecuária até sua morte, em 1987. O partido forte na Assembleia Legislativa mato-grossense era a UDN, enquanto que no Executivo se verificava representação igual entre PSD e UDN, que se alternavam no poder (SCWHENGBER, 2008, p.3). No Mato Grosso, a alternância dos partidos teve início com Arnaldo Estêvão de Figueiredo (1947-1950) afiliado ao PSD, sucedido por Fernando Corrêa da Costa da UDN (1951-1956), que passa a faixa a João Ponce de Arruda do PSD (1956-1961), que a devolveria ao primeiro (1961-1966).

⁶⁹ *Correio do Estado*, 29 abr. 1954; 30 out.; 18 nov. 1970, p. 1.

⁷⁰ Para maiores informações, consultar: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-fernando-correia-da>.

As disputas pelo poder local, notadamente no caso de Mato Grosso, tinham como tônica principal o coronelismo e seus desdobramentos, expressos nas relações de troca, favorecimento e compadrio, para além dos chamados “currais eleitorais”. Arakaki (2015, p. 91) é taxativa ao sentenciar confundirem-se, por seu imbrincado relacionamento, a história política de Mato Grosso e a história de seus coronéis, “os pretensos donos da terra”, a autora apresenta ainda a história dos partidos políticos no estado como atrelada a uma importante questão: “a divisão do estado, a oposição entre sul e norte” já que “havia sempre o coronel do norte e o coronel do sul no comando dos partidos políticos”. Vide os embates entre Filinto Muller do PSD cuiabano e Fernando Corrêa da Costa da UDN campo-grandense na eleição de 1950, na qual a UDN sagrou-se vitoriosa, e entre João Ponce de Arruda, igualmente do PSD cuiabano, e Rachid Saldanha Derzi, político com passagem por Ponta Porã, região sul, também ligado à UDN campo-grandense, no pleito de 1955, desta vez com resultado inverso, ficando o governo a cargo do PSD. Filinto Muller e Corrêa da Costa enfrentar-se-iam novamente no ano de 1960, quando o Dr. Fernando confirmaria mais uma vez a sua vitória.

Durante o ano de 1955, porém, *O Matogrossense*, o PSD e seu líder, deixariam de ser os alvos principais do CE, ainda que não fossem de todo ignorados, permanecendo Wilson Fadul, notadamente, como responsável por diversos problemas de Campo Grande, por exemplo. No entanto, o jornal distribuiria suas críticas, a partir de então entre estes algozes e outros três que se insurgem no período: o “comunismo e suas atrocidades”, o governador mineiro, e provável candidato a presidência da República, Juscelino Kubitschek, sobretudo em oposição à figura de Jânio Quadros e, de forma mais pontual, à Cia. Matogrossense de Eletricidade (CME), seus dirigentes e apoiadores, conjunto que se torna o destinatário das maiores críticas do vespertino,⁷¹ situação que perdurará, com períodos de maior e menor intensidade, até a instalação do Complexo de Urubupungá na década de 1970.

1. 2 – O “jornalismo do editor”: o *Correio do Estado* sob a direção de J. Barbosa Rodrigues

Scwhengber (2008) precisa o ingresso de Barbosa Rodrigues no *Correio do Estado* como ocorrido em 1957, sendo contratado “para substituir o editor Arani Souto, que era proveniente do Paraná e foi desligado da empresa sob a alegação de não conhecer nada da cidade, seus costumes, sua história ou seu vocabulário”. A presença de Arani Souto como

⁷¹ *Correio do Estado*, 5, 24 e 25 jan.; 3 e 7 fev. 1955.

redator do jornal ou em qualquer outra função não pode ser confirmada, e as pesquisas feitas considerando este nome também não obtiveram êxito. Encontrou-se somente a existência de uma rua na cidade de Ponta Grossa – PR, com um nome semelhante, *Arary Souto*, a respeito de quem se localizaram algumas informações em um blog organizado por seu filho Francisco Souto Neto, que relatou ter sido seu pai diretor do *Jornal do Paraná* no ano de 1952. Transferindo-se, em janeiro de 1953, para Campo Grande, “para fundar um jornal a convite do prefeito Wilson Barbosa Martins, primo de sua esposa D.^a Edith Barbosa Souto”, retornando a Ponta Grossa em 1955 para fundar a Rádio Central do Paraná. Em outro momento, reproduzida uma página do *Correio do Estado* de 1957, Francisco Neto diria ser aquele o jornal que Arary Souto “organizou, fundou e dirigiu em 1953 ou 1954”.⁷²

A primeira informação a ser contestada diz respeito ao nome do prefeito, pois Wilson Barbosa Martins só governaria Campo Grande na gestão de 1959-1963, porém, isto não descredita totalmente a afirmação de Francisco Neto, que é sustentada, principalmente, pela exposição de uma edição do dia 26 de novembro de 1958 do *Jornal do Comércio* que, sob o título: “No Rotary Club o jornalista Arary Souto, do Paraná” o apresentaria, em um breve retorno a Campo Grande, como tendo sido “radialista [...] que, entre nós, foi redator do ‘*Correio do Estado*’ e é casado com uma distinta senhora campograndense da ilustre família Barbosa”. O *Correio do Estado*, na edição do dia anterior relatara achar-se “na cidade, tendo [os] distinguido com sua visita, [...], o sr. Aramí Souto, conhecido jornalista, atualmente exercendo as funções de diretor-superintendente da Rádio Central do Paraná”⁷³ (grifos nossos).

A afirmação apresentada pelo *Jornal do Comércio* de ter Arary Souto participado do *Correio do Estado* é inconteste. No entanto, refuta-se a afirmação de Scwhengber de ter sido a entrada de Barbosa Rodrigues substitutiva à saída de Souto, primeiro por a nota acima reproduzida ser a única vez em que se localizou algo sobre este no CE - ainda que seu nome já se apresentasse com uma terceira grafia. E, sobretudo, por conta da edição de nº88 que, publicada menos de três meses após o lançamento do matutino, informaria a contratação de J. Barbosa Rodrigues, tornando impossível a manutenção da versão da autora.

⁷² Disponível em: <https://franciscosoutoneto.wordpress.com/2011/12/07/editoriais-e-cronicas-de-arary-souto-publicados-no-jornal-do-parana-de-ponta-grossa-entre-os-meses-de-setembro-e-dezembro-de-1952/> Acesso em: 9 de jan. 2017.

⁷³ *Correio do Estado*, 25 nov. 1958, p.4.



Imagem 2: *J. Barbosa Rodrigues Nosso Redator Chefe.*⁷⁴

José Barbosa Rodrigues nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 30 de junho de 1916. Formado em Filosofia, casou-se com Henedina Hugo, nascida no dia 10 de fevereiro de 1918⁷⁵, em Guaxupé, no interior de Minas. Henedina, que preferia ser chamada de Eneida, era professora, possuindo diploma de normalista de 1º e 2º graus. Junto com a esposa e o filho primogênito, José Maria Hugo Rodrigues, o único já nascido, Barbosa Rodrigues partiria em direção ao recém criado Território Federal de Ponta Porã⁷⁶ no ano de 1943, aos 27 anos de idade (ROSA, 1999, p.97, 294-295). Em entrevista concedida à revista campo-grandense *Executive Plus* quando completava 50 anos de sua fixação no estado do Mato Grosso, o jornalista elencaria como principal motivo de sua mudança⁷⁷, o costume local de se “trabalhar seis meses por ano e nos outros seis viver daquilo que havia ganho antes”, em razão de ser

⁷⁴ *Correio do Estado*, 3 jun. 1954, p.1.

⁷⁵ Revista *Personalidades*, 2006, p.12.

⁷⁶ “Através do Decreto nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o governo do presidente Getúlio Vargas criou cinco territórios federais: Amapá, Rio Branco, Iguaçu, Ponta Porã e Guaporé. Os dois últimos na área territorial de Mato Grosso. O território de Ponta Porã compreendia parte da porção sul do então Estado de Mato Grosso; com a Constituição de 1946 foi extinto e sua área reincorporada àquele Estado” (ROSA, 1999, p.59).

⁷⁷ A partir do texto de Rosa (1999, p.96) que diz ter Barbosa Rodrigues vindo para Mato Grosso com uma carta destinada ao governador de Ponta Porã, Silva (2006, p.60,61) formula a hipótese de ter sido política a principal motivação da mudança da família, para maiores detalhes, consultar: SILVA, Ricardo Souza da. *Mato Grosso do Sul: Labirintos da Memória*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2006.

Poços de Caldas uma cidade de veraneio.⁷⁸ Ponta Porã, o destino inicialmente pretendido, seria substituído quando, ao chegar em Campo Grande, descobriu-se não haver comunicação férrea com a primeira. Barbosa Rodrigues decidiu por se estabelecer, juntamente com sua família, ali mesmo na Cidade Morena, que já se desenhava promissora neste início dos anos 1940.

Narrando sua trajetória, J. Barbosa Rodrigues afirmaria ter saído em busca de emprego já no dia seguinte ao de sua chegada, quando o “destino” faria cair em suas “mãos um exemplar do *‘Jornal do Comércio’*, [...] onde um anúncio procurava uma professora para lecionar na Escola Boa Vista, no núcleo rural da Mata da Ceroula”, distante cerca de 14km da cidade. O emprego interessava à sua esposa que, depois de um encontro com os responsáveis pela escola, fora contratada. A família partiria para a colônia japonesa já no dia seguinte, se estabelecendo em um cômodo cedido anexo à escola (RODRIGUES, 1984, p.19), que era em parte mantida pelos japoneses e em parte pelo Estado.⁷⁹ Durante o primeiro ano ali, José Barbosa Rodrigues “ficou sendo o marido da professora” (ROSA, 1999, p. 97), até que, no ano seguinte, uma professora das séries mais adiantadas pediu demissão, deixando suas salas aos cuidados de Eneida que, conseqüentemente, entregaria suas classes iniciais ao seu marido. Estabelecidos em Mato Grosso, o casal teria ainda outros três filhos: Paulo de Tarso, Marcos Fernando e Antônio João.

Eram os anos da Segunda Guerra Mundial, e as colônias japonesas, italianas e alemãs enfrentariam certa resistência após a entrada do Brasil no conflito, fazendo com que os colonos tivessem “as suas reuniões proibidas, a não ser com a presença de uma autoridade brasileira e com especial licença, o que constituía um problema para os que residiam nas zonas rurais”, Barbosa Rodrigues fora escolhido pela 9ª Região Militar para ser o seu representante oficial, demonstrando suas boas relações com o exército mesmo antes de atuar no CE. A função do professor era presidir as reuniões e acompanhar as festas e os eventos que porventura viessem a ser realizados na Mata da Ceroula, o que para ele representou “uma honra”, e para os japoneses “um alívio” (RODRIGUES, 1984, p.19). Os professores Barbosa e Eneida trabalhariam por três anos e meio na Escola Boa Vista, até que, a convite do governador do estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo, voltariam para a cidade, para que a D. Eneida pudesse lecionar a disciplina Higiene e Puericultura no curso noturno da Escola Joaquim Murtinho (ROSA, 1999, p.295).

⁷⁸ Revista *Executive Plus*, nov. 1993, p. 6-11.

⁷⁹ Revista *Personalidades*, 2006, p.12.

J. Barbosa Rodrigues conseguiu emprego como inspetor na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora. Porém, devido ao baixo valor dos honorários, não permaneceria muito tempo no ensino, e, procurando função na imprensa, encontraria vaga no *Jornal do Comércio* onde, ao lado de jornalistas experientes do “periódico mais tradicional da cidade”, aprenderia a fazer jornal (ROSA, 1999, p.100). Barbosa Rodrigues narraria a sua passagem pelo JC em diversas entrevistas, das quais destacam-se a concedida a Gerson Martins e posteriormente publicada em sua tese de doutorado, e a realizada pela professora Maria da Glória Sá Rosa, dada a conhecer em seu livro “Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história”, ambas as obras datam do ano de 1999. J. Barbosa Rodrigues reafirmaria aos dois pesquisadores o que se consolidou como parte de sua biografia: começara no *Jornal do Comércio* como faxineiro responsável pela limpeza do prédio e das máquinas, trabalhando como auxiliar de serviços gerais até chegar à redação.

Pesquisas no *Jornal do Comércio* resultaram em informações contrastantes àquelas relatadas pelos autores e, talvez, pelo próprio J. Barbosa Rodrigues. Na entrevista concedida a Martins (1999, p.46), o professor Barbosa, como era comumente referenciado, sustentou ter trabalhado neste órgão durante os anos de 1940 até 1943. “Fiquei lá três anos. Lá eu tinha chegado a redator chefe, tinha o nome no cabeçalho do jornal isso pra mim era muito importante, ter acontecido isso. Comecei a trabalhar no *Jornal do Comércio* em 1940 até 1943, eu tenho jornal com meu nome. Redator chefe, eu tenho [...]”, ficando nítido o orgulho do jornalista por ter feito parte daquele importante empreendimento da imprensa campo-grandense. O contraste anteriormente referido se dá, porém, devido ao fato de que, conforme Rosa (1999, p.99, 295), o professor e sua esposa só chegam a Campo Grande no ano de 1943, fixando-se primeiro na colônia, de onde partiram para a cidade “três anos e meio depois”. Em exemplares avulsos do *Jornal do Comércio* correspondentes ao período de 1923 a 1949, o nome de J. Barbosa Rodrigues fora encontrado apenas três vezes⁸⁰, todas elas no ano de 1949 quando o jornalista aparecia como redator-chefe da publicação, responsável até mesmo por representá-la em uma solenidade política em junho de 1949. Festividade registrada em matéria na primeira página sob o título “Solenemente empossados membros da CE do PTB”⁸¹, onde se lia: “Inicialmente abrindo a sessão, o sr. Cel. Astúrio Lima convidou para

⁸⁰ A primeira referência aparece no dia 20/06/49 – Ed. 5318 – ANO 28, a segunda e a terceira se dão na edição subsequente. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸¹ *Jornal do Comércio*, 21 jun. 1949, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800597&pesq=j.%20barbosa%20rodrigues> Acesso em: 02 de jan. 2017.

fazerem parte da mesa os srs. [...], *prof. J. Barbosa Rodrigues, redator chefe deste diário, [...]*”. (Grifos nossos).

Ambos os autores concordam que foi no JC que o professor tornou-se jornalista, aprendendo sobre as artes tipográficas e “a vida de jornal” (MARTINS, 1999, p.46), pois, transpondo sua contratação inicial, passou a publicar artigos no diário o que resultara no convite para trabalhar na redação, sendo, dois anos depois, convidado pelo próprio Jayme de Vasconcellos a assumir o posto de redator-chefe (ROSA, 1999, p.100). Era próprio do período aprender a profissão de jornalista no interior das redações, progressão que, em geral, se alcançava após o acúmulo e atuação em várias funções. Assim, em menos de dois anos no veículo, Barbosa Rodrigues ascenderia de faxineiro para redator-chefe. Ao se unirem as informações trazidas por Rosa (1999) àquelas fornecidas pelo diário, tem-se, portanto, que o tempo de serviço de Barbosa Rodrigues no *Jornal do Comércio* estendeu-se de 1946 a 1949, quando se desligara do diário. Tal datação origina um aparente lapso temporal dentro da biografia do professor-jornalista que só assumiria a função de redator-chefe do *Correio do Estado* em meados de 1954, ou seja, depois de cerca de cinco anos de sua saída do JC.

O primeiro artigo assinado por J. Barbosa Rodrigues no *Correio do Estado* seria publicado três dias após o anúncio de sua contratação e destinava-se aos “Correios e Telégrafos”,⁸² outros alvos de reclamações constantes por parte do periódico. O redator-chefe, porém, só assinaria texto na primeira página em março do ano seguinte. Nos primeiros dias de fevereiro de 1956, a inclusão de Júlio da Silva no corpo redatorial do *Correio do Estado* seria saudada em primeira página. O jornalista, apresentado como colaborador assíduo dos órgãos locais, fora contratado para assumir a “ádua tarefa” de redatoriar diariamente a folha. Júlio chegava com a missão de substituir o jornalista J. Barbosa Rodrigues que empregaria “seu tempo à administração da Empresa como diretor-gerente, dado o grande vulto que tomava a organização”.⁸³ Desta forma, levanta-se como hipótese, ser este o momento da compra do *Correio do Estado* por Barbosa Rodrigues, pois, para além desta “substituição”, não foram encontradas demais evidências que nos permitam estipular outro período, endossado, também, por autores, materiais institucionais e pelas páginas do próprio CE, permitindo localizar a compra da empresa como tendo ocorrido cerca de dois anos após o seu ingresso no periódico.

Apesar de se apresentar sempre como uma empresa em franca ascensão, segundo Zanatta (2006, p. 4, 5), o diário fora por vezes ameaçado de falência, o que fez com que

⁸² *Correio do Estado*, 7 jun. 1954, p. 2.

⁸³ *Correio do Estado*, 8 fev. 1956, p. 1.

“Brunini se desinteressasse pelo jornal e vendesse sua participação a José Barbosa Rodrigues”. No entanto, José Inácio Moraes, permaneceria como maior sócio cotista (ARCA, 1990, p. 15). Nestes anos iniciais, enfrentando dificuldades financeiras, o CE perderia mais um pequeno sócio, o ex-deputado Rádio Mai, a que se afastara de comum acordo e igualmente, transferira sua participação a Barbosa Rodrigues, o que José Moraes também faria após a empresa alcançar equilíbrio financeiro. Ambos os autores não estipulam uma data para estes acontecimentos, mas dão a entender terem se realizado tais transações em fins da década de 1950. Em entrevista a Martins (1999), Barbosa Rodrigues descreveria o ocorrido:

[...] quando fui convidado para o *Correio do Estado* [...] quem estava fundando era o grupo ligado a UDN, portanto *um grupo de gente interessada politicamente*, o fundador era José Inácio da Costa Moraes, um cidadão português, trabalhava aqui, era comerciante e junto com Roberto Brunini, um vendedor de lote, de terreno, em Cuiabá, *fundaram aqui para apoiar o governo do estado, candidato da UDN, e foi que aconteceu que os candidatos ganharam e eu fui gerente do jornal*. [...] *E ... no fim passada a campanha eleitoral todo mundo quer se ver livre e se afastou*. Ali ficaram os dois um em Cuiabá e o outro aqui. Até que um dia falaram: “não, nós vamos fechar isso, vamos acabar porque não adianta política é isso mesmo, passa, acaba, pronto”. Aí eu falei: “não, se vocês vão sair, eu vou continuar. Se vocês não fazem questão eu vou continuar. *Não vou ser pesado para vocês*, mas eu vou continuar lutando, *senão vou ter que sair procurando outro emprego por aí*”. E ... eles então concordaram e eu fui trabalhar... *mas eles venderam, com a condição que na hora que eu pudesse pagar a parte deles cada um tava satisfeito*. Então eu paguei para o Brunini, paguei para o José Inácio da Costa Moraes, [...], liquidamos tudo direitinho e eu continuei com aquele ferro velho, pelejando, [...], então nós resolvemos tocar, e fomos tocando, e *foi assim que começou um jornal político, o Correio do Estado com menos de um ano, um ano e pouco acho que não chegou a dois anos, [...] eu fui assumindo a direção sozinho, porque os políticos que ficavam aí, tudo muito bem, perderam, perderam e foi todo mundo passando*, eu fiquei lá na rua 14 de junho [...] e *mais tarde eu comprei a parte do... e fiquei com a maioria das cotas e fui tocando. Aí meus filhos foram aprendendo naquilo, eram garotos, aprendendo, o Júlio da Silva, o Augusto Gamba, todos ficaram comigo, [...]*.
...assumi uns quatro meses depois. Agora continua político, gerente não tinha nada com redação, era gerente. Eu tinha prática de jornal e os políticos não tinham prática nenhuma, e o jornal a gente tinha que... arregaçava a manga e com os empregados, ajudar a botar as máquinas... porque tudo ficava sujo de tinta, [...], *que era tudo ferro velho reformado*. [...], *era tudo feito assim ... muito corrido, mas era pequeno porque faltava dinheiro para qualquer estoque de papel [...]*. (Grifos nossos).

Num discurso marcado por características da rememoração, Barbosa Rodrigues narrou com lapsos, reticências e até mesmo pequenas confusões, algumas informações deste início do jornal que permitem estabelecer um período mais próximo à compra e consequente

troca de gestores do periódico. Primeiro tem-se a mudança de função. À época de sua contratação, o jornalista fora chamado para assumir o cargo de redator-chefe. Na entrevista acima referida, este cita sua assunção ao cargo de gerente, como tendo ocorrido “uns quatro meses depois” de sua entrada na empresa. As edições do CE, no entanto, nos levam a crer que isso tenha acontecido um pouco mais tarde, pois, somente em 24 de fevereiro de 1955 a informação passa a ser publicada no cabeçalho do jornal, aparecendo, em substituição ao nome de Antônio Marques, o de J. Barbosa Rodrigues como diretor-gerente. Outro dado a ser considerado é a saída dos sócios-fundadores após o término das eleições, 1954 e 1955 constituíram anos eleitorais para o provimento dos cargos de prefeito e governador, respectivamente. *Correio do Estado* e UDN saem vitoriosos da campanha em favor do candidato Marcílio de Oliveira Lima à prefeitura de Campo Grande, tento que não se repetira com a candidatura de Rachid Saldanha Derzi para governador, assumindo João Ponce de Arruda do PSD.

Desta maneira, conforme excerto da entrevista, o jornal fora fundado “para apoiar o governo do Estado”, ocupado por Fernando Corrêa da Costa desde 1952, e, igualmente, para fazer campanha em prol dos candidatos do partido durante os pleitos subsequentes. Barbosa Rodrigues delimita, de forma muito próxima, a vitória desses e sua nova posição de gerente, “e foi que aconteceu que os candidatos ganharam e eu fui gerente do jornal. [...]”. Em outro trecho, já tendo falado das negociações para a compra, o professor aponta como data provável, o período posterior a fundação do jornal de “menos de um ano, um ano e pouco, acho que não chegou a dois anos, [...] eu fui assumindo a direção sozinho, porque os políticos que ficavam aí, tudo muito bem, perderam, perderam e foi todo mundo passando”. Desta forma, assume-se que, quando antes falara de vitória na campanha, referia-se a Marcílio de Oliveira, que se sagrara pouco mais de um ano após o início do jornal, período em que J. Barbosa Rodrigues já havia assumido a gerência. O êxodo dos políticos após a derrota tratase, portanto, da conquista do governo do estado por um pessedista, ocorrida em meados de outubro de 1955.⁸⁴ Por fim, o jornalista relataria a compra de mais uma cota, provavelmente, pertencente a Rádio Maia, passando a possuir “a maioria das cotas”.

A mesma edição que apresentara Júlio da Silva, traria também a homenagem do CE aos seus funcionários por motivo de seu 2º aniversário de fundação. Dentre os “leais

⁸⁴ “[...] seja por um erro do eleitorado, seja por fraude ou sabotagem, novamente, ‘um urubu pousou na sorte’ do nosso Estado, que voltou às mãos negrandas dos seus eternos dilapidadores, aqueles mesmos que nos infelicitaram há cerca de meio século.” In: Com a passagem do governo das mãos udenistas para o domínio Comuno-Trabalhista-Pessedista acabou-se a água e apagaram-se as luzes em Cuiabá. *Correio do Estado*, 24 maio 1956, p. 2.

servidores [...] todos os seus Redatores, funcionários dos escritórios, oficiais gráficos e serventes”, destacava-se a “honrosa presença do ilustre Sr. José Inácio da Costa Moraes, um dos principais acionistas da Empresa, e, mais do que isso, um grande amigo do pessoal da casa”⁸⁵, o que explicava o fato de ter J. Barbosa Rodrigues assumido “a maioria das cotas” e não a totalidade delas. Conforme ARCA (1999, p.15), José Inácio permaneceria sócio majoritário “avalizando, por inúmeras vezes, notas promissórias que eram descontadas em Bancos da cidade, para que o jornal se mantivesse, conforme ele prometera ao seu amigo Dr. Fernando Corrêa da Costa”. José Barbosa Rodrigues apontaria como fundamental para a manutenção do jornal a presença “dos garotos”, seus quatro filhos e os jovens jornalistas A. Gamba e Júlio da Silva que permaneceram com ele. Sem ignorar a questão da falibilidade da memória, sobretudo, por se tratarem de relatos de um octogenário, com base nos argumentos acima apresentados e, dado, conforme mencionadas, as entradas de Gamba em 1955 e Júlio em fevereiro de 1956, entende-se, portanto, que a compra do *Correio do Estado* por Barbosa Rodrigues ocorrera entre outubro de 1955 e janeiro de 1956.

Corroborando a hipótese acima citada, tem-se ainda publicação de junho de 1956 que, denominada “A Empresa Correio Do Estado Ltda. não está a caminho da falência, mas procura saldar seu débito de acordo com a possibilidade do momento”, trazia resposta do CE a acusação feita por *O Matogrossense*, que divulgara na primeira página do dia 29 de maio, dois “editais, publicados em Cuiabá, convocando esta mesma Empresa a pagar dois títulos, no valor total de Cr\$ 219.000,00 (Duzentos e dezenove mil cruzeiros)”. Sob justificativa de “dar uma satisfação completa, a quem interessar possa”, publicaria o *Correio do Estado*, igualmente na primeira página, dois documentos, o primeiro era um comprovante atestando o recebimento por parte da “Soc. Melhoramentos Irmãos Brunini Ltda” da “importância de cento e dez mil cruzeiros referente ao título em poder de n/ correspondente.” O outro, referia-se a um segundo pagamento feito a Leoni Antônio Alves, de igual valor realizado por meio da troca de um título. Após agradecer a solidariedade dos amigos que procuraram a gerência da empresa, colocando à disposição numerário suficiente para cobertura do suposto débito, o diário reafirmaria não estar próximo à falência, mas, pelo contrário, vivenciar “marcha ascensional”, quisessem ou não “os adversários”.⁸⁶ Os títulos citados encontravam-se, alegadamente, pagos desde 30 de abril de 1956, endossando, novamente, a hipótese da compra entre fins de 1955 e começo de 1956.

⁸⁵ *Correio do Estado*, 8 fev. 1956, p. 1.

⁸⁶ *Correio do Estado*, 2 jun. 1956, p. 1.

Assim, em março de 1956 já tendo, portanto, Barbosa Rodrigues como sócio cotista, sob o título “Velhos propósitos e sangue novo!”⁸⁷, como estratégia de autopromoção, o *Correio do Estado* anunciaria possuir “uma bem montada Oficina de Obras, para executar com rapidez e esmero tudo o que se relaciona com o serviço de tipografia”, expediente possível “graças ao apoio e a preferência do povo, ao qual jamais decepcionamos, [...], procurando melhorar sempre as nossas instalações e a apresentação deste Diário”. E, como não poderia deixar de ser, o jornal justificaria suas melhorias com a intenção de “seguir as pegadas de Campo Grande, de Mato Grosso, cuja marcha ascensional é fato digno de nota”, assumindo para tanto, a melhora do “corpo redatorial com novos valores do jornalismo, além de novas modificações, para melhor, nos anexos que completam o patrimônio da Empresa”, a matéria, com início na primeira página e fechamento na última, traria clichês com fotos dos novos colaboradores do diário.

José Fragelli permaneceria como diretor-presidente da empresa e do diário. Assim “os novos valores do jornalismo” seriam os redatores “Dr. Rachid Saldanha Derzi, médico ilustre, portador de invejável cultura humanística” e o Dr. Wilson Loureiro, “advogado exímio, ex-Promotor Público da Comarca, professor de diversas matérias em estabelecimentos de ensino da cidade”. Rachid Saldanha Derzi, nascido em Ponta Porã, sul de Mato Grosso, formou-se em medicina no Rio de Janeiro, assumiria a prefeitura de sua cidade natal de 1942-1945, tornando-se vereador dois anos depois e retornando à prefeitura em 1950. Elegeu-se seguidamente para o posto de deputado federal por Mato Grosso durante os anos de 1954-1962 pela UDN, reelegendo-se mais uma vez em 1966, já pela Arena, partido pelo qual sagrou-se senador em 1970.⁸⁸ O político assinaria como redator-chefe da publicação durante o período de 1958-1964, adquirindo, no ano 1961, o jornal *O Estado de Mato Grosso* (OEMT), com sede em Cuiabá, “um dos mais antigos e melhores órgãos de publicidade do Estado”.⁸⁹

De Wilson Loureiro de Oliveira, sabe-se ter sido deputado estadual, louvado pelo CE como “uma das figuras mais destacadas da política mato-grossense radicadas na região sul-matogrossense. Militando nas fileiras da União Democrática Nacional”. Candidato à reeleição em 1962⁹⁰, conclui-se ter Wilson Loureiro logrado êxito em seu tento, dado ser, por outra fonte, apresentado como um dos seis deputados cassados durante a legislatura de 1963-1967

⁸⁷ *Correio do Estado*, 10 mar. 1956, p. 1, 4.

⁸⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rachid-saldanha-derzi> Acesso em: 13 dez. 2017.

⁸⁹ *Correio do Estado*, 29 set. 1961, p. 1.

⁹⁰ *Correio do Estado*, 30 ago. 1962, p. 1.

no Mato Grosso.⁹¹ A parte comercial caberia ao jovem jornalista Augusto Gamba, que já vinha percorrendo os municípios do Estado a serviço das suas funções. Eram igualmente previstas ampliações do patrimônio da Empresa, que prometia passar “a contar com uma loja de papelaria, livraria, artigos para escritório”⁹² - inauguração que ocorreria quatro dias depois. Apresentar-se-iam, em seguida, os “redatores auxiliares [...] com grande tarimba jornalística,” os doutores Wilson Barbosa Martins, Paulo Simões, Oclécio Barbosa Martins, além dos que já desempenhavam, diariamente, “o papel de ‘tropa de ocupação’, como os jornalistas Júlio da Silva e Dauto de Almeida Santiago”. Permanecendo “a Direção Geral de todos os negócios da Empresa, como sempre, a cargo do companheiro e amigo Prof. J. Barbosa Rodrigues”, a cuja dedicação e zelo se atribuía o êxito alcançado até aquele momento.⁹³

Dentre os nomes acima relacionados, Júlio da Silva e Augusto Gamba serão os de maior longevidade e destaque dentro da publicação. Gamba, que também assinaria algumas edições como “A. de Lins”, em 1959, com a estreia do quadro “Instantâneos Sociais”, seria apresentado como “o pai do colunismo social” em Mato Grosso, gabaritado para “brindar os leitores com os seus mexericos, fatos, enfim, tudo o que ‘acontecer’ na vida social da cidade”. Com o passar dos anos, o espaço destinado às crônicas sociais mudaria de nome várias vezes - “Ronda”, “Informe Hum”, “Notas Sociais”, “Panorama Social”, “DROPS” e “Vida Social”, por exemplo, no entanto, ora como A. Gamba, ora como A. de Lins, ou ainda como Juca Radialino (responsável pela eleição anual das “Dez mais elegantes” de Campo Grande)⁹⁴, Augusto Gamba continuaria figurando nas crônicas sociais, quer como autor, quer como personagem.

Augusto Gamba, não limitaria sua atuação às colunas sociais, e, com o passar do tempo, tomaria a frente de outras reportagens e atividades dentro do jornal sendo, em 1962, relacionado como “redator comercial” do diário onde trabalhava “desde o dia que aportou a Campo Grande”. Ao falar das viagens de Gamba, que naquele ano alcançaria o feito de percorrer “25 horas viajando de avião, em uma única semana”, o jornal jactava-se de ser comprovação da ascensão indissociável de Mato Grosso e do *Correio do Estado* na busca pelo progresso. Em paralelo às suas atividades de cronista social, em 1968, lançou-se “Uma coluna de Augusto Gamba” onde se retratavam, mormente, assuntos relacionados a política e

⁹¹ Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/69217/t/seis-deputados-estaduais-sao-cassados-durante-a-ditadura> 13/12/2017 Acesso em: 13 dez. 2017.

⁹² Onde eram fabricados e comercializados os mais diversos produtos tais como: artigos escolares e para escritórios, papeis em geral; tintas para carimbos e mimeógrafos; carimbos de borracha; “mapas, relação de compradores e guias para aquisição de armas e explosivos”; por exemplo.

⁹³ *Correio do Estado*, 10 mar. 1956, p. 1, 4.

⁹⁴ *Correio do Estado*, 7 jan. 1959; 12 dez. 1966, p. 1.

economia nacional e estadual/municipal. As páginas do CE informariam, também, as atividades exercidas por este fora do vespertino, como a firma de sua propriedade “Cia. De Perfurações Comerciais”,⁹⁵ e suas atividades de empreiteiro, que receberiam publicidade frequente nas páginas do jornal, além de sua trajetória política, amplamente apoiada e divulgada pelo periódico.

Em 1962, Gamba, apoiado pelo *Correio do Estado*, se lançaria pela primeira vez como candidato a vereador pela UDN, passando a ser referenciado como “nosso vereador”, já que, conforme propagandeava a publicação: “com Augusto Gamba na Câmara de Vereadores estará também o seu *Correio do Estado*”, prevendo-se a sua atuação como a de “uma espécie de ‘*Public Relations*’, fazendo a ligação da Edilidade com o povo e do povo com a Edilidade”. Vislumbrava-se a vitória de Gamba como uma forma de “recompensa” pelo muito que se dispendeu durante anos pelas colunas do jornal, “em benefício do progresso campo-grandense”, surgindo assim, uma nova tríade de indissociáveis, *Correio do Estado* – Augusto Gamba – Progresso de Campo Grande. O candidato, no entanto, não lograria o estimado êxito em sua campanha, derrota tratada sem muita ênfase pelo diário. Já em 1968, Augusto Gamba acertaria “apoios expressivos” para a sua candidatura como deputado estadual pela ARENA, ante a que declararia o CE: “eleito será um dos bons deputados, continuando a ser um dos bons jornalistas de Mato Grosso”.⁹⁶ Mais uma vez, no entanto, não se efetivariam as previsões do *Correio do Estado* e as aspirações políticas do jornalista.

Em outubro de 1969, Gamba que, desde 1964, tinha seu nome relacionado no expediente do periódico na função de redator, juntamente com Wilson Loureiro de Oliveira, Manoel de Lima e Júlio da Silva; ocuparia novamente a primeira página da publicação. Sob o título usual “Jornalista Augusto Gamba”, informava-se sua saída do quadro de funcionários da publicação para dedicar-se à atividade de Fiscal de Rendas do Estado, deixando sua função de redator “depois de quase três lustros” de colaboração perene. A. Gamba assumiria, ainda, outras atividades na esfera estadual durante a década de 1970, como o cargo de assessor governamental, motivo de orgulho para o diário. E, para além das colaborações esporádicas, este acabaria por retornar ao jornal em 1974, reassumindo a coluna “Informe Hum” de crônicas sociais. Dois anos depois, Gamba se lançaria novamente como candidato à vereança, tento outra vez frustrado, acabando Gamba por efetivar-se, desta forma, tão somente como

⁹⁵ *Correio do Estado*, 1 jul. 1961; 23 e 24 abr.; 14 jun. 1962; 4 set. 1968.

⁹⁶ *Correio do Estado*, 6 jul.; 28 set. 1962; 9 set. 1968.

“um bom candidato e um candidato bom”.⁹⁷ A trajetória de Augusto Gamba se destaca no *Correio do Estado*, sobretudo, por sua perenidade, principalmente, por transpor a barreira dos anos iniciais, efetivando-se na publicação num período em que era predominante o preenchimento de cargos por políticos, muitas vezes sequer residentes na cidade, como o caso do Dep. Rachid Saldanha Derzi⁹⁸, redator-chefe da publicação durante vários anos.

Igual destaque merece o jornalista Júlio da Silva, descrito pelo diário, em 1958, como “dedicado e brilhante companheiro de trabalho [...] possuidor de uma inteligência privilegiada e uma cultura polimorfa”, o jornalista para além de ser “um dos mais destacados elementos” da imprensa, era também “desportista de primeira classe, ocupando, sempre, destacada posição na direção de clubes de futebol e da Liga Esportiva Municipal Campograndense, da qual se tornaria presidente em 1964.”⁹⁹ Prestígio corroborado quando de sua indicação como candidato à câmara de vereadores, por opção de “grande maioria” dos convencionais do diretório udenista municipal, atitude justificada pela publicação por ser Júlio da Silva um “dedicado batalhador pela grandeza da UDN, e de Campo Grande [...] oportunidade que sempre lhe foi negada por outras agremiações político partidárias”, merecendo receber semelhante consideração por parte dos leitores. Às vésperas da eleição, o jornalista seria apresentado pelo colega Augusto Gamba, como “um candidato certo! [...] credenciado para ser o timoneiro das aspirações populares no legislativo campo-grandense”, e, apontando-o como “a alma do esporte bretão em nossa terra”, Gamba conclamaria também outro nicho de eleitores: “quanto aos esportistas envio esta lembrança: Júlio da Silva deve ser o seu candidato, porque é o seu companheiro de todas as horas!”¹⁰⁰ O texto de A. Gamba chamaria atenção ainda por mais um motivo, havia sido transcrito de *O Satélite*, reafirmando o trânsito dos homens de imprensa no período, já que, situação comum à imprensa do interior, os jornais não possuíam grandes receitas.

Júlio da Silva também não alcançara êxito em sua campanha, permanecendo no *Correio do Estado*, onde em 1960 assumiria uma coluna. Na inauguração desta, o jornalista admitia ter se posto “num anonimato quase impenetrável” ao longo deste seu “primeiro decênio de [...] esponsais com o jornalismo”, acatando, na ocasião, “sugestão de um companheiro e amigo dileto” para romper “o casulo do proverbial anonimato”, a fim de entrar em “contato direto com os milhares de leitores do *Correio do Estado*, através [de] pequenos

⁹⁷ *Correio do Estado*, 7 out. 1969; 16 jul. 1974; 10 ago. 1976, p. 7.

⁹⁸ “Está na cidade o Dep. Federal Rachid S. Derzi”. *Correio do Estado*, 9 out. 1961, p. 1.

⁹⁹ *Correio do Estado*, 15 jan. 1958; 21 dez. 1964, p. 1.

¹⁰⁰ *Correio do Estado*, 6 maio; 2 out. 1958.

tópicos” assinados e postos num “cantinho de página, às terças, quintas-feiras e aos sábados”. Júlio, já nesta primeira publicação de sua coluna denominada Minarete, discorreria ainda sobre os limites do jornalismo do “interior, onde o profissional é obrigado a tocar todos os instrumentos que formam o conjunto orquestral da imprensa, ainda assim, pelo anonimato, nos conservamos estranhos até mesmo para aqueles que nos leem diariamente”. Em 1963, um outro colaborador (não identificado), do diário faria coro e ampliaria as definições apresentadas por Júlio da Silva com relação à realidade da imprensa do interior e do próprio *Correio do Estado*:

Jornalismo no interior já não é jornalismo, mas apostolado, e eu acredito que ainda não foi criada a palavra exata que designe o jornalista do *hinterland*, ou seja, um homem que além de escrever, faz a revisão, ajuda na composição das notícias na oficina, dobra o papel, orienta a paginação, se fosse necessário, sairia vendendo o jornal. Assim é nosso jornalista: de tudo um pouco. Suprindo como pode as deficiências que o isolamento e dificuldades materiais lhe impõe.
Jornalista em Mato Grosso, para mim, é bandeirante. E da boa cêpa: Fernão Dias Paes, Borba Gato, Moreira Cabral... [...].¹⁰¹

A coluna de Júlio da Silva, no entanto, também não se efetivaria nas páginas do *Correio do Estado*. Em 1961, após a reeleição de Fernando Correa da Costa, “justa e merecidamente [...] o soldado da União Democrática Nacional, Júlio da Silva,” seria reconduzido, por ato do governador, ao cargo de fiscal do Estado. A recondução do jornalista motivaria a destinação de palavras de gratidão “ao ilustre e eminente governador Fernando Correa da Costa” pela “distinção” conferida ao diário ao aproveitar “para auxiliar de seu governo, um de nossos dedicados companheiros”. Se em janeiro de 1963 Júlio era ainda apontado como fiscal de rendas do estado, colaborando com o *Correio do Estado* nas horas vagas,¹⁰² em fevereiro de 1964 o seu nome, por primeira vez, seria designado entre os redatores fixos no quadro expediente. Em 1965, Augusto Gamba e Júlio da Silva, valendo-se da relevância alcançada por seus nomes, subscreveriam apelo favorável ao líder J. Barbosa Rodrigues em resposta a acusações de *O Matogrossense*.

Em meados da década de 1960, *O Matogrossense* já não era mais assunto de 20% das notícias publicadas no *Correio do Estado* como outrora se assumira. O *Correio do Estado* que, em 1961, definira como coisa inadmissível o surgimento de um acordo entre os periódicos “e que, se por ventura viesse a ocorrer, dada a desarmonia entre os pontos de vista

¹⁰¹ *Correio do Estado*, 13 fev. 1963, p. 4.

¹⁰² *Correio do Estado*, 5 abr. 1960; 23 jun. 1961; 14 jan. 1963.

[...], seria apenas para confirmar que ‘o impossível acontece’, mesmo num terreno escorregadio como é o terreno da política-partidária”,¹⁰³ quatro anos depois reendossaria sua fala ao revelar que a diminuição dos ataques não significava harmonia entre os jornais. As edições dos últimos dias de janeiro e dos primeiros de fevereiro do ano de 1965 teriam suas primeiras páginas marcadas por publicações virulentas, que faziam lembrar o *Correio do Estado* dos anos iniciais. O estopim para o fim do armistício fora a acusação de recebimento indevido, feita pelo CE contra o vice-prefeito cassado pela “Revolução”, Nelson Trad, sendo o prefeito, à época, Antônio Mendes Canale, ex-diretor ainda ligado ao *O Matogrossense*.

Em 1º de fevereiro, num texto crivado por ironias e destinado a “Corruptos e subversivos”, o diário apresentaria sua tréplica, dando a entender, terem os redatores de OM embasado suas acusações na biografia de Barbosa Rodrigues. O *Correio do Estado*, porém, invertendo as posições, apontaria o orgulho que o chefe tinha de sua história, revelando um novo capítulo desta: Barbosa Rodrigues fora “tirado” da Mata da Ceroula “para servir em outro setor, dentro da imprensa campo-grandense. Primeiramente no ‘*Jornal do Comércio*’, depois no ‘*O Matogrossense*’ e hoje no *Correio do Estado*. Nos dois primeiros órgãos de imprensa serviu apaixonadamente” (grifos nossos). Duas edições depois, J. Barbosa Rodrigues assinaria sua defesa, em agradecimento ao apoio recebido e como forma de repúdio “as ofensas e os xingatórios do Nelson Trad, pelas páginas de ‘*O Matogrossense*’, edição de 2 do corrente”.

O já mencionado “apelo à concórdia” de Júlio da Silva e Augusto Gamba, publicado na edição do 11º aniversário do diário, não era de todo um manifesto pacífico, pois que ambos se dispunham a, “falhando o apelo à compreensão e a concórdia”, enfrentar a luta em qualquer terreno em que ela se apresentasse. A última página daquela edição traria, ainda, a defesa de “servidores da imprensa na qualidade de oficiais gráficos, impressores, paginadores, revisores e auxiliares das Oficinas do CE que se apresentavam ao lado do “grande chefe Prof. J. Barbosa Rodrigues, digno e conceituado diretor-gerente”, lista composta pelo nome de dezessete outros funcionários. O aniversário do vespertino acabaria sendo suplantado pela contenda posta, já que, para além da manifestação dos colaboradores, Barbosa Rodrigues também voltaria a assinar um desafio, um “Repto de Honra” endereçado ao OM que antes “esporadicamente e, agora, seguidamente”, vinha atacando a sua pessoa, tentando “tripudiar sobre o nome e o brio de um homem de imprensa”.

¹⁰³ *Correio do Estado*, 26 set. 1961, p. 1, 4.

O desafio se destinava a Philadelpho Garcia, convocado a lançar “o seu nome no que escreve”, a fim de que pudesse receber a merecida resposta, ficando a população ciente “de que o escriba anônimo é dos que forçaram a vinda da Revolução que castigou os traidores da Pátria Brasileira. Que esse indivíduo mostre apenas uma coisa: Que é Homem!”. O assunto seria pauta de primeira página por mais três edições.¹⁰⁴ Sotana (2015, p. 11), ao considerar a relação dos jornais *O Matogrossense* e *Correio do Estado*, representado na figura de J. Barbosa Rodrigues, permite o acesso a excerto veiculado pelo primeiro nos dias do embate:

Pela primeira vez neste infeliz período de nossa vida jornalística provocado pelo *gerente, redator, diretor e tudo o mais do jornal da baixada, J. Barbosa Rodrigues*, tentando lançar sua peçonha contra um dos mais íntegros cidadãos de nossa cidade, pela primeira vez, repetimos, *vamos ser francos com esse infeliz proscrito de Guaxupé, servil e cínico na bajulação, arrogante e maligno quando em posição de mando. [...] Alto lá, Barbosa Rodrigues! Você não tem moral nem dignidade para dirigir-se a esses homens*. Vociferando à distância, e sempre à distância, pula, gesticula, sacode os guizos para chamar atenção e não sair de cena, *esquecendo que este povo já o conhece como velho bufão, imbecil e grotesco*.¹⁰⁵ (Grifos nossos).

Dois dias após tal publicação, Barbosa Rodrigues sentindo-se obrigado e atendendo conselho de amigos dedicados, encerraria o debate desprovido de “utilidade [...] de cunho jornalístico ou [...] interesse à população campo-grandense”, comprometendo-se em sua defesa, a prosseguir “dentro dos mais elevados princípios da ética jornalística,” procurando engrandecer a terra escolhida por seu avô materno e terra de seus filhos. Advogando sua honestidade, afirmaria, “crimes não os tenho, felizmente. Quem conhecê-los pode e deve procurar a polícia e denunciá-los. Como professor e jornalista em Campo Grande, procurei ser decente, honesto, leal”. Lançando mão outra vez da estratégia da comparação, alegaria não viver “de marmeladas e negociatas”, nunca servindo “à chamada ‘Imprensa marrom’, que vive de chantagem. Sou jornalista, apenas isso. Estando bem com a minha consciência, o resto que se dane.” Sendo já os anos da ditadura e dado ter o debate, como pano de fundo, discussões em torno de um político cassado, o jornalista lançaria farpas também neste sentido: “nem tão pouco traí a minha Pátria, nesta ou naquela ocasião. [...]. Nasci no Brasil e procuro ser brasileiro.”

¹⁰⁴ *Correio do Estado*, 1, 4, 7 e 11 fev. 1965.

¹⁰⁵ *O Matogrossense*, 11 fev. 1965, p.1 *apud* Sotana, 2015, p. 11.

Especial destaque merece, ainda, a afirmação de Barbosa Rodrigues de ser “um homem de imprensa *com vinte anos de atividade em jornais de Campo Grande*” (grifos nossos). Em 1980, Júlio da Silva apresentaria uma breve biografia do amigo José Barbosa Rodrigues, acrescentando às informações correntes o fato de que este trabalhara, também, no jornal *O Progresso*, num interstício entre sua atuação no *Jornal do Comércio* e em *O Matogrossense*, “o jornaleco da D. Aquino” do qual saíra para atuar no *Correio do Estado*. Tal informação permite o preenchimento do lapso biográfico anteriormente referido (1949-1954); período em que serviu, igualmente, por “muitos anos, nesta terra aos ideais do PSD”, deixando-o “serenamente”, passando a pertencer, desde 1954, à UDN.¹⁰⁶

Em setembro de 1980, na abertura da II Semana de Imprensa organizada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Júlio da Silva seria condecorado com uma placa de ouro, a homenagem registrada na primeira página com foto do momento da entrega, seria igualmente conferida a Ramão Achucarro da Rádio Cultura, nas palavras do chefe de gabinete do prefeito, “duas importantes figuras que sempre lutaram pelo jornalismo e radiodifusão de Campo Grande e de todo o Estado”. Em seu discurso, Júlio Nimer, que no ato representava o prefeito Albino Coimbra, rememoraria Júlio da Silva como “pessoa que desde os meus nove anos de idade eu aprendi a respeitar, pois lia seus artigos no antigo jornal *O Matogrossense*. Júlio da Silva sempre esteve presente na vida de Campo Grande com sua pena célere, responsável e algumas vezes, contundente [...]”.¹⁰⁷ Pela declaração de Nimer, conclui-se que quando Júlio da Silva chega ao CE em fevereiro de 1956, “o já conhecido lidador da imprensa campo-grandense, [...] colaborador assíduo dos órgãos locais”¹⁰⁸, era mais um dos jornalistas do *Correio do Estado* tomado de *O Matogrossense*, assim como o próprio Barbosa Rodrigues.

A definição publicada pelo *O Matogrossense* apresentando J. Barbosa Rodrigues como “gerente, redator, diretor e tudo o mais do jornal da baixada”¹⁰⁹, encontra eco no próprio CE, do qual era “a viga mestra”. Em nota comemorativa por ocasião de seu aniversário, apontava-se a data do natalício do diretor como sendo também “o dia do *Correio do Estado*”, por ser este o esteio da Empresa “e a razão de ser o *Correio do Estado* o jornal de maior penetração em Mato Grosso”, assumia-se, por fim, ser Barbosa Rodrigues “o centro de todas as atividades da Empresa e o comandante de quantos, [...] servem ao jornalismo e às

¹⁰⁶ *Correio do Estado*, 13 fev. 1965; 9/10 ago. 1980, p. 1.

¹⁰⁷ *Correio do Estado*, 18 set. 1980, p. 1, 5.

¹⁰⁸ *Correio do Estado*, 8 fev. 1956, p. 1.

¹⁰⁹ *O Matogrossense*, 11 fev. 1965, p.1 *apud* Sotana, 2015, p. 11.

artes gráficas.”¹¹⁰ O jornalismo do *Correio do Estado* em seus anos iniciais pode ser caracterizado como representante do chamado “jornalismo do editor”, onde este, no caso J. Barbosa Rodrigues, acaba por inspirar toda uma “mitologia” em torno de sua imagem. É Wainberg (1997, p. 14-16, 187) quem embasa tais acepções e define este período, com início no Brasil na década de 1920, como sendo a “era romântica” do jornalismo, onde “preponderava a voz do chefe. [...] Evidências de que os veículos são extensão de seus interesses, de suas ideias e projetos, ideologia e desejo”, para o autor, este modelo de jornalismo, “extensão mesma dos interesses e ideologias de seus barões, constituiu-se noutra forma de fazer política”, constituindo-se o editor num “ator político”.

Conforme se assumiu, já tendo J. Barbosa Rodrigues como diretor-proprietário, em julho de 1956, o *Correio do Estado*, por primeira vez, apresentar-se-ia impreso em *standard*, passando “a ser o maior jornal que já se editou em Campo Grande” o que se veiculava como uma condução da imprensa campo-grandense a um novo surto de progresso. O diretor afirmaria ser aquela a primeira vez que um jornal campo-grandense saía “da tradicional bitola de 5 ou 6 colunas, para, praticamente, igualar-se em formato, aos grandes jornais do país, editados nos grandes centros”. Barbosa Rodrigues prenunciava, para dentro de mais algum tempo, “superados obstáculos naturais, como o racionamento de energia elétrica, fornecimento de papel e pessoal especializado”, outros saltos visando um jornal diário mais completo.¹¹¹ Em janeiro do ano seguinte, o *Correio do Estado* promoveria a primeira consulta à opinião pública, “o maior concurso até hoje realizado nesta cidade. Um concurso de grande valor publicitário”, pesquisa que contemplaria estabelecimentos comerciais ou industriais, profissionais liberais, homens públicos e personalidades de destaque na vida citadina.

A consulta se faria por todos os lares por meio de uma equipe, especialmente formada para esse fim - o “exército de Visitadores”. A promoção, praticada por mais de dois meses, contara com a realização e divulgação das apurações parciais nas rádios Difusora e Cultura, e nas páginas do vespertino que esposava também a campanha de encampação da CME e o boicote ao pagamento das contas de luz, situação que, por sua vez, influía sobre a contagem dos votos. Em fins de março, já com a contagem encerrada, divulgaram-se os vencedores e, como não poderia deixar de ser, o *Correio do Estado* alcançara o primeiro lugar na categoria “Jornais da Cidade” com 4.088 votos, seguido pelo *Jornal do Comércio* com 3.664 votos,

¹¹⁰ *Correio do Estado*, 30 jun. 1962; 29 jun. 1963.

¹¹¹ *Correio do Estado*, 27 jul. 1956, p. 1.

cabendo o terceiro lugar ao *O Matogrossense*, com 1.456 votos.¹¹² Dentre as inovações de 1957, figuraria a instalação do primeiro telefone do *Correio do Estado*, o 3004.

Na edição de 16 e 17 de agosto de 1957, o *Correio do Estado* comemoraria a sua “milésima tiragem”, uma grande vitória para fundadores e funcionários que superavam obstáculos diversos, aumentados pela deficiência de energia elétrica. Reconhecendo “a colaboração eficiente de seus funcionários”¹¹³, o diário os apresentaria e, designando suas atividades, renderia homenagens a: Antônio Salviani, linotipista-mecânico, que “entrou junto com as primeiras máquinas ainda desmontadas”; os irmãos Edú e Eudo Nonato da Silva, respectivamente, auxiliar linotipista e impressor; Ilíbio Nogueira Pinto, paginador; Dauto Santiago, redator e revisor; Júlio da Silva, “praticamente redator-secretário”; Francisco T. de Andrade, zelador; Otílio Torres Dias, entregador de jornal e Augusto Gamba, “que já foi tudo nesta casa e hoje dirige a secção de publicidade, além de auxiliar na redação”. Num retrospecto, o jornal afirmaria “felizmente”, já ter superado as maiores dificuldades, aspirando, até a edição 2000, já “haver vencido todos os obstáculos e resolvido todos os problemas, já tendo, então, transformado o CORREIO em grande órgão de publicidade”.¹¹⁴

Em fins de outubro, noticiava-se a circulação por “quase todo o Estado” e previa-se, para até o fim do ano, não haver um só município mato-grossense que não fosse “diariamente, visitado pelo Vespertino de Maior Circulação em Mato Grosso”. As incursões em busca de assinantes ficariam a cargo de Augusto Gamba, e dentre as 14 cidades visadas, apenas quatro pertenciam a porção norte do estado, incluindo a capital Cuiabá. No entanto, o *Correio do Estado* sempre se gabou de sua penetração “digna de um grande diário vespertino de caráter estadual”, com base no que, garantia: “a sua mensagem de vendas será levada de Campo Grande para Mato Grosso, havendo possibilidade para bons negócios! Confie-nos a sua próxima publicidade e ela permanecerá”. Já desde 1960 o jornal apresentaria o Mato Grosso como um “Novo mercado no Cenário Econômico do Brasil”, colocando-se às ordens para “mensagens de vendas” posto ser um “veículo magnífico de publicidade em geral”. A folha

¹¹² *Correio do Estado*, 16 e 17 jan.; 20 fev.; 1 abr. 1957, p. 1.

¹¹³ Lista anterior, de 1955 trazia ainda os nomes de Milton Benites –linotipia, Antônio Soares – paginação, Ilíbio Amaral – impressão e Heretiano Rios – publicidade. Lista de 1956, acrescentaria Hircio de Almeida – linotipista, mesma função atribuída a José Marçal em 1961. Em 1963, os colaboradores citados por sua efetiva participação na edição especial de aniversário de Campo Grande, encabeçada por Gamba e Júlio, foram: Justo Alcides Cuellar, Werther Catharinelli, Domício Ramos, David Pires Camargo, Adeides Neri Oliveira e Cristovão Lechuga.

¹¹⁴ *Correio do Estado*, 7 abr. 1956; 16 e 17 ago. 1957.

valia-se, ainda, da estimativa de que só dentro da cidade de Campo Grande, 5000 pessoas liam diariamente o *Correio do Estado* - se cada exemplar fosse lido por 5 pessoas.¹¹⁵

Na nova fase inaugurada por Barbosa Rodrigues, o *Correio do Estado* seria promotor e incentivador de concursos e promoções, estratégia mantida como fórmulas de sucesso ao longo dos anos, com destaque para a cobertura e/ou proposição direta dos habituais conclave de Miss e de “Dez Mais”, dos concursos de cartas do Dia das Mães; de vitrines; “Você quer ser jornalista?”; “Ganhe um lote em Brasília”; Miss Campo Grande; concurso de estudantes para obtenção de bolsas de estudo e “Dois mais velhos campo-grandenses”, por exemplo. Além da promoção de shows e atrações e das campanhas de assinaturas como a promovida em 1957, que estabelecia a concessão de trinta assinaturas do jornal para possuidores dos novos títulos eleitorais - independente da filiação partidária; e a “grandiosa” campanha “Quem vai lucrar é você”, de 1963, que previa o ganho de brindes tais como: uma Máquina de Costura Singer; um Rádio Transistor *Telespark*; um Liquidificador *Walita*; uma Passagem Aérea Ida e Volta para Campo Grande-Cuiabá e uma Passagem Aérea de Ida e Volta entre São Paulo e Rio. A grande novidade do ano de 1966 seria o “Palpite Milionário” no qual os “aficionados do turf campo-grandense” concorreriam, semanalmente, ao prêmio de 50.000 cruzeiros - os cupons, publicados de terça à sexta, depois de preenchidos, eram colocados numa urna existente no balcão da loja do jornal, a conferência dos palpites era feita toda segunda-feira e o acertador recebia o seu prêmio na hora.

Para além dos frequentes surgimento e ocaso de seções e colunas como: O que vai pela Câmara; Fatos e Comentários; Dos jornais; Você se lembra?; Ocorrências no Trânsito; Correio nos clubes sociais; Consultório Sentimental (1956); Flashes internacionais; Notas Forenses; a coluna Sombra e Água Fresca, assinada por Léo Xis, uma seção para tratar “de tudo, das coisas certas e erradas”¹¹⁶; Este mundo louco, onde Hélio Moraes assinava curiosidades (1957); Oportunidades (1958); Instantâneos Sociais – por Augusto Gamba; o retorno de Ora, Bolas! – agora com Nelson de Souza (1959); Painel de Boris Netto; Panorama Social por Dam Junior (1960); Anúncios Populares; Miscelânea, composta por notas de caráter político; a publicação da história em quadrinhos As atrapalhadas do Prof. Nimbus do desenhista norte-americano J. Darthel¹¹⁷; Panorama Esportivo com Creso Paiva (1961); Meu Cantinho por Marçal; Coluna dos novos e Isto é com você, dirigidas por Nair Rezende;

¹¹⁵ *Correio do Estado*, 29 out. 1957; 3 abr. 1958; 2 jan.; 29 jul. 1960.

¹¹⁶ *Correio do Estado*, 3 maio; 3 e 4 out. 1957; 29 jun. 1963.

¹¹⁷ Exibida aos sábados e quartas-feiras, a coluna recebeu “o gentil patrocínio da Casa Vermelha, o paraíso campo-grandense de calçados finos”, que pagaria “todo ‘copyright’ internacional à J. Darthel”. *Correio do Estado*, 20 out. 1961, p. 2.

Correio Estudantil (1962); Coluna Luz da Vida, espaço religioso; Coluna Social e suas variações Vida Social e DROPS - por Juca Radialino (Augusto Gamba), Club Social (1963); Notícias Femininas (AABe), Coluna Tudo Azul, seção que visava “colaborar com a administração apontando falhas, erros ou mesmo ‘mazelas’” ao prefeito da oposição; Horóscopo e Coluna Estudantil (1964); “Ronda Hospitalar” e a sessão “*Correio do Estado* Informa: Farmácias de Plantão” (1967).

Nelson de Souza, responsável por “Ora, Bolas!”, mais uma das colunas natimortas do CE, em 1959 anunciaria “uma fase de transformação artística” do periódico que há pouco, “sem nenhum estardalhaço” mudara seus cabeçalhos, ostentando novos títulos “de acordo com a técnica moderna”. Para o colunista, o “soerguimento material” da publicação estava “em íntima correlação com a sua eficiente atuação jornalística”, e, ainda que sob o peso da “natural divergência de alguns confrades e políticos que não rezam pela cartilha da UDN”, a nova fisionomia do jornal funcionava como o “espelho de seu progresso”¹¹⁸. Tem-se, porém, que longe de ser novidade, mudanças no cabeçalho, disposição e configuração das notícias, informações e *layout* dos quadros perenes, mudanças na primeira página, como a inserção de índice de notícias e montagens de imagens, seriam recursos igualmente frequentes no diário.

A partir do ano de 1966, o jornal passaria a se apresentar com 6 páginas nos dias de semana e 8 aos sábados, e, em busca de uma série de melhoramentos, Barbosa Rodrigues procederia a viagens a São Paulo com o objetivo de manter contatos com firmas do ramo gráfico e jornalístico. Mantendo-se ainda constantes a inserção de novos quadros, como a “Coluna Feminina, por Suzana” – agência NOVA, “Capital dia a dia por José Pillar exclusivo para o *Correio do Estado*”, o quadro de crônicas “Reflexões do General” e a “Coluna Médica”, por exemplo. Além do visível investimento em novas artes para os layouts, do espriar da oferta de seus Impressos Tipográficos para qualquer ponto do Estado e da apresentação de novos colaboradores. Igualmente comuns seriam as publicações de diários de viagem e de séries de crônicas de ilustres colaboradores/amigos, como o Dr. Gualter Barbosa e Hugo Pereira do Vale.

Dentre os colaboradores, merece destaque a figura do poeta mato-grossense, radicado no sul do estado, Manoel de Barros que em 1961 assumiria uma coluna que, denominada em sua estreia e na edição seguinte como “O abstrato e o concreto”, passaria a chamar-se “Viola de Côcho”, sendo com raras exceções, apresentada na 2ª página. Em sua primeira exibição, o poeta admitiria ter feito um compromisso com Barbosa Rodrigues de escrever uma coluna

¹¹⁸ *Correio do Estado*, 17 ago. 1957, p. 4.

diária para seu jornal. “Mas coluna? Coluna de quê? Com que roupa? Com que material? Poucos meses tenho eu em C. Grande. Mal conheço a cidade, sua gente, seus problemas, suas chagas, seu ouro, seu pechicheque”, razão de seu veredito: “Onde fui me meter...”, o autor decidir-se-ia, por fim, a criar uma “coluna literária” para dar abrigo a todos os movimentos culturais ou artísticos em geral¹¹⁹, sentenciando: “só não farei política. Digo, farei política literária”. Menos de dois meses depois de firmado o compromisso, Manoel de Barros descumpriria suas duas principais promessas, a coluna não mantivera apresentação diária, tão pouco não falara de política, saindo este em defesa de Wilson Barbosa Martins e Jânio Quadros na primeira oportunidade, ou necessidade, surgida. Em 1966, registrar-se-ia ainda a chegada do destacado escritor paulista Francis Falbo, “colaborador mais ou menos frequente” que alcançara grande sucesso no interior de São Paulo.¹²⁰

Com o decorrer dos anos, colaborações dos familiares também tornar-se-iam frequentes. A primeira a figurar no periódico seria a D. Eneida, com a publicação de crônicas esporádicas¹²¹ já em 1958, o que lhe renderia a designação de “nossa colaboradora”; para além da promoção de excursões a sede do jornal com seus alunos, como ocorrido em 1960, quando esta atuava na Escola Municipal Bernardo Franco Baís. “Os garotos”, filhos do casal, começariam a figurar na publicação somente na década de 1960, e o primeiro a ser referido fora justamente o caçula Antônio João Hugo Rodrigues que, com 15 anos, em 1962, assinaria vez por outra a coluna “Notas Esportivas” ou “Resenhas Esportivas”. Ainda no mesmo ano, ao nominar os funcionários responsáveis pela publicação de uma edição especial, dentre os “valerosos companheiros” que, juntamente com os redatores, “permaneceram numa vigília continuada de perto de 40 horas”¹²², seria arrolado o nome de Paulo de Tarso Rodrigues. Marcos Fernando, ou somente Marcos, seria frequente referido a partir de 1966 como aquele a quem deveriam se encaminhar os candidatos a repórteres, redatores, jornalheiros, linotipistas e outros, sendo comum nos anúncios as designações “apresentar-se ao (ou tratar com) sr. Marcos”. Também em 1966, José Maria Hugo Rodrigues, o primogênito, seria descrito como “nosso companheiro [...] enviado aos festejos de Corumbá”, sendo posteriormente apresentado como contador e funcionário da Empresa Correio do Estado.¹²³

¹¹⁹ *Correio do Estado*, 2 jun. 1961, p. 2.

¹²⁰ *Correio do Estado*, 9 mar.; 9 ago. e 31 out. 1966.

¹²¹ Em 1980, seriam publicados “Versos de Eneida”. *Correio do Estado*, 25/26 ago. 1980, p. s/nº.

¹²² *Correio do Estado*, 7 jun. 1960; 8 jun. 1961; 12 e 13 jun. 1962.

¹²³ *Correio do Estado*, 22 set. 1966
; 21 jan. 1967.

Em entrevista concedida ao *Correio do Estado* por ocasião do centenário de J. Barbosa Rodrigues, no ano de 2016, Antônio João, o único dos quatro ainda vivo, afirmaria que “os filhos trabalhavam em todos os setores”.¹²⁴ Declaração confirmada pelas páginas da publicação, que já em julho de 1968 relacionaria no expediente, junto aos nomes dos redatores Augusto Gamba e Júlio da Silva, a titulação de José Maria como gerente - permanecendo a direção à cargo de Barbosa Rodrigues.¹²⁵ Em julho de 1970, portanto já após a saída de Gamba do quadro de funcionários, Antônio João assumiria como redator juntamente com Júlio da Silva. Em julho de 1973, os quatro filhos figurariam no quadro expediente, Antônio João e José Maria manteriam suas funções, enquanto que Marcos Fernando e Paulo de Tarso assumiriam os cargos de redator e editor, respectivamente.

Os investimentos e melhorias mostrar-se-iam mais pontuais com a inserção paulatina dos filhos nos quadros da empresa. De forma que o principal investimento do diário no ano de 1966, (quando os quatro garotos já eram contados entre os funcionários do CE), seria a instalação, a 14 de abril, de uma sucursal “na gloriosa capital do Estado”, inauguração que contara com a presença de “figuras das mais representativas da sociedade, e da vida ativa cuiabana”, com destaque para o governador Pedro Pedrossian e o chefe da casa civil, João Arinos. Após a instalação da sucursal, o diário se autodefiniria como o “primeiro jornal brasileiro a procurar entrar em contato direto com a população da eterna capital de Mato Grosso”, atitude descrita como mais um passo decisivo dado em “sua marcha em demanda da meta que sempre teve em vista [...] tornar-se um órgão de âmbito estadual”.

A filial que ficara a cargo de Roberto Brunini, sem explicações, menos de um ano depois de inaugurada deixaria de ser relacionada no expediente do *Correio do Estado*. No entanto, em julho de 1968, como se o fizesse pela primeira vez, anunciar-se-ia a Sucursal em Cuiabá instalada, desde o dia anterior, agora “à Rua 24 de Outubro, 604”, tendo sido a direção entregue ao advogado Evaldo Duarte de Barros, “antigo militante da imprensa cuiabana”. Ao final da edição, seriam divulgadas as primeiras notícias remetidas pela sucursal, A. Gamba e José Maria foram os destacados para acompanhar a inauguração. Em dezembro, o quadro expediente já traria a filial em novo endereço “Rua Antônio João, 189-A”. Em março de 1969, a história se repetiria, sumindo novamente o endereço da sucursal do quadro expediente, bem como os endereços da representante no Rio e em São Paulo; a designação retornaria em setembro, já num terceiro endereço, “Beco Cabo Agostinho, 19”. Entretanto,

¹²⁴ Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-marcada-pelo-pioneirismo/281191/> Acesso em: 14 dez. 2016.

¹²⁵ *Correio do Estado*, 17 jul. 1968, p. 2.

mesmo durante este último intervalo, registraram-se seções, colunas e notícias com a distinção “da sucursal”, como, por exemplo, a coluna “Síntese de José Eduardo da Sucursal de Cuiabá”¹²⁶, de 1970.

Por ocasião da edição comemorativa do 67º aniversário de Campo Grande, toda a equipe que “movimentou-se com entusiasmo tanto de dia como de noite, lutando principalmente com a falta de energia elétrica”, merecera aplausos, os nomes de 21 funcionários seriam arrolados, dentre eles: Augusto Gamba, Júlio da Silva, José Maria, Paulo de Tarso, Antônio João e Marcos Fernando Hugo Rodrigues. O grande número dos envolvidos com a edição especial devia-se, sobretudo, por ter a edição de aniversário de Campo Grande se transformado num evento, de forma que a iniciativa, além de constituir “homenagem à data magna da cidade”, admitia-se, auxiliava grandemente na manutenção dos órgãos de divulgação existentes.

Para tanto, antecipadamente, solicitava-se o apoio “consubstanciado em verbas de propaganda [...] da indústria, do comércio e de todas as entidades produtoras” para que, homenageando Campo Grande, pudessem “encontrar meios para a sua manutenção por mais um ano”. Assim, a cada novo ano o *Correio do Estado* prometia edições maiores e melhores do que as publicadas no ano anterior, a edição de 1966, por exemplo, apresentou em 52 páginas, Campo Grande, a “Metrópole do Futuro, Uma cidade na rota do progresso”, enquanto que a de 1968, estendendo-se por 64 páginas, relataria “um salto para o futuro!”. Igual situação aconteceria também com as edições de Natal, a exemplo da “magnífica edição ilustrada” de 1967, que, “dedicada a Mato Grosso. Com tiragem triplicada”, era anunciada como “o mais eficiente meio de promoção e publicidade. [...] A sua firma não poderá estar ausente da nossa Grande Edição De Natal”.¹²⁷

Os avanços continuariam e se estenderiam pelos anos seguintes, 1967 seria o ano da publicação da edição de número 5.000 do *Correio do Estado*, que, em editorial na primeira página, inteiramente redigido em caixa alta, afirmaria que “*por força de um capricho das coisas*”, aquela edição era “festiva, apoteótica,” uma demonstração de “zelo para com a Cidade Morena e seu nobre povo”, devendo o “leitor amigo” recebê-la “como um grande brinde de honra” do *Correio do Estado* a Campo Grande em seu 68º aniversário. Caso fosse o “leitor amigo” também um leitor atento, perceberia que a edição 5.000 não coincidira com o aniversário da cidade apenas “*por força de um capricho das coisas*”, mas sim, muito mais,

¹²⁶ *Correio do Estado*, 17 fev. e 14 abr. 1966; 13 fev. 1967; 26 jul. e 2 dez. 1968; 25 mar. 1969; 23 abr. 1970.

¹²⁷ *Correio do Estado*, 30 jul.; 26 ago. 1966; 28 jun. 1967; 26 ago. 1968 e 7 dez. 1967.

por um arranjo de edição, auxiliado por algumas distrações, por vezes propositais, no meio do caminho, posto que, durante o já percorrido “ciclo de 13 anos, 6 meses e 19 dias”, não fora mantida a contagem correta do número das edições que ora era adiantado, ora repetido, outras omitido, não raro havendo retrocessos na contagem. Desta forma, em agosto daquele ano, houve duas tiragens de número 4.996, nos dias 18 e 19, o que fez com que na publicação com data de 24 e 25, pudesse ser comemorada “*por força do capricho das coisas*”¹²⁸ a edição número 5.000 e não 5.001, como indicado pela contagem do mês. (Grifos nossos).

Em outubro, seria divulgada a triplicação da tiragem diária do vespertino, justificada em virtude do aumento da procura “em todo o Estado, não se falando em Campo Grande onde as bancas” não davam mais “conta das encomendas”. Para possibilitar o tento, afirmava-se a aquisição de nova impressora automática, comprada em São Paulo “pelo companheiro Augusto Gamba”. Garantia-se ter em mira outra compositora, estando também uma clichéria em fase de montagem, a razão dos investimentos era a máxima frequentemente empregada: “Estamos procurando crescer com Campo Grande!”. O crescimento da cidade se refletia, igualmente, no aumento dos meios de comunicação, desta forma, em setembro seria anunciado mais um jornal para Campo Grande, o novo órgão faria parte da cadeia dos *Diários Associados*, inserção interpretada como comprovação do “grande progresso” pelo qual passava a cidade e a região. Mormente porque, “inicialmente, pensou-se na instalação desse jornal na capital do Estado, mas pesquisas técnicas feitas pelo pessoal dos ‘*Diários Associados*’ demonstraram que Campo Grande apresentava melhores condições em Mato Grosso”.¹²⁹ O associado *Diário da Serra* circularia pela primeira vez em 30 de maio de 1968 - quase dois meses após a morte de Chateaubriand; sob a direção de Edilson Cid Varela e Adilson Vasconcelos.¹³⁰

Ainda em outubro de 1967 anunciar-se-ia mais um investimento: Jacinto de Thormes seria exclusivo do *Correio do Estado*, para tanto, realizara-se “a assinatura de um contrato de exclusividade de fornecimento de serviço jornalístico com a ‘PROMOPAN’” da Guanabara, transação realizada no momento em que aquela empresa criara “o seu Departamento de ‘Features’ [...], nos moldes das grandes organizações internacionais”. Julgando não se fazer necessária a apresentação de J. de Thormes, o jornal prosseguiria a uma breve biografia que o destacava como “criador do colunismo social brasileiro”, tendo evoluído “para a grande

¹²⁸ *Correio do Estado*, 24 e 25 ago. 1967, p. 1.

¹²⁹ *Correio do Estado*, 12 set. 1967, p. 6.

¹³⁰ Inicialmente dirigido por uma equipe de Brasília, teve “sua redação instalada na Avenida Afonso Pena, 323. A edição de lançamento constou de 24 páginas, divulgando principalmente reportagens referentes ao governo do Estado e órgãos governamentais”. - *Correio do Estado*, 22 mar. 1968, p. 1; 31 maio 1968, p. 1.

reportagem, para o rádio, televisão e, num estilo inconfundível, para o comentário do esporte”, um profissional capaz de “falar sobre tudo”. Em nota, se afirmaria estarem os melhoramentos “de acordo com os planos traçados, a longo prazo, não resta dúvida, pelo diretor” da empresa. Neste primeiro momento, Gamba seria o destacado para as frequentes viagens a São Paulo a serviço do diário que se dizia obrigado “a um passo mais avançado no que diz respeito à parte técnica”, por conta do “crescimento da cidade e grande aceitação” que vinha tendo.¹³¹

Em dezembro de 1967, o *Correio do Estado* divulgaria o início de sua representação nos estados do Nordeste, por meio da “REPREENAES – Representação de Jornais e Emissoras”, que acabava de instalar sucursal naquela região, possibilitando estender “suas atividades a grande área do país”, fazendo do CE o primeiro jornal de Mato Grosso a estar presente na região. Prometia-se, para o ano seguinte, o estabelecimento de sucursais em Recife, Salvador e Belo Horizonte, além dos já alcançados Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Dias depois, “a título de experiência da [...] capacidade de produção técnica” e a fim de demonstrar o que se pretendia “fazer diariamente em 1968”, publicou-se uma edição de 12 páginas, feito que constituiria uma exceção, voltando já na semana seguinte às 6 páginas diárias. Dentre as previsões, garantia-se: “em breve os leitores sentirão orgulho do seu jornal, cuja penetração em Mato Grosso deverá ser total”.

Em 1968, com o objetivo de alargar sua zona de penetração, os membros da equipe Augusto Gamba e Marcos Fernando Rodrigues, percorreriam vários municípios, atividade que se estenderia por meses. Em março, seria divulgada a lista das cidades onde era lido o *Correio do Estado*, dividida entre “em Mato Grosso” com 26 cidades - somente Rondonópolis na região norte; e “Fora do Estado de Mato Grosso”,¹³² com outras 16 cidades, totalizando 42 cidades alcançadas pelo periódico. Igualmente a partir de 1968, os filhos de Barbosa Rodrigues não mais figurariam apenas esporadicamente, assumindo cada vez mais funções dentro da empresa, em janeiro, por exemplo, José Maria seria relacionado como o responsável pela contratação de impressores tipográficos, função que exigia preenchimento imediato. Pressa que se dava, muito provavelmente, por ter a empresa adquirido uma nova impressora já em fase de ajustes.

Dirigindo-se diretamente aos seus leitores, o jornal apresentaria sua próxima meta: a montagem da clicheria com funcionamento previsto para março. Os avanços teriam um custo

¹³¹ *Correio do Estado*, 4 e 14 out. 1967.

¹³² *Correio do Estado*, 11 e 16 dez. 1967; 31 jan. e 16 mar. 1968.

e, assim, a partir de 1º de fevereiro o preço da edição diária seria alterado pra NCR\$ 0,15. Em compensação, garantia-se “desde já melhor informativo, melhores colaborações e acabamento gráfico mais caprichado”. Durante o mês de março, por motivo de ordem técnica, o CE circularia de forma irregular e com número diminuto de páginas, o que se justificava em virtude de crer-se “chegada a hora de mais uma ‘arrancada’” nas oficinas, tudo conforme o plano que se traçara. Dentre as inovações de 1968, teria início “a publicação da festejada coluna” do famoso Repórter Esso, Heron Domingues, novidade encarada como “uma das maiores conquistas” do novo e moderno *Correio do Estado* e do “jornalismo mato-grossense”. Com a colaboração dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, as crônicas “publicadas simultaneamente nas grandes capitais,” seriam, “para orgulho nosso”, publicadas também em Campo Grande, no mesmo dia em que eram publicadas no Rio de Janeiro.

Ainda outras novidades ganhariam espaço, como “O ESTADinho O Mais Lido”, uma espécie de sessão que tinha à frente, como “Diretor-Redator-Responsável”, Antônio João Hugo Rodrigues. O redatorial da primeira edição definiria a “nova sessão” como “um MINI-jornal” com “uma porção de tópicos interessantes para o leitor amigo” para quem selecionava-se “uma série de pequenas novidades”. Intencionava-se fazer do “ESTADinho o Mais Lido” dentro do “*Correio do Estado*, o Mais Procurado”, nas definições do expediente, tinha-se: “Circula Só Quando Sobra Espaço No Papel. Colaboradores Diversos, desde que saibam escrever”. O *slogan* adotado seria “Comprando O ESTADinho você leva de japa o *Correio do Estado*”.¹³³ A sessão seria veiculada, inicialmente, nas edições de sábado que, a partir daquele ano, circulariam com 10 páginas, enquanto que as edições semanais circulavam com 8. Também em março de 1968 teria início a coluna “Bom mesmo é o Ypê”, prometida para todas as quintas e sábados, com noticiário do Clube Campestre Ypê. Em sua terceira publicação a coluna passaria a ser assinada pelas iniciais J.M que se conclui ser José Maria. Junho traria a sessão “Em dia com a notícia” que, ostensivamente assinada por José Maria H. Rodrigues, em forma de tópicos trataria da política e economia nacional, estadual e municipal. Em 1971, conservando o estilo dos tópicos, com a supressão da referida coluna, J. M. passaria a assinar a coluna “Ao pé do ouvido”.¹³⁴

Em fins de abril de 1968, mantendo o hábito de dar “ciência aos leitores amigos” do que estava sendo feito, noticiou-se a chegada de mais uma compositora (linotipo), adquirida em São Paulo, e, prevendo-se o funcionamento da máquina para dentro de quinze dias,

¹³³ *Correio do Estado*, 8 jan.; 9 e 27 mar. 1968.

¹³⁴ *Correio do Estado*, 20 mar. 1971, p. 2.

garantia-se, a partir de sua instalação, o aumento da capacidade gráfica e, conseqüentemente, do número de páginas diárias da publicação. No início de junho, exatamente uma semana depois de nota na primeira página divulgar a viagem de Barbosa Rodrigues à capital paulista, a fim de “acelerar a vinda de novos equipamentos” destinados ao aprimoramento do jornal, dar-se-ia conta de se terem adquirido mais uma moderna linotipo e equipamentos complementares para funcionamento da clichéria, para além da contratação de um técnico paulista para confecção de clichês. Prometia-se, também, o lançamento de um caderno ilustrado que, conforme a práxis propagandística da publicação - qual seja relacionar e atribuir investimentos e melhorias no jornal aos méritos do público leitor; intencionou-se “para maior gaudio e satisfação do povo mato-grossense, principal responsável pelo sucesso e conquistas” do *Correio do Estado*.

Tais aquisições possibilitariam a produção mais frequente de suplementos ou cadernos, sendo o primeiro deles o suplemento infantil impresso em cores e distribuído aos sábados, publicado, por primeira vez, em caráter de lançamento e sem aviso prévio, no início de setembro de 1968. O “melhoramento” mais uma vez seria justificado pela intenção de “dar a Mato Grosso um jornal cada vez mais completo, dentro de um plano de expansão iniciado no ano” anterior e previsto para “muitos meses ainda, talvez mais de ano”. No início de outubro, o ESTADinho seria transformado em suplemento semanal composto por 4 páginas em formato tabloide. O redatorial de inauguração da nova fase redigido por J. Barbosa Rodrigues afirmava ter sido entregue a direção do suplemento ao mais jovem elemento da equipe, “o estudante Antônio João Hugo Rodrigues, que soube dar cabal desempenho à tarefa que lhe fora atribuída”.¹³⁵

1.3 – Ainda político: o *Correio do Estado* e a política local, regional e nacional

O ano de 1961 seria ano eleitoral e, logo nos primeiros dias de janeiro com um clichê de Jânio Quadros que ocupava quase que metade da primeira página, o periódico daria início à campanha oficial deste. Como legenda da imagem tinha-se: “Campo Grande saúda hoje *seu grande filho* Dr. Jânio Quadros, na sua marcha rumo à Presidência da República”. Pouco depois, o jornal manifestaria também o seu já esperado apoio à campanha de Corrêa da Costa, “Para Presidente da República: Jânio Quadros, Para Governador: Fernando, o que Melhor

¹³⁵ *Correio do Estado*, 14 e 21 mar.; 24 abr.; 1, 7 e 15 jun.; 9 set.; 5 out. 1968.

Administrou!”¹³⁶ Após as eleições, o *Correio do Estado* ladearia mais uma vez as figuras de Jânio e Fernando, ambos eleitos comemoraria, provocativamente, o jornal: “Chora Bugrada o pranto é Livre”, abaixo da imagem do novo presidente, localizada na metade superior esquerda daquela primeira página, lia-se: “O *campograndense*¹³⁷ na Presidência da República!”. Embaixo das informações sobre a monumental passeata a ser realizada em honra dos políticos eleitos, tinha-se a foto de Fernando Corrêa da Costa, “Fernandão está eleito”, mais abaixo, com um clichê menor, “Garcia Neto vice-governador!”. Dias depois, guardando certo sigilo, o vespertino se gabaria de ter o presidente escolhido “para ser um elemento de ligação entre o governo federal e o Brasil Central” um homem de Mato Grosso, saído de Campo Grande, um elemento ligado ao *Correio do Estado*¹³⁸, cujo nome, no entanto, não seria dado a conhecer.

O dia da posse de ambos os políticos transformou-se em feriado municipal na cidade de Campo Grande, a lei que previa o feriado, assinada pelo prefeito Wilson B. Martins, se justificava “em virtude de ser primeira vez na história de *Campo Grande que um filho desta terra*” ascendia à suprema magistratura do País.¹³⁹ O dia da posse caiu numa terça-feira, na segunda, antecipando-se ao feriado, o *Correio do Estado* publicaria uma edição especial de 8 páginas,¹⁴⁰ onde, após chamada em edições anteriores em que se lia “Ela vai chegar no dia 31!”, tinha-se finalmente: “Ela, A Vassoura, Chega Hoje! Chora Bugrada Que O Pranto É Livre”. A metade superior da página traria bem ao centro, a usual foto de JQ, por legenda, os dizeres: “Ao grande campo-grandense Dr. Jânio da Silva Quadros, Presidente da República, as homenagens de sua cidade”, do lado direito, sob o título “Jânio Quadros na Presidência!” e com a epígrafe camoniana – “Depois de procelosa tempestade, /Noturna treva e sibilante vento, /Traz a manhã serena claridade, /Esperança de porto e salvamento...”, desenrolava-se texto elogioso ao presidente eleito, igualmente, do lado esquerdo da imagem, louvar-se-ia “Fernando governador!”, ambos os textos só seriam concluídos na última página da edição.

Enquanto Juscelino Kubitschek recebera o título de “padrasto de Mato Grosso”, Jânio, “o grande matogrossense [...] preclaro filho de Campo Grande”, que conforme a publicação, garantira “Campo Grande Terá Tudo Comigo!”¹⁴¹, seria a representação da

¹³⁶ *Correio do Estado*, 9 jan.; 19 mar. 1960, p. 1.

¹³⁷ Há controvérsias quanto a cidade de origem do ex-presidente, posto que em seu livro “*Pedro Pedrossian, o Pescador de Sonhos – Memórias*” - 2006, o ex-governador afirma ter Jânio Quadros, assim como ele mesmo, nascido em Miranda-MS.

¹³⁸ *Correio do Estado*, 8 out.; 19 out. 1960, p. 1.

¹³⁹ *Correio do Estado*, 30 e 31 jan. 1961, p. 8.

¹⁴⁰ Em 1961, seriam mais comuns edições de 4 páginas de segunda à sexta-feira, e de 6 páginas aos sábados.

¹⁴¹ *Correio do Estado*, 2 fev. 1961, p. 1.

esperança para o estado e para a nação, “para uma comunidade de 65 milhões de almas sofridas”. Posto que não era “só e simplesmente, um *filho dileto da terra matogrossense*. [Era] antes de mais nada, um cidadão marcado pelo destino para tornar-se guia de um povo”, com “objetivo cristão e humano [...], tendo em vista a felicidade geral da família brasileira”. Orgulhando-se de sua posição, e reafirmando-se parte da tríade indivisível “Mato Grosso (Sul) – Campo Grande – *Correio do Estado*”, o vespertino asseguraria pertencer ainda:

Ao grêmio de órgãos de divulgação que desde a primeira hora da campanha ‘janista’ se engajaram na luta em prol da renovação dos costumes políticos nacionais, *Correio do Estado*, também humano e esperançoso, confia na ação patriótica do ilustre Sr. Jânio Quadros, e tem a certeza de que, ainda nos primeiros dias de seu mandato, o Brasil inteiro poderá rejubilar-se declamando Camões [...].

Campo Grande tem razões de ufanía pelos acontecimentos cívicos de amanhã, eis que é campo-grandense, filho da terra esse homem extraordinário que amanhã se tornará mandatário do País. E, reiterando o nosso júbilo, reforçando nossas esperanças em melhores dias para a nacionalidade, o Estado e o Município, vem a circunstância de ser pela primeira vez em nossa história que três filhos da terra exercem, concomitantemente, três cargos Executivos que falam diretamente aos nossos interesses: JANIO na Presidência da República, FERNANDO CORRÊA DA COSTA no Governo de Mato Grosso, e WILSON BARBOSA MARTINS no Governo do nosso Município.

Havia ainda mais um “ilustre mato-grossense” em posição de destaque naquele ano, era o vice-presidente do senado nacional, Filinto Muller que, por motivos óbvios, não recebera os mesmos lauréis. Em editorial de março de 1961, o diário afirmaria que Jânio chegara ao poder quebrando uma “triste tradição”, pois, ao pedir prioridade para estudos que beneficiariam o estado, trazia a segurança de que Mato Grosso tinha “filho seu preocupado com o seu desenvolvimento”, livrando o estado de sua condição de “terra esquecida” dos próprios filhos. Após elencar vários nomes, chegava-se ao de Filinto, “homem de prol desde 1930”, vice-presidente do Senado, de quem não se via nenhuma obra comprobatória do alto prestígio desfrutado no cenário nacional, havendo, no entanto, “muito correligionário empregado, muito amigo acobertado nos seus deslizes funcionais; nada, porém, para Mato Grosso”.¹⁴²

Para o CE, conforme destacado nos trechos grifados, a melhor qualidade de Jânio Quadros era ser campo-grandense. Com a nova assunção de Fernando ao governo, acreditava-se vivenciar “verdadeira metamorfose” na vida político-administrativa do Mato Grosso, representando “o final de uma tendência, o encerramento de uma época em que a vida pública

¹⁴² *Correio do Estado*, 7 mar. 1961, p. 1.

mato-grossense fora marcada por uma sucessão de atos e fatos reprocháveis, e o alvorecer de um novo dia em que”, ainda se aproveitando da metáfora camoniana primeiro empregada com relação a Jânio, “a nau do Estado se vê lançada em rota segura e limpa, e timonada por um Varão de Plutarco, [...] capaz de levá-la a bom porto [...]”. Sem poder prever o futuro, não havia para o diário melhor momento do que aquele, chegara, cria-se, a hora de Mato Grosso.¹⁴³

Os anunciantes também se pronunciariam na edição especial e, em suas congratulações e homenagens, igualmente destacariam a filiação do novo presidente. Assim, rendendo homenagens a Jânio Quadros e ao povo de Mato Grosso, assinalaria o *Expresso Real*: “E o *campograndense* foi à presidência da República...”; Copagaz, Auto peças Chacha, Casa Copacabana, Semíramis Hotel, Armazém Central, Auto Peças Dodge, Relojoaria Ômega e Fábrica Relâmpago renderiam homenagens aos dois ilustres mato-grossenses; Casas A Brasileira e Colorado afirmariam que com a posse de Jânio da Silva Quadros na presidência da República, Mato Grosso voltava mais uma vez à alta direção do Brasil; a Casa de Móveis Manvailer, saudaria, por fim “a vitória de Mato Grosso”. (Grifos nossos).

Como esperado, o presidente campo-grandense seria o assunto principal do *Correio do Estado* por meses, sendo raras as edições em que este não figuraria na primeira página. Far-se-iam, ainda, constantes referências a chegada da “vassoura” que ora servia de ameaça, ora de símbolo do trabalho já concluído. O diário se valeria, por vezes, de expressões e atitudes para apresentar-se diante de seus leitores, de maneira mais íntima, à figura do presidente eleito, conforme exemplificado por: “Alô, Alô, Jânio, exija prestação de contas por parte dos exploradores de sua terra Natal! É a única coisa que pedimos.”¹⁴⁴ Seguindo esta lógica, por duas vezes, em momentos totalmente distintos, reproduziu-se uma mesma foto de Jânio Quadros e Barbosa Rodrigues. A imagem publicada pela primeira vez na segunda página da edição de 30 de abril de 1960, portanto, ainda durante o período eleitoral, tinha por legenda:

Jânio Quadros, futuro presidente da República, quando de sua última visita a Campo Grande, concedeu ao *Correio do Estado* importante entrevista por nós publicada. A gravura que acima estampamos foi batida no momento em que Jânio palestrava com o jornalista J. Barbosa Rodrigues. Vê-se ao fundo o atual secretário geral da Municipalidade, Dr. Paulo Simões Corrêa e o motorista Leria.

¹⁴³ *Correio do Estado*, 30 e 31 jan.; 1 fev. 1961.

¹⁴⁴ *Correio do Estado*, 19 nov. 1960, p. 1 (sobre o caso da Luz em Campo Grande).

A publicação da referida entrevista ocorrera ainda em ano anterior, em 30 de setembro de 1959, quando o “Futuro Presidente da República”, em visita a Campo Grande, prestara “palpitações e oportunas declarações”, como as “razões da visita [...], nacionalização dos bancos estrangeiros, etc.”. Ainda que o título trouxesse “‘*Correio do Estado*’ Entrevista o Dr. Jânio Quadros”, no corpo do texto se admitiria não ter havido exclusividade nesta ação. A reprodução da entrevista dá a entender ter o vespertino feito uma única pergunta ao presidenciável, - “quais os motivos que levaram V. Exa. a visitar Campo Grande na presente fase da conjuntura política nacional?”, ao que responderia o candidato: “acredite! [...] como eu já disse, foi inteiramente sentimental o objetivo desta viagem. Ao regressar ao Brasil, desejei rever a terra natal. [...] Nasci em Campo Grande, que é para nós o símbolo da capacidade produtiva do brasileiro. Orgulho-me de Campo Grande.” Ao ser republicada na primeira página da edição de 20 de outubro de 1961, a foto ilustraria notícia com título em letras garrafais: “Jânio Quer Verdade”, a imagem ganharia outro sentido, sendo referenciada como abaixo se lê:

O Presidente Jânio Quadros, falando ao *Correio do Estado*, disse que o seu governo seria de limpeza geral, que a vassoura varreria todo o território nacional, acabando com a roubalheira, as injustiças e a pouca vergonha imperante no país. A foto acima foi batida quando o atual Chefe do governo brasileiro afirmava que a varrida seria total e saneadora em todos os recantos da Pátria. S. excia., cumpre a sua palavra mandando, agora, vasculhar a fronteira de Mato Grosso para saber o que de verdade há em torno da chacina de Paranhos. Com um governo como esse, vale a pena ser jornalista.



Imagem 3: J. Barbosa Rodrigues e Jânio Quadros – set./1959.

Em meados de julho já se anunciava a ida de Jânio Quadros a Campo Grande na data magna do município, 26 de agosto, compromisso assumido com o prefeito Wilson B. Martins. No dia 24 de agosto, dois dias antes, portanto, da prometida visita de Jânio à sua cidade natal, o diário informaria a aprovação do protesto da Assembleia Legislativa de Mato Grosso ao gesto do presidente de condecorar o ministro cubano Che Guevara, no dia 19 daquele mês. Na mesma página, anunciava-se, para o dia seguinte, a venda da Revista “Isto é Campo Grande” produzida pelo CE e anunciada como a “mais completa reportagem comercial já realizada sobre a Cidade Morena”¹⁴⁵, publicação que naquele ano faria às vezes de edição especial, já que o diário não se utilizaria de suas páginas para a tradicional prática. No entanto, mais uma vez, quis o destino, que o *Correio do Estado* só pudesse publicar a notícia quando esta já não era mais novidade, Jânio renunciara no dia 25 de agosto, sendo o feito anunciado somente às 15 horas daquele dia e,¹⁴⁶ portanto, já após a circulação da edição diária do jornal.

Se em parte a folha dependera do destino, por outra fizera uma escolha. Já havia o *Correio do Estado*, em outros momentos, se apresentado com uma dupla edição, porém, supõe-se que o vespertino não tenha feito questão de entregar a notícia. Completando o soneto, o dia seguinte, um sábado, era justamente o feriado do dia 26, aniversário de Campo Grande, para o qual, como sabido, o presidente, agora ex, não fora; novamente não circularia o CE, retornando somente na terça-feira dia 29 de agosto, talvez a direção do diário aguardasse por melhores explicações ou para que fosse desfeita a situação, talvez supusesse dar tempo a Jânio ou talvez só desse tempo a si mesmo. Na referida edição da terça-feira, um box no topo da página propagava: “Vitória do Jornalismo Matogrossense – EXCLUSIVO (Leia em nossa edição de amanhã) – *Correio do Estado* dia 26 entrevistou Jânio Quadros no Guarujá!”, logo abaixo, tinha-se: “Brasil Enfrenta Séria Crise Política”, o resumo da matéria seguiria da seguinte forma: “Carta-renúncia do sr. Jânio Quadros – Jango está em Paris aguardando o desenrolar dos acontecimentos – Ranieri Mazzili estuda a constituição do novo Ministério – Marechal Lott foi preso – Governador Fernando em Cuiabá – Em rigorosa prontidão a Base Área nesta cidade”.

A primeira página daquela edição dividia-se, ainda, entre a situação do país e “o aniversariante do dia”, o Governador Fernando Corrêa da Costa. Afora os assuntos relacionados junto à manchete, havia também um que ocuparia três tópicos, um em cada página, em que se estendia a matéria; a censura. Após a apresentação de um panorama nacional, seria apresentada a situação de calma reinante no estado do Mato Grosso,

¹⁴⁵ *Correio do Estado*, 19 jul.; 24 ago. 1961, p. 1.

¹⁴⁶ Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_25ago1961.htm Acesso em: 17 janeiro 2018.

novamente, a partir de um apanhado de notícias, reproduzir-se-iam informações de Cuiabá, todas elas datadas do mesmo dia 29, tendo por origem a agência de notícias “Rexpress via VASP”. A última nota transcrita indicava que notícias procedentes de vários pontos do estado davam conta de que nada prejudicaria a ordem pública diante da conjuntura política que abalava o país. Como corolário, sentenciava-se que todos os órgãos de imprensa funcionavam livremente e que os estudantes permaneciam serenos conclamando a todos pela preservação do regime democrático.¹⁴⁷

Augusto Gamba, sem consultar a direção, viajara e entrevistara Jânio Quadros “no dia 26 de agosto, data magna de Campo Grande”, somente um dia após o comunicado da renúncia do presidente; sendo por isso exaltado em artigo escrito pelo próprio J. Barbosa Rodrigues intitulado “foi, viu e venceu”, sob o qual se lia: “num passe de mágica, conseguiu transportar-se, de Campo Grande a Guarujá, [...] um ‘furo’ espetacular, pois usando da cabeça, Gamba teve oportunidade de mostrar mais uma faceta de seu espírito, revelando-se um ótimo repórter”. Nas palavras de louvor do chefe, que descrevera seus esforços como sacrificiais, Gamba não esmoreceu nem mesmo diante da quebra da máquina impressora, vendo-se Barbosa Rodrigues na obrigação de ir a público elogiar o grande tento, motivo de orgulho para o *Correio do Estado*. “Com ímpeto, Gamba atirou-se à aventura, bravamente venceu e orgulhosamente voltou”. A matéria completa, bem como todos os percalços para a obtenção da entrevista, seria publicada no dia 31, dada a referida quebra da máquina.¹⁴⁸ Com chamada na primeira página, a entrevista seria transcrita somente na última. Completando a manchete da capa, era possível ler:

Calmo e sereno recebeu com satisfação a visita do nosso companheiro de trabalho, Augusto Gamba, às 23 horas do dia 26, que solicitou o valioso auxílio dos srs. João Brás de Souza e Joaquim Dias Menezes, auxiliares do gabinete do ex presidente. - A colaboração da revista ‘MANCHETE’ – Uma tentativa de 5 horas e um trabalho intensivo de 41 horas – Cooperação da ‘CRUZEIRO DO SUL’ – ISTO É CAMPO GRANDE,¹⁴⁹ está nas mãos do ex-presidente, que ao ver a página onde estava a casa onde nasceu foi tomado de grande emoção [...].

Já no início do texto, valorizando ainda mais o feito, o diário declararia ser quase inacreditável que um jornal de Mato Grosso conseguisse avistar-se com o ex-presidente, que, a despeito da situação, continuava a ser louvado como o “mais ilustre filho” do estado. Apesar

¹⁴⁷ *Correio do Estado*, 29 ago. 1961, p. 4.

¹⁴⁸ *Correio do Estado*, 31 ago.; 2 set. 1961, p. 1.

¹⁴⁹ Revista produzida pelo CE e lançada no aniversário de Campo Grande como homenagem da “empresa jornalística aos seus munícipes [...]”. *Correio do Estado*, 31 ago. 1961, p. 1. (Não tivemos acesso ao impresso).

de ocupar quase toda a metade superior da primeira página, o texto exibido só faria menção aos percalços enfrentados por Gamba para a consecução da entrevista. Somente a última página daria a conhecer o diálogo entre o repórter, introduzido como “o moço de Campo Grande” e o presidente, que teria perguntado: “Como receberam a notícia da renúncia na minha Campo Grande”. Ao que Gamba respondera: “Excelência, para os companheiros sinceros e seus verdadeiros irmãos de Mato Grosso, a sua atitude está sendo considerada como um luto estadual”, Jânio afirmaria ainda “mais tarde, os meus conterrâneos irão, creio em Deus, aprovar esta decisão”, sentenciando, por fim, o jornalista: “Os sinceros já creem, Excelência”.

O *Correio do Estado*, órgão de imprensa do interior, era também diretamente prejudicado pela censura aos grandes órgãos de imprensa, posto que esta diminuía sensivelmente os seus acessos às notícias nacionais, ficando o diário refém de notas que “respingando aqui e ali” constituíam um apanhado a ser apresentado em suas páginas sob o título de últimos acontecimentos.¹⁵⁰ Até o final do ano de 1961, o diário retornaria ao assunto da censura, de forma pontual, por, pelo menos, mais quatro vezes. A primeira delas no dia 2 de setembro, quando, apenas duas edições após atestar o livre funcionamento de todos os órgãos de imprensa cuiabanos, a tradicional Rádio Voz D'Oeste sofreria séria censura pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Comandante da Unidade Militar sediada em Cuiabá, os programas informativos das estações de rádio da capital, no entanto, já se encontravam paralisados desde as últimas horas da noite anterior.

Por outro lado, na edição seguinte, o CE afirmaria em primeira página que em Campo Grande não houvera censura, tendo podido circular “livremente, sem nenhuma coação ou ameaça de censura. Apenas a direção deste órgão, prudentemente, mas inteiramente livre, evitou a publicação de notícias não comprovadas e colaborações mais ou menos violentas”. O *Correio do Estado* assegurava ter assumido uma posição pela legalidade – mesmo sem censura e sem interferência dos chefes políticos, o que teria motivado aplausos dos amigos, leitores e assinantes. Desta forma, o diário manteria certa salvaguarda diante dos eventos nacionais, o que lhe permitira realizar protestos como o editorial “Para um povo livre: Imprensa livre!”, no qual, repudiando a marca da censura imposta pelas autoridades a imprensa brasileira elogiaria “os colegas que movimentam o bravo vespertino carioca” *Diário da Noite*, por não se deixarem atemorizar, publicando artigo denominado Abuso de Poder, que, reproduzido pelo CE, definia a censura como “um abuso de poder e um abuso de força”

¹⁵⁰ *Correio do Estado*, 31 ago. 1961, p. 1, 4.

para os quais não se encontrava justificativa possível. No fim do artigo, o diário, fazendo também suas as palavras de repúdio publicadas pelo diário carioca, apregoaria outra vez sua disposição de continuar firme ao lado da legalidade, exigindo a imprensa livre.¹⁵¹

No primeiro dia de setembro, o *Correio do Estado* finalmente tornaria pública a sua opinião sobre a situação nacional, e em editorial reafirmaria seu zelo pela legalidade, “mesmo nos momentos mais árduos das refregas político-partidárias”, posição que se manteria, portanto, naquele momento em que era “novamente ferida” a Constituição Brasileira. Desta forma, em poucas linhas, alegando partilhar da mesma opinião que o povo brasileiro, o jornal se definiria como favorável à investidura do “Traidor Jango”,¹⁵² como fora referenciado ao longo de três páginas em 1955; na presidência da República, e, inda que se admitindo ser este um “péssimo candidato à vice-presidente da República” - tendo o jornal “batalhado” pela eleição de Milton Campos -, reconhecia-se a legitimidade da eleição: “preferimos um mau governo por algum tempo a um regime de exceção. Essa a nossa posição, essa a nossa orientação”. A edição seguinte veicularia o “Manifesto ao Povo” assinado pelo Presidente do Diretório Municipal da UDN que emitia consoante opinião.

Neste primeiro período, imediato a renúncia presidencial, muitas seriam as publicações do *Correio do Estado* em defesa de Jânio. O poeta Manoel de Barros, que num de seus artigos, garantia “demais, ninguém mais acredita nessa renúncia com aspas. Jânio foi deposto. E não quis, para não manchar o nome do país no exterior, dizer-se deposto”, juntamente com a colunista “A Amazonense” – Maria Gilka R. Simões Corrêa, que afirmava: “nós mulheres, sentimo-nos perplexas ao primeiro choque mas logo nos fortalecemos na convicção de que o gesto do senhor JQ não passou de um ato de heroísmo [...]”, estariam entre os seus mais profícuos defensores, destacando-se ainda o próprio Barbosa Rodrigues, que afiançava ser sabido de todos “que Ele Voltará!” Havia espaço até mesmo para previsões paranormais, como a garantia dada por um ocultista mineiro de que Jânio, como Getúlio, voltaria ao governo pela vontade do povo, uma “volta triunfal” em fins de 1962. O vespertino render-se-ia, por fim, à sua mais dura convicção, a “desgraça de 25 de agosto” significava para Mato Grosso, de modo particular, “um desastre irreparável”, a menos que o substituto,

¹⁵¹ *Correio do Estado*, 2, 4 e 5 set. 1961.

¹⁵² Complementando a manchete de 20 de setembro de 1955, tinha-se: “Armas cedidas por Péron a João Goulart – Documento Estarrecedor (Hoje em Poder Das Altas Autoridades Militares), Revelando o Crime de Lesa-Pátria do Aliado do Sr. Juscelino Kubitschek – Agentes Peronistas e Emissários do Ex-Ministro do Trabalho Numa Sinistra e Execranda Conspiração Contra o Brasil – Não Traiu o Brasil Apenas se Aliando a Moscou, Mas, Também, Conluindo-se Com o Peronismo”. *Correio do Estado*, 20 set. 1955, p. 1, 3 e 4.

que, se esperava, fosse o legal, ratificasse os atos de Jânio e prosseguisse dando “a Mato Grosso o que é de Mato Grosso”.

João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961 e na edição do dia 15, ao transcrever publicação do OESP, o *Correio do Estado* já faria coro ao surgimento das primeiras suspeitas sobre os desígnios do presidente da República. Preocupado, mormente, com os interesses de Mato Grosso, a publicação admitia-se tranquilizada pela promessa de Jango “de continuar o governo de Jânio no plano externo e interno”, ao mesmo tempo em que desconfiava de que forças ocultas pudessem “influir no ânimo do governo com o intuito malévolos de impedir o progresso do Estado com intenção eleitoral”. Passado o primeiro mês da posse presidencial, o vespertino afirmaria: “parlamentarismo começa a funcionar”. Porém, ainda não convencido, a publicação encerraria o ano advogando o retorno ao presidencialismo.¹⁵³

A esperada edição 2000¹⁵⁴ do *Correio do Estado* chegou e passou sem grande alarde, porém, os 8 anos de fundação da empresa, no ano de 1962, seriam comemorados com uma edição especial de 34 páginas, em verdade, muito mais dedicadas ao primeiro aniversário do Governo Fernando. O editorial da edição garantia estarem ligados à “Empresa jornalística e tipográfica, acionistas, diretores, gerente, redatores, chefes de oficinas, linotipistas, paginadores, oficiais gráficos, secretária, moças de balcão, pessoal da embalagem, e modestos encarregados de manter a casa em ordem”. Duas designações merecem atenção no trecho supracitado, desde julho de 1956, não mais aparecera no expediente a denominação de “diretores”, porém, ainda em 1962 fizera-se referência a existência destes. O outro termo é “acionistas”, o qual revela que 8 anos após a sua fundação e cerca de 6 anos após a compra da empresa por Barbosa Rodrigues, este, o gerente, ainda não era dono da totalidade da mesma, o que, conforme Antônio João, ocorrera em pouco tempo.¹⁵⁵ O editorial compararia ainda, “o sonho” de José Fragelli, o primeiro diretor do CE, ao de Joseph Pulitzer quando idealizara “o grande diário ‘World’”, que localizado em Nova York, circulava “numa cidade tentacular onde tudo era arrojado e atrevido, Pulitzer desejava fazer jornalismo em novo padrão. [...]. Eis o que deve ter sido o sonho de José Fragelli a 7 de fevereiro de 1954”, posto que, segundo a

¹⁵³ *Correio do Estado*, 1, 2, 5, 16 e 18 set.; 11 e 12 out.; 16 nov. 1961, p. 1.

¹⁵⁴ *Correio do Estado*, 2 out. 1961.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-marcada-pelo-pioneirismo/281191/> Acesso em: 14 dez. 2016.

lógica do *Correio do Estado*, o jornal situava-se na “cidade que mais cresce no Oeste” e só poderia ter sido sonhado para ser grande.¹⁵⁶

No mesmo período teriam início as manchetes tendenciosas com relação a Jango: “O Presidente João Goulart adquire nova fazenda em São Paulo”; “Somas elevadas foram gastas com o aniversário dos filhos do presidente”; “Engenheiro afastado por não querer efetuar ligação rodoviária que apenas beneficiaria fazenda do presidente da República”; “Jango compra fazenda em Mato Grosso, depois dessas, será que ainda há quem acredite em Reforma Agrária?”, “Jango iniciou Reforma Agrária... O presidente-estancieiro já possui 568.000 hectares de terras em Mato Grosso”. Os ataques ao comunismo, igualmente, se tornariam mais frequentes: “A Sociedade Internacional de Imprensa denuncia a ausência de liberdade em Cuba”; “Fidel Castro afirma que o Exército cubano conta com o apoio da URSS”; “Declarações do Arcebispo de Cuiabá sobre o Comunismo”; “Prestes promete fazer do Brasil uma nova Cuba”; “Com o envio de armamentos a Cuba, Moscou prepara uma infiltração na América Latina” e, finalmente, aliar-se-iam os dois assuntos: “Jango quer a legalização do Partido Comunista”. Em contrapartida, o jornal saía em defesa das forças armadas: “prevalece no exército o desejo de garantir a estabilidade de regime”.¹⁵⁷

Com o plebiscito para consulta da manutenção ou não do parlamentarismo estabelecido em meados de setembro de 1962, em dezembro daquele ano, o CE daria início a campanha pró-presidencialismo e, para tanto, republicaria as imagens oficiais da campanha divulgadas pela grande imprensa. No dia 6 de janeiro, dia da realização do plebiscito, também chamado de dia da libertação, não se verificaria grande entusiasmo por parte da população, havendo em Campo Grande uma abstenção de 45% dos eleitores. Ainda assim, o presidencialismo sairia igualmente vitorioso na cidade com 16.685 votos.¹⁵⁸ Se nacionalmente o *Correio do Estado* pode comemorar a vitória do “não”, na esfera municipal o vespertino amargaria a derrota de seu candidato à prefeitura, o udenista Marcílio de Oliveira que, por uma diferença de 552 votos, tivera sua reeleição cancelada pela vitória do pessedista, redator-chefe do *O Matogrossense*, Antônio Mendes Canale.

O manifesto oficial da UDN, publicado dias depois do conclave, atribuiria a derrota de Marcílio a “intrigas, as calúnias, as traições, as incompreensões, as manobras ocultas, a

¹⁵⁶ *Correio do Estado*, 7 fev. 1962, p. 1, 12.

¹⁵⁷ *Correio do Estado*, 7 jul; 30 set.; 20 e 25 out.; 7 e 27 nov.; 1 e 28 dez. 1961; 29 jan.; 21 fev. e 5 set. 1962; 12 fev. 1963 e 7 fev. 1964.

¹⁵⁸ *Correio do Estado*, 5 e 9 jan. 1963, p. 1. Para maiores informações, consultar: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao Acesso em: 22 jan. 2018.

dubiedade de atitudes de alguns políticos”.¹⁵⁹ Em janeiro do ano seguinte, em edição que antecedia a posse de Mendes Canale e de seu vice Nelson Trad, veiculou-se editorial, onde, após 8 anos de governo udenista, se lamentava ter se virado uma “das mais belas páginas da história administrativa de Campo Grande”, por outro lado, concedia o jornal um voto de confiança ao novo prefeito, a quem recomendava-se colocar a cidade acima dos interesses político-partidários. Assumindo-se órgão de orientação política diferente da do novo mandatário, o diário se comprometeria a estar “de atalaia, em constante vigília”, afirmando: “quando divergirmos de sua senhoria, na sua orientação, estaremos falando em nome de grande parcela do povo campograndense, e a nossa crítica será construtiva apenas, sem ataques pessoais ao nome e à honra de quem quer que seja, por pequenas que estas sejam”.¹⁶⁰

O *Correio do Estado* cumpriria com a sua promessa de ser atalaia da administração Mendes Canale, retornando, por exemplo, à prática das colunas endereçadas com “Boa tarde, Sr. Prefeito”, sempre eivadas de críticas assinadas pelo “redator de plantão”. Outro nome passaria a figurar com maior frequência nas páginas do diário deste período: Pedro Pedrossian, que, conforme apresentado por primeira vez em fevereiro 1956, chegara a Campo Grande para servir como engenheiro da Noroeste do Brasil, sendo filho da cidade de Miranda. Em 1963, saudando-o por seu natalício, a publicação já apresentaria Pedrossian como diretor superintendente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Bauru, cargo assumido em 1961, um filho de Mato Grosso que vinha dando uma diretriz revolucionária a única ferrovia, “respeitado e admirado por todos os ferroviários e reconhecido por todas as populações que desfrutam os serviços ao longo da NOB”.¹⁶¹

Em 27 julho de 1963 circularia a edição de nº 2500 do *Correio do Estado* que garantiria não ter havido “em toda a história da imprensa mato-grossense, nenhum outro jornal” que tivesse circulado “tantas vezes nos seus primeiros anos de vida”, caracterizando, portanto, um recorde. O diário aproveitaria para reafirmar seu “apoio independente” a uma agremiação político-partidária, sem que para isso recebesse “auxílios de partido político, [...] apoio financeiro municipais, estaduais ou federais”, provindo as “retribuições monetárias [...] única e exclusivamente” dos serviços prestados por divulgações de publicidade ou matéria paga. De forma que se salientava: “O Nosso Apoio Político a uma facção política de Mato Grosso nada tem custado até hoje aos seus dirigentes e muito nos orgulhamos [...], pois nem cargos políticos temos pleiteados, o que poderá ser comprovado a qualquer momento pela

¹⁵⁹ *Correio do Estado*, 16 e 25 out. 1962, p. 1.

¹⁶⁰ *Correio do Estado*, 26 jan. 1963, p. 2.

¹⁶¹ *Correio do Estado*, 24 fev. 1956; 13 ago. 1963, p. 1.

nossa contabilidade [...]”. O editorial revelaria, no entanto, ainda outra fonte de receita, “o apoio e a boa vontade do nosso pessoal e de um amigo incondicional que nunca nos faltou nas horas de aperturas financeiras, sempre de caneta em punho, para nos fornecer o seu valioso aval, cujo nome não estamos autorizados a divulgar.”¹⁶²Crê-se, por tudo o que já foi exposto, que o “amigo incondicional” e o “acionista” anteriormente citado, são a mesma pessoa, o discreto português José Inácio da Costa Moraes.

A edição especial de 10 anos, se de um lado comemorava a passagem do 10º Aniversário do *Correio do Estado*, de outro festejava a passagem em 31 de janeiro do 3º ano do “arrojado Governo do Sr. Fernando Corrêa da Costa”, iniciativa justificada “pelos fortes liames” que prendiam o diário à pessoa do governador. A aliança do jornal com o político seria definida como fruto de “motivos óbvios”, fundado que fora como um jornal de partido durante o primeiro governo do Dr. Fernando, junto de quem se partiu “para uma grande jornada cívica, [...] emprestando incondicional cobertura” ao governador. Os dez anos de circulação ininterrupta seriam aclamados como “fato auspicioso” para aqueles que diariamente colocavam “em circulação por todo o Estado e em vários pontos do país e até mesmo no exterior [...] o melhor e mais completo órgão da imprensa mato-grossense”. Por fim, utilizando o padrão de associação dos conceitos de empresa e família, justificava-se a não discriminação dos nomes dos colaboradores por estarem “integrados em uma só família”, o *Correio do Estado*, que àquela altura já se configurava, de fato, como uma empresa familiar.

O 10º aniversário do *Correio do Estado* merecera cumprimentos do Dep. Wilson Martins, do *Jornal do Comércio*, na pessoa de seu diretor, Pe. Félix Zavattaro, do Presidente da Associação de Imprensa Matogrossense, Dr. Jayme Ferreira de Vasconcellos, e do Gen. Moacir Araújo Lopes, “eminente Comandante da 4ª D.C. em Mato Grosso”. As palavras deste último seriam referenciadas como uma “honrosa mensagem”, o ofício de autoria do “digno representante da cultura do Exército Nacional [...] brilhante Oficial-General” e endereçado a J. Barbosa Rodrigues seria publicado na íntegra e com destaque especial na segunda página:

[...] não poderia o Gen. Cmt. De 4ª Divisão de Cavalaria, em seu nome e no de seus comandados, deixar de apresentar ao seu digno Diretor, a expressão da sua admiração e os seus melhores votos da vida fecunda, em prol dos *sagrados objetivos do BEM COMUM*.

Na difícil conjuntura atravessada pela Pátria Bem-amada, têm sabido esse jornal defender aquela linha de ação que, se de um lado enaltece e apoia os trabalhadores sinceros do *BEM COMUM* e critica ações e líderes imaturos,

¹⁶² *Correio do Estado*, 3 ago. 1963, p. 1.

de outro lado, não é conivente com minorias desorientadas, que desejam progresso material, mas à custa do desrespeito *aos sagrados valores espirituais básicos da ALMA COLETIVA nacional – democráticos e cristãos e expressos na Constituição -, bem como da perda do maior dos bens: o da LIBERDADE.*¹⁶³ (Grifos nossos).

O ano era 1964 e o excerto citado reforça a boa relação entre o jornal, na pessoa de seu diretor, e os militares frequentemente louvados em suas páginas. O trecho já adiantava a linha de ação escolhida e defendida pelo diário a partir de então, a crítica aos líderes imaturos, e as compreensões em torno da tão estimada Liberdade. O vespertino descreveria o momento nacional como regido por um “ritmo de perturbação da ordem” que colocava em risco o regime democrático. No contexto das greves nacionais, Mato Grosso, “superiormente capitaneado” por Corrêa da Costa, seria destacado pelo jornal como exemplo, posto que no estado, “mercê de Deus e do seu povo”, não se falava em greves, não se invadiam fazendas, e apenas trabalhava-se “pelo bem comum e pela grandeza de Mato Grosso”, pois “instintivamente” manifestava o trabalhador mato-grossense a calma e a paciência recomendadas por seus líderes, “prestando mais um serviço ao Estado e a República”.¹⁶⁴

Neste contexto, João Goulart, Leonel Brizola¹⁶⁵ e Carlos Lacerda, constituiriam pauta ainda mais frequente, e o combate ao comunismo seria igualmente tratado com maior intensidade. A primeira página forneceria diariamente o panorama nacional, trazendo em manchetes a sequência dos fatos: “Ameaça de aniquilação da iniciativa privada”; “Ademar de Barros contra Brizola ministro”, “Carvalho Pinto renunciou”; “Outras greves!”; “Diretório Regional da UDN pronuncia-se pela candidatura Carlos Lacerda”, “O exército não deixará a SUPRA violar direito de propriedade”; “Presidente da UDN acusa Jango”; “Ruralistas Mineiros manifestam confiança nas Forças Armadas”, “Mero embuste a ideologia da Reforma Agrária – diz Bilac Pinto”; “Presos os fuzileiros protetores de Brizola”, “A Câmara de Belo Horizonte nega título a Goulart”; “Pessedistas gaúchos deixam Kubitschek para apoiar Lacerda”; “Câmara de Campo Grande contra a legalização do PC”; “Prestes diz porque apoia o governo de Goulart”. O nome de Jânio Quadros, jamais esquecido, fazia lembrar: 1964 começara em 1961.

¹⁶³ *Correio do Estado*, 7 e 15 fev. 1964.

¹⁶⁴ *Correio do Estado*, 20 jan. 1964, p. 1.

¹⁶⁵ Em abril de 1964, sob o título “Lição”, o diário afirmaria ter sido cassado “o título de cidadão campo-grandense concedido ao sr. Leonel Brizola [...] em 5-12-1961, [uma] lição para os próprios senhores vereadores do passado, do presente e do futuro, a fim de não mais incorram em asneira tão grande, que o povo denomina de ‘puxa-saquismo’, dando títulos à indivíduos que nunca o mereceram. [...] um Brizola qualquer, que nunca fez nada por Campo Grande, mereceu o título honorífico que agora lhe foi arrancado. [...] O vergonhoso não é o ‘Che’ Brizola perder o título, mas sim a decisão de fazê-lo campo-grandense”. *Correio do Estado*, 11 abr. 1964, p. 4.

Já em março de 1964, em meio aos anúncios de possíveis invasões de camponeses a propriedades rurais por todo o país, a garantia da existência de “uma ala de esquerdistas na Igreja” e dos “10 mil comandos de Brizola prontos para entrar em ação”,¹⁶⁶ conforme revelação da imprensa cubana, o *Correio do Estado* divulgaria a primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que ocorreria em São Paulo a 19 daquele mês. Contagiadas pela marcha paulista, senhoras campo-grandenses dariam início a um “movimento feminino em defesa das instituições democráticas”, deliberando realizar em Campo Grande, em 2 de abril, “idêntica demonstração de fé e civismo” para a qual foram “convidadas delegações de outros municípios, bem como as mais altas autoridades do Estado e dos diversos municípios”.

Na edição do dia 31 de março, reconhecia-se: “Continua Tensa a Situação do País”, a mesma página exibiria o convite ao povo de Mato Grosso para a Marcha apartidária: “Venha conosco, marche conosco! Com Deus e pela liberdade, contra o comunismo.” No dia 1º de abril, a partir do resumo do que acontecera durante a noite, alardear-se-ia: “Brasil de Pé Pela Liberdade [...] Partiu de Minas Gerais o brado de reação que ecoou por todo o País, São Paulo e Mato Grosso os primeiros a se aliarem à terra de Tiradentes”. A edição se dera a partir de um expediente pouco comum, por se tratar de um jornal vespertino, “meia dúzia de membros da equipe” se movimentaram durante a madrugada, “enquanto a quase totalidade do povo campo-grandense dormia” para informar, às primeiras horas do dia, os fatos da noite anterior. A edição imediatamente posterior, mantendo a prática de apresentar o resumo das notícias nacionais, destacaria com base nas palavras do Gen. Barbosa Pinto, comandante da 9ª Região Militar: “Mato Grosso pode confiar na ação patriótica do Exército Brasileiro.” Tal prática se manteria durante as edições seguintes. No dia 3, entretanto, a principal manchete coubera à Marcha da Família que “transformou-se, por força dos acontecimentos [...] em grande festa comemorativa da vitória do Brasil sobre o seu mais nefasto inimigo representado pelo marxismo sempre combatido pela família brasileira”.

O *Correio do Estado* descreveria a manifestação como algo impressionante! Movimento jamais registrado nos anais do município, o jornal enumeraria cerca de 30 a 40 mil pessoas, dentre as quais muitos visitantes descritos em momento posterior como sendo, em sua maioria, “proprietários rurais: pequenos, médios e grandes fazendeiros”; uma “multidão transportando centenas de faixas, cartazes, flâmulas com as cores verde e amarelo, indo à frente as Bandeiras do Brasil e de Mato Grosso”. Todos cheios de júbilo “pela vitória recém-conquistada com a participação direta das gloriosas Forças Armadas do Brasil”. Por

¹⁶⁶ *Correio do Estado*, 2, 18/19 e 21 dez. 1963. 17 e 23 jan.; 22, 25 e 29 fev.; 6, 11, 17, 20 e 21 mar. 1964.

fim, coroando de flores o busto de Duque de Caxias, prestaria o povo mais uma homenagem às Forças Armadas, “guardiãs das instituições e sustentáculo da nossa Democracia.”¹⁶⁷ Entretanto, edições depois, se afirmaria que entre a multidão não se fizera presente o prefeito Canale, inexplicável ausência causadora de “profundo descontentamento entre a família campo-grandense”. Por outro lado, pontuaria o jornal: “sua senhoria esteve no Q.G. da 9ª Região Militar, procurando o relaxamento da prisão de um líder político antidemocrático, sendo repelida sua pretensão. [...] lamentável o gesto de sua senhoria.”

Tornar-se-iam frequentes as prisões de comunistas em todo o país. Cidades do Mato Grosso também fariam parte desta estatística, postura empregada, conforme a publicação, “a fim de proporcionar segurança pessoal aos elementos comunistas ou simpatizantes do credo vermelho”, de forma que se recomendava aos cidadãos que não tivessem necessidade dessa segurança, que ficassem “calados evitando comentários e críticas à ação dos responsáveis pela ordem interna e segurança da população brasileira”, pois a hora era de civismo e respeito à Constituição. Finalizando a nota, tinha-se a citação de efeito “O Brasil está acima de interesses de grupos”, cujo sentido se completaria na notícia seguinte onde, novamente manifestando-se contra o comunismo, se afirmaria: “Quem não estiver com a Democracia está contra ela. Não há meio termo!”. Enquanto se destinavam críticas ao prefeito, o civismo da Rádio Cultura, “dirigida pelo Nassura e sua magnífica equipe”, seria homenageado por não ter exigido um pagamento fixo para a irradiação da “grande parada democrática”, gesto que, se sugeria, deveria ser retribuído com o total apoio publicitário da indústria e do comércio locais.

Ao contrário do trato destinado a Mendes Canale, para o já mencionado Pedro Pedrossian seriam frequentemente tecidos elogios: “Um homem certo no lugar certo”, responsável por transformar a NOB “numa grande família ferroviária reunida em torno de um Diretor, cujo objetivo era fazer da Noroeste uma Ferrovia das melhores do País”. Após relembrar as destituições daqueles “comprometidos com o governo deposto”, realizadas pelas autoridades do movimento revolucionário a título “de recompor os quadros da vida pública nacional”, o jornal se congratularia com a “acertada resolução da Diretoria da Rede Ferroviária Federal em conservar, após a revolução, o engenheiro Dr. Pedro Pedrossian na Superintendência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.” Inesperadamente, no entanto, menos de um mês após esta publicação, em primeira página se estamparia o afastamento de Pedrossian da direção da ferrovia. Um seu retorno seria posteriormente especulado, sem, porém, ter se efetivado. No mesmo ano de 1964, afiliado à coligação PSD-PTB, Pedro

¹⁶⁷ *Correio do Estado*, 23 e 31 mar.; 1, 2, 3, 4 e 10 abr. 1964, p. 1.

Pedrossian daria início à sua carreira política, fazendo com que o *Correio do Estado* se arrependesse das palavras elogiosas outrora dedicadas ao, agora, candidato da oposição¹⁶⁸, conforme se verá mais adiante.

Inda nos primeiros dias do novo regime seriam noticiadas as cassações do mandato de dois vereadores em Dourados e de outros dois em Corumbá, na primeira quinzena de junho, o diário que se dizia seguramente informado, alardearia: “Lista de Mato Grosso Vem Aí”. Dias depois, tendo o CE adotado, em fins de abril, estratégia propagandística em defesa do movimento nascente - caracterizada pela publicação frequente de frases de efeito redigidas, em geral, em negrito e dispostas nas páginas de acordo com os espaços disponíveis; se afirmaria: “Julgai esta Revolução, mais pela qualidade dos homens que a abandonam do que pela dos que a ela aderem.”¹⁶⁹ Não tendo espaço fixo, os dizeres que, por vezes, se repetiam nas edições, trariam as verdades do *Correio do Estado* relacionadas à “Revolução de abril”. Tal prática se tornaria constante nas páginas do diário.

As sentenças produzidas e divulgadas podem ser subdivididas por temas tais como: 1º. Defesa do regime, de seus líderes e práticas: “No seu discurso de posse, o Marechal Castelo Branco declarou que não se trocaria o extremismo da esquerda, que já nos empolgava, pelo radicalismo da direita. Não haverá privilégios, nem transigência com os inimigos da democracia.”; “O Marechal Castelo Branco é um cultor rígido da disciplina, da ordem e da lei. Seu Governo exercerá uma ação saneadora e fará da revolução a salvação da democracia.”; “A revolução de abril varreu de nossa pátria o domínio da corrupção e do comunismo. O Brasil não tolerará jamais os riscos e vexames a que seus governantes o expunham.”; “O fato da revolução recorrer a poderes excepcionais não lhe desfigura a natureza nem os propósitos democráticos, pois excepcional é também a conjuntura e transitórios aqueles poderes.”; “O comando revolucionário, constituído logo após a vitória da revolução, promulgou ato institucional pelo qual, se autolimitando, fixou o prazo de sua vigência. Nenhum ministro militar deseja prosseguir na missão do antigo e extinto comando revolucionário.”; “O governo está no firme propósito de prosseguir, sem ódios sem perseguições na apuração das atividades subversivas e da corrupção administrativa que se aliaram no processo de comunização do país.”¹⁷⁰

¹⁶⁸ *Correio do Estado*, 3, 4, 10 e 29 abr.; 26 maio 1964; 11 out. 1965, p. 1.

¹⁶⁹ *Correio do Estado*, 15 abr.; 14 maio; 10 e 11 jun. 11 jun. 1964, p. 1.

¹⁷⁰ *Correio do Estado*, 8, 16, 25 e 26 maio 1964, p. 1; 3 jun. 1964, p. 3.

O 2º eixo de frases consistia na conclamação popular de apoio e cooperação com o governo: “Coopere com o Governo na tarefa da reconstrução. Economize, produza e pense nos problemas coletivos como pensa nos seus próprios problemas.”; “Que cada um tenha a liberdade de produzir mais e ganhar tanto quanto for capaz, desde que não viole a lei, não explore os trabalhadores e consumidores, nem estorve o desenvolvimento do país”; “Em lugar de odiar e maldizer a sociedade em que a providência nos fez viver, tratemos de entendê-la, de servi-la, de curá-la, de amá-la.”; “O Cardeal D. Jaime de Barros Câmara em oração ao País afirmou: a Revolução que salvou do comunismo o País merece maior compreensão e estima de todos os brasileiros; deve punir os culpados, os desonestos e inimigos da democracia para salvar o Brasil.”¹⁷¹ E 3º, o combate ao comunismo e seus agentes: “O comunismo nega a liberdade individual de todas as formas. Com ele não podemos transigir. Aceitar sua ação dentro da legalidade é cultivar o vírus de destruição do regime e de tudo que representam os nossos ideais de cidadãos livres de uma Pátria cristã.”; “Como não admite a existência de Deus nem da alma, o comunismo não reconhece a dignidade do homem e nega que o direito exista. Somente reconhece a Força.”; “O antídoto do comunismo é a democracia autêntica e vigilante. Um povo que conhece a liberdade não se conforma em perdê-la.”¹⁷²

Na semana seguinte, o *Correio do Estado* apresentaria quatro importantes manchetes alocadas na seguinte sequência: 1º - topo da página: “Jango o mais latifundiário do Brasil”, 2º - ao centro: “Kubitschek contra a Democracia” - transcrito de OESP e 3º e 4º - toda a terça parte inferior: “Apoio maciço da Câmara de Campo Grande ao nome do General Castelo”, “Assentada a eleição do General Castelo Branco”, que combinada fora “com os chefes militares [...] para completar o período presidencial começado pelo renunciante Jânio Quadros e [...], interrompido ingloriamente pelo comprometido e fujão Jango Goulart.” No dia 11 de abril, ladeando manchete em que se lia “Novo presidente será eleito hoje”, havia uma foto da cidade de Campo Grande legendada com os dizeres: “Esta cidade, como milhares de outras em todo o Brasil, amanhece e anoitece tranquila sob o auriverde pendão da Pátria, graças a ação enérgica, mas equilibrada e sem violências, das nossas Forças Armadas.” Afiançando citar Carlos Lacerda, garantir-se-ia em manchete: “Castelo Branco é o homem forte do Brasil [...] o mais intelectual dos generais e o mais general dos intelectuais”. Em maio, esperançoso,

¹⁷¹ *Correio do Estado*, 21 e 22 abr.; 5 e 9 maio; 8 jun. 1964, p. 1.

¹⁷² *Correio do Estado*, 25 abr.; 2 e 4 maio 1964, p. 1.

já comemorava o periódico: “Presidente Castelo Branco demonstra interesse por Mato Grosso”.¹⁷³

Para além das frases publicadas, editoriais refletiriam constantemente as expectativas e a aprovação do jornal para com a “revolução”, como exemplificado em “O governo quer ser justo e coerente!” onde se louvava atitude governamental “enérgica e imparcial” de prender “altas patentes, magistrados e figuras de prol da política nacional”, sobretudo pelo “caso da cassação do mandato e dos direitos políticos do sr. Juscelino Kubitschek”, o fato político de maior importância no País, desde que se fundou a República, prova de que “o governo resultante da revolução brasileira” provaria, e já estava provando, serem todos, de fato, iguais perante a lei. Ao que concluiria o diário: “Castigo só existirá para quem traiu o Brasil e a Democracia.” Em “O Dever Dos Democratas”, o “movimento de 31 de março” seria apresentado como surgido “da união do patriotismo de civis e militares [...] como força irresistível, para apelar do poder o Governo corrupto e subversivo”, cabendo aos democratas “apoiar o Governo e não compactuar com os pregadores de ideologias exóticas [...] a melhor maneira de servir o Brasil e contribuir para o seu progresso.” Neste período, o *Correio do Estado* passaria a se utilizar, com frequência, do termo “democratas” para se referir aos seus leitores.

O editorial “Revisão Desaconselhável” seria ainda mais incisivo: “antes de formular críticas aos Tribunais, dar mostras de um sentimentalismo que poderá tornar-se pernicioso, o que devem fazer os democratas é colaborar, pelo menos com o silêncio, para que a Justiça cumpra o seu dever”. Sendo desaconselhadas quaisquer intervenções no sentido de se “pedir revisão das punições impostas pelo Poder Central a subversivos e corruptos”, devendo “os democratas [...] repudiar, pura e simplesmente, qualquer ideia de revisão de processos”. Ainda no campo das instruções, recomendava-se que cada democrata e cada chefe de família pensasse “duas vezes antes de opinar em defesa de um subversivo ou corrupto alcançado pela Justiça”. Taxativamente, garantiria o vespertino, “não é justo que [...] se ponha a perder a autoridade do Governo Revolucionário e se dê direitos e prerrogativas a quem os perdeu por não ter sabido cumprir o seu dever com a pátria comum e para com a Democracia”. Afinal, após frisar “quantos nos queriam entregar ao comunismo ateu, e em nome dele encostar-nos ao ‘Paredon’”, sentenciava o periódico, “quem foi punido o foi por um crime contra o Brasil, e não devemos ser tolerantes com quem tentou vender sua pátria e infelicitar o seu povo.”¹⁷⁴

¹⁷³ *Correio do Estado*, 8, 11 e 25 abr.; 20 maio 1964, p. 1.

¹⁷⁴ *Correio do Estado*, 12 jun.; 14 e 16 out. 1964, p.1.

O ano de 1964 não terminaria sem que os leitores do jornal tomassem parte de forte contenda travada entre o órgão de imprensa e o prefeito municipal Antônio Mendes Canale. A edição de natal seria a escolhida para trazer à tona a réplica do político e a tréplica do vespertino. Sob o título “O Prefeito Ataca O *Correio do Estado* Para Ficar Bem Com A Câmara Municipal”, apresentar-se-iam as acusações por quase toda uma página. Alegando pautar-se com lisura e correspondendo à confiança dos leitores, o *Correio do Estado* divulgaria o ofício endereçado por Mendes Canale à Câmara Municipal, “a fim de explicar o gesto da Prefeitura em recusar recebimento de correspondência oficial do Legislativo.” A carta do prefeito datava do dia 22 de dezembro, sendo enviada, portanto, poucas horas depois de se ter publicado a acusação de recusa na primeira página daquele dia, a missiva de Canale destinava-se primeiro a maldizer e repudiar a “manchete alarmante eivada de intrigas”, publicada pelo *Correio do Estado* com a intenção de estabelecer um clima diferente daquele que orientava o legislativo e o executivo municipal.

O prefeito definiria a atitude do jornal como “gesto deselegante” de um órgão de imprensa que não soubera pautar-se à altura dos foros de civilização e politização atingidos pela cidade. Após justificar e amenizar a situação em que se encontrava como “um lamentável equívoco” dos funcionários da prefeitura “que por iniciativa própria, negaram o recebimento do ofício”, o chefe do executivo, encerraria lamentando-se por ter a ocorrência “servido para exploração de quem procura apenas o sensacionalismo jornalístico [...] querendo criar ambiente de desarmonia”. Por fim, confiando no apoio dos vereadores, Canale os conclamaría a repudiar igualmente a “intriga rasteira e até miserável” que o jornal procurava criar. Exposta a carta, a título de “Nota da Redação”, o *Correio do Estado* assumiria a condução do texto que passava a ser apresentado todo em negrito. Alegando dizer apenas a verdade para bem informar o povo e, fazendo uso das próprias palavras de Mendes Canale, o periódico daria início à sua astuciosa defesa, onde afirmaria: “o sr. Prefeito, melhor que nós, sabe qual é a verdade”.

Assim, reproduzindo as palavras do acusador, a publicação afiançaria manter, conforme sabido, “perfeita linha à ‘Altura Dos Foros De Civilização E Politização Que Nossa Cidade Atingiu’. Não fosse essa linha e já teríamos dito de público em – ‘Manchete Alarmante’ que a Prefeitura não nos tem pago pela publicação dos Atos Oficiais”, sendo acrescentada ainda a “conta de 1963, incluída em restos a pagar, apesar de pedidos ao Secretário de Fazenda,” inclusive pelo diretor. As demais acusações seriam apresentadas em forma de questionamento, repetindo-se por 17 vezes a frase “Seria ‘INTRIGA RASTEIRA E

até MISERÁVEL’ a afirmação que fizemos de que ...?”, completada em cada uma das vezes com um assunto novo que depunha contra o prefeito e sua administração, o jornal afirmaria ainda, centrar-se o problema em Canale, o “*Correio do Estado* tem mantido a linha de decoreto para com o Executivo Municipal. V. Senhoria é que não tem sabido olhar com bons olhos [...] o pior cego, sr. Prefeito, é aquele que não quer ver, apesar de possuir olhos”. Após dar o assunto por encerrado, seria lançado um último “conselho ao Executivo”, bem no estilo das críticas outrora feitas ao jornal *O Matogrossense*, ao qual se vinculava a figura do prefeito: “arranje um melhor redator para a sua correspondência, pois o ofício acima transcrito é ‘BÁRBARO’, na sua redação”.¹⁷⁵

Apenas três edições depois de toda a situação acima exposta, o *Correio do Estado* anunciaria sua manutenção em 1965 como Órgão Oficial Do Município por ocasião do encerramento da concorrência realizada pela prefeitura municipal que, durante todo o ano novo, em diversas ocasiões, seria referenciada como “a prefeitura, esse abutre”. A edição traria, igualmente, o já tradicional editorial “O último número”, e neste o jornal afirmaria ter podido ampliar a sua penetração no município, no estado e no próprio país, sendo arrolados novos assinantes e anunciantes fora do território mato-grossense. O ano de 1964, iniciado com “dúvidas e apreensões generalizadas”, chegaria ao fim como um “renascimento da esperança”, com tudo se encaminhando em busca de um futuro melhor no novo ano.¹⁷⁶

No entanto, já em 3 de fevereiro de 1965, o *Correio do Estado* lamentaria permanecer o estado mato-grossense ainda à espera da Revolução, isto porque se entendia que “um governo revolucionário iria dar a Mato Grosso o que é de Mato Grosso. No entanto, com surpresa e amargura”, constatava-se que até o momento a revolução não chegara ao Estado, “a não ser pelas medidas iniciais ditadas pela ‘Operação Limpeza’”, o que não representava muito, posto que pouco encontrara para limpar na área mato-grossense. Assim, mesmo que constrangido, reconhecer-se-ia que obras e importantes empreendimentos iniciados, ainda que “sem moralidade [...] pelo governo comuno-peleguista”, haviam sido abandonados por completo pela revolução, o decepcionado redator enumeraria algumas das promessas paralisadas pela nova administração. Por fim, “por tudo e por causa disso”, ousava-se dizer em primeira página “que Mato Grosso Espera a Revolução, ainda ausente”. Porém, não sem depois apaziguar, “mas presente e atuante em outros pontos do País pelo Governo Revolucionário presidido pelo Marechal Castelo Branco”.

¹⁷⁵ *Correio do Estado*, 23, 24 e 25 dez. 1964, s/nº.

¹⁷⁶ *Correio do Estado*, 31 dez. 1964; 19 e 20 abr. 1965.

O “Primeiro Aniversário Da Revolução” seria assunto da página inicial do *Correio do Estado*, que afirmaria estar a nacionalidade em festas. Dentre as expressões de louvor utilizadas pelo periódico, lançaram-se “Hosanas, pois, à Revolução de 31 de Março!”. Findando o editorial, que expunha as conquistas do movimento sempre em oposição às intenções “do grupo desvairado que nos levava no rumo do incognoscível, disposto que estava a transformar o País em mais um satélite da nação que lidera no mundo o movimento marxista leninista, cuja implantação no Brasil jamais será possível”, conclamava-se, “Salve, 31 de Março!”¹⁷⁷ O ano de 1965 previa eleições governamentais e o diário compraria a tese do deputado Edison Garcia de que o Sul deveria dar o candidato, “se é verdade que a escolha do candidato não deve necessariamente ser posta neste dilema norte-sul, não é menos verdade que a maior concentração eleitoral, não só do Estado como da UDN, está na região sul”.

Pouco depois, na coluna “Política”, o jornal apontaria os três candidatos udenistas mais cotados para disputar a preferência na convenção regional, os dois sulistas Wilson Barbosa Martins e Lúdio Coelho e o nortista, à época vice-governador, José Garcia Neto. Na reserva estavam, ainda, o senador Paulino Lopes da Costa e José Fragelli, antes da realização da convenção, o *Correio do Estado* estamparia a declaração de Wilson de que não era candidato, a não ser que o diretório regional da UDN o conclamasse a se candidatar. A coluna garantia, ainda, não fugir a UDN a conversações com outros partidos, desde que qualquer acordo fosse em torno de candidato seu¹⁷⁸, no PSD, de forma especulativa, e se anunciava a candidatura de “um Muller”, Gastão, sobrinho de Filinto. Menos de vinte dias antes da convenção, se apresentariam os definitivos candidatos. O conclave seria decidido entre Lúdio, Garcia Neto e Fragelli que, antes reserva, se movimentara nos últimos dias com intensidade. As informações, mais uma vez estampadas pela coluna “Política”, dariam conta de que o vice-governador, “tido como candidato natural da UDN”, desenvolvia imensas atividades nos últimos dias por reconhecer que o jogo político no Estado tinha por tabuleiro Campo Grande.

Durante a corrida eleitoral o CE reafirmaria sempre ter apoiado a União Democrática Nacional e não ter candidato, “a tomada de posição por parte deste diário sempre foi difícil e só tem sido feita depois de esclarecida a posição da UDN”. No entanto, até dias antes da realização da convenção, Lúdio Coelho seria o único dos candidatos a ser entrevistado pelo diário, que em primeira página destacaria frase do candidato, ladeada por foto do mesmo: “Faço um apelo a Mato Grosso para que me apoie a fim de revolucionarmos a administração

¹⁷⁷ *Correio do Estado*, 3 fev.; 31 mar. 1965, p. 1.

¹⁷⁸ *Correio do Estado*, 19/20, 22 e 28 abr. 1965, p. 1.

de nosso Estado e darmos a ele o ritmo de progresso que lhe pertence de direito”. O *Correio do Estado* já havia escolhido o seu candidato, e, pelo que deixava transparecer, a tomada de posição não fora tão difícil, o nome de Lúdio seria confirmado pelo Diretório Regional da UDN e a edição seguinte a realização da convenção, reproduzindo a mesma foto do candidato sorridente já antes exibida, destacaria: “Lúdio: Das Minhas Mãos Não Cairá A Bandeira Da UDN”¹⁷⁹.

No mês seguinte, o diário daria prosseguimento a intensa campanha e cobertura da marcha da candidatura e da chamada “Caravana do Progresso” de Lúdio Coelho, apresentado pelo jornal como ruralista, ‘*gentleman*’ e figura proeminente no meio financeiro estadual, “o maior pecuarista do Estado, responsável pela expansão do Banco Financial de Mato Grosso. Conhece palmo a palmo todo o território estadual e pertence a uma das mais tradicionais famílias mato-grossenses” e ainda “figura dinâmica [...], realizador, progressista, popularíssimo e dotado de todos os predicados que se deve exigir de um cidadão destinado a Governar Mato Grosso”. Entre artigos e notícias, era possível encontrar frases como “Lúdio É A Solução”, “Lúdio É Progresso”, “Nós estamos com Lúdio”, “Um erro pode custar cinco anos: com Lúdio você tem mais futuro” e “Lúdio O Manda Brasa”, esta última legendava a imagem de um coelho, símbolo da campanha. Quase quinze dias após a divulgação da escolha de Lúdio, o PSD Regional indicaria seu candidato ao governado do Estado: o engenheiro Pedro Pedrossian, ex-superintendente da Noroeste do Brasil, agora apresentado pelo diário como afastado do cargo pela Revolução democrática de 1964 e indiciado para a apuração de irregularidades administrativas e subversão. Na véspera da eleição, o CE afirmaria que Pedrossian fora escolhido de última hora dada a desistência dos candidatos naturais do partido.¹⁸⁰

Aguardava-se, ainda, a convenção do PTB para a divulgação de apoio ou o lançamento de candidato próprio, o que não acontecera, ficando acertado para aquele ano que os petebistas votariam em quem quisessem.¹⁸¹ Os predcativos conferidos a Lúdio abririam espaço para que a oposição se valesse do dualismo candidato rico x candidato pobre, assim, procurando reviver a “triste política banida do país pela Revolução de março”, a campanha de Pedrossian, provocativamente, assumiria o *slogan* “Vamos a pé”. Em meados de agosto, um mês após o anúncio da candidatura, Pedrossian se divulgaria, por meio de nota transcrita do OESP, a implicação deste em rigoroso inquérito que visava esclarecer o “desvio de materiais

¹⁷⁹ *Correio do Estado*, 8, 13, 25 e 31 maio 1965, p. 1.

¹⁸⁰ *Correio do Estado*, 7 jun.; 12 e 13 jul.; 22 set.; 1 out. 1965.

¹⁸¹ *Correio do Estado*, 12 e 13 maio; 28 ago. 1965, p. 1.

para construção, transporte gratuito de pedra britada para firmas empreiteiras, comissões de 10% sobre obras realizadas e vantagens oferecidas, no desempenho de funções, a terceiros”.¹⁸²

No ano de 1965, Mato Grosso seria um dos 11 estados brasileiros a efetivar eleições diretas, o que imediatamente após a divulgação da candidatura do ex-superintendente da NOB, seria, numa atitude desesperada de quem vislumbrava a derrotada, criticado pelo diário como um erro, uma “determinação autoritária do sr. Presidente da República”, posto que a situação distava muitíssimo das condições mínimas exigidas pelo bom senso para admitir a convocação de comícios, colocando em risco as conquistas do 31 de março. A matéria completa denominada “Mato Grosso e a Crise Política”, se estenderia por três páginas (1, 2 e 5), ao longo das quais se denunciavam a estratégia das esquerdas que, “com a colaboração do PSD e do PTB”, fariam de tudo para que vencessem os candidatos daquelas duas agremiações. Com relação ao Mato Grosso, garantia-se: “já se delineia a ação tendente a colocar em xeque a política revolucionária com o lançamento da candidatura, apoiada pelas hostes do sr. Filinto Muller ao governo estadual do eng. Pedro Pedrossian”.

Pedrossian, outrora descrito como “o homem certo no lugar certo”, candidato da oposição, tornar-se-ia o “apaniguado do chefe do pessedismo matogrossense”, alvo de inúmeras acusações que abrangiam “efetivamente um campo vastíssimo”. Asseverava o diário que a simples enumeração dos processos nos quais estava envolvido exigiria um espaço do qual não se dispunha e sem o relato, portanto, de pormenores dos atos ilegais, abusos e arbitrariedades cometidas pelo engenheiro durante sua gestão na NOB, igualmente acusado de “esbanjar o dinheiro da ferrovia de acordo com seus interesses e ao sabor das injunções da política matogrossense”. Sobre Pedro Pedrossian pesariam, ainda, as denúncias de conceder cargos de chefia a elementos comprovadamente comunistas, permitindo “que a agitação comunista se fizesse às claras em todos os setores da estrada” tal qual nunca antes houve na história da Noroeste. Reapresentações feitas, determinaria o vespertino: “é este o homem que o sr. Filinto Muller indicou para governar”.¹⁸³

Um mês antes da realização das eleições, em mais uma estratégia eleitoreira, a sessão “A Pedido” seria transferida para a primeira página a fim de noticiar um “Esquema comunista em execução – Existe acordo com a candidatura do PSD”. Afirmava-se estar “a olhos vistos” que os partidários comunistas apoiavam o candidato do PSD num esquema já preestabelecido.

¹⁸² *O Estado de S. Paulo*, 11 ago. 1965 in: *Correio do Estado*, 13 ago. 1965, p. 1.

¹⁸³ *Correio do Estado*, 14 ago. 1965, p. 1, 2 e 5.

O *Correio do Estado* apresentaria como provas do esquema comunista: 1. Trechos retirados da primeira página do jornal da oposição, *O Matogrossense*, do dia 1º de setembro, onde se pregava abertamente a luta subversiva, “As ‘unhas’ já aparecendo”; 2. Acontecimentos na cidade de Ponta Porã onde “elementos comunistas participaram de comício com o candidato do PSD e atacaram a pessoa do Presidente da República, havendo até um atrito com militares do 11º R.C.”, sendo “comum na cidade, principalmente na zona suburbana, elementos subversivos e já conhecidos do Serviço Secreto do Exército, distribuírem boletins do candidato do PSD, dizendo para ‘dar uma resposta ao atual Governo’ no dia 3 de outubro”. Semelhantes situações seriam denunciadas, ainda, nas cidades de Corumbá, Dourados e Cáceres, onde o Ministro Lenine, candidato a vice de Pedrossian, teria dito: “‘Se você tem medo deles, vote no Pedro’, fato presenciado por brilhante oficial da Aeronáutica.”¹⁸⁴

Às vésperas da eleição, o diário propagaria: “os comunistas são agentes do ódio, da violência e da intranquilidade. Os democratas querem a paz, o trabalho e a ordem. Matogrossenses: não votem em candidato apoiado pelos comunistas!”. Na penúltima edição antes do pleito, se asseguraria ter acontecido “a maior concentração já realizada em Campo Grande” onde “sessenta mil pessoas em praça pública” promoveram a “queima de fogos, vivas e mais vivas a Lúdio e Hermes que foram carregados em triunfo pelas ruas 14 de Julho e Av. Calógeras [...] a multidão cantava e vivava os candidatos vitoriosos”, o comício fora tomado como prenúncio da vitória – “Lúdio Coelho está eleito, e temos conversado! [...] a bandeira da Revolução não cairá em Mato Grosso”.

Em mais um de seus apelos, o jornal, destinando palavras ao eleitor, destacaria o fato de que o voto era assinalado por “um sinal em forma de Cruz, [...] o sinal da redenção” atitude que representava mui grande responsabilidade, pois, utilizando-se do “sinal em forma de Cruz” o eleitor tanto poderia contribuir para que o estado tivesse “um Governo honesto, democrata, e cristão”, como colaborar com a instalação de “um governo corrupto, subversivo, demagógico e por isso mesmo contrário às aspirações da família”. Ao lado da mensagem, sob o dístico “Vote Certo!” apresentava-se a ilustração com a orientação de preenchimento da chapa única com “o sinal em forma de cruz. Cruz que simboliza redenção”¹⁸⁵ junto ao nome de Lúdio Coelho. O uso da linguagem apelativa por parte do *Correio do Estado*, revela o desespero de uma folha ainda oficiosa, que mesmo estipulando uma vitória udenista por mais de 3 mil votos, fazia uso de estratégias de coerção a fim de garantir o apoio do eleitorado. As

¹⁸⁴ *Correio do Estado*, 2 set. 1965, p. 1.

¹⁸⁵ *Correio do Estado*, 2 e 30 set; 1 e 2 out. 1965, p. 1.

previsões do diário não se confirmariam, e, ainda que não se tenha feito questão de divulgar os números finais do conclave, Lúdio seria derrotado nas urnas por uma diferença muito maior que 3 mil votos. A conclusão do candidato a vice, vencido, seria: “nem eu nem Lúdio fomos derrotados. O povo votou contra aquilo que representávamos. A esquerda decidiu o pleito em Mato Grosso.” O governador Fernando Corrêa da Costa, relacionaria a derrota “aos inimigos da Revolução e do regime” que desejavam a todo custo tomar o poder.

Considerava-se, no entanto, a “hipótese de a Revolução não concordar com o resultado do pleito”. Dias depois, pegando carona nas afirmações de *O Globo*, o *Correio do Estado* lançaria dúvidas quanto a probidade do pleito realizado em Mato Grosso. O resultado das eleições motivaria ainda outras manifestações, como o rompimento da bancada da UDN mato-grossense na Câmara com o Governo Federal, retirando-se do chamado Bloco Parlamentar Revolucionário, motivada por: a) discordar do tratamento que o Governo do Marechal Castelo Branco vinha dando a Mato Grosso; b) permanecerem as obras administrativas no Mato Grosso no mesmo *status quo* de antigamente; c) posição equívoca do governo federal em relação a UDN e d) desinteresse do governo federal com as eleições em Mato Grosso.¹⁸⁶

Em 27 de outubro de 1965, após anunciar o lançamento do Ato Institucional nº 2 e do estado de sítio, o *Correio do Estado* declararia: “reina calma em todo o país”, o ato editado pelo comando da Revolução e publicado na íntegra pelo jornal extinguiu a existência dos partidos políticos, ante a que se anunciaria “mais uma vez a Revolução salvou o Brasil”. Duas edições após a instauração do Ato se publicaria editorial nominado “Acima de tudo, a Nação!”, onde se propagava ter “a crise político militar” encontrado “o desfecho que o povo desejava, através do Ato Institucional nº 2”, que concedia “ao chefe da Nação os instrumentos de ‘revigoramento da revolução’”.¹⁸⁷ Colocando-se como legítimo representante da opinião pública, o vespertino garantia ter a opinião nacional recebido “as medidas adotadas como oportunas, patrióticas e sensatas, pois o Ato era o marco do “reencontro da Revolução consigo mesma”. A mesma edição, anunciaria, ainda, a cassação de três vereadores campo-grandenses.

Tudo aconteceria de forma muito rápida, 14 edições separariam o oferecimento do “serviço de utilidade pública” - a inscrição de udenistas de acordo com a nova Lei Eleitoral, para o qual se disponibilizara um funcionário apenas para atender diariamente, sem nenhuma

¹⁸⁶ *Correio do Estado*, 8, 13 e 22 out. 1965, p. 1.

¹⁸⁷ *Correio do Estado*, 27, 28 e 30 out. 1965, p. 1.

despesa ao partidário - e o anúncio da transformação da UDN em mera “sociedade civil para fins culturais” - proposição primeiramente assumida pela UDN Paulista. No mesmo ritmo, pouco antes do fim do ano, se anunciaria a formação da ARENA em Mato Grosso.¹⁸⁸ O *Correio do Estado*, ardoroso defensor do regime, assumindo a condição de seu propagandista divulgaria ainda nos últimos dias de 1965 “uma mensagem de Otimismo”, um chamamento a que não se acreditasse “em crise, mas sim numa dificuldade apenas passageira”, devendo ser a palavra crise eliminada do vocabulário do leitor, a quem se passava um receituário: “diga ao seu chefe, ao seu empregado, à sua esposa e aos seus filhos que tudo está melhorando. Diga-o aos seus clientes e aos seus fornecedores. Diga-o a Você Mesmo. [...]. Procure vender o mais possível. Compre o que lhe for necessário” e, claro, “Tenha Otimismo! Tenha Confiança No Nosso Governo! Tenha Fé No Futuro De Nossa Pátria! Tenha Fé Em Deus!”¹⁸⁹

O assunto Pedro Pedrossian não se daria por encerrado após as eleições, sendo logo na sequência da realização do pleito divulgadas acusações, inicialmente provenientes do OESP que, afirmaria não serem apenas os governadores eleitos de Minas Gerais e Guanabara a pôr “em xeque a Revolução e as suas intenções moralizadoras. O governador eleito de Mato Grosso não constitui um desafio menor.” Dias depois, novamente por meio de transcrição do *O Estado de São Paulo*, a posse de Pedrossian seria apresentada como ameaçada, já em janeiro de 1966, pouco antes da posse, o *Correio do Estado* romperia “a cortina de silêncio” ao entrevistar o governador eleito. Augusto Gamba seria, mais uma vez, o jornalista destacado para, na cidade de Miranda, registrar, em uma “palpitante entrevista” de mais de 3 horas, o primeiro pronunciamento de Pedrossian ao povo mato-grossense. O governador, que afirmaria, desde os primeiros resultados eleitorais ter se mantido em silêncio, garantiria: “só mesmo um jornalista do *Correio do Estado* poderia romper esta minha decisão eis que sempre apoiou, com sinceridade, a minha administração frente à direção da Noroeste do Brasil”.

Os principais tópicos da entrevista com o político ocupariam metade da primeira página da edição daquele sábado, 22 de janeiro, que traria também nota intitulada “Jornalista A. Gamba”, dando conta das viagens do colunista a serviço do diário, prática que se tornaria cada vez mais comum nos meados de 1960. A entrevista seria concluída somente na última página, e faria com que a tiragem da “edição de sábado, já bastante aumentada [...] se esgotasse muito antes da hora costumeira.” Uma semana depois, no dia da posse de Pedrossian, dar-se-ia como garantido o seu ingresso na ARENA e seu consequente apoio ao

¹⁸⁸ *Correio do Estado*, 14 e 15 out.; 4 nov. e 28 dez. 1965, p. 1.

¹⁸⁹ *Correio do Estado*, 7 dez. 1965, p. 5.

governo do presidente Castelo Branco. A formação da Aliança Renovadora Nacional em Mato Grosso ficara a cargo dos deputados federais Ytrio Corrêa da Costa e Rachid Mamed, respectivamente, dos extintos UDN e PSD. Filinto Muller seria o líder da ARENA no Senado Federal e a bancada da ex-UDN afirmaria apoio total ao governador.¹⁹⁰ Previa-se, igualmente, para breve, a formação do MDB, já que o deputado federal Wilson Barbosa Martins dera “o primeiro passo para a formação da corrente oposicionista” no Estado.

A definição de Wilson pela oposição seria noticiada em primeira página, nos seguintes termos: “*Correio do Estado* que teve na pessoa de Dr. Wilson um companheiro, sincero e honesto, respeita a sua tomada de atitude, gesto digno de homens que sabem o que querem. A decisão do Dr. Wilson Barbosa Martins está dentro do espírito da verdadeira democracia”. A “carta de 81 palavras” endereçada ao Deputado udenista Ytrio Corrêa da Costa, irmão do Governador Fernando, publicada duas edições depois, revelaria os motivos da decisão de Wilson Martins que, declinando “do honroso convite de tomar parte na Ação Renovadora Nacional”, se justificava: “Vejo que minha conduta política se ajustaria melhor, já agora, na Oposição. Marcho, pois, para ela. A representação popular somente vale a pena se exercida com autenticidade.” O autor finalizaria destinando cordiais cumprimentos e as despedidas aos companheiros da ex-UDN.¹⁹¹

A efetiva instalação da ARENA mato-grossense aconteceria somente nos primeiros dias de abril, e a cidade de Campo Grande seria a escolhida para abrigar a sede do Diretório Regional. Antes do anúncio da criação do partido da revolução em Mato Grosso, porém, seria noticiado o crescimento do MDB no estado, formado por toda bancada do ex-PTB de Mato Grosso com exclusão de dois deputados, contando, por outro lado, com dois deputados da ex-UDN, Edison Garcia e Wilson Barbosa Martins.¹⁹² No início de julho, divulgar-se-ia estar a ARENA devidamente organizada em Campo Grande, sendo arrolados os componentes do partido bem como suas funções. Dentre os membros da Comissão Executiva Municipal, destaca-se o nome de J. Barbosa Rodrigues, “sustentáculo do [...] florescimento [...] da Empresa Correio do Estado”¹⁹³, conforme descrito por seus companheiros.

Nem tudo seriam flores na nova agremiação “que amalgamou os ex-udenistas e os expessedistas”. Menos de dois meses depois da instalação da ARENA mato-grossense, garantia-se ser “fácil constatar que, na fusão dos dois antigos partidos, houve apenas união de corpos,

¹⁹⁰ *Correio do Estado*, 9 e 16 nov. 1965; 22, 24 e 31 jan.; 17 fev.; 3 mar. 1966, p. 1.

¹⁹¹ *Correio do Estado*, 26, 28 e 29 jan. 1966, p. 1.

¹⁹² *Correio do Estado*, 16 mar.; 14 abr. 1966.

¹⁹³ *Correio do Estado*, 1 e 8 jul. 1966, p. 1.

mas absoluta separação de espíritos”, tendo-se por incontestável que “enquanto os ex-udenistas [...] procuram agir e orientar-se pela filosofia da ARENA [...] os ex-pessedistas se orientam no Governo do Estado como se ainda pertencessem ao PSD [...], pouco se lhes importando que estejam, como os ex-udenistas, integrados na ARENA”. Nas entrelinhas, o *Correio do Estado* deixava transparecer que o prefixo “ex”, empregado antes das designações partidárias, nada significava, pois as rixas entre os dissolvidos UDN e PSD continuavam dentro da ARENA. Portanto, inda jornal udenista, reclamaria de permanecer tudo “como nos tempos de antanho, aos ex-pessedistas se lhes dão os favores de lei; aos ex-udenistas, as penas e os rigores da lei”. Ao governador, indiretamente, também se destinariam críticas por estarem “tão à vontade” os ex-pessedistas no Governo do Estado, esquecendo que uma vez na ARENA tinham a “obrigação de se comportarem como arenistas. Nada mais”, o diário questionaria ainda o porquê de Mato Grosso orientar-se, “em pleno envolver do Governo Revolucionário”, como se nada tivesse com a “Revolução”.¹⁹⁴

Ainda que responsável por um cenário tão improvável, a “Revolução” não deixaria de ser louvada, sendo realizada e referenciada às vésperas de seu segundo aniversário, como “a vitória da Nação Brasileira sobre a demagogia, a subversão e a corrupção que constituíam a pior faceta do governo deposto”. O *Correio do Estado*, em defesa do movimento, igualmente atacaria a “corruptos e subversivos de ontem, [que] não se cansam de pintar a situação ora reinante como ‘ditadura militar’, ‘regime de força’ ou coisa contrária à Democracia que é o nosso regime preferido”. Por fim, “associando-se às brilhantes solenidades programadas para o dia 31”, a empresa concederia folga a todo o seu pessoal dos serviços internos e externos suspendendo a circulação normal do diário. A folha procederá, também, principalmente durante o mês de março, à prática da confecção de editoriais em defesa da “revolução” que dera ao país a condição de seguir o lema de sua Bandeira: Ordem e Progresso. No artigo “Revolução Punitiva”, afirmava-se caber “ao povo colaborar”, sendo passada instrução para que, quem soubesse “que fulano é corrupto, ou que é subversivo ou contra ele há fatos dessas naturezas”, comunicasse a autoridade competente.¹⁹⁵

Por fim, o *Correio do Estado*, em mais um de seus embates com *O Matogrossense*, garantiria: “somos Revolucionários (com ‘R’ maiúsculo) desde 7 de fevereiro de 1954 e como prova oferecemos o nosso arquivo (completo) da nossa conduta nestes 12 anos de lutas jornalísticas. [...], pois não mudamos de opinião após o 31 de março de 1964. Os arquivos não

¹⁹⁴ *Correio do Estado*, 28 jun. 1966, p. 1.

¹⁹⁵ *Correio do Estado*, 14, 21, 29 e 30 mar. 1966.

mentem.” A contenda entre os diários, desta vez, dera-se por conta de acusações do OM, dada a realização de publicação de propaganda dos candidatos do MDB nas páginas do jornal udenista/arenista, já que em 1966 também se procedeu à prática de eleições. Realizou-se pleito para o provimento dos cargos de prefeitos, vereadores, deputados e senadores, bem como a escolha do novo Presidente da República, o marechal Arthur da Costa e Silva, candidato da ARENA eleito indiretamente pelo Congresso Nacional reunido em Brasília.¹⁹⁶

Em Campo Grande, durante a campanha municipal, o MDB tomaria à frente lançando já em agosto, o nome do ex-colaborador do CE, Plínio Barbosa Martins, que, tendo sua pretensão divulgada como certa, seria respaldado pelo “*Correio do Estado* que sempre teve no ilustre advogado um amigo e companheiro”, e via com satisfação a sua candidatura.¹⁹⁷ Somente um mês após o anúncio do candidato da oposição, seria noticiada a escolha da ARENA-1 para a prefeitura de Campo Grande, o Engenheiro Rondon, conforme a nota, o nome de Cândido de Castro Rondon fora aprovado por maioria absoluta de votos, e na sequência, divulgavam-se os nomes do “cirurgião dentista assaz conhecido em todos os círculos” citadinos, Artur de Ávila Filho pelo MDB 2, e o “nome, também, bastante conhecido, já com boa bagagem de ordem administrativa, que o credencia ao direito de disputar a preferência do eleitorado municipal” do acadêmico Levy Dias, ex-presidente da União Campo-grandense de Estudantes, pela “ARENA 2, dos ex-pessedistas”.¹⁹⁸

O dualismo existente e não superado entre PSD e UDN fica, mais uma vez, nítido na escolha dos candidatos das duas legendas dentro da ARENA que indicaria, por exemplo, para o senado, pela sub legenda 1, o nome de Fernando Corrêa da Costa, ex-UDN e, pela sub legenda 2, João Ponce de Arruda, do extinto PSD. Corrêa da Costa sairia, mais uma vez, vitorioso deste embate, garantindo sua consagração na ARENA como “líder de maior prestígio no Estado”. Já em 1968, em editorial intitulado “ARENA Una e Indivisível”, o *Correio do Estado* apontaria a existência de legendas como uma “divisão interna de ambos os partidos, que, para harmonizar opiniões e interesses contrários”, delas se valiam. No entanto, assegurava-se que em nenhum outro Estado da Federação, a divisão da ARENA se apresentara mais acentuada e agressiva do que em Mato Grosso, assim, utilizando-se da expressão “duas ARENAS”, afirmaria o redator “É chegada a hora de refundir a ARENA matogrossense”.

¹⁹⁶ *Correio do Estado*, 4 e 31 out. 1966, p. 1.

¹⁹⁷ *Correio do Estado*, 31 ago. 1966, p. 1.

¹⁹⁸ *Correio do Estado*, 30 set.; 6 out.; 14 nov. 1966, p. 1.

Partidário da ARENA-1, a “principal sub legenda da ARENA”, o *Correio do Estado* faria intensa campanha para “Cândido Rondon, candidato do povo”, garantindo ser “sensível a preferência popular pelo destacado Engenheiro”, representante da “ex UDN, força máxima em Campo Grande”. Levy Dias, por outro lado, afirmaria contar com o apoio de Mendes Canale, prefeito em exercício. Afiliado ao MDB, Plínio Barbosa Martins acabaria por ser preterido em sua campanha à prefeitura. Na última edição antes das eleições de 1966, o CE publicaria em primeira página: “Rumo às urnas com Rondon”, exatamente uma semana depois, encerrada a apuração dos votos do pleito realizado a 15 de novembro, em primeira página, publicava-se o veredito, nem PSD, nem UDN, “Eleito Prefeito o vereador Plínio Barbosa Martins” que, rememorado pelo diário como de origem política da ex-UDN e “antigo companheiro de lutas democráticas, em longo período anterior à Revolução de 1964”¹⁹⁹, vencera pela oposição. Plínio se distanciaria ainda mais do passado frisado pela publicação, aceitando apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para eleger-se deputado federal em 1982. Atestando a manutenção das boas relações, o diário criaria, em fins de 1967, o quadro “O Dia do Prefeito”, apresentado poucas vezes, e localizado somente durante o mandato de Plínio Martins.

Em seu tradicional editorial de fim de ano, o *Correio do Estado*, que se autodefinira como “um lutador”, afirmava ter cumprido o seu dever “para com a comunidade, o Estado e a República. [...]. Sem compromissos com ninguém, senão com a comunidade citadina e estadual”, com “autoridade bastante para criticar o homem público de maior responsabilidade”, das entrelinhas, auferiam-se os nomes de Antônio Canale – “o atual Prefeito é do contra, e a esta altura já deve ser considerado inimigo da Revolução de 31 de março”; e Pedro Pedrossian, altamente visados no decorrer do ano, recebendo crítica frequente “ora construtiva e orientadora, ora contundente e agressiva”. O que, conforme se assegurava, era feito “de consciência tranquila” em defesa da “boa ordem das coisas”.²⁰⁰

Desta forma, alegando atitude desinteressada, no decorrer do ano de 1966, o *Correio do Estado* lançaria várias notícias e editoriais contrários à atuação do governador em exercício. Acusado de dedicar-se somente “a excursões pelo território mato-grossense” sem construir sequer “um galpão” no Mato Grosso, instigando a conclusão de que seu governo era um “regresso do velho PSD”. Vivendo o governador “sempre ausente do Alencastro e morando num ‘Palácio Voador’”, que o levava “de Seca à Meca dentro e fora do território

¹⁹⁹ *Correio de Estado*, 4, 9, 14, 21, 23 e 26 nov. 1966.

²⁰⁰ *Correio do Estado*, 29 out.; 31 dez. 1966, p. 1.

mato-grossense”, merecendo do jornal a alcunha de “Sacristão de Saravá, naturalmente por estar sempre mudando de ‘terreno’, e governando apenas por meio de ‘despachos’. É despacho e mais despacho – obra que é bom, nenhuma.” Em 1968, em editorial denominado “Pedro vai, Pedro vem”, um retorno ao assunto do “impressionante número de viagens feitas pelo Governador” o incluiria, “se bem contadas as horas de voo” no grupo dos “milionários do ar”.²⁰¹

Pedrossian seria considerado pelo diário como de “difícil abordagem”, sendo convidado a “descer do pedestal” onde fora colocado e manter contato com os seus governados, posto que nem “o eminente presidente Castelo Branco” se negara “a um rápido contato com o *Correio do Estado*”²⁰², como vinha fazendo o governador eleito. No entanto, as críticas diretas a Pedro Pedrossian - ou PP como referenciado pelo diário em diversas situações; seriam por vezes amenizadas em razão “de auxiliares seus que se julgam donos da administração”, de forma que se reconhecia que o chefe do executivo até podia estar bem intencionado – “e nós acreditamos que assim esteja – mas acontece que o molho que o cerca está se tornando, dia a dia, intragável para os homens de bem e para o povo mato-grossense em geral”, ao que se apregoava: “isso é perigoso. *Remember* Adhemar de Barros!” Tal situação daria margem ao questionamento eivado de intenções: “estará o Dr. Pedro, o Pedrinho que todos conhecemos, sentido essa situação que lhe foi criada?”²⁰³

Do vivido, nada, porém, se compararia a toda a situação criada em torno do nome de Pedro Pedrossian durante o ano de 1967, já em fevereiro, enquanto ocorria uma organização do Governo do Estado para instalação provisória na cidade de Campo Grande, surgiriam os primeiro “boatos” dando conta de se encontrar o governo estadual “vivendo períodos de incertezas e de expectativas em virtude de notícias referentes a sua instabilidade”. Oficialmente, o Estado possuía um governo *sub-judice*. Pedrossian seria ainda acusado pelo diário de praticar “três formas perigosas de nepotismo” abrangendo o parentesco consanguíneo, político e econômico. No entanto, após as acusações, garantiria o vespertino: “somos contrários a uma atitude intervencionista, como o são todas as pessoas de bem de nosso Estado;” de forma que o governador precisava somente demonstrar “estar interessado apenas em administração”, promovendo, para tanto, uma profunda renovação do seu quadro de auxiliares.

²⁰¹ *Correio do Estado*, 23 set.; 5 nov. 1966; 7 jun. 1968.

²⁰² *Correio do Estado*, 28 e 29 dez. 1966, p. 1.

²⁰³ *Correio do Estado*, 1 set.; 29 dez. 1966; 18 fev. 1967, p. 1.

Na última edição de fevereiro, exatamente sob o título “Boatos”, afirmava-se que “nunca, durante tantos anos de existência, a cidade de Campo Grande [fora] palco de tantos boatos e tantas fofocas como nos três últimos dias”, boatos “simplesmente aceitos e passados à frente por que tudo podia ter mesmo acontecido, ante a situação reinante”. O caos estabelecido ditava a confirmação do que seria apresentado como o “pensamento geral: o governo de Mato Grosso equilibra-se numa corda bamba!”. A culpa pela implantação do “clima de desconfiança” era da “irresponsabilidade política daqueles que deveriam melhor escolher candidatos a cargos eletivos antes de apresenta-los ao sufrágio popular”²⁰⁴ - ou seja, Filinto Muller e o extinto PSD.

A segunda edição de março traria: “Brasil toma conhecimento da demissão do Governador de Mato Grosso”.²⁰⁵ Exemplificando as proporções da situação, as Rádios Globo, Brasil Central e Tupi eram elencadas como responsáveis por veicular a notícia que previa, também, a provável cassação de Pedrossian. A 4 de março, se estabeleceria na primeira página, com continuação nas páginas internas, uma espécie de coluna denominada “A crise na grande Imprensa do País” ou “A Crise Matogrossense e a Grande Imprensa”, no espaço seriam resumidas notícias de jornais tais como *Folha de S. Paulo*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Matogrossense* - ironicamente descrito como “da imprensa sadia”, o único órgão a defender o “governo honesto, sincero, dinâmico e idealista que Mato Grosso tem a felicidade de possuir”. Embora pertencesse, juntamente com *Correio do Estado*, *Jornal do Comércio* e *A Luta Matogrossense* a lista dos jornais campo-grandenses oficiados pela Câmara Municipal devido a “ponderação com que se houveram em face da onda de boatos. Em torno ‘da cassação do mandato do Governador [...], fugindo ao sensacionalismo que o caso sugeria”, prestando bom serviço a Mato Grosso.

Além do resumo das notícias, procedeu-se, também, a transcrição de matérias, sobretudo, da *Folha de S. Paulo* e do OESP que enunciavam todos os processos contra o governador como a realização de “Justiça Tardia”. Por vezes, dava-se espaço a declarações de Pedrossian e seus aliados, seguindo-se manchetes e notas que garantiam “Pedrossian diz que cumprirá todo o mandato”; “Castelo assegurou que o Governador Pedro Pedrossian não será cassado”; “Serenamente aguardarei – A decisão da Justiça” - a declaração de defesa do governador estampada ao longo de duas páginas, a primeira e a última.

²⁰⁴ *Correio do Estado*, 18 e 28 fev. 1967, P. 1.

²⁰⁵ *Correio do Estado*, 2 e 3 mar. 1967, p. 1.

O mês de março de 1967 traria ainda outro assunto à pauta, o 3º aniversário da Revolução, evento para o qual os leitores eram conclamados a prestigiar, comparecendo aos atos programados e amplamente divulgados pelo CE que incentivava a participação popular valendo-se sempre da lembrança do panorama nacional antes da revolução: “onde e como estaria você se não tivesse sido feita a Revolução Brasileira? [...] Você estaria vivendo num país submetido à tirania russa ou chinesa.” O diário publicaria ainda editorial denominado “Revolução Redentora”, onde, afirmando ter-se encerrado a primeira fase da Revolução, referenciava-se a posse do Marechal Arthur da Costa e Silva como “um segundo estágio de paz social, de trabalho e progresso”, assim, se utilizando de texto bíblico, apresentava-se o novo presidente como símbolo do “tempo de colher, colher os frutos do labor diário de cada cidadão que, rememorando o que éramos no governo passado há de dar a sua colaboração ao Brasil através do seu novo Governo, que outra coisa não é senão a Revolução em marcha”.²⁰⁶

Em abril, após breve hiato, o *Correio do Estado* resumiria “para o cidadão comum, e até mesmo para a parcela que acompanha, analisa e está ao corrente”, a situação de Pedrossian, “envolvido num processo de iniciativa do Alto Comando Revolucionário, quando ainda Diretor Superintendente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, onde praticou atos condenados pela moral revolucionária”, sendo, por isso, “demitido dos quadros da Rede Ferroviária por ter se incompatibilizado com os princípios adotados pela Revolução”. Após reafirmar caber a decisão da permanência ou não de Pedro Pedrossian à frente do executivo estadual ao “Governo Revolucionário”, destacava-se: “a revolução é irreversível, e irreversível são também os seus atos”, sentenciando, por fim, “tudo indica que a sorte já foi lançada, dependendo apenas de dias o desfecho final para o caso Pedrossian.” Pouco depois, revelava-se estar a “sorte” ao lado do governador que, com a decisão unânime do Tribunal de Justiça do Mato Grosso de arquivar o processo criminal que pesava contra ele, venceria sua “primeira batalha judicial”.

No entanto, em maio, Pedrossian sofreria novo revés com o anúncio do rompimento da bancada da ARENA - 1 com o governador, o primeiro pronunciamento no sul do estado partiria do deputado Waldevino Guimarães que afirmaria ter sido o rompimento motivado pelo “comportamento, ostensivamente, contrário aos interesses do Estado” demonstrado por Pedrossian, não havendo, portanto “motivos mas interesses contrários.” Um mês depois, em nota oficial, a ARENA-1 afirmaria retirar o apoio político que vinha emprestando ao governador por sua negativa de “impetrar mandato de Segurança contra o ato do Presidente da

²⁰⁶ *Correio do Estado*, 2 e 3, 4, 6, 7, 9, 18, 27 e 30 mar. 1967, p. 1.

República que o demitiu ‘a bem do serviço público dos quadros de funcionários’” da NOB, atitude interpretada como tradução fiel da “fuga a um compromisso assumido com homens de responsabilidade que acreditavam em sua palavra.” Entretanto, por outro lado, Costa e Silva ofereceria “Apoio Total” a Pedrossian, e, numa “guinada de cento e oitenta graus”, o MDB – “a única e cerrada oposição que o governador vinha tendo”; entraria em sua órbita a fim de dar-lhe sustentação. Desta forma, com o apoio total recebido do presidente e o apoio emedebista, Pedrossian, aparentemente, conseguira derrotar os seus adversários, no entanto, contrariando os prognósticos, em meados de agosto anunciava-se o impedimento do governador, o que novamente faria repercutir, fora dos limites do estado, a crise política mato-grossense.²⁰⁷

A primeira página do dia 19 agosto de 1967 seria quase que totalmente ocupada pelo “Relato completo e imparcial dos últimos acontecimentos em Cuiabá”, o título da matéria apresentaria: “Na Luta Com a Assembleia Pedrossian Perdendo Pontos”, após prever a continuidade da crise, que estava “atingindo ao clímax”, por mais alguns dias, o CE afirmaria estar fazendo “tudo o que é praticamente possível, evitando distorcer a verdade, apresentando noticiário isento de paixão” para que seus leitores pudessem acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, deixado “de lado os boatos e informações pouco dignas de fé”. Novamente contrariando a previsão, a edição imediatamente seguinte, publicada na segunda-feira, traria: “Mais Uma Vez Pedrossian Venceu! [...] quando tudo indicava a derrota do governador eis que surge para o seu lado a vitória, dificilmente esperada”. Ao senador Filinto Muller coube a alcunha de “O Pacificador”, e o duvidoso elogio “mais uma vez o senador mato-grossense mostrou ser um chefe na realidade, enfrentando uma crise política das mais graves”.

A vitória de Pedrossian por 14 a 14 votos com desempate favorável, fora descrita como um “melancólico fim, decepcionante mesmo para as duas facções em luta”, possibilitada somente porque “o espírito de Calabar a tudo enodoou!”, posto que o governador conseguira “‘dobrar’ o deputado Waldevino Guimarães que horas antes o havia traído, conseguindo que ele, à última hora, traísse os seus novos companheiros de luta”, semelhantemente, seria creditada “influência das mais decisivas” à atitude dos deputados Manoel de Oliveira Lima e Walter de Castro que não apareceram para votar. A indignação do jornal contra os três deputados supracitados se justificava por terem estes “livremente” assinado documento em que assumiam, sob a fé de sua palavra, e diante de Deus, o compromisso de honra de votar o impedimento do governador, “documento histórico”

²⁰⁷ *Correio do Estado*, 10, 12, 21 e 22 abr.; 18 e 22 maio; 10, 14 e 24 jun.; 12, 15 e 18 ago. 1967.

apresentado pelo jornal na primeira página da edição posterior ao anúncio da traição. Na mesma página, exibiram-se ainda as manchetes: “Oposição Recorreu ao Supremo”, “A Assembleia Legislativa Foi Violentada”, “Medida Liminar ao Governador” e “Oliveira Lima, um dos traidores, No Tribunal de Contas”²⁰⁸, a movimentação da oposição, porém, não surtiria efeito, Pedrossian havia mesmo vencido “mais uma vez”.

Ainda em 1967, Mato Grosso, por mais duas vezes, ganharia destaque na imprensa nacional e o *Correio do Estado* se insurgiria e abriria espaço para que se fizessem protestos contra o material produzido. A primeira delas se dera em virtude de artigo de *O Cruzeiro*, escrito por “David Nasser, pena contundente e espírito desanuviado a serviço da imprensa indígena” que, assegurava-se, devia ter encontrado dificuldades na ingrata tarefa de, conforme enfatizado, em “Matéria Paga”, redigida “em proveito de outrem”, defender o governador, atuando, mais uma vez, “como brilhante advogado em defesa de um cliente indefensável”. As dificuldades se dariam por serem tão poucos os subsídios a disposição do redator que tentaria identificar a origem da crise política de Mato Grosso, o que fizera “com absoluto desconhecimento”, igualando os inimigos Filinto Muller e Fernando Corrêa da Costa na condição de “responsáveis pela situação vexatória” em que se encontrava Pedro Pedrossian. A maior crítica, destinar-se-ia, entretanto, ao próprio governador, o “filho de Filinto Muller, Ilustre desconhecido em Mato Grosso, fora do eixo da Noroeste”.

Lamentando-se que Pedrossian “colhendo no governo os maus frutos que semeou na Noroeste do Brasil”, quisesse fugir à responsabilidade e mandasse que Mato Grosso, “terra de seu berço”, fosse considerado “Estado-Curral”, título do artigo de Nasser e também do combativo editorial do *Correio do Estado*; “para considerar todos os mato-grossenses gente de mentalidade bovina. [...] mas o governador espera que a Matéria Paga de *O Cruzeiro* faça sucesso em Mato Grosso”. Já no início de maio, o futuro governador Garcia Neto declararia que “desejando o referido jornalista fazer o elogio do Governador [...], contra o qual nada temos a opor, atingiu a honra do Estado de Mato Grosso e do seu povo”. Dentre as justificativas para a debilidade do artigo, apontava Garcia “ou ele não conhece Mato Grosso e fez o artigo provando falta de responsabilidade para o exercício da benemérita profissão de jornalista ou, o que é pior, distorceu propositalmente a história e os fatos políticos matogrossenses”, ao que concluiria: “consideramos o jornalista David Nasser *persona non grata* e lançamos o nosso protesto veemente contra aquele que pretendeu diminuir o povo

²⁰⁸ *Correio do Estado*, 19, 21 e 22 ago. 1967, p. 1.

mato-grossense”. À transcrição do pronunciamento se acrescentaria, entre parênteses e negrito, apenas um “Muito bem”.

Em agosto viria à tona um suplemento de *O Globo* lançado em Cuiabá “a pedido do Governo Pedrossian”, composto por informações detalhadas sobre o desenvolvimento verificado em Mato Grosso, com destaque especial para as obras que vinham “sendo realizadas visando à formação de uma sólida infraestrutura capaz de suportar as exigências do Novo Mato Grosso”. Lançado na capital em 5 de agosto, na primeira página do dia 8, o *Correio do Estado* já traria texto assinado por Demóstenes Martins que, denominado “Abundância de Nada”, afirmaria que nenhuma das obras apresentadas se devia “ao Governador incensado pelo turíbulo do repórter”, representando apenas a demagogia que se desenfreara sob a cobertura de uma vasta rede publicitária. Passada uma semana, seria a vez de J. Villasbôas expressar-se contra a “Euforia Propagandista” do “suplemento especial, magnificamente impresso em cores”, divulgado pelo jornal carioca, sob o título “O Novo Mato Grosso”, quinze páginas de fotografias e textos, que tinham por “finalidade verdadeira propagar o nome de Pedro Pedrossian como o de um administrador genial”, o que elencava como mais um “caso de sua audaciosa auto-propaganda”, cabendo aos deputados estaduais conhecer quanto tinha custado e por qual verba eram pagas as “propagandas pessoais do ‘jovem administrador’”.

Já como um prenúncio de uma nova fase da “Revolução”, em abril 1968, pouco depois de exibido editorial do 4º aniversário, onde, louvando-se o movimento, se repetiriam as mesmas palavras dos anos anteriores com a garantia de ser “indiscutível que o Brasil, desde 31 de Março de 64, desfruta de absoluta ordem, como é inegável também, que, da ordem passará ao progresso”; por primeira vez, o *Correio do Estado* apresentaria denúncias de “Torturas na Guanabara”, situação que ainda deveria ser apurada. Enquanto a denúncia fora apresentada em nota, na última página, como um dos tópicos da coluna “Várias”, a resolução do caso seria veiculada na primeira página, sob os dizeres “Não estiveram presos nem sofreram sevícias”, segundo confirmado por fontes do I Exército. Uma vez começadas, tornar-se-iam mais comuns as denúncias, sendo que, ainda na mesma edição de 19 de abril de 1968 tinha-se na primeira página, “Estudante mineiro teria sido torturado”, e, na última, “Protesto de Jornalistas”, dando conta da realização de “um ato público de protesto contra o

espancamento de repórteres e fotógrafos que faziam cobertura dos acontecimentos estudantis da Guanabara.”²⁰⁹

Na primeira página da edição de 14 de dezembro publicou-se a determinação do recesso do Parlamento por tempo indeterminado, dado ter Costa e Silva baixado o Ato Institucional nº 5 com a “finalidade de preservar a Revolução de Março de 1964”. Já em janeiro de 1969, manchete de primeira página, garantia: “Ministro Diz Que Cessou a Censura à Imprensa”, o Ministro era Gama e Silva que afirmava ter a imprensa brasileira compreendido o momento difícil que o País está atravessando, e, diante disso, vinha “tendo um comportamento bom”. No entanto, alertava-se: “qualquer abuso que houver será reprimido com toda energia pelo Ministério de Justiça”. Sob estas as condições, não tinha o *Correio do Estado* motivos para temer, posto que se por um lado se autoafirmava como um jornal de opinião, por outro, garantia não se ater politicamente “a qualquer sorte de radicalismo”, que pudesse cercear sua “liberdade de apontar quem trabalhe pelo Município e pelo Estado”, e igualmente apontar atos de corrupção e subversão.²¹⁰

Em março, proclamar-se-ia: “Enfim, justiça”, para os editores, com a assinatura do AI-5, finalmente e felizmente a Revolução de março de 64 começava a chegar a Mato Grosso, “fazendo, enfim. Justiça àqueles que haviam sido prejudicados nos seus direitos”. O *Correio do Estado*, “atendendo honrosa solicitação da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República” colaboraria também no programa de promoção do 5º Aniversário da Revolução, publicando uma edição especial composta por 22 páginas, ao longo das quais se exibiram reportagens, artigos assinados, mensagens de apoio de firmas e particulares, além de vasta publicidade. Três dias depois, o CE publicaria um orgulhoso adendo à declaração de Costa e Silva de que “a Revolução foi obra também da imprensa”, após reproduzir em negrito a fala do presidente, adicionaria o vespertino: “os arquivos do CORREIO DO ESTADO confirmam as palavras do Chefe da Nação, no que diz respeito a Mato Grosso”, servindo as edições de “testemunhas do muito que este diário lutou pregando a reforma que a Revolução acabou realizando no Brasil. *Nós também contribuimos com a nossa parcela*” (grifos nossos).

Nos primeiros dias de agosto de 1969, o Chefe do Setor de Censura da Polícia Federal em Brasília viria “a Mato Grosso a fim de orientar a Sub-delegacia e demais postos a ela subordinados, sobre assuntos do setor de censura”. O encontro se dera no auditório da Rádio Cultura de Campo Grande, que desde maio já se encontrava sob o controle da Equipe do CE.

²⁰⁹ *Correio do Estado*, 30 mar.; 17 e 19 abr. 1968.

²¹⁰ *Correio do Estado*, 29 e 30 dez. 1967; 25 jan. 1969, p. 1.

As instruções parecem ter sido bem sucedidas, posto que, em meados de setembro, o próprio *Correio do Estado* sofreria com a censura e, “atendendo a determinações de ordem superior”, se retrataria por expressão publicada no quadro “Colher de Chá... Quente”. O jornal alegava ter tido “a intenção de colaborar com a autoridade competente alertando certos pais para o consumo das chamadas ‘bolinhas’”, porém, colocado “ante o dilema de apontar os vendedores de entorpecentes ou a retratação”, preferira a última. A explicação era apresentada logo após a reprodução da nota causadora da advertência, acrescentando-se, ainda, outra correção: “esclarecemos que a expressão senhoritas ‘bem’ (entre aspas) significa ‘mariposas’”.

Em 1970, o diário publicaria a nota “Explicação Necessária”, onde, respondendo aos “comentários na cidade de que a imprensa local fora ‘comprada’”, garantia-se que, com relação ao *Correio do Estado*, “isso não aconteceu ainda, até hoje, graças a Deus. [...] nossa posição [...], tem sido de respeito ao Direito, à Verdade, à Dignidade Humana e aos princípios defendidos pela Revolução Democrática de 31 de Março de 1964”, o que só seria compreendido por “aqueles que estão por dentro da vida de um jornal ou tem acompanhado as medidas tomadas no sentido de resguardar a segurança nacional”. Em março daquele ano, por ocasião do 6º aniversário do regime militar, em carta destinada “Aos Mato-grossenses” e reproduzida na primeira página do diário, o governador Pedro Pedrossian afirmaria: “se a Revolução de março de 64 fez bem ao Brasil melhor ainda fez a Mato Grosso.”²¹¹

Somente em abril de 1978 o *Correio do Estado*, por primeira vez, se assumiria vítima de censura. O dia 13 marcaria o retorno da coluna “Informe Dois” onde o redator, após tecer seus comentários sempre mordazes sobre a política regional, encerraria o quadro afirmando: “esta coluna está voltando com a volta das perspectivas de abertura político-democrática. Presume-se que a censura será mais branda e as pressões menores. Vamos ver, desta vez, até onde iremos”. Menos de uma semana após esta publicação, o editorial “Palavras ao Vento” defenderia a liberdade de imprensa “como condição primeira, condição *sine qua non* para o florescimento de todas as liberdades civis”, de forma que limitá-la era “colocar pedras no caminho que leva à sonhada Democracia Plena”, sendo, portanto, repudiados e repelidos “por toda a população [...] qualquer ato ou atitude de autoridade que tenha por objetivo cercear a liberdade de imprensa”. Numa contradição, em 1980 o *Correio do Estado* lançaria uma nota de esclarecimento afirmando “em alto e bom som” não ter sofrido nos “últimos anos de abertura democrática, nenhuma censura ‘por determinação superior’”.²¹²

²¹¹ *Correio do Estado*, 11, 14 e 20 mar.; 3 abr. 1969; 31 mar. 1970, p. 1.

²¹² *Correio do Estado*, 31 jul.; 20 set. 1969; 13 e 20 abr. 1978; 26/27 jul. 1980, p. 1.

Capítulo 2: A Teia

“As armas da política e do jornalismo andam juntas”

Jacques Wainberg, 1997.

2.1 – Principais campanhas esposadas pelo *Correio do Estado*

Ao longo de sua trajetória, o *Correio do Estado* se destacaria também por encetar campanhas divididas entre: 1. Iniciativas de menor impacto: contra jogos de azar; pela Humanização, Industrialização, Higienização, Modernização e “embelezamento” de Campo Grande; contra a mortalidade e desnutrição infantil; apoio a instituições beneficentes municipais; campanhas salariais do professorado; ligação asfáltica entre Campo Grande e São Paulo; campanha “Volte, Pelé!”, entre outras; 2. As carros-chefes: como a campanha contra o uso de carros oficiais – os chapas-brancas, com um “melancólico fim” em 1968 quando se assumiu a posição de não mais molestar “os felizardos possuidores de carros oficiais”, reconhecendo ter perdido tempo apontando tal corrupção;²¹³ pela energia elétrica; contra a violência da polícia local; a favor da liberdade de imprensa e a campanha pela Universidade Federal em Campo Grande. 3. Campanhas eleitoreiras e movimentos de incentivo àquelas instauradas pela presidência como a “Cruzada da valorização – O Brasil precisa de você! Doe dólares” e campanha “Ouro para o Brasil”, já durante o regime militar; e, por fim, a maior e mais perene campanha do diário, 4. A Divisão do estado de Mato Grosso e criação do Mato Grosso do Sul (1957-1977) - conforme se verá no decorrer deste capítulo.

Em 1954, a quinta edição do *Correio do Estado*²¹⁴ veicularia um pedido de desculpas por constituir-se somente de 4 páginas. No comunicado, o jornal reconheceria encontrar-se em fase experimental, com máquinas e oficinas em adaptação final e com seu corpo de operários em estruturação, os editores prometiam reformas e outras inovações “mais ou menos profundas”, na intenção de melhorar forma e conteúdo e dar maior tiragem às edições. No entanto, somente dez dias após a estreia, uma segunda edição de 4 páginas já se faria necessária, dando início a uma nova constante: a reclamação dos prejuízos causados pelas quedas de energia elétrica na cidade de Campo Grande, situação que, por muito tempo, prejudicaria o expediente não só dos jornais, mas também de casas comerciais, hospitais e demais empreendimentos, bem como o cotidiano das residências campo-grandenses.

²¹³ *Correio do Estado*, 23 fev. 1968, p. 1.

²¹⁴ *Correio do Estado*, 12 fev. 1954, p.1.

Desta forma, o caso da luz seria a primeira campanha encetada com maior intensidade pelo periódico que, em janeiro de 1955, após multiplicarem-se desde a fundação do jornal, manchetes tais como “Campo Grande na penumbra”, “O Governo e o caso da energia”, lançar-se-ia um dos principais *slogans* do movimento nascente: “Campo Grande não pode parar, Campo Grande precisa progredir”. As acusações recaíam sobre a Companhia Matogrossense de Eletricidade (CME) que, “apesar da melhor boa vontade por parte do povo campo-grandense”, continuava “abusando da paciência popular, fornecendo uma iluminação péssima e uma energia fraquíssima”. Reclamações sobre o preço das tarifas e da instituição de períodos de racionamento tornar-se-iam igualmente constantes. Wilson Barbosa Martins acabaria por tornar-se o principal porta-voz da campanha pró-encampação da CME, movimento sem “colorido político” que, pretendia-se, seria levada até o fim com este caráter como um “ponto de honra”. O Dr. Wilson seria o responsável por conclamar o povo a se unir em favor da causa, “se o petróleo é nosso, a energia também deve ser”, propondo-se, para tanto, a caducidade do contrato de concessão da empresa elétrica pelo governo federal. Para ilustrar a situação, o *Correio do Estado* publicaria uma pseudo-fotografia, um quadro com borrões legendado pela frase: “Campo Grande, à noite, é assim: só trevas, graças à inutilidade da iluminação fornecida pela Companhia Matogrossense de Eletricidade! Até quando isso continuará?”²¹⁵

Em 12 de janeiro de 1955 seria oficialmente iniciada a mobilização pela encampação da CME. Acima do cabeçalho da edição, tinha-se: “A partir de hoje este diário esposa o Movimento Pró-Encampação da Companhia Matogrossense de Eletricidade e abre as suas colunas para publicar toda matéria que for entregue, nesse sentido, na redação”. A manchete convocava os campo-grandenses a que fizessem eco à voz do vespertino, autoproclamado representante do “grande número de pessoas que querem bem a Campo Grande”. O deficiente fornecimento de energia era apontado como “um grande entrave ao progresso da maior cidade de Mato Grosso”. O racionamento de luz e energia elétrica tornou-se pauta constante do diário, destacando-se por anos como causa maior de suas reclamações, campanhas e justificativas para atrasos na circulação e/ou edições incompletas e reduzidas. Com frequência, seriam relatados os prejuízos que iam desde a inatividade das prensas, passando pela supressão de matérias e publicidade à mudança de horário de trabalho dos funcionários, afetando, até mesmo, a frequência de circulação do jornal.

²¹⁵ *Correio do Estado*, 6, 7, 11 e 13 jan.; 7 fev. 1955, p.1.

Em busca de uma maior mobilização dos leitores, a publicação se utilizaria de frases motivacionais tais como: “Campograndense, seja você um soldado na luta pró encampação do serviço de fornecimento de luz e energia elétricas. Campo Grande precisa de você!”, ou ainda “Campograndense, salva tua cidade das trevas, lutando pela encampação da C.M.E.”. O povo era conclamado a dar o seu apoio àquela “campanha sagrada”, de “cunho nitidamente popular” que deveria se desenrolar acima das injunções partidárias, por meio da união de todos os campo-grandenses. Dia após dia, a causa ganharia força com as muitas adesões dos diversos setores da sociedade. Num curto período de menos de um mês seria registrado o apoio de médicos, políticos influentes no cenário municipal, das mais diversas associações, industriais e motoristas, Sindicato dos Engenheiros e Construtores do Estado de Mato Grosso, do Diretório da UDN municipal, cirurgiões dentistas, barbeiros e cabeleireiros, carroceiros e charreteiros, açougueiros, advogados, entre outros.

Em março de 1956, o CE comemoraria o apoio recebido por parte do então governador da oposição, João Ponce, que reacenderia as esperanças com relação a criação da Usina do Mimoso, antiga aspiração dos campo-grandenses.²¹⁶ No fim do primeiro ano de campanha o *Correio do Estado* celebraria a vitória sobre a “Cia Matogrossense de Lamparinas” como era pejorativamente referida, dado ter o presidente Juscelino Kubitschek assinado decreto de caducidade de sua concessão, porém, isto não seria o suficiente, retornando-se no ano seguinte com a deliberação de que não fossem pagas as contas de luz. Pois, se o povo nada fizesse, “o polvo insaciável: a Cia. Matogrossense de Eletricidade”, arrombaria as casas para roubar mais 65% sobre o que já se pagava “pelo não fornecimento de luz elétrica, mas de lamparina”.

As palavras de ordem expostas pelo diário, possibilitavam dimensionar a intensidade do movimento que se impunha: “VOCÊ não pode ser covarde! [...] VOCÊ é homem e não mosca! VOCÊ vai cumprir o seu *dever*! Se VOCÊ não cumpri-lo, *os seus filhos terão vergonha de VOCÊ*! Se VOCÊ não estiver *com Campo Grande e o povo*. VOCÊ será *um reles TRAIADOR!*”. Dentre as estratégias da campanha, tinha-se o impedimento do corte das ligações, sendo constituída pela Prefeitura uma junta de eletricitas para religação com o apoio de uma “turma de choque” para impedir que “qualquer assalariado da C.M.E. insistisse em *lutar contra o povo*”, garantindo-se não se pouparem esforços. Não se previa nenhuma violência, desde que o povo fosse respeitado na sua atividade. Porém, aquele que assumisse

²¹⁶ *Correio do Estado*, 12, 14, 17, 19 e 28 jan.; 5 fev.; 28 mar. 1956, p. 1.

“qualquer atividade contrária aos interesses populares”, receberia “o corretivo” que merecesse.²¹⁷ (Grifos nossos).

Desde sempre o *Correio do Estado* se autointituiu “porta voz e defensor dos direitos do povo”, definição corroborada pela utilização de estratégias associativas como o uso enfático dos vocábulos “você” (indivíduo) e “povo” (coletivo), a parte e o todo. Desta forma, a campanha não era do CE, este a promovia; a campanha e o jornal, conforme se afirmava, eram do “povo”. Foi neste contexto, por exemplo, que se lançou editorial onde a Rádio Cultura, parceira do periódico desde o seu início, seria apresentada como estando contra o povo por ter seu atual diretor irradiado, por motivos particulares e desconhecidos, “uma nota ofensiva” ao governo do Estado, à UDN e ao diário (mais uma vez apresentados como indissociáveis). A crítica consistia na acusação de não possuir o governo estadual valores suficientes para a encampação da CME, além da reclamação de ter sido cortado programa da emissora por ordem da UDN, bem como de estar o partido empenhado em destituir o diretor do canal – cargo ocupado, à época, por Eduardo Santos Pereira; ao que o diário responderia: “pode S.S. ficar tranquilo, pois o nosso partido tem outros assuntos mais nobres e mais importantes para se preocupar. A sua permanência ou não à frente da emissora é coisa que não nos interessa. Preferimos assistir à sua queda, de camarote, pois por si mesmo S.S. cairá de podre”. Como um golpe final, estabelecia-se: “a atual direção da Rádio Cultura, colocando-se contra o movimento pró encampação da C.M.E., colocou-se contra o povo campograndense!”²¹⁸

Em edições subsequentes, publicar-se-iam, em grandes letras dentro de um *box*, as frases: “Nesta Casa Não Se Paga Luz!” e “Somos amigos de Campo Grande”, sugerindo-se aos leitores que recortassem o quadro com os dizeres e o pregassem em lugar visível de sua casa em solidariedade à decisão popular. Fazendo isso, o campo-grandense se mostraria “digno de sua terra.” O mote principal da campanha era que a companhia passasse às mãos do poder público, posto que somente assim poderia melhorar os seus serviços, antes da construção da Usina do Mimoso, expectada como a resolução definitiva para o problema do abastecimento de energia do município.²¹⁹ A encampação finalmente ocorreria no ano de 1958, quando a CME tornar-se-ia CEMAT. Porém, a campanha se manteria, posto que o “*Correio do Estado* e o povo” permaneceriam vítimas da falta de energia elétrica e dos

²¹⁷ *Correio do Estado*, 23 fev. 1957, p. 1.

²¹⁸ “A Rádio Cultura contra o Povo!” – *Correio do Estado*, 24 de jan. 1955, p.6.

²¹⁹ *Correio do Estado*, 27 fev.; 6 abr. 1957, p. 1.

constantes períodos de racionamento, ainda na década de 1960, quando o movimento receberia o epíteto de “Campanha da Vergonha”.

Se em 1956 Ponce fora louvado por se colocar do lado do povo, em 1961 voltaria a ser réu, posto que “Campo Grande às escuras, suas atividades industriais paralisadas”, a falta de “iluminação nas residências e nas ruas”, seriam creditados como resultado da administração do “eminente” governador (1956-1961). Já no fim do ano, seria anunciado o encontro dos Representantes da Campanha da Vergonha, “ilustres componentes da embaixada classista”, com o novo governador, Fernando Corrêa da Costa. A 31 de dezembro de 1961, em editorial denominado “O Último Número”, prática que, começada no ano anterior, tornar-se-ia tradição do vespertino; utilizando o mesmo adjetivo, eminente, agora, porém, sem aspas, tecer-se-iam elogios a Corrêa da Costa e ao Diretor da CEMAT, Dr. Vitor de Andrade Brito, “autores da energia *elétrica* que nos tirou de velho impasse permitindo-nos redobrar a produção, pôr a casa em ordem e servir melhor nossa clientela que, mercê da fatura de energia elétrica, dia a dia se avoluma, não obstante o voto contrário de meia dúzia de mequetrefes”. Ao contrário do que se esperava, a “fatura de energia elétrica” não se tornaria realidade, registrando-se ao longo dos anos muitas reclamações motivadas pela mesma razão: “O caso da Luz em Campo Grande”. Em 1962, no oitavo aniversário do *Correio do Estado* se garantiria estarem, paulatinamente, sendo superados os obstáculos ao progresso, deixando a energia elétrica de ser um deles, graças ao “eminente governador [...] que pôs em ordem a vida da CEMAT”.

Se no oitavo aniversário o *Correio do Estado* se autodenominara “grande”, no nono admitir-se-ia como órgão da “imprensa interiorana” limitado pela “falta de recursos materiais,” sofrendo “a influência do próprio meio, não raro enfrentando incompreensões e pirraças que são outros tantos meios de cerceamento da verdadeira liberdade de imprensa”. Dentre os entraves que faziam com que o CE fosse “apenas um jornal”, visto não ter podido superar as dificuldades do próprio meio para ser “um grande jornal, como o sonhado desde os idos de fevereiro de 1954”, figurava o caso da luz e a alta no preço do papel que, de março a dezembro de 1962, subira na proporção de 2000% (dois mil por cento).²²⁰ Situação agravada pela alta das tintas e, em Campo Grande, igualmente pela “alta no preço da energia elétrica”, o que impulsionava o aumento no valor de anúncios, assinaturas e exemplares avulsos.

Estratégia comumente adotada pelo vespertino para comunicar aumentos de preço, tanto de assinaturas e exemplares avulsos, quanto da publicidade, era a de, antecedendo ao comunicado, apresentar os valores de jornais de expressão nacional, bem como enfatizar,

²²⁰ *Correio do Estado*, 24 e 25 dez. 1962; 7 fev. 1963.

através de editoriais e reprodução de textos de agências de notícias ou veículos da grande imprensa, as dificuldades de se fazer jornal. Em novembro de 1961, “impelidos pelo constante aumento da matéria prima para sua confecção, além do reajuste salarial de seus empregados e outras despesas decorrentes do alto custo de vida”, unir-se-iam, por primeira vez, os quatro jornais de Campo Grande para noticiar o aumento do preço de suas edições diárias de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 8,00. O comunicado ao público era subscrito, pelo *Jornal do Comércio*, P. Agenor dos Passos, *O Matogrossense*, A. P. Silva, *O Democrata*, Antônio R. de Vasconcelos e J. Barbosa Rodrigues pelo *Correio do Estado*. O exemplar do CE que em junho de 1955 custava 1 cruzeiro, em abril de 1962 custaria Cr\$ 10,00, e em outubro do mesmo ano, seguindo “os demais órgãos de imprensa do país”, sofreria novo aumento, passando a custar, na venda avulsa, Cr\$15,00, estabelecendo-se também um aumento geral da publicidade de 30 a 40%. O ano de 1963 seria ainda marcado por uma crise de produção na imprensa brasileira, principalmente a interiorana.²²¹

Mesmo antes de instaurada a ditadura militar, o *Correio do Estado* se gastaria numa “preocupação totalitária” acusando o então presidente João Goulart de não ter se disposto “a desfazer a suspeita” que pesava “sobre ele de tentar o sufocamento da imprensa por meio do monopólio da importação e distribuição do papel”. Silêncio que poderia “parecer a confissão de que realmente [estava] tramando contra as liberdades democráticas e procurando lançar o país numa aventura desastrosa que [punha] em perigo as suas instituições”. Assim, saindo em defesa da liberdade de imprensa, coincidente “com a defesa da própria democracia”, sentenciaria o diário: “querer submeter a imprensa a qualquer tipo de controle estatal é um ato tipicamente totalitário”.²²² Não obstante, as reclamações pertinentes ao caso da luz continuariam a ser registradas, porém, em 1964, as esperanças do jornal²²³ seriam agora postas sobre o novo regime.

Se por um lado avançava em tecnologia e em novas colaborações, por outro, o *Correio do Estado* continuaria a sofrer com os mesmos problemas, assim, em 1966 garantindo ter todas as suas instalações eletrificadas, o jornal se veria “obrigado a circular em dias alternados, saindo cada edição com duas datas a fim de atender a exigências de publicações com dias certos.” Ao que justificava-se: “um jornal, em qualquer parte do mundo está sujeito a uma série interminável de problemas, principalmente de ordem econômico-financeira, a não ser que seja corruptamente subvencionado”, no caso do CE, problemas inda agravados por sua

²²¹ *Correio do Estado*, 28 mar.; 17 nov. 1961; 28 abr.; 5 set, 1962; 9 nov. 1963

²²² *Correio do Estado*, 30 mar. 1964, p. 4.

²²³ *Correio do Estado*, 11 abr. 1960; 12 e 26 jan.; 31 dez. 1961; 7 fev. 1962; 7 fev. 1963 e 2 abr. 1964, p. 1.

condição de jornal do interior. O *Correio do Estado* teria de lidar também com o aumento da matéria prima e com a crise do papel que forçava um drástico racionamento responsável por ditar a contingência da diminuição do número de páginas. Naquele ano, por mais que tivesse apresentado a “Crise do Papel” em primeira página, o diário assumiria o mote, frequentemente publicado sem lugar fixo: “Não fale em crise: Trabalhe! Campo Grande, Mato Grosso e o Brasil precisam do seu trabalho, da sua produção. Trabalhe e terá, temos certeza um Feliz Ano Novo!”.²²⁴

No entanto, no penúltimo mês do Ano Novo (1967) o diário ainda reclamaria pela falta de luz e energia elétrica na cidade durante horas seguidas e, até mesmo, dias inteiros. Nos momentos de crise, o CE, costumeiramente, adotava a estratégia de circular com apenas 4 páginas, neste sentido, em 1968 se afirmaria: “quanto ao aumento do número de páginas de nossa edição diária, isso só será definitivamente resolvido depois que a CEMAT colocar um ponto final nos seus cortes de luz e energia elétricas”. Naquele ano os cortes inesperados de energia seriam definidos como um crime sempre impune, conjuntura inadmissível, sobretudo, por não se tratar “de uma cidadezinha do interior, mas da maior cidade de Mato Grosso”. Conforme Barbosa Rodrigues, a “difícil arte de fazer jornal”, sobretudo jornal diário no interior, era igualmente agravada pelos cortes de energia: “quando acontece faltar luz, então a situação complica-se de forma assustadora, com tudo entrando em compasso de espera, longa e revoltante espera, com caldeiras das linotipos esfriando e chumbo endurecendo dentro delas, azarando, acabando com a paciência [...]”.²²⁵

Em setembro de 1968, o *Correio do Estado* publicaria carta subscrita pela redação e destinada ao governador do estado, onde se lia “Excelência: Hoje é terça-feira, 3 de setembro, dia útil do qual se valeria o campo-grandense para dar ênfase ao trabalho, à produção [...]. Entretanto, [...] Campo Grande parou às 8, são 10 horas, e estamos todos de braços cruzados, porque a CEMAT nos está negando [...] luz”. Cobrava-se o cumprimento do prazo estabelecido pelo governador de normalizar o fornecimento de luz até o 69º aniversário de Campo Grande, no entanto, ia-se “penetrando no passado” o 26 de agosto e os cortes de energia continuavam “presentes, diuturnos, seguidos, persistentes de uma persistência que põe em dúvida a competência da CEMAT e o próprio zelo do Governo do Estado para com o

²²⁴ *Correio do Estado*, 16 e 17 ago.; 8 out.; 16 nov.; 31 dez. 1966, p. 1.

²²⁵ *Correio do Estado*, 23 fev.; 20 jun.; 19 out. 1968.

sofrido povo de Campo Grande.”²²⁶ Em novembro, uma nova crise do papel se insurgiria imprevistamente, causando transtornos a imprensa interiorana.

Em 1970, o diário apresentaria outra razão de não ser maior o seu número de páginas, “a resposta é muito simples: o preço do papel – principalmente do papel – é alto. Tudo custa dinheiro”, e, mais uma vez alegando sua independência, “que nos adianta aumentar o número de páginas diárias, se com isso iremos fazer dívidas, levando-se em conta que não somos subvencionados por ninguém, se o que fazemos é com trabalho diuturno de anos. Se fossemos subvencionados, não seríamos livres”. Alegar-se-ia, por fim: “preferimos gastar menos papel e continuar sendo sempre o *Correio do Estado*, não atrelado ao carro de ninguém”.²²⁷ Mas o pior ainda estava por vir, em maio de 1973 o papel de imprensa sofreria um violento aumento, e, em virtude da queda verificada na produção mundial, o *Correio do Estado* ficaria com o seu fornecimento de papel reduzido a 50%. Durante a vigência da crise, o diário reduziria seu número de páginas e a circulação dos suplementos, suspendendo igualmente a distribuição gratuita ou de cortesia – destinada a algumas câmaras municipais, por exemplo; e as publicações de favor, além do cancelamento de todas as assinaturas vencidas e em atraso e da supressão ou diminuição de algumas seções. A crise do papel de imprensa se estenderia, ainda, pelo ano de 1974, passando o vespertino a utilizar-se de papel chileno, posto que o nacional, bem como o sueco, o finlandês e o mexicano já haviam desaparecido do mercado.²²⁸

Já em 1970, a primeira página de uma mesma edição apresentaria uma foto noturna do aeroporto Antônio João, de Campo Grande, mostrando “parte da moderna iluminação já instalada. [...] belo melhoramento feito pelo governo do Estado”, e, em seguida, no centro da página, a notícia “CEMAT invade jornal” dando conta de ter sido invadido o prédio onde funcionava o *Correio do Estado* “sob a alegação de cortar o fornecimento de luz, sem solicitar a necessária permissão para penetrar no seu interior”. O jornal apresentaria o ocorrido como fruto de um “clima de perseguição por parte da CEMAT” já verificado há meses. Conforme a nota, “tomados de justa revolta”, no mesmo dia, reportou-se o ocorrido ao governador do estado, ao Secretário de Justiça e ao Presidente da CEMAT, o Dr. Marcelo Miranda - futuro prefeito de Campo Grande e governador do Mato Grosso do Sul.

Dois dias após a publicação, o presidente da CEMAT procederia a uma “significativa visita” ao periódico que, registrada na primeira página e ilustrada por foto de Marcelo

²²⁶ *Correio do Estado*, 4 set. 1968, p. 2.

²²⁷ *Correio do Estado*, 9 nov. 1968; 31 out. 1970.

²²⁸ *Correio do Estado*, 19 e 21 set. 1973; 26 e 27 jan. 1974, p. 1.

Miranda, daria “por encerrado o caso recentemente provocado por parte de elementos irresponsáveis daquela empresa” que invadiram o prédio “em hora que não havia nenhuma pessoa capaz de reagir, com autoridade contra procedimento indevido [...]”. Encerrado o caso, pouco depois, tornar-se-ia a CEMAT uma das principais anunciantes do jornal que, por edições seguidas, veicularia em sua primeira página propagandas elogiosas ao órgão estadual, sempre referenciadas pelo título “A CEMAT em Campo Grande”, o que não evitaria, porém, o retorno das críticas à empresa ainda em novembro daquele ano.

Em 1980, próximo à inauguração do primeiro canal de televisão do Grupo Correio do Estado, registrar-se-ia um retrocesso: “Falta energia, CE para: providências são morosas”. O jornal daria conta de ter um inesperado corte de energia, com a duração de 50 minutos, prejudicado “sensivelmente todo o esquema de elaboração” do *Correio do Estado*. Situação que acontecia “com uma normalidade impressionante” devido à pane de um transformador, o problema ainda persistente já no novo estado, seria reportado à ENERSUL (Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul), apontada como possuidora de “um atendimento muito moroso”. A edição imediatamente posterior ao registro da reclamação, uma quarta-feira, propagaria “MS terá energia farta só a partir do final de 1981 [...] o que não é bom para o Estado”. No entanto, já na quinta-feira de manhã, conforme publicado na edição de sexta, a ENERSUL resolvera “pela implantação de um novo transformador”, instalando “um transformador de 75 KVA em frente ao *Correio do Estado*, para atender basicamente” a empresa. Seria necessária, ainda, a troca do poste pelos técnicos da TELEMA. Entretanto, oportunamente, todo o trabalho seria realizado em poucas horas.²²⁹

Entraves homéricos ocorreriam também entre o *Correio do Estado* e a polícia de Campo Grande e desde 1956 publicar-se-iam notícias nos termos: “*Correio do Estado* e o sr. Subchefe de polícia”; “Campo Grande precisa de colaboração de todos para resolver o angustiante problema de falta de policiamento!”, “Abaixo o Nhô Gonça” (Major Benedito de Paula Corrêa) o “delegado de Polícia mais esquizofrênico que Campo Grande já teve em toda a sua vida de município”, que proibira o fornecimento de notícias diárias para as Notas Policiais do jornal, fechando as portas da repartição à reportagem; “Violência no interior da Delegacia – A Imprensa Campograndense protesta contra a vergonhosa atitude policial que feriu um repórter (do *Jornal do Comércio*) e prendeu outro (da Rádio Rural) - Pedida a abertura de inquérito ao chefe de polícia do Estado”, caso que renderia nota de protesto da

²²⁹ *Correio do Estado*, 5 e 8 ago. 1970; 2 e 4 jul. 1980.

Associação Brasileira de Imprensa assinada por seu presidente, Herbert Moses²³⁰; por exemplo.

A relação do *Correio do Estado* com as delegacias e os delegados de polícia (regional e municipal), pode ser contada entre os intermináveis problemas do diário. Se no início de 1965 pedia-se “apoio, colaboração e encorajamento” à polícia que deveria ser “prestigiada pela população”, em julho de 1966 a principal manchete da primeira página já seria “Delegado Regional Quer Silenciar *Correio do Estado*”. A notícia dava conta de que “a fim de amordaçar a imprensa, principalmente o *Correio do Estado*”, o regional determinara que noticiário policial para divulgação tinha de ter o seu visto, determinação não obedecida pelo diário, levando o delegado a instaurar inquérito em torno de notícia publicada e a endereçar ofício ao jornal na pessoa de seu diretor que, conforme a publicação, comparecera no dia e hora marcada não sendo, porém, recebido pelo delegado.

As principais denúncias contra a delegacia de polícia giravam em torno do “regime de violência, de chibata, de chicote” denunciado não só em Campo Grande. A situação seria aparentemente resolvida no início de setembro, com a troca do delegado regional, marcando a reabertura das portas da delegacia à imprensa, assim, comemorava-se: “felizmente essa fase ditatorial está superada” estendendo-se os votos para que também fosse “superada a fase das sevícias e da chacina de presos.” Em março de 1967, no entanto, seria retomada a campanha contra a polícia campo-grandense, afirmando-se em editorial ironicamente denominado “Cidade Feliz”, que o município, “policialmente falando”, transformara-se num “paraíso”. Nos dias seguintes, após relatar mais um crime policial, esclarecia-se “Campo Grande transformada em Paraíso De Ladrões”. Com o agravamento da crise policial na cidade, o *Correio do Estado* produziu e divulgou arte que, apresentando o contorno do mapa estadual, trazia dentro deste uma mão com o dedo apontado para frente e os seguintes dizeres: “Você pode morrer hoje matado pela Polícia CUIDADO!”²³¹

Neste contexto, em setembro publicou-se “Carta ao Delegado Manoel Carlana”, responsável por publicações policiais “num jornal da cidade”. A redação, signatária da carta focalizando a Polícia campo-grandense, afirmava que, a partir dos lidos, podia se convencer que na Delegacia e em toda a sua jurisdição, a teoria estava completamente divorciada da prática, já que o delegado atribuía a si mesmo e aos policiais sob suas ordens, “um comportamento lindamente cristão quando, na prática, [...] são espancamentos selvagens,

²³⁰ *Correio do Estado*, 10 ago., 14 dez. 1956; 1 jul. 1958; 4 e 11 nov. 1961.

²³¹ *Correio do Estado*, 2 fev. 1965; 29 jul.; 8 set. 1966; 27 mar.; 6 e 8 abr. 1967 e 19 set. 1967.

ferimentos à bala” e até mesmo “assassinato a sangue frio”, para os quais eram citados exemplos. De forma contundente, apresentava-se a Delegacia municipal como “o corpo da guarda de um pelotão de pistoleiros”, que rebaixava “Campo Grande à condição de cidade sem lei”, por fim, se relembriava o fato de que a cidade estava empenhada na campanha pró Universidade Federal e, “mais do que nunca, [...] [precisava] provar que é civilizada, ordeira e amante do Direito, já que é indiscutível o seu apego à instrução. Não venha a polícia, com as suas violências, com os seus crimes nefandos, barrar as nossas pretensões [...] a Universidade”.

Dois dias depois, o *Correio do Estado* reproduziria a petição do jornal *A Luta Matogrossense* por uma polícia armada apenas com cassete “para evitar repetições de cenas como os últimos acontecimentos” registrados na cidade. Igualmente, noticiaria a retirada de seu repórter da Delegacia de Polícia, atitude tomada após o diretor do diário ser “procurado em sua residência pelo titular da Delegacia de Polícia de Campo Grande [...], que alegou estar o [...] repórter policial servindo de instrumento à Delegacia Regional na luta que ultimamente se verifica entre os dois titulares”. Ainda na primeira página daquela edição, destacava-se, em contraste, a afirmação do comandante da 5ª Região Militar (Curitiba), general Clovis Bandeira Brasil, de que “o Exército brasileiro não é uma casta. É o mais democrático do mundo”²³², posto que os problemas do diário com a polícia em nada afetavam sua relação com o exército nacional.

A situação se manteria ainda na década de 1970, verificável na acusação de que a Polícia escondia notícias “para favorecer um único órgão de imprensa da cidade”,²³³ datando a notícia de dezembro de 1971, portanto, pouco menos de um ano do fechamento do *Jornal do Comércio* e quase três meses após terem sido leiloados os bens de *O Matogrossense*. Levanta-se a hipótese de que o órgão beneficiado, em detrimento do CE, era o novato *Diário da Serra*. Em 1973, uma nota transcreveria os dizeres de um policial que ameaçara de morte um dos repórteres fotográficos do *Correio do Estado*, fazendo com que o vespertino clamasse por uma polícia mais humana para Campo Grande, “uma comuna civilizada”. A foto do policial acusador fora publicada com uma seta identificando-o. Na edição seguinte, o jornal transcreveria os telegramas enviados aos Secretários de Justiça e de Segurança do Estado, ao Delegado de Polícia, ao Diretor do DETRAN, dado ser o acusado um policial de trânsito, e ao Presidente do Sindicato de Jornalistas, na esperança de que o policial fosse identificado e

²³² *Correio do Estado*, 13 e 15 set. 1967, p. 1.

²³³ *Correio do Estado*, 16 dez. 1971, p. 1, 10.

devidamente responsabilizado por sua atitude.²³⁴ Após um período de aparente calma, o vespertino voltaria a se bater com a polícia três anos depois, durante a cobertura do crime mais explorado em suas páginas, o sequestro e morte do jovem Lúdio Martins Coelho Filho, o Ludinho.

O assassinato de Ludinho, filho único do casal Nilda e Lúdio Coelho, causara grande comoção na população campo-grandense. O crime, ocorrido entre os dias 10 e 11 de setembro de 1976, ocuparia com frequência as páginas do diário. Era como se todos os outros assuntos tivessem sido pausados, configurando-se o número do dia 27 na “edição que todos queriam comprar”. Segundo o jornal, “o campograndense queria conhecer os mínimos detalhes da prisão dos sequestradores e conhecer tudo” o que fora possível “apurar no domingo, até a meia noite, quando a edição foi fechada”. Na ocasião, o *Correio do Estado* bateria “o seu recorde de tiragem: 23.575 exemplares foram impressos e vendidos até às 14 horas”, sendo necessário um total de três tiragens diárias. A última, já às 9 horas da manhã, compunha-se de apenas “4 páginas para satisfazer a procura”. Utilizando-se de fotos para confirmar o relato, garantia-se que “o excesso de pessoas que disputavam um *Correio do Estado* era tão grande que ocorreu a invasão da loja e recepção. Na rua 14 de Julho o trânsito ficou congestionado, obrigando dois guardas de trânsito a intervirem para disciplinar toda a confusão.” Os “meninos jornalheiros” saíam no lucro, vendendo a edição, que custava oficialmente 2 cruzeiros, a 5 e até 10 cruzeiros e, segundo o diário, “ninguém recusou-se a pagar porque todos queriam saber, a qualquer custo, os detalhes e ver as fotos dos envolvidos no sequestro”.²³⁵

Em maio de 1975, em nova contenda, o delegado de polícia seria acusado de dificultar o trabalho da imprensa e de ter modificado por inteiro o tratamento devido aos repórteres do diário, passando tudo “a ser difícil para o *Correio do Estado*”. O jornal assegurava ainda que, uma vez ferido em sua “missão de bem informar o povo, saberia recorrer a quem de direito”, os superiores do delegado municipal, ou seja, o delegado regional e o Secretário de Segurança do Estado, afirmando-se, por fim, “o Delegado tem sua maneira própria de considerar a imprensa, que, no seu entender, ‘está jogando o povo contra a polícia’, mas acontece que, na realidade, o Delegado teme o ‘jogo da verdade’, preferindo o jogo do bicho...” Inda que se verificando um relacionamento tão imbricado entre a publicação e a polícia municipal, em agosto de 1977, o diretor-proprietário do jornal seria homenageado com a criação da “Sala de

²³⁴ *Correio do Estado*, 19 e 20 jul. 1973, p. 1.

²³⁵ *Correio do Estado*, 13 e 28 set. 1976.

Imprensa e de Advogados J. Barbosa Rodrigues” na Delegacia Distrital do Bairro Cruzeiro. Em seu discurso na cerimônia de inauguração, Barbosa Rodrigues rememoraria: “comecei de baixo, fui aprendendo como se organiza e dirige. Meus filhos foram entregadores de jornais e mecânicos e se firmaram. O *Correio do Estado* é uma casa onde crescemos e firmamos”.²³⁶

No entanto, mesmo após a homenagem, em março de 1978, o CE publicaria “Carta Aberta ao Senhor Governador do Estado”, onde, após acusar os delegados regional e central de “absoluto despreparo para repressão ao clima de insegurança reinante na cidade”, clamava-se por “um policiamento à altura dos reclamos da população” campo-grandense. Em meados de abril, a contenda com o delegado seria aprofundada, o *Correio do Estado* publicaria em primeira página uma foto do regional Irineu Cardinal com a seguinte legenda: “Cardinal não teve nem coragem de falar com a imprensa”. O delegado era acusado de ter iniciado uma verdadeira campanha de perseguição contra a imprensa baixando portaria que limitava a entrada de repórteres na delegacia e estabelecia horários para atendimento dos delegados. A segunda página, onde seria concluída a notícia, trazia uma charge de Cardinal abraçado a uma vaca proferindo a frase: “Oh! Meu bem, só você me entende!”, enquanto que o sapo, mascote símbolo do chargista, declarava: “Pecuarista é fogo!”.

Ainda em 1979, persistiria “o ponto de atrito criado pela Secretaria de Segurança” ao proibir “o ingresso dos repórteres nas delegacias e de qualquer entrevista por parte dos delegados”. A notícia de primeira página afirmava: “Harry quer imprensa livre mas secretário não aceita”. Em 1980, atestando a continuidade do problema, se publicaria matéria intitulada “O que está havendo com a Polícia do novo Estado?” Pouco depois, seria lançada uma campanha publicitária que anunciava: “Está Aberta A Temporada De Crimes. Preparar! Apontar! Fogo!”. O anúncio seria definido como uma atitude de legítima defesa da Agência de Propaganda Auto-Retrato, do *Correio do Estado* e de toda a população sul-mato-grossense.²³⁷

Campanha de menor envergadura, porém, de não menos importância, estabeleceu-se em 1960 contra o contrabando existente em Corumbá, motivo de abertura de processo contra o jornalista J. Barbosa Rodrigues que contaria com a defesa do “ilustre advogado campo-grandense” Dr. Paulo Jorge Simões Corrêa. Após as primeiras denúncias, o assunto seria reapresentado já em manchete provocativa: “Chora bugrada que o pranto é livre – Tribunal de Justiça do Estado concede ‘habeas corpus’ a Jornalista. Decisão que põe paradeiro a insólito

²³⁶ *Correio do Estado*, 28 maio 1975; 6/7 ago. 1977, p. 1, 2.

²³⁷ *Correio do Estado*, 16 mar.; 19 abr. 1978; 13/14 jan. 1979; 14 abr. 1980.

processo promovido pela Promotoria Campograndense”. A provocação, em padrões já conhecidos – “chora bugrada”, “os cães ladram enquanto a caravana passa!”; dirigia-se novamente a *O Matogrossense*. A próxima edição retomaria o assunto e dando conta de Barbosa Rodrigues ter se beneficiado “por unanimidade consagrada”, comprometia-se a mais um retorno ao assunto, “calmamente, historiando os fatos, republicando artigos que já deveriam estar no esquecimento do povo”, a fim de provar “a má fé de certos indivíduos”²³⁸, o que não aconteceria de fato, encerrando-se o assunto com a absolvição do jornalista.

Em 1960, com o findar de mais uma campanha eleitoral, após cumprir seu “dever patriótico em relação aos candidatos” de sua simpatia, o diário abrigaria em suas páginas mais uma campanha: a criação de uma Faculdade de Filosofia em Campo Grande, causa em que se achava empenhada a mocidade campo-grandense com o apoio do prefeito municipal. Assim, em nome dos moços com propensão para o magistério e a fim de melhor preparar as gerações vindouras “para servirem à pátria e à sociedade”, o *Correio do Estado* assumiria esta “outra frente de luta, igualmente patriótica, mas de cunho nitidamente campo-grandense”. A campanha atingiria maiores projeções no ano de 1962, tendo acrescido em seu objetivo a criação da faculdade de odontologia.

Desta forma, em outubro de 1962, o jornal estamparia: “A cidade mais alfabetizada do Brasil exige a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia – com sede em Campo Grande”. A prática se tornaria comum durante todo aquele mês, sendo as próximas edições, de igual maneira, veiculadas com uma caixa de texto no topo da primeira página, trazendo as mais diversas justificativas para a criação da Faculdade que beneficiaria “Campo Grande, em particular, Mato Grosso, em especial”, como “as esplendidas manifestações de simpatia de nosso povo pró criação da Faculdade” que serviam de “atestado vivo de sua maturidade intelectual”²³⁹, por exemplo. Em fins de agosto de 1963, com destaque, anunciava-se: “Criada A Universidade De Mato Grosso Notícias Procedentes de Brasília Informam Que o Sr. Presidente da República Sancionou, Ontem, a Lei Que Cria a Universidade de Mato Grosso”, com a criação das faculdades de filosofia e odontologia, a partir do ano de 1967 a Universidade Federal constituiria motivo de outra campanha promovida pelo *Correio do Estado* que preencheria suas páginas com editoriais e manchetes, para além da própria “Coluna Universidade em Marcha”, sempre apresentada na primeira página.

A pretensão campo-grandense por uma universidade justificava-se em razão de ser Campo Grande, segundo o jornal, “um dos maiores centros educacionais do interior

²³⁸ *Correio do Estado*, 9 e 11 abr. 1960, p. 1.

²³⁹ *Correio do Estado*, 4 out. 1960; 15, 17 e 20 out. 1962, p. 1.

brasileiro”. A campanha que saía “do intramuros das Faculdades” ganharia as ruas e as páginas dos jornais chegando ao Congresso Nacional, e receberia ampla cobertura do *Correio do Estado* que não pouparia adjetivos engrandecedores para classificar as mobilizações em torno da causa. Em junho, seria registrado o pedido de apoio ao governador, o telegrama assinado pela “Juventude estudiosa sul” constituía “veemente apelo” a Pedro Pedrossian para que se reconhecesse que Campo Grande, “sem favor algum”, reunia maiores condições para fundação de ensino universitário. Mais uma vez, centrar-se-ia a disputa no dualismo Campo Grande X Cuiabá, e o *Correio do Estado*, que “modéstia à parte, [...] engajou-se no movimento”, sem jamais esconder seu posicionamento, destacaria os méritos da Cidade Morena: o maior núcleo demográfico do estado, o maior colégio eleitoral, e o mais adiantado centro educacional do Mato Grosso.

A instalação de uma Universidade Federal em Campo Grande era igualmente anunciada como “a redenção cultural” do Gigante Mato Grosso, e a permissão ao povo mato-grossense para uma “arrancada definitiva para o progresso”. No mês seguinte, amalgamando as causas da Universidade e da Divisão, “um Observador”, após apontar as diferenças das duas cidades, com destaque para a pujança de Campo Grande, “cidade cosmopolita”, afirmaria haver manifestações estudantis em ambos os locais, para além do fato de que na “velha capital tricentenária” até as repartições federais haviam entrado na liça, de forma que toda correspondência saía de Cuiabá ou com passagem pelo correio de Cuiabá recebia “um carimbo falando da reivindicação da velha capital”²⁴⁰ pela direito de sediar a universidade.

Após um arrefecimento da campanha, em maio de 1969 o tema retornaria à pauta. No editorial “Universidade em Marcha” se revelaria o interesse de Corumbá em sediar a Instituição, cabendo a decisão a “quem de direito”, o Presidente Costa e Silva, ante ao que se recomendava: “Se Campo Grande for escolhida para sediar a Universidade, não se leve o caso à condição de demérito ou desprestígio para as demais cidades e a própria capital do Estado”, pois, o mais importante, “para a família mato-grossense era a criação da Universidade”. Ainda que a decisão coubesse unicamente ao presidente, dias depois, em novo editorial apresentando “dois dados muito convincentes”, se afirmaria não restar dúvidas de que Campo Grande, embora não sendo a capital do Estado, reunia “melhores condições para sediar a Universidade” por ter “o maior número de estabelecimentos de ensino, a maior população primária, secundária e superior”.

²⁴⁰ *Correio do Estado*, 30 maio; 15 e 22 jun.; 30 ago. e 5 set. 1967.

Em agosto, após reunião de Pedrossian com o presidente, divulgar-se-ia: “Universidade de Mato Grosso: instalação será em 1970”, o *Correio do Estado* incitaria à calma e tranquilidade, seguro de que o presidente Costa e Silva colocaria a sede da Universidade Federal de Mato Grosso em Campo Grande, podendo, “portanto, assim os universitários como os seus aderentes, começar a repetir o ‘slogan’: A Universidade É Nossa!” Mais uma vez, revelar-se-iam falíveis as garantias do diário, que em 31 de outubro, teria de anunciar: “Universidade Federal será sediada em Cuiabá”.²⁴¹ Campo Grande, no entanto, por decreto governamental, se tornaria, em fins de janeiro do ano seguinte, sede da Universidade Estadual de Mato Grosso e, “para regozijo de toda a população campograndense, bem como de todo o Sul do Estado”, em novembro de 1970 seria divulgada a íntegra do Decreto nº 1.072, assinado em Cuiabá pelo presidente Médici, autorizando o funcionamento da Universidade em Campo Grande.

A edição do dia 26 de novembro estamparia na primeira página: “Instalada a Universidade Estadual”, fato ocorrido na noite anterior. A matéria que preenchia quase toda a página, traria o clichê de uma “fotomontagem” que destacava as figuras do Ministro da Educação Jarbas Passarinho e do Presidente Emílio Garrastazu Médici, e exibia ao “centro, a funcional sede da Universidade Estadual de Mato Grosso”. A 10 de dezembro seria sancionada a Lei de criação da Universidade Federal de Mato Grosso em Cuiabá, configurando a Estadual em Campo Grande, “A 1ª Universidade de Mato Grosso”, conforme orgulhosamente distinguida pelo diário. Pouco depois de assinado o decreto presidencial, o *Correio do Estado* afirmaria em nome dos campo-grandenses e mato-grossenses bastar a “Universidade para consagrar o governo realizador do ilustre filho de Miranda”, que, com a “Universidade: Obra Consagradora de Um Grande Governo”, fizera “muito para que Mato Grosso deixasse de ser terra de índios e jacarés”,²⁴² gerando nos campo-grandenses a expectativa de que, uma vez terminado seu mandato de governador, Pedrossian assumisse a prefeitura da Cidade Morena.

Ainda no início de 1975, o *Correio do Estado* publicaria uma série de editoriais, divulgando, seguidamente, quatro artigos denominados “Justiça e Imprensa”. O primeiro deles, publicado na edição de 8/9 de fevereiro, lamentava o fato de que “a imprensa campo-grandense, sempre pronta em colaborar com a justiça”, estivesse “sendo impedida de cumprir o seu trabalho dentro do Fórum Local”. Segundo o diário, uma das autoridades judiciárias

²⁴¹ *Correio do Estado*, 14 maio; 18 ago.; 2 set. e 31 out. 1969.

²⁴² *Correio do Estado*, 31 jan.; 6, 7, 26 e 30 nov. e 19 dez. 1970, p. 1.

sediadas em Campo Grande parecia “ter receio que os representantes credenciados da imprensa” se aproximassem “do altar da Justiça”, após reafirmar seu apoio a esta e, questionando a “inexplicável ojeriza – que até parece doentia – contra órgãos de informação”, finalizaria o redator: “Se é aconselhável não brigar com a Justiça, aconselhável é, também, não se entrar em atrito com a imprensa”. Já no dia 13 transcrever-se-ia - “na íntegra, sem nenhum comentário” adicional, a fim de não “manter polêmica com o signatário do mesmo, apesar das motivações nele contidas”; ofício assinado por Milton Malulei – Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, e endereçado ao diário, na figura de seu proprietário.

No documento, o juiz acusaria o jornal de estar “mais uma vez usando método invertido de trabalho” para assacar “inverdades contra o Poder Judiciário” da Comarca. Utilizando-se da acusação de uso de “método invertido” por mais três vezes, o juiz assim definiria a prática: “primeiramente noticia o fato da maneira que entende, para, a posteriori, buscar o seu esclarecimento, em que pese a facilidade de que tem esse Jornal de, a priori, falar com um dos seis juízes desta Comarca, para aí então publicar uma notícia mais verídica e mais detalhada”. Ao que, em contrapartida, questionaria o magistrado, “por que essa OJERIZA de falar diretamente conosco?” Ao tratar do “fecho infeliz do artigo”, afiançaria “se o objetivo foi intimidar a qualquer dos juízes desta Comarca, ou até mesmo particularmente a mim, V. As., conseguiu colher formidável decepção, pois não atingiu o seu desiderato.” Encerrando o ofício, o juiz citaria ainda algumas palavras do “eminente jurista Eduardo J. Couture: ‘Da dignidade do juiz depende a dignidade do direito. [...]. O dia em que os juízes tiverem medo, nenhum cidadão poderá dormir tranquilo’”.

O terceiro dos artigos homônimos seria dado a conhecer no dia seguinte, quando o *Correio do Estado*, propondo-se a “fazer alguns reparos e dizer algo a respeito da longa [...] contestação ou resposta daquela eminente autoridade judiciária”, reproduziria trechos do ofício para, a seguir, contestá-los. De forma que se afirmaria, “pelo que entendemos da longa e insultuosa resposta, o ilustre Juiz quis colocar o Poder Judiciário em choque, contra este diário, pois o que fizéramos foram reparos à conduta de um Juiz contra o pessoal que representava a imprensa”, assim, após ressaltar a diferença entre “um Juiz” e o “Poder Judiciário”, garantiria ter-se dito “apenas verdade”. Verdade que expressava a “revolta contra a pouca atenção dispensada à imprensa, ou seja, o *Correio do Estado* e a Rádio Cultura”. Usando de ironia, o redator refutaria ainda o uso do termo “método invertido”: “francamente, não conhecemos, em Metodologia, tal expressão, pois se é invertido, deixa de ser método. A insistência do Magistrado nos deixa meio preocupados... mas o problema não é nosso”.

Advogando sua postura, o CE afirmaria permanecer “em nível elevado”, não tendo feito “ataques, nem mesmo velados”, tendo descido “um pouco” para colocar-se “no plano escolhido pelo autor do ofício”. Rebatendo o apelo do juiz ao cumprimento da lei que obrigava a publicação do ofício, declararia o jornal que a Lei não dava direito, a ninguém, “de extravasar a sua bÍlis, fazendo afirmações ofensivas como as contidas no ofício” recebido e divulgado, “o ilustre Magistrado” seria ainda acusado de ter se excedido “nos termos da sua resposta procurando um meio de, como que reforçando sua defesa falha, apelar para aquilo que o povo inculto chama de ignorância...”. Por fim, seria a vez do diário citar Couture, desta forma, parafraseando o jurista, afirmar-se-ia: “O dia em que o CORREIO DO ESTADO tiver medo, nenhum cidadão poderá dormir tranquilo”.

O último dos quatro artigos seria publicado no dia 19, e, redigido já em outro tom, exibiria o texto da petição encaminhada “a S. Exa., o MM. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara” da Comarca, cujo teor constituía “a explicação em atenção à notificação formulada pelo MM. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal”. Procedendo, o *Correio do Estado*, representado por seu diretor José Barbosa Rodrigues e seu advogado José Couto Vieira Pontes, signatário da petição, “com todo o acatamento”, a uma explicação dividida em três partes. Desta forma, feita a introdução, justificar-se-iam as escusas, 1: “não laborou o suplicante com o propósito de ofender a dignidade de S. Excelência”, que, com base na “acuidade cultura e o sentimento de justiça de que é possuidor”, era convidado a compreender “que a luta e o fragor do cotidiano na imprensa conduzem muitas vezes o jornalista ou escritor a caminhos em que a construção semântica [...] conferem ao texto uma realidade objetiva nem sempre vinculada ao potencial subjetivo ou volitivo do autor”. Por isso, dado o comparecimento de “dose elevada de emoção”, ter-se utilizado de termos que “infelizmente” ganharam “fisionomia [...] [e] coloração tão lamentável de ofensa à pessoa da digna autoridade jurídica”; 2. Portanto, passado “o calor em que embalaram as expressões dos textos anexos, revistos os termos, reconsideradas as ações, refeitos os gilvazes das emoções”, suplicava-se ao juiz que, “na condição humana”, considerasse “erros e excessos”, sem que isso importasse “em pusilanimidade de sua parte”.

Finalmente, 3. Alegando sua “condição humana em sua faceta mais elevada e comovedora”, o “suplicante” *Correio do Estado*, ansiava que fossem “satisfatórias as suas explicações, e, em razão delas”, se dignasse V. Exa. a “encaminhar a Sua Excelência o MM Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, Dr. Milton Malulei, as sinceras escusas, certo de que o digno magistrado” compreenderia “os sentimentos do suplicante”. Pedia-se, por fim, ao

“Juiz [que] é o direito tornado homem”, alegando confiança em seu “espírito de justiça e equidade”, que aceitasse “a indefectível escusa”, e o requerimento, “mui respeitosamente” formulado pelo suplicante a que fosse “excluída qualquer ação penal contra o jornal ‘*Correio do Estado*’”, que, por meio das justificativas supracitadas, pedia o deferimento.²⁴³ Por não se ter localizado nenhum retorno ao assunto, crê-se ter sido o diário atendido em seu pedido.

Todas as campanhas encetadas pelo *Correio do Estado* possuíam um fio condutor comum: “os superiores interesses de Campo Grande”, definida como menina dos olhos,²⁴⁴ constituindo as campanhas etapas indispensáveis para a consecução do objetivo maior do periódico, a divisão de Mato Grosso e consequente ascensão da Cidade Morena à condição de capital do estado a ser criado. O divisionismo não será, portanto, apenas mais uma das campanhas do periódico, mas sim o fundamento de todas as demais campanhas dentro do periódico. Sob a direção de Barbosa Rodrigues, o *Correio do Estado* passara a promover e advogar a transformação da porção sul em um estado independente, assunção capaz de alçar a publicação à condição de grande jornal, posto que editado na capital de um grande estado. Conforme a biografia do fundador do grupo, a decisão de permanecer em Campo Grande se dera em virtude das potencialidades antevistas na cidade, Barbosa Rodrigues compraria e, fomentaria com seus canais, o discurso do progresso da região com potência de ser estado, posto que já concentrava características sobrepujantes ao todo, abrigando a pretendida capital natural.

Neste sentido, o diário relacionaria, por vezes, os progressos de Campo Grande e Mato Grosso ao seu próprio. Desta forma, asseguraria alimentar “desde o seu lançamento, o sonho de ser *um grande jornal*, um órgão de imprensa capaz de espalhar a *grandeza de Campo Grande* e o espírito progressista do seu nobre povo. [...] *um grande jornal a serviço* da ‘Cidade Morena’ e *de Mato Grosso*.” (Grifos nossos). Em publicação de 1965, afirmar-se-ia: “progredimos ao compasso do progresso de Campo Grande, nosso berço, nosso campo de lutas, razão de ser do retemperar das nossas energias para os combates presentes e futuros”. Desta forma, o *Correio do Estado* apresentava-se, ainda que interessado “por todos os problemas nacionais”, como tendo a Mato Grosso, principalmente Campo Grande, como alvo maior de seus interesses.

O afã regionalista da publicação faria com que fossem frequentes as publicações de provocações advindas das constantes comparações entre Campo Grande e Cuiabá, sobretudo

²⁴³ *Correio do Estado*, 8/9, 13, 14 e 19 fev. 1975, p. 2.

²⁴⁴ *Correio do Estado*, 31 dez. 1964, p. 1.

nos sempre explorados aspectos da arrecadação tributária e contagem populacional. Conforme exemplificado pela publicação dos dados do censo de 1950, expostos nos seguintes termos: “acima da Capital, porém [...] Campo Grande” - que a época se encontrava com 57.033 contra 56.204 habitantes de Cuiabá. Situação mais pontualmente observada com a divulgação do censo de 1970, quando em primeira página divulgar-se-ia “Cuiabá Tem 100.765 Habitantes”, tão somente para publicar-se no dia seguinte: “Campo Grande tem 136.795 habitantes.” Havendo, ainda, uma recontagem que acrescentaria 2497 habitantes a Cuiabá e atualizaria o número de campo-grandenses para “143.151 almas vivendo, lutando e colaborando para o progresso da *maior cidade da Noroeste e a mais desenvolvida de Mato Grosso – Campo Grande*” (grifos nossos), números que a elevavam a condição de uma das grandes cidades do interior do Brasil superando até mesmo algumas capitais²⁴⁵, para além de Cuiabá, figuravam na lista as cidades de Florianópolis, Vitória, Porto Velho, Macapá, Rio Branco e Boa Vista.

Campo Grande despontava como “a cidade mais populosa do estado e já ocupava a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso”, possuindo, inclusive, uma arrecadação tributária superior à da capital mato-grossense (BITTAR, 1997, p.151). Cuiabá, em parte por seu distanciamento com relação ao poder central e por suas dificuldades de acesso, acabaria por se tornar uma capital isolada dentro do próprio estado. Porém, a despeito desta crise econômica e de representatividade, permaneceria como centro político e administrativo estadual, mantendo assim sua “influência direta sobre os órgãos públicos em benefício de grupos ou clãs a ela relacionados” (CORREA, 2013, p.21). Os anos de 1950 seriam também marco da chegada da rodovia a Campo Grande que, com seu trajeto concluído somente na década seguinte, reduziria ainda mais as distâncias entre paulistas e mato-grossenses do sul. Fundado em 1954, o *Correio do Estado*²⁴⁶ nascera, portanto, numa Campo Grande com uma população total de mais de 57 mil habitantes²⁴⁷ que, combinando abertura de vias de acesso e riquezas naturais, começava a centralizar na região sul as principais atividades políticas e econômicas do Estado.

Desde o início dos anos 1940, Campo Grande já se apresentaria como uma cidade progressista com potencial de crescimento, tendo Cuiabá começado a perder espaço e uma efetiva condição de liderança já durante a Primeira República (1889-1930), quando a

²⁴⁵ *Correio do Estado*, 7 fev.; 13 out. 1956; 7 fev. 1963; 6 fev. 1965; 27 e 28 out.; 12, 24 e 25 dez. 1970.

²⁴⁶ O *Correio do Estado* de Campo Grande “é o terceiro jornal [do estado] a circular com este nome. O primeiro circulou em Corumbá no dia 12 de maio de 1909 e tinha como proprietário Francisco Branco. [...]. O segundo jornal com o nome de *Correio do Estado*, apareceu no dia 04 de novembro de 1920 em Cuiabá. Era órgão do Partido Republicano Mato-Grossense” (ZANATTA, 2006, p.4).

²⁴⁷ A população urbana era de 33.254 habitantes e a rural era de 23.779, perfazendo uma população total de 57.033 habitantes. Fonte: IBGE – Evolução da população segundo os municípios – 1872/2010.

atividade pecuária desenvolvida no sul do Mato Grosso substituiu a antiga e devastada economia mineradora praticada na capital. Campo Grande teve seu desenvolvimento ainda impulsionado pela proximidade com os grandes mercados consumidores, proporcionada, sobretudo, pela instalação da ferrovia que ligou o sul-mato-grossense aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, favorecendo a interação aos acontecimentos políticos e incentivando o trânsito de dispositivos econômicos e, até mesmo, de informações entre as regiões, fosse pelas viagens mais rápidas ou pelos jornais do eixo Rio-São Paulo que chegavam com maior frequência. Na medida em que se aproximava dos centros econômicos e dos grandes mercados consumidores do país, Campo Grande se distanciava gradativamente da capital do estado, transformando-se já no pós-guerra em importante polo comercial e capital econômica do sul de Mato Grosso.

Em folheto do Rotary, reproduzido todo em negrito, o jornal transcreveria os seguintes dizeres: “Campo Grande É Um Milagre De Deus Realizado Em Pleno Sertão De Mato Grosso”. Barbosa Rodrigues iria além, cognominando-a, por fim, de “Campo Grande, meu amor”, título de um seu livreto com primeira edição no ano de 1978, logo após à divisão do estado, e seis anos após à fundação da “Academia de Letras e História de Campo Grande”, da qual participava juntamente com sua esposa, nas diretorias de imprensa e social²⁴⁸, respectivamente. Em janeiro de 1957 o *Correio do Estado* daria início a uma campanha com a intenção de reconhecer a Cidade Morena “entre os municípios de maior progresso do interior do Brasil” colocando-a “em posição de destaque entre os municípios brasileiros. [...] visando unicamente dar a Campo Grande o título de a Cidade Que Mais Cresce No Oeste!”

Atribuir oficialmente tal título a Campo Grande, por meio do “Concurso dos 10 municípios de maior progresso do interior do Brasil”, significaria a confirmação da titulação defendida pelo diário de “capital econômica do estado”, justificando, portanto, o registro da proposta de J. Barbosa Rodrigues ao “ilustre e empreendedor” prefeito Marcílio de Oliveira que, após conversa com o diretor-gerente, dispusera-se a realizar a inscrição. Somente em 1961, já no “VI Concurso Municípios Brasileiros de Maior Progresso”, certame promovido anualmente pelo IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, em colaboração com a revista *O Cruzeiro*, Campo Grande seria reconhecida “como um dos cinco municípios de maior progresso do interior do Brasil” do ano de 1960. O jornal e o próprio IBAM

²⁴⁸ *Correio do Estado*, 23 jun. 1956; 8 mar. 1972; 31 dez. 1973.

teceriam elogios à administração municipal, que, já a cargo do ex-colaborador e amigo Wilson Barbosa Martins, era tida como “uma das mais bem organizadas do País”.²⁴⁹

Em diversas situações, desde 1955, por vezes como título e subtítulo, vez por outra como conclusão de matérias, como quadro fixo e, até mesmo, como suplemento e revista avulsa, o *Correio do Estado* apresentaria o dístico “Isto é Campo Grande!” sempre usado para referir-se a vitalidade do município que assegurava, ano após ano, “a posse do título de Capital Econômica de Mato Grosso”. Título corroborado, sobretudo, pela publicação religiosa das arrecadações da prefeitura e pelas menções constantes ao crescimento populacional e ao aumento de eleitores na cidade, que em 1960 já ocupava o primeiro lugar no estado, números que falavam “por uma metrópole” e que fariam de Campo Grande a estação milionária da NOB nos anos de 1959-1961. Ainda em 1960, o jornal assumiria, como justificativa de seus empenhos propagandísticos, a necessidade de “Mostrar Campo Grande Ao Brasil” e, para tanto, colocar-se-ia como espelho do “progresso alcançado pelo povo campo-grandense”. Assim, seria elaborado, novamente sob o título “Isto é Campo Grande”, um suplemento em cores de 120 páginas, focalizando fatos da cidade, administração municipal, indústria, comércio e pecuária: “O que fizeram _ o que fazemos _ e o que iremos fazer”.²⁵⁰

Ainda como exemplo da contribuição do CE à manutenção das provocações e comparações entre as cidades de Cuiabá e Campo Grande, apresentam-se excertos de crônica escrita pelo poeta cuiabano Carmino de Campos que, denominada “Campo Grande” e publicada inicialmente no jornal da capital *O Estado de Mato Grosso*, seria transcrita na primeira página do *Correio do Estado*:

Campo Grande é um ‘primo rico’ de Cuiabá. A nossa lendária cidade ficou com o encargo de criar os irmãos pequenos, inclusive Campo Grande, mas o rapaz prosperou, teve sorte, parece ganhou na Loteria do Estado. Hoje Campo Grande é um ‘play-boy’: anda de camisa de seda, de blusão futurista e cabelos engomados e com bastante dinheiro no bolso. Ao invés, Cuiabá ficou sempre como a irmã mais velha, carinhosa, descuidando-se até da vestimenta. Mas hoje a velha, tomou juízo, está cuidando de si, pintando os cabelos, com roupagens novas e vaporosas, combatendo as rugas, e a frequentar o *society*.

Campo Grande é igualzinho ao primo rico, passa sorri, pisca os olhos, dá um bom dia alegre e zombeteiro e vai seguindo e cantarolando uma canção em voga. Cuiabá ainda é uma tradição, encontra o amigo, para não tem pressa, dá um dedinho de prosa, recorda atos passados, conta uma anedota, sorri, convida para um guaraná, para uma peixada. [...].

Campo Grande está cada vez mais bonito, mais rico, mais progressista. É uma cidade que honra Mato Grosso. É uma cidade que nos entusiasma, nos

²⁴⁹ *Correio do Estado*, 26 jan. 1957; 8 set.; 27 e 30 nov. 1961.

²⁵⁰ *Correio do Estado*, 23 jan.; 9 e 10 set. 1960 e 4 nov. 1961.

*faz crer no futuro, num Mato Grosso indivisível, unido e forte.*²⁵¹ (Grifos nossos).

Enquanto que o poeta elogiava a beleza e o progresso de Campo Grande frente à tradição de Cuiabá no intuito de perpetrar um “Mato Grosso indivisível, unido e forte”, o *Correio do Estado*, porém, se aproveitaria destas diferenças para apregoar justamente o contrário. No mesmo ano de 1960, em publicação anterior, publicara-se poesia de A. M. Junior que, igualmente intitulada “Campo Grande”, apresentava a opinião do poeta sobre a cidade: “Ao labor desta urbe que cresce dia a dia, / E a seus filhos que com fé e galhardia, / A projetaram no cenário nacional/ Aqui fica minha humilde homenagem/ Quem impressão teve, quando de passagem, / *De Mato Grosso, ser Campo Grande a capital*”²⁵² (grifos nossos). A opinião de A. M. Junior seria endossada pelo diário que, frequentemente, se gastava em elogios para a Cidade Morena em oposição à “eterna capital”.

Corroborando Antônio Gramsci, Paulo Sérgio Pinheiro, em obra de Capelato e Prado (1980, p.11), reafirma poderem ser desempenhadas as mesmas funções tanto por um partido político, quanto por um jornal, que muitas vezes opera “como uma força dirigente ou orientadora superior aos partidos, propriamente ditos, e às vezes reconhecida como tal pelo público”. É justamente desta forma que Bittar (2009I, p.18; 25) define o *Correio do Estado*, “uma espécie de partido ideológico da divisão de Mato Grosso”, ou ainda, como aquele que fizera “as vezes de um partido político defendendo a divisão do Estado”. O CE se manifestaria favoravelmente à divisão do Mato Grosso pela primeira vez já em fevereiro de 1957. A primeira notícia neste sentido falava, inicialmente, sobre a criação do Estado do Tapajós. A nota transcrita do *Correio da Manhã* afirmaria que a população de Santarém, “uma das cidades mais prósperas do Pará” encabeçava “o movimento libertador” que ganhava vulto dia a dia.

O que no dia 25 se apresentou como uma nota tímida no canto direito inferior da primeira página, no dia seguinte se transformara em uma das principais notícias desta. Assim, no meio da página, dispunha-se: “Movimento pró criação de novos Estados – A vasta região do Tocantins, no Norte Goiano, quer se transformar em Estado”. O editorial que, tendo como pano de fundo um grande movimento autonomista desenvolvido na região Norte do estado de Goiás, visando a criação do Tocantins, revelaria igualmente a opinião do *Correio do Estado*: “pelo menos em estado latente, pode-se dizer, que *é vontade unânime* do Sul do Mato Grosso,

²⁵¹ *Correio do Estado*, 19 jul. 1960, p. 1.

²⁵² *Correio do Estado*, 27 fev. 1960, p. 4.

transformar-se em Estado de Mato Grosso do Sul”. O jornal ancorava suas esperanças no “Povo Brasileiro” que, uma vez enfrentando o problema com o “*interesse e a importância*” que merecia, sem dúvidas apoiaria a criação do estado do Tocantins, “*pois lá como cá*, o abandono de certas regiões do Estado são uma constante que resulta da precariedade dos recursos, quer de Goiás, quer de Mato Grosso”.

Por fim, o *Correio do Estado* oferecia simpática acolhida e “solidariedade distante” à causa goiana “porque somos dos que acreditam, que um dos problemas maiores da Nação Brasileira, seja o da sua redivisão territorial, de tal forma que uma vez realizada, não mais existem Estados como o nosso, ou o Amazonas, com território equivalentes aos da França, Alemanha e Itália”. Já se integrando à campanha, o diário afirmaria que esta se desenvolvia “sob os melhores auspícios”, maiores do que “*qualquer regionalismo em relação ao resto do Estado*”, muito pelo contrário, eram “*os superiores interesses da região*” que impeliavam seus habitantes na “*luta pela autoadministração*”²⁵³ (grifos nossos). O diário acabaria se contradizendo em períodos posteriores, de acordo com a tônica dos momentos vividos durante a trajetória divisionista, que só alcançaria seu fim exatos 20 anos após esta primeira manifestação do *Correio do Estado*.

2. 2 – A trajetória divisionista do *Correio do Estado*

Diversos autores, destacando-se entre eles Alisolette Antônia Weingartner dos Santos (1995), Paulo Roberto Cimó Queiroz (2006) e Marisa Bittar (2009), por exemplo, vão de encontro à afirmação do *Correio do Estado* de se configurar a divisão numa “vontade unânime do Sul do Mato Grosso”, afirmando categoricamente nunca ter havido um consenso total, verificando-se divergências mesmo entre os grandes proprietários de terra, primeiros idealizadores da cisão nos idos de 1890. As diferenças entre norte e sul do Mato Grosso aparecem já em sua colonização, posto que as regiões receberam influências distintas, o que desde sempre gerou conflito de interesses entre as partes. A descoberta do ouro em Cuiabá direcionou para esta “lavradores sem-terra ou sitiante que vendiam suas possessões para tornarem-se ‘pequenos fazendeiros’”. Para o sul destinaram-se os já pequenos fazendeiros de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná que se tornariam grandes proprietários e, “de fato nenhuma atividade econômica foi capaz de integrar o Norte e o Sul de Mato

²⁵³ *Correio do Estado*, 25 e 26 fev. 1957, p. 1.

Grosso” (CORREA, 2013, p. 16). Bittar (2009, p.16) resume esta situação da seguinte maneira:

Determinantes socioeconômicos e políticos distintos; distanciamento do sul em relação à capital do Estado; falta de comunicação eficiente entre as duas regiões do Estado, bem como o sentimento de não pertencer “a Cuiabá”, além do controle da burocracia pelo norte, foram fatores que propiciaram o nascimento de ideais divisionistas no sul. Na verdade, tão logo se consolidou o povoamento branco naquela região, teve início o regionalismo, de tal forma que as raízes históricas da divisão de Mato Grosso aí se encontram.

A partir de 1914, Campo Grande seria beneficiada com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que, atravessando todo o Sul do estado, ligava São Paulo a Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Ao estabelecer “a transferência do eixo econômico Cuiabá – Corumbá, através do rio Paraguai, para Campo Grande – São Paulo”, a ferrovia possibilitou à Cidade Morena a condição de “principal entreposto comercial na região” (SANTOS, 1995, p. 29). A influência de São Paulo sobre o sul mato-grossense foi além da economia, expressando-se, até mesmo, na constituição dos núcleos familiares. Segundo Bittar (2009, p. 39), “desde os tempos da colonização portuguesa, o sul de Mato Grosso esteve mais em contato com o Paraguai, São Paulo e Minas Gerais do que com Cuiabá”.

Durante os anos de 1920, a causa divisionista ganharia espaço nos centros urbanos, com destaque para Campo Grande que, ao se tornar a nova sede da Circunscrição Militar, seria beneficiada pelo diálogo entre militares e coronéis sulistas, gerando uma maior propagação do movimento que se expandiria e tornar-se-ia mais organizado nos idos de 1930 e, contando com a participação de outros grupos sociais, passaria a exercer pressão sobre o governo federal. Quando, em 1932, eclode em São Paulo a Revolução Constitucionalista, motivada pela insatisfação dos paulistas com o governo de Getúlio Vargas, o sul do Mato Grosso, dando nova prova de seu distanciamento com relação ao norte aliado ao poder central, seria o único para além das fronteiras bandeirantes a aderir ao movimento revolucionário. Conforme artigo assinado pelo próprio Barbosa Rodrigues, os “homens de Mato Grosso, cujos feitos contribuíram de forma valiosa no movimento Constitucionalista de 32”, tiveram uma “atuação brilhante e digna de melhor comemoração”, justificando-se a proposição de que o 9 de julho fosse referenciado em Mato Grosso como o é em São Paulo, relembrando “aos matogrossenses o feito admirável dos nossos homens que souberam dizer presente, ao lado de São Paulo, em hora de entusiasmo cívico em defesa da liberdade.”²⁵⁴

²⁵⁴ Correio do Estado, 13 jul. 1968, p. 2.

O então prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins surgiria como líder do movimento civil no sul do estado, e entendia e justificava a participação da região no confronto como uma forma de reconhecimento dos laços históricos existentes entre as regiões posto ser o Mato Grosso um “prolongamento” do estado paulista. Ainda segundo Vespasiano, as principais e mais antigas famílias mato-grossenses “vieram da brava gente paulista, dos bandeirantes que fizeram os limites do Brasil. Foram os paulistas que levantaram as nossas principais cidades. Fomos uma parte de São Paulo” (SILVA, 1996, p.153). Outra razão apontada era a quitação de uma dívida de gratidão para com São Paulo: “Aos Bandeirantes, intemoratos desbravadores dos sertões devemos o que somos. [...] Não há interesse subalterno, não há regionalismo. Estamos juntos com o Estado de onde partiram as bandeiras intemoratas que nos uniram ao Brasil. Com eles estamos e estaremos.” (VALLE, 1996, p. 28).

Embora negando a existência de intenções regionalistas, os líderes do movimento civil de 1932 proclamaram o “Estado de Maracaju”, com capital em Campo Grande, tendo por governador o próprio Dr. Vespasiano Barbosa Martins. Somente em 1963, quando o movimento divisionista já vivenciava uma outra fase, Vespasiano Martins, em nota no *Correio do Estado*, reconheceria a divisão do Mato Grosso como ideia sempre esposada e ainda não abandonada.²⁵⁵ Conforme Queiróz (2005), a existência do novo “estado” que durou apenas 82 dias não fora apenas efêmera, mas também “fantasiosa. O autor “considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham, então, vislumbrado, não necessariamente a ocasião da separação do Sul, mas ‘apenas’ a oportunidade da mudança da capital”. Derrotados pelas forças do Governo da União, não seria de toda inútil a participação dos apoiadores revoltosos do sul do Mato Grosso, criando-se, em fins de 1932, a Liga Sul-mato-grossense, que finalmente representaria a causa separatista em caráter oficial, passando a divisão a ser defendida abertamente através de “vários documentos, incluindo petições ao Governo Provisório e à Assembleia Constituinte”, substituindo-se a oposição armada pela pressão política exercida por meio da sociedade sul mato-grossense.

Mais uma vez adormecido, o movimento ganharia novo fôlego durante a década de 1950, acompanhado por mudanças significativas. A chegada da rodovia ao estado e o apoio da Escola Superior de Guerra e suas regionais das Associações dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra (ADESG) que, tanto em Campo Grande quanto em Cuiabá, voltariam a abordar o ideal separatista que obteria, dentro da Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas, as importantes adesões dos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto

²⁵⁵ *Correio do Estado*, 12 nov. 1963, p. 1.

e Silva. Durante os anos de 1950, políticos sulistas encaminhariam, esporadicamente, e sem sucesso, algumas propostas à Câmara Federal com vistas à transferência da Capital de Cuiabá para Campo Grande, ou de forma mais direta, para a divisão do Estado. Tais projetos, porém, seriam impedidos pela constituição vigente, que instituía a dependência de um plebiscito, de forma que, para o estabelecimento de uma iniciativa separatista, se fazia necessário que os eleitores de norte e sul se manifestassem favoráveis à divisão, o que os nortistas jamais fariam.

O tema da divisão reapareceria no *Correio do Estado* somente em janeiro de 1959, quando quatro notícias publicadas em diferentes edições, revelariam as propostas de união de Mato Grosso a São Paulo e a separação das regiões norte e sul do estado. A primeira, indicada pelo deputado Lincoln Feliciano na Câmara Federal, consistia na “união de Mato Grosso a São Paulo formando ambos um só Estado, nos termos do que permite o artigo 2º da Constituição,²⁵⁶ mediante voto das respectivas Assembleias Legislativas, plebiscito das populações [...] e aprovação do Congresso Nacional.” Conforme a proposta, a cidade de São Paulo permaneceria como capital, mas ambas as partes seriam beneficiadas, “Mato Grosso lucraria – e muito – porque em breve, se transformaria em um grande centro de progresso e São Paulo também lucraria, porque estenderia a sua ação social, política e econômica sobre uma das mais férteis áreas do país”. O deputado, possivelmente, aludindo a 1932, apontava haver “entre as duas unidades da Federação ‘identidade de ideias, de aspirações, de propósitos’”.

Apenas quatro edições depois, sob o título “Divisão de Mato Grosso” se publicariam trechos da entrevista concedida pelo deputado aquidauanense (região sul) Dr. Edison Britto Garcia ao jornal *O Momento*, de Corumbá. O entrevistado, após dirigir críticas ao governo de Ponce de Arruda (PSD) - “o eterno ausente”, questionado sobre a solução para os problemas de Mato Grosso, declararia: “Urge a divisão do Estado em dois governos autônomos. Um para o norte e outro para o sul. [...] o que vemos é um governo feito a prestações. Com um governo só para o norte o progresso seria mais alentador. Do mesmo modo é a situação do sul”. Britto Garcia, alegando fiar-se “no espírito dos novos deputados que acima de paixões puramente

²⁵⁶ Título I – Capítulo I: Art. 2º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas assembleias legislativas, plebiscito das populações diretamente interessados e aprovação do Congresso Nacional. - Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 11 jan. 2018.

regionais” deveriam colocar os altos interesses daquela vasta região do país, comprometia-se a encaminhar “o mais depressa possível” uma proposta para a divisão.²⁵⁷

Pouco depois, J. Barbosa Rodrigues, finalmente, se pronunciaria sobre o assunto. A tratar das “duas notícias sensacionais” que ocuparam as primeiras páginas da imprensa, “principalmente matogrossense”, o diretor classificaria a primeira notícia - fusão entre SP e MT - como “volta ao passado”, enquanto que a segunda – divisão do estado em duas unidades federativas - fazia “reviver movimento considerado superado há alguns anos”. Barbosa Rodrigues que, à época, já era proprietário da publicação, afirmando-se impelido por sua condição de jornalista, manifestava-se em linhas “devidamente assinadas, a fim de resguardar a responsabilidade do jornal”, garantiria não estar ainda traçada a orientação do *Correio do Estado* com relação às referidas propostas. O jornalista acabaria por fim, também não assumindo um lado, afirmando-se apenas “pessoalmente, pela atitude que manda que se dedique maior atenção ao estudo e ao exame das duas ideias”, para se chegar “à conclusão de qual é a que mais de perto nos interessa” ou se ambas deveriam ser rejeitadas.

Ainda em janeiro, o diário daria publicidade ao discurso do deputado Ytrio Corrêa da Costa, um de seus frequentes colaboradores. Referindo-se “à ideia, generosa em seus intuitos” lançada por Lincoln Feliciano, afirmava ter a proposta comovido “o coração dos matogrossenses”, dado correr nas veias do povo de Mato Grosso “o sangue dos bravos bandeirantes paulistas”. Reafirmando não ser a proposta “uma aberração de ordem histórica”, o deputado faria uma contraproposta, dado se fazer necessário ao povo “um longo preparo psicológico para a aceitação dessa fusão que [...] muito beneficiaria o nosso desenvolvimento econômico”; garantiria que, no entanto, a proposta somente assumiria “perspectivas realmente sedutoras se o nosso grande irmão paulista concordasse em que a nossa futura Capital comum fosse construída no planalto mato-grossense”. O deputado asseguraria não ter caído no deserto a proposta de Feliciano que, uma vez cedendo a questão da localização da capital, “estou certo”, afirmava Ytrio Corrêa, “os adeptos do nosso Estado surgirão em massa”.²⁵⁸

Nota-se, por meio da apresentação da contraproposta, que as justificativas para a divisão até então apresentadas, como a grandeza da extensão territorial, as dificuldades de comunicação e acesso ou tão pouco as diferenças geográficas e culturais existentes entre as duas regiões, não constituíam problema maior do que o fato de ser Cuiabá a capital do Mato Grosso. Ex-prefeito de Campo Grande, o Deputado Ytrio Corrêa da Costa, provavelmente,

²⁵⁷ *Correio do Estado*, 16 e 23 jan. 1959.

²⁵⁸ *Correio do Estado*, 27 e 29 jan. 1959, p. 1, 4.

referira-se a esta ao sugerir outra cidade para capital do novo estado. De “movimento superado”, a divisão do estado transformar-se-ia em pauta permanente do *Correio do Estado* naquele ano de 1959, sendo localizadas mais de 40 notícias sobre o assunto. Para legitimar o movimento valia até mesmo a opinião de inimigos históricos como João Ponce de Arruda e Filinto Muller que, segundo o ex-deputado petebista Lício Borralho, eram favoráveis à divisão. Revelando o estado de ânimos, o próprio deputado Borralho tornar-se-ia vítima de represálias por sua manifestação de apoio à divisão, sendo encaminhado requerimento à Câmara Municipal de Cuiabá no sentido de considerá-lo inimigo nº1 da cidade e *persona non grata*, a proposta não obteria êxito e, em defesa do deputado Lício e de si mesmo, afirmaria o *Correio do Estado*: “ser divisionista não quer dizer ser inimigo da eterna capital”.²⁵⁹

O ano de 1959 seria majoritariamente marcado pelo lançamento da candidatura à presidência do “grande estadista, ilustre filho” da cidade²⁶⁰ de Campo Grande, o então governador de São Paulo, Jânio Quadros. Assim, apoiado na possibilidade de vitória do campo-grandense e igualmente ancorado nas representações políticas que, na esfera estadual, contavam com 21 dos 30 deputados e na federal com 5 dos 7 como representantes diretos ou tendo suas bases políticas no sul do estado, o movimento divisionista tomaria novo fôlego.²⁶¹ Em abril, seria fundado em Campo Grande o “Centro Cívico Jânio Quadros”, responsável por lançar a candidatura como “um movimento apartidário e não político”. Concomitante e oportunamente, criara-se também o “Movimento Pró Divisão de Mato Grosso” - MDM que, igualmente apartidário, constituía-se “de destacados elementos da região sul mato-grossense”, e se apresentaria sob o lema “DIVIDIR PARA MULTIPLICAR”.²⁶²

O *Correio do Estado* publicaria, entre janeiro e novembro de 1959, crônicas assinadas, boletins oficiais do movimento, informações pertinentes a adesões e passeatas, bem como transcrições de outros veículos da imprensa nacional que retratavam o assunto, a exemplo de *O Estado de S. Paulo* que, após apresentar a situação e o motivo – “o mesmo”, assim resumiria a contenda: “o filho que atinge a maturidade e reclama a emancipação – embora as palavras sejam outras: ‘o Norte tem por base a exploração do ouro e do diamante e a exploração da borracha; o Sul apoia-se na criação do gado, na exploração da erva mate e da agricultura’”. Afirmando não ter interesse de discutir o assunto nem tão pouco “tomar partido”,

²⁵⁹ *Correio do Estado*, 14 fev.; 31 mar. e 10 abr. 1959.

²⁶⁰ *Correio do Estado*, 13 abr. 1960, p. 1.

²⁶¹ “Falando à reportagem das FOLHAS, próceres do Movimento Divisionista afirmaram que o separatismo está praticamente vitorioso: dos 30 deputados à Assembleia Legislativa mato-grossense, 21 são sulistas e adeptos da ideia. Aprovado o projeto, seguir-se-á um plebiscito, e o Sul conta com população superior ao resto do Estado”. *Folha da Manhã* 18 ago. 1959 In: *Correio do Estado*, 24 set. 1959, p.1.

²⁶² *Correio do Estado*, 10, 16 e 29 abr. 1959.

a folha paulista acabaria por fazê-lo, exprimindo sua opinião ao concluir partir a questão “do princípio perfeitamente lógico de que as grandes unidades federativas terão fatalmente de ser desmembradas, tal como já sucedeu a São Paulo que perdeu o Paraná em meados do século passado”. Por outro lado, garantiria não crer na divisão para aquele momento, dado ser o artigo constitucional que a previa “romanticamente ineficaz. [...] Pela razão de que o Estatuto Político da Nação não favorece movimento algum desse gênero. Haja visto o caso que ocorreu recentemente em Goiás com a criação do Estado do Tocantins”,²⁶³ a história corroboraria o OESP.

Mesmo neste primeiro período marcado pela falta de um posicionamento explícito por parte do jornal, raras manifestações contrárias teriam espaço nas páginas do CE. A primeira delas, um texto do próprio deputado Ytrio Corrêa da Costa que, confessando desconhecer argumentação que o convencesse da “conivência” de dividir o estado, afirmaria não ter dúvidas de que uma vez concretizada a divisão, “os dois Estados nascentes iriam viver em situação de subnutrição financeira e o [...] povo seria duramente sacrificado, não sei porque, nem para que”. Cerca de quatro anos depois, seria a vez do correspondente Ricardo Brandão se manifestar contrário à “mutilação de Mato Grosso”, afirmando não haver “raciocínio humano” capaz de convencê-lo da não existência de unidade entre o sul e o norte. Às razões de ordem econômicas aventadas, o autor empregaria a definição de “infundadas e superficiais. Não se quebra a unidade histórica de uma região com um simples golpe de tesoura”, colocando-se como defensor da tradição e da história pelas quais Mato Grosso deveria zelar, vaticinaria Brandão “as razões que existem para os que pretendem dividir Mato Grosso, são de ordem puramente política. E de uma política inconsequente.”²⁶⁴

No final dos anos de 1950, o movimento incorporaria um novo mote passando a divisão a servir de justificativa propulsora da “grandeza da Pátria comum”, expressão encontrada em diversos textos e manifestos do período, o Movimento Divisionista Mato-grossense e sua bandeira seriam igualmente atrelados à vontade e a aspiração do povo do Sul. Segundo Valle (1996, p. 179), da criação do MDM em 1959 até o ano de 1963, ainda que com pausas estratégicas, a Liga Sul-mato-grossense seguira fundando comitês pró-divisão em toda a região sul. Em maio de 1959, “a pedido”, publicou-se missiva do Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso, que, endereçada a um “Prezado Amigo”, versava sobre a necessidade de serem os representantes da causa na Assembleia Legislativa do Estado “prestigiados pela

²⁶³ *O Estado de S. Paulo* In: *Correio do Estado*, 29 jul. 1959, p. 4.

²⁶⁴ *Correio do Estado*, 6 jul. 1959; 7 dez. 1963.

opinião Pública do Sul”, a comissão responsável julgava desnecessário falar das vantagens da divisão, por já serem bem conhecidas do “amigo [...], um ardoroso partidário da ideia”. Por fim, revelar-se-iam as estratégias iniciais da agremiação:

No sentido, portanto, de se dar forma ao movimento de opinião pública que se pretende criar, foi organizada nesta cidade, uma Comissão Central Provisória, a fim de arregimentar para a luta em todos os Municípios, os amigos da causa, no intuito de transformá-la em realidade o mais breve possível.

Esta Comissão que conta já com nomes da mais alta expressão dos nossos meios políticos sociais, não tem cunho político [...].

É intenção da Comissão, enviar a todos os Municípios, Caravanas para fundarem as Comissões locais pró-movimento, com fim de levantarem os companheiros desses Municípios em favor da Divisão do Estado.

Ainda que genericamente endereçada, a carta não se destinava a um amigo qualquer, mas àquele reconhecido como “baluarte” do município, “e ao que fomos informados, partidário entusiasta da ideia divisionista”, enviada, portanto, na esperança de que este viesse a “formar fileiras” no movimento que traduzia, “sem dúvida, as maiores aspirações dos Sulmato-grossenses”.²⁶⁵ Dentre “os nomes da mais alta expressão” que subscreviam o documento, destacavam-se José Fragelli, Paulo Jorge Simões Corrêa e Martinho Marques que, a partir de então, frequentemente publicaria textos sobre o assunto no vespertino. Ainda que não se declarando nominal e ostensivamente favorável à causa da divisão, o *Correio do Estado* e, conseqüentemente, Barbosa Rodrigues, prestariam sua colaboração destinando espaços para publicação de opiniões sumamente favoráveis, ao anúncio das frequentes adesões e criações de comitês²⁶⁶ no Estado, além da realização da cobertura de eventos tais como as duas passeatas ocorridas em 11 de junho e 22 de agosto de 1959.

A primeira mobilização seria “uma grande passeata popular de apoio e solidariedade”, promovida por “estudantes, carroceiros e charreteiros”, onde “dezenas de veículos” transportariam “cidadãos de todas as condições sociais que, soltando fogos e acenando lenços procuravam dar ao desfile o entusiasmo capaz de contagiar o povo campo-grandense”. Com igual entusiasmo, o *Correio do Estado* anunciaria a segunda “grandiosa passeata de propaganda”, onde “automóveis, caminhões, carroças, bicicletas e demais veículos” percorreriam as ruas da cidade “com o brado da Divisão!”, esperando-se para o dia

²⁶⁵ *Correio do Estado*, 5 e 15 maio; 30 nov. 1959.

²⁶⁶ “Mais de 18 Comitês já foram organizados para a divulgação da ideia divisionista. As Câmaras Municipais de várias comunas sulistas já se pronunciaram, inteiramente favoráveis – tais como as de Dourados, Aquidauana, Bonito, Nioaque, Miranda, Jaraguari, Terenos e C. Grande. [...], outras Câmaras já se preparam para apoiarem o Movimento – Tais como Ponta Porã, Rio Brilhante, Bataguassu, Rio Verde, Camapuã, Corguinho, Rochedo, Maracaju, etc.” *Correio do Estado*, 21 jul. 1959, p. 3.

seguinte um “Comício Monstro [...] com a presença de vários deputados do Sul”. Tais iniciativas tinham por intenção imprimir cunho popular ao movimento, constituindo a passeata “um decidido passo à frente na simpatia do povo” que não negara aplausos aos manifestantes.²⁶⁷

No início de agosto, a comissão do MDM lançaria um manifesto publicado na íntegra pelo diário e, na mesma página, muito provavelmente não por acaso, tinha-se: “Jânio vem aí!”. O manifesto que falava de uma ressurreição do movimento reconhecia a “influência dos fatores econômicos nas origens ideológicas”, sem creditar a estes toda a sua razão: “Não acusamos. Demonstramos. Todo o progresso do Sul é o resultado do esforço do seu povo. A ele é, quase, totalmente estranha a presença governamental, a despeito da poderosa contribuição ao erário estadual [...]. As estatísticas aí estão para comprovação”. Atribuída a problemática situação à “errônea constituição geográfica de Mato Grosso”, afirmaria a comissão responsável: “temos no sul a maior receita pública, a maior população, o maior eleitorado e também o maior desamparo do Estado”. Em termos poéticos, referindo-se à encruzilhada que o destino traçou, o manifesto conclamava a que não permanecessem os sulistas alheios, céticos e indiferentes ao grave problema. Mais uma vez, expressar-se-ia, com confiança, viver-se o momento oportuno para a correção do “erro geográfico” e assim, certos da compreensão dos “irmãos do Norte”, poder-se-ia, por fim, chegar “a solução pacífica da pendência”.²⁶⁸

Os primeiros meses do ano de 1960 fariam parecer que todos os embates e movimentações em torno da causa divisionista, tão latente e predominante no noticiário de 1959, haviam sido dados por encerrados. Após notícia do dia 30 de novembro daquele ano, somente em 9 de abril do seguinte a publicação retornaria, confusa e timidamente, ao assunto. A nota de abril reivindicava o direito de reclame que possuía o estado de Mato Grosso diante do Governo Federal pelos desmembramentos sofridos em seu território, já que destinara o governo indenização no valor de 40 milhões de cruzeiros ao estado do Amazonas pela incorporação do território do Acre ao território nacional. Se até pouco tempo emprestava o jornal as suas páginas aos manifestos separatistas, numa brusca mudança de posicionamento, manifestar-se-ia defensor da integridade do Mato Grosso.

Somente em julho de 1960, numa pequena nota sem destaque especial ou caráter oficial, viria à tona a explicação para o arrefecimento do movimento. Assim, como um dos tópicos da coluna “Novidades”, ressurgiria o tema Divisão sobre o qual se lia: “O sr. Willian

²⁶⁷ *Correio do Estado*, 11 e 12 jun.; 21 e 26 ago. 1959, p. 1.

²⁶⁸ *Correio do Estado*, 10 ago. 1959, p. 4.

Maksoud, vereador e chefe trabalhista, afirmou que o Movimento Divisionista Matogrossense acabou porque o sr. *Jânio Quadros mostrara-se contrário à ideia da divisão de Mato Grosso*²⁶⁹. Desta forma, contrariando as expectativas e para desapontamento dos separatistas, Jânio sentenciaria que “depois de seu Governo, ninguém mais iria pensar em Dividir o Estado” (VALLE, 1996, p. 36). Pouco depois, novamente relegada a uma coluna de pequenas notícias, apresentou-se nova nota sobre o assunto e, mencionando a criação da Guanabara, diria o jornal sentirem-se “entusiasmados” os separatistas mato-grossenses, dado que o fato constituía “mais um precedente” facilitador para a campanha divisionista, que deveria “*renascer em época ‘oportuna’*” conforme fora deliberado. (Grifos nossos).

A primeira página da edição imediatamente posterior à realização do pleito eleitoral de outubro de 1960, antes, portanto, da revelação dos resultados, traria uma nova explicação para o aparente resfriamento da causa separatista. Em texto assinado por José Fragelli, Paulo Jorge Simões Corrêa, Anísio de Barros, Nelson Benedito Netto e Assis Brazil Corrêa, e denominado “AGORA, O SUL”, cobrava-se que os deputados estaduais sulistas votassem definitivamente o projeto de divisão de Mato Grosso. Justificavam os autores do manifesto ser “natural e mesmo obrigatório, que a eclosão da luta eleitoral” que se encerrara, “trouxesse, como aconteceu, uma pausa na campanha **interpartidária** pela Divisão”. No entanto, interpelavam, “agora, cessada a luta partidária, é a vez do Sul, causa acima dos partidos, ou melhor, de todos os partidos. Porque é a *causa de toda uma região [...] pronta para surgir como um novo Estado* no mapa político da nacionalidade, enriquecendo-o”.

Após mais um aparente esfriamento da causa, O *Correio do Estado* - intitulado pelo deputado Ruben Figueiró (BITTAR, 2009, p. 26) “como autêntico porta-voz do supremo desejo dos sul-mato-grossenses, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul”, inspirado pela consagração do Acre como mais novo estado brasileiro, retornaria à pauta divisionista em dezembro de 1962 afirmando continuar latente a ideia da divisão do Mato Grosso surgindo, vez por outra, uma declaração favorável divulgada pela imprensa “com a merecida atenção”. Assim, de forma diagnóstica, o jornal apontaria depender a eclosão da causa, apenas, do aparecimento de um líder.²⁷⁰ O ano de 1963 representaria o início de uma nova fase, um divisor de águas para a campanha separatista, sendo igualmente marco de uma tomada de posição do *Correio do Estado*, de fato, senão como “um partido político” da divisão, conforme afirmara Bittar (2009, p. 25), por certo como ardoroso cabo eleitoral desta.

²⁶⁹ *Correio do Estado*, 9 abr.; 9 jul. 1960, p. 1.

²⁷⁰ *Correio do Estado*, 19 abr.; 4 out. 1960; 4 dez. 1962.

O assunto seria reintroduzido nas páginas do diário. Primeiro, de forma discreta e quase que contraditória, quando em oposição à resolução do Conselho Nacional de Geografia que apregoava uma diminuição da área territorial do Mato Grosso para que Goiás pudesse ser ressarcido do prejuízo territorial de 5.814 quilômetros quadrados que lhe tiraram para a criação de Brasília, o governo federal propunha conceder 23.272 quilômetros quadrados tirados do território de Mato Grosso, gerando a manifestação do periódico em defesa da totalidade do território estadual: “Mato Grosso é grande, mas pertence aos mato-grossenses”. Exigindo um pronunciamento público dos poderes constituídos, finalizaria: “se não dispormos de patriotismo, precisamos, ao menos, mostrar que temos vergonha.” Menos de três meses depois desta discussão inicial, o *Correio do Estado* já afirmaria em manchete na primeira página que a divisão voltava a ser notícia após as “sondagens feitas junto a bancada do PTB, na Capital federal” terem logrado boa acolhida, igualmente advogar-se-ia estar a ideia separatista conquistando espaço na capital do Estado, dado que o Norte seria o maior beneficiado.

A mesma notícia ainda determinaria: “tudo indica que o assunto Divisão de Mato Grosso voltará em breve a ocupar as manchetes da imprensa”. Corroborando as expectativas, o seguinte artigo publicado sobre o assunto seria transcrito da *Folha de S. Paulo*, e o vespertino campo-grandense procederia também à reprodução de notas publicadas em *O Globo*, no *Correio da Manhã*, no *Jornal do Brasil*, em *O Jornal*, no *Correio de Minas*, no *Diário de S. Paulo*, no *O Progresso* de Dourados e no *O Social Democrata* de Cuiabá. Um artigo assinado deste último, transcrito “A pedido”, afirmaria estar a ideia ganhando adeptos a cada instante em Cuiabá, sobretudo por ser o debate “concebido em uma hora de felicidade”, o *slogan* adotado - “Dividir para Sobreviver”, uma paráfrase ao lema sulista “Dividir para Multiplicar”, empolgava a quantos procuravam “estudar o problema, criado há já uns trinta anos pelos nossos irmãos do sul do Estado, para encontrar-lhe honrosa solução”. A causa receberia o respaldo da “novel Sociedade dos Amigos do Norte de Mato Grosso”.

Delfino Mattos, autor do artigo, justificaria a resistência cuiabana à divisão pelo fato de “nos primórdios da campanha separatista”, terem sido estes “ofendidos pelos que, então, no sul de Mato Grosso, chefiavam o movimento divisionista” que tramaram, “na calada da noite, traiçoeiramente, um golpe, esse sim mortal, contra Cuiabá e todo o norte e o Leste mato-grossense – a mudança da Capital para Campo Grande”. A “resistência”, mais à frente denominada de “má vontade”, seria por Mattos assim resumida: “é que os cuiabanos, ofendidos em sua dignidade; não se esqueceram daquelas ofensas e daqueles ultrajes”. Como

sentença final, garantiria o autor: “o Norte e o Leste responderão Sim, isto é, a favor da divisão. Terão os nossos irmãos do sul a mesma coragem cívica? Esperamos que sim, pois, se eles pretendem Dividir para Multiplicar, nós desejamos DIVIDIR PARA SOBREVIVER.”²⁷¹

Dentre as novas estratégias adotadas para a legitimação da causa, estariam as frequentes alegações de apoio nortista e a máxima usual de que seria o norte o principal beneficiado com a divisão, numa tentativa de inverter o discurso da região que se alegava preterida e prejudicada frente ao sul - tese amplamente rechaçada pelo *Correio do Estado*, sobretudo por ser Fernando Corrêa da Costa o governador em exercício. Em agosto, o “Comitê Provisório Pró Divisão do Estado”, estabeleceria a realização do “Encontro Divisionista de Mato Grosso”, de onde, segundo o deputado Edison Britto - “um dos mais ardorosos batalhadores do movimento da divisão”; sair-se-ia “com a divisão do Estado sacramentada”, posto que ninguém poderia resistir “aos argumentos da lógica, do bom senso e porque não dizer do patriotismo”, categórico. Afirmaria ainda: “a nossa vitória se aproxima, mais cedo do que eu pensava”.

Próximo à realização do evento para qual eram esperados cerca de 200 congressistas, seria anunciado o acréscimo de mais duas pautas, multiplicação e anexação. A primeira referia-se á campanha iniciada por Corumbá, “com o possível apoio de Miranda, Porto Murtinho e Ladário, para a criação do Estado do Pantanal”, já sendo o *slogan*: “Sem o Sul nem o Norte. Corumbá como Estado será mais forte” propagado pelas ruas da Cidade. A segunda proposta partira de Três Lagoas, Aparecida do Taboado, Paranaíba e Cassilândia que, “pelas condições econômicas e ligações naturais,” pleiteavam, como solução, uma anexação ao estado de São Paulo. O conclave, para o qual o diário destinara um de seus redatores, constituiria “sessão extraordinária da Associação Matogrossense de Municípios, sob a presidência do Prefeito de Rondonópolis” – uma cidade do norte, Dr. Sátiro Moreira de Castilho. Na segunda-feira, finalizado o evento, propagar-se-ia em manchete na primeira página: “Congresso em Corumbá: Magnífica Vitória Da Tese Divisionista: Sim: 45 – Não: 11” – constituindo dentre os onze, uma abstenção; Corumbá não encontraria receptividade à tese do 3º Estado, que seria retirada.

A “esplêndida vitória” da causa só fora possível por terem os mato-grossenses se unido “sob a mesma bandeira: a divisão interessa ao sul e interessa ao Norte”. Em breve entrevista concedida ao *Correio do Estado*, o deputado Edison Britto resumiria “a magnífica vitória da tese divisionista” como “o primeiro passo concreto para o desmembramento de

²⁷¹ *Correio do Estado*, 15 mar.; 27 abr. 27 jul.; 10 dez. 1963.

Mato Grosso”. Como parte das comemorações, realizou-se ainda no sugestivo dia 15 de novembro, uma “Passeata da Vitória e Comício Pela Divisão do Estado” ou “festa dos divisionistas”, o “convite ao povo” conclamava os divisionistas a ajudarem “a causa, histórica de Mato Grosso”, comparecendo a passeata e ao comício demonstrando com sua presença o desejo pela divisão do estado, propagada como medida capaz de trazer inegáveis benefícios aos dois estados surgidos da Divisão.²⁷²

O clima de apoios e sucesso levaria o deputado Edison Britto a afirmar - em entrevista concedida ao *Diário de SP* e transcrita pelo CE - ter-se como certa a aprovação da Assembleia ao projeto, marcando o plebiscito para 120 dias depois. O deputado endossaria não refletir a votação “nenhum regionalismo. Dos 45 votos a favor 25 são de cidades do Sul, e 20 do Norte. dos contra, 5 são do Sul e 5 são do Norte”²⁷³, provindo a única abstenção também de um município nortista. Durante o congresso realizado em Corumbá, aprovou-se resolução “referente ao desmembramento de grande parte do Estado de Mato Grosso”, documento transcrito pelo *Correio do Estado* em duas ocasiões, primeiro como prévia e depois já em definitivo. A “feliz redação do projeto” coubera ao deputado Weimar Torres, proprietário do jornal *O Progresso*, de Dourados. O anteprojeto subdividido em 14 artigos previa a decisão popular plebiscitária para a criação de um ou dois novos Estados, Mato Grosso do Sul e Estado do Pantanal ou, ainda, pelo não desmembramento.

Em fevereiro de 1964 aspirava-se e tinha-se por certa para o mês seguinte, a aprovação da Assembleia Legislativa ao projeto da Divisão. Porém, no início de março, o *Correio do Estado* publicaria notícia bem diferente da esperada: “Assembleia votará contra a Divisão de Mato Grosso”, a nota propalava não estar a proposta encontrando apoio nos meios políticos tendo-se como certo que a Assembleia Legislativa votaria pela integridade territorial. Contradizendo tudo o que se havia divulgado até então, assegurava o jornal que até mesmo a ideia da realização de um plebiscito para consultar a opinião pública já estava fora de cogitações “em face do indiferentismo e frieza das autoridades estaduais e federais, sobre o assunto”. Pouco depois, ainda em março, o revés do revés, “Divisão: Assegurada a realização do plebiscito”, conquista descrita como “a primeira vitória”²⁷⁴ do Movimento Divisionista. No entanto, projeto, plebiscito e causa seriam, igualmente, tragados pelo agravamento da situação nacional.

²⁷² *Correio do Estado*, 26 e 27 ago.; 9, 15, 25, 26, 28 e 29 out.; 14 nov. 1963.

²⁷³ *Diário de São Paulo*, 30 nov. 1963, in: *Correio do Estado*, 1 nov. 1963, p. 1.

²⁷⁴ *Correio do Estado*, 30 out. 1963; 22 fev.; 2 e 18 mar. 1964, p. 1.

No novo contexto da ditadura militar, permaneceria ainda a divisão do Mato Grosso como pauta do *Correio do Estado*, que se utilizando mais uma vez do expediente das transcrições, traria de volta a temática em março de 1965. O CE publicaria reportagem da *Tribuna da Imprensa*, divulgada “em toda uma página [...] com vários clichês ilustrativos, assinada por Rogério Fabiano”, e originalmente intitulada “Formação de Novo Estado abre luta em Mato Grosso e o subtítulo Economias diferentes mostram o caminho da separação Norte-Sul”. No jornal campo-grandense, o exposto receberia o título “A Divisão do Estado na Imprensa da Guanabara”. A reportagem transcrita “a título de informação” relataria a união das alas defensoras dos nomes Estado de Maracaju, “ala mais velha e saudosista” e Mato Grosso do Sul, os mais jovens. As facções, no entanto, unir-se-iam para lutar contra o senador Filinto Muller que não permitia “sequer qualquer conversa a respeito da divisão de Mato Grosso”. Seguindo a linha da oposição, incluía-se, ainda, o nome do governador Fernando Corrêa da Costa, que combatia a divisão, juntamente com Filinto e o também senador, João Vilasboas. A oposição do governador seria posteriormente confirmada pelo diário que reproduziria sua declaração contrária “ao esfacelamento de Mato Grosso”, afirmando: “quero o meu Estado uno e unido como o vi desde que nasci”.²⁷⁵ A *Tribuna* reconhecia de igual modo ter havido “um recuo momentâneo de alguns prefeitos e vereadores, ditado pela prudência, pois os adeptos de Maracaju tiveram medo de passar por subversivos...”²⁷⁶

Após “três anos mais ou menos de ostracismo”, a divisão retornaria com força ao noticiário mato-grossense. Em 1966, chamava-se a atenção dos leitores para saber se interessaria ou não “a Campo Grande ser a Capital de um novo Estado”, garantindo o diário: “a Divisão de Mato Grosso é assunto líquido, virá hoje ou amanhã, pois ninguém pode duvidar disso.” Desta forma, aproveitando-se do “retorno” ao assunto jamais abandonado, o *Correio do Estado* colocaria suas colunas à disposição das pessoas que desejassem “expressar o seu pensamento – pró ou contra a Divisão”, desde que a matéria fosse “enviada em linguagem à altura do assunto e digna de publicação”. O jornal se comprometeria, igualmente, a lançar uma consulta aos leitores, informação que talvez fosse útil aos legisladores mato-grossenses.

Novamente se utilizando das caixas de texto, o *Correio do Estado* publicaria mensagens de incentivo à divisão, tais como “Façamos De Mato Grosso Dois Grandes Estados – Serão duas forças a lutarem pelo Progresso e a Grandeza do Brasil Central.” O

²⁷⁵ *Correio do Estado*, 14 jun. 1965, p. 14.

²⁷⁶ *Tribuna da imprensa*, 15 fev. 1965, In: *Correio do Estado*, 11 mar. 1965, p. 5.

movimento divisionista receberia intensa cobertura de janeiro a julho daquele ano, quando as transcrições de jornais e agências nacionais que exprimiam opinião favorável ao movimento, tornar-se-iam uma constante na busca pela legitimidade da causa. Em fevereiro, a reportagem ouviria o assessor do Governador Pedro Pedrossian sobre a divisão do Mato Grosso, que declararia não ser a discussão do assunto do agrado do chefe do governo naquele momento. Por fim, acusando os sulistas de dormirem de palha “como que arrependidos de um dia terem pensado em criar um novo Estado”, e afirmando que “os cidadãos do Norte falam em divisão, e o fazem miudamente pela imprensa”, questionaria o vespertino: “onde estão os velhos combatentes sulinos pró divisão de Mato Grosso?”²⁷⁷. Naquele ano, o *Correio do Estado* não mais obteria resposta.

Em junho de 1967, mais uma vez, se anunciava “Reacende a ideia da divisão de Mato Grosso”, podendo ser o projeto apresentado a qualquer momento à Assembleia Legislativa, notícia “recebida com aplausos nos meios que sempre se bateram pela divisão”. Em agosto, como mais uma iniciativa para promoção da causa separatista, teria início a publicação de “uma série de artigos muito bem postos, de autoria do Prof. Antônio Lopes Lins, sobre o assunto da divisão do Estado” que, apresentada sob o título “Dividir Para Multiplicar”, aspirava, “certamente”, provocar a “apreciação imparcial dos estudiosos da sociologia regional”. A série, no entanto, teria apenas cinco edições.

No início de setembro, o já citado “Observador”, no artigo que tinha como pano de fundo o “indisfarçável mal estar” causado pela “luta entre as duas principais cidades – Campo Grande e Cuiabá – [...] tendo como fulcro a reivindicação de cada uma para sede da Universidade Federal”, tocando no assunto da divisão, apontaria “a atitude negativa de Corumbá” que teimava “em não querer aceitar a liderança de Cuiabá ou de Campo Grande”, como causa principal para a demora da cisão. “Não fora, aliás, essa atitude de Corumbá e a divisão já teria saído, a despeito da hostilidade manifestada, no auge da campanha pelo ex-presidente Jânio Quadros, o qual, quando de sua candidatura a presidente da República, conseguiu deter o movimento separatista.” Após divulgar a proposta do deputado federal Floriano Rubim para a criação de cinco novos estados, entre eles o Mato Grosso do Sul, e formação de oito territórios, dois com áreas de MT. O jornal afirmaria que, além de “aspiração da maioria da população desde há vários anos”, a criação da nova unidade era “um imperativo de ordem política, social e econômica”.²⁷⁸

²⁷⁷ *Correio do Estado*, 8, 15 e 16 fev.; 21 mar.; 12 maio 1966.

²⁷⁸ *Correio do Estado*, 15 jun.; 5 ago.; 5 e 26 set. 1967, p. 1.

Em 1968, suplemento especial da *Folha de S. Paulo* traria de volta o tema da divisão do Mato Grosso. Dentre as “pessoas interessadas” que escreveriam sobre o assunto estavam o Dr. Paulo Simões Corrêa, de Campo Grande e Rubens de Mendonça, historiador e poeta cuiabano.²⁷⁹ O suplemento composto por 23 páginas, constituía-se num conjunto de reportagens sob o título “Mato Grosso: muita terra e pouca gente”, e fazia parte da “Série Realidade Brasileira: Centro-Oeste”. O diário paulista, ao apresentar o sul com uma economia dinâmica “em franco processo de consolidação, com a industrialização rompendo a hegemonia agropecuária” e o norte como “incorporado ao vazio amazônico”, constituindo-se “num desafio ao pioneirismo”²⁸⁰, deixaria transparecer o seu posicionamento com relação à divisão de Mato Grosso (CORREA, 2013, p. 56, 57). O *Correio do Estado*, no entanto, não emitiria opiniões sobre o material. O retorno da pauta não se efetivaria naquele ano, e, acompanhado o ritmo dos festejos dos 250 anos da capital mato-grossense, o diário passaria a se referir a esta como “Cuiabá, a nossa Capital, sim senhor!” - lema inicialmente apresentado por Juca Radialino (A. Gamba) em sua coluna Ronda, o jornalista seria responsável também pela definição da cidade como “Trampolim da Amazônia”.²⁸¹

Surpreendentemente, em março de 1969 o *Correio do Estado* retomaria o discurso do Mato Grosso uno conclamando, sobretudo, aos homens de imprensa cuiabanos, para que unidos promovessem “o progresso de *Mato Grosso, que é um só*”, sendo, conforme o editorial, “até assaz antipático viver-se exalçando o norte em detrimento do sul, ou lançando o sul contra o norte”, posto que, “*Mato Grosso é um só*. No entanto, o sentimento regionalista que faz enfunar o peito de certos cidadãos do norte, e de cuja boca não saem as palavras norte e sul, quase nos chega a convencer de que existe um Mato Grosso do norte e um Mato Grosso do sul”. O vespertino afirmaria resultar “a discriminação geográfica [...] de um pouco de ciúme injustificado e muito egoísmo de parte de alguns cidadãos que militam na imprensa cuiabana. [...] portadores de ideia fixa, complexados [...]. Ora, não é isso que a família mato-grossense espera dos literatos”. Após advogar, brevemente, as peculiaridades que tornavam o sul “presentemente mais dinâmico e evoluído” e estabelecer mais uma crítica ao homem de imprensa que exerce “liderança coletiva”, devendo “ser acima de tudo, superior, coerente e exemplar”, concluiria o redator: “apesar, de tudo, salve o Governo e viva Cuiabá! *Mato*

²⁷⁹ *Correio do Estado*, 20 jan. 1968, p. 5.

²⁸⁰ *Folha de S. Paulo*, 21 abr. 1968. Suplemento Especial. *Mato Grosso: muita terra e pouca gente*. p.19. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/04/21/139/>. Acesso em: 28.11.2013.

²⁸¹ *Correio do Estado*, 29 jul.; 14 set. 1968.

Grosso é um só. Quem vive a estimular diferenças entre o norte e o sul, faz papel de inocente útil, pois está, sem o saber, revivendo a campanha divisionista". (Grifos nossos).

Em novembro, o plenário da ADESG discutiria “vivamente o assunto” da divisão do estado em Três Unidades, Mato Grosso do Norte, Mato Grosso do Sul e Território Federal de Corumbá. Em dezembro, em novo editorial, atribuindo parcela de culpa à notícia surgida por mais de uma vez “em determinada região do Estado”, o jornal abordaria a mudança da capital que tiraria “de Cuiabá a ‘eternidade’ de que a gente cuiabana, mui justamente, se orgulha”. Os boatos faziam com que Campo Grande chegasse “a ser odiada por uns poucos cuiabanos menos avisados”, ao passo que nesta, a população nem ao menos tomava conhecimento da “novidade”. Quando da publicação deste segundo editorial, superada a defesa do Mato Grosso como um só, afirmar-se-ia que a mudança “além de utópica” era “praticamente irrealizável sob todos os pontos de vista” propondo-se, portanto, “ao invés de a mudança da capital, a divisão territorial do Estado, com a “realização do grande sonho”, a criação do Mato Grosso do Sul: “A transferência da capital para outro local que não Cuiabá, não nos interessa, desde que a gente cuiabana saiba orgulhar-se com o progresso de outras cidades matogrossenses, sejam elas do norte ou do sul”.²⁸²

A última edição de 1969, traria um segundo caderno composto por quatro páginas, ao longo das quais era apresentado aos milhares de leitores “um relato sucinto da administração Pedro Pedrossian, ilustrado com clichês” para atestar a grandeza das obras realizadas em todo o Mato Grosso. Na primeira página, sobre uma foto aérea de Campo Grande se estamparia: “Veja... o progresso está chegando!”, abaixo, na lateral esquerda, uma foto de Pedrossian ilustrava a nota: “Em Ritmo de Brasil Grande Vai Crescendo Nosso Estado”. Por fim, após relacionar algumas das obras do governador tinha-se, no canto inferior direito, uma imagem da “Nossa Capital: Cuiabá”.²⁸³ Já nos primeiros dias de 1970, Campo Grande seria apresentada como líder “Econômica do Estado”, e o diário admitiria ser um de seus “maiores prazeres” divulgar estatísticas e publicar dados que retratassem a cidade em “sua força econômica”, posto que “os números e as cifras têm linguagem própria, tem eloquência que supera a palavra.”

Em outubro de 1970, a mesma foto, com os mesmos dizeres do ano anterior, ilustraria artigo denominado “O segredo do crescimento de Campo Grande”. Por toda a extensão de uma página, reproduziu-se editorial do jornal *O Estado de Mato Grosso*, que alegava, “até

²⁸² *Correio do Estado*, 24 mar.; 17 nov.; 18 dez. 1969.

²⁸³ *Correio do Estado*, 31 dez. 1969, p. 1 – 2º Caderno.

parece que existe um esquema montado para proporcionar a Campo Grande tudo o que é necessário e a Cuiabá o que é possível”, antes de proceder à transcrição, se questionaria: “por que esse bairrismo? Por que esse inconformismo?” Reproduzindo as acusações e destacando-as em negrito, o *Correio do Estado*, em resposta ao discurso de que “Cuiabá, [...] deveria ser a maior cidade matogrossense”, afiançaria “Campo Grande não é somente ‘a cidade matogrossense de maior população’, ela é maior em todos os aspectos, seja econômico ou financeiro. É uma cidade que procura engrandecer-se para ser digna da grandeza desse Mato Grosso [...]. Quem viver verá!” Embora tivesse reproduzido matérias de jornais da grande imprensa tratando do assunto da divisão, no início de dezembro, a coluna “Nacionais” divulgaria um novo revés: “O Ministério da Justiça desmentiu, na Capital da República, as notícias de que o ministro Alfredo Buzaid estava propenso a propor nova divisão territorial do País”, não havendo qualquer estudo neste sentido.

José Fragelli, já em junho de 1970, seria escolhido por Médici para assumir o governo do estado do Mato Grosso no ano seguinte e, em novembro daquele ano, a última página da edição que na primeira anunciara a indicação de Fragelli, traria uma breve biografia do governador, que desde o ano anterior era Presidente da ARENA mato-grossense, “escolha” que resgatara “de muitos pecados” a vida partidária da agremiação. A biografia destacaria a vocação jornalística do primeiro diretor do *Correio do Estado*, colaborando, ao lado de José Inácio da Costa Moraes, para que o diário “fosse uma realidade a serviço de Mato Grosso”. Nota publicada na mesma edição, sob o título “Futuro governador motivo de regozijo para o CE”, lembraria aos antigos leitores que José Fragelli era “*daqui de casa*”.²⁸⁴ (Grifos nossos).

Em março de 1971, após publicar-se edição comemorativa às “Duas Administrações” - os “cinco anos de administração estadual, chefiada pelo sr. Governador Pedro Pedrossian,” e ao primeiro ano do segundo mandato municipal do Prefeito Mendes Canale; editorial na primeira página anunciaria: “Pedrossian sai da ribalta”. Segundo o jornal, o governador saía deixando “atrás de si [...] uma obra sem precedentes na história administrativa” do Mato Grosso, eis que “moço idealista, patriota e dotado de grande e invulgar capacidade de trabalho, soube movimentar a máquina administrativa em todas as direções”. Com eufemismos e ufanismos, o *Correio do Estado* lembraria as dificuldades enfrentadas “a meio caminho de seu mandato”, afirmando, por outro lado, que “mal, porém, rebrilhou nos céus de Mato Grosso o arco íris da bonança, eis Pedrossian novamente endireitando a proa no

²⁸⁴ *Correio do Estado*, 2 out. 1969; 18 jun.; 12 jan.; 14 out.; 12 nov.; 4 dez. 1970.

rumo que se traçou”, assim, “sob a inspiração e o dinamismo de Pedrossian”, surgiram como de um passo de mágica, Faculdades, Centros Educacionais, colégios, ginásios e Escolas Primárias, rodovias asfaltadas, estradas vicinais, armazéns e silos; Usinas Hidroelétricas, geradores, Estações de Tratamento de água, e o “monumental Estádio Pedro Pedrossian”.

Afirmando não registrar na “homenagem de despedidas toda a monumental obra” de Pedrossian, seriam citados, ainda, o “aprimoramento” do “índice disciplinar” da Polícia Militar estadual e, “a mais expressiva marca do Governo”, o desenvolvimento do setor energético. Após 5 anos de mandato, o outrora apresentado como “filho de Filinto Muller”, havia, senão superado, ao menos se igualado em glória ao ilustre Dr. Fernando. Ao lado do texto, registrava-se o “Abraço Consagrador” do governador eleito José Fragelli e seu antecessor Pedrossian, ao que vaticinaria o diário: “pelo acontecido, pêsames aos fofoqueiros da política”. A edição seguinte já exibiria uma grande foto do “Novo Governador de Mato Grosso [...] Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli, 55 anos, presidente da ARENA, com longa experiência política. Revolucionário, tendo se destacado, politicamente como um dos líderes da antiga UDN”. A Rádio Cultura, “num oferecimento da Prefeitura Municipal”, daria cobertura à posse do governador, transmitindo na íntegra as solenidades realizadas na Assembleia Legislativa do Estado, um furo de reportagem elogiado pelo CE, que parabenizaria a emissora por aproximar “Cuiabá e Campo Grande em hora de alta significação para todo o Estado de Mato Grosso”.²⁸⁵

Após um hiato de mais de um ano, o *Correio do Estado* retomaria a causa da divisão, reproduzindo em 30 de maio de 1972, afirmação do Presidente Garrastazu Médici de que a divisão territorial do Brasil se configurava “como verdadeira ‘meta governamental’, mais indicada, por isso para um governo em início de mandato”. O segundo subtítulo da nota publicada indicaria: “Filinto é favorável”, o senador, numa mudança de posicionamento, admitindo não ter conhecimento de qualquer estudo sobre a redivisão territorial, “em tese”, se mostraria favorável à ideia, concluindo que a “redivisão facilitaria a integração, a colonização e o desenvolvimento das regiões mais pobres”. Pouco depois, em mais uma das contradições da trajetória separatista do diário, dar-se-ia início uma nova fase: a negação. O editorial “Mato Grosso unido ao Brasil Forte”, publicado em primeira página, alegando uma interpretação do “sentimento do povo campo-grandense”, proclamaria “a todo o laborioso povo mato-grossense, que a comunidade municipal, deseja, e só, um Mato Grosso Unido ao Brasil Forte. Campo Grande não tem aspiração negativa e por isso mesmo não pensa, não apoia e nem

²⁸⁵ *Correio do Estado*, 1 fev.; 13, 15 e 17 mar. 1971.

sonha com movimentos divisionistas”²⁸⁶ (Grifos nossos). Assim, saindo novamente em defesa da integridade estadual, o *Correio do Estado* iria além:

[...]. *Separatismo e divisionismo* representam, nesta hora em que o governo do Presidente Médici e o Governo do sr. José Fragelli se deram as mãos para conduzir Mato Grosso a grandes destinos, *representam ideias e pensamentos de triste memória, ideias e pensamentos superados* pelo muito que nos últimos anos se tem trabalhado pela grandeza do nosso Estado. (Grifos nossos).

Desta forma, o antes divisionista Fragelli, “defendendo A Unidade Territorial De Mato Grosso”, durante cerimônia de inauguração de trecho rodoviário, procederia a uma “pregação cívica”, “sem meios termos”. Destarte, com base no “magnífico discurso” do governador, com trechos expostos em negrito pela publicação, o jornal diria ser Fragelli capaz de lutar, se necessário fosse, pela manutenção da unidade do território mato-grossense:

- **Podíamos todos ter ideias diferentes há 20 anos atrás. Mas hoje, a evolução do mundo é tal que, dentro dele, só terão voz ativa os grandes países e numa nação, como o Brasil, só terão voz ativa os grandes Estados, que devem por isso, como fazemos agora, se preparar para o progresso.**

- Realizamos essas estradas vicinais, porque queremos hoje – e não abrimos mão disso – a unidade territorial de Mato Grosso e a grandeza especial do nosso Estado. **Não poderemos permitir que se faça uma divisão mesmo para criação de territórios dentro de Mato Grosso.** Há poucos dias ainda os jornais publicaram que haveria um plano de redivisão territorial de vários Estados brasileiros. Preparei-me para refutá-lo e combater-lo se é que existia mas, graças a Deus, parece que não existe. [...]. (Grifos nossos).

Um dos jornais em questão era o *Jornal do Brasil* que, conforme trazido a público pelo CE, publicara notícia denominada “Separatismo se reacende em Mato Grosso entrando Cuiabá e Campo Grande em Competição”, o que fez com que o chefe da casa civil do governador José Fragelli endereçasse missiva que seria divulgada pelo JB. No dia 17 de agosto, a edição do *Correio do Estado*, que na primeira página apresentava o editorial acima citado, na última, afirmaria: “**Não há campanha divisionista no Sul do Estado**”, após transcrita a carta na íntegra, garantia-se não só endossar “os seus termos mas como órgão de opinião do sul do Estado”, solidarizar-se com o governo de Mato Grosso e reafirmar que nenhuma campanha divisionista estava em marcha em Campo Grande. Em sua carta, Aecim

²⁸⁶ *Correio do Estado*, 30 maio; 17 ago. 1972.

Tocantins designaria como falsas as notícias publicadas pelo *Jornal do Brasil*, apontando como correspondente responsável por estas “um jornal recém-adquirido por um hoteleiro” da capital “que contrariado nos seus interesses, pela atual administração do Estado, decidiu combatê-la”. O *Correio do Estado* definiria o momento nos seguintes termos:

É, portanto, impatriótica e insidiosa a campanha que se faz, à socapa, apontando o Governador como interessado em dividir Mato Grosso, assim como é falsa a declaração de que o povo campo-grandense está engajado e interessado em dividir o Estado ou mudar para a Cidade Morena a capital mato-grossense, pois o que existe, entre o Governador e o povo campo-grandense, é apenas identidade de propósitos em relação ao trabalho [...]. Campo Grande, como o Governador Fragelli, repudia e repele qualquer ideia tendente a separar ou dividir Mato Grosso, pois o que se deseja é Mato Grosso Unido ao Brasil Forte. (Grifos nossos).

No dia seguinte, novo editorial na primeira página apregoaria: “Em Mato Grosso a união faz a força”, no corpo do texto, afiançava o redator: “ora, se tudo nos vai de vento em popa, se vemos realizando-se todas as nossas aspirações, e se o futuro nos sorri, seria desavisado, numa hora de tanta realização e progresso, pensar-se em divisionismo ou separatismo”. O ressurgimento da ideia, devia-se, aos “*maus mato-grossenses*” que existiam tal qual os “maus brasileiros”, desta forma, “para dar vida e validade a essa *ideia doentia*, seus forjadores colocaram na crista do ‘movimento’ o próprio Governador José Fragelli, e usando a grande imprensa do Rio e São Paulo espalharam pelo Brasil inteiro a *ideia nefasta*.” O CE apontaria o comportamento da comunidade estadual, “afeita ao trabalho” como “forte desmentido à campanha soez dos maus cidadãos que, tendo interesses contrariados, *engendraram o fantasma de um divisionismo*” que só existia “*em suas cabeças doentias*”.²⁸⁷

Finalizando a sequência dos editoriais, a edição de sábado traria mais dois artigos. O primeiro, denominado “CG não pensa em separação”, advogava que “a *notícia, além de ser infundada*”, visava “*estabelecer a discórdia* entre os matogrossenses”, garantindo não se pensar em campanha separatista, nem tão pouco preparar-se Campo Grande para ser capital do Estado. O redator, novamente, lamentaria que um “hoteleiro cuiabano” que “apenas entende de assuntos de hotelaria”, tripudiasse sobre o nome da cidade, inventando notícias e as fazendo repercutir em todo o País. Apresentada a defesa, asseverava-se: “*essa mesma posição será sustentada hoje, amanhã ou depois*, sem que modifiquemos o nosso pensamento a respeito do problema divisão em nível elevado, cavalheiresco e nobre”. E, reafirmando não

²⁸⁷ *Correio do Estado*, 17 e 18 ago. 1972.

tomar parte na transferência da capital “para qualquer ponto do Estado”, declararia “não concordamos com campanhas baseadas em *interesses escusos*, originados muitas vezes em doses de uísque cobradas de forma abusiva dos cofres do Estado, como se afirma.”

No meio da página seria apresentado o segundo editorial que, intitulado “Campo Grande repudia ideias negativas”, circunscrevia a causa separatista a um passado que já se fazia distante, quando “*um pugno de moças idealistas*, inconformado com a estagnação de Mato Grosso, pugnou pela divisão do Estado em duas unidades distintas. ‘Dividir para Multiplicar’, eis a divisa que esculpiram no *estandarte imaginário da campanha*”. O jornal afirmaria que a ideia, à época, “era natural”, pois “o Brasil vivia arrogado em corrupção e subversão [...]. Mas surgiu o movimento vitorioso de 31 de Março de 64 e a Nação foi submetida a uma guinada de 180 graus”, não havendo, desde então, “lugar para *pessimismos nem ideias negativas*”. Era a hora “de construir para o futuro. Construir Mato Grosso na sua inteireza territorial, sem eiva de regionalismos nem divisionismo, *como deseja e apregoa o Governador José Fragelli*”, bem como “a grande e laboriosa família mato-grossense”. (Grifos nossos).

Ainda no fim de 1972 seria publicado mais um pronunciamento, desta vez, um artigo assinado por Barbosa Rodrigues abordando “A redivisão da Amazônia Legal”. que compreendia, além do próprio estado do Amazonas, partes expressivas de Mato Grosso, Goiás, Pará e Maranhão. Para o autor, o futuro “retalhamento” daquela “imensidão” exigiria “sacrifícios territoriais de alguns Estados”, inclusive do Mato Grosso que poderia “ser imolado a bem do progresso da Pátria”, sobretudo porque, agora, a ideia vinha de cima e tudo indicava que, “fatalmente”, algo seria feito “visando ao desenvolvimento e progresso de um verdadeiro novo mundo, deixando de visar apenas interesses regionais”, ante a que concluiu: “mais uma vez Mato Grosso poderá ser vítima de sua própria extensão territorial”.²⁸⁸

Já em fevereiro de 1973, num retorno ao tema da divisão da Amazônia Legal, assegurava-se estarem os órgãos federais, de fato, procedendo aos “estudos necessários [...] feitos com as devidas cautelas”, que, depois de ultimados, seriam encaminhados à autoridade competente para as providências cabíveis. Diante disso, afirmaria o CE: “*em Campo Grande o clima é de euforia e entusiasmo*, pois a nossa população acredita que o progresso de todo o Centro Oeste está ligado ao desbravamento e colonização da Amazônia”. Em agosto, no entanto, publicação de primeira página garantia não ter o governador mudado de ideia, assim, frente ao ressurgimento da proposta separatista na Câmara Federal, Fragelli declararia que

²⁸⁸ *Correio do Estado*, 19/20 ago.; 21 dez. 1972, p. 2.

tendo permanecido “unidos durante esses dois séculos e meio, tempo em que Mato Grosso foi um Estado economicamente fraco”, quando já se descortinava “num horizonte próximo um Mato Grosso fortalecido”, não se deveria “*querer mais pensar no assunto*”.²⁸⁹ (Grifos nossos).

Em 1974 se efetivaria a troca do presidente e de governadores, o general Ernesto Geisel seria consagrado pelo colégio eleitoral. A edição da posse, em março daquele ano, exibindo fotos de Médici e Geisel, proclamaria: “neste dia *memorável para todos os matogrossenses*, mais uma vez só nos resta dizer: Muito Obrigado, Presidente Médici. E para o futuro Presidente: Confiamos em si”.²⁹⁰ (Grifos nossos). A empolgação com que Geisel fora recebido, provavelmente se dava por conta de que este era, assumidamente, antigo entusiasta da causa divisionista, destacado que fora na década de 1960 para mais uma vez em Cuiabá, juntamente com Golbery do Couto e Silva, tratar de assuntos referentes à redivisão do Estado do Mato Grosso. Silva (1996, p. 180) aponta ambos como responsáveis pela elaboração do prospecto do plano de divisão que embasaria a decisão do Governo Federal, projeto inicial que previa a divisão do estado em quatro partes, dois estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e dois territórios (Aripuanã e Xingu).

No início de julho de 1974 seria apresentado o novo governador de Mato Grosso, o “engenheiro civil José Garcia Neto” que, nascido em Rosário do Catete, no Sergipe, teria sua biografia exposta pelo diário. Garcia Neto iniciara suas atividades políticas já como prefeito de Cuiabá (1954-1959), candidatando-se e elegendo-se em 1960 vice-governador de Mato Grosso, como companheiro de chapa de Corrêa da Costa. Em 1966, Garcia Neto seria eleito à Câmara Federal com a maior votação entre todos os demais concorrentes e, reeleito em 1970, seria, mais uma vez, o mais votado. Em 1974, tornar-se-ia, também, vice-líder do Governo Federal na Câmara dos Deputados, sendo escolhido pelo Presidente Ernesto Geisel para governar Mato Grosso, como sucessor de José Fragelli. Apenas três dias após anunciar Garcia Neto como futuro governador, o jornal reproduziria em primeira página o registro de sua visita ao *Correio do Estado*, quando manteve “agradável contato” com o gerente José Maria e com o chefe de redação, Antônio João. A foto exibida mostrava José Maria cumprimentando o governador que, com a outra mão, segurava “alguns exemplares” do diário com os quais fora apresentado.

²⁸⁹ *Correio do Estado*, 3/4 fev.; 18/19 ago. 1973, p. 1.

²⁹⁰ *Correio do Estado*, 15 mar. 1974, p. 1.

Na página 2 tinham-se os pormenores da visita. O ainda deputado Garcia Neto, se fez acompanhar de uma comitiva composta pelo candidato à vice-governança, Dr. Cássio de Barros, do deputado Nunes da Rocha, presidente do Diretório Municipal da Arena, do Dr. David Balaniuc e de Augusto Gamba,²⁹¹ assessor governamental. Tratando sobre “a propalada divisão do Estado”, Garcia Neto informaria que, em seu último contato com o presidente Geisel, não fora ventilado o assunto. “O futuro governador dos mato-grossenses acha que o sistema de comunicações em funcionamento em nosso Estado diminuiu consideravelmente as distâncias e Mato Grosso, embora um grande Estado em extensão territorial, tornou-se pequeno”. Na oportunidade, Garcia seria também entrevistado pela Rádio Cultura, diretamente do *Correio do Estado* que, reportando a entrega dos “vários exemplares”, garantia ter saído o político levando a certeza de que o jornal continuaria “prestigiando o governo revolucionário e o seu governo, sempre em defesa dos interesses da população”. No final de novembro, seria a vez do recém eleito senador Mendes Canale, juntamente com outros membros da Arena, visitar a redação do CE, tendo sido recebido pelo próprio Barbosa Rodrigues, registro feito em primeira página.²⁹²

Em abril de 1974, antes mesmo do anúncio do novo governador, o *Correio do Estado* retornaria à sua condição de defensor e propagador da divisão, assunto outra vez frequente em suas páginas. A primeira manifestação revelaria que “fontes do Ministério da Justiça” indicavam a continuidade de estudos que previam “a elevação de Campo Grande à condição de Capital do Estado de Guaíra, a ser criado ao Sul de Mato Grosso”, projeto de autoria do sociólogo Severino Marques Monteiro. Tendo sido anteriormente classificada como inviável, a proposta ganharia projeção porque, conforme o corrente, o governo do General Geisel tinha “como uma de suas principais metas a divisão mais racional do território brasileiro” e a redivisão do país era essencialmente necessária para tanto. No fim do mês, seria publicado o editorial “Novos Territórios”, já advogando “a grande vantagem que a subdivisão territorial traz para o País em geral”. Assim, talvez, ancorando-se na máxima de que a imprensa escreve para o esquecimento, o *Correio do Estado*, sem pejos, assumiria: “é por isso que, por mais de uma vez, temos apoiado os movimentos divisionistas que têm surgido nestes últimos tempos. Acima de nossos interesses particulares, temos colocado os das diversas regiões, prejudicadas pelas suas próprias grandezas” (Grifos nossos).

²⁹¹ Em 1980, Augusto Gamba assumiria, ainda, a superintendência do IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. *Correio do Estado*, 14 maio 1980, p. 5.

²⁹² *Correio do Estado*, 2 e 5 jul.; 27 nov. 1974, p. 1.

A partir de então se indicaria que a conservação de “unidades gigantes” era prejudicial ao “próprio desenvolvimento” destas, fazendo-se votos de “que os atuais territórios, já desbravados e progressistas” se transformassem “em unidades federativas autônomas e que outros, muitos outros territórios” fossem desmembrados a fim de que se criassem condições de prosperidade para riquíssimas regiões “entregues ao abandono, esquecidas e inconquistadas”. Pouco depois, divulgar-se-ia fala de Fragelli que assegurava: o Sul concentra 80% da arrecadação estadual, e “o Norte, sem a ajuda federal, será um Estado inviável”. A nota apresentada sob o título “Fragelli: Norte precisa do Sul para sobreviver”, propagaria também, primeiro, a autorização recebida pelo Executivo para criar um Grupo de Trabalho para preparar um anteprojeto de redivisão geográfica do Brasil, e a entrega do anteprojeto de lei complementar que estabelecia a fusão Guanabara-Rio para apreciação do presidente. Encerrando o mês, seria reproduzida matéria da *Revista Veja* divulgando “Um mapa diferente em estudo” onde, abaixo das ilustrações, apresentava-se a legenda: “Mato Grosso e Pará serão futuramente desmembrados, como novos Estados formados pelas suas regiões norte e sul, que têm características geográficas, econômicas e até possíveis capitais próprias”.²⁹³

Já em maio, predizendo a divisão até 1978, afirmar-se-ia: “é tudo uma questão de tempo e o Sul mato-grossense será um Estado independente, com condições excepcionais para prosperar”. Tendo a temática separatista figurado por cerca de 20 vezes entre o período de maio a agosto, no último dia deste, novo editorial trataria da divisão de Mato Grosso. Se por um lado o diário afirmava não existir, “até o momento” nada “de oficial ou oficioso” sobre a criação das quatro unidades, por outro, alegaria: “o velho sonho acalentado por muitos [...] agora irá transformar-se em realidade, com vistas ao mais rápido desenvolvimento e progresso de enormes vazios”. Numa tentativa de eximir-se frente aos opositores, propagaria o CE: “a nossa posição foi sempre informativa, longe de querermos provocar polêmicas, pois sabíamos que certa parte da população matogrossense se mostrava contrária a qualquer **iniciativa de ordem divisionista**”, afirmando-se ainda que “**por uma questão de cautela** justificada pelo bom senso”, ter-se evitado “insistir em comentários que levassem aos mato-grossenses a certeza de que a redivisão estava em andamento, apesar dos frequentes desmentidos que nós mesmos publicávamos”. Como conclusão, recomendava-se “aos mato-grossenses em geral”, que aguardassem “serenamente”, o que seria decidido pelo governo federal, pois, “acima do sentimentalismo de cada um de nós”, deveria “estar a grandeza da Pátria Brasileira!”

²⁹³ *Correio do Estado*, 15, 24, 29 e 30 abr. 1974.

Em setembro, pouco depois de divulgar fala de Garcia Neto de haver “no momento, [...] apenas estudos da conveniência ou não, da divisão”, garantindo ter sido “autorizado a programar o seu governo para todo o Mato Grosso, nas suas atuais dimensões”, registrar-se-ia, na pessoa do ministro Rangel Reis, o importante aval do Ministério do Interior à causa separatista. Os últimos dias de dezembro trariam a garantia de que a divisão do Estado de Mato Grosso em dois estados ou territórios deveria ocorrer em 1975, conforme declarações do superintendente da SUDECO. No dia seguinte à publicação da referida nota, o antigo lema divisionista seria revisitado, apresentado como título de editorial. Assim, em “Dividir para conquistar”, novamente aprofundando a conclusão dos estudos para a divisão anunciada de Mato Grosso, seria apresentada uma nova justificativa para a cisão: a “finalidade patriótica que é a integração da Amazônia, a ligação desse imenso ‘desconhecido’ à Pátria Brasileira. Interesses políticos não tem valia quando se pensa na conquista da Amazônia, que não mais pode permanecer como brasileira apenas nos mapas”. Uma vez efetivada a divisão, previa-se: “dentro em poucos decênios a civilização” penetraria “naquele imenso ‘desconhecido’”, sendo, portanto, necessário “o sacrifício territorial de Mato Grosso” para que o território brasileiro não fosse sacrificado, “Para os mato-grossenses tudo é bom, desde que seja bom para o Brasil!”²⁹⁴

A trajetória divisionista, assumida pelo *Correio do Estado* desde 1957, seria marcada por constantes especulações propulsoras de “esperanças flutuantes”, sendo comum, no decorrer dos 20 anos que separam a primeira nota redigida neste sentido e a assinatura da chamada Lei da Divisão criadora do estado de Mato Grosso do Sul, o frequente estabelecimento de datas para a efetivação da cisão, momentos de recuo e até negação (conforme já apresentado), bem como de demonstrações ostensivas de apoio à causa. Dentre os personagens desta última fase do movimento divisionista (1975-1977), destacam-se o presidente Ernesto Geisel, o ministro Rangel Reis e o governador José Garcia Neto que, pouco depois de sua posse, por ocasião do anúncio de uma audiência especial com o presidente, afirmaria não ter a pretensão de “tomar a iniciativa do assunto”, justificando: “até ‘porque não sou governador de divisão.’”²⁹⁵ O líder da causa separatista, anos antes requisitado pelo diário, de fato, não se apresentaria. Em contrapartida, Garcia Neto, aos poucos, tornar-se-ia o principal antagonista da causa.

²⁹⁴ *Correio do Estado*, 3 maio; 31 ago.; 10 e 20 set.; 20 e 21/22 dez. 1974.

²⁹⁵ *Correio do Estado*, 16 abr. 1975, p. 1.

2. 3 – “Dessa vez, a Divisão sai!”: Nasce o Mato Grosso do Sul, o novo Estado e a velha política (1975-1980)

O triênio que se estende de 1975 a 1977 configura o período de maior intensidade das publicações pró-divisão. Em 1975, a primeira abordagem da temática divisionista surgiria por meio das notas da coluna “Informe Dois” que, já em sua edição inaugural, reafirmando ser publicamente sabido que “o maior sonho do ex-governador Pedro Pedrossian” era ser nomeado governador do futuro Mato Grosso do Sul, previa para “junho ou julho, segundo as próprias autoridades federais”, a criação do novo estado. Continuará ainda o redator, “aliás, sobre a divisão, as piadas²⁹⁶ começam a surgir bastante caprichosas e sempre apertando o lado dos cuiabanos, que não estão vendo com bons olhos o apartamento da vaca gorda”.²⁹⁷ A mesma coluna, dias depois, especularia sobre a criação de territórios federais, prevendo-se a manutenção do estado de Mato Grosso que abrangeria somente o sul, com outra cidade como capital, ficando Cuiabá dentro de um dos territórios e não do estado.

A campanha divisionista ganharia novo fôlego durante o mês de março, sendo publicadas, a partir de então, mais de 40 notas, notícias, transcrições diretas e artigos assinados - um deles, pelo próprio J. Barbosa Rodrigues, 7 editoriais, para além de 12 “Poemas da Divisão” produzidos por Lélia Rita de Figueiredo, a chamada “poetisa da divisão”. O material que reintroduziria o assunto de forma mais direta, seria publicado já nos primeiros dias do mês com a transcrição de um memorial da câmara de vereadores de Campo Grande que, endereçado a Ernesto Geisel, e, arvorando-se representar “o pensamento de ponderável parcela da população sul-mato-grossense”, levava “à sábia consideração” do presidente “uma das mais antigas e válidas aspirações do povo” da região: A Divisão Territorial de Mato Grosso. Os representantes garantiriam ter, antes da elaboração do documento, auscultado “a opinião de todas as demais Casas Legislativas da região”, representando, portanto, “o pensamento das bases municipais de todo o sul de Mato Grosso”, desta forma, garantia-se que, além dos nominalmente citados, o memorial era igualmente encaminhado pelos homens de empresa, pecuaristas, universitários, agricultores, profissionais liberais e integrantes das classes políticas.

Em meados de março, na primeira página, relacionando algumas das várias opiniões dos políticos mato-grossenses com relação à divisão, destacar-se-ia, novamente, a proposta de

²⁹⁶ “A última que saiu diz que entre o Sul e o Norte será construída uma muralha: 80 centímetros de base, em concreto; mais dois metros de tijolos furadinhos. Para que os furinhos? Segundo o autor da gozação, para o cuiabano ficar olhando, mas não passar para o lado de cá.” *Correio do Estado*, 14 jan. 1975, p. 2.

²⁹⁷ *Correio do Estado*, 14 jan. 1975, p. 2.

Corumbá para abrigar o “Território do Pantanal” que englobaria, entre outras, as cidades sulistas de Aquidauana, Miranda e a nortista Leverger, posto que a Cidade Branca (Corumbá), conforme antiga afirmação, não desejava ser “sala de visitas de Cuiabá ou quintal de Campo Grande”. Na mesma matéria, o governador José Fragelli seria reapresentado como “um dos mais ardorosos divisionistas do passado” que, “prudentemente”, não estava mostrando aquilo que pensava, mas também era totalmente contra a criação de um ou mais territórios ao Norte. Em 1976, Fragelli, pelo trabalho que produzira sobre a redivisão de Mato Grosso, seria convidado, juntamente com Golbery do Couto e Silva, que atuara no processo de fusão Guanabara-Rio de Janeiro, para depor na Comissão Especial de Redivisão Territorial e Política Demográfica.²⁹⁸

Pouco depois, o *Correio do Estado* já apresentaria Campo Grande como a “Capital do Sul” e, assegurando configurar a divisão destaque nos principais órgãos de imprensa de todo o país, transcreveria matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* eliminando “de vez, as dúvidas que porventura existissem, ainda sobre a inevitável divisão estadual”. Dez dias depois, diante de uma série de especulações provenientes de um “anúncio de assessores do Ministério do Planejamento, segundo o qual Campo Grande poderia não ser a Capital”, gerando reivindicação de outras cidades para tal “privilégio”, anunciar-se-ia: “Capital de MT-Sul já vira polêmica”. Polêmica fomentada pelo próprio diário que especulava, também: “Campo Grande, inevitável Capital? [...] Qual a outra possível capital? [...] Quanto Custaria?”. Após exposição elogiosa dos dados referentes à Cidade Morena, e de elencar as possíveis dificuldades para o estabelecimento da capital em outras cidades, finalizaria o redator com a conclusão de que a futura Capital do futuro estado de Mato Grosso do Sul só poderia situar-se em Campo Grande, em Aquidauana, Dourados ou Corumbá, apesar de, nas linhas anteriores, já ter asseverado que a primeira apresentava “recursos insofismáveis para se constituir numa capital”, não escapando à sua influência econômica, nem mesmo as distantes Corumbá e Grande Dourados.

Garcia Neto, a principal voz oposicionista, após encontro com Geisel, definiria as mobilizações em torno da causa da divisão como “onda da imprensa”. Em defesa de sua classe – já anteriormente alertada por Garcia, que afirmara “Respeito a imprensa mas não a temo”, o *Correio do Estado* afirmava ter a notícia sobre a divisão do Mato Grosso

²⁹⁸ *Correio do Estado*, 10, 14, 19 mar. 1975; 3/4 abr. 1976.

ressurgido²⁹⁹ quando da visita do presidente a Campo Grande. Na ocasião, Geisel teria perguntado aos prefeitos da região sul, presentes no encontro, o que eles achavam da divisão, obtendo como resposta “uma aprovação unânime”, diante da qual garantiria: “esta também é a minha opinião”. O CE reportaria que “os repórteres que ouviram as declarações dos prefeitos, eram os mesmos que entrevistaram” Garcia Neto que, protestando “contra a expressão” utilizada pelo governador, fizeram ver que a informação não partira “apenas de um prefeito, mas de todos os que participaram da audiência”, o que Garcia nominaria como um equívoco, afirmando que, “de fato”, o presidente não manifestara nenhuma opinião concreta a esse respeito.

Já em abril, em nota ladeada por foto de Garcia no centro da primeira página, reproduziu-se a seguinte declaração do governador: “Quem falar em divisão de Mato Grosso é contra meu governo e contra o desenvolvimento do Estado, [...] os comentários sobre a divisão do Estado estão, definitivamente, encerrados. Porém, se alguém estiver esperando a divisão, vai esperar ainda por muito tempo”. No dia seguinte, o *Correio do Estado* se pronunciaria por meio de editorial, onde, após afirmar serem os estudos oficiais para a possível divisão de Mato Grosso “ventilados pela imprensa nacional com assiduidade” e “viços de veracidade indiscutível”, garantia-se que, para além dos boatos, as únicas conclusões obtidas àquela altura eram: “a) estudos foram feitos; b) a opinião pública é favorável; c) alguns políticos e o próprio governo estadual são contrários à divisão de acordo com pronunciamentos já conhecidos.” Após reconhecer a divisão como possível e independente da vontade de cada um, motivo pelo qual “não foi preciso que as antigas campanhas divisionistas fossem ressuscitadas aqui ou ali”, concluía-se: “se a divisão for necessária e indispensável, ela virá a seu tempo. Quem viver, verá.”³⁰⁰

Em maio, novamente em um editorial, a gente mato-grossense seria convocada a manifestar apoio e estímulo ao governo federal que, “como qualquer outro em qualquer parte do mundo” necessitava de incentivos “para realizar as suas metas dentro de um clima de paz e tranquilidade”. Desta forma, lançava-se o questionamento: “por que, então, nós mato-grossenses não externamos, alto e bom som, o nosso apoio à iniciativa governamental que realizou esses estudos?” Para tanto, o grupo disponibilizaria mais um de seus veículos, de forma que a Rádio Cultura, em consonância com a estratégia apregoada pelo diário, lançaria

²⁹⁹ A visita de Geisel a Campo Grande em 9 de março, marcou também o encontro deste com o Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner.

³⁰⁰ *Correio do Estado*, 18 e 28 mar.; 2, 17, 22 e 23 abr. 1975.

uma pesquisa de opinião pública, “a unidade volante da emissora” percorreria o centro da cidade, bairros e vilas, ouvindo a população campo-grandense a respeito da divisão.

Segundo o diário, na primeira incursão foram ouvidas “33 pessoas, entre comerciantes, pedreiros, estudantes e outras”, todas unânimes em opinar favoravelmente à separação territorial do sul e do norte. Ainda outra estratégia seria alvitrada pelo vereador Félix Balaniuc que proporia “uma campanha de esclarecimento a nível nacional do Estado de Mato Grosso do Sul”, a estratégia consistia em que todos os “habitantes sulinos”, ao enviarem correspondência a outros Estados, frisassem “no local destinado ao remetente, o destaque do Sul”. O vereador, no entanto, faria questão de salientar que não tinha qualquer intenção de magoar os irmãos cuiabanos e nortistas. Por fim, o próprio Barbosa Rodrigues assinaria artigo ocupando uma página inteira e mais um quadrante de outra, denominado “Divisão territorial de Mato Grosso – Apontamentos históricos sobre o Movimento Divisionista, de 1896 a 1975”.³⁰¹

Já não contando com o apoio da imprensa, em setembro, Garcia Neto sofreria mais um golpe. Pedro Pedrossian, “senhor de ponderável força eleitoral no estado”, romperia com o governador formando um bloco independente dentro da Arena, posteriormente denominado de “Ala Pedrista”. Em seu manifesto publicado pelo jornal, Pedrossian afirmaria não possuir “quaisquer afinidades” com a atual orientação governista. O CE definiria o rompimento como “o ponto culminante de uma crise que vinha se esboçando dentro da Arena de Mato Grosso”. Pouco depois do manifesto ter sido dado ao conhecimento público, o ex-governador, “há vários anos submetido a um processo de marginalização dentro do partido”, receberia adesões importantes, sendo a primeira a do prefeito de Campo Grande, Levy Dias. Na segunda página daquela edição, seriam ladeados os textos “Editorial” do *Correio do Estado*, “Ao povo matogrossense”, o manifesto de Pedro Pedrossian e “A fala de Levy Dias”. O diário resumiria a situação da seguinte forma: “ao serem preenchidos os cargos da Comissão Executiva do Diretório Regional da Arena, com o alijamento de seguidores da orientação do ex-governador, a sorte fora lançada. O primeiro resultado aí está!”.

Em dezembro, Pedrossian já seria cotado para a governança³⁰² e, em abril de 1976 tratar-se-ia da reconciliação havida entre os ex-governadores Pedro Pedrossian e José Fragelli, “rompidos desde outubro de 1974”, fato que, “do ponto de vista político”, seria interpretado como “um dos aspectos mais positivos da visita do presidente Ernesto Geisel” a Cuiabá.

³⁰¹ *Correio do Estado*, 17/18 maio; 6 jun.; 22 set.; 27 nov. 1975.

³⁰² *Correio do Estado*, 16 set.; 10 dez. 1975, p. 1.

Conforme a nota, “o diálogo, amistoso e descontraído entre os dois políticos em plena Praça do Alencastro”, deixara “satisfeito até o mais pessimista dos arenistas quanto às possibilidades do Partido nas eleições municipais de novembro”.³⁰³ Em fevereiro de 1976, o *Correio do Estado*, “um jornal que nasceu do idealismo de alguns com o apoio de muitos”, comemoraria 22 anos de existência e relembriaria a sua luta “contra as atitudes impatrióticas de um governo podre que aos poucos ia destruindo tudo aquilo que fora construído pelos nossos antepassados”, luta começada em 1954, e intensificada 10 anos depois com o advento da “revolução”.

Iniciando o seu vigésimo terceiro ano num contexto que favorecia a divisão como nunca antes verificado, o CE buscava, cada vez mais, promover a sua identificação com a região sul. Pouco depois, seria a vez da “Revolução” comemorar “12 anos com saldo bem positivo”, sendo louvada pela “instalação do novo sistema brasileiro de governo, voltado para o desenvolvimento do País”. Na coluna Informe Dois - I2, que na edição de 31 de março, dividiria espaço com a nota acima citada, com um poema à revolução e com a “Ordem do Dia” contendo as programações do aniversário do movimento. Louvando a “revolução de 1964, nascida no seio da população e transformada em realidade pelas Forças Armadas”, se afirmaria que “imbuídos do espírito democrático que sempre norteou” aquela coluna, “os redatores e jornalistas responsáveis” desejavam, “de público e ardentemente” que continuasse a “campanha saneadora”, pois muito ainda havia para ser feito a fim de “que o País atinja, definitivamente, sua maioria econômica e a liderança pacífica e desenvolvimentista, na América Latina”.

Sem tréguas, continuariam, no ano de 1976, as previsões para a efetivação da divisão do Mato Grosso. Desta forma, na primeira página de 11 de fevereiro, decretar-se-ia: “Divisão sai em março”, o novo prazo fora divulgado pelo deputado federal Valdomiro Gonçalves. Ironicamente, manchete do dia seguinte, afirmaria: “Garcia nada sabe sobre a divisão”, após tomar conhecimento das declarações do deputado, o governador asseveraria ter recebido promessa de Geisel de “que no caso de o governo federal vir a tratar da divisão territorial de Mato Grosso [este] seria o primeiro do Estado a ser chamado para discutir o assunto.”, ao que vaticinaria: “como até agora o chefe da Nação não me chamou para tratar da divisão, nada posso adiantar.” No dia 13, Rangel Reis, ministro do Interior, confirmaria a redivisão de MT e, apenas três edições após o primeiro anúncio, o jornal já estabeleceria novo prazo: “Divisão de MT só em 77”, devendo vigorar somente a partir do segundo semestre, dependendo

³⁰³ *Correio do Estado*, 10/11 abr. 1976, p. 11.

“essencialmente de decisão política do Presidente Ernesto Geisel”. Seguindo na linha das especulações, sempre embasadas por declarações de políticos e estudiosos, em março, o primeiro prazo estabelecido naquele ano, seria divulgada a terceira previsão: “Mato Grosso do Sul sai em 78”.

A notícia, que ocupava toda a metade da primeira página, era ilustrada por mapa com a demarcação do novo estado para que o leitor pudesse “acompanhar a divisão futura de Mato Grosso, assinalando-se que para o Sul será anexado até mesmo o município de Rondonópolis e outros de real importância”. Em editorial, o *Correio do Estado* contestaria estes possíveis limites, afirmando que, se de fato ficassem para o sul as cidades de Cáceres, Poconé, Leverger, Melgaço, Livramento, Rondonópolis e Alto Garças, mutilar-se-ia “economicamente o Norte sem nenhuma vantagem para o Sul”, posto que estas cidades tinham na “Amazônia o celeiro de produtos de sua utilização, pela distância que dos centro de consumo se situam. E a distância, que porfiamos em vencer, é o nosso grande inimigo, que a divisão derrotará, definitivamente”, estabelecendo-se, portanto, “o reconhecimento da realidade geoeconômica das duas regiões”, como determinante para a divisão.

Em junho, a I2, novamente comentando a divisão, apresentaria outro motivo para a defesa desta, “o pior que está existindo na união física do Norte e o Sul, não é tão somente o desvio de toda a arrecadação, em benefício mais dos nortistas. Muito mais, ainda, é a política do atrapalho que fazem elementos do segundo escalão governamental contra os sulistas”. A coluna, marcada por toques de humor e ironia, publicaria ainda um falso esclarecimento “extraoficial” de fontes do Ministério da Fazenda indicando não ser “necessário o recolhimento da taxa compulsória para se viajar para Cuiabá”, esclarecimento feito para pôr fim a “algumas gozações que haviam surgido, injustamente, em Campo Grande. Na verdade, apesar da distância, Cuiabá é Brasil.”³⁰⁴ (Grifos nossos).

Ambas as razões seriam igualmente contestadas por Garcia Neto que, já em agosto, alegaria não ter tomado conhecimento de um argumento que o convencesse “da necessidade dessa divisão, afirmando que a vastidão do Estado já não é mais um pretexto, ‘pois o governo do Estado tem 15 aviões’”. O argumento seguinte, da “diferença de condições econômicas” entre o Sul e o Norte”, seria definido, também, como “um argumento vazio”, pois se o Sul já estava mais desenvolvido, o Norte tinha potencialidades já em fase de exploração, ante ao que encerraria o governador: “dividir Mato Grosso será um erro muito grande para a Pátria, pois ninguém pensou até agora no custeio de toda uma outra máquina administrativa [...] ao invés

³⁰⁴ *Correio do Estado*, 11, 12, 13, 14/15 e 23 fev.; 12 e 31 mar.; 9 abr. e 26/27 jun. 1976.

de se criar um outro Estado do Acre, que se aplique os investimentos [...] em obras necessárias para a região.” Ainda outra declaração de Garcia tomaria a imprensa nacional, posto ter afirmado ao *Jornal do Brasil* que a divisão continuava “a ser apenas uma ideia não muito inteligente”, o Informe Dois, comentando a entrevista, revelaria ter “muito ministro olhando torto e preocupado com a declaração, já que até o presidente Geisel sempre [disse] ser favorável à divisão”. Citando Garcia, destacaria o redator, “ele é quem acha – Mato Grosso está bem como está e qualquer alteração só viria a prejudicar...”.³⁰⁵

Antes, porém, em abril, a divisão, tema capaz de “vencer pleito”, seria apontada como “possível solução” para a crise existente na ARENA, tornando-se mote principal do grupo dissidente liderado por Pedrossian, e este imbuído da crença de que “somente utilizando como principal plataforma política a bandeira da divisão do Estado”, a Arena teria condições de fazer frente ao crescimento “vertiginoso” do MDB no Sul de Mato Grosso nas eleições municipais que se seguiriam.³⁰⁶ Assim, em junho, Pedro Pedrossian seguiria para Brasília com o único objetivo de se encontrar com o presidente. Especulava-se que o ex-governador, usando de sua expressividade política, trataria diretamente com o presidente sobre a solução para a Arena mato-grossense: a criação do Mato Grosso do Sul. O *Correio do Estado* publicaria editorial onde o encontro entre Geisel, “grande amigo de nosso Estado”, e Pedrossian, seria definido como um acontecimento relevante para a vida política mato-grossense, servindo, igualmente, para demonstrar “que o ex-governador, incontestavelmente um líder arenista”, continuava tendo acesso junto a ministros e ao chefe do executivo brasileiro.

Após afirmar que em toda a região sul do Estado, ninguém se entendia politicamente, o diário clamaria “aos responsáveis pela orientação política do sul” que, “acima das paixões e interesses pessoais”, encontrassem “uma fórmula capaz de unificar as alas” que travavam “uma guerrinha inglória” que não levava a lugar nenhum, servindo apenas “para acirrar os ânimos”. Faltando, principalmente, a Campo Grande, uma liderança que lhe traçasse os rumos a seguir, devendo os políticos arenistas se unirem em torno de quem se mostrasse “à altura do momento, seja ele este ou aquele cidadão”. O CE exporia seu posicionamento, até então velado, ao levantar a questão: “se Pedrossian tem força para liderar o sul, porque combatê-lo? Por que não prestigiá-lo tendo em vista a vitória arenista preconizada pelo sr. Presidente da República?”

³⁰⁵ *Correio do Estado*, 24 jun.; 17 ago. 1976.

³⁰⁶ *Correio do Estado*, 27 abr. 1976, p. 11.

Três edições depois, alegando-se ter o texto anterior alcançado “boa receptividade”, conforme comprovado por telefonemas e manifestações pessoais, o diário, em novo editorial, sob o título “União necessária”, mais uma vez, reclama por um homem que tivesse voz de comando, que soubesse dobrar, “com autoridade moral, os chefes que pululam por todos os lados sempre que se avizinha um pleito municipal”. O editorial apresentaria o ex-governador Pedrossian, com “penetração eleitoral no seio das massas do Sul do Estado”, o senador Canale, “que não [deixava] de ter seguidores incondicionais” e o governador José Garcia Neto, com “força que ninguém pode subestimar”, como sendo, “indiscutivelmente as três forças arenistas no Sul do Estado”, que, uma vez “unidos, mesmo com sublegendas” poderiam “dar tranquila vitória a Arena”, enquanto que “separados e se combatendo quase que ostensivamente”, só prejudicariam “o partido que pensam chefiar”.

Exemplificando a cisão presente dentro do próprio partido, em meados de julho, editorial do *Correio do Estado* revelaria ser o senador Mendes Canale contrário à divisão do estado, posto que se declarara “empolgado pela grandeza” do território, existindo “um lado sentimental [...], como filho de Mato Grosso, não gostaria de vê-lo dividido”. Assim, reafirmando ser a Arena favorável à divisão territorial, o jornal definiria as palavras de Canale como “uma contradição a tudo o que já foi divulgado”, configurando um prato cheio para a oposição. O diário divulgaria ter o senador acrescentado à sua fala que, entretanto, desde que o Governo Federal se dispusesse a “lançar um programa de infraestrutura para as duas regiões,” não seria contrário, ao que adicionaria o CE, “o governo federal está fazendo por Mato Grosso mais do que todos nós esperávamos e sonhávamos” com vistas “ao preparo de condições para que o Sul e o Norte do Estado possam ter vida própria, depois que a divisão for oficializada”.³⁰⁷ No dia seguinte, em novo editorial, sem tecer comentários, o *Correio do Estado* transcreveria as declarações de Mendes Canale divulgadas por inteiro pelo *O Estado de Mato Grosso* três dias antes da publicação do editorial do primeiro, o qual, propositalmente, omitira o conectivo ao citar as duas falas do senador que, imediatamente após reconhecer-se “empolgado com a grandeza do nosso território”, afirmara: “mas, deixando o sentimentalismo de lado, desde que o Governo Federal se disponha a lançar um programa [...] não serei contra.” (Grifos nossos).

Na mesma página, estrategicamente louvar-se-ia “Uma grande administração” a de Levy Dias à frente da Prefeitura de Campo Grande, afirmando o diário que “se a cidade, em toda a sua história teve grandes prefeitos”, nenhum poderia “ser tido como igual ou superior

³⁰⁷ *Correio do Estado*, 14 e 17 jun.; 16 jul. 1976, p. 2.

ao atual governante do município”. O texto era encerrado com o clamor, carregado de intenções: “Permita Deus, que o nosso povo, ao ir às urnas, saiba escolher um candidato que tenha capacidade para igualar, e se possível, superar a administração realizadora do sr. Levy Dias, para que Campo Grande não pare.” Ainda em julho, mesmo antes da Arena definir o nome de seus candidatos para o pleito a ser realizado em novembro, ainda outro editorial asseguraria: “O eleitorado volta-se para a Arena”, o texto garantia que a vitória no estado pertenceria ao partido governista, cabendo ao MDB “eleger de quinze a vinte prefeitos”. Desta forma, alertava-se, “não é negócio para a oposição ganhar essas eleições, pois os prefeitos eleitos, não rezando pela cartilha governamental, nada ou quase nada poderão fazer por suas comunas”, devendo as populações municipais pensar bem e não “deixar-se levar por atitudes impensadas, dando votos a candidatos da oposição [...], pois não existe em Mato Grosso municípios que possam dar-se ao luxo de sobreviver bem sem o amparo do governo estadual”, nem “mesmo municípios em franco desenvolvimento, com expressiva arrecadação”, ou seja, Campo Grande.³⁰⁸

O Informe Dois, também trazendo detalhes do pleito, afirmaria que “nunca se viu tanto jornalista candidato, numa só campanha”, o redator pediria a quem achasse “um verdadeiro jornalista dentre os muitos candidatos” que se arvoraram em homens de imprensa, que os informassem que faltava material humano nas redações. O salário, claro, não era tão bom quanto o da Câmara Municipal, mas ajudava “a pagar contas em atraso”. Por fim, garantia-se, “o duro vai ser achar jornalista ‘de fato’ dentre os candidatos”. No entanto, edição dada a conhecer apenas quatro dias após a publicação dos comentários do I2, traria “Sebastião de Oliveira Barbosires – Candidato à Reeleição”. Em sua breve biografia, o candidato seria apresentado, entre outras coisas, como: Jornalista Profissional, Radialista, redator da Coluna ‘A Cidade É Nossa’ no *Correio do Estado*, correspondente da *Folha de S. Paulo* e criador do Correspondente Rural, apresentado durante muitos anos ao lado de Juca Ganso. Na última página seria a vez do, também candidato a reeleição e igualmente afiliado a ARENA, Ramão Alcides Achucarro, 1º secretário na Câmara Municipal, sendo, ainda, radialista pertencente ao quadro funcional da Rádio Cultura, onde exercia a função de Chefe de Pessoal, responsabilizando-se, também, pela condução do programa Entardecer no Sertão.

Cerca de 20 dias antes da realização do pleito, editorial asseguraria que, desde 21 de outubro, toda a ARENA campo-grandense se encontrava “claramente pronunciando-se favorável à divisão do Estado, apoiando uma inteligente e patriótica iniciativa do governo

³⁰⁸ *Correio do Estado*, 13 e 17/18 jul. 1976, p. 2.

federal”, dando indícios de “ter sido encontrado um denominador comum”. Até o próprio Garcia Neto teria dado a entender que aceitava “a ideia de se dividir o Estado, podendo dizer-se, agora, que já não existe nenhuma força capaz de combater a antiga aspiração de todos nós”. Como um veredito final, afiançaria o *Correio do Estado*: “a Arena, na sua totalidade, acaba de abraçar a bandeira divisionista, conquistando assim maior número de adeptos”.

Em sua campanha partidária, o diário também lançaria mão de textos assinados por Antônio João que, assinalados por suas iniciais A. J. H. R., tratariam, majoritariamente, da política estadual. Desta forma, será o jornalista quem, em meados de novembro, já passadas as eleições, explicaria “Porque Campo Grande preferiu a Arena”, em resposta simples: “o eleitorado, realmente, não aceitou as agressões e as falsas mensagens”, da oposição que abusara do eleitorado, “o que não foi feito pela Arena”. O pleito consagrara Marcelo Miranda, apoiado por Levy Dias e Pedrossian, como novo prefeito de CG, não havendo, portanto, nem “vencedores nem vencidos, Mudam governantes, não o governo”. Achucarro seria reeleito com a 4ª maior votação do partido e, em fevereiro de 1977, Barbosires assumiria o cargo de diretor do Serviço de Divulgação do Estado de Mato Grosso - SEDIMAT, de Campo Grande.³⁰⁹

A relação conturbada de Garcia Neto com a imprensa transporia os limites do estado, e, em fins de maio e começo de julho de 1976, o governador moveria processo contra o deputado Sérgio Cruz, secretário geral do MDB e candidato à prefeitura de Campo Grande, que o denunciara por nepotismo. O deputado seria acusado por calúnia e difamação, e a secretaria de segurança daria início à sindicância, convocando, para prestar declarações, os jornalistas Pedro Paulo Tauci, do *Jornal do Brasil*, José Luís Alves, da revista *Veja*, e Daniel Lopes, de *O Globo*, que tinham enviado matérias sobre as denúncias. Todos, porém, se negariam a prestar declarações. Registrando o estranhamento dos correspondentes dos jornais do Rio e São Paulo, com o “fato de as autoridades mato-grossenses convocarem repetidas vezes os jornalistas para prestar declarações”, o diário afirmaria que Garcia Neto vinha “demonstrando nos últimos dias descontentamento para com os jornalistas correspondentes sem nenhum motivo aparente”, acusando os “jornais de fora” de publicarem “notícias inverídicas”. O CE prosseguiria, assinalando que “além de não ter desmentido qualquer informação dada pelos jornais do Rio e São Paulo”, ao ser “chamado para indicar as notícias inverídicas que disse terem sido publicadas”, o governador preferira dizer apenas que não achava o “momento oportuno para isso. Por fim, o diário garantiria que tal pronunciamento

³⁰⁹ *Correio do Estado*, 21, 23/24 e 25 out.; 20/21 nov. 1976; 19/20 fev. 1977.

havia sido “inteiramente gravado pelo serviço de imprensa do palácio” e a televisão Centro América, de Cuiabá, “só colocara no ar o trecho da entrevista onde Garcia Neto falava das notícias inverídicas publicadas pelos jornais do Sul”.³¹⁰

Um mês depois, tendo as acusações contra a chamada “*Oligarcia*” tomado a imprensa nacional, o *Correio do Estado* lançaria editorial denominado “Repúdio” onde, de um lado, criticaria a postura dos órgãos de maior penetração em todo o país que propagaram “publicações feitas de forma um tanto escandalosa” contra Garcia Neto e, de outro, lamentaria a ausência de alguma voz que se levantasse para defender o governador mato-grossense. Deu-se “a impressão de que o governador de todos os mato-grossenses ficou abandonado, entregue à própria sorte, numa hora em que mais precisava do apoio, da solidariedade e do carinho de seus amigos”. Para o jornal, tal “situação fora criada pelos próprios assessores governamentais, que não souberam ou não quiseram aparar as arestas quando estas começaram a surgir em Cuiabá”. Desta forma, como “representante da imprensa livre e independente”, o *Correio do Estado* se afirmava na “obrigação de sair a público para dizer que tais publicações, já de conhecimento geral”, mereciam total repúdio, pois não atingiam “apenas a pessoa de um cidadão mas, principalmente, porque foram ofensivas a todo o povo matogrossense”. Por fim, novamente, arvorando-se como porta-voz do estado, assegurar-se-ia: “em nome de Mato Grosso, aqui fica o nosso repúdio aos ataques sofridos pelo governo do Estado, e recebidos silenciosamente por aqueles que deveriam ser os primeiros a tomarem uma atitude ativa”.

No dia seguinte, novo editorial traria os “Motivos de uma atitude”. Dir-se-ia ter recebido apoio dos leitores pela publicação do artigo anterior, que tivera por objetivo alertar “os leitores para o mal causado a Mato Grosso pelas publicações estampadas nos grandes órgãos de imprensa de São Paulo”. A publicação admitiria ser verdade que José Garcia Neto nomeara “alguns parentes para certos cargos”, mas, saindo, agora, em defesa do governador, se afirmaria: “ao que sabemos, tais elementos são capazes e cumprem satisfatoriamente as suas funções”, como o caso da SANEMAT – presidida pelo filho de Garcia Neto. Confirmando haver ainda “outros exemplos”, eximir-se-ia o jornal: “não temos procuração para defender o Governo do Estado nessa emergência, mesmo porque nos falta dados concretos. [...] de nossa parte cumprimos um dever para com os nossos leitores, a nossa gente. É por isso que os matogrossenses acreditam no *Correio do Estado*”.

³¹⁰ *Correio do Estado*, 1 jul. 1976, p. 1.

Em outubro, no Informe Dois, o redator se utilizaria do eufemismo “aproveitamento de parentes no governo” para referir-se à atitude de Garcia que reclamava “do tratamento desigual” recebido da imprensa todas as vezes em que ia a Brasília. Reproduzindo informação do *Jornal de Brasília*, garantia-se que “a irritação de Garcia Neto [chegara] a um ponto bastante esclarecedor”, provocando seu questionamento: “será que outros governadores não nomearam parentes para nenhum posto?” Em resposta, ter-se-ia o nome do governador Moura Cavalcanti, de Pernambuco, que contava “com a colaboração” de mais de vinte parentes. Garcia teria afirmado ser este “um homem de sorte. Com todos esses parentes, não sai em nenhum jornal”, ao que completaria o redator da I2 “e pelo menos nessa observação, o governador de Mato Grosso está certíssimo, pois até agora apenas ele aparece como a grande vítima da imprensa”.³¹¹

O ano de 1977, atipicamente, não seria saudado com um artigo de boas-vindas, assim como o de 1976 não se encerrara com um editorial de despedida. No ano novo, porém, as pautas continuariam as mesmas: Divisão do Estado, Garcia Neto e a imprensa, o sequestro de Ludinho, as cisões dentro da Arena e os investimentos do Grupo Cultura/Correio do Estado. Durante os três primeiros meses de 1977, permaneceria “tudo como dantes...”. Em janeiro, manchetes dariam conta de que a divisão de Mato Grosso aguardava, unicamente, a vontade de Geisel e que Garcia Neto repudiava a “imprensa marrom”, declaração feita após ter figurado na capa da *Revista Veja*. O governador, mais uma vez receberia o apoio do *Correio do Estado* que, em editorial, “Falando francamente”, afirmaria: “este jornal, que tem mantido uma linha de independência, salvo uma ou outra ocasião, não tem encontrado motivo para fazer restrições ao governo que aí está”, o diário garantiria estarem os mato-grossenses satisfeitos com o que proporcionava o governo federal “e com a administração do sr. Garcia Neto”. Os cuidados com o governador “quase sempre mal informado pelos que os cercam [...] ludibriado na sua boa-fé e confiança pelas cassandras que o traem a todos os momentos”, justificavam-se, sobretudo, pela preocupação com a imagem de Mato Grosso, que, na visão do diário, se encontrava tomado por um “estouro de progresso”.³¹²

Em meados de março, a divisão territorial de Mato Grosso já se anunciaria como “um fato irreversível”, devendo ser logo decidida pelo presidente. Nova manchete propagaria: “Rangel Reis e Geisel, no Sul: Divisão de Mato Grosso vai sair mesmo em 1978”. Na capa do dia 24 de março, chamada para notícia exposta na 3ª página, informava: “Garcia: dividir não é

³¹¹ *Correio do Estado*, 5 e 6 ago.; 2/3 out. 1976.

³¹² *Correio do Estado*, 12 e 14 jan. 1977.

tão fácil quanto se pensa”, a frase, dita durante um encontro do governador com deputados estaduais, receberia o adendo: “principalmente quando se trata de Mato Grosso [...]. A divisão é a mais difícil e complicada operação aritmética”. Assim, próximo ao fim de março, o governador reafirmaria ainda não ter encontrado “nenhuma justificativa para a divisão do Estado e a tese dos divisionistas” e, relembrando a promessa de Geisel de que seria “o primeiro a ser cientificado de uma eventual divisão, caso ela realmente fosse ocorrer”, encerraria o assunto atestando: “até agora não tive qualquer comunicação nesse sentido”.

No dia 25 de março, a primeira página do *Correio do Estado* seria tomada por fotos, a maior delas ilustrava o momento do desembarque do “sorridente” Garcia Neto em Campo Grande, que fora “recebido até pelo prefeito Miranda. E garantiu que não apoia a divisão”, bem ao lado da foto, numa caixa de texto, a maior nota daquela página, estrategicamente, determinava: “Divisão sai ainda em 77”. A notícia completa, publicada na página 9, traria maiores informações de Garcia que, dizendo-se “sempre” contrário à divisão, garantia: “não é por vaidade, porque sei que ela, se ocorrer, não acontecerá no meu governo. Vou governar Mato Grosso inteiro até o fim do meu mandato e mesmo assim sou contra a divisão, até que me provem em contrário”.³¹³

No último dia de março, o diário anunciaria a adesão de Jânio Quadros à causa divisionista. No entanto, a forma como a notícia fora reportada, relegada somente à 5ª página da publicação, revelaria que o nome do ex-presidente já não tinha mais o mesmo peso. Em carta enviada ao secretário Victor Eugenio, da Indústria e Comércio, “a fim de ‘esclarecer um ponto equívoco’ qual seja o de que ele não é, nem nunca foi, contra a divisão territorial de Mato Grosso”, afirmaria JQ, conforme integralmente transcrito pelo *Correio do Estado*: “ao apoiar essa divisão, sobreponho, com todos, as vantagens óbvias e seguras, e a conveniência nacional, a quaisquer sentimentos de bairrismo ou nativismo estreitos, destituídos de visão ou fecundidade”. Jânio explicaria, ainda, que quando “candidato à Presidência da República e filho dessa terra generosa, - o que sempre declarei”, não lhe “cabia estimular a divisão de Mato Grosso. Acreditava, até, que podia e devia promover um esforço no sentido de integrar as duas regiões geopolíticas, possibilitando o grande Estado e, não mais, apenas, o Estado grande...”, o ex-presidente se afirmaria partidário de uma “ampla e definitiva revisão dos atuais limites ou contorno” das unidades federativas, justificando, desta maneira, o seu “entusiasmo patriótico” diante da “providência” que supunha “iminente da criação de dois

³¹³ *Correio do Estado*, 14, 19/20, 24 e 25 mar. 1977.

Estados”, favorecendo “o progresso de ambos, com características próprias e, até, conflitantes”.³¹⁴

Para tentar “agilizar a divisão de Mato Grosso”, 17 anos depois de extinta, em uma solenidade com a “participação do povo” e com a presença de “mais de 80 divisionistas”, seria recriada a Liga Sul Matogrossense. Paulo Coelho Machado, responsável por abrir a “grande assembleia” da Liga na Câmara Municipal, afirmaria que a agremiação não tinha por finalidade “lutar pela divisão de Mato Grosso”, mas sim, “talvez até de ordenar o movimento de comemoração”, não tendo “intenções de estimular confrontos, mas de ordenar o movimento e assessorar os trabalhos de organização do novo Estado”. Planejavam-se mobilizações visando “sensibilizar todos os sulistas para a necessidade da divisão, dando ao movimento um caráter coletivo”. Os recursos colhidos junto aos componentes, seriam “utilizados, inclusive, para a confecção de faixas, cartazes e *slogans*”, como a frase: “Não Fale em Crise, A Divisão vem aí”. Dentre os membros da Liga estavam José Fragelli, José Barbosa Rodrigues e Antônio João.

A partir de abril, os velhos questionamentos, finalmente, apresentariam novas respostas. Após encontro de Garcia com Geisel, a declaração do governador de que fora convocado pelo presidente para uma nova audiência dentro de 15 ou 20 dias, geraria apreensões no norte e expectativas no sul, levando o chefe da casa civil Archimedes Pereira Lima, “um dos mais ardorosos anti-divisionistas”, a afirmar: “nós já perdemos a guerra. Agora para fazer o armistício temos que saber onde serão estabelecidos os limites”, aproveitando-se desta declaração, o CE estamparia: “cuiabanos admitem que perderam a ‘guerra’”. Em editorial, respondendo “a reação dos sem argumento”, o *Correio do Estado* apresentaria a divisão como “idealizada e decidida no Palácio Alvorada, em Brasília, [...], bem apoiada pela população do Sul e igualmente bem acolhida pela grande Imprensa do País”, constituindo, àquela altura, “problema de Interesse De Segurança Nacional”, ou seja, problema “que se sobrepõe a preferências e recusas de grupos regionais, constituindo-se o último argumento de quem tomou a decisão de o homologar, no caso o eminente e esclarecido presidente Ernesto Geisel”.

No dia 18 de abril, ironicamente acima da foto de um Garcia Neto sorridente, publicou-se: “Mato Grosso está dividido, diz o governador – Garcia Neto reúne divisionistas para falar da divisão”. Legendando a foto, tinha-se: “numa reunião reservada, quase secreta, Garcia confirmou a divisão”, entre os divisionistas presentes a tal reunião, uma novidade: o

³¹⁴ *Correio do Estado*, 31 mar. 1977, p. 5.

ex-governador Fernando Corrêa da Costa. No dia 28, quando da visita de Geisel a Campo Grande, o *Correio do Estado* saudá-lo-ia com os dizeres “Benvindo A Mato Grosso do Sul, Presidente Ernesto Geisel”. Em editorial da edição seguinte, se pediria: “sejamos, pois, pacientes e confiantes. A Divisão vem aí! Quem esperou quase um século pode esperar mais alguns meses. Até lá, vamos pensando em como será a Bandeira de Mato Grosso do Sul [...]”.

O reencontro anunciado de Garcia e Geisel ocorreria no dia 3 maio. O governador que, na visita do presidente a CG, entregara os subsídios colhidos no estado sobre a divisão do Mato Grosso, dirigira-se para Brasília desde o dia anterior, quando afirmara o diário “Amanhã, novo encontro entre Geisel e Garcia Neto – Depois, pode sair a definição sobre a divisão de Mato Grosso”, no dia seguinte, somente invertendo as palavras, se garantia: “Divisão pode sair hoje [...] calma total no Mato Grosso do Sul, confiante que, desta vez, a divisão sai”. As previsões do *Correio do Estado* finalmente se confirmariam, ao publicar, no dia 4 de maio, a “EDIÇÃO DA DIVISÃO”, em editorial, quase quatro meses após esta publicação, afirmaria o jornal: “seguidamente foram as nossas informações e assertivas contestadas por políticos e administradores, que se julgavam muito bem informados. A essas contestações nada retrucávamos, pois *sabíamos muito mais daquilo que divulgávamos*.”³¹⁵ (grifos nossos).

A capa da edição da divisão traria a nota oficial expedida pela Presidência da República dando conta da criação do “Estado de Campo Grande”, o anúncio da previsão de um governador próprio já em 1978, a reprodução do mapa do novo estado e o relato da festa feita na capital:

Aos gritos de “liberdade” e de “libertação”, muitos vivas, milhares de foguetes espoucando por toda Campo Grande, champanhe sendo distribuída na Rua 14 de Julho, a principal da cidade, pelo vice-presidente do Diretório Municipal da Arena, Gabriel Spipe Calarge, o “Gabura”, mais de cinco mil carros circulando incessantemente e buzinando quase ininterruptamente. Lágrimas de alegria, euforia geral na cidade inteira, resume a grande e imensa festa feita pelo campo-grandense a partir das 16,30 horas, quando *a Rádio Cultura anunciou, em edição extraordinária*, que pouco antes havia sido realizada, em Brasília, uma reunião [...] com todos os políticos matogrossenses para anunciar que às 18 horas – 17 horas em Mato Grosso – o Palácio do Planalto divulgaria nota oficial dando conhecimento para toda a Nação, de que o governo havia decidido dividir o Estado. Meia hora depois, a informação era confirmada e, nessas alturas, o carnaval na Rua já era uma realidade. A divisão, finalmente, acontecera e era o resultado de uma luta de mais de 80 anos que *finalmente terminava com a última batalha, “comandada por um grande general, o presidente Geisel”*. (Grifos nossos).

³¹⁵ *Correio do Estado*, 1, 2/3, 6, 7, 16/17, 18, 19 e 29 abr.; 2 e 3 maio; 1 set. 1977.

O relato traria, ainda, declarações de figuras de destaque como o ex-secretário da agricultura Paulo Coelho Machado, o prefeito Marcelo Miranda e o bispo Dom Antônio Barbosa. Segundo o jornal, o departamento de polícia precisou lançar apelos para que “todos mantivessem a calma, para evitar acidentes”, Marcelo Miranda “que deixou seu gabinete e saiu às ruas, acabou tomando um banho de champanhe e participou, por alguns instantes, da festa”. Já durante a noite, o prefeito decretaria ponto facultativo, “ao mesmo tempo em que apelava a todos os campo-grandenses” para que fizessem “um feriado por conta própria, para comemorar a grande notícia da divisão.” Um grande número de divisionistas teria comparecido “à residência do ex-governador Pedro Pedrossian, lotando sua casa, na Avenida Afonso Pena, para uma comemoração” que duraria até a madrugada. Na página 2, manchetes alardeariam: “E Geisel diz a Garcia que Mato Grosso será Dividido – Um novo Estado: Campo Grande; uma nova Capital: Campo Grande”; “Emocionado, Pedrossian vê amor e soluções futuras”; “Nota da Casa Civil” e “Câmara, uma reunião histórica”, revelando, também, que enquanto havia festas em Campo Grande, “em Dourados, alguns vereadores fizeram pronunciamentos criticando o nome do novo Estado, chegando a ser até mesmo sugerida a realização de plebiscito entre os matogrossenses do Sul”.

A narrativa dos fatos da noite anterior continuaria ao longo de toda a página 3, que traria fotos da “grande festa de Campo Grande pela criação do Estado de Campo Grande” e maiores detalhes da agitação popular e da “maior passeata que já se viu”, tendo “um tipógrafo da Livraria Ruy Barbosa” imprimido “cerca de 100 mil folhetos com os dizeres: ‘Mato Grosso do Sul – ame-o ou deixe-o’ e ‘Obrigado, Geisel’”. A página traria novamente, porém, agora de forma completa, as declarações do prefeito Marcelo Miranda – que conclamava à união; e do “satisfeito” bispo D. Antônio, havendo espaço ainda para criticar “O laconismo de José Elias”, prefeito de Dourados, acusado de receber a notícia da divisão de forma apática; e para expor “as lamentações” do Norte. Finalizando a Edição da Divisão, tinha-se a quarta página inteiramente preenchida pela “História dos Movimentos Divisionistas”. No dia 5, confirmada a divisão, o diário tornaria, com maior intensidade, a bater-se pela pauta da união da Arena sul mato-grossense, posto que “a região Sul – futuro Estado de Campo Grande”, estava “praticamente sem uma liderança, em virtude das desavenças reinantes entre os políticos arenistas”, conclamavam-se os partidários a “parar para pensar, medir as suas forças e entregar o bastão de mando a quem tenha, na realidade, força eleitoral” – lia-se, Pedro Pedrossian; “são muitos os cidadãos dignos dessa posição, mas só essa dignidade não basta [...]”.

Já próximo ao fim do mês, Antônio João publicaria artigo denominado “Arena unida ou Arena destruída”, onde reafirmaria a necessidade de união das alas arenistas, em nome do “sucesso do novo Estado”. O autor lamentaria, em favor da união partidária, os recentes ataques do senador Mendes Canale contra o ex-governador Pedro Pedrossian, a quem o jornalista defenderia, alegando: “se um governo revolucionário puniu Pedrossian, outro, logo o seguinte, deve ter reconhecido muita injustiça nessa punição, tornando-a sem efeito e permitindo até mesmo que o engenheiro Pedrossian formasse na linha revolucionária e administrasse todo o Mato Grosso”. Já desde alguns anos, Pedrossian transmutara-se nas páginas do CE, em “chefe político, de indiscutível prestígio, não só no governo, como nos mais altos escalões do partido governista e, notadamente junto à população sul-matogrossense”. Enquanto que Canale, que por certo período de tempo – seu segundo mandato como prefeito de CG, havia se tornado bem quisto pelo jornal, ao hostilizar o ex-governador, retornaria à sua condição de inimigo político, conforme demonstram as palavras de Antônio João: “Canale, como senador, jamais defendeu a divisão, [...] colocando-se contrariamente a todos os sul-mato-grossenses [...]. Derrotado, não pode e não deve, agora, tentar conturbar o positivo clima emocional do Sul, revolvendo o passado, para, dele, tentar tirar proveito”, o redator alertaria ainda: “quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedras na casa do vizinho, [...] será melhor uma parada nas hostilidades iniciadas em Brasília, por Canale, que só tem a perder, pelo que se sabe”.

Mais duas principais pautas se imporiam no período, primeiro, o nome do novo estado, e segundo, o futuro governador. O CE lançaria mão de editoriais, textos assinados e matérias completas para fortalecer o seu ponto de vista, qual seja: “o nome Estado de Campo Grande está aí e ninguém ‘pode botar defeito’. Preferíamos que o nome fosse Mato Grosso do Sul. Mas como o Presidente decidiu em contrário – tá decidido”. E, “Pedrossian, o homem que deverá governar o Estado de Campo Grande”, com o “apoio significativo de influentes líderes populares”. Defendia-se, igualmente, a bandeira de que um mato-grossense deveria governar Mato Grosso do Sul.³¹⁶ Uma semana após lançar o seu editorial em defesa do nome de Estado de Campo Grande, a publicação divulgaria: “80% de possibilidades para Mato Grosso do Sul”.

Porém, não se deixando abater pelas probabilidades, lançaria novo editorial onde, após apontar os méritos de Campo Grande e a escolha da designação homônima para o novo estado como “motivo de júbilo”, alegar-se-ia: “acontece, porém, que muita gente está se mostrando

³¹⁶ *Correio do Estado*, 5, 7/8 e 24 maio; 18 e 19 jul.; 6 set. 1977.

inconformada, [...]. Achamos, porém, que os campo-grandenses devem, de unhas e dentes, lutar para que essa denominação sugerida pelo Presidente Geisel perdure definitivamente”, pouco importando “que esta ou aquela cidade sulmatogrossense, por meio de alguns divisionistas de última hora, ou políticos interessados no seu próprio futuro, queiram outra denominação. [...]. Afinal, campograndenses natos ou adotivos, Campo Grande não merece essa honra?”. Ainda mais enfático, finalizaria o redator: “esse negócio de Mato Grosso do Sul, Maracaju, Pantanal, Amambai, etc., não passa de sugestões bobas que devem ser esquecidas. Que venha e permaneça a denominação Estado de Campo Grande!”, cujo gentílico proposto pelo jornal seria “campograndinos”.³¹⁷

Dentro do novo estado a disputa pela comprovação da supremacia de Campo Grande seria travada, agora, com a cidade de Dourados, sede das principais manifestações desfavoráveis ao nome “escolhido pelo presidente” e, como um agravante, ambas as cidades pleiteavam igualmente a condição de sede da Faculdade de Agronomia - que seria por fim alcançada por Dourados. Embora houvesse disputas entre as duas cidades, ou, talvez, por isso mesmo, o *Correio do Estado* instalaria uma sucursal em Dourados, localizada “à Rua Firmino de Matos, nº 31”. Por outro lado, permaneceriam também os desafetos de longe. A primeira reclamação viria menos de um mês após a confirmação da divisão do estado - a outorga da “carta de alforria”. O cenário seria o concurso de Miss Mato Grosso quando, num resultado já previsto, “as misses que concorreram pelo Sul de Mato Grosso, em Cuiabá, não receberam mais do que vaias e uma enorme pressão”. Conforme a publicação, “o ambiente contra as misses representantes do Sul era tão hostil”, que muitas se recusaram a voltar às passarelas, as vaias às misses sulinas, “notadamente à srta. Ariane Moura, de Campo Grande”, seriam descritas como “algo de assustador”.³¹⁸

A partir de junho, agravar-se-iam as acusações: “O Norte começa ‘Operação Massacre’ contra o Sul – Secretaria de Saúde boicota Campo Grande; SESI vai transferir material para Cuiabá: as duas graves denúncias feitas ontem” pelo secretário Alfredo Pinto de Arruda, da Saúde que afirmava estarem sendo adotadas “atitudes maquiavélicas contra Campo Grande”, e pela vereadora Nelly Bacha, que registrara a ocorrência de “‘fatos estranhos’ [...] no SESI local, de onde [seria] retirado o que há de melhor para ser levado para Cuiabá”. Já em novembro, publicar-se-ia editorial de meia página denominado “Discriminação Regional Norte-Sul – Vingança pela divisão ou predação de fim de festa?”,

³¹⁷ *Correio do Estado*, 14/15 e 16 maio; 27 jun. 1977.

³¹⁸ *Correio do Estado*, 30 maio; 25 ago.; 4 out. 1977.

pouco depois desta publicação, Nelly Bacha solicitaria à mesa da Câmara Municipal a transcrição do editorial “nos anais da Casa”. Segundo o diário, a intenção da vereadora era “de alertar toda a edibilidade dos riscos que o Estado de Mato Grosso do Sul” poderia correr, antes de sua instalação e mesmo depois de 1979.³¹⁹

A campanha do *Correio do Estado* pela denominação Estado de Campo Grande não surtira o efeito desejado, sendo anunciado, em fins de julho, o nascimento, em 1º de janeiro de 1978, do Mato Grosso do Sul, denominação “mais agradável aos mato-grossenses [...] o nome que todos sempre pediram”³²⁰ para o novo estado que teria Campo Grande como capital. Ainda sobre o assunto, seriam publicadas notas com a opinião de alguns políticos locais, bem como o reconhecimento de ter sido o nome do novo estado divulgado em primeira mão pelo OESP. Pouco depois, Mato Grosso do Sul,³²¹ já seria referenciado como “um nome que completa tudo”. Em busca da legitimação de sua influência, em 1979 o CE faria campanha pela escolha do gentílico “matogrossês” para designação dos pertencentes ao novo estado, alegando-se que o substantivo “sul-mato-grossense”, cabia somente aos habitantes do Sul do Mato Grosso.

Em artigo assinado, J. Barbosa Rodrigues responderia a questão “Por que Matogrossês?” – expressão adotada em suas obras. Segundo o autor, o termo fora escolhido “para diferenciar, de forma sucinta, os habitantes do Mato Grosso do Sul, [do] ‘matogrossense’, gentílico este que, com justa razão, ficara para os filhos do remanescente Estado de Mato Grosso”. O jornalista advogava que, considerando a existência de regiões norte e sul ainda dentro dos limites de ambos os estados, tudo seria simplificado “com a adoção do gentílico ‘Matogrossês’ do qual se originariam as designações de norte-matogrossês e sulmatogrossês”, enquanto que “Terra Matogrossês designaria todo o Estado.” Garantindo firmemente: “até surgirem outros argumentos que me convencem em contrário, estarei adotando o Matogrossês para designar tudo o que disser respeito ao Estado”, expressão de uso “belo e gratificante”, pois relembra o Estado do qual se desmembrara, ao mesmo tempo que dava a ideia de que algo novo estava surgindo.³²²

³¹⁹ *Correio do Estado*, 8 jun.; 25 e 30 nov. 1977.

³²⁰ *Correio do Estado*, 25 jul. 1977, 1, 9.

³²¹ A partir da definição do novo nome, o *Correio do Estado* defenderia a prevalência das distinções Norte e Sul – Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul, “a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, onde existem os estados de Carolina do Norte e Carolina do Sul, Dakota do Norte e Dakota do Sul, sem qualquer prejuízo e tornando mais fácil a identificação dos povos, mantendo-os sempre unidos por laços de amizade e de afinidade geral”. *Correio do Estado*, 14 set. 1977, p. 2.

³²² *Correio do Estado*, 25 ago. 1977; 8 jan.; 24/25 mar. 1979.

A 24 de agosto, Geisel assinaria a “Lei da Divisão” que previa, dentre outros aspectos: um governador para o MS já em março de 1978; Campo Grande como capital definitiva; o término do mandato de quatro anos do prefeito Marcelo Miranda; extinção dos diretórios regionais da Arena e do MDB; orçamento próprio para ambos os estados para 1979; a destinação de 150 milhões para instalação do governo no Sul; 2 milhões em recursos para a divisão; eleição da constituinte em 15 de novembro de 1978; ajuda do governo durante 10 anos, assumindo também a dívida de Mato Grosso; manutenção do funcionalismo público e federalização da Universidade Estadual. A edição do dia seguinte à assinatura da Lei traria em sua primeira página nota de congratulação pela criação do novo estado, o texto seria assinado pelo *Correio do Estado*, Rádio Cultura, Rádio Canarinho, Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão e Empresa Rádio jornalística Matogrossense.

A mesma edição previa, “Paz na Arena, só após a indicação do governador”. Estipulava-se “que 85% dos arenistas do Sul de Mato Grosso” estavam unidos em torno do nome de Pedrossian para o governo do novo Estado, tendo “seu principal adversário”, o ex-governador José Fragelli, deixado “bem claro” que se Pedrossian subisse, ele abandonaria “definitivamente a política”. Em matéria anterior, o *Correio do Estado* afirmara que “positivamente, apenas dois políticos de relativa importância” apoiavam o senador Antônio Mendes Canale e o ex-governador José Fragelli “na guerra fria” movida contra Pedro Pedrossian, “Fragelli tem apoio de Canale e Canale tem apoio de Fragelli”. Segundo o jornal, “mais ninguém” apoiava “a onda de ataques” dos políticos que poderia redundar num acontecimento que nenhum “arenista consciente” desejava: a nomeação de um “interventor alienígena” para os primeiros seis anos de existência do novo Estado.

O *Correio do Estado* sentenciaria ser “em parte, [...] compreensível – mas não justificável” a atitude de Canale contra Pedrossian posto serem inimigos pessoais, mas “quanto a Fragelli, ninguém entende sua posição: foi Pedrossian que foi busca-lo, em Aquidauana, já afastado da política *por insucessos anteriores*, para leva-lo ao governo de Mato Grosso, o maior sonho de todos os políticos”. Assim, num discurso eivado de intenções, acrescentaria, ainda, o redator: “o que se esperava era gratidão ou, na pior das hipóteses, uma posição defensiva, mas nunca agressiva e *aí é que passa-se a acreditar que Fragelli gostou do governo e está lutando, embora incorretamente, para voltar ao poder*”. (Grifos nossos). Desta forma, a criatura (o *Correio do Estado*), voltara-se contra o criador (José Fragelli). Para além do nome de Pedrossian, cogitava-se também o do ministro do interior, “pai da Divisão”, Rangel Reis, “esse bom ministro um homem que tem quase tudo para governar Mato Grosso-

Sul”, faltando-lhe “a liderança não só política como principalmente popular”, em setembro, o próprio ministro desfaria os rumores, permitindo centrarem-se as apostas somente em torno de Pedrossian.

Já próximo à solenidade de sanção da Lei da Divisão, divulgavam-se os preparativos para que os interessados em participar da cerimônia fossem a Brasília. A Vasp disponibilizaria um Boeing especial com preço menor por passagem, saída de Campo Grande às 7 horas do dia 11 de outubro e retorno previsto para as 20 horas do mesmo dia. Cinco dias após este primeiro anúncio, já se divulgava o esgotamento das 119 vagas ofertadas. O avião utilizado, “o já chamado ‘Boeing da Divisão’”, receberia o nome de Mato Grosso do Sul, homenageando o novo estado durante toda a sua existência útil. Garantia-se o credenciamento de 850 divisionistas para assistirem a cerimônia³²³, entre eles, J. Barbosa Rodrigues. No dia 6 de outubro fora anunciada a grande festa da divisão, “uma grandiosa festa” com carnaval de rua, bailes nos clubes sociais e alvorada festiva “com participação ativa do campo-grandense”. O evento seria uma promoção do *Correio do Estado* e da Rádio Cultura em colaboração com a Prefeitura Municipal, Liga Sul Matogrossense, Secretaria de Educação e Cultura e Diretórios Acadêmicos das Faculdades Unidas Católicas, Universidade Estadual de Mato Grosso e Centro de Ensino Superior.

A “grande festa” teria início às 23 horas do dia 10, com o “Baile da Divisão” a ser realizado no Rádio Clube, às 6 horas da manhã do dia 11 – feriado municipal decretado pela Câmara de vereadores; teria início “a alvorada festiva” com a participação de fanfarras escolares, previa-se para as 9h30min “uma *super* concentração” defronte à Rádio Cultura onde a população em geral e diversas entidades se reuniriam “para o espetacular desfile”, iniciado instantes antes da solenidade de assinatura da Lei da Divisão. Perto das 10h30min, a Cultura, “diretamente de Brasília”, transmitiria toda a solenidade do Palácio do Planalto. O Carnaval de Rua com “a participação de todas as escolas de samba” era prometido para as 18 horas, e para completar a festa, os organizadores, *Correio do Estado* e Rádio Cultura, distribuiriam bandeiras com a inscrição Mato Grosso do Sul e “mais de 5.000 foguetes para tornar a comemoração ainda mais marcante”. Os organizadores seriam responsáveis, também, pelo registro dos eventos. A emissora comprometia-se a “doar, ao Museu da Divisão, a fita gravada com a solenidade de Brasília”, enquanto que o jornal documentaria “fotograficamente, todos os lances, desde a alvorada, a concentração, desfile e carnaval de rua”, a coleção completa de fotos seria igualmente doada ao Museu.

³²³ *Correio do Estado*, 13/14; 24 e 25 ago.; 17/18, 24/25 e 29 set.; 7 out. 1977.

A edição anterior à sanção da Lei traria, por primeira vez, a denominação “Campo Grande, MTS” e, já na primeira página do dia 12, imediatamente após a criação do estado, anunciava-se: “Nasceu Mato Grosso Do Sul”. Totalmente preenchida por três fotos, a página registraria: 1. “Brasília, o presidente Geisel sancionou ontem a Lei Complementar criando o Estado do Mato Grosso do Sul: quase 1.000 matogrossenses aplaudiram vigorosamente o ato presidencial”; 2. “Nos braços da enfermeira, Carlinhos, o primeiro matogrossense do Sul” e 3. “Uma grande passeata, com cerca de 50 mil pessoas, marcou a criação do Mato Grosso do Sul e a elevação de Campo Grande à condição de Capital de Estado”.

Os temas desenrolar-se-iam por mais quatro páginas, na última das 12 que compunham aquela edição, tendo já afirmado que “Sem muita festa” Dourados recebera o novo Estado, e se garantia: “Cuiabá praticamente viveu o dia mais triste de sua história”. Com maior destaque, seria novamente apresentada matéria sob o título “Pedrossian, o mais cotado”, na página 3, nas fotos da festa campo-grandense, seriam evidenciados os dizeres de um cartaz pregado num carro, onde se lia: “Obrigado, Geisel/ Benvindo Pedrossian”. Já em fins de outubro, o “Estúdio Cultura” conclamaria àqueles interessados “em possuir todos os momentos da assinatura da Lei da Divisão”, a entrarem em contato para encomendar a fita com “a gravação radiojornalística efetuada pela Rádio Cultura com exclusividade para todo o Mato Grosso”. Delimitavam-se 24 horas para a entrega do material.

Na segunda metade de dezembro, com foto de Fragelli na primeira página, confirmava-se a “cisão na Arena do MT do Sul”³²⁴, conforme o ex-governador, o fato não era “nenhuma novidade para ninguém [...] nós da ARENA, nos dividimos em dois grupos: um que se autodenomina de ‘Grupo Independente’ e esse grupo chama o nosso de ‘Ortodoxo’, que de ortodoxo nada tem, porque não temos um nome a impor”, o que, segundo Fragelli, acontecia no outro lado, onde Pedrossian era “imposto como governador aos seus seguidores que não [podiam], ao menos, opinar democraticamente”. Com o início do ano de 1978, iniciava-se, também, a contagem regressiva para o anúncio do governador do “novo Estado”. A situação se agigantava a cada dia e, a partir de então, todas as edições seriam marcadas por declarações e especulações em torno do assunto. O jornal, porém, manteria o seu discurso principal: “se depender de manifestação popular, o ex-governador Pedro Pedrossian, tranquilamente, será indicado para o governo do Estado do Mato Grosso do Sul” posto ser “inegavelmente o maior líder popular” do estado. Possuindo ainda outra “enorme vantagem”,

³²⁴ *Correio do Estado*, 6, 10, 12 e 27 out.; 17/18 dez. 1977.

era bem relacionado com o chefe do SNI, coronel João Batista de Figueiredo, apontado como sucessor de Geisel.

Intensificando a contenda, Garcia Neto, fazendo coro com Fragelli, Canale, Fernando Corrêa da Costa e com o ex-vice governador Cássio Leite de Barros, declararia o seu veto ao nome de Pedro Pedrossian, acusando-o de não ter “condições legais” para assumir o posto.³²⁵ O CE, que já desde agosto de 1977 passara a publicar, quase que diariamente, charges assinadas por “Padilha”, se utilizaria também destas para ilustrar o momento da política estadual:

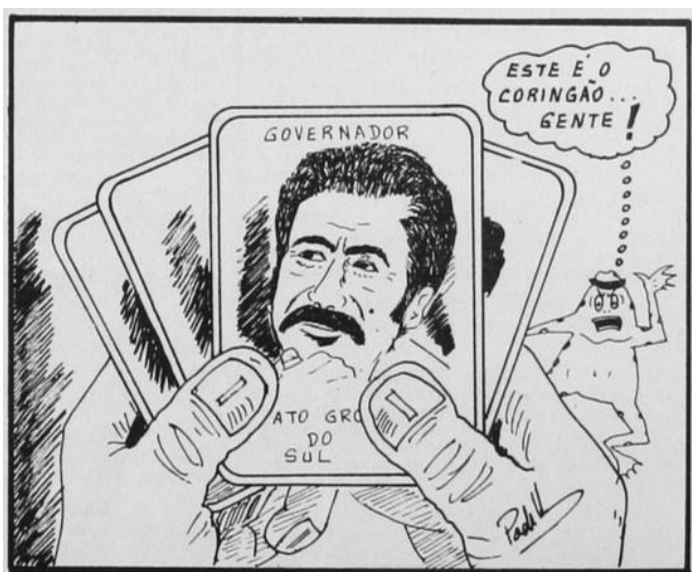


Imagem 4: “Este é o Coringão... Gente!”

Charge – Pedrossin, por Padilha.



Imagem 5: “Não pode! Não pode! NÃO!”

Charge – Garcia Neto, por Padilha.

Neste contexto, Garcia Neto afirmaria “interessar-se pelo problema sucessório, naturalmente ‘como um pai que vê a filha às vésperas de casar e se preocupa em que o pretendente não vise apenas obter dotes’”, afirmação que suscitaria o pronunciamento do CE: “de repente, a preocupação paterna do governador com o primogênito que não é seu”. Em meados de janeiro, o *Correio do Estado* anunciaria a indicação de Pedro Pedrossian como “possível e praticamente inevitável”. Já no final mês, o presidente da Arena nacional, deputado Francelino Pereira, segundo “fontes bem informadas”, seria incumbido pelo

³²⁵ *Correio do Estado*, 4, 6 e 13 jan. 1978, p. 1, 2.

presidente Geisel de promover a pacificação entre as alas da Arena sul mato-grossense na figura de seus líderes, tendo por objetivo a conquista do apoio ao ex-governador, “senão o apoio, pelo menos uma cessação das hostilidades contra Pedro Pedrossian, que tem suportado retaliações violentas, em completo silêncio, atendendo a determinações superiores”. Em sua defesa fervorosa, o diário lançaria mais um editorial em favor de “Pedrossian, a vítima dos retaliadores”, onde, após advogar sua inocência diante de todas as acusações (sempre retornando ao caso da Noroeste), reafirmar o prestígio do político junto ao presidente Geisel e ao futuro presidente Figueiredo. Concluía-se: “lembrem-se, os retaliadores, que a voz do povo é a voz de Deus. E que há quase 2.000 anos alguns infelizes tentaram acabar com a voz divina junto ao povo e ainda assim não conseguiram, pois a minoria desorganizada nada consegue senão aniquilar-se a si própria”.³²⁶

No dia seguinte à viagem de Pedrossian a Brasília a fim de entregar sua defesa ao presidente, este mesmo documento seria publicado na íntegra pelo *Correio do Estado*, preenchendo quase toda a segunda página do jornal, que o resumiria como um “longo arrazoado” onde gradativamente Pedrossian esclarecia “as denúncias e apresentando a sua defesa, provando a inexistência de corrupção e improbidade moral na sua administração”, levava também fatos novos “amplamente favoráveis”. Na sequência, o editorial “Guerra política” afirmaria que “tudo o que era possível de pior” acontecera, uma “guerra política e de políticos, prejudicial aos interesses do partido arenista”. Lamentando não ter sido ouvido em seus apelos por unidade “antes que a ‘guerra’ estourasse”, afirmava-se que, como resultado desta, havia “um líder massacrado, transformado em mártir junto à opinião pública que de há muito já decidiu qual a sua atitude em face do futuro”.³²⁷

Ao tratar da sucessão no Mato Grosso do Sul, o diário apontaria haver a cada dia um candidato de plantão, transformando-se a situação num “autêntico ‘samba do crioulo doido’”, ou uma dança das cadeiras, onde o ritmo era ditado pelo presidente Geisel. Condenando-se, o *Correio do Estado* afirmaria estarem trabalhando “os candidatos a candidatos” que pagavam “generosos – e caros – espaços nos jornais da Capital federal, sempre com intuito de impressionar os dirigentes da Nação, como se eles fossem tolos a ponto de ver o material jornalístico como imparcial e, sobretudo como demonstrativo de prestígio”. Dando vazão “a voz do povo” o jornal reafirmaria por meio de “pesquisas relâmpagos”, a preferência popular por Pedrossian. No entanto, em busca da utópica isenção, garantiria que a transmissão do

³²⁶ *Correio do Estado*, 18 e 30 jan.; 13 fev.; 3 mar. 1978.

³²⁷ *Correio do Estado*, 22 e 23 fev. 1978, p. 1, 2.

resultado da consulta não significava que a folha tinha “interesse por este ou aquele governador. Apenas informamos o que colhemos entre a população”, em caso de dúvida, prosseguiria o redator, que saiam “à rua e indague da população, como nós fizemos”.

A 13 de março, a publicação alardearia “Geisel escolhe sozinho o governador do Mato Grosso do Sul” e, conforme um de seus colunistas, quem censurasse ou abrisse a boca contra a escolha presidencial levaria “fumo grosso. Quem duvidar, que experimente”. Especulavam-se, entre os possíveis candidatos, os nomes de Pedro Pedrossian, Levy Dias, Alceu Sanches, general Dilermando Monteiro, economista Afonso Simões Corrêa, empresário João Carlos Meirelles (de São Paulo) além de outros candidatos como Lúdio Martins Coelho e Marcelo Miranda Soares, “considerados fortes”. A lista de Rangel Reis, traria ainda os nomes do superintendente da SUDECO, Júlio Laender, e dos senadores Rachid Derzi e Mendes Canale. No dia 14, “em Campo Grande o clima de tensão, inquietação e até angústia era notável”, levando a polícia a determinar “regime de prontidão” por temer uma rebelião caso Pedrossian não fosse nomeado ou mesmo um clima de excessiva euforia, caso fosse indicado. A notícia dava conta também de terem os “campo-grandenses ansiosos” à caça de informações, ligado para as redações do jornal *Correio do Estado* e da Rádio Cultura durante todo o dia.

A edição de 20 de março revelaria a expectativa de que a indicação ocorresse ainda naquele dia e, mais uma vez, o jornal asseveraria a “preferência absoluta” de Geisel pelo ex-governador Pedro Pedrossian, fato indubitável, pois “como as vontades do chefe da nação sempre tem prevalecido,” a indicação do ex-governador era “bem possível”, até porque este, conforme se garantia, era “o grande líder eleitoral” com “esmagadora preferência da maioria”, que não deveria ser desprestigiada, sob pena de que o partido governista fosse amplamente derrotado no próximo pleito. Na edição seguinte, fontes do Planalto informariam que dificilmente seria submetido o nome de Pedrossian, por ser muito difícil sua aprovação pela câmara alta, passando Marcelo Miranda, conforme a “cotação”, a representar uma “alternativa”.³²⁸ No dia 22 de março de 1978, finalmente seria respondida pergunta deixada no ar desde 29 de julho de 1977, quando, após ter o secretário Bento Porto descrito a figura do futuro governador do MS, questionaram-lhe: “esse homem tem bigode?”, sim, o novo governador tinha bigode, no entanto não era “Pedrossian, o mais cotado”, e sim Harry Amorim Costa, “dentre todos, o único nunca lembrado”.

³²⁸ *Correio do Estado*, 9, 11/12, 13, 14, 20 e 21 mar. 1978.

As três primeiras páginas daquela edição trariam os desdobramentos da nomeação de Amorim Costa, “mais um grande furo jornalístico da *equipe Correio do Estado/Cultura, que faz a história do novo Estado*”, a emissora transmitiria a informação diretamente da redação do diário. (Grifos nossos). A primeira página do dia 22 traria breve biografia do novo governador, um gaúcho de 51 anos de idade, natural de Cruz Alta, tenente da reserva e atual diretor-geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS; além do resumo do anúncio da desistência de Pedrossian – “por entender que não devia expor o presidente da República a problemas que seus adversários políticos ameaçavam criar no Senado”; e da nota “Pela Rádio Cultura, a cidade fica sabendo quem vai governar”. Na segunda página, tinha-se: “Harry Amorim Costa, Governador do MS Uma surpresa para todos”; “Marcelo não comenta e garante que já sabia”; “Pedrossian comunicou a Geisel a sua desistência ao governo e prometeu expurgar adversários” e, “Pedrossian quer julgamento do povo” – nota explicativa entregue à imprensa pelo ex-governador. A terceira página retomaria o anúncio do nome do futuro governador pela Rádio Cultura, a “Biografia do engenheiro Harry Amorim Costa”; “‘Harry, um grande técnico, um grande político’: Levy encara decisão como serena e sábia” e “Harry Amorim Costa, o governador”.

A última edição do conturbado mês de março apresentaria, mais uma vez, o governador do Mato Grosso do Sul, “um homem simples e, acima de tudo, um pescador nato”. A publicação elogiaria Harry, “de origem humilde e modesta”, como um bom pescador que, segundo “seus amigos”, guardava “apenas os exemplares maiores e o suficiente para seu suprimento”, um bom pai “mantendo relações excelentes com os filhos, com os quais fala sempre com extrema sinceridade”, no DNOS, “um ‘superdotado’ no que se relaciona à sua habilidade tato-política e às suas facilidades em conquistar amigos”. A charge que ilustraria a nota, retratava o governador na estrada, trajando as típicas vestes gaúchas e segurando uma mala, uma seta apontando para a esquerda trazia a inscrição: “Campo Grande Mato Grosso do Sul”, em cima dela estava o sapo, mascote característico do chargista, proferindo sua declaração: “Tô contigo e não abro tche! Seja bem-vindo”. A mesma edição traria, igualmente, o anúncio do início da campanha política de Pedrossian ao senado. Pouco depois, o *Correio do Estado* já exibiria em suas páginas o proclama: “Para Senador Pedro Pedrossian”.³²⁹

No início de agosto, em primeira página, noticiou-se a visita de Harry à sede da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão, na Rua 26 de Agosto que, segundo o redator, se mostrara

³²⁹ *Correio do Estado*, 22 e 31 mar. 1978.

“impressionado pelo esforço que vem sendo feito por todo o conglomerado para acompanhar as perspectivas de desenvolvimento do novo Estado”. A primeira foto da edição ilustrava o encontro do governador “com os diretores do conglomerado jornalístico que está crescendo no Mato Grosso do Sul”. Segundo o diário, Harry deixara “impressão muito positiva”. Desta forma, “acompanhado dos diretores do maior conglomerado jornalístico matogrossense”, o governador visitaria também a sede da Rádio Cultura e as oficinas gráficas do *Correio do Estado*.³³⁰

Desde junho de 1978, o *Correio do Estado* divulgaria o lançamento do livro “Mato Grosso do Sul” de José Barbosa Rodrigues, obra didática destinada a “3ª série do 1º grau”. E, em julho, já seria anunciada outra obra, “Isto é Mato Grosso do Sul (Desde a pioneira entrada de Aleixo Garcia 1525 até à chegada de Amorim Costa 1978)”. A venda ocorreria “nas boas livrarias e no *Correio do Estado*”. Anunciado como “o mais completo estudo Histórico e Geográfico” sobre o estado, o livro, como todos os demais investimentos do grupo naquele período, seria, igualmente, descrito como “pioneiro”, um relato da “história de um povo que construiu um grande Estado – Um livro para ser lido e guardado”. Como parte das estratégias de venda e divulgação da obra, o diário publicaria o quadro “Veja se o seu nome já entrou na história do Mato Grosso do Sul”, onde eram listados mais de 170 nomes que apareciam “no primeiro livro editado” sobre o novo estado. Desta forma, apelava-se, “se você encontrou acima o seu nome, procure nas livrarias da cidade o livro ‘Isto É Mato Grosso Do Sul’ – Os seus amigos e os seus parentes gostarão de conservar um exemplar. Preço: Cr\$ 120,00”. Em dezembro, o livro seria divulgado como “O Melhor Presente - para um parente ou amigo distante”, além de uma forma de divulgar o novo Estado: “a sua Mensagem de Natal e Ano Novo deve ir com algo que fale deste nosso grande Estado, ainda pouco conhecido”.

Em agosto, finalizando a tríade de obras, seria lançado o livreto “Campo Grande, Meu Amor – Resumo Histórico e Geográfico do Município”, com “46 páginas ilustradas, a venda nas boas livrarias” por NCr\$ 30,00. Inicialmente redigido para crianças, o livro tivera, conforme o autor, “aceitação por parte de adultos, pois a cidade constitui objeto de um querer-bem muito grande de todos nós”. Uma segunda edição fez-se necessária dado o esgotamento completo das três mil cópias da primeira, conforme atestaria o diário em agosto de 1979, apontava-se o esgotamento como comprovação de “sua aceitação pelos meios estudantis da cidade”. O “opúsculo” seria republicado em 1981 com pequenas modificações no que diz respeito a dados estatísticos.

³³⁰ *Correio do Estado*, 5/6 ago. 1978, p. 1, 9.

A nota asseguraria, ainda para aquele ano, “estar nas livrarias o prometido trabalho de maior fôlego, que é a ‘História de Campo Grande’, resultado de muitos anos de pesquisa em documentos, publicações e jornais de várias épocas da vida campograndense”.³³¹ Em favor do livro e de seu autor, em 1978, após muitos anos sem fazê-lo, Júlio da Silva voltaria a assinar uma nota. A divulgação das obras do “Erudito J. Barbosa Rodrigues” seria feita, também, por seus pares da Academia Sul mato-grossense de Letras da qual o casal Henedina Hugo e José Barbosa Rodrigues fazia parte, sendo titulares, respectivamente, das cadeiras 06 – Patrono: Arnaldo Estêvão de Figueiredo e 13 - Patrono: Estêvão de Mendonça³³². Alguns dos acadêmicos eram responsáveis pelo “Suplemento Literário” do *Correio do Estado*.

Já no fim do ano de 1978, enquanto Harry, o governador das primeiras páginas – dado terem sido raras as edições desde o anúncio de seu nome para o governo de MS, que não figurara na primeira página do CE, sendo costumeiramente referenciado por foto - fazia “sucesso com o povo” e ia “aos poucos conquistando a confiança da população do novo Estado” conclamando a todos para se unirem “em torno do objetivo comum”, a construção de “um Estado modelar”³³³, Garcia Neto perdia o apoio, e o que era “muito pior, o apreço do Palácio do Planalto”. O veredito baseava-se na informação prestada por “fontes políticas de Cuiabá” de que uma carta enviada pelo ex-governador ao presidente Ernesto Geisel fora “devolvida sem que sequer tivesse sido aberta”, configurando “o mais rude golpe em sua outrora brilhante carreira política”. Segundo o *Correio do Estado*, Garcia “começou a cair em ‘desgraça política’ desde que se revelou contra a decisão palaciana de criar Mato Grosso do Sul, mobilizando outros personagens em seu apoio”. Garcia Neto abandonara o governo para concorrer a uma cadeira no Senado, conquista tida como pouco provável, posto que a sua “tentativa inútil e quase imbecil” de impedir a divisão de Mato Grosso, “além de todas as suas trapalhadas e as denúncias frequentes e, irrefutáveis de corrupção administrativa, nepotismo e outras”, para além da “posição tomada contra a escolha de Pedro Pedrossian ao governo do Mato Grosso do Sul”, resumiam a “sua desastrosa administração” que passaria “à história do Mato Grosso não como praticamente a última, mas como a pior de todas”.³³⁴

Em novembro, as eleições confirmariam a preferência popular de Pedrossian, “o primeiro senador do Estado de Mato Grosso do Sul”. Em seu cantinho, Léo assinalaria que essa preferência custara “a Pedro suor e lágrimas [...] a pancadaria, moral bem entendido, foi

³³¹ *Correio do Estado*, 10/11 jun.; 22/23 jul.; 3 e 18 ago.; 5 dez. 1978; 12/13 maio; 27/28 ago. 1979.

³³² *Correio do Estado*, 8/9 abr.; 16/17 e 28 set. 1978.

³³³ *Correio do Estado*, 28/29 out. 1978, p. 1, 11.

³³⁴ *Correio do Estado*, 4 set. 1978, p. 1, 5.

grossa, partia do governo de Garcia Neto, dos adversários políticos e dos próprios companheiros de partido”, porém, apesar de “ter comido o pão que o diabo amassou com o rabo [...] Pedro venceu”, estava eleito, podendo “vir a ser um líder político no novo Estado.” Comentando a vitória de Levy Dias como deputado federal, afirmaria o colunista “se Pedro e Levy voltarem a amarrar os seus cavalos no mesmo tronco, ninguém os derrotará daqui por diante. Unidos, serão invencíveis, mas se permanecerem separados, serão destruídos, a não ser que aconteça um milagre” – os políticos estavam “de relações estremecidas” desde que o ex-governador se lançara como candidato ao Senado. Em sua mensagem ao povo de Mato Grosso do Sul, publicada na mesma página que a nota “Pedro e Levy” assinada por Léo, Pedrossian admitiria não ter recebido “em números absolutos” a maioria dos votos em Campo Grande, porém, “examinada na sua relatividade e, considerando o conjunto de fatores manifestos durante a campanha”, os votos recebidos representavam igualmente “uma grande vitória”.³³⁵

Uma edição especial com 34 páginas divididas em 3 cadernos encerraria o ano de 1978. Na capa da edição, propagava-se: “Nasce Um Estado, Nasce Uma Capital”, tendo a criação do Mato Grosso do Sul como tema central, seriam apresentadas notas, matérias e artigos assinados, bem como as muitas congratulações de políticos e anunciantes. Dentre os títulos abordados, destacavam-se: “No começo do Ano Novo, nasce um Estado e uma Capital”; “A programação para os festejos de implantação do Mato Grosso do Sul”; “Brasão de Armas e Bandeira de Mato Grosso do Sul”; “Cronologia dos fatos mais importantes da divisão-1977”; “Campo Grande, a majestosa Capital do Mato Grosso do Sul”; “Os benefícios da criação do Mato Grosso do Sul”; “O povo e o Mato Grosso do Sul”; “Discurso do presidente Geisel”; “Discurso do ministro do Interior”; “A divisa entre os dois Estados”; “Uma data histórica: a 11 de outubro Geisel assinou a Lei da Divisão”; “A passeata de 50 mil pessoas saudou assinatura da Lei”; “E Geisel disse a Garcia que Mato Grosso seria dividido”; “Campo Grande festeja com champanhe; Cuiabá só faz lamentar a divisão”; íntegra da “Lei Complementar nº31, de 11 de outubro de 1977” e “História dos movimentos divisionistas”, este último, com um adendo, a participação do *Correio do Estado* no processo da divisão.

O relato preencheria por completo toda uma página e, com início no desmembramento das Províncias de Mato Grosso e de São Paulo em 1748, estender-se-ia até 1977. O texto, que não teve seu autor revelado, apresentaria o diário como sendo “desde a década de 50, o órgão que mais deu apoio aos divisionistas”, quando, novamente, reaparecera “o movimento

³³⁵ *Correio do Estado*, 30 maio; 21 nov. 1978.

separatista, desta vez ainda mais forte, chegando-se até mesmo a ser elaborado um projeto que seria apresentado à Assembleia Legislativa, propondo a divisão”. No entanto, “nem o projeto nem a Resolução foram apresentados” e, passados quase 20 anos, por primeira vez, se admitiria a frustração dos divisionistas “com as afirmações do então candidato à presidência, Jânio da Silva Quadros, de que era contrário à divisão de Mato Grosso, sua terra natal: “Jânio, nascido em Campo Grande, traía assim, os princípios de independência de sua cidade e região”.

O autor prosseguiria no seu intuito de legitimação do *Correio do Estado* como agente histórico da divisão - conforme atestado também pelo *slogan* “equipe Correio do Estado/Cultura, que faz a história do novo Estado”; responsabilizando-o, desta forma, em 1974, por reacender o movimento divisionista ao lançar as declarações do ministro Rangel Reis de que estavam sendo realizados estudos para a divisão “na primeira página e, no mesmo dia, a chama do divisionismo estava novamente acesa, muito acesa” (grifos nossos). Assim, mesmo após um período de silêncio “por determinação da presidência”, “a chama continuava acesa” e, em “10 de março de 1977, o ministro Rangel Reis, [...] ao lado do presidente Ernesto Geisel, declarava que os estudos estavam prontos [...]. As declarações ganharam manchetes e novamente o *Correio do Estado*” seria “o primeiro órgão a divulgá-las”.³³⁶

A política continuaria sendo a tônica principal do *Correio do Estado* que, da forma mais improvável, veria, finalmente, a recondução de Pedro Pedrossian ao governo estadual. As especulações em torno da permanência de Harry como governador teriam início já nos primeiros meses de 1979, dado que, pouco mais de dois meses após a sua posse, ocorrida em 1º de janeiro, a Câmara Municipal de Campo Grande aprovaria requerimento pedindo a destituição de Amorim Costa e a convocação de eleições diretas.³³⁷ Duas edições após noticiar a petição dos vereadores, o diário afirmaria ter, “pelas manifestações colhidas” pela reportagem, se chegado à conclusão de que a opinião pública não apoiava o pedido da Câmara Municipal.

Antônio João assinaria artigo sobre o assunto, pontuando estar a câmara “lamentavelmente mal intencionada [...] fazendo o jogo cuiabano. Ou seja: em vez de trabalhar pela construção do Mato Grosso do Sul”, atuava “no sentido de criar um clima de discórdia e de maiores dificuldades para o governo recentemente instalado”. A atitude dos vereadores seria definida pelo jornalista como “ridícula” e “horrorosa”, oriunda “de uma

³³⁶ *Correio do Estado*, 30/31 dez. 1978, p. s/nº.

³³⁷ *Correio do Estado*, 15 mar. 1979, p. 8.

Câmara Municipal inexpressiva e corroída por interesses egoísticos”, ao presidente do legislativo municipal, vereador Albino Coimbra que, se fosse “mais hábil e menos ambicioso, teria condições de raciocínio político”. Caberiam as maiores acusações, infantil, indigno, corrupto, sem classe e respeito, mesquinho e egoísta, seriam algumas delas, sentenciando ainda o autor, “edil, que aspira, um dia (Deus queira que isso nunca ocorra), atingir a chefia do Executivo municipal”.

Antônio João afirmaria, por fim: “lembramos aos vereadores *que há muitos anos mais que eles estamos empenhados na criação do Mato Grosso do Sul*. Por isso mesmo, nos posicionaremos sempre contrários àqueles que, movidos por interesses pessoais, pouco honestos,” buscam “um novo clima de discórdia”. No dia 20 de março, seria noticiada a surpresa de Amorim Costa ao saber de sua “suposta renúncia”, boato, conforme o jornal, surgido em Cuiabá. No dia 18 de abril, foto do governador na primeira página traria a legenda: “mais uma vez, ameaçado pela desarmonia dos arenistas do novo Estado”, independentes e emedebistas haviam reiniciado “a campanha anti-Harry”, a principal reivindicação era a maior participação política de ambos os grupos. Segundo o jornal, a campanha só não lograria êxito diante de uma possível reação contrária “do campograndense e do matogrossês – que, entretanto, não [via] em Harry o governador ideal, mas normalmente [mostrava-se] contrário às barganhas políticas”. No começo de junho os deputados de toda a bancada arenista assinariam documento que, ainda que “pouco expressivo”, continha “o apoio que faltava” ao governador.³³⁸

No dia 5 de junho, toda a metade superior da primeira página seria ocupada pela notícia de que Pedrossian, em audiência com o presidente Figueiredo, daria “sua última cartada tentando assumir o governo do Mato Grosso do Sul”. A notícia completa, publicada na segunda página garantia: “Hoje, no Planalto, Pedro Pedrossian tenta ‘xeque’ para derrubar Harry”, nova motivação seria apresentada para justificar a mobilização contrária ao governador, este poderia tornar-se “um autêntico ídolo e a maior força política estadual”, superando a figura de Pedrossian, que se arriscava nesta última jogada. Caso o plano do ex-governador não pudesse ser realizado na íntegra, o nome de Marcelo Miranda ressurgiria “como uma opção viável [...] para substituir o governador”. Quanto a Harry, atestava-se estar “tranquilo e quase alheio a celeuma criada [...] como se estivesse pagando para ver”, pois, havia assumido “o controle da política do Mato Grosso do Sul” estando “tranquilo e seguro no cargo”.

³³⁸ *Correio do Estado*, 17/18 e 20 mar.; 18 abr.; 02/03 jun. 1979.

No dia 6 de junho, fotografia na página inicial mostraria Harry Amorim recebendo manifesto de apoio de 49 prefeitos, pouco mais abaixo, tinha-se a nota: “Depois do encontro Pedrossian mantém completo silêncio, [...] as especulações em toda a Capital [...] eram – e continuarão a ser – as mais variadas possíveis”. No dia 8, o veredito: “Marcelo será governador”, fontes davam conta de ter custado “algum esforço” a Pedrossian aceitar a indicação de Marcelo “porque ele esperava, desta vez, ser o escolhido. Seus amigos lhe ponderaram, todavia, que seria preferível ‘ganhar uma parte agora e o todo no futuro’. Seria apresentada, ainda, a terceira justificativa para a deposição do governador: “Constituição, o grande problema”, as informações advindas da Agência Estado indicavam que o artigo 176, que previa a permanência de Harry Amorim Costa “pelo mesmo período dos demais governadores; concedendo pensões e benefícios políticos; o 13º salário ao funcionalismo público, além de outros dispositivos incomuns”, fora “*a causa única – ou pelo menos principal* do afastamento de Amorim Costa”. (Grifos nossos)

A 12 de junho, cinco meses após a posse do governador, João Batista Figueiredo assinaria o decreto de exoneração de Harry que aconselhado a renunciar, afirmaria: “não pedi para entrar, não peço para sair”. Junto com a demissão, apresentar-se-ia a quarta justificativa: a exoneração era “consequência da exigência dos senadores do novo Estado e [...] diante da impossibilidade de um consenso, não houvera outro recurso senão a decisão extrema”. O assunto se estenderia, também, pela segunda página que dentre outras coisas, revelaria ter havido “uma nova passeata” em oposição à feita pelas mulheres em apoio ao governador na manhã do dia 12, está outra seria realizada por um grupo de adeptos a Pedrossian e Marcelo, que tendo pouca adesão, soltava foguetes e ostentava cartazes com os dizeres “fora gauchão” e “tchau tchê”, a mesma página traria também as biografias de Marcelo Soares, Londres Machado – presidente da Assembleia Constituinte que assumiria interina e provisoriamente o governo estadual, e Albino Coimbra Filho, o já mencionado presidente da Câmara que seria alçado a prefeito municipal.

Novamente assinando artigo, Antônio João afirmaria ser “hora de se pensar exclusivamente no Mato Grosso do Sul, [...]”. Por isso, não entramos no mérito da questão, se foi válida ou não a *derrubada do ex-governador*, principalmente porque é fato consumado e independente de novas discussões”³³⁹ – apesar da palavra escolhida revelar o contrário. Em matéria redigida pelo próprio Antônio João, “enviado especial a Brasília”, seria apresentada a quinta justificativa para a demissão do governador: conforme Pedrossian, desde o ano

³³⁹ *Correio do Estado*, 5, 6, 8, 13 e 20 jun. 1979.

anterior, “o presidente João Batista Figueiredo tinha um ‘*compromisso formal*’ com ele e sua ala: a exoneração de Harry Amorim Costa, [...] havia sido definida antes mesmo dele tomar posse no governo”. Em 28 de junho, pouco mais de três meses após a primeira moção dos vereadores campo-grandenses contra Harry, manchete na primeira página destacaria: “Marcelo Miranda já é governador”. Pouco depois, em editorial “propondo um voto de confiança” à nova administração, afirmava-se “Tudo Está no Seu Lugar... Graças a Deus”.³⁴⁰ (Grifos nossos).

Em dezembro, após a poeira baixar, numa espécie de retrospectiva, apresentou-se a matéria: “Harry, Londres e Marcelo, três governadores, só um ano do Mato Grosso do Sul”, e, quando pareciam findas as justificativas para a saída de Harry Amorim – nomeado porque “o presidente Geisel encheu-se” da ação dos políticos sul mato-grossenses; o *Correio do Estado* apresentaria um sexto motivo: “sem ser político habilidoso, sem ter experiência em política partidária, o governador tentou composições, conquistou simpatia popular e *quando começava a crescer deixou que o poder lhe subisse à cabeça e cometeu alguns erros* que lhe custaram um complô político”. A publicação diria, no entanto, que ainda que “derrotado, Harry deixava o governo quase como um vencedor”.³⁴¹ (Grifos nossos).

Mesmo que o nacional, conforme se admitia, não fosse o mote principal do diário, o seu registro se fazia indispensável. As opiniões emitidas sobre os assuntos nacionais receberiam, em geral, a assinatura de Antônio João que, naquele ano de 1979, trataria de assuntos como “A Anistia da oposição”, o “Brasil futuro” e “A extinção do MDB”. Sobre o primeiro, afirmaria “não somos contra a anistia, mas somos, como não poderia deixar de ser, contra a anistia ampla e irrestrita, que implica no perdão daqueles que feriram e mataram”, ou como diria em outro trecho “aqueles que regaram o solo pátrio com o sangue de inocentes em atos de terrorismo. [...] Perdoar tais elementos [...] seria, em verdade, o maior crime contra os direitos humanos”, definindo a opinião da oposição como “paradoxal”, pois “se de um lado” condena “espancadores e torturadores”, de outro, apoia “assassinos que não hesitaram em lançar a morte através de bombas ou armas de fogo contra a população”. No entanto, em outro momento o jornal abriria espaço para, ainda que numa pequena nota, com letra reduzida, dividindo espaço com os “Anúncios Populares”, a publicação do Convite à população para

³⁴⁰ *Correio do Estado*, 23/24 e 28 jun.; 6 jul. 1979.

³⁴¹ *Correio do Estado*, 31, dez. 1979, p. 7.

“um ato público em homenagem ao ‘Dia Nacional de Luta pela Anistia’”, evento realizado pelo “Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos”.³⁴²

Em setembro, sob o título “Brasil futuro, uma incógnita”, o jornalista elencaria as diversas crises que tomavam conta do país - “uma crise puxa outra”; trazendo, por fim, a sua conclusão: “o Brasil do futuro constitui-se, hoje, numa incógnita [...]. Que não se iludam aqueles que julgam que as dificuldades de hoje são apenas transitórias e que logo estarão superadas. Muito pelo contrário, nossas dificuldades estão apenas surgindo”. Ainda em setembro, interpretaria a proposta de “extinção do MDB” e “a liberação política para a criação de novos partidos”, propagada como “uma abertura política, 15 anos depois da revolução” como sendo “um ato de violência política e nunca uma abertura”. Para o autor, não cabia à Arena a decisão de extinguir o MDB. O partido governista deveria “deixar, pelo menos, que o MDB, sem qualquer tipo de interferência” processasse “sua autodestruição” ou ressurgisse “das cinzas como a mitológica Fênix, o que é de quase impossível”, devendo o “partidão” de apoio ao presidente”, preocupar-se, não em eliminar o MDB, “mas sim em como conviver com alguns políticos que sempre foram violentos e radicais contra o sistema revolucionário e que hoje, sabe Deus – ou o diabo? – por que cargas d’água decidiram pela passividade repentina”.

Já em fins de novembro, Arena e MDB seriam extintos e José Fragelli comporia “no partidão” – partido do governo do Estado e do presidente Figueiredo. Desta forma, Marcelo Miranda ia conquistando “a maioria dos políticos matogrossenses”. Do outro lado, o senador Pedro Pedrossian, por sua vez, conquistara “um aliado de seu maior adversário, o senador Antônio Mendes Canale”, virando o jogo novamente. Em meados de dezembro, tinha-se: “Rompimento de Marcelo e Pedrossian negado; mas é fato inevitável”. A edição do dia 31 relembriaria os três governadores do primeiro ano de Mato Grosso do Sul, e, tratando dos substitutos, acusaria o primeiro, Londres Machado, de em “seu período de governo de quase um mês”, nada fazer “a não ser promover reuniões de amigos no gabinete do governo”. Depois, “por força do complô político [...] o então prefeito Marcelo Miranda Soares, mineiro, político hábil e ungido pelo triunvirato senatorial” - Pedrossian, Rachid e Canale; assumiria o posto.

O redator apontaria ter Marcelo lutado “durante 165 dias de governo” para “impor sua vontade e sua habilidade político-administrativa. *Como todos esperavam, falhou.* E agora começa a tentar libertar-se dos grilhões do triunvirato, única forma de fazer uma

³⁴² *Correio do Estado*, 29 mar.; 18 abr. 1979.

administração produtiva”. Fazendo predições para o ano de 1980, que se afigurava “como uma promessa”, concluiria o autor que este agouro só se realizaria desde que Marcelo se tornasse “tão independente quanto o Estado que governa”, liberdade e independência que dependiam “unicamente de coragem, de atos corajosos”, faltando saber se ele teria “peito para tomar as decisões” esperadas pela maioria.³⁴³ (Grifos nossos).

As primeiras páginas do CE durante o ano de 1980 igualmente se dividiriam entre os investimentos e atualizações da Equipe Correio do Estado e os meandros da política estadual, de forma que em maio seria anunciado o rompimento do senador Pedro Pedrossian com o governador Marcelo Miranda, seu desligamento do Partido Democrático Social – PDS, e consequente filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Segundo a publicação, Marcelo recebera Pedrossian em casa, quase às 11 horas da noite quando o senador lhe entregou uma “longa carta, assinada de próprio punho [...] exigindo a exoneração de Leite Schimit num prazo de 24 horas, deixando bem claro que se isso não acontecesse, o rompimento estaria definido e deveria ser considerado definitivo”. O jornal afirmava não haver surpresa no rompimento - a não ser por parte do presidente Figueiredo; já que se delineava desde o final de 1979, quando ocorrera “a mais rumorosa crise, aparecendo como pivô, também, o chefe da Casa Civil, ex-braço direito de Pedrossian” (Leite Schimit). Augurava-se, que havendo evasões na bancada governista, estas seriam “pequenas e quase insignificantes, tendo em vista um consenso geral de que não [fora] o governo quem provocou as crises já verificadas e muito menos o atual rompimento”.

Em junho, Harry Amorim e Levy Dias ingressariam na oposição filiando-se ao PMDB de Wilson Barbosa Martins, noticiando o fato, o *Correio do Estado* destacava: “bem mais forte e com prestígio popular já indiscutível, os oposicionistas, nas próximas eleições, poderão sentir um crescimento bastante expressivo”. Por outro lado, o jornal lançaria editorial em favor de Marcelo Miranda que se cansara, “ao que parece, de ser humilhado, sujeitando-se a imposições de interesse particular de terceiros” – com destaque para os “três grandes da política regional” (Pedrossian, Rachid e Canale). Desta forma, em defesa do governador, afirmava-se: “a verdade, é bom que se saiba, é que a nossa gente está satisfeita com o governo que tem e pede para que deixem o Homem trabalhar. Esse Homem é o governador Marcelo”.

Em outro editorial, definir-se-ia a crise política estabelecida desde a criação do novo estado como fundamentada “em veleidade, vaidade e ambições tolas”, concluindo-se: “e dizer que lutou-se cerca de cem anos para se conseguir a divisão de Mato Grosso, *desideratum*, que,

³⁴³ *Correio do Estado*, 5 e 15/16 set.; 29 nov.; 18 e 31 dez. 1979.

uma vez alcançado, só está servindo para atestar nossa incapacidade para gerir nossos próprios destinos, pois os horizontes se turvam, os homens não se entendem [...]”. Nota do quadro “Resumo” denominada “de mal a pior”, afirmaria: “do jeito que vai a política no Mato Grosso do Sul, mais dia menos dia poderá restar apenas uma alternativa para os grandes ‘líderes’: embrulhar o novo Estado, devolver para os cuiabanos e pedir desculpas pelos estragos feitos”, registrando-se ainda um alerta aos eleitores que deveriam atentar àqueles que “só causaram problemas, para responder nas próximas eleições. Se é que teremos próximas eleições”.³⁴⁴

Agosto, o mês do aniversário de Campo Grande, colocaria novamente em destaque a figura de J. Barbosa Rodrigues que, já na primeira quinzena, seria homenageado com a primeira obra inaugurada pela administração de Marcelo Miranda em Campo Grande, a “Escola de 1º Grau Professor José Barbosa Rodrigues” construída “na Vila Cidade Universitária, ao custo de 11 milhões de cruzeiros, para educar mais de 1450 alunos em três turnos”. Diante da homenagem, Barbosa Rodrigues teria declarado: “feliz é o homem que não precisa morrer para ser homenageado”. A frase serviria de mote para mais um texto assinado por Júlio da Silva em favor do jornalista, “Professor Barbosa, homenagem em vida”. Júlio apresentaria uma biografia resumida do amigo, o “maior cronista da História do Mato Grosso, como bem o atestam as excelentes obras que sobre o assunto já deu estampa, todas com grande aceitação pelo público leitor”.

Louvando o amigo de longa data, o jornalista diria ter José Barbosa Rodrigues transformado “dificuldades em troféus de vitórias”, fazendo do *Correio do Estado* “o órgão informativo de mais expressão em todo o Estado e pedra angular de um complexo de órgãos de informação” ao qual, em 1980, pertenciam “o próprio *Correio do Estado*, a Rádio Cultura, Rádio Canarinho, Muzisom e finalmente a TV Campo Grande” – que terão suas trajetórias exploradas no capítulo seguinte. O redator lembraria ainda a conferência do título de cidadão campo-grandense a Barbosa Rodrigues, sua participação na Academia Sul-mato-grossense de Letras e no Conselho Estadual de Cultura desde 1979. Em outubro de 1980, José Barbosa Rodrigues tornar-se-ia, novamente pelas mãos de Marcelo Miranda, membro do conselho da “Ordem do Mérito do Estado de Mato Grosso do Sul”, organização que tinha como objetivo principal, “escolher as pessoas merecedoras de homenagens por serviços prestados ao

³⁴⁴ *Correio do Estado*, 15 e 31 maio; 2 jun. 1980.

engrandecimento do Estado que, em cada dia 11 de outubro, Dia da Divisão”, receberiam condecorações de Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro”.³⁴⁵

A edição do dia 11 de agosto traria a cobertura completa da solenidade de inauguração da escola, ocorrida dois dias antes. O prédio constituía-se de “12 salas de aula, quadra de esportes, banheiros, cantina, salas de professores e para a diretoria, biblioteca, secretaria, áreas de lazer e gabinete odontológico, para atendimentos dos 1440 alunos” que ingressariam de imediato. Em seu discurso, o governador definiria a escolha do nome do jornalista para a escola como “a perpetuação do reconhecimento do Poder Público a essa extraordinária figura da iniciativa privada, que tantos e tão relevantes serviços tem prestado ao nosso Estado” que, ao permitir que “inestimáveis benefícios fossem incorporados ao patrimônio estadual,” transformou-se “em grande patrimônio desta terra”. O discurso de Barbosa Rodrigues seria integralmente transcrito sob o título “O mestre agradece” e, logo ao lado, a “A exaltação do ato”, pronunciamento completo de Marcelo Miranda. No dia 14, teria início a divulgação de mais uma obra do jornalista, a “História de Campo Grande” - impresso pela Editora de Vaner Bicego, em São Paulo, anunciada como “o mais completo repositório da vida de Campo Grande. [...] um livro que não deve faltar aos interessados no passado e no presente da mais nova capital brasileira. Vinte anos de pesquisas à disposição do leitor campo-grandense. Volume encadernado”, vendido “nas principais livrarias da cidade. Preço do volume: Cr\$ 350,00”.

Já lançado, o novo livro seria apontado como “uma importante fonte de consulta” destinada a “preencher uma lacuna existente neste tipo de literatura histórica”, o que se justificava em virtude de ser “Campo Grande [...] uma cidade nova, sem passado e sem história, e que quase tudo que sobre ela foi escrito, desapareceu ou está espalhado por aí”. Nas palavras do autor, o livro era, “portanto, uma tentativa de preservar o pouco” que conseguira reunir até então. Seriam mantidas as mesmas estratégias de divulgação das demais obras de Barbosa Rodrigues, que contava em seu arsenal, para além das três já citadas, com o livro “Palavras de um Professor” de 1949, tendo ainda “diversas obras em fase de conclusão”, todas elas abrangendo assuntos regionais e históricos. Desta forma, para além da publicidade feita através dos anúncios no *Correio do Estado* – “Conheça a História de Sua Cidade/ O mais completo estudo histórico de Campo Grande, de 1872 a 1980 / [...] Edição de tiragem reduzida”, por exemplo; o “Suplemente Literário” seria, novamente, lócus do proselitismo, sendo a obra aí denominada como “‘História de Campo Grande,’ o livro do momento” (José

³⁴⁵ *Correio do Estado*, 9/10 ago.; 11/12 out.; 20 dez. 1980.

Couto V. Pontes) e “Uma História com H Maiúsculo”³⁴⁶, segundo Otávio Gonçalves Gomes – um dos responsáveis pelo suplemento.

Passados menos de 20 dias, a política novamente assumiria o centro das atenções, e a primeira página do dia 30 de outubro propagaria: “Marcelo é exonerado. Pedrossian assumirá”, finalmente, completava-se a trama. Às 17 horas do dia anterior, Figueiredo assinara decreto exonerando Marcelo Miranda do cargo de governador de Mato Grosso do Sul, devendo enviar ao Senado mensagem indicando o senador Pedro Pedrossian para ocupar o posto. Marcelo, a exemplo de Harry – que conforme admitiria posteriormente o diário, fora “afastado em atenção a um ‘consenso’ que teve a duração de um relâmpago”³⁴⁷; se recusaria a pedir demissão. José Fragelli e Rachid Derzi, reagindo à situação definida pelo primeiro como um “ato de violência contra o povo de Mato Grosso do Sul”, se desligariam do partido governista. Derzi afirmaria: “nosso destino será a oposição”. Para o deputado Londres Machado, presidente da Assembleia, “o ato presidencial só trouxe tristezas para a classe política, mais uma vez não consultada, como se para nada servisse”. Albino Coimbra, prefeito de Campo Grande, deixando o PDS garantiria formar com Marcelo Miranda em nova frente política e de oposição. Levy Dias descreveria “a nova queda” como “o segredo político mais bem guardado dos últimos anos, principalmente porque não existia consenso”. A demissão do terceiro governador do MS seria justificada em virtude de “uma sucessão de crises, iniciada, segundo Marcelo Miranda, a partir do segundo dia de sua administração [...]. Três crises foram muito mais graves e elas levaram à deflagração de um movimento palaciano para conseguir a sua derrubada”, todas elas na órbita do relacionamento de Marcelo e Pedrossian.

A cobertura integral dos fatos seria apresentada na terceira página, onde propagar-se-ia: “Figueiredo espera renúncia e Marcelo prefere demissão – Falta de consenso faz segredos na exoneração”; “Londres vê tristeza para o Parlamento”; “Albino cai e Castro é candidato à Prefeitura da Capital”; “PDS sofre perdas inesperadas” e “Zé do Brejo começa surpresa”. Esta última era um complemento da nota publicada na primeira página que apresentava, em meio à crise política, o *Correio do Estado* como “o único órgão da imprensa brasileira a antecipar a mudança na área do governo estadual, definida pela madrugada”. Conforme o relato, “exatamente às 5,05 horas da madrugada” do dia 28 de outubro, “o apresentador sertanejo ‘Zé do Brejo’ dava uma informação que surpreendia a todos: *Correio do Estado* lançaria uma

³⁴⁶ *Correio do Estado*, 11, 14, 15, 16/17, 18 e 23/24 ago.; 6/7 set. 1980.

³⁴⁷ *Correio do Estado*, 28 nov. 1980, p. 3.

edição extra noticiando a exoneração do governador Marcelo Miranda e a indicação do senador Pedro Pedrossian para substituí-lo.”

A mudança só seria conhecida “a partir de uma hora da madrugada, surpreendendo inclusive a classe política”, a população fora igualmente pega de surpresa pela “notícia, que viria a transformar-se num furo jornalístico nacional”, o *Correio do Estado* lançaria 10.000 exemplares extras,³⁴⁸ alegadamente “consumidos por ávidos leitores em pouco mais de 50 minutos”. Conforme a publicação, ao tomar conhecimento dos fatos, por meio da edição distribuída a partir das 6h30min, os campo-grandenses reagiriam “desfavoravelmente, a mais uma derrubada”. O deputado Londres Machado seria reconduzido ao posto de governador já na sexta-feira, dia 30 de outubro, no dia 5 de novembro por 33 votos a 4, Pedrossian seria aprovado pelo senado e assumiria o governo estadual. Dois dias depois, segundo o diário, “cinco mil pessoas foram receber Pedrossian”. Levy Dias, já reconciliado com o novo governador, reassumiria a prefeitura de Campo Grande.

Na edição seguinte à posse, o *Correio do Estado* afirmaria haver “muito ainda o que ser feito” para que o Mato Grosso, “em não podendo ser modelo”, fosse “pelo menos uma unidade tranquila da Federação”. No fim de novembro seria lançado o editorial “Quem planta ventos, colhe tempestade”, falando com relação à divisão do estado, o redator sentenciaria: “até agora nada deu certo, ao que parece, tanto que tivemos, em tão pouco tempo, cinco períodos governamentais, com quatro cidadãos exercendo o cargo de governador”. O redator chamaria a atenção para o movimento nascente “de se pedir intervenção federal no Estado”, apontando como uma possível solução para a crise política do Mato Grosso do Sul, caso esta persistisse mesmo após a posse do quinto governador, ao que asseveraria: “é chegada a hora de pararmos, de fazermos uma pausa, antes que o dilúvio chegue. Ele está sendo preparado por nós mesmos, por não sermos capazes de governar nossa própria casa. Estamos plantando ventos, temos que aguardar a tempestade”. Recorrendo à memória dos idealizadores da cisão, concluiria “isso, vamos ser sinceros, não é e não foi o que os legítimos divisionistas esperavam depois de tanto sonharem, pregarem e lutarem”.³⁴⁹

³⁴⁸ Não foi possível o acesso a esta “edição extra”.

³⁴⁹ *Correio do Estado*, 8/9 e 28 nov. 1980, p. 1, 3.

Capítulo 3: O Todo

“...tudo isso foi fruto do Correio do Estado [...]

E não vai parar de funcionar [...] tão cedo”

J. Barbosa Rodrigues, 1996.

3. 1 – Às Ondas do Rádio: O Jornal abre espaço à Radiodifusão

Em abril de 1954, o *Correio do Estado* publicaria um panorama geral da “Imprensa em Cuiabá” onde afirmaria circular, diariamente, cerca de quinhentos exemplares de títulos diversos editados no Rio de Janeiro e em São Paulo chegados por via aérea, com destaque para os jornais paulistas “pelo inusitado interesse que manifestam pelos acontecimentos de Mato Grosso”. No mesmo período, circulava em Cuiabá o seu mais tradicional jornal ou, conforme o *Correio do Estado*, o “Único Diário Da Capital”, *O Estado de Mato Grosso* (OEMT) que, fundado em 27 de agosto de 1938, seria ainda descrito, por ocasião do seu 29º aniversário, como “arrojado confrade, baluarte da imprensa mato-grossense” - distinção não empregada unicamente a este, como visto com o *Jornal do Comércio* - “sediado em Cuiabá, dali irradiando para todos os quadrantes do Estado, o eco da sua voz, sempre abalizada, firme e patriótica, [...] além de ser – e esta é a melhor faceta do seu modo de ser – um intérprete fiel dos anseios de nossa gente”. Já neste início, circulando há menos de três meses, o *Correio do Estado*, bem como o *Jornal do Comércio*, seriam arrolados como os mais lidos na capital mato-grossense.

O quadro da imprensa em Cuiabá, igualmente, relacionaria às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo às rádios de maior audiência na capital.³⁵⁰ A chamada “era da rádio” é exemplo cabal de que as mudanças da sociedade, que influem sobre a imprensa, são também por ela determinadas, pois com a consolidação do rádio “no campo da comunicação social, o papel dos jornais não seria mais o de meio hegemônico de comunicação” (TEIXEIRA, 2015, p.15), por exemplo. Desta forma, a inovação trazida pela radiodifusão é também responsável por, através da necessidade da diferenciação gerada pela concorrência que abala a hegemonia do jornal no campo comunicacional, estimular os avanços tecnológicos da produção jornalística. Os avanços se apresentariam como uma espécie de “contra-ataque”, principalmente no que tangia às receitas publicitárias.

³⁵⁰ *Correio do Estado*, 29 abr. 1954; 29 set. 1961; 2 set. 1968.

Menos de dois meses separam as primeiras transmissões radiofônicas nas duas principais cidades do Mato Grosso uno.³⁵¹ Campo Grande tomaria a dianteira das inovações, tornando-se uma das poucas cidades do interior do país a ter “ondas eletromagnéticas moduladas em amplitude circulando por sua atmosfera” com a inauguração de sua primeira rádio, a Sociedade Rádio Difusora Campo Grande Limitada,³⁵² em 26 de agosto de 1939.³⁵³ A criação da rádio fazia parte das comemorações dos 40 anos de emancipação do município (CORRÊA, 2014, p.189, 191). A capital mato-grossense, no entanto, teria sua primeira transmissão radiofônica no dia 15 de outubro de 1939 com o lançamento experimental e embrionário da Rádio Voz d’Oeste, que só obteria a concessão governamental no ano de 1944 transformando-se oficialmente na PRH-3, Rádio Sociedade A Voz d’Oeste (LÓPEZ, 2003, p.2,3). Porém, segundo a autora, o rádio jornalismo só se desenvolveria em Cuiabá³⁵⁴ a partir de 1952 com a transferência da emissora para Roberto Jacques Brunini³⁵⁵ que, paulatinamente, a amplia e moderniza.

Conforme Moreira (2010, p.9), com base nos arquivos da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS), diferentemente de Cuiabá, que terá a Voz d’Oeste como única rádio por um período de 16 anos,³⁵⁶ Campo Grande assistiria ,já em 1945, o surgimento da emissora Rádio Cultura LTDA (RC), tendo “por objetivo a execução de serviços de radiodifusão, para fins culturais, educacionais, científicos e recreativos”. A administração da rádio coube a três sócios proprietários: “Gilberto Barreto Fragoso era o diretor-gerente;

³⁵¹ Moreira (2010, p. 7) afirma que quando da inauguração da rádio campo-grandense, a cidade de Corumbá já tinha sido palco de fundação de outras duas emissoras, a rádio “A Voz de Corumbá” de 1935 e a “Rádio Difusora Mato-Grossense” de 1936.

³⁵² A rádio, que permanece em funcionamento até os dias atuais, teve ao longo de sua trajetória inúmeros proprietários, sendo dirigida, em dado momento, pelo Grupo Zahran, dono da TV Morena e pioneiro em telecomunicações no Estado.

³⁵³ Segundo Moreira (2010, p.4) há um hiato de pelo menos 15 anos entre as primeiras recepções e o surgimento de fato das emissoras, “o rádio começou com as primeiras recepções ainda na década de 20. [...], Campo Grande, atual capital do Mato Grosso do Sul, foi a primeira cidade onde ocorreu a recepção de transmissões radiofônicas. Essa recepção começou com o Rádio Clube, fundado no dia 25 de dezembro de 1924. O Rádio Clube tinha como finalidade a princípio reunir um grupo de amigos em um determinado local para ouvir rádio, surgindo de um grupo de pessoas que se ‘reuniu na Biblioteca Pública, à Avenida Afonso Pena, às 17 horas daquele dia, para criar um centro de encontro familiar em Campo Grande’”.

³⁵⁴ O estado vive no decorrer dos anos de 1950 uma expansão dos sistemas de radiodifusão em outras cidades de seu território tais como Dourados, Corumbá e Ponta Porã, por exemplo (MOREIRA, 2010).

³⁵⁵ “É de justiça destacar, entre as realizações dos Irmãos Brunini em Cuiabá, a remodelação da emissora da nossa Capital, a conhecida Rádio Voz do Oeste, operando em ondas curtas e longas e instalada num prédio que lhe permitiu acomodações amplas e verdadeiramente luxuosas, com um auditório. O dinâmico Sr. Roberto Brunini organizou também um conjunto musical que está fazendo sucesso na “Cidade Verde” e que ainda virá atuar em Campo Grande para nossa satisfação. Sem dúvida foi pela capacidade incomum de trabalho revelada pelo Sr. Roberto Brunini que vem ele de ser eleito, por todas as correntes, Presidente do Clube Náutico de Cuiabá”. *Correio do Estado*, 16 maio 1954, p.8. Conforme Moreira (2010, p.10) a “Rádio Clube de Dourados” fundada no ano de 1954, pertencia igualmente aos irmãos Brunini.

³⁵⁶ A segunda emissora de Cuiabá surge somente em 1955, “a Rádio Cultura de Cuiabá, criada com o objetivo de divulgar ideias de um grupo político da região” (LÓPEZ, 2003, p.5).

Ranulpho Mourão, diretor-secretário; Lauro Riccy, diretor-tesoureiro e responsável por todos os atos úteis à administração da rádio”. Todos os três eram empresários residentes em outros estados. Fragoso, que era advogado e Riccy, contador, viviam em São Paulo, enquanto que o médico Ranulpho Mourão residia no Rio de Janeiro. Desta forma, a Rádio Cultura constituir-se a partir de uma particularidade, a de ter proprietários e capital vindos de outros estados:

O capital da Rádio Cultura de Campo Grande era de Cr\$300.000,00, divididos em 300 cotas de Cr\$ 1.000,00, ficando para cada sócio a seguinte quantidade de cotas: Gilberto Barreto Fragoso 140 cotas no valor de Cr\$ 141.000,00; Ranulpho Mourão 120 cotas no valor de Cr\$ 120.000,00; Lauro Riccy 39 cotas no valor de Cr\$ 39.000,00. A maior parte do capital investido na constituição da emissora vinha de outros estados, mas a função administrativa ficava por conta de um sócio residente na cidade. (MOREIRA, 2010, p. 14).

O autor, porém, não traz maiores esclarecimentos sobre o “sócio residente na cidade”, gerando uma lacuna na história da radiodifusão no Mato Grosso e, conseqüentemente, a propagação de informações dissonantes sobre um mesmo objeto. Assim, tem-se que fontes como Martins (1999), Revistas do Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA (1990 e 1999), Corrêa (2014) e material do próprio Grupo Correio do Estado (2005), contradizem Moreira (2010, p.9), apontando o ano de 1949 como data inaugural da emissora, data confirmada pelo *Correio do Estado* que comemorara, em dezembro de 1955, o 6º aniversário da rádio.³⁵⁷ Conforme material produzido pelos agentes acima relacionados, a Rádio Cultura, durante os anos iniciais da década de 1950, constituiu-se em mais um empreendimento do Grupo Bandeirantes que, à época, detinha também, a propriedade da rádio Difusora:

A PRI-7 foi então vendida ao empresário paulista João Saad, dono da rádio Bandeirantes, que também comprou a Cultura. Luis Landes de Farias lembra que nessa época as duas emissoras funcionavam no mesmo prédio na antiga sede do Rádio Clube, e os equipamentos eram precários: ‘Eu comecei na Difusora como sonoplasta. O Nassura, na época era o gerente da rádio Cultura e Difusora. O interessante é que a Difusora funcionava na cozinha do prédio onde estava a rádio Cultura, e a Cultura era a estrela maior da cidade’. [...].

Nesse período a Difusora perdeu audiência e credibilidade e João Saad terminou vendendo as duas emissoras. (CORRÊA, 2014, p.198).

³⁵⁷ *Correio do Estado*, 5 dez. 1955, p. 1.

As quatro referidas fontes divergem, no entanto, com relação ao momento em que a rádio passa a ser dirigida pelo Grupo Bandeirantes. Diferentemente de Corrêa (2014) que aponta os Saad (João e Alberto) como os primeiros donos da emissora, Martins (1999, p. 58) apresenta dois proprietários anteriores a estes. Segundo o autor, a rádio foi fundada pelo então presidente do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Arquimedes Pereira Lima, tendo Afonso Giuni como segundo dono. “Mais tarde, por volta de 1953 e 1954”, João Saad compraria a Cultura e logo depois a Difusora. A Revista ARCA de 1999 (p. 66), coaduna a versão de que ambas as rádios, em dado momento de suas trajetórias, estiveram juntas sob o comando de um mesmo diretor, entretanto, o apresenta como sendo Eduardo Santos Pereira. Em edição anterior, de 1990 (p.9), porém, a mesma revista diz apenas que “Nassura [Nasralla Siufi] chegou a ser proprietário da Rádio Cultura. Adquiriu-a à Bandeirantes. Antes disso foi gerente muitos anos”.

Por fim, tem-se o material institucional do Grupo Correio do Estado (2005) que afirma que antes de pertencer aos mesmos “a emissora era administrada pela Cadeia Verde Amarela, Grupo Bandeirantes”. Ainda segundo as informações contidas no folheto, em 1969, o Grupo “assumiu o controle acionário da emissora, através de José Barbosa Rodrigues, dando origem ao maior grupo de comunicação do então Estado do Mato Grosso. A administração da empresa ficou a cargo de seu filho José Maria”. A primeira notícia publicada no *Correio do Estado* relacionada à Rádio Cultura data de maio de 1954 e faz menção à dispensa de seu gerente Fuad Maluf que, se dirigindo ao jornal em missiva onde se lia: “agradeço-vos as atenções e mesmo as considerações dispensadas a minha gestão naquela emissora Campograndense, facilitando-me com as prestigiosas colunas deste diário o desempenho das minhas obrigações”, deixava clara a relação de retroalimentação existente entre os meios.

Quatro edições depois, a Rádio Cultura já seria apresentada sob nova direção exercida agora por Sabino Gonçalves Preza.³⁵⁸ Antes mesmo de assumir a direção da Cultura, e talvez antes mesmo de imaginar fazê-lo, o *Correio do Estado* já reconhecia a influência do meio e, tomando parte numa estratégia adotada por grande porção da imprensa, lançaria em novembro de 1954 a coluna “Cinema e Rádio”, assinada pelo pseudônimo TEVÊ, o espaço destinado a publicação de “notas, novidades e qualquer assuntos de interesse” das emissoras de rádio, bem como do Cinema, já em sua estreia, demonstraria o apreço do periódico à “bem cuidada programação da Rádio Cultura”, com destaque para os programas Grande Jornal Falado X4

³⁵⁸ *Correio do Estado*, 11 e 16 maio 1954.

irradiado ao meio dia, Crepúsculo Sonoro, às 17h30min, e Onda Alegre X4, programa dominical de auditório.

É Tevê quem apresentará, em dezembro de 1954, a Rádio Cultura sob a gerência interina de Eduardo Santos Pereira Júnior - assumidamente tratado por Edu, tendo sido, igualmente, “convidado para a direção comercial da simpática emissora” o companheiro de redação Álvaro Costa Rodrigues, demonstrando haver entre os meios não somente um tráfego de notícias e publicidade (“Melhores anúncios, para maiores vendas, anuncie no *Correio do Estado* e Rádio Cultura”³⁵⁹), mas também de colaboradores.³⁶⁰ Já em nota de junho de 1955, ao informar sobre uma viagem de Eduardo Pereira para a capital paulista, o diário corroboraria a informação trazida por Moreira (2010, p.14) de residirem os sócios proprietários da Cultura fora do estado, já que Edu viajara a serviço da rádio para estudar junto aos “proprietários da [...] querida emissora, vários melhoramentos a serem introduzidos na ZYX-4”. Em julho do ano seguinte, o *Correio do Estado* apresentaria “notícia das mais alvissareiras” do panorama radiofônico da cidade, a aquisição da Rádio Difusora PRI-7 por Waldir dos Santos Pereira e Eduardo dos Santos Pereira Júnior, passando a “distinta família [...] a controlar todo o movimento radiofônico da cidade”, dado ser Edu, “há muito tempo”, gerente da Cultura.³⁶¹

O *Correio do Estado* revelar-se-ia defensor engajado da radiodifusão campograndense que, se agourava, tinha condições de nada dever “a de outros centros mais desenvolvidos”. O diário, tratando do progresso radiofônico local, apresentaria a “simpática emissora Rádio Cultura” como partícipe responsável por “mais uma etapa de trabalho pela elevação do índice cultural campograndense”.³⁶² Os constantes surgimento e ocaso de quadros sem aviso prévio, marca persistente do *Correio do Estado* dos anos iniciais, seria verificado também na criação de espaços que consideravam o rádio, a coluna “Cinema e Rádio”, por exemplo, seria mais uma das tantas com curta duração. Neste contexto de junção de mídias, nasceria a coluna “Bilhete...”, assinada por Juarez, apresentador do programa “Bloco Juarez” que ia ao ar diariamente na rádio Difusora, no entanto, ainda que redigida por um radialista, a coluna apresentar-se-ia com outra função:

³⁵⁹ *Correio do Estado*, 20 nov.; 14 dez. 1954; 23 jun. 1956.

³⁶⁰ A título de exemplo, temos o anúncio: “Futebol com a mais Completa Equipe de Mato Grosso [...] Rádio Cultura: 1370 Klcs – Rádio Difusora: 1510 Klcs, emissoras da Cadeia Verde-Amarela, Norte-Sul do Brasil, agora trabalhando em colaboração com o *Correio do Estado*, o vespertino de maior tiragem e circulação de Mato Grosso.” *Correio do Estado*, 16 mar. 1963, p. 5.

³⁶¹ *Correio do Estado*, 16 e 17 jun. 1955; 17 jul. 1956.

³⁶² *Correio do Estado*, 3 nov.; 6 dez. 1954.

“BILHETE...” a alguém

Lembrando e aceitando oferecimento antigo, obtivemos, graças a atenção e compreensão de amigos, este recanto, esta estreita coluna para dizer, diariamente, algumas palavras a amigos, a alguém... Durante o corrente mês, naturalmente, *temos muito o que dizer sobre o próximo pleito, sobre o nosso candidato ou sobre assuntos correlatos*. Diremos, estritamente dentro do esquema e prescrições de “bloco Juarez”, principalmente do 5º Não – em que afirmamos que: *não atacamos, homens, nem partidos, nem ideias e nem mesmo pontos de vista discutíveis, que não estejam contra a Moral e contra a Pátria*.

Procuraremos sempre dizer palavras construtivas, palavras de incentivo, de entusiasmo, brasilidade, otimismo. Serão sempre de poucas palavras os nossos “Bilhetes...” Procuraremos ser concisos e objetivos. *Diariamente estaremos aqui com palavras de “bloco Juarez”*.³⁶³ (Grifos nossos).

Já em sua apresentação a coluna que, com o objetivo de aproximação e associação à linguagem utilizada no rádio, fazia uso de um estilo de escrita e construção das frases remetendo à locução, revelar-se-ia unicamente política, com objetivos claros – falar do “nosso candidato”, e até mesmo datados - “o próximo pleito”, eleição governamental. Somente no ano seguinte, 1956, apareceria no jornal outra coluna relacionada ao rádio, sob o título “Rádio em Revista”, o espaço traria informações sobre o *cast* e a programação das duas rádios locais. A coluna, sem autoria determinada, sem lugar fixo e tampouco frequência assegurada, seria responsável por divulgar a informação da mudança da Rádio Cultura dos “altos páramos do Edifício Nacao, num quinto andar” onde só era possível chegar depois de vencer 97 degraus, para um “sobrado situado na esquina da Av. Afonso Pena com a rua 14 de Julho”. Segundo o redator, tal mudança permitiria uma ascensão da rádio à preferência dos ouvintes, dado o acesso facilitado a seu auditório, porquanto “muita gente não é disposta a fazer sacrifícios para se divertir”.³⁶⁴ Com início em 7 de fevereiro, a coluna figuraria no periódico por apenas mais quatro edições, a última seria em 15 de outubro daquele ano.

Em fevereiro de 1957, o jornal reproduziria publicação do mês anterior do Diário Oficial da União, referente a decreto que assegurava à Rádio Imprensa S.A. o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Campo Grande, “uma estação radiofônica, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva”.³⁶⁵ Somente mais de dois anos após este anúncio, o *Correio do Estado* voltaria a tratar de uma nova rádio emissora, a Rádio Voz do Oeste de Campo Grande, mais um empreendimento de Roberto Jacques Brunini. Apesar da precisão dos detalhes revelados sobre a transação e instalação da emissora, esta nunca chegou

³⁶³ *Correio do Estado*, 3 set. 1955, p. 6.

³⁶⁴ *Correio do Estado*, 10 mar.; 7 abr. 1956.

³⁶⁵ *Correio do Estado*, 6 fev. 1957, p. 4.

a efetivar-se de fato. Por fim, no ano de 1960, a Cúria Diocesana, com fins educativos e a proposição de manter cursos de instrução por meio do rádio, instalaria a terceira emissora de Campo Grande, a Rádio Educação Rural, sob a direção do padre Agenor dos Passos.³⁶⁶

J. Barbosa Rodrigues definiria a existência de três emissoras de rádio em Campo Grande como uma “situação bastante privilegiada”, pois, “com exceção das capitais dos estados”, à época, dificilmente se encontravam “três ou mesmo duas emissoras em uma mesma cidade”. Em fins de 1957, à Rádio Cultura, após ter conquistado, “quase completamente, o público campo-grandense, dada a variedade de seus programas, destacando-se os de auditório, que chegaram a ser um ponto de reunião social”, sobreviria “uma fase de decadência” que bastante influenciou em sua popularidade, voltando a antiga Rádio Difusora PRI-7 “a suplantá-la”. Ainda que a RC estivesse em má fase, “graças ao famoso auditório da I-7” mantiveram-se as audições variadas de artistas de renome da radiofonia nacional, Barbosa Rodrigues indicaria haver “muito boa vontade” por parte dos diretores das emissoras, “faltando-lhes, porém, ajuda financeira” para que pudessem dar maiores passos no caminho cultural.³⁶⁷

Em 1962 seria publicada uma nova coluna relacionada ao meio, a “Rádio é Notícia” que, assinada por “Radiomaníaco”, em sua primeira edição comprometer-se-ia a, e em todas as quintas-feiras, falar de Rádio destacando “as pequenas coisas” que constituíam “grande assunto” para a seção, “pois Gente De Rádio É Notícia”. Os objetivos permaneceriam os mesmos, falar das rádios locais, seus programas e agentes, agora, por sintaxe do autor, denominados “valores”. O que mudaria, porém, seria uma aparente pujança da Rádio Cultura frente às demais, popularmente denominadas Pioneira (Difusora) e Caçula (Educação Rural). Boa parte da coluna se destinaria a falar da primeira, à época, já sob a gerência de Nasralla Siufi (Nassura), “o homem que mais realiza em rádio no Estado”.³⁶⁸ Tal qual acontecera com os espaços anteriormente dedicados à radiodifusão, o prenúncio de durabilidade também não se efetivaria, sendo a esta coluna localizada somente naquele ano de 1962.

Em 1963 ocorreria nova mudança na direção das rádios “co-irmãs” Cultura e Difusora, enquanto que a primeira, já em novo endereço – Rua 13 de maio nº 306, passava a fazer parte da Cadeia Verde-Amarela da Rádio Bandeirantes de São Paulo, e a anunciar-se como “A Nova Rádio Cultura ZYX-4 emissora das grandes realizações”. A segunda havia sido

³⁶⁶ *Correio do Estado*, 30 jul. 1959; 3 set. 1960, p. 1.

³⁶⁷ *Correio do Estado*, 19 nov. 1957, p. 1.

³⁶⁸ *Correio do Estado*, 5 e 26 abr. 1962.

adquirida meses antes pelo Grupo Neder e (Raul) Brunini, ficando, posteriormente, a cargo somente do suplente de senador Humberto Neder. Segundo o CE, a Cultura “outrora a melhor emissora do Brasil Central, estava vivendo fase decadente apesar dos esforços e da dedicação” de Nasralla Siufi, um “radialista nato [...] que via os seus empreendimentos serem superados pela deficiência de aparelhagem e instalações.” A reinauguração da Rádio Cultura com um novo transmissor, novas instalações e sob o comando de João Saad, trazia esperanças de um retorno “aos seus dias de glória, à altura do progresso da região, reconquistando a sua antiga posição”.

Dentro de um novo contexto, tanto político quanto cultural e objetivando uma nova intersecção entre as mídias, surgiria, em 1964, a coluna “Rádio-Fofocas”, assinada por A. Cardoso. A coluna seria inaugurada da seguinte maneira: “Salve, amigos! Graças a boa vontade do nosso prezado Prof. Barbosa, diretor deste diário, aqui estamos para focalizarmos o que se passa no nosso meio radiofônico. Campo Grande cresce, e com ela nossas emissoras de rádio”. E, como de praxe, seguia-se o compromisso de durabilidade: “semanalmente nesta coluna, estaremos fazendo Rádio-Fofocas”. No espaço, posteriormente definido pelo jornal como uma crônica semanal editada aos sábados, eram apresentados comentários sobre programações, agentes, repercussão de quadros, músicas e artistas de sucesso, bem como sobre a estrutura das emissoras e a cobertura oferecida por estas às mais diversas atividades. A coluna que chegara a ser definida por seu autor como responsável pelo aumento das vendas avulsas do “diário na sabatina”, dado sua grande penetração na classe radiofônica, e por todo “o pessoal do microfone” que esperava ansioso cada edição na expectativa de ver nela o seu nome inserido, teria também, vida curta. Tendo sido apresentado por somente mais sete sábados no ano de 1964, retornando no ano seguinte para outras dez edições – de janeiro a março.

Sem despedidas, a coluna chegaria ao fim com o abrupto falecimento de seu autor, o “veterano radialista e cantor, Anastácio Cardoso”, que à época gerenciava a Rádio Difusora PRI-7, tendo anteriormente trabalhado também na rádio Cultura. Poucos dias após o falecimento do radialista, em resposta a mais uma provocação de *O Matogrossense*, o diário apresentaria o ajuste outrora estabelecido com o seu colaborador, “um acordo de ordem comercial”: A. Cardoso escreveria uma crônica para o *Correio do Estado* que divulgaria os anúncios que fossem de interesse da emissora PRI-7. Frisando-se, “não houve nada Gratuitamente. Havia troca de serviços, que na imprensa se chama Permuta. - Empresa

Correio do Estado Ltda. Inscrição nº 5.998 – Firma registrada sob o nº 4.764 – Patente Federal de Registro de Marcas e Títulos”.³⁶⁹

Se em 1957 o *Correio do Estado* vislumbrava certa decadência da Rádio Cultura, já em 1965, o jornal antevia um futuro próspero, defendendo uma ampliação da “área de penetração” da rádio que deveria levar “aos quatro cantos de todo Estado, a sua onda radiofônica. Também por todo o Brasil”, posto que, conforme assegurava-se, crescia diariamente o interesse dos brasileiros pelo Mato Grosso, mais um motivo para que a Rádio Cultura proporcionasse melhor audiência aos ouvintes em geral. Para tanto, deveria “a prestigiosa emissora” lutar pela concessão de funcionamento em “onda tropical, velho sonho dos radialistas campo-grandenses”. Para o diário, a emissora que há tanto já contribuía “de maneira expressiva para o progresso da terra, não deixando de prestar sua valiosa colaboração intelectual, moral e física” à juventude, necessitava de mais um canal para que pudesse “prosseguir na sua obra patriótica de orientar os mato-grossenses e chamar a atenção do Brasil para o Estado de Mato Grosso”.³⁷⁰

Já em 1969, o Marechal Costa e Silva, acometido que fora por uma enfermidade, passaria a Presidência da República ao General Emílio Garrastazu Médici, que assumindo o posto no dia 30 de outubro daquele ano, seria referenciado pelo *Correio do Estado* como um “Renascer De Esperança”, com um “Governo do povo, para o povo e pelo povo”.³⁷¹ O ano seria marcado, principalmente, por outras duas grandes notícias diretamente relacionadas ao periódico, a saída de Augusto Gamba do quadro de funcionários e a conquista da direção da Rádio Cultura. Tendo sua saída anunciada em 7 de outubro, Gamba ficara tempo suficiente, porém, para ver iniciados os trabalhos da equipe Correio do Estado à frente da direção geral da emissora em maio daquele ano. A partir de 5 de maio de 1969, não se fariam mais necessários apelos aos diretores da rádio “Majestade do Ar”, porquanto, conforme notícia de primeira página, a Equipe do CE estava no controle da Rádio Cultura. O corpo do texto revelaria já se encontrar José Maria Hugo Rodrigues, em nome da equipe, à frente da emissora, conforme procuração jurídica, desde o segundo dia daquele mês.

A nota manifestaria, também, as projeções do nascente grupo para a emissora. Assim, prometia-se, para dentro de 30 dias, novas programações e promoções, revelando a pretensão de fazer da Cultura uma emissora que, futuramente, cobrisse todo o estado de Mato Grosso

³⁶⁹ *Correio do Estado*, 5 e 6 abr.; 30 nov.; 9 dez. 1963; 31 out.; 14 nov. 1964; 22 mar.; 7 abr. 1965.

³⁷⁰ *Correio do Estado*, 10 fev. 1965, p. 2.

³⁷¹ *Correio do Estado*, 30 out. 1969, p. 1.

com projeção nos estados vizinhos. Para tanto, contar-se-ia com a colaboração de Nasralla Siufi que, com promessas de uma “aparelhagem moderna e confortável auditório”, além de “inúmeras novidades nos setores promocionais e radiofônico”, em 1968, ainda como diretor da emissora, operara a transferência da Rádio Cultura para uma nova sede, na rua 26 de Agosto, 555. O diário parabenizaria a emissora por tornar-se “a primeira a oferecer um auditório à altura do progresso de Campo Grande”. Já sob o comando da equipe Correio do Estado, dentre os investimentos da *nova, nova Rádio Cultura*, destacava-se a contratação exclusiva da “fabulosa dupla sertaneja [...] com inúmeros LPs gravados”, Délio e Delinha e do “abalizado animador sertanejo das emissoras paranaenses Nicô Fiminino” para o comando dos programas caipiras.

Pouco mais de dez dias após assumir a direção da Rádio Cultura, José Maria empreenderia viagem “a fim de manter contatos em São Paulo e Guanabara, com vistas ao programa de ampliação da Rádio Cultura local. O plano para a “Jovem Cultura”, tão logo conquistadas as necessárias autorizações, consistia em entrar “no ar com as mais modernas aparelhagens”.³⁷² O bom relacionamento do *Correio do Estado* com o governo ficaria explícito, mais uma vez, na referida entrevista a Martins, quando Barbosa Rodrigues, lembrando o episódio da compra da rádio Cultura, afirmaria:

[...] desde que começou foram um grupo de pessoas da UDN, pra ajudar, a prefeitura não era, portanto não entrou com político, *entrou apenas ajuda de políticos, mas foi por pouco tempo*. No caso do governador do estado, meu filho foi para Cuiabá porque precisava de uma *carta de recomendação do governo do estado*, porque sendo a concessão do governo federal e no tempo dos militares principalmente, eles não iam dar pra adversário entende? Então a gente *tinha de mostrar que tinha amizade, a proteção vamos dizer assim, do governo*: conheço o grupo tal, merecedor de apoio... para facilitar, atender porque chega na última hora quem resolve é o presidente da República. (MARTINS, 1999, p. 61 – grifos nossos).

Ao tratar das diversas pressões que incidem sobre a mídia, Jeanneney (1996, p. 219) elenca a questão econômica como uma das abordagens possíveis para perscrutar as influências, apontando, portanto, para a necessidade de “estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga. Todas as migalhas que pudermos arrancar do mistério das finanças da imprensa são preciosas”. Somente a partir da década de 1970, o jornal *Correio do Estado* passaria a revelar as cifras empregadas nas aquisições do grupo, divulgações, mormente realizadas com a intenção de corroborar seu discurso de progresso, justificando-se a publicação dos gastos com os novos empreendimentos, sempre

³⁷² *Correio do Estado*, 11 mar.; 18 maio; 28 ago. 1968; 5 e 13 maio 1969, p. 1.

definidos como “investimento”. Em período anterior, as únicas fontes de receita patentes são as provenientes de vendas e assinaturas do periódico, as publicitárias e a subvenção da prefeitura, conforme relacionado nos boletins da tesouraria do governo municipal publicados pelo diário. E ainda, conforme explicitado no capítulo 1, empréstimos bancários para os quais se contava com o apoio de amigos, com destaque para o português José Inácio Moraes, que avalizavam os títulos de crédito.

As estratégias financeiras empregadas pelo grupo seriam também retratadas na entrevista do diretor-presidente a Martins, relatando a compra da Cultura, Barbosa Rodrigues afirmaria: “[...] eu passei a sonhar, um sonho maior querendo adquirir uma rádio”, tendo primeiro procurado a rádio “Difusora, mas estava muito enrolado, não dava para comprar, aí eu procurei a Rádio Cultura, conversamos, encaminhamos a proposta para São Paulo. Eu só pedi que dividisse e fosse parcelado os pagamentos.” O fato de Barbosa Rodrigues ter procurado a diretoria das rádios na intenção de compra, revela que a aquisição da Rádio Cultura em 1969 não foi um simples negócio de ocasião, mas sim parte do plano pré-estabelecido de expansão das atividades da família no setor de comunicação. O capital investido, partira, segundo o diretor, dos “caixas das empresas do Grupo Correio do Estado em formação” – jornal, livraria e clichéria; tendo recebido como apoio somente “as recomendações de idoneidade da classe política”. No decorrer da narrativa, no entanto, J. Barbosa Rodrigues afirmaria ter comprado a Cultura “por 300 mil cruzeiros” tendo o banco emprestado “setenta mil pra dar entrada”, ao que concluiria: “felizmente, tudo deu certo, foi vendida, o João Saad mandou uma procuração para eu ir administrando, ajeitando tudo, até poder dali uns meses, mudar o nome da firma proprietária que deixava de ser a Bandeirantes, porque para ele em São Paulo, não dava um tostão de lucro [...]” (MARTINS, 1999, p. 59, 60).

A Rádio se tornaria a nova “menina dos olhos” do *Correio do Estado*, que teria suas páginas invadidas por anúncios, propagandas, notícias e até mesmo colunas referentes a emissora, tornando-se o diário o seu maior propagandista. Já nos primeiros dias de junho, seria veiculado o mote da nova equipe: “*Correio do Estado* e Rádio Cultura ZYX-4 Unidos para a Grandeza de Mato Grosso”. Tão logo feito o anúncio do controle da Rádio Cultura, teriam início as apresentações e divulgações da programação da emissora. O primeiro programa a ser referido foi o “Coquetel Esportivo”, transmitido diariamente às 1730 h30min por Batista Fernandes, contando com o *slogan* “Esporte é com a Rádio Cultura”, posteriormente reduzido para “Esporte é Cultura”. Em seguida, seria anunciada a contratação

da “conhecida cronista Vera Lúcia dos Santos”, que apresentaria o “Coquetel Feminino” às 15 horas com “conselhos de beleza, modas, arte culinária” além da leitura das “colunas sociais do ‘papa’ do columnismo de Mato Grosso, Juca Radialino” - Augusto Gamba.

No anúncio da “ótima contratação” revelava-se, igualmente, o plano de retroalimentação entre as mídias. Assim, primeiro, o *Correio do Estado* forneceria as notícias a serem irradiadas, depois, o que fora verbalizado e seus agentes, tornar-se-iam assunto dentro do próprio jornal, como no caso da coluna “Rádio e Etiquetas”, que visava dar notícias de “homens de Rádio” da região, “bem como além fronteiras comentar e apresentar algumas novidades” do mundo do disco. A coluna traria informações também do “Clube Do Sesinho” que fazia parte da grade infantil, sendo apresentado pelo Titio Sabino no domingo de manhã no auditório da Cultura para 280 pessoas “confortavelmente instaladas”. Em 1970, a coluna “Radiofocas” ressurgiria assinada por Rudimar, circulando aos sábados, o espaço se destinava a falar dos homens de rádio. No mesmo ano teria início a reprodução da coluna “Imagem & Som” por Alberto Witko-wski, enfocando artistas e programas da televisão nacional.

Em maio de 1972, seria inaugurada “Posta Restante” do Prof. Kimber, que, “atendendo diversas solicitações de ouvintes da Rádio Cultura”, publicaria as respostas aos ouvintes que escrevessem para o programa “Correio Musical”, levado ao ar das 10 às 11h30min de segunda à sexta. As cartas seriam respondidas primeiro no programa, sendo as respostas depois reproduzidas no jornal. A partir de 1973, o jornal publicaria textos lidos no programa “Palavra Amiga” diariamente irradiado às 11h30min, no programa “Show da Cidade”, apresentado por João Bosco Medeiros. Em pouco mais de um mês à frente da Rádio Cultura, a equipe do CE já lhe estabeleceria novas feições, sendo marca do grupo as chamadas Promoções do *Correio do Estado* – Rádio Cultura, que consistiam na contratação de shows e intervenções de artistas nacionais, em geral, com distribuição de prêmios e vales. A primeira delas, já em junho de 1969, fora a apresentação do “famoso Lilico, Mister Show, o maior humorista Imitador do Rádio, Teatro e TV de São Paulo”.

Os dois veículos seriam responsáveis, ainda, por trazerem artistas e atrações tais como: o pugilista Eder Jofre; o “fabuloso programa a Hora Do Bolinha, animado pelo conhecidíssimo animador da TV-Brasileira Edson ‘Bolinha’ Curi”; o internacional mágico e malabarista Ray Silva; organização de viagem, com uma pequena caravana, para Assunção a

fim de transmitir, em cadeia com a Rádio Bandeirantes de São Paulo,³⁷³ o jogo de eliminatórias da Copa entre as seleções brasileira e paraguaia. Por ocasião da viagem, se afirmaria: “além da promoção dos nossos órgãos de publicidade, o nosso pessoal está fazendo muito pela promoção de Campo Grande e Mato Grosso, não só entre brasileiros, mas, também, entre a população guarani³⁷⁴ [...], a fim de que todos tenham a sua atenção voltada para Mato Grosso” (1969). Para além das diversas edições do “Festival da Música Estudantil”, a partir de 1970, por exemplo.

No entanto, as maiores iniciativas deste primeiro período seriam, sem dúvida, a cobertura das eleições municipais de 1969 – interpretadas como um “ensaio” para a democracia a ser restaurada. Assim, em fins de novembro, já com a concessão de administração da Rádio Cultura renovada por decreto dos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica até 27 de agosto de 1972 – posteriormente prorrogada pelo CONTEL por mais três anos;³⁷⁵ teriam início as propagandas referentes ao “Grande Plantão Eleitoral Cultura” que se estenderia do início da votação até o final da apuração do pleito de 30 de novembro. A “marcha das apurações” contaria também com o “Placar Eleitoral Cultura *Correio do Estado* – MDB ARENA-2 ARENA-1”, quadro exposto na Rua 14 de Julho. Os candidatos representantes das ARENAs eram os únicos com chances reais no pleito de 1969 no qual disputavam Italívio Coelho, o candidato do *Correio do Estado* pela ARENA-1 e Mendes Canale, pela ARENA-2.

A cobertura realizada seria divulgada como “tão perfeita” a ponto de gerar um aumento na porcentagem de audiência da emissora, ao que asseveraria a publicação: “tudo indica que um novo sistema de rádio está surgindo em Campo Grande, graças à dedicação desses jovens integrantes da fabulosa equipe, formada pelo pessoal do *Correio do Estado* e da Rádio Cultura”. Cinco dias após a realização do pleito, seria noticiada a vitória de Antônio Mendes Canale que vencera por uma diferença de mais de 2 mil votos, em face do que resumiria o jornal: “a grande maioria dos votos dados [...], coube à ARENA de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, ou seja à Revolução de Março de 1964”.³⁷⁶

³⁷³ *Correio do Estado*, 8 maio; 3, 4 e 12 jun.; 19 jul.; 15 e 16 ago.; 9 set.; 15 dez.; 1969; 6/7 e 9 maio 1970; 14 e 15 abr. 1973.

³⁷⁴ Os investimentos para inserção entre a população guarani ficariam latentes, também, na programação da Rádio Cultura que, naquele ano de 1969, irradiava às segundas, quartas e sextas o programa “Paraguai e Sua Música”, sempre às 6 da manhã. *Correio do Estado*, 30 jun. 1969, p. 4.

³⁷⁵ *Correio do Estado*, 30 set. 1969; 21 jan. 1970.

³⁷⁶ *Correio do Estado*, 22 nov.; 1, 3 e 4 dez. 1969.

A mesma mobilização ocorreria no pleito de 1970 com vistas à eleição de senadores e deputados, quando a Rádio Cultura colocar-se-ia no comando do “pool” das emissoras Matogrossenses”, no qual tomaram parte as Rádios Clube de Corumbá, Difusora de Três Lagoas, Independente de Aquidauana e Rádio Cultura de Cuiabá, contando ainda com a TV Morena de Campo Grande, constituindo, assim, a “Rede da Amizade” que contara também com “a retaguarda do CE”, na divulgação de todos os resultados. As eleições de 1970 reelegeriam o senador Filinto Muller - presidente da ARENA Nacional desde junho de 1968; que, ainda durante as apurações, visitaria o *Correio do Estado* juntamente com o governador José Fragelli. Em 18 de novembro de 1970, em primeira página, registrar-se-ia a esperada, posto que avisada com antecedência, “visita de despedida do Senador Filinto Muller” juntamente com o governador eleito, uma “agradabilíssima surpresa” para todos os envolvidos, o encontro recebera ainda a cobertura da Rádio Cultura que “graças ao dinamismo da sua equipe”, estava em todas e levou aos seus ouvintes “as palavras vibrantes dos dois homens públicos de Mato Grosso”, aplaudidos pelos membros da equipe CE-Cultura.³⁷⁷ Abaixo, a icônica foto, o registro do, até pouco tempo, improvável encontro marcado.

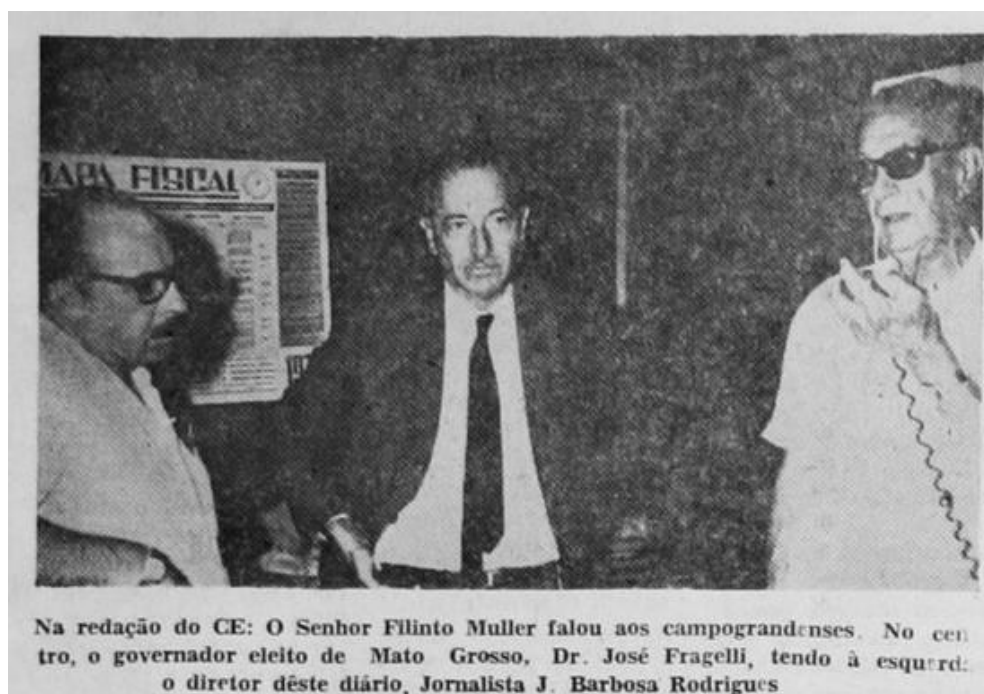


Imagem 6: Barbosa Rodrigues, José Fragelli e Filinto Muller - Irmanados pela conjuntura.

³⁷⁷ *Correio do Estado*, 18 jun.; 10, 12 e 18 nov. 1970

Ainda dentre as principais iniciativas do primeiro ano da equipe CE-Cultura, destaca-se o “Avanço 70!”, o “Grande Carnaval” de rua, ou “O Maior Carnaval de Todos os Tempos”, que contaria com total cobertura jornalística aos “milhares de ouvintes e leitores”. Na divisão de tarefas, a Rádio Cultura transmitiria “sucessivamente de todos os Clubes”, enquanto que a equipe do *Correio do Estado* estaria fotografando também em todos os clubes e nas ruas da cidade. O jornal focalizava a iniciativa com vista ao divertimento da população campo-grandense também como “parte da campanha pró humanização da Cidade”. Desde antes da realização do “Carnaval da Década”, enquanto o *Correio do Estado* produzia e divulgava artes e notícias relacionadas aos preparativos da festa, que contaria ainda com os Acadêmicos do Samba “para mostrar a Campo Grande, que nós também sabemos fazer Carnaval”, a Cultura procedia à cobertura dos assaltos carnavalescos promovidos pelos clubes da cidade. O evento fora ainda oficializado por Mendes Canale, na ocasião, elogiado como alguém que procurava “dar aos seus Municípios algo mais humano e acolhedor”, o prefeito nomearia uma comissão para execução da festa, e entre os membros estava o jornalista José Maria Rodrigues. Como de praxe, desde 1958, o *Correio do Estado* não circulou durante os dias do Carnaval, concedendo férias coletivas a todos os funcionários, retornando ao expediente normal na manhã de quinta-feira com uma edição repleta de fotos do “Avanço 70! Espetacular”.

Pouco depois da realização do evento, seria noticiado que graças às reformas nas instalações da Rádio Cultura, “a voz da emissora”, em determinadas ocasiões, conforme informações recebidas, ultrapassava os limites do Estado. O primeiro a garantir o ocorrido fora um radialista da cidade de Araçatuba-SP, que, por meio de carta onde apresentava a relação dos nomes das firmas patrocinadoras, dava provas de ter ouvido o início do carnaval campo-grandense. Aproveitando o relato, o CE garantia “é por esses e outros motivos que as firmas comerciais e industriais estão dando preferência à Rádio Cultura para a sua propaganda radiofônica”. Na sequência, seria anunciada “a implantação de importantes melhoramentos, com vistas à aquisição de moderníssimos transmissores” para cobrir todo o Centro Oeste do Brasil, perfazendo “uma parte do muito [...] programado” para o ano de 1970.³⁷⁸

Desde fevereiro daquele ano, por determinação do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações), a Rádio Cultura encontrava-se autorizada para executar irradiações externas, assim, “utilizando-se de transmissor auxiliar móvel, de 60 watts, com antena telescópica vertical, na frequência de 153,31MHz”, a emissora poderia “fazer as suas

³⁷⁸ *Correio do Estado*, 8, 9, 13 e 16 jan.; 12, 21 e 25 fev. 1970.

reportagens diretamente do local sem necessidade de telefone ou outra linha física qualquer”. Nominada como a “mais importante concessão obtida pela Rádio Cultura”, equiparando-a “às mais importantes emissoras do país, sendo a primeira de Mato Grosso a obter tal permissão”. Como resultado dos investimentos, diversas cartas seriam reproduzidas comprovando estar a Cultura sendo ouvida em Três Lagoas, Cuiabá e até no Rio Grande do Norte.³⁷⁹

No começo de outubro, após cerca de três meses do primeiro anúncio de irradiação externa, chegaria de São Paulo a perua volante da Rádio Cultura, com capacidade de irradiação num raio aproximado de oitenta quilômetros e com aparelhagem “financiada pela Cia Real de Investimentos – Banco Real de Investimentos. Através do Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., - sendo a única autorizada para Mato grosso”. O “serviço noticioso volante, que ‘fala’ de qualquer lugar da cidade”, possibilitaria o surgimento de programas tais como “O Sucesso Vai ao Bairro”, que irradiado de segunda a sábado, tinha uma residência sorteada como sede do programa³⁸⁰; o “Show da Manhã”, “dedicado especialmente aos estabelecimentos de ensino” que seriam visitados pela Cultura todos os dias na parte da manhã, prevendo entrevistas de professores e estudantes, direto das próprias salas de aula; e a ação “Cultura vai ao comércio”, transmitida das 17 às 17h15min de um estabelecimento comercial da cidade.

Em meados de novembro, na coluna “Comentando”, se afirmaria ter a equipe, “formada por gente nossa”, passado a se denominar CE-CULTURA. Asseverando-se: “Estamos satisfeitos como o nosso pessoal e estamos apoiando os seus planos e sonhos. [...] nossa Equipe, formada com a ‘prata da casa’, já pode ser considerada como imbatível”. Em editorial, a equipe responsável pela Rádio Cultura seria ainda referenciada como “Equipe jovem, em boa hora formada na escola do trabalho e da honestidade profissional com que o *Correio do Estado* soube plasmar, através de sua existência”.³⁸¹

As alterações na programação da emissora eram sempre reportadas pelo jornal que, por vezes, oferecia também as sinopses dos programas, assim, tinha-se: o “Cardápio Musical” diariamente transmitido das 11:30 às 12:30, coincidindo com a hora do almoço; “Noites do Rio”, transmitido a partir das 21 horas de todos os domingos, sob o patrocínio do *Correio do Estado* e com apresentação de Atílio Cerino, colaborador da *Revista do Rádio, Jornal do*

³⁷⁹ *Correio do Estado*, 6 mar.; 27 abr.; 27 maio; 16 e 18 jul. 1970.

³⁸⁰ O programa, que em 1973 já aparecia como sendo apresentado por Sérgio de Oliveira, contava com a sequência “Bairro contra Bairro”, uma espécie de show que reunia vários bairros da cidade. *Correio do Estado*, 29 maio 1973, p. 7.

³⁸¹ *Correio do Estado*, 30 maio; 27 jul.; 5, 12 e 13 out.; 14 nov.; 11 dez. 1970.

Brasil e Jornal dos Esportes; “Sambas & Sambistas, a história do samba na terra de Cabral”³⁸² (1969); para 1970 prometia-se o lançamento de uma programação “recreativa, educacional, esportiva, noticiosa e musical”, dentre os quadros, destacam-se “A Verdadeira Equipe Esportiva ‘batendo bola’ no seu receptor diariamente às 17,30 horas”, equipe que contava com o comando de Ramão Achucarro – igualmente responsável pela apresentação do programa “O Sucesso Vai ao Bairro”; a narração de Pereira Guedes, tendo Dimas de Brito como repórter volante e Batista Fernandes como comentarista; para além dos programas diários “Bom Dia Mesmo”, apresentado por Omar Cardoso, a mininovela “O Juiz é Você”, apresentada às 11 horas, “Milagres da Fé”, “Patrulha Rodoviária” e “Magazine”.

Em 1971, Zênio da Silva, “depois de ter passado por várias emissoras do país”, produziria os programas “Não Diga Não” e “Cultura Jovem”, sendo igualmente transmitido naquele ano o programa “Você e a Madrugada” apresentado por José Romualdo. Após “a Rádio Cultura, ou ‘Majestade do Ar’, como queiram [...] honrando o seu propósito de ‘estar em todas’”, tornar-se “a primeira emissora a falar diretamente da cabine de rádio do Morenô”;³⁸³ o *Correio do Estado* celebraria as “sete mil cartas” recebidas em trinta dias pelo “O Show da Tarde”. Que, com programação variada, direcionada a juventude, seria mais um dos apresentados pelo radialistas João Bosco de Medeiros, introduzido naquele ano como “nova aquisição da Rádio Cultura”, já sendo “bastante conhecido nos meios radiofônicos de Campo Grande”, o programa ia ao ar diariamente das 13 às 17 horas. Igual motivo de regozijo fora o contrato assinado com o “Banco Financeiro”, na pessoa do senador Itálvio Coelho, diretor da organização, em patrocínio “ao jornal falado de meio dia, O Mundo É Notícia”.³⁸⁴

Em 1972 teria início o “Fã Clube Cultura”, bastando encaminhar 2 fotografias ¾ para receber a “carteirinha, sem nenhum ônus”, reproduzindo a carteirinha de uma sócia, o jornal afirmaria já se contarem mais de 700 inscritos em menos de dois meses, estando a campanha “fadada a angariar no mínimo 2.000 sócios. [...] Ninguém segura o ‘Fã Clube Cultura’”. O ano de 1972 fora ainda ano eleitoral, procedendo-se em meados de novembro, como se tornara tradição, ao pleito para provimento dos cargos de prefeitos e vereadores, a Rádio Cultura novamente comandaria as apurações. Quatro dias após o conclave, o CE publicaria fotomontagem com alguns dos participantes da equipe formada por Ciro Nascimento, Heitor Roberto, Sérgio de Oliveira, Zênio Silva, João Bosco de Medeiros, Ramão Achucarro e

³⁸² *Correio do Estado*, 14, 21 jun.; 6 dez. 1969, p. 5.

³⁸³ Estádio da Cidade Universitária de CG, donde transmitira o jogo Corinthians e Flamengo. *Correio do Estado*, 4 mar. 1971, p. 4.

³⁸⁴ *Correio do Estado*, 7 mar.; 6 maio 1970; 26 e 30 abr.; 6 nov. 1971; 29 dez. 1972.

Alfredo Gomes, dirigidos “pessoalmente pelo jornalista José Maria Hugo Rodrigues”. As eleições daquele ano alçariam Levy Dias à Prefeitura de Campo Grande.

Em fins do ano, “junto com diversas emissoras do País”, a Cultura passaria “a receber diretamente da Rádio Globo, Via Embratel de segunda à sexta feira, no horário das 6 horas, ‘O Seu Redator Chefe’, moderno e atuante noticiário de âmbito nacional e internacional que prepara o ouvinte para o seu trabalho diário”. Já em 1974, o diário reportaria ter a rádio recebido mais do que o triplo das festejadas 7 mil cartas de outrora, endereçadas ao programa “Esporte é Cultura” que, sob o comando de Gilberto Guedes, realizara “um concurso visando indicar o chefe da torcida operariana para as jornadas de 1974”, quase 24 mil cartas³⁸⁵ foram recebidas. Para além dos quadros e shows supracitados, havia ainda as novelas que revelar-se-iam bastante lucrativas para a emissora, a exemplo de “O Sheik de Agadir, uma novela que tem de tudo. [...] às 16:30 horas” (1969); “A sensacional novela A Intrusa”, diariamente às 10 horas e “a maravilhosa e emocionante história: Caminhos de Lágrimas”, ambas de Ivani Ribeiro que, “numa deferência toda especial ao público feminino,” iria ao ar às 16:30 horas (1970).

Buscando atingir um público mais amplo do que o das novelas, a Rádio Cultura lançaria em 1971 “Estórias que a Vida Conta”, uma série de contos diários, dos mais variados gêneros, todos assinados por Ivani Ribeiro e transmitidos diariamente às 15 horas, em substituição a novela policial “O Último Encontro”, que representava “um passo à frente” na programação da Cultura e do “Festival de Novelas Colgate Palmolive”. Em 1972, seria a vez de “mais uma sensacional novela”, “A Última Testemunha”, que após o sucesso obtido na televisão, fora adaptada para o rádio, a transmissão seria feita diariamente às 14:30 horas, ainda pelo Festival de Novelas, em 1974 seria transmitida no horário das 8:30 horas, a radionovela “Uma Saudade Eterna”.³⁸⁶ Em 1973, o *Correio do Estado* igualmente reproduziria fotonovelas, assim, no período de abril a setembro daquele ano, mesmo durante a crise mundial de papel, seriam apresentados cinco títulos: “O Roubo da cápsula atômica”; “Lágrimas de Mulher”; “A Esposa”; “Uma lembrança de Mulher” e “Um amor e três destinos”.

As fotonovelas fariam parte das mudanças e inserções gráficas do também novo *Correio do Estado* que em 1972 veicularia também o “Suplemento Literário”, organizado pelos Drs. José Couto Vieira Pontes e Otávio Gonçalves Gomes - anteriormente, seção

³⁸⁵ *Correio do Estado*, 4 e 5 mar.; 14 e 15 out.; 18/19 nov. 1972; 13 fev. 1974.

³⁸⁶ *Correio do Estado*, 9 dez. 1969; 11 abr.; 6 maio 1970; 3 maio; 26 ago. 1971; 23 jun. 1972; 13 nov. 1974.

“Cantinho do Poeta e do Prosador” assinada por Hélio Serejo da Academia Matogrossense de Letras; a seção “Correio Feminino” inaugurada em julho, que já durante o anúncio de sua primeira publicação, apresentava a possibilidade de ser ampliada caso recebesse “o necessário apoio da mulher mato-grossense, especialmente da campo-grandense”; assumindo-se ainda a divulgação diária de uma historieta, onde, assim como acontecia “nas grandes cidades, Cebolinha e seus companheiros”, divertiriam “os campo-grandenses de todas as idades.”

Em setembro daquele ano, o “Correio Feminino” já renomeado de “Caderno Feminino”, assumidamente “editado para preencher uma lacuna” e, inicialmente publicado com apenas uma página, passaria a quatro, contando com “apoio publicitário satisfatório, que só não era maior por ter se estabelecido uma certa exclusividade em benefício do anunciante”. Garantiria o redator ter o caderno alcançado tão grande aceitação que resolveu-se por ir, aos poucos, entregando-o a uma orientação feminina, “pois, por incrível que pareça, era o único caderno feminino, em todo o Brasil, confeccionado por homens”. Contando-se, para tanto, “com a eficiente e valorosa colaboração de uma jovem, a srta. Ester Figueiredo”, estudante que passava algumas horas na redação dando toque feminino ao espaço veiculado nas edições de sábado. Em junho de 1973, “a talentosa colaboradora” Esther Figueiredo, seria apresentada como noiva do “jovem sr. Antônio João Rodrigues”,³⁸⁷ realizando-se o casamento no início do mês seguinte, e, como mais uma demonstração do apreço a que fora alçado, Pedrossian seria ainda elencado entre os padrinhos do enlace.

Num recorte que se estende até 1974, o diário abrigaria também as colunas: “Colher de Chá Quente” - apresentada como não tendo dono, sendo “bolada por muitos”, com caráter humorístico e, “quase sempre” assuntos verídicos³⁸⁸; “Manchetinhas”, “De olho no Mundo”; “O que acha V.S.?” - perguntas a “ilustres” sobre o progresso da cidade (1968); “Voz do Povo” - reivindicações populares; “Sociedade é Notícia” – quadro social de responsabilidade da Equipe CE (1969); “Coisas de Futebol”, componente da página esportiva; “Comentando” - pequenas notas variadas (1970); “Informando”, coordenada por Eliana Silvanna Veriangieri Loschi para “dar cobertura à vida social campo-grandense, não deixando também de ventilar outros assuntos de interesse” dos leitores; “Toka Boutique Informa Em Segredo” – com notícias da “*high society*” nacional; a “Coluna Panamericana”, que se destinava a trazer informações sobre os VI Jogos Panamericanos; “Coluna Forense” da Dra. Hilda Abussafi dos Santos, “especializada em assuntos jurídicos”, com o objetivo de levar informações e

³⁸⁷ *Correio do Estado*, 29 jan.; 24 e 25 jun.; 7 jul.; 2 e 3 de set. 1972; 30 jun. 1973.

³⁸⁸ *Correio do Estado*, 15 abr. 1969, p. 2.

esclarecimentos³⁸⁹ (1971); “Seu destino na Grafologia” com o grafólogo Prof. J. Mayer; “Coluna Olímpica”, sobre as Olimpíadas de Munique (1972); “Bola na trave” - notícias do esporte citadino (1973); “Verdades Eternas”; “Fora de Série”, série de crônicas escritas por J. Barros e “Curiosidades Jurídicas” por Wilson Lima Soares (1974).

A primeira promoção da Rádio Cultura e do jornal *Correio do Estado* no ano de 1973, foi o show do “rei da juventude” Roberto Carlos, juntamente com “outros cantores famosos do mundo jovem”, o rei se apresentaria no Estádio Municipal Belmar Fidalgo. No dia seguinte a realização do evento, amplamente divulgado pelo diário, afirmava-se o êxito alcançado pela programação onde “milhares de jovens, principalmente do sexo feminino, se acotovelaram para prestigiar a mais esta promoção” anunciada como “o início de uma série”. No mesmo ano, seriam reportadas as assinaturas de contratos publicitários firmados com a Rádio Cultura, desta forma, seguindo o mesmo modelo utilizado desde o primeiro anúncio de subsídio publicitário, qual seja publicar em primeira página a foto dos contratantes assinando o acordo, seriam relacionadas firmas como “Andorinha S.A.” e “Credi Moveis, a loja gigante de Mato Grosso”, por exemplo.

Ultimando as principais campanhas deste primeiro período, definido até 1974 - os primeiros 5 anos da equipe do *Correio do Estado* à frente da Rádio Cultura; no início de abril, ambos os meios se engajariam na malsucedida campanha “Pelé, Volte” ou “Volte, Pelé”, com lançamento previsto para as 9 horas do dia 3 de abril daquele ano, ocorrendo no momento em que estivessem reunidos todos os componentes da equipe esportiva da emissora e do diário que unidos fariam apelo aos ouvintes e leitores para que enviassem suas cartas à emissora ou ao jornal pedindo a participação de Pelé na seleção e na Copa do Mundo da Alemanha, juntando-se “à voz de todos os brasileiros, solicitando que o tricampeão” voltasse a vestir a camisa 10 da Seleção. Seria um pedido dos campo-grandenses àquele que no ano anterior recebera o título de Cidadão Campo-grandense. Ainda em dezembro daquele ano, por primeira vez, a “Cultura A Emissora que a cidade ouve, em colaboração com o *Correio do Estado*”, realizaria o feito de transmitir “diretamente do Pacaembu” o clássico Palmeiras X Corinthians.³⁹⁰

³⁸⁹ *Correio do Estado*, 7 jan.; 23 out. 1971.

³⁹⁰ *Correio do Estado*, 25 jan.; 5 fev.; 26 e 27 maio, 1973; 3 abr.; 18 dez. 1974.

3. 2 – O plano de expansão: “A Maior Força Publicitária de Mato Grosso”

Afora as promoções conjuntas, a equipe CE/Cultura investiria na marca nascente produzindo e divulgando propagandas, *slogans* de efeito, em suma, fazendo publicidade de si mesma. Em 1968, o *Correio do Estado* se apresentaria como “o novo Gigante da Bota de 7 Léguas”, personagem de contos infantis que “consequia, com uma só passada, locomover-se rapidamente, vencendo grandes distâncias... nos dias atuais, com a rapidez das comunicações, conseguimos nós, do *Correio do Estado*, reeditar as façanhas do gigante de outrora...”, as “botas” permitiam ao jornal “cobrir diariamente todo o Estado de Mato Grosso...”, conseguindo “estar aqui, ali e acolá na mesma hora ou no mesmo dia!” Naquele ano, o *Correio do Estado* seria ainda louvado pelo Rádio Difusora que, conforme transcrição do vespertino, elogiara a transformação completa de suas edições, garantindo a existência da penetração nacional do periódico, “e isso pela causa de os aqui residentes enviá-lo aos parentes e amigos em todos os Estados. Temos realmente de tirar o chapéu para Augusto Gamba, Júlio da Silva, José Maria e o mentor da empresa, essa capacidade que chamamos de Professor Barbosa Rodrigues”, apontado ainda como, “sem dúvida alguma”, o autor do “primeiro passo, o passo firme no progresso da imprensa escrita de Campo Grande”.³⁹¹

Por outro lado, em 1969 o vespertino lamentaria “profundamente” não receber igual acolhida na imprensa cuiabana, assim, em editorial denominado “É Pena”, após assegurar serem divulgadas notícias “publicadas em primeira mão pelo *Correio do Estado* [...] com uma frequência que nos envaidece, [em] um dos mais destacados órgãos da imprensa nacional, *O Estado de S. Paulo*”, afiançaria o redator, “é pena, porém [...] que o correspondente de *O Estado* em Cuiabá, não goste de nos dar uma colherzinha de chá, citando na sua correspondência, o nome do jornal que lhe fornece, graciosamente, tantas notícias”, que recebiam “honrosa guarida nas colunas do grande matutino de Júlio de Mesquita Filho”. Jactando-se ainda: “para os nossos amigos leitores, o fato de as nossas notícias aparecerem com frequência na ‘grande imprensa’, deve ser motivo de satisfação, pois isso, demonstra que o CE, na realidade, é um jornal de certa projeção e responsabilidade como órgão informativo” tanto em Mato Grosso, “como lá fora”.³⁹² Em nota publicada em janeiro de 1972, o “jovem redator Antônio João Hugo Rodrigues”, que vinha “se destacando como uma das mais

³⁹¹ *Correio do Estado*, 29 jun.; 26 ago. 1968, p. 4.

³⁹² *Correio do Estado*, 16 maio 1969, p. 2.

expressivas revelações da nova geração na imprensa mato-grossense”,³⁹³ seria apontado como colaborador de *O Estado de S. Paulo*.

Ainda em 1969, pouco depois de divulgado o controle da Rádio Cultura pelo *Correio do Estado*, assumira-se o slogan “Vende mais quem anuncia na maior potência publicitária de Mato Grosso”. Desta forma, valendo-se de sua nova condição de “potência”, o diário lançaria editorial denominado “Propaganda” onde afirmava que o comércio campo-grandense ainda não se dera “conta da necessidade da realização promocional em torno de sua atividade”, posto haverem firmas que recorriam à publicidade somente quando fracassavam, “como um último esforço”, sendo que apenas uma ou outra “de mentalidade mais avançada” dava “à propaganda a importância de que ela se reveste em centros populosos”. Conclamava-se o comércio e a indústria a que se rendessem a “necessidade inadiável” de prestigiar “os magníficos veículos que possuímos, fazendo através deles a sua publicidade”, já que “temos, em Campo Grande, vários veículos de primeira qualidade, em jornais, rádios e televisão, que são órgãos de indiscutível penetração na opinião pública”. (Grifos nossos).

A partir de 1970, a equipe CE/Cultura se gastaria para provar que, dentre “os magníficos veículos”, eram os melhores e, provavelmente, pensando nisso, a partir de outubro daquele ano, a clicheria do CE teria novo endereço, Rua 26 de agosto, 555 – junto à sede da Rádio Cultura. Enquanto o *Correio do Estado*, “o gigante das botas de 7 léguas” lutava “pelo engrandecimento da imprensa matogrossense”, afirmando-se, com relação ao todo nacional, como colaborador da grandeza da Pátria a serviço da coletividade em honra do jornalismo. A Rádio Cultura, a “Majestade do Ar”, se apresentaria como uma “emissora tanto quanto possível cultural”, com a missão “de preparar e mostrar futuros valores artísticos” do estado, que um dia poderiam “vencer além fronteiras”,³⁹⁴ projetando o Mato Grosso “perante o Brasil”. Neste período a emissora adotaria muitos *slogans*, tais como: “Rádio Cultura a ‘Emissora das Grandes Realizações’”; “Não Imitamos Ninguém, Nossa Equipe É Autêntica”; “A Emissora que a Cidade Ouve”; “A Nova Namorada de Campo Grande” (1970); “A Cultura não manda recados, vai lá!”; “O que você quer ouvir a Cultura transmite” (1971) e “Rádio Cultura É Mais Amor” (1974).

No fim de 1970 teria início uma prática que se tornaria recorrente, a contratação e divulgação de pesquisas de opinião, a primeira delas, realizada pela Report de São Paulo e divulgada em meados de dezembro, colocava a Rádio Cultura disparadamente à frente de suas

³⁹³ *Correio do Estado*, 22 jan. 1972, p. 10.

³⁹⁴ *Correio do Estado*, 31 maio; 26 jun.; 14 ago.; 25 nov. 1969.

concorrentes, com 53,3% da preferência dos ouvintes, no quadro apresentado na primeira página, anunciava-se ainda que o IBOPE estivera em Campo Grande na semana anterior, “fazendo idêntica pesquisa” e, conforme se esperava, a Rádio Cultura deveria confirmar “a sua posição na liderança em audiência” ratificando “o resultado da ‘Operação Trabalho’ adotado na referida emissora pela equipe CE/Cultura.” (Grifos nossos). A edição de Natal, veiculada pouco depois, garantiria: “Rádio Cultura tem a maior audiência da cidade”, a notícia explanava um pouco mais a tal “Operação Trabalho”, principiada há quase um ano pela Equipe CE/Cultura que, “agindo de mãos dadas”, a iniciara “silenciosamente” visando colocar a audiência da Rádio Cultura em primeiro lugar na preferência do público campo-grandense.

Desta forma, afirmar-se-ia ter-se alcançado a primeira vitória “graças ao apoio da gente campo-grandense”, assim, a liderança em audiência anteriormente confirmada por pesquisas particulares, “como um grande presente de Natal”, seria corroborada “pelo IBOPE, a maior autoridade em pesquisas em todo o Brasil”. A mesma página divulgaria também um grande quadro com os resultados do IBOPE, que procedera a pesquisa na cidade de Campo Grande durante os dias 6 à 13 de dezembro de 1970, das 6:00 às 18:00 horas, utilizando para tanto 2 pesquisadores que realizaram “um total de 3.072 entrevistas domiciliares, assim distribuídas, quanto à Categoria Sócio Econômica: Classe A/B – Rica e Média – 35,9% Classe C/D – Pobre e Pobre Inf. – 64,1%”.³⁹⁵ A Rádio Cultura despontaria com 47,48% da preferência popular, seguida pela Rádio Educação Rural com 35,34%, Rádio Difusora com 10,45% e Outras com 6,73%.³⁹⁶ O resultado das pesquisas seria amplamente explorado pelo jornal que em 1971, anunciaria: “A Nossa Mensagem Comercial É Objetiva: Anotem Nossos Endereços e Telefones *Correio do Estado* e ZYX-4 [...] A Maior Força Publicitária de Mato Grosso”.

Utilizando-se dos dados fornecidos pelo IBOPE, o *Correio do Estado* estamparia diversas artes engrandecendo a emissora, com dizeres tais como: “Palmas, Que Ela Merece! Venda mais, anunciando na Emissora Que A Cidade Ouve”, propaganda de meia página, ilustrada por uma macaco aplaudindo um leão que tinha sobre a sua cabeça uma coroa - símbolo da RC, “A Força De Um Elefante... A primazia em audiência da Rádio Cultura foi oficialmente comprovada pelo IBOPE. Será Preciso Dizer Mais?”; “Tacada certa É Anunciar

³⁹⁵ *Correio do Estado*, 24 e 25 dez. 1970, p. 1.

³⁹⁶ Ainda que tenha havido certa discrepância com relação aos números apresentados pela Report, a classificação das rádios, manteve-se a mesma. Os dados colocavam a “Educação Rural” com 36,6 % da preferência e a “Rádio Difusora” com 8.0%, cabendo os 2.0% restantes a “Outras (não locais)”. *Correio do Estado*, 19 dez. 1970, p. 1.

Na Rádio Cultura Liderança em Audiência”; “Temos diversos clientes satisfeitos em todo o Estado. Junta-te aos bons e será um deles”; “Contra Fatos Não há argumentos! E Muito Menos Contra Números. Principalmente aqueles fornecidos pelo IBOPE”. No período de 12 a 19 de dezembro de 1971, seria realizada nova pesquisa que, mais uma vez, apresentaria a emissora como campeã, agora com 46,74% da audiência: “Rádio Cultura mais uma vez põe as outras de Campo Grande no chinelo. [...]. É o dinamismo e a tarimba da fabulosa equipe Cultura – os melhores profissionais em comunicação e entretenimento do rádio campograndense”.

Em fevereiro de 1972 José Maria Rodrigues, em sua coluna “Ao pé do ouvido”, teceria elogios a Rádio que dirigia, garantindo que diariamente aumentava o número de ouvintes que passavam “a prestigiar a programação eclética da Rádio Cultura”. A nota fora alocada abaixo da foto de Zênio Silva e Ramão Achucarro, “dois dos responsáveis pelas conquistas profissionais da Cultura. Profissionais autênticos e responsáveis, como o são todos os outros que integram o *cast* da Cultura”. Finalizando sua fala, e “atendendo a um amigo”, José Maria lançaria mão de uma provocação histórica, ou, em suas palavras, de “um ditado muito usado: **Enquanto os cães ladram, a caravana passa**”.³⁹⁷ Em 1974, a Rádio Cultura contabilizaria a mais expressiva das votações, o anúncio de página inteira, garantia: “Mais Uma Vez A Pesquisa Comprova: Rádio Cultura Mantém A Liderança Absoluta”, a pesquisa realizada entre 4 e 9 de fevereiro daquele ano, consagraria a emissora como líder pela quarta vez consecutiva, com “66,05% de audiência, mais do dobro da segunda colocada. [...]. A Rádio Cultura está dez anos na frente, evoluindo com você para ter sempre a sua idade e saber falar ao seu coração. 24 horas por dia”. Outra publicidade da “Tetracampeã De Audiência”, convidaria os anunciantes: “venda seu produto pelo 1370 vibrantes KHZ da Rádio Cultura e aguarde magníficos índices de penetração. [...]. Na Rádio Cultura, o seu produto vai ter a mesma audiência líder. Pesquisa após pesquisa”.³⁹⁸

Aparentemente colocado em segundo plano, o *Correio do Estado* também receberia investimentos e passaria por transformações neste período, como a utilização, a partir de 1971, de uma teleobjetiva, ironicamente justificada pela necessidade dos repórteres fotográficos manterem distância “das cenas de luta livre ocorridas no ‘Moreirão’ [...] salvando a própria pele”. Em outubro, a propaganda da Clicheria Correio do Estado garantia “Melhor serviço. Melhor Preço. Maior rapidez”, em 1974 à propaganda seriam acrescentadas as

³⁹⁷ *Correio do Estado*, 3 e 6 fev.; 4 jun.; 12 e 16 jul.; 31 dez. 1971; 26 e 27 fev. 1972.

³⁹⁸ *Correio do Estado*, 12 abr.; 11/12 maio 1974.

inovações de “Clichês a Traço e Retículas Fotocomposição – Impressão de Cartazes”, garantindo: “Nós gostamos de clientes exigentes, afinal de contas há 20 anos que estamos na liderança [...] Clicheria Correio do Estado sempre presente na vanguarda da tecnologia avançada”.

A primeira página da edição inaugural de 1972, informava ter o diário patrocinado o atleta que vencera a “V Prova Pedestre Cidade Morena”, o jovem José Antônio Passarelli “que bateu todos os recordes anteriores”, a página traria vários flashes da prova, além de uma foto da posterior comemoração de Passarelli juntamente com os “funcionários do *Correio do Estado* e da Cultura, num almoço de confraternização [...] na mini-chácara de Indubrasil”.³⁹⁹ Numa edição de fim de semana que marcava o término de setembro e o início de outubro de 1972, os “Classificados” ou “Anúncios Classificados” tornariam a ser publicados no diário – “Recado bem dado Classificados do *Correio do Estado*”; fazendo-se, nos dias seguintes, vasta propaganda para que engenheiros, construtores, empreiteiros; firmas de autopeças e acessórios; imobiliárias, incorporadoras, etc., se valessem do serviço disponibilizado pelo jornal.

Em 1973, em mais uma iniciativa conjunta, CE e Cultura juntamente com o BIOTEC – curso preparatório para vestibulares; promoveriam um vestibular simulado visando proporcionar 27 bolsas de estudo, os interessados deveriam recortar o cupom impresso no jornal e entrega-lo na Rádio Cultura, concomitantemente o jornal publicaria as provas e seus respectivos gabaritos, os exames seriam “realizadas na véspera, no período noturno, e, a partir das 7 horas do dia seguinte *Correio do Estado* já [estaria] circulando e a disposição de todos os Universitários” (grifos nossos). Mesmo prometendo a circulação a partir das 7 da manhã, o *Correio do Estado* se apresentaria até a última edição de 1973 como “O *Vespertino* de Maior Circulação em Mato Grosso”, a primeira edição de 1974, no entanto, apresentaria o cabeçalho já sem a presença do *slogan* que desde 1955 marcara a primeira página do jornal. Somente em 8 de novembro de 1974 se explicitaria o motivo da supressão, o diário passara a ser matutino começando a circular diariamente “às 4 horas da manhã e [...] por volta de 9 horas mais de 4 mil exemplares já foram encaminhados ao seu destino”, sendo considerado naquele ano, para uma “tiragem normal”, o número de “cinco mil exemplares”. Somente a partir de 13 de outubro de 1976 o jornal passaria a adotar em seu quadro expediente a definição “Diário Matutino”.⁴⁰⁰

³⁹⁹ *Correio do Estado*, 15 maio; 8 out. 1971; 3 jan. 1972; 9 set. 1974.

⁴⁰⁰ *Correio do Estado*, 31 jan.; 7/8 jul.; 31 ago. 1973; 8 nov. 1974; 13 out. 1976.

Ainda em março de 1972 a primeira página do dia 22 traria uma imagem mostrando a sede da Rádio Cultura, a legenda aludia a “uma torrinha de 20 metros que fora instalada no final da semana [...] mais um melhoramento nos serviços” da emissora, que ampliaria “em muito o raio de ação do equipamento móvel instalado na Kombi de reportagem externa”, instalação efetuada por dois funcionários da UNITEL, de São Paulo. Em 12 de abril, a primeira página do *Correio do Estado* noticiaria a autorização, por parte do DENTEL, da troca do velho transmissor da Cultura “por um novo, com potência de 1 kilowatt”, o que duplicaria a qualidade das transmissões, estipulava-se um prazo de 120 dias para que Campo Grande recebesse “mais esse presente da Equipe CE/Cultura”.⁴⁰¹ Extrapolando em muito o prazo previsto, o novo transmissor só chegaria em maio de 1973, antes, porém, chegaria a impressora Offset do *Correio do Estado*.

O primeiro anúncio neste sentido dera-se numa edição de fim de semana - que desde o início de abril daquele ano, era assinalada com datas de sábado e domingo, como a edição em questão – 22/23 julho de 1972; que nada tinha de especial, sendo unicamente “uma tiragem normal de fim semana”, destacando-se apenas o aumento do “número de páginas do Caderno Agropecuário, [...] pois as mensagens comerciais cresceram em número”. No entanto, as edições de fim de semana constituíam, conforme o jornal, uma preparação “para uma arrancada ainda maior,” prevista para fins do ano, desta forma, tinha-se que:

A infra-estrutura para a implantação do sistema impressor “off-set” está sendo montada a Rua 26 de Agosto, 556, ao lado da “emissora que a cidade ouve”, pois a nossa equipe da Rádio Cultura adquiriu todas as instalações da Fotogravura Atlas, de S. Paulo e transportou-as para C. Grande e, em breve, o serviço de fotolito estará funcionando para atender, inclusive, a encomendas de outras gráficas do Estado. A Impressora SOLNA, zero quilômetro, deverá ser entregue pela fábrica sueca no vindouro mês de outubro, pois já está sendo montada naquele país. Até o fim do ano, se Deus quiser, teremos um jornal moderno em circulação na cidade [...].

Ainda em outubro deverá estar funcionando o novo transmissor da Rádio Cultura, com um quilowatt de potência, cobrindo toda a região sul do Estado.

Estamos simplesmente procurando crescer com Campo Grande.

Em meados de dezembro, novamente numa edição de fim de semana, anunciava-se estar a “Impressora ‘Off Set’ em viagem para o Brasil”, a máquina, que faria do CE “o primeiro jornal diário em Mato Grosso a adotar esse novo sistema de impressão”, viria a bordo do Navio Lloyd Copenhagen, notícia recebida com grande alegria pelos componentes

⁴⁰¹ *Correio do Estado*, 22 mar.; 12 abr. 1972.

da “já famosa Equipe CE/Cultura, que se [preparava], com sacrifícios é verdade, para o Mato Grosso de amanhã. Com essa impressora ultra-rápida, milhares de exemplares serão impressos em questão de hora”. A nota daria conta ainda, de estar o novo transmissor da Cultura em fase de acabamento. Na tarde de 15 de janeiro de 1973, chegava a Santos o navio que trazia, dentre outras cargas, “um conjunto de impressão ‘offset’ para o *Correio do Estado* de Campo Grande, Mato Grosso”, a ser embarcado “em caminhão especialmente fretado para o transporte” previsto para chegar na semana seguinte, quando seria iniciada sua instalação. Ao fim da notícia que, dada dois dias após o ocorrido, relatava também a comoção dos funcionários, render-se-iam elogios ao “diretor José Barbosa Rodrigues, o ‘cérebro’ de todas as nossas grandes realizações, nossos cumprimentos, na certeza de que realizastes o seu mais velho sonho: dar a Campo Grande e a Mato Grosso, um jornal digno do progresso dessa terra de Rondon”.⁴⁰²

A título de “treinamento do pessoal”, o Caderno Agropecuário da edição de 3/4 de fevereiro seria impresso pelo sistema offset, a diagramação, a montagem e o fotolito foram feitos nas novas instalações, enquanto que a impressão fora realizada pela tipografia Alvorada.⁴⁰³ Prevvia-se a impressão de todo o jornal dentro do novo sistema até o fim daquele mês, posto que o plano da direção era que a mudança fosse feita aos poucos, de acordo com o treinamento do pessoal. Ao tomar parte da publicação do Caderno, o leitor era convidado a verificar que as fotografias tinham “melhor aparência, enquanto que as composições das matérias” apresentavam-se “mais legíveis e limpas”.⁴⁰⁴ Em meados de fevereiro, publicando a foto do caminhão que transportara a máquina, assim como fizera no mês anterior ao publicar a foto do navio, o *Correio do Estado* anunciaria, em primeira página, a chegada, no dia anterior, de seu equipamento offset, trazido pelo “caminhão da Panor Gigante que desembarcara a máquina Solna defronte à Rádio Cultura, onde funcionava “anexo todo o Departamento de fotolito do CE”. Foto publicada pouco depois, daria a entender ter havido necessidade de uma quebra de paredes na sede da clichéria para que, com auxílio de “guindastes da Lion e da Cemat”, tornar-se possível a colocação da impressora no setor de fotolito. A legenda garantiria já se encontrar a máquina “em fase de montagem, após os trabalhos tidos para a sua colocação”.

No dia 22 de fevereiro, aviso aos leitores dava conta de terem sido as páginas 5 a 8 daquela edição, impressas pelo sistema offset, em fase experimental e de treinamento, o que

⁴⁰² *Correio do Estado*, 22/23 jul.; 16/17 dez. 1972; 17 jan. 1973, p. 1.

⁴⁰³ Responsável, em setembro de 1970, pela implantação e funcionamento da primeira impressora em offset de Mato Grosso, feito, à época, noticiado pelo diário. *Correio do Estado*, 19 set. 1970, p. 1.

⁴⁰⁴ *Correio do Estado*, 3/4 fev. 1973, p. 1.

servia de “justificativa para algumas falhas”. Prevvia-se a manutenção da fase experimental por vários dias, exigindo o treinamento de pessoal “paciência e tempo”. As referidas páginas trariam publicidade, ou “matérias de interesse”, segundo definição do diário, sobre a CEMAT e o MATEL (Matadouro Eldorado), “duas grandes empresas mato-grossenses”. O teste seguinte corresponderia a toda a produção do Caderno Agropecuário de 24/25 de fevereiro. Em março, seriam testados novos layouts para o cabeçalho e, “em ritmo lento exigido pela adaptação”, o diário passaria a ser parcialmente impresso pelo sistema offset; o próximo passo seria a edição diária na expectativa de dar a Campo Grande “um jornal moderno, à altura de seu progresso”. No dia 21 de março, oito meses após o anúncio da compra da impressora, o *Correio do Estado* publicaria a sua primeira edição completa em offset, que ainda experimental, circulando numa quarta-feira, contaria com 8 páginas.

No dia seguinte teriam início as publicações de congratulações pela inovação. A primeira delas partia da Câmara Municipal que enviava “votos de confiança e aplausos” pelo empreendimento descrito como “um novo passo na era das comunicações em Mato Grosso, pois com tal iniciativa o ‘*Correio do Estado*’ muito em breve” poderia “imprimir os seus suplementos especializados a cores”. O jornalista Pedro Rocha Jucá, diretor-redator-chefe de *O Estado de Mato Grosso* de Cuiabá, destinaria os cumprimentos ao “amigo e companheiro [...] juntamente com seus filhos”, pela “vitória [de] toda a imprensa matogrossense”. Pouco depois, com destaque, publicou-se na primeira página o telegrama “do eminente Senador Dr. Rachid Saldanha Derzi, que foi nosso redator-chefe na década de 50, atual vice-líder do Governo na Câmara Alta”. Derzi, em linguagem telegráfica, dizia-se alegre por poder “verificar esse vibrante jornal acompanhar o crescente progresso nosso Estado”.⁴⁰⁵ Seriam igualmente registrados os cumprimentos dos escritores Hélio Serejo e Lucídio Rondon (de Cuiabá), do advogado douradense Altair da Costa Dantas, do jornalista e educador – colaborador do *Correio do Estado*, J. Barros de Vasconcelos, de Humberto Neder – Presidente da TELEOESTE e do integrante da FAB Gilberto Amaral Nascimento.

Dez dias após o lançamento da primeira edição completa em offset, o CE lançaria um editorial denominado “Transformação”, onde, abordando uma transformação gráfica a que não se estava acostumada em Mato Grosso, “saindo da fase mecânica para eletrônica, com impressão pelo sistema ‘offset’, ainda engatinhando no Brasil”. Após um breve retrospecto da condição anterior de seu maquinário, relatavam-se os trâmites para a inserção do novo sistema, “como Mato Grosso ainda não comporta a aquisição, para jornal, de máquinas de

⁴⁰⁵ *Correio do Estado*, 13, 15, 22 e 24/25 fev.; 13 e 22 mar.; 9 e 16 abr. 1973.

produção assombrosa, tivemos que procurar em vários países, um equipamento de meio termo. Encontramo-lo na Suécia”. Para a parte prática, procurou-se “um grupo de jovens, principalmente moças de nível universitário”,⁴⁰⁶ não sendo necessário lançar mão “de gente especializada vinda de outras praças” para a execução de “uma moderna arte no campo da impressão”. Valer-se-iam, portanto, dos “sacrifícios quase heroicos” a que foram submetidos alguns elementos da equipe “que, dois anos antes, já haviam aprendido a fazer rádio, quando da aquisição da Cultura”, constituindo-se todo o pessoal “da famosa prata-da-casa”.

A fim de possibilitar aos leitores um vislumbre do que era o novo *Correio do Estado*, prosseguiria o relato, “antes tudo era feito na base de chumbo derretido, tintas, graxas e muito esforço. Hoje, quase todo o jornal nada mais é que montado em cima de pranchetas, fotografado e copiado em milhares de exemplares”. No campo dos números - passara-se de uma média de mil exemplares em 4 horas, para 4 mil em 1 hora; admitir-se-ia ter tudo encarecido, inclusive o papel que passaria a ser importado do Canadá, porém, mantendo sua tônica bairrista, justificava-se: “Campo Grande e Mato Grosso merecem ter aquilo que os centros mais importantes estão tendo”. Mantendo a “Operação Trabalho”, em maio anunciava-se em duas páginas inteiras a chegada da “Nova Delícia”, o esperado transmissor da Cultura, “Novo Transmissor/ Novo Equipamento/ A Nova Delícia. Mais vida, mais poesia, mais música, mais esporte, mais notícia, mais som, mais você, mais amor – Rádio Cultura a emissora que a cidade ouve”.⁴⁰⁷

Antes da inauguração do transmissor, o diário anunciaria mais um investimento da rádio já há meses adquirido: “uma área de terreno de cinco hectares, nas proximidades da Lagoa da Cruz”, onde instalaria seus aparelhos de transmissão, “inclusive moderníssima torre de irradiação”, revelando-se igualmente a pretensão de transformar o local num ponto turístico, dependendo a transferência de local “única e exclusivamente de autorização do governo federal”, já requerida. A última edição de junho de 1973 traria, na 3ª página, propaganda do CE, agora apresentado como “O Nosso Jornal”, preenchendo toda a extensão de uma página, “ler o *Correio do Estado* é uma necessidade de cada dia”. Após uma foto do diário, apresentava-se um breve texto advogando a necessidade de leitura de “um bom jornal local” a quem quisesse se manter informado de tudo. Obviamente, o *Correio do Estado* era este bom jornal que dava “uma visão global do que acontece longe e perto. Ele nunca suja as suas mãos de tinta porque é o único jornal, em Mato Grosso, impresso pelo sistema Off Set. e

⁴⁰⁶ Em 1974, dos 35 funcionários do CE, 14 eram mulheres. *Correio do Estado*, 31 dez. 1974, p. 6,7.

⁴⁰⁷ *Correio do Estado*, 31 mar.; 19/20 maio, 1973, p. 3, 4.

também o de maior tiragem. A verdade está sempre com a maioria. Leia a assine *Correio do Estado*”.

Na 13ª página, num tamanho menor, mas ainda assim quase preenchendo sua totalidade, publicara-se a propaganda da Rádio Cultura que passaria a permanecer 24 horas no ar, “O Som Quente E Puro Atravessa A Noite/ Rádio Cultura 1.370 KHZ 24 horas de som puro”. Seguindo a mesma ideia do anúncio do *Correio do Estado*, tinha-se uma fotografia de uma vista noturna de Campo Grande, e um pequeno texto na lateral superior direita, apregoaria “Estamos quebrando o silêncio da noite com som quente e puro” e convidaria, “ligue 1.370 KHZ e vibre com a nossa vibração permanente. Com a nosso embalo musical. Com a equipe esportiva dona da bola. Com as notícias exatas. Com os programas sertanejos que falam diretamente ao coração de nossa gente”. Ambas as propagandas foram idealizadas por Osório, Mário & Brockes Propaganda Ltda. A agência, com sede em Goiânia, prometia repetir em Campo Grande o sucesso alcançado nesta e em Brasília. A “OM&B” chegara à cidade tendo como primeiro cliente as Lojas Americanas.⁴⁰⁸

A partir de 2 de julho de 1973, a Cultura passaria a figurar entre as “as poucas emissoras em todo o país” que, à época, possuíam programação diuturna. Posteriormente, o *Correio do Estado* comunicaria terem recebido, somente na primeira noite funcionando pela madrugada, “nada menos que 75 telefonemas de parabéns, de padeiros, guardas-noturnos, motoristas, hospitais, etc.”, além da mensagem telegráfica de Edu Santos Pereira, um dos primeiros diretores da Rádio Cultura. Segundo nota, a iniciativa da programação ininterrupta partira do “companheiro” e gerente da emissora, José Maria Hugo Rodrigues. No dia 18 de julho, às 20:00 horas, a Rádio Cultura, finalmente, colocaria “no ar o seu novo equipamento, constando de um moderno transmissor e uma funcional mesa de som”. O transmissor recebera o nome do pecuarista Laucídio Coelho – “venerando e benquisto cidadão que, aos 87 anos de idade” era o “chefe de ilustre família, cuja capacidade de trabalho é das mais elogiáveis”. Desta forma, “numa justa homenagem àquele que durante toda a sua vida lutou por Mato Grosso”, coube a seu filho, o banqueiro e pecuarista Lúdio Coelho, acionar o painel central de controle do novo equipamento. O transmissor seria, ainda, abençoado pelo padre Heitor Castoldi. Os detalhes da inauguração seriam notícia no *Correio do Estado* por três edições.

O mês de julho de 1973 traria o anúncio da conquista de mais uma etapa do plano. Após a aquisição do transmissor da Cultura e da offset do *Correio Estado*, a equipe partiria “para uma nova meta, qual seja, a de dotar Campo Grande de mais uma transmissora de

⁴⁰⁸ *Correio do Estado*, 12, 20 e 30 jun. 1973.

Televisão”. Os trâmites tiveram início em outubro do ano anterior, quando foram satisfeitas “todas as exigências legais, inclusive constituindo e registrando firma comercial para tal fim”. A firma requerente nominou-se Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., e a emissora denominar-se-ia Canal-8 TV CAMPO GRANDE. Desta forma, “contando com a assistência técnica de escritório especializado em São Paulo”, requereu-se “a abertura da necessária concorrência [...] para a exploração de mais um Canal de Televisão em Campo Grande”, e, ainda que em fase de concorrência, já se alardearia: “A mesma equipe que deu a Campo Grande um jornal moderno e uma emissora de rádio à altura do progresso local, está caminhando para dar à Cidade Morena, mais uma estação de televisão, procurando ampliar, [...] o mercado de trabalho no setor de comunicações”.

Já em agosto, no editorial “TV CANAL 8” afirmava-se estar em vigor um “acordo de cavalheiros firmado entre pessoas bem intencionadas” que disputavam “uma concorrência leal”, os contatos realizados entre os grupos interessados visavam manter “a necessária vigilância em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Cuiabá” a fim de não permitir “a interferência de qualquer elemento” que quisesse “prejudicar Campo Grande”.⁴⁰⁹ A concorrência seria encerrada em 18 dias contados a partir da publicação do artigo, ou seja, dia 18 de setembro de 1973, a data prevista chegou e passou sem que o jornal tocasse no assunto, que só seria retomado em 1976, conforme retratado mais adiante.

O ano de 1974 marcaria ainda, o vigésimo aniversário do CE, inaugurado a 7 de fevereiro de 1954 “data mui significativa nos anais da imprensa mato-grossense”. Nas páginas do próprio diário, porém, a data não receberia grande atenção, merecendo apenas um editorial na segunda página, onde costumeiramente se publicavam os editoriais; com um brevíssimo histórico embasado, sobretudo, na superação das dificuldades, principalmente com relação a energia elétrica. Após rememorar “um passado de lutas e dificuldades, considerando as alvíssaras que merecemos no presente, e confiantes num futuro ainda mais promissor, como o será o futuro desta encantadora cidade de Campo Grande”, erguia-se, “simbolicamente” a “taça num brinde de honra” aos leitores, amigos e anunciantes.

Em maio, breve nota informaria estarem os diretores da Rádio Cultura de Campo Grande, José Maria e Marcos Fernando Hugo Rodrigues, em viagem para São Paulo a fim de tratar de “vários assuntos de interesse daquela emissora e do jornal *Correio do Estado*”, ambos seguiriam ainda para Brasília onde manteriam “contatos com autoridades ligadas ao setor das comunicações”. A Operação Trabalho, não mais apresentada com este nome, se

⁴⁰⁹ *Correio do Estado*, 3, 5, 19, 20 e 25 jul. 1973; 31 ago. 1973.

manteria e na última edição do ano de 1974 seriam relacionados os partícipes do plano, em duas páginas inteiras, sob o título “São estes os que fazem *Correio do Estado*”, seriam apresentados com fotografias individuais, 35 funcionários e membros da equipe, discriminados por suas funções, para além de uma foto coletiva dos nove “Garotos do Departamento de Circulação”. Dentre os membros da equipe, quatro filhos e uma nora, sob a direção de José Barbosa Rodrigues, o *Correio do Estado* se consagrara como uma empresa familiar. Na nova relação, José Maria seria apresentado como gerente, Marcos Fernando como subgerente, Antônio João tornara-se chefe de redação, sua esposa, Ester F. Rodrigues era chefe de paginação e Paulo de Tarso, editor.

A atividade conjunta do *Correio do Estado* e da Rádio Cultura poderia ser verificada também nas frequentes repetições da publicação “ATENÇÃO – URGENTE”, uma solicitação “às pessoas e firmas (ou seus responsáveis)” para que procurassem a gerência do jornal em horário comercial para solucionar “débitos pendentes” a fim de que não tivessem “seus nomes registrados no Serviço de Proteção ao Crédito”. Mais de 100 pessoas e firmas seriam relacionadas na lista persistentemente publicada. O mesmo expediente seria utilizado para nominar os devedores da Rádio Cultura, utilizando-se, porém, a denominação “CONVITE”. A rádio, por sua vez, comunicava eventuais necessidades do jornal, como quando este não pôde circular durante 3 dias “em virtude de acidente” com sua máquina impressora.⁴¹⁰

Em 1975, já com sua parte gráfica consolidada após a chegada da offset, o *Correio do Estado* se apresentaria diariamente com 10 páginas e, aos fins de semana, com 12 sempre repletas de fotografias, trazendo uma melhor distribuição das notícias e constantes novidades gráficas. Entre 1975 e 1977, surgiriam colunas como a “Informe Dois”, que, segundo seu redator, era composta por notas de forma “bastante despretensiosa”; “A Cidade é Nossa (Uma coluna dedicada aos problemas da cidade)”⁴¹¹, por Sebastião de Oliveira Barbosires e “Disco é Cultura”, para além dos suplementos “Automóveis e Automobilismo” e “Agricultura e Pecuária”, ambos reproduzidos nas páginas internas de 1975. Em 1976, Antônio Lopes Lins, publicaria “Crônicas do Tempo” e seriam igualmente veiculadas notícias da sociedade douradense no quadro “Dourados em Revista”. Em 1977 seriam acrescentados ainda o “Indicador Médico” e o “Guia Comercial”, além das colunas “Fatos e Festas”; “Meu Cantinho”, assinada por LÉO – sessão que, conforme admitiria seu autor, às vezes deixava de

⁴¹⁰ *Correio do Estado*, 8 fev.; 1/2 abr.; 29 maio; 31 dez. 1974.

⁴¹¹ *Correio do Estado*, 21 jan.; 4 jul. 1975.

sair por falta de assunto⁴¹²; e o quadro fixo “Charge do Robson”, que só teria início após meses da publicação frequente de charges assinadas por Padilha. Ambos os chargistas retratariam, sumamente, críticas sociais, situações políticas e o futebol estadual.

Durante o ano de 1975 os investimentos no *Correio do Estado* e na Rádio Cultura continuariam paralelamente, anunciando-se, na Informe Dois, a compra efetuada pela emissora de “vasta área da antiga Fazenda Bandeira, nas proximidades do Parque das Primaveras”, onde se preparavam as dependências que abrigariam seus transmissores; os estúdios continuariam à Rua 26 de Agosto. Já considerando a divisão do Mato Grosso como certa, o redator divulgaria “um detalhe para quem quer saber”, a Rádio Cultura estava “se preparando para entrar no esquema do novo Estado. A urbanização do terreno adquirido” faria com que a propriedade se transformasse “num verdadeiro jardim”, de onde o som chegaria “mais longe, muito brevemente”.⁴¹³ A Cultura procederia a importantes inovações em seus quadros, como a contratação de um novo integrante para a equipe esportiva, o locutor Rui Pimentel com passagem pela Tupi, do Rio, Excelsior de São Paulo, Sociedade da Bahia e “várias outras emissoras de gabarito do Brasil” - na equipe desportiva daquele ano, somente Ramão Achucarro permaneceria, sendo introduzidos Pierre Adri, Edgar Lopes de Faria, José Roberto de Brito, Francisco Rodrigues e Montezuma Cruz, responsáveis pela apresentação. diariamente, às 12 horas, de “O Mundo é Bola com as últimas do esporte campograndense”.

O *Correio do Estado* publicaria, ainda, resultados de pesquisa elaborada pela Rede Independente de Assessoria de Emissoras de São Paulo que, com base em “6 jornadas esportivas” e analisando “780 rádios”, determinara a supremacia da Cultura com 61% da audiência, o que não fora “surpresa para a Equipe Fórmula-1, comandada pela Rádio Cultura”, confirmando “a preferência do público ouvinte para com a equipe que sempre chega primeiro. [...] Equipe Fórmula 1 A que sacode o mundo esportivo da cidade”. Em junho de 1975, seria anunciada a participação diária do humorista Chico Anísio, que estaria “dentro da programação” da emissora no horário das 11:50 ao meio dia, “oferecendo dez minutos de diversão”, prometendo-se também, para “dentro de mais alguns dias”, a inserção de um programa “em que as donas de casa” poderiam “ouvir os bons conselhos de Regina Duarte”.⁴¹⁴

Em novembro, anunciara-se a autorização, por parte da Divisão de Rádio Difusão do Departamento Nacional, para a transferência do sistema irradiante da Rádio Cultura, “e seus

⁴¹² *Correio do Estado*, 15/16 abr. 1978, p. 2.

⁴¹³ *Correio do Estado*, 30 jan. 1975, p. 3.

⁴¹⁴ *Correio do Estado*, 13/14 jun. 1975, p. 2.

transmissores para a confluência da Avenida Filinto Muller com o corredor do Cemitério Parque das Primaveras”. Igualmente, divulgava-se a autorização determinada pelo Diretor Regional do DENTEL para a execução de “serviço auxiliar de radiodifusão para a ligação estúdio-transmissor, por prazo indeterminado”. A nota informaria ainda, que “o equipamento autorizado, tipo *Moseley* de fabricação norte-americana, [...] devidamente importado” já se encontrava no Brasil, e faria da “Cultura a primeira emissora mato-grossense a adotar esse sofisticado equipamento”. A inauguração das novas dependências da emissora estava prevista para o dia 9 de dezembro, quando a mesma comemoraria mais um aniversário, informação proveniente do diretor administrativo da rádio, José Maria Rodrigues, que assinalava terem sido investidos “na área de 13.000 metros quadros [...] mais de 400 mil cruzeiros, compreendendo desmatamento, nivelamento, colocação de complexo sistema de radiais e de irrigação, cercado moderno e construção do prédio, dentro da mais moderna técnica existente no país”. O “complexo equipamento *Moseley*”, teria a função de melhorar a qualidade de som da emissora, “além de eliminar a linha física-telefônica nas comunicações transmissor-estúdio”.⁴¹⁵

A edição do dia 10 de dezembro traria a nota “Cultura faz aniversário e homenageia Achucarro”, comemorando “26 anos de serviços prestados a Campo Grande”. A emissora, “através de seu corpo diretivo”, homenageava o radialista Ramão Alcides Achucarro que há 24 anos trabalhava na empresa, a placa de prata seria entregue ao homenageado pelo jornalista Júlio da Silva, por primeira vez, apresentado como “também diretor da Cultura”, juntamente com Marcos Fernando e Antônio João. Foto na primeira página demonstraria o registro da cerimônia que teria seus pormenores descritos na página 2, a rádio fora “alvo de inúmeras homenagens [...], sendo que uma das mais significativas foi a visita da banda do 2º Batalhão de Polícia que, defronte ao prédio da emissora, [tocara] o ‘Parabéns a Você’”.⁴¹⁶ Neste período, o corpo diretivo da Cultura representava uma reprodução do próprio quadro expediente do *Correio do Estado* que, a partir da edição de 13 de maio de 1975, já não mais exibia o nome de Paulo de Tarso junto à função de editor, igualmente suprimida. Em 10 de novembro de 1978, seria publicado, com data do dia anterior, um comunicado “Ao Comércio e à Praça”, subscrito por José Barbosa Rodrigues, onde era possível ler:

Lamentavelmente vejo-me na obrigação de vir de público comunicar que o sr. Paulo de Tarso Hugo Rodrigues, por motivo que toda a família ignora, vem abusando da confiança e do crédito que desfrutamos junto aos Bancos e o Comércio, efetuando compras com cheques sem o devido provimento, não

⁴¹⁵ *Correio do Estado*, 28 maio; 9 jul.; 22 ago.; 17 out.; 21 nov. 1975.

⁴¹⁶ *Correio do Estado*, 10 dez. 1975, p. 1, 2.

assumindo eu, pessoalmente, responsabilidade nenhuma pelos seus negócios, por ser o mesmo maior de idade.

Espero que este comunicado sirva de alerta à população em geral, principalmente aos que me têm procurado para solucionar tais abusos.⁴¹⁷

A edição do dia 14 fevereiro de 1975 estamparia na primeira página: “Campo Grande: uma emissora em FM” A nota dava conta da autorização do ministro das Comunicações para “a abertura de concorrência para a execução, e exploração de serviço de radiodifusão sonora, em Frequência Modulada, na cidade de Campo Grande”. A abertura da concorrência fora requerida em 1973 pelo grupo CE/Cultura, que também esperava a definição ministerial com relação ao Canal 8 de televisão, e seria interpretada como mais um passo “dado em busca do desenvolvimento de Campo Grande, no setor de comunicações”. Assim, orgulhosamente, assegurar-se-ia: “como já se torna tradição, mais uma vez o grupo Cultura/*Correio do Estado*, lançou-se à frente procurando dotar esta pujante cidade de uma emissora em FM, com som estereofônico”.⁴¹⁸

Já em abril de 1976, seria divulgada a renovação por dez anos da “outorga deferida pelo decreto 32.834 à Rádio Cultura de Campo Grande Ltda., para exercer nesta cidade os serviços de radiodifusão sonora, em Ondas Médias.” A portaria 334 de 17 de março, autorizava a emissora a “efetuar a transferência indireta da permissão que detêm, mediante a cessão da totalidade das cotas representativas do seu capital social, para novo grupo de cotistas,” que passariam “a deter o controle da sociedade”, ficando o novo quadro societário constituído por: José Maria Hugo Rodrigues, Marcos Fernando Hugo Rodrigues, Antônio João Hugo Rodrigues, Paulo de Tarso Hugo Rodrigues e Júlio da Silva.⁴¹⁹ Em junho, a rádio instalaria torre de 110 metros de altura, para além do sistema de radiais já colocado que permitia “alongar muito mais, ainda, o alcance das ondas portadoras da Rádio Cultura” o que, segundo o diretor-administrativo José Maria, era um aspecto “da primeira parte do plano de expansão e reequipamento da Cultura”.

A nove torre substituiria a zero hora de 3 de outubro, a anterior de pouco mais de 50 metros. Isso porque a Cultura mudaria sua “frequência, caindo de 1.370 para 680 quilohertz” prevendo-se, “futuramente”, a operação “com um transmissor de 5 quilowatts de potência, abrangendo todo o Mato Grosso e boa parte do Brasil”. A nota revelava não ter sido ainda realizada a mudança para a nova sede, inicialmente prevista para dezembro do ano anterior, e

⁴¹⁷ *Correio do Estado*, 10 nov. 1978, p. 2.

⁴¹⁸ *Correio do Estado*, 14 fev. 1975, p. 1.

⁴¹⁹ *Correio do Estado*, 6 abr. 1976, p. 1.

dava conta de já terem os investimentos superado os 400 mil outrora divulgados, beirando a “ordem de 600 mil cruzeiros [...] aplicados nas novas instalações da Filinto Muller”. Previam-se, ainda, a construção da sede própria, estúdios, escritórios e aparelhagem externa da Rádio Cultura. No entanto, seria durante o mês de agosto de 1976 que se estabeleceriam as maiores conquistas do grupo, de maneira que já na primeira página do dia 6 de agosto divulgar-se-ia: “Geisel autoriza nova TV para Campo Grande – Canal 8”.

A edição do dia 24 teria metade de sua primeira página ocupada por uma fotomontagem que registrava “a solenidade de entrega de quatro títulos de cidadania outorgados pelo Legislativo”. Dentre os condecorados estava o professor e jornalista J. Barbosa Rodrigues, concessão proposta pelo vereador Sebastião de Oliveira Barbosires. Na edição especial de aniversário da cidade, anúncio de página inteira garantia “Campo Grande está ganhando um Presente [...] Em homenagem à terra de José Antônio Pereira, O Futuro Canal – 8 chamar-se-á TV Campo Grande”.⁴²⁰ Coroando os progressos daquele mês, no dia 30 de agosto divulgava-se a conquista de autorização para emissora em FM, outorgada por meio da portaria 964 do dia 18, a concessão previa um canal de FM, som estereofônico, na frequência de 94.3 MHz. Além do grupo vencedor, concorreram as seguintes empresas de comunicação: Rádio Educação Rural, Rádio Difusora, Rádio Ultrasom de Frequência Modulada e Rádio Campo Grande Ltda. Previam-se o funcionamento da “Rádio Canarinho em Frequência Modulada” para meados do próximo ano, tendo sido, para tanto, “montada toda a infraestrutura, representando investimentos da ordem de 700 mil cruzeiros, em área situada na Avenida Filinto Muller”, onde funcionariam, também, os transmissores da Rádio Cultura.

Para o *Correio do Estado*, a nova outorga vinha “comprovar a confiança depositada pelo governo federal e pelo Ministério das Comunicações no Grupo”, que, conforme se diria em outro momento, era “prestigiadíssimo pelo Ministério das Comunicações e pelo governo federal”.⁴²¹ Barbosa Rodrigues, de igual forma, apontaria sua conduta e, principalmente, sua “profissão de fé anti-comunista”, como um dos méritos considerados pelas autoridades responsáveis quando da concorrência pela concessão da Rádio Canarinho:

[...]. Eles não tinha absolutamente nada contra, os artigos não constavam, que a pessoa que chefiava um grupo era ... que eles pediam pra examinar justamente era eu, um homem trabalhador, lutador, já tinha aqui a ... o jornal *Correio do Estado*, e tudo e nada cabia, graças a Deus, não havia nada *eu nunca me envolvi com ... com comunismo, com isso ... com nada, sempre fui trabalhador*, aí quando chegou na hora de abrir as concorrências, ganhamos

⁴²⁰ *Correio do Estado*, 16 jun.; 6, 10, 24 e 25/26 ago. 1976.

⁴²¹ *Correio do Estado*, 31 ago. 1976, p. 9.

a Canarinho com o prazo de dois anos e eu falei “vamos fazer isso...” nem bem acabamos de resolver tudo, organizamos bem, já saiu o resultado da televisão. [...]. (MARTINS, 1999, p. s/nº - grifos nossos).⁴²²

A edição do dia 10 de dezembro teria 4 das suas 12 páginas dedicadas ao aniversário de 27 anos da Rádio Cultura. Assim, já na página 5, conforme chamada estampada na capa, sob o título “Cultura: 27 Anos Servindo a Campo Grande e MT”, apresentar-se-ia um breve relato da história da emissora. Conforme o retrospecto, a partir de 1969, quando “a equipe de funcionários do *Correio do Estado* assumiu o controle acionário da Rádio Cultura, dando origem ao maior grupo de Comunicações em Mato Grosso”, objetivou-se “imprimir nova dinâmica nos setores jornalístico e radialista de Campo Grande”, contando-se, para isso, “com a valiosa colaboração do companheiro Júlio da Silva”. Alardeava-se ter sido a programação da emissora “toda rearticulada” obrigando “uma profunda modificação no rádio campograndense,” posto “que partia de um sistema meramente musical para a utilidade pública, reportagens e movimentações externas: uma dinâmica até então desconhecida, pelo aparecimento de programações inteiramente novas e audaciosas”.

O *Correio do Estado* revelaria ter a rádio realmente se mudado em outubro de 1976, para sua nova sede, uma área de 14.000 metros quadrados onde os investimentos feitos ascendiam “à casa dos 900 mil cruzeiros, com vistas a dotar a Cultura do melhor sistema irradiante de Mato Grosso, dentro das mais modernas técnicas”. Na mesma página, agora sob o título: “Grupo Cultura/Correio do Estado: Jornal, Rádio e Televisão”, seria feito um novo retrospecto, onde afirmava-se ter a Equipe Cultura/CE nascido “da unidade de uma família em torno do desenvolvimento de Campo Grande”. Tendo chegado na cidade há 33 anos, à família composta por três mineiros (Barbosa Rodrigues, D. Henedina e José Maria), acrescentaram-se três campo-grandenses (Paulo de Tarso, Marcos Fernando e Antônio João). Evidenciando a questão familiar, continuaria o texto, “da união da família surgiram os primeiros frutos. Enquanto J. Barbosa Rodrigues militava na imprensa e dava aulas em colégios, os filhos foram crescendo e terminaram por aglutinar-se pela primeira vez no *Correio do Estado*”.

Já asseguradas as outorgas da TV Campo Grande e da Rádio Canarinho, outro mote ganharia destaque na publicação: a integração da “nova mentalidade jovem e sadia dos filhos,

⁴²² Cabe salientar, no entanto, que a entrevista de J. Barbosa Rodrigues à Martins deu-se nos anos finais da década de 1990, quando o primeiro, já em idade avançada, rememorara fatos ocorridos há muitos anos, apresentando pequenas confusões em seus relatos, possivelmente prejudicados por lapsos de memórias e pelo distanciamento temporal entre o acontecido e o narrado. Posto que, conforme o registro jornalístico que contraria o diretor, a outorga da TV Campo Grande acontece antes da concessão da Rádio Canarinho.

aliada à experiência e bom senso dos pais”, junção que permitira ao grupo diversos pioneirismos, como a compra da primeira offset. Ao falar da conquista da concessão televisiva, seria apresentado mais um segredo do sucesso, “a estrutura financeira e principalmente moral do Grupo”, assim, referindo-se à autorização do canal em FM, se reafirmaria ter recebido “mais uma prova da confiança das autoridades” que dirigiam o país. Apontando já estarem adiantados os estudos técnicos para a instalação da TV CG e da Rádio Canarinho, com inauguração prevista para o próximo ano, se garantiria, “paralelamente”, o desenvolvimento de “um trabalho de expansão na Rádio Cultura e no *Correio do Estado*, para dotar Campo Grande do mais perfeito sistema jornalístico de comunicações de todo o Centro Oeste do Brasil”.

As páginas 6 e 7 seriam igualmente utilizadas para externar os parabéns à Rádio Cultura. 36 nomes entre particulares, empresas e órgãos públicos, além das outras seis empresas do grupo – Jornal, Livraria e Clicheria *Correio do Estado*, Radiojornal serviço de Música Ambiente, TV Campo Grande e Rádio Canarinho, essas três últimas descritas como “em execução” renderiam suas homenagens ao meio que os fazia “chegar mais perto dos amigos e clientes”. Por fim, na página 8, seriam apresentados “Os Funcionários da Cultura: 24 Horas de Programação Sadia”, uma equipe completa formada por “locutores, apresentadores, sonoplastas, discotecários e atendentes”, totalizando 32 funcionários.⁴²³

No início de fevereiro seria comunicada a modernização da Clicheria do CE, que, “com a aquisição de novos equipamentos fotográficos e de gravação”, ofereceria serviços “muito mais perfeitos” e “em tempo muito menor”. Os preços, no entanto, conforme a nota, continuariam os mesmos.⁴²⁴ Dias depois, o *Correio do Estado* apresentaria a propaganda completa: “Remodelamos todo o nosso equipamento de clicheria. Agora com máquinas eletrônicas podemos entregar o seu clichê em apenas 24 horas. Rapidez – Perfeição e Qualidade – Clicheria Correio do Estado. Atendemos todo o Estado”, a clicheria se localizava

⁴²³ Entre os apresentadores atuavam Victor dos Santos (o Zé do Brejo), Ramão Achucarro, Sérgio de Oliveira, Nivaldo Mota, Newton Alves, João Paulo Dantas e Emery Marcondes. Fausto Kapk era o encarregado das intervenções externas, a discoteca ficava a cargo de Maria Elisa e Magali Rosa. Os sonoplastas eram Oswaldo Arquiley, Raul Ratier, Ari de Almeida, Agno Nogueira e Talmir Nolasco. Os departamentos Técnico, Comercial e Pessoal ficavam, respectivamente, sob o comando de Alfredo Wonderlich e seu filho Afonso Wonderlich, Moacir Gomes e Ramão Achucarro. A equipe Fórmula 1, responsável pelos esportes, era comandada por José Roberto de Brito, sendo constituída por “Heleno de Souza, Sílvio Berto, Ribeiro Júnior, Francisco Apolinário, Edgar Lopes de Farias e Roberto Miranda”, os transmissores eram comandados por Lourenço de Medeiros. Na recepção ficava Maria Solange, no escritório estavam “Arthur Mário, Sônia Maria e Helena Rita”, a guarda era feita por Célio Dantas e a zeladoria coordenada por Clotilde Benites. *Correio do Estado*, 10 dez. 1976, p. 8.

⁴²⁴ *Correio do Estado*, 5/6 fev. 1977, p. 3.

no mesmo prédio que o jornal – Rua 14 de julho nº 2412 (antigo 1026).⁴²⁵ Em meados de março de 1977, o diário já anunciaria a Rádiojornal com os seguintes dizeres: “Campo Grande tem agora sua Gravadora – Gravamos: Spots Comerciais; Aniversários, Batizados e Casamentos; Duplas Sertanejas – Consultem-nos. Rádiojornal Empresa Radiojornalística Matogrossense”.⁴²⁶

As páginas do *Correio do Estado* registrariam ainda outras conquistas relacionadas as empresas componentes do grupo e seus membros. De forma que em novembro seria a vez da professora Henedina Hugo Rodrigues, à época diretora da Escola Municipal José Rodrigues Benfica, juntamente com a professora Edelmira Cândido, diretora da Escola Municipal Bernardo Franco Baís, receber homenagens, sendo agraciada pelo Ministério do Exército com a Medalha do Pacificador. A condecoração às professoras devia-se “aos relevantes trabalhos que ambas prestaram em auxílio à instituição militar, nos setores educacional e cultural”, refletindo “uma justa homenagem a duas das mais consideradas mestras da nova Capital brasileira”. A condecoração só ocorreria em fins de novembro, quando “D. Eneida” ocuparia a primeira página do *Correio do Estado* pela segunda vez. Barbosa Rodrigues e Henedina assinariam naquele ano artigos de grande extensão, respectivamente dedicados “As Forças Armadas em Campo Grande – Exército e Aeronáutica” e à “Participação e influência do Exército nos destinos da Nação Brasileira”.

Em junho de 1977, já confirmada a divisão do estado, anunciar-se-ia nova pesquisa do IBOPE que traria “A Verdade do Rádio Na Nova Capital”, assegurando a preferência da Rádio Cultura que, desta vez, ostentaria o número de 56,73% da audiência, a divulgação de página inteira, convidava: “sintonize você também a Rádio Cultura. Todos fazem isso”. Em outubro, a emissora lançaria a “Promoção Feliz Natal da Rádio Cultura”, os ouvintes deveriam entregar cartas na rádio informando o programa de sua preferência, os “vários prêmios valiosos” eram 1 TV a Cores (Casa dos Fogões); 1 TV Branco e Preto (Super Eletrodomésticos); 2 Rádios (A Primorosa); 1 Fogão (Serve Lar); 1 Relógio (Avelino Reis). Finalizada a promoção com duração de 38 dias, afiançar-se-ia ter a emissora recebido 99.670 cartas e, distribuído aproximadamente 80 mil cruzeiros em prêmios, mais de 100 pessoas teriam sido “contempladas com essa promoção da Rádio Cultura, inclusive dois presos de boa conduta e de crimes primários” que receberam dois rádios. A atração vencedora fora o “Programa do Zé do Brejo”, apresentado por Victor dos Santos que recebera 23.908 cartas,

⁴²⁵ Informação inserida no quadro expediente em 13 de outubro de 1976 – *Correio do Estado*, p. 2.

⁴²⁶ *Correio do Estado*, 14 fev.; 11 mar. 1977.

seguido por “Bom Dia, Mas Bom Dia Mesmo” apresentado por Ramão Achucarro, com 14.164 cartas.⁴²⁷

Já nos dias finais do mês de abril de 1978, sem maiores explicações, teria início a divulgação de “Muzi”, com propagandas como “Você nem calcula o que **Muzi** faz por você”; “**Muzi** Antes Durante e depois”. A estratégia de deixar os leitores curiosos, amplamente utilizada pela publicação, revelaria somente em maio, tratar-se o Muzi da “Muzisom – Música Funcional”. As primeiras informações viriam no dia 18 de maio por meio do anúncio “MOÇAS” que informava estar a “Rede Centro Oeste de Rádio e TV. Ltda. [...] admitindo moças para implantação do serviço burocrático do Muzisom-Música Funcional”. Exigia-se que estivessem “cursando no mínimo a 1ª série do 2º grau” e que fossem datilógrafas, e as interessadas deveriam tratar na Rádio Cultura com José Maria ou Mário. A partir do dia 26, teria início a propaganda ostensiva da inovação que se vendia como “a solução (Sonora) para aumentar a produtividade de sua empresa”, consistindo na utilização de música “cientificamente programada para estimular o indivíduo e, conseqüentemente, aumentar seu rendimento profissional”, atuando no subconsciente do homem sem que ele se desse conta, sendo “cada período de 15 minutos de programação [...] programado para dar um estímulo progressivo”. O objetivo era produzir “um impulso psicofisiológico”, ou seja, uma sensação de alívio dos “efeitos indesejáveis da monotonia, tensão e fadiga.” As demais informações, ficariam à cargo de Empreendimentos Rosa Soares LTDA. Rua 14 de julho, 1553.⁴²⁸

Somente em 16 de junho, o MUZISOM seria abertamente apresentado como parte da Equipe Correio do Estado que se habilitara “junto ao Ministério das Comunicações para a outorga da permissão” de sua exploração. O sistema Muzisom funcionaria “acoplado ao de frequência modulada”, sendo “dois transmissores em apenas um, permitindo-se, com isso, a emissão de sons para duas frequências diferentes”, enquanto a Canarinho seria uma emissora de rádio que poderia ser captada por qualquer receptor em FM, o sistema Muzisom só seria captado “por equipamentos especiais, de frequência fixa”. Conforme a divulgação, um único receptor permitia “a implantação de um sem número de alto-falantes em vários pontos do estabelecimento”. O sistema, que era oferecido, majoritariamente, “para escritórios, empresas, estabelecimentos hospitalares, bancários, hotéis, etc.”, num esquema de parceria, seria vendido pela empresa Rosa Soares de Osvaldo Rosa e instalado pela Interprojeto de José de Melo Franco. A parceria, provavelmente, não durara muito tempo, já que no início de

⁴²⁷ *Correio do Estado*, 16 jun.; 31 out.; 24/25 dez. 1977.

⁴²⁸ *Correio do Estado*, 26 e 29/30 abr.; 18 e 26 maio 1978.

novembro a propaganda da “caixinha mágica” já indicava que a compra deveria ser feita com a Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão.

A edição seguinte informaria ter sido lançada a campanha de vendas de equipamentos do Muzisom, a ação acontecera paralelamente à solenidade de inauguração das dependências da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão, à Rua 26 de Agosto, 431. No ato, que contara com a benção do Frei Faustino e discursos de José Maria – “um dos diretores da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão, que representou os demais componentes da diretoria”; e J. Barbosa Rodrigues, “chefe geral da Equipe Correio do Estado, responsável pelas inovações que estão sendo – e ainda serão – introduzidas no sistema de radiofonia de Campo Grande”; prometia-se para dentro de 60 dias, ou seja, 26 de agosto, aniversário da cidade, o lançamento da Rádio Canarinho e da Muzisom. Em seu discurso, Barbosa Rodrigues destacaria que a equipe CE se lançara “ao trabalho, conseguindo sucesso graças aos esforços de seus filhos – José Maria, Paulo de Tarso, Marcos Fernando e Antônio João”.⁴²⁹

A referida edição do dia 16 de junho traria em seu bojo um suplemento especial composto por 6 páginas ao longo das quais, “resumidamente”, contava-se o que já foi feito, o que estava sendo feito e o que se pretendia fazer. Na primeira página do material, sob o título “Estamos construindo grandes empresas para um Estado que nasce”, apresentava-se, nos seguintes termos, a equipe já distinguida somente como Equipe Correio do Estado:

Apoiados pela laboriosa gente campograndense e sul-matogrossense nós, da **Equipe Correio do Estado** estamos construindo, paulatinamente, grandes empresas de comunicação social que darão amplo apoio ao **Estado do Mato Grosso do Sul**, que está nascendo. Ao mesmo tempo em que o jornal **Correio do Estado** amplia seu parque gráfico, com a aquisição de uma impressora rotativa, constrói a sua sede própria na Avenida Calógeras e adota outras providências que transformarão este órgão no maior do Estado. Enquanto isso, a **Rádio Cultura** também está sendo constantemente ampliada e brevemente um transmissor de 5 quilowatts estará no ar, levando ainda mais longe sua programação. A 26 de agosto próximo, entra no ar em caráter definitivo a **Rádio Canarinho**, a primeira emissora de Frequência Modulada do **Mato Grosso do Sul**. Na mesma data implantar-se-á o **Muzisom**, sistema de música funcional, outro empreendimento pioneiro da Equipe Correio do Estado. Paralelamente desenvolvem-se os trabalhos que visam dotar esta Capital de mais uma emissora de televisão, a **TV Campo Grande**. Por tudo isso, elaboramos este suplemento especial [...].

⁴²⁹ *Correio do Estado*, 16 e 17/18 jun.; 3 nov. 1978.

A primeira página traria, igualmente, fotos das sedes das Rádios Cultura e Canarinho, dos escritórios da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão e da construção da sede própria do *Correio do Estado*. Os empreendimentos seriam apresentados em ordem, desta forma a segunda página traria “Jornal *Correio do Estado*, a arrancada para o desenvolvimento”, após repetir a já conhecida história do matutino, o artigo revelaria que em 1976 a tiragem diária do periódico “estava em torno de 2.000 exemplares [...] com circulação resumida a Campo Grande e a alguns municípios, via Correio”, já em 1978 se afirmaria encontrar-se a tiragem “em torno de dez mil exemplares, enviando-se jornais a todos os municípios do Mato Grosso do Sul, quer via ônibus, Correios ou por meio de veículos da própria empresa”. Para além disso, também em 1976 tivera início a implantação do “corpo de correspondentes, sendo beneficiada inicialmente a cidade de Dourados, hoje com uma Sucursal completa [...] e com um veículo fazendo diariamente a distribuição, naquela área, de quase 600 jornais. Outro tanto segue por ônibus”. Na terceira página, ainda tratando sobre o jornal, a nova sede em construção ganharia destaque como representação de “confiança no futuro do Estado”.

Sempre atrelando sua trajetória a do sul de Mato Grosso, afirmar-se-ia que realizada a divisão, “os diretores da Empresa Correio do Estado e da Empresa Radiojornalística Matogrossense decidiram, também, ser a hora de novas iniciativas”, optando por uma completa reformulação iniciada “com a ampliação, gradativa, do corpo de redatores e repórteres”. A reformulação gráfica seria principiada com a compra de “duas compositoras eletrônicas IBM – uma já em funcionamento”. Paralelamente, realizara-se “o primeiro projeto para uma sede própria”, igualmente em fase de construção, seriam “quatro pavimentos em mais de 1.000 metros quadrados”. Por fim, dar-se-ia conta de estarem sendo adquiridos ainda outros equipamentos “dentre eles uma rotativa *Goss Community*, com quatro unidades; três compositoras IBM, três aparelhos de telex, um teletipo, equipamento de telefoto” As previsões estipulavam que, antes do final de 1978, o *Correio do Estado* seria “o primeiro jornal do Mato Grosso do Sul a se instalar em sede própria”. A página traria, ainda, mais fotos da construção.

A página 4 estamparia: “Rádio Cultura, nova fase do rádio campo-grandense”, seguindo a mesma linha, após breve retrospecto, se apresentariam os investimentos atuais, de forma que se garantia a troca de todos os equipamentos de sonoplastia, a compra de um terreno de 13.000 metros quadrados e a implantação de um novo sistema irradiante. Atestava-se estarem todos os investimentos para a modernização da emissora em torno de 3,5 milhões de cruzeiros. Esperava-se para breve a autorização do Ministério das Comunicações para a

utilização de um novo transmissor de 5 quilowatts para “transpor fronteiras com tranquilidade” e, ao mesmo tempo, assegurava-se que a rádio era “ouvida de Campo Grande até Corumbá, e até mesmo em Cuiabá”, atingindo todo o Sul de Mato Grosso, constituindo-se na “emissora mais ouvida do Mato Grosso do Sul”. Jactar-se-ia, ainda, de há “apenas oito anos” ter sido a Rádio Cultura “adquirida pelo grupo que hoje controla boa parte do sistema de comunicação de massa em Campo Grande e que logo partirá para o domínio quase maciço do setor, não com sentido de monopólio, mas de servir cada vez mais”. Servindo de corolário ao prestígio anunciado, em julho o *Correio do Estado*, sob a afirmação “o povo e os bons anunciantes preferem a Rádio Cultura”, apresentava como patrocinadores da Equipe F.1. – a equipe esportiva, “anunciantes do porte” de Bradesco, Goodyear/Caiado, TELEMAT e Noroeste.⁴³⁰

A quinta página do suplemento especial se destinaria a “TV Campo Grande: ainda um sonho, breve uma realidade” e a “Rádio Canarinho, o pioneirismo em frequência modulada no MS”, o editorial dava conta de encontrar-se a efetivação da TV na segunda etapa - a elaboração do projeto técnico, já aprovado pelo Ministério das Comunicações. Augurando-se para breve o início da terceira fase, a execução do projeto que culminaria com a instalação da emissora de televisão. Admitia-se não haver ainda prazo estipulado para a inauguração do canal, sobretudo, por se depender “notadamente, de trabalhosas e custosas gestões para a importação de equipamento além da construção de uma sede” que pudesse abrigar “todo o sistema de radiodifusão, ou seja, a Rádio Cultura, a Rádio Canarinho, a Muzisom e, finalmente, a TV Campo Grande”. A TV CG, para a qual se previam “investimentos da ordem de 25 a 30 milhões de cruzeiros”, configurava, segundo o jornal, o projeto “mais difícil” do grupo, estimando-se o início da “arrancada definitiva” para setembro daquele ano.

Com relação à Canarinho, fixada numa “mini sede” construída no mesmo terreno onde estavam os transmissores e o sistema irradiante da Rádio Cultura”, afiançava-se a posse de “um selecionamento de músicas de primeira, mediante a aquisição, por contrato, de fitas especialmente preparadas”. Além da utilização do “transmissor, importado dos Estados Unidos, da empresa Harris Corporation”, ainda a caminho do Brasil, com a chegada do equipamento, “apenas o acionar de um botão” colocaria a Rádio Canarinho no ar, já que toda a infraestrutura fora “concluída um ano antes de expirar-se o prazo concedido pelo Ministério das Comunicações quando da concessão para a exploração do canal”. A última página traria,

⁴³⁰ *Correio do Estado*, 2 jul. 1978, p. 3.

finalmente, a já apresentada Muzisom – “sistema privativo de assinantes”.⁴³¹ Logo após o lançamento da campanha de vendas do sistema Muzisom, o *Correio do Estado* passaria a divulgar diariamente as compras do equipamento pelos mais diversos estabelecimentos da cidade – Cartórios, Comissão de Obras da 9ª RM, restaurante do Rádio Clube, Nosde Engenharia, Caiado Pneus, Banco Financial S/A – de Lúdio Coelho, Consórcio Nacional Garavello, Câmara Municipal de Campo Grande, Lira Têxtil, Cacimba Sorvetes, Santa Casa além de escritórios de advocacia, consultório dentário e até mesmo residências.

Quase um ano após a assinatura da “sonhada” lei da divisão, o *Correio do Estado* ainda se apresentaria como empresa constituinte do “maior conglomerado jornalístico matogrossense”⁴³² (grifos nossos), supõem-se não ter havido um erro, posto que pós divisão e até mesmo antes, o jornal sempre se utilizara dos gentílicos “sul mato-grossense” ou “matogrossês”. Ao apresentar-se desta forma, o grupo se admitia o maior dos “dois Mato Grosso”, deixando implícita uma provocação, agora, muito provavelmente, endereçada ao único grupo estadual capaz de suplantá-lo, o Grupo Zahran com emissoras de TV nos dois estados e de rádio na cidade de Campo Grande onde assumira o controle da Rádio Difusora.

As previsões de lançamento das rádios no dia 26 de agosto não se puderam confirmar devido ao atraso na entrega do equipamento por parte dos fabricantes norte-americanos, posto que os transmissores, vindos de Nova York – ou de Quincy, conforme mencionado em outra edição, só seriam embarcados no dia 14 de setembro. Para atestar sua fiabilidade, o diário divulgaria detalhes do embarque que recebera “o número 04224314194, viajando pelo voo nº951, com o peso total de 1.168 quilos, ocupando vinte volumes”. Em setembro, seria estipulada nova data para a inauguração da Rádio Canarinho e da Muzisom, de forma que se anunciava: “No dia da Divisão, Campo Grande terá mais duas emissoras de rádio”.

Os transmissores da Harris Corporation chegaram ao Aeroporto de Viracopos – Campinas, no dia 15 de setembro e, no dia 17 já estavam em Campo Grande. Após a montagem restaria, “finalmente o jampeamento no sistema: paralelamente [seriam] desenvolvidos os trabalhos de enxerto na torre de transmissão da Rádio Cultura, do equipamento especial de FM”. O colunista Léo afirmaria que dos “equipamentos moderníssimos [...] ainda não existentes no Brasil” o que não viera dos Estados Unidos, viera da Alemanha Ocidental. A Rádio Canarinho iniciaria “suas transmissões com uma potência de saída dos transmissores de 5 quilowatts e saída da antena de 10 quilowatts”, o que faria dela a

⁴³¹ *Correio do Estado*, 16 jun. 1978.

⁴³² *Correio do Estado*, 5/6 ago. 1978, p. 1, 9.

mais potente do estado. “Numa segunda etapa”, prevista ainda para aquele ano, a saída dos transmissores da Harris seria “de dez quilowatts e das antenas de 20 quilowatts”, permitindo “cobrir todo o novo Estado com relativa facilidade”. A torre de transmissão seria acoplada “à torre da Rádio Cultura, na Avenida Filinto Muller, [...]. Com um peso de 300 quilos”, e a antena proporcionaria “uma propagação perfeita, de acordo com os estudos técnicos feitos nos Estados Unidos”. Toda a equipe de técnicos de som e locutores, vinha sendo treinada há mais de 40 dias, sendo realizadas transmissões em caráter experimental desde a semana anterior à inauguração. A mesma edição traria, no rodapé da quinta página, a primeira propaganda oficial da Rádio Canarinho: “O Que É O Que É/ é amarelinha, mas não é pilha/ não é ouro, mas vale ouro Aguarde”.⁴³³

Na primeira página do dia 11 de outubro, ocupando pouco menos da metade superior, tinha-se a notícia: “Campo Grande ganha hoje duas emissoras: Rádio Canarinho e Muzisom, às 9,30 da manhã”. A segunda metade seria dividida entre: “Neste dia, no ano passado, Geisel criou o Estado do Mato Grosso do Sul”, “Italívio: Figueiredo será eleito dia 15” e, ainda, as chamadas “Taça será decidida hoje, com protestos de Castilho” e “Chuva de segunda-feira favoreceu agricultores”. A edição especial do “Dia da Divisão” compunha-se de 22 páginas divididas em dois cadernos, sendo que somente o segundo seria notadamente dedicado a esta.

A solenidade de inauguração das duas emissoras contaria com a presença do governador Harry Amorim e do prefeito Marcelo Miranda – que cortariam as fitas inaugurais dos transmissores; além de Pedrossian e Levy Dias. A bênção das instalações ficara a cargo de D. Hermínio Malzone Hugo, da Diocese do Rio de Janeiro, irmão de D. Henedina, que acionaria o sistema de áudio do Muzisom. O coronel Bianco – diretor do DENTEL e representante de Quandt de Oliveira, acionaria o áudio da Rádio Canarinho, que, conforme se afirmava, transmitiria 50% de “música nacional selecionada entre as melhores” e outros 50% de “músicas internacionais também variadas, incluindo o som da juventude – discoteca”, além de dois horários “para os admiradores de músicas em estilos clássicos e românticos”. A edição relacionaria, respectivamente, José Maria e Marcos Fernando como diretores administrativo e superintendente da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão.

A nova emissora estava programada para entrar “no ar com uma potência de 10 quilowatts, funcionando 20 horas por dia de 2ª a 6ª feira” – das 6 da manhã, às 2 da madrugada, e 24 horas aos sábados e domingos, “com uma programação selecionada para todas as idades, intercalada com boletins informativos”. Na segunda página, a propaganda:

⁴³³ *Correio do Estado*, 15, 16/17, 18 e 26 set.; 11 out. 1978.

“Ponha um canário em seu rádio. [...] a FM de Campo Grande - rádio canarinho é amarelinha, mas não é pilha – não é ouro, mas vale ouro”, - exemplificaria mais uma característica frequente do diário: a contradição. Era comum notícias resumidas na primeira página apresentarem, em sua versão expandida, informações diferentes daquelas inicialmente expostas, e o referido anúncio da Rádio Canarinho demonstra esta afirmação, dado que, na primeira página, apresentara-se o funcionamento da emissora como de “20 horas por dia de 2ª a 6ª feira e 24 horas aos sábados e domingos”, e na página interna, porém, se divulgaria “20 horas no ar de domingo a 5ª./ 6ª e sábado 24 horas, até janeiro”. A edição destacaria também, os primeiros clientes da Canarinho. No rol, dentre os 14 citados, destacavam-se: Banco Financial S/A, Telecomunicações de Mato Grosso S/A, Novocap Imóveis, Hotel Campo Grande, Eneida Decorações, Pregão Imobiliário, Drugstoré Túnel, Casa Roberto Som, Drogaria do Povo Ltda. e Termosul Engenharia. Já em novembro, ganharia espaço a propaganda “FM Canarinho O Som de Campo Grande Para Mato Grosso do Sul 94.3 MHZ – Som Estéreo”.⁴³⁴

Em dezembro de 1978, sob o destaque “E... continua o baile”, publicava-se o resultado de pesquisa efetuada pela L&C – Promoções, Pesquisa e Publicidade Ltda., empresa que representava comercialmente em São Paulo a Rádio Difusora de Campo Grande, já sob o comando do Grupo Zahran. O *Correio do Estado* chamaria a atenção para o fato de que “a Rádio Canarinho-FM que na época da pesquisa, entre 6 a 10 de Novembro, estava no ar somente há 22 dias”, já aparecia “com bom índice de audiência”, enquanto a Rádio Cultura permanecia “na liderança geral”, gabando-se a publicação: “isso já não é mais nenhuma novidade”. Os resultados davam conta de ter a Rádio Cultura 59,76 % da audiência, seguida pela Rádio Ed. Rural com 25,04%, Rádio Difusora com 10,28% e Rádio Canarinho (FM) com 4,17%. Na “relação dos 10 programas de maior audiência na praça”, entretanto, seriam considerados 12 programas por conta de empates, a Cultura apareceria como responsável por oito deles: 1º Bom Dia Mesmo – Omar Cardoso (07:30-10h), 2º O Rancho do Zé Brejo – Sertanejo (07:00-07:30h), 3º Comando Jovem (10:00-12h), 4º O Mundo é Bola – Esportes (12:00-12:30h), 7º Entardecer no Sertão (17:00-18h), em 8º lugar empatavam os programas Clube da Cidade (13:00-15h) e Musical (15:00-17h) e 9º Roberto Carlos (12:30-13h). Os outros quatro programas pertenciam à Educação Rural.⁴³⁵

⁴³⁴ *Correio do Estado*, 11 e 13 out.; 14 nov. 1978.

⁴³⁵ *Correio do Estado*, 16/17 dez. 1978, p. 11.

Em 1º de novembro de 1978, seria anunciado mais um investimento, a compra de uma rotativa de 4 unidades. O “contrato de compra no valor de 230 mil dólares” seria firmado entre a Empresa Radiojornalística Matogrossense e a Companhia T. Janér, permitindo que a partir de meados de 1979 o *Correio do Estado* fosse impresso “numa moderna máquina Goss Community”. O diário apontaria aquela como sendo, “sem dúvida [...] a mais importante transação envolvendo uma empresa jornalística do novo Estado”. A rotativa, ilustrada por foto na primeira página, possuía “velocidade máxima de 14 mil exemplares-hora e capacidade de 16 páginas numa só operação ou de 32 páginas em duas impressões” e até mesmo 48 páginas em três impressões, no formato *standard*. A aquisição da máquina fazia “parte do plano de reequipamento gráfico de impressão do *Correio do Estado*” e, ao substituir a “impressora plana – Solna – de fabricação sueca” representava um “importante passo” pois permitiria “à redação o fechamento da edição em horários mais flexíveis, proporcionando um aproveitamento muito melhor do material jornalístico”. No setor de diagramação também haveria “uma flexibilidade muito maior”, permitindo “o aprimoramento técnico”.

A rotativa de fabricação americana era composta por “quatro unidades impressoras mais uma dobradeira” acionadas “por um motor principal de 30HP. [...] acoplado, um Sistema Baldwin de circulação de água”, dos 120 metros quadrados das “novas instalações da RADIOJORNAL” 50 se destinariam ao novo equipamento, “com capacidade de ampliação no futuro para até seis unidades”. A terceira página daquela edição traria fotografias do momento de assinatura do contrato de compra firmado entre J. Barbosa Rodrigues e Luís Carlos Baralle e, também presentes “à solenidade realizada [...] na sala da diretoria da empresa Correio do Estado, os demais diretores da Radiojornal, srs. Marcos Fernando Hugo Rodrigues, Antônio João Hugo Rodrigues e José Maria Hugo Rodrigues”.⁴³⁶

Em abril de 1979, “atendendo a convite do Departamento Nacional de Telecomunicações”, a Rádio Cultura coordenaria parte das programações comemorativas da Semana das Comunicações. A solenidade de abertura do evento seria realizada “no Parque Eletrônico da empresa”, onde estavam instalados os transmissores das Rádios Cultura e Canarinho, bem como suas antenas. Dentre as atividades previstas, estavam a distribuição de folhetos ilustrativos sobre Rondon e duas visitas diárias ao parque Eletrônico da empresa. Oito colégios foram sorteados para a visita, o primeiro deles era o Rodrigues Benfica, cujos alunos seriam acompanhados pela diretora da instituição, a professora Henedina Hugo Rodrigues. Pouco depois, em meados de maio, o *Correio do Estado* traria a definitiva e

⁴³⁶ *Correio do Estado*, 1 nov. 1978, p. 1, 3.

constante propaganda da Rádio Canarinho: “Voe com a Canarinho. Todos os dias, 20 horas no ar”. Após texto que propagava estar a rádio “todo dia” com o ouvinte, tinha-se: “Rádio Canarinho. A cada dia voando cada vez mais alto. Com você. Rádio Canarinho FM *stereo* / A Rádio do voo mais alto. A primeira FM a chegar, a primeira FM a ficar”.



Imagem 7: A sede da Rádio Cultura, ao lado, a sede provisória das oficinas do CE, 1978.⁴³⁷

3.3 – A TV no Jornal: O Conglomerado se completa

Briggs e Burke (2006, p.11) apontam a década de 1950 como marco mundial da “idade da televisão”. Partindo deste recorte, Mattos (1990) elenca quatro etapas iniciais do desenvolvimento da televisão brasileira a partir dos grandes centros do país: a elitista (1950-1964), a populista (1964-1975) a do desenvolvimento tecnológico (1975-1985) e a fase da transição e da expansão internacional (1985-1990). Para o autor, durante os dois primeiros anos de “implantação, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do País,” o que se justificava em virtude do preço do televisor que podia “custar três vezes mais do que a mais sofisticada radiola do mercado e um pouco menos que um carro”, poucas famílias, notadamente no eixo Rio-São Paulo, teriam acesso a inovação. A “era da televisão” tem início no Brasil com a inauguração da TV Tupi de Assis Chateaubriand, em São Paulo no ano de

⁴³⁷ *Correio do Estado*, 16 jun. 1978, p. 4.

1950, ditando o que se tornaria tendência no país: donos de jornais, (ou cadeias jornalísticas) e de estações de rádio, expandirem seus domínios às emissoras de televisão.

A fase populista de 1964 a 1975, seria impulsionada pela assunção dos militares ao poder com estabelecimento de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. Mattos (1990) pontua que “o Estado, além de aumentar sua participação na economia como investidor direto de uma série de empresas públicas, passou a ter à sua disposição, além do controle legal, todas as condições para influenciar os meios de comunicação através das pressões econômicas”. A vinculação entre bancos e governo, representou no período “um poderoso veículo de controle estatal [...]. A ponto de levarem os meios de comunicação de massa a adotarem uma posição de sustentação às medidas governamentais”. Nesta etapa, a televisão nacional, “deixando de lado o clima de improvisação dos anos 50, torna-se cada vez mais profissional”, as empresas televisivas do eixo Rio-São Paulo reforçariam “seu papel de intermediárias entre a indústria cultural multinacional e o mercado brasileiro”, ao mesmo tempo em que amealhariam, “através das redes, um mercado cativo para os seus produtos”. Dada a importância conferida a TV pelo governo militar como meio de integração nacional, uma série de concessões políticas e o início dos avanços tecnológicos promoveriam a massificação do uso do Vídeo Tape - substituindo os programas locais por nacionais; o barateamento dos televisores, o aumento da publicidade, a criação e difusão de programas mais populares, “a instalação da infraestrutura de transmissão por micro-ondas, a chegada da TV em cores e o início da estruturação das redes nacionais de emissoras” (COSTA, 2012, p. 156).

A fase do desenvolvimento tecnológico abarca os anos da abertura política de 1975 a 1985, etapa caracterizada “pela padronização da programação televisiva em todo o país e pela solidificação do conceito de rede de televisão no Brasil”. Outorgaram-se 83 concessões de canais televisivos, dos quais 47 foram autorizados por Ernesto Geisel e 36 por João Batista Figueiredo. Conquistada em 1976, a outorga de concessão para o canal de televisão do grupo Correio do Estado fora assinada pelo presidente Geisel. No final desta fase, constatava-se “a existência de quatro redes comerciais operando em escala nacional (Bandeirantes, Globo, Manchete e SBT), duas regionais (Record, em São Paulo, e Brasil Sul, no Rio Grande do Sul) e uma rede estatal (Educativa)” (MATTOS, 1990).

Os progressos em tecnologia foram possibilitados, sobretudo, pelas contribuições dos governos federal e estaduais por meio do apoio de seus órgãos oficiais. Posto que, durante a ditadura militar, a televisão seria eleita como veículo principal para a massificação das

mensagens, ideais e comandos do regime, sua instauração fez com que a televisão nacional passasse “a receber amplos investimentos públicos, destinados a garantir, com infraestrutura e tecnologia, a possibilidade concreta da sua expansão” (COSTA, 2012, p.129). A quarta e última etapa definida pelo autor, a da transição e da expansão internacional (1985-1990), seria marcada pelo desenvolvimento da televisão brasileira, gerando, consequentemente “uma maior competitividade entre as grandes redes, um contínuo avanço em direção ao mercado internacional”. As produções seriam, igualmente, marcadas por “uma maior maturidade técnica e empresarial”. As principais mudanças ocorridas no setor das comunicações decorreriam da promulgação da Constituição de 1988 (MATTOS, 1990).

Desta forma, resguardadas as particularidades nacionais, o caso brasileiro serve de corolário à afirmação de Briggs e Burke (2006, p.15), que atribuem o desenvolvimento da história da mídia de forma mais ampla, e da TV em particular, a três principais fatores: aos avanços tecnológicos, à economia (condicionante do item anterior) e ao poder político do Estado já que, em todos os sistemas políticos, a regulamentação do sistema de radiodifusão e a concessão dos canais de audiovisual, sempre estiveram sob o controle dos estados nacionais.

No estado do Mato Grosso, os primeiros esforços bem sucedidos para a instalação de uma emissora de TV se deram no ano de 1963, e, conforme Sotana (2013, p.3), partiram dos irmãos Eduardo, Nagib, Elias e Ueze Zahran, formadores do Grupo Zahran. Antes, porém, conforme citado pelo autor (idem, p.5) e corroborado pelas páginas do *Correio do Estado*, Roberto Jacques Brunini, o “adiantado homem de negócios do Norte do Estado”⁴³⁸, se empenharia pelo funcionamento da “primeira estação de TV, em Mato Grosso, operando no canal 2” de sua propriedade. De acordo com nota intitulada “Cuiabá vai ter estação de Televisão” e publicada em dezembro de 1961, “os dirigentes da *televisora* estiveram com o prefeito Hélio Palma de Arruda, solicitando uma área para a instalação dos estúdios e da parte técnica”, a nota igualmente daria conta do funcionamento da primeira fábrica de televisores em Mato Grosso, denominada “TV - MAT”.

Em janeiro do ano seguinte, o *Correio do Estado* publicaria segunda notícia relacionada à televisão em Cuiabá, onde se anunciava para o 15º dia daquele mês o lançamento da pedra fundamental da Televisão Rádio A Voz do Oeste S.A., com “uma potência de 500 watts de transmissão e 16 kilowatt de antena, sendo quase toda montada com material de fabricação nacional”. Previam-se, ainda para o próximo mês, um teste de sinal que delimitaria alcançar, numa primeira fase, as cidades de Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio

⁴³⁸ *Correio do Estado*, 17 out. 1957, p. 1.

de Leverger, Várzea Grande - todas localizadas na região norte do estado, havendo a possibilidade de chegar em Corumbá, Aquidauana, ambas região Sul, e Cáceres “sem auxílio de estações repetidoras”. Em 1963, a “segunda fase de extensão do raio de ação” incluiria os municípios de Rondonópolis, Mutum e Poxoréu “por meio de estações receptoras”.

Em maio de 1962, registrar-se-ia a terceira e última notícia sobre este assunto. Jacques Brunini o “ilustre confrade de imprensa [...] residente na capital” encontrava-se “lutando para a instalação de estações transmissoras de televisão em Mato Grosso, inclusive em Campo Grande”, onde mantinha “os necessários contatos”. O diário, hipotecando sua solidariedade, demonstrava justificada esperança de sucesso dado o “idealismo com que sempre lutou” o comunicador que com o apoio da gente mato-grossense, “principalmente, dos meios econômicos”, augurava-se, conseguiria realizar “uma das últimas conquistas do gênero humano, que é a televisão”.⁴³⁹ Embora tenham sido muito bem apresentados, contradizendo os votos do *Correio do Estado*, tanto televisão quanto fábrica, jamais chegariam a existência, para o estudioso regional Pedro Jucá (1997:11 *apud* Sotana, 2013, p.5), “a televisão de Brunini não passou de um sonho”.

Os irmãos Zahran, no entanto, lograriam êxito em seu empreendimento e, “em outubro de 1965, o decreto nº 56.977, assinado pelo presidente Castelo Branco”, autorizaria a instalação da “TV Morena – canal 6” com sede em Campo Grande, que teria a “primazia em televisão no Estado” do Mato Grosso.⁴⁴⁰ A inserção da televisão em solo mato-grossense tem início, portanto, num contexto intermediário entre a primeira e a segunda fase do desenvolvimento das transmissões televisivas. Conforme já apresentado, para além da intervenção regulamentadora do Estado sobre as emissoras, a década de 1960 traria consigo um aumento paulatino do número de aparelhos receptores e, a partir da inserção do vídeo-tape, às emissoras do eixo Rio-São Paulo seria possibilitada a comercialização de “seus produtos televisivos para os mais distantes rincões do país”, passando estas “a alimentar grande parte da programação das 27 emissoras fundadas na década de 1960” (QUEIROZ, 1993 *apud* SOTANA, 2013, p.4).

Contradizendo a tendência anteriormente apregoada de donos de jornais e concessionários de rádio serem também os proprietários das nascentes emissoras de TV, o grupo Zahran, inicialmente conhecido por Irmãos Zahran, nasceria no ano de 1955 em Campo Grande como “uma pequena distribuidora de gás”, a Copagaz, que desde 1956 tornar-se-ia

⁴³⁹ *Correio do Estado*, 29 dez. 1961; 15 jan.; 3 maio 1962.

⁴⁴⁰ *Correio do Estado*, 9 abr. 1965, p.01.

anunciante frequente do *Correio do Estado*. Com o passar dos anos, a empresa se expandiu por todo o estado, permitindo ao grupo uma diversificação de seus investimentos entre vários segmentos. Dois anos após a inauguração da TV Morena, o grupo levaria ao ar a TV Centro América - canal 4 em Cuiabá e a TV Cidade Branca em Corumbá, dando início à Rede Matogrossense de Televisão (RMT).⁴⁴¹ Em entrevista concedida a Martins (1999, p.192-193), Ueze Zahran declararia ter o grupo entrado de uma só vez com o pedido de concessão das três emissoras nas principais cidades do estado e, favorecidos pela decisão governamental, como afirmaria Jorge Zahran (1990, p.17 *apud* SOARES, 2006, p.5), alcançariam êxito sobre “o poder e a força dos Diários Associados”.

A criação de uma emissora de televisão em Campo Grande coadunava com a ideia de progresso amplamente apregoada pelo diário, o que justifica sua intensa campanha pela a instalação da TV Morena, dando publicidade e promovendo cada uma das etapas do processo para a efetivação do canal. Tal entusiasmo por parte do diário refletia-se, por exemplo, na notícia veiculada pelo jornal em primeira página no dia 3 de setembro de 1964: “Feita a primeira experiência de Televisão em C. Grande”, o fato, apontado como “*de suma oportunidade e importância*”, marcaria o primeiro dia de setembro quando realizou-se “a primeira experiência de Televisão em Campo Grande. *A iniciativa, das mais arrojadas*, coube aos irmãos Zahran, em cuja casa comercial, na rua 14 de Julho, foi colocado um aparelho de TV que transmitiu” a partir de uma “pequena estação instalada nas imediações do Rádio Clube”. Conforme o diário, esta primeira imagem, ainda que se tratando de um teste inicial, já parecera perfeita, tendo sido realizada, no dia seguinte, nova transmissão de “vários pontos da cidade”. Concluído o relato, apresentar-se-ia a sua função: “A vitória completa da iniciativa” dependia do apoio da população aos Zahran e, ao conclamar o povo, o jornal igualmente hipotecaria o seu apoio: “De nossa parte, podem eles contar com a simpatia e a colaboração do *Correio do Estado*, pois *Campo Grande merece e precisa estar em dias com a vida moderna*”. (Grifos nossos).

Na edição subsequente à publicação destas primeiras experiências, a emissora dos irmãos Zahran já seria identificada como TV Morena, o anúncio, usando diferentes recursos de formatação e *design*, localizado no canto superior direito da página 4, apresentaria a “TeleVisão Morena Canal 2 de Campo Grande”, como um fato:

⁴⁴¹ Disponível em: http://www.copagaz.com.br/grupo_zahran/rmt_tv.asp.
http://shift.org.br/shift_quem_comecou/ueze_zahran Acesso em: 08 ago. 2017.

É sem dúvida um momento histórico para Campo Grande, o lançamento da Televisão Morena, Canal 2.

O Canal 2 marcará também, o início de uma nova era de progresso e conforto para o povo desta cidade, levando a cada lar com sua imagem: cultura, esportes, cinema, notícias e divertimento para toda a família. Seus estúdios e equipamentos estarão montados e aptos a funcionar dentro de 150 dias, tempo suficiente para você adquirir na COPAGAZ, seu aparelho de TV das melhores marcas: Philips, Philco, GE, Invictus, Emerson, etc.

Somente na COPAGAZ ou com seus Corretores Autorizados você adquire seu televisor da melhor marca e pelo preço de SÃO PAULO, financiado em 20 meses. Entrada e prestações mensais de Cr\$ 30.000.⁴⁴²

Somente quatro edições depois, o jornal já divulgaria o sucesso do empreendimento e, sob o título “TV Morena Encontra Ampla Receptividade”, ainda que de forma breve, traria informações importantes tais como a estratégia de publicidade do grupo, que exibia um televisor em sua firma de gás, buscando transformar os espectadores nos investidores de seu negócio. O televisor exposto era um chamariz, pois nos escritórios da empresa realizavam-se as encomendas dos aparelhos de TV – dado se fazer necessária uma venda mínima de 1500 televisores para a autorização de um canal para a cidade. O prazo inicialmente estipulado previa a venda deste montante até o fim do mês de setembro, assim, no dia 17 daquele mês, o jornal incentivava os “arrojados campo-grandenses” a adquirirem os 900 aparelhos restantes para que se alcançasse a meta.⁴⁴³ Para além das encomendas feitas diretamente no escritório dos Zahran – que não vendiam os aparelhos, somente os encomendavam; havia 12 corretores espalhados pela cidade, trabalhando em domicílio, vendendo aparelhos que só começariam a ser pagos depois que a estação estivesse montada em Campo Grande. A propaganda apresentaria ainda duas importantes situações: “1º) Campograndenses: - Cooperem para a implantação da T.V. Morena, até o Natal fazendo seus pedidos garantidos de Televisores na Copagaz. 2º) – Somente os Televisores vendidos pela Copagaz, terão assistência técnica garantida pela T.V. Morena.”

Fascinado pelo que representava o meio frente à modernidade, o *Correio do Estado* seria um dos principais incentivadores do empreendimento responsável por dar “a Campo Grande a beleza e a utilidade da Televisão” e à sua população o prazer de desfrutar “das maravilhas” da inovação que daria a cidade “um lugar na vida moderna”. Durante a fase de implantação e efetivação, entre setembro de 1964 e janeiro de 1966, a TV Morena seria assunto recorrente no periódico, sendo 1965 o ano de maior intensidade das notícias, bem como dos maiores investimentos do grupo na emissora. Durante estes anos, o *Correio do*

⁴⁴² *Correio do Estado*, 3 set. 1964, p.1.

⁴⁴³ *Correio do Estado*, 4, 10 e 17 set. 1964.

Estado e o Grupo Zahran unir-se-iam em torno da propagação de um único discurso: Campo Grande necessitava de melhorias, (quaisquer que fossem, na visão do primeiro) “à altura do seu progresso”. No período delimitado, o jornal publicaria artigos inéditos sobre a TV Morena em cerca de 43 edições e a emissora figuraria, com frequência, mais de uma vez em uma única edição, e matérias e notas, sempre otimistas, ocupariam por vezes a 1ª página da publicação.

Em dezembro de 1964, “em conformidade com um plano pré-estabelecido”, teria início a fase de entrega dos televisores aos primeiros 600 compradores. Se no começo da divulgação prometera-se um prazo de 150 dias, ou seja, cinco meses, findos em fevereiro, no final destes tratar-se-ia apenas do “prazo mais curto possível”. Em 1965, seguindo a compra dos televisores em “marcha regular”, anunciavam-se os “últimos entendimentos com a firma paulista” fornecedora dos equipamentos, além da entrega do projeto do auditório aos Irmãos Zahran, “tocando-se assim a última etapa do empreendimento”. Em fevereiro, sem explicações, ao referir-se à TV Morena, o jornal já a apresentaria como Canal-4 e não mais Canal-2, voltando a ser, em edição posterior, novamente referida desta última maneira.⁴⁴⁴ Passado o primeiro prazo, teria início também a publicação do alerta da necessidade de compra direta de televisores junto à firma Copagaz, posto que, sendo um empreendimento de alto custo, dependiam os irmãos do lucro obtido com a venda dos aparelhos:

[...] se você, amigo leitor, compra um aparelho receptor (televisor) de uma firma de São Paulo, do Rio, de Campinas ou mesmo de Campo Grande, o lucro é do comerciante que efetuou a venda. Se você, porém, adquire o seu televisor da Copagaz, ou seja de Irmãos Zahran, o lucro será empregado na estação televisora de Campo Grande.

Se você, leitor, quer ter no futuro uma boa programação no seu televisor, deve dar o seu apoio incondicional aos idealizadores da televisão campo-grandense, adquirindo diretamente deles o seu aparelho receptor, pois é justamente do “couro que saem as correias”.⁴⁴⁵

As notícias constantemente colocariam o campo-grandense - “admirável, notável por sua capacidade de decidir tudo num improviso” - como grande merecedor e principal beneficiado por um empreendimento de tamanha grandeza, para uma terra onde tudo era bom⁴⁴⁶, a “Capital econômica do Mato Grosso” tão defendida pelo CE. De forma que,

⁴⁴⁴ *Correio do Estado*, 21 out.; 30 nov.; 7 dez. 1964; 28 jan.; 6 fev. 1965.

⁴⁴⁵ *Correio do Estado*, 25 mar. 1965, p. 4.

⁴⁴⁶ *Correio do Estado*, 10, 17 e 23 set. 1964.

conforme exemplificado pelo excerto acima, outra estratégia empregada, complementar à primeira já apresentada, seria a vinculação do futuro espectador ao sucesso do empreendimento, por vezes, colocando como responsável direto: “a TV Morena depende de você!”. No entanto, não houve ineditismo nas estratégias empregadas pelos irmãos Zahran, como a exibição de televisores em sua loja de gás, ou as propagandas do *Correio do Estado* atrelando o telespectador e a TV, em maior escala. Assis Chateaubriand empregara tais atitudes quando da instalação da TV Tupi em 1950, instalando aparelhos em praça pública a fim de estimular o aumento do número de espectadores. O anúncio veiculado por Chateaubriand enfatizaria: “Você quer ou não quer a televisão? [...] qual será a sua contribuição para sustentar tão grandioso empreendimento? Do seu apoio dependerá o progresso, em nossa terra, dessa maravilha da ciência eletrônica. [...] seu apoio só será efetivo quando você adquirir um televisor!” (MATTOS, 1990).

Por diversas edições, com o intuito de atrair este público investidor, o jornal publicaria em caixas de textos informações e curiosidades a respeito do canal, tais como: “Você Sabia que somente 33 (trinta e três) cidades do Brasil possuem estações de Televisão? Campo Grande, graças à você e a TV-Morena, será a trigésima quarta.”; “Você Sabia que a antena emissora da TV-Morena ficará localizada a 100 metros acima do plano médio da cidade de Campo Grande? E que nesta altura ficará com mais de 60 metros acima do andar mais alto do edifício de 15 andares em construção na Rua 14 de Julho?”; “Visite a TV-Morena. Ela está localizada à Av. Contorno, aos altos do Jardim São Bento. Você poderá ver o ritmo extraordinário com que se está fazendo as construções.”; “O espírito de justiça do povo é a melhor garantia dos empreendedores da TV-MORENA. Baseada nele é que a obra está sendo feita. Colabore com a sua TV, adquirindo seus aparelhos na Copagaz, rua 14 de Julho, 605.” E “Campograndense: a TV Morena pode entrar no ar ainda este ano depende de você. Coopere adquirindo seu televisor na Copagaz televisores por Cr\$ 40.000 mensais só na Copagaz.”⁴⁴⁷

Finalmente, após tantas propagandas, previsões e expectativas, no dia 25 de dezembro de 1965, realizou-se a primeira transmissão e, na primeira página do dia 29 de dezembro, exatos quatro anos depois do anúncio do “sonho de Brunini” com uma TV para Mato Grosso, seria o próprio Barbosa Rodrigues quem, em texto assinalado por suas iniciais – JBR, teceria elogios à TV Morena e aos irmãos Zahran que, na marcha do progresso, “marcharam até o fim e em marcha batida”, trazendo a Campo Grande o orgulho de “relacionar entre o seu índice de progresso mais esse melhoramento, que é a TV”, consequentemente, Campo Grande

⁴⁴⁷ *Correio do Estado*, 17 e 20 fev.; 6 mar.; 5 abr.; 06 out. 1965.

também estava de parabéns. Seria considerada igualmente digna de primeira página a constatação de que com menos de um mês de lançamento, Campo Grande já pudesse dizer “com bastante orgulho”, que possuía “uma das melhores emissoras de TV do Brasil”. A primeira programação apresentada pelo jornal, dava conta de terem início as atividades de transmissão da TV às 18:50 horas, estendendo-se a programação até às 21:30 horas. Entre a abertura e o encerramento realizava-se a exibição de, nesta ordem, momentos de paz, desenho animado, noticiário, filme juvenil, crônica social e por fim um filme para adultos⁴⁴⁸ - Programação que, aos sábados, se estendia até às 23:00 horas e aos domingos até as 22:30 horas.

A TV Morena e o *Correio do Estado* se manteriam parceiros por anos – situação modificada quando da implantação da TV Campo Grande, gerando competição entre os grupos e repetindo-se, por exemplo, já em menor escala, o sistema de divulgação das melhorias da TV que, em 1973, se empenhava por se transformar na primeira estação de TV a cores do estado. Após a publicação em primeira página de entrevista concedida por Jorge Elias Zahran, garantindo a inovação para março daquele ano, as edições seguintes registrariam as compras, por cidadãos de destaque na sociedade campo-grandense, dos televisores Semp Max Color, contribuição acentuada “para maior amplitude do plano de implantação de TV a cores em Campo Grande”.

No primeiro dia de março, seria publicada uma breve entrevista com o engenheiro da Embratel em Campo Grande, que, após afirmar compreender que para o início das transmissões em cores fazia-se necessário haver um certo número de receptores instalados, recomendaria, aos que tivessem “possibilidade adquirir o seu televisor a cores para apressar o lançamento das imagens coloridas da Televisão Morena. O que certamente [traria] mais progresso e mais importância para Campo Grande”. A estratégia, comprovadamente eficaz, alcançaria êxito mais uma vez, realizando a TV Morena sua primeira transmissão a cores ainda naquele ano. No final de 1973, o grupo responsável pela Copagaz e Rede Matogrossense de Rádio e Televisão, anunciaria ainda outra aquisição, possuindo, para além das três emissoras de TV (Morena, Cidade Branca e Centro América), a Rádio Difusora de Campo Grande.⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ *Correio do Estado*, 29 e 30 dez. 1965, e 19 jan. 1966, 1ª p.

⁴⁴⁹ *Correio do Estado*, 12 e 31 jan.; 1 mar; 24 dez. 1973.

Ultrapassando os limites das divulgações de programação - a título de “utilidade pública”, posto serem os telespectadores da Morena também leitores do *Correio do Estado*⁴⁵⁰; e de publicidade paga - não só referente a TV, mas também à Copagaz; o jornal sairia em defesa da emissora, quando, em 1967, por ocasião da crise política estadual gerada em torno da figura do governador Pedro Pedrossian, surgira a notícia de ter ido o procurador-geral do estado a Campo Grande para processar a TV-Morena, “por ordens expressas do sr. Governador”. Pronunciando-se sobre o assunto, o diário lamentaria a situação “pois a liberdade de imprensa ainda existe e não houve contestação, por parte do Governo aos constas irradiados pela TV, constas esses que, há muito tempo”, constituíam “o prato-do-dia da população campo-grandense”. Menos de quinze dias depois, em editorial, sob a inscrição “O Governador e a TV Morena”, ponderaria o redator restar de toda a situação, “apenas, como um traço negativo a preocupar o Governador e os Irmão Zahran” o processo que Pedrossian movia contra a TV.

Afirmando conhecer “o Dr. Pedro Pedrossian na sua formação moral, cívica e religiosa”, ousava-se afirmar que o processo não surgira “da sua soberana vontade. S. Ex.^a teria sido instigado por maus conselheiros”. A defesa da emissora justificava-se em torno da defesa total da Imprensa, “o espelho que reflete as atitudes, os atos e o pensamento da opinião pública”, não podendo se ignorar, portanto, o que era por esta comentado. Desta forma, segundo o jornal, a TV “coleccionou o que lhe parecia mais grave, selecionou, e levou aos telespectadores em forma de consta. Não teve nenhum momento de afirmação formal. Ficou no consta”. O *Correio do Estado*, afirmaria, ainda, que punir o canal “sem uma razão forte a justificar a sanção, [era] punir Campo Grande e seu povo” devendo o governador aceitar a sugestão de, num “gesto de grandeza”, arquivar o processo que seu governo movia contra a TV Morena, colocando-se “em plano superior no dia a dia de suas relações com a Imprensa e a Televisão”.⁴⁵¹ Após veicular sua “sugestão”, o *Correio do Estado* daria o assunto por encerrado.

Em janeiro de 1975 o diário ladearia as programações de fim de semana da Rádio Cultura e da TV Morena, a primeira, funcionando durante 24 horas, exibia uma programação ininterrupta constituída por 15 quadros, sendo o programa “A Música da Cultura” reproduzido em três horários diferentes. A programação da TV Morena, no entanto, tinha início somente às 10:45 horas da manhã aos sábados, estendendo-se até 00:30 horas, e às 14 horas aos

⁴⁵⁰ *Correio do Estado*, 13 abr. 1972, p. 2.

⁴⁵¹ *Correio do Estado*, 8 e 21 mar. 1967, p. 1.

domingos, encerrando após a exibição de “Filmes Inesquecíveis” com início às 22 horas. Uma das atrações do canal era o “Programa Sílvio Santos”, transmitido das 20:55 até as 23 horas, apresentado pelo “empresário Senhor Abravanel, proprietário do Baú da Felicidade”, que em outubro teria a sua conquista de “concessão para instalar uma emissora de televisão na cidade do Rio de Janeiro, utilizando-se do canal 12” – a TV Estúdios Sílvio Santos Ltda., divulgada na primeira página do *Correio do Estado*. Em 1977, respondendo a um leitor que questionava o porquê do jornal deixar de publicar a programação da TV Morena, justificar-se-ia: “o programa do dia só chegava à redação durante o dia. E o jornal já começara a circular de madrugada”.⁴⁵²

Em 1973, com abertura de concorrência para um novo canal de TV na cidade de Campo Grande, quase 10 anos depois da inauguração da TV Morena, ainda que não o pudesse prever, o *Correio do Estado* reconheceria no topo da primeira página: “Mais Um Canal De Televisão Para CG”.⁴⁵³ De fato, a TV Campo Grande, que só passaria a realizar transmissões no ano de 1980, nunca passou de apenas “mais um canal”, pertencendo antes, como agora, à TV Morena o título de emissora número um do estado. A concessão para a emissora do Grupo Correio do Estado fora alcançada durante os anos finais da fase populista, marcada por uma maior distribuição de concessões pelo favorecimento do governo militar. Quando inaugurada, tanto o desenvolvimento da televisão, quanto o próprio estado e a política vigente já se encontravam em nova fase - determinantes do perfil da incipiente emissora.

Somente em agosto de 1976, Ernesto Geisel assinaria a autorização para instalação da TV Campo Grande – Canal 8, e, fazendo um retrospecto da concessão, o jornal admitiria ter sido a “abertura de concorrência para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagem (televisão)” solicitada em outubro de 1972 pela Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda., “empresa ligada ao Grupo Cultura/Correio do Estado”. Com relação ao pedido de abertura de concorrência, Barbosa Rodrigues declararia na entrevista concedida à Martins: “[...] porque aqui já tinha um TV, nós até não esquentamos isso ... não teve nada absolutamente, mas a única que tinha não queria que outra entrasse e no projeto nacional constava, Campo Grande duas televisões, e só tinha uma, foi quando nós requeremos a segunda”. O pedido seria atendido em julho de 1973, quando o Ministério das Comunicações determinara a abertura do Edital de concorrência de número 13/73, tendo se habilitado para tal, as seguintes empresas, além da outorgada: “TV Xavantes Ltda. (grupo Local); TV Bandeirantes (grupo de São Paulo); e Rádio Televisão Centro Oeste Ltda. (grupo de São José

⁴⁵² *Correio do Estado*, 11/12 jan.; 24 out. 1975; 24 fev. 1977, p. 2.

⁴⁵³ *Correio do Estado*, 25 de jul. 1973, p. 1.

do Rio Preto - SP)”. À Martins, Barbosa Rodrigues acrescentaria entre os concorrentes à concessão da segunda emissora de televisão do estado, o Grupo Zahran - o que, à época, não fora revelado pelo *Correio do Estado*.

Segundo o diretor Barbosa Rodrigues, a opção feita “por parte da presidência da República” pelo grupo Correio do Estado, formado por uma sociedade aberta em seu nome, no nome do pessoal que trabalhava com ele e de seus filhos, deu-se “pela sinceridade e dedicação dos empresários no jornal *Correio do Estado* e na emissora de rádio existente, a Cultura”, tendo sido realizada, ainda, “uma pressão política junto ao governo do estado, em Cuiabá para avalizar moralmente o grupo”, revelando, mais uma vez, a influência do grupo junto ao governo estadual e os resultados de sua política de boa vizinhança com o governo federal, regulamentador do sistema de radiodifusão. Outra facilidade apontada para a implantação da TV Campo Grande seria o “interesse da empresa alemã Siemens em investir na implantação dos equipamentos da TV praticando preços baixíssimos e prolongado plano de pagamento para os equipamentos”, o que se devia pela “concorrência com empresas norte-americanas que supriam todas as emissoras de rádio e televisão em implantação nesse período. Assim, como forma de instalar seus equipamentos, essa empresa concedeu enormes facilidades à família Barbosa Rodrigues.” (MARTINS, 1999, p. 67).

A Martins (1999), o jornalista admitiria ainda a existência da necessidade, “muitas vezes [...] de empréstimo bancário”, o que fez com este organizasse as empresas de forma que “cada um tinha a sua diretoria, cada uma era uma firma registrada, independente, na hora h eu pedia, outra endossava, outra ... sabe como é, avalizava e nós tínhamos o empréstimo bancário, tudo isso foi fruto do *Correio do Estado*. [...]”. No entanto, já na década de 1990, garantiria Barbosa Rodrigues, “com o tempo, pagando tudo, tudo... foi se organizando ... hoje são firmas independentes [...]cada um tem a sua diretoria”, concluindo em outro trecho, “[...] se tem contas a pagar, problema deles, se tem acerto de funcionários, [...] agora se chega aqui: ‘Senhor Barbosa, nós estamos precisando lá de 30 mil, 50 mil, tem? Tem’. Faz um cheque, troca de cheque, emprestado, vale, pago... isso nós faremos, mas nós não interferimos”.

No dia 3 de agosto de 1976, o presidente Geisel e o ministro das comunicações Euclides Quandt de Oliveira “assinaram o Decreto número 78.190, publicado no Diário Oficial da União”, outorgando a Concessão à RECORTEL, o decreto presidencial seria integralmente transcrito pelo *Correio do Estado*. A coluna “Informe Hum”, dias depois agradeceria, em nome da “família Cultura/Correio do Estado [...] as centenas de telefonemas, telegramas, visitas e cartas cumprimentando pelo sucesso na concorrência”. A primeira página

do dia 27 de setembro seria totalmente preenchida por imagens. Na parte superior, ocupando pouco mais da metade da página, as fotos dos sete sequestradores de Ludinho; abaixo, outra fotografia registrava o momento da assinatura do contrato da TV Campo Grande Canal 8 ocorrida no dia 24 daquele mês. Os detalhes do sequestro seriam retratos nas páginas 2 e 3, e a notícia completa da assinatura do contrato estender-se-ia por toda a última página daquela edição.

No relato dos pormenores da assinatura do contrato, J. Barbosa Rodrigues seria apresentado como diretor-superintendente do Grupo Cultura/Correio do Estado, enquanto que José Maria Hugo Rodrigues era o diretor-presidente da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão, assinado o contrato, Barbosa Rodrigues manifestaria, em nome da Rede, os agradecimentos “pela confiança depositada pelo governo Geisel nos jovens diretores que receberam a outorga da concessão do Canal 8”. Em seu discurso, transcrito na íntegra, o jornalista delimitaria sua influência sobre o novo meio, de forma que dir-se-ia convidado pelos “componentes daquela organização” para ser o “intérprete de seus sentimentos”, sobretudo de gratidão “pela confiança que o governo brasileiro, [...] conferiu àquela plêiade de jovens mato-grossenses que acreditaram no progresso de seu Estado Natal”.⁴⁵⁴ Em outubro de 1978, já durante a cerimônia de inauguração da Rádio Canarinho e Muzisom, Barbosa Rodrigues, “em nome da diretoria da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão”, anunciaria que “de acordo com os planos da RECORTEL, a 11 de outubro do próximo ano” pretendia-se inaugurar a TV Campo Grande, claro, como era comum às falas do professor, se Deus quisesse.⁴⁵⁵

Para além das contendas políticas e policiais, durante os anos de 1978-1980, o jornal ocupar-se-ia, grandemente, com o crescimento e a consolidação do grupo que espraiava suas atividades para além do campo comunicacional. O *Correio do Estado* divulgaria, igualmente, as ações das diversas empresas formadoras do grupo, de forma que, em janeiro de 1979, seria lançada a primeira ação conjunta do *Correio do Estado*, Rádio Cultura e Rádio Canarinho FM, o programa “Bairro contra Bairro”, que era “basicamente, uma competição cultural e esportiva”, visando, “sobretudo, promover a criança campo-grandense além de angariar donativos” que seriam “distribuídos às entidades assistenciais de Campo Grande, por ocasião do Ano Internacional da Criança”. O diário publicaria o regulamento, divulgaria o sorteio dos

⁴⁵⁴ *Correio do Estado*, 6 ago.; 27 set. 1976, p. 1.

⁴⁵⁵ *Correio do Estado*, 13 out. 1978.

bairros e faria a cobertura dos eventos e as rádios produziriam e transmitiriam os eventos com “shows de encerramento promovidos mensalmente”.

Aquele seria igualmente o ano do jubileu de prata do *Correio do Estado* que, comemorando 25 anos de atividade revelaria o perfil do jornal que renascia juntamente com o novo estado. Não se realizara a publicação de uma edição especial, não houve uma festa grandiosa e tampouco editoriais e artigos assinados, não fosse o “registro” feito na primeira página e o leitor sequer tomaria conhecimento do 25º aniversário da publicação. A ausência de “uma grande festa de confraternização” era justificada por centrarem-se as atenções no “ingente trabalho de aperfeiçoamento” da empresa com o aprimoramento do *Correio do Estado*, cuja tiragem vinha “aumentando sempre” e necessitava “aumentar para atender a procura, não só na Capital como também nas demais cidades” do Mato Grosso do Sul. Nas edições seguintes, no entanto, seriam registradas mensagens, telefonemas e até mesmo visitas de congratulações, como a do prefeito Marcelo Miranda, fechando as homenagens. Praticamente um mês depois, seria publicado o pronunciamento do deputado Ruben Figueiró de Oliveira que, com registro nos anais da Câmara, louvaria a “trajetória já consagrada pela opinião pública” e a figura de “J. Barbosa Rodrigues, o timoneiro que orienta, com mãos seguras, a grande organização, [...] com seus filhos e dedicados auxiliares”.⁴⁵⁶

Ainda em setembro de 1979 realizar-se-ia, por iniciativa da prefeitura municipal, a “I Semana da Imprensa”, ao elencar os participantes do evento, a notícia revelaria a nova constituição da imprensa campo-grandense, quatro jornais diários: *Correio do Estado* (1954), *Diário da Serra* (1968), *Jornal da Manhã* (1973) e a *Tribuna* (1978); os semanários: *O Jornal da Cidade*, *Folha de Mato Grosso do Sul* (1960), *A Luta Matogrossense* (1960), *O Repórter* (1972), *O Jornal* (1977), *O Jornal Independente* (1977); as revistas: *Campo* (1975), *Impacto* (1975) e *Grifo* (1979); a TV Morena de 1965 e a TV Campo Grande prevista - e efetivada - em 1980; e as rádios: Cultura, Difusora, Educação Rural e Canarinho.⁴⁵⁷

Durante os anos finais da década de 1970, o novo *Correio do Estado*, ainda que não se anunciasse desta forma, sofreria mudanças em seu perfil editorial, de forma que paulatinamente, seriam suprimidos os editoriais e os textos assinados pelos proprietários. O surgimento e constante ocaso de quadros e colunas também deixaria de ser uma marca, passando, por outro lado, a delimitar-se uma relação de assunto/página. Desta maneira, mesmo antes de haver a definição de sessões ou cadernos por página, os assuntos seriam

⁴⁵⁶ *Correio do Estado*, 18 jan.; 7 fev.; 6 mar. 1979, p. 1.

⁴⁵⁷ *Correio do Estado*, 30 abr.; 15 maio; 18 set. 1979.

divididos em geral, da seguinte forma: 1ª página – vitrine dos destaques da edição, com chamadas e resumos das principais notícias; 2ª página – Policial e editoriais; 3ª, 5ª e 7ª páginas – assuntos de ordem política nas três esferas (municipal, estadual, nacional), matérias e textos assinados; 4ª página – destinada, majoritariamente, as publicações do CE como órgão oficial da Prefeitura, declarações, reclames e a Coluna Jurídica, uma das mais longevas do diário; 6ª página – entretenimento, lócus dos quadros Horóscopo, Sociais, Cruzadas, crônicas, programação de rádios, cinemas e TV, e, por vezes, curiosidades e notas culturais internacionais; 8ª e 9ª páginas – “Anúncios Populares”, sessão de classificados do *Correio do Estado*; última página – espaço destinado aos esportes, sobretudo ao futebol estadual. A edição de fim de semana registraria pequena alteração dado a publicação dos suplementos Literário e Feminino, respectivamente, nas páginas 6 e 7.

No período de 1978 a 1980, seriam acrescentadas as colunas: “Previsão do tempo” – alocado na primeira página, junto ao cabeçalho (1978); “Esporte Amador” – iniciado por Dauto Santiago em prol do “esporte amadorístico”; “Atualidades”, coluna social assinada por Luiz Umberto Aspesi & M.C.M; “Roda Viva”, notas políticas; “Pingos e Respingos” – coluna religiosa de responsabilidade do Frei Gregório de Protásio Alves (1979); “Resumo”, notas variadas com predominância de assuntos políticos; “MS em Revista”, título revisitado que abrigava pequenas notícias de diversas cidades do estado; “Enfoque Espírita” – por Maria Garcia “coluna de inteira responsabilidade da União Municipal Espírita Campo-Grandense”; “Registro” mais um quadro de notas variadas; “A Grande Dourados”, pequenas notícias, enviadas pela sucursal sobre a cidade de Dourados; “Literatura Judaica”, publicação de poesias, costumes e ditos da cultura judaica; “A Crônica da Semana”, “Editorial” por A. J. (Antônio João) e “Das margens do prosa ao bar do Zé” – compilado de crônicas assinadas por Édson Carlos Contar (1980).

Em dezembro de 1980, limite do recorte proposto, para além da manutenção dos quadros surgidos naquele ano e acima citados – com exceção de “MS em Revista” e “Registro”; permaneceriam, considerando todos os demais arrolados nos capítulos anteriores, apenas os seguintes: Sociais, Notícias Aquidauanenses, Horóscopo, Coluna Forense, Suplementos Literário e Feminino, Anúncios Populares, Cruzada, Plantão de Farmácias, Previsão do Tempo e Futebol Amador. Outra característica deste “novo perfil”, seria a ausência de publicidade sobre as rádios, as propagandas antes constantes tornar-se-iam esporádicas, revelando não haver mais uma necessidade de consolidação das marcas (empresas) junto ao público. No início de maio de 1979, quando o CE passaria a se apresentar

como “Diário Matutino com circulação em todo o Estado”, teria início a procura por redatores, e, revelando a nova fase do jornal em busca de profissionalização, pela primeira vez, o anúncio se destinaria a “redatores com prática de pelo menos um ano e meio em jornal”, oferecia-se “salário de Cr\$ 6.000,00, assistência médica e bom ambiente de trabalho”, exigindo-se “disposição e boa aparência. Horários: das 8 às 11 e das 13 às 18 horas”, os interessados deveriam procurar, pessoalmente, a Antônio João.⁴⁵⁸

No dia 14 maio de 1979, “exatamente às 16,04 horas” seria “cravada a primeira estaca de concreto” responsável por sustentar a torre da TV Campo Grande, outras 23 estacas, com 15 metros seriam ainda “cravadas e posteriormente unidas com concreto armado, formando a base da sustentação da torre”, de 66 metros de altura, que, se prometia, estaria “totalmente montada dentro de 30 dias”. O ato possuía “alto significado” e marcava “o nascimento efetivo de mais uma emissora de TV no Mato Grosso do Sul”, as obras da sede da TV - “bem próxima à sede do *Correio do Estado* [...] já em avançada fase de construção, devendo estar concluída ainda antes de outubro”; teriam início em junho, “numa área de 800 metros quadrados”. Desta forma, a edição de 4 de junho estamparia na capa a foto da antena, quase pronta, da TV CG, previa-se para aquele dia, caso o tempo permanecesse bom, a conclusão da montagem, ao que se garantia: “quando em funcionamento, a TV Campo Grande terá uma potência de transmissão de 31.6 quilowatts, sendo *três vezes mais potente que qualquer outra emissora de televisão do mato Grosso do Sul*” - ou seja, TV Morena a única outra existente no novo estado; eliminando a “necessidade de torres de retransmissão que, via de regra, são problemáticas e de difícil manutenção” (grifos nossos).

Montada “a torre, em toda a sua imponentia”, “no ponto mais alto” seria colocada uma bandeira do Mato Grosso do Sul. A visita do então governador Harry Amorim Costa,⁴⁵⁹ aconteceria já no dia seguinte a finalização da montagem, por “iniciativa própria”, segundo o jornal, que publicaria a notícia com destaque na primeira página sendo concluída em página interna. Após o registro da visita do diretor do DENTEL à torre,⁴⁶⁰ a TV Campo Grande passaria um tempo sem ser pauta do jornal, que, no entanto, anunciaria em meados de julho, a isenção de impostos da rotativa do *Correio do Estado*, posto ter o deferimento do ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio ocorrido “em tempo recorde”, prevendo-se o

⁴⁵⁸ *Correio do Estado*, 1 maio 1979, p. 2, s/nº.

⁴⁵⁹ No ano de 1979, Harry Amorim seria o único governador a visitar a torre da TV Campo Grande, a visita ocorreria no começo de junho, pouco antes de sua destituição.

⁴⁶⁰ *Correio do Estado*, 15 maio; 4, 6, 7 e 8 jun. 1979.

“funcionamento pleno” da rotativa *Goss Community*, “a maior do Mato Grosso do Sul e a mais moderna do País”, para dentro de seis meses.

Em agosto, na edição especial de aniversário de Campo Grande, as cinco empresas formadoras do grupo, subscreveriam anúncio que dizia: “Tudo isto que estamos vendo hoje, nós já tínhamos visto há muito tempo. Para acreditar e vencer é preciso enxergar mais longe”,⁴⁶¹ no início de dezembro, a primeira das apostas do grupo Correio do Estado comemoraria 30 anos e, novamente, não seriam registradas festas e tampouco uma edição especial. No entanto, uma página inteira propagaria os principais feitos da Cultura e, sob o título “Rádio Cultura 30 Anos Presente”, apresentar-se-ia um apanhado dos fatos que foram notícia na trajetória da emissora, o texto institucional, escrito em tom poético, justificaria mais um “parabéns” sem festa:

Parabeniza, mas adia a festa; pois virão os irmãos e as imagens que andarão rápidas entre os homens e os costumes, padronizando rostos e pessoas. *E neste dia haverá a grande festa*, a grande festa de inauguração. Irá para o ar mais um programa, que foi desenvolvido diuturnamente por uma equipe de profissionais, competentes e dedicados, *estará nascendo a TV CAMPO GRANDE*, filha mais nova do CORREIO DO ESTADO, da RÁDIO CANARINHO – FM, da RÁDIO CULTURA, da MUZISOM e do apoio decisivo da nossa gente. *A RÁDIO CULTURA faz 30 ANOS, e o jornal notícia*, são irmãos no tempo com diferença na idade. *O que a cidade sabe é que são feitos pelas mesmas mãos.*⁴⁶² (Grifos nossos).

O ano de 1980 seria o ano do *Correio do Estado* e da TV Campo Grande, com destaque maior para esta última. No início de fevereiro, seria a vez do prefeito Albino Coimbra visitar as obras das futuras sedes da emissora e do jornal, localizadas a menos de 20 metros uma da outra. A conclusão das obras do CE e da TV estavam previstas para acontecer, respectivamente, em abril e maio. As informações já aqui apresentadas seriam republicadas a cada nova nota sobre o assunto, e, ademais das já conhecidas, informar-se-ia, ainda, a setorização da nova sede do jornal, de forma que “todo o setor do parque gráfico” funcionaria “no pavimento térreo, enquanto que o setor de montagem de páginas e de fotolito no segundo, ficando o terceiro pavimento para a redação e o quarto para um restaurante”. No “bloco da frente”, instalar-se-ia “a recepção, departamentos comercial, de contabilidade, arquivo, museu e outros, num total de 1.400 metros quadrados de área construída”. Em fevereiro já se estipularia novo prazo para o funcionamento da TV Campo Grande, “antes de outubro”, a primeira etapa de funcionamento abrangeria “toda a região da Grande Campo Grande, sendo

⁴⁶¹ *Correio do Estado*, 14/15 jul.; 25/26 ago. 1979.

⁴⁶² *Correio do Estado*, 08/09 dez. 1979, p. 5.

montadas em seguida as retransmissoras” que atingiriam “mais de 30 municípios e, numa terceira etapa, todo o Mato Grosso do Sul”.

Ainda em fevereiro, mais um aniversário sem festa, na 3ª página do matutino seria registrada a “singela homenagem [...] feita no *Correio do Estado*”, comemoração realizada “por iniciativa dos próprios funcionários” que, para além dos 26 anos do jornal, celebravam também os 24 anos de serviços prestados por Júlio da Silva, o funcionário mais antigo da empresa, e o aniversário do revisor Reinaldo Noricazu Chuzun. Ao fim da nota, ressaltava-se ser aquele o último ano que o *Correio do Estado* ocuparia o prédio da 14 de julho, “já bastante pequeno para abrigar todos os seus departamentos”. A partir de 1º de março, o diário, “muito a contragosto”, passaria a praticar novos preços, de forma que o edital avulso do *Correio do Estado* que em 1977 custava dois cruzeiros e, tendo paulatinamente subido de preço nos anos subsequentes, em março de 1980 passaria a custar Cr\$ 7,00, valor que, em outubro, sem toda a explicação costumeira, ascenderia a Cr\$ 10,00.

Na edição de 27 de fevereiro, anunciar-se-ia: “Inauguração da TV Campo Grande Está Marcada Para 26 de Agosto Com a Maior Potência do Estado”, a garantia era estabelecida “com base em promessa feita pela Siemens da Alemanha e do Brasil, bem como da Rohde & Schwarz que definira a entrega dos modernos equipamentos entre fim de maio e os primeiros dias de junho”. O editor ancoraria sua certeza na boa fama das empresas alemãs, conhecidas “pelo cumprimento dos compromissos assumidos”, sendo, portanto, possível afirmar “com segurança” que a inauguração ocorreria em agosto, no dia do aniversário de Campo Grande. Desta forma, “a mais possante emissora de televisão de Mato Grosso do Sul” entraria no ar em caráter experimental já em julho, concomitantemente, “engenheiros da EMBRATEL, encarregados da instalação de transmissores e receptores de micro-ondas na torre da TV Campo Grande” também já se encontravam na cidade, agilizando a instalação dos equipamentos que permitiriam recepção de “imagem direta dos grandes centros de todo o mundo”. Finalizando, concluía o redator: “com a inauguração da TV Campo Grande, está completo o maior conglomerado jornalístico do Mato Grosso do Sul, composto pelo jornal *Correio do Estado*, pelas rádios Cultura e Canarinho e pela própria emissora de televisão”.⁴⁶³

A edição do dia 29 de maio asseguraria para 3 de junho a chegada da rotativa do *Correio do Estado* ao Brasil, o transporte estava sendo realizado pelo “navio Amália”, e os diretores da “Empresa Jornalística Mato-grossense – RADIOJORNAL”, já desde o dia anterior a edição, começaram “a providenciar o desembaraço da alfandega, permitindo o

⁴⁶³ *Correio do Estado*, 2/3, 9/10 e 27 fev.; 15 out. 1980.

transporte de toda a rotativa para Campo Grande”. O equipamento permitiria ao CE passar a “uma tiragem mínima diária de ordem de 15.000 exemplares”, devendo chegar até o final do ano “a 20.000 números diários, apresentando edições de 12, 16 e 20 páginas, colocando-se como o maior jornal do Mato Grosso do Sul e um dos maiores da Região Centro-Oeste”. No dia 3, novo prazo, a rotativa chegaria dia 5, previa-se o funcionamento “já a partir de 1º de julho, segundo as últimas previsões da Cia T. Janér”. Por fim, a *Goss Community*, “adquirida por 240.000 dólares”, só chegaria a Campo Grande no dia 3 de julho, já sendo alocada na nova sede do jornal, em fase final de construção, o prognóstico de funcionamento ficaria, novamente, para o mês seguinte, quando seria possível estender o fechamento da edição para às 22 horas, passando o jornal “a circular a partir das três horas da madrugada”.

Antes, porém, no início de junho cinco repórteres do *Correio do Estado* seriam provisionados pela Delegacia Regional do Trabalho, tornando-se “os primeiros do Mato Grosso do Sul a ostentarem essa condição”, Fausto Ferreira Brites, Ester Figueiredo Rodrigues, Hordones Echeverria, Vanderley Mendonça de Aguiar e Geraldo Duarte Ferreira, receberiam com o provisionamento “condições plenas de exercerem o jornalismo em todos os setores”, bem como “maiores benefícios da empresa”; foto na primeira página, registrava “os cinco primeiros provisionados” do MS. Pouco depois, seria anunciado o início de um movimento para a fundação da “Associação dos Jornalistas de Campo Grande”, a mobilização teria começado entre os jornalistas do CE, no entanto, os profissionais dos demais órgãos de imprensa, seriam também convidados. Com relação aos funcionários do jornal, Barbosa Rodrigues admitiria: “[...]. Formados tem poucos. Formado agora, criado e trabalhando dentro do jornal tem muitos. [...] e eles tem inteira liberdade, só não tem liberdade política, porque aí nós dizemos: ‘olha a nossa posição com referência a isso é assim ...’”. (MARTINS, 1999).

Pouco depois, se anunciaria o encerramento das atividades da “Livraria Correio do Estado” fundada em 1956. O fechamento da loja, “anexa ao jornal”, ocorreria “de acordo com a programação prevista pela sua direção”, sendo “a mercadoria existente transferida para a Livraria Trouy, [...] estabelecimento livreiro, justamente situado ao lado do *Correio do Estado*”. Após agradecer o prestígio do público por mais de 20 anos, justificava-se: “a partir de agora a nossa equipe estará mais dedicada ao setor de comunicações, a fim de melhor colaborar com o progresso do Estado de Mato Grosso do Sul”.⁴⁶⁴ A clichéria do CE, no entanto, continuaria funcionando sendo mantidos os anúncios de “encadernação rápida (Sistema Kotok Komplast) [...] com capacidade para perfurar até 400 folhas. [...] Trabalho

⁴⁶⁴ *Correio do Estado*, 29 maio; 3, 4, 5/6, 11 e 27 jun. 1980.

feito na hora e sem demora”, e a confecção de “clichês para jornais. Obras tipográficas e ilustrações em geral”, por exemplo.

No dia 30 de junho, de madrugada, chegariam ao Brasil os equipamentos da TV Campo Grande num “*super*-cargueiro da Varig, voo 975, vindo de Frankfurt”, que desceria no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, “trazendo 18 toneladas de material para a mais potente emissora de televisão do Mato Grosso do Sul”, à noite, em outro cargueiro, a aparelhagem seria transferida para São Paulo, e, após “o desembarço na alfandega”, dentro de 15 dias, “segundo as previsões”, deveria chegar a Campo Grande. O conjunto de equipamentos era formado por “transmissor, monitores, câmeras de estúdio, medidores, sistema irradiante, mesas de corte e telecine, além de outros aparelhos” de fabricação alemã, enquanto que os equipamentos de transmissão externa eram de origem japonesa, técnicos alemães seriam os responsáveis pela instalação dos aparelhos “dentro da técnica exigida”. Os equipamentos da emissora chegariam, finalmente, na noite do dia 9 de julho, a partir dali, estipular-se-iam mais, “no máximo 15 dias”, para a chegada dos técnicos alemães.

Na edição do dia 11 se afirmaria que o “desfile dos caminhões que transportaram os equipamentos de São Paulo até Campo Grande” dera a população “uma noção da grandiosidade da emissora” e, que a partir daquele momento, os diretores da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão concentrariam “seus esforços nas obras de acabamento da sede, para dar início à montagem definitiva da TV”. A cobertura completa da chegada dos equipamentos, traria, para além da foto exposta na primeira página, outras 5 fotos na página 7, onde se desenrolara a notícia que dava conta de terem os diretores da equipe recebido os materiais com “profunda comoção”. A nota informaria ainda que, “sem necessidade de torres de transmissão”, as primeiras imagens da TV CG atingiriam também “parte da Grande Dourados”.

Durante todo o mês de agosto de 1980, a TV Campo Grande permaneceria como maior destaque da publicação, a montagem dos equipamentos teria início no começo do mês com a chegada do engenheiro alemão Gunter Bergner, auxiliado pelos técnicos Alfredo Wunderlich e Sebastião Dalarmi, e antes do findar de agosto, ter-se-ia a conclusão da primeira fase. Juntamente com os técnicos, chegaria também o engenheiro eletrônico Erick Schimidt de Andrade, “para uma análise de todo o equipamento adquirido pela RECORTTEL”. As notícias, mesmo que com cunho bastante técnico, e, em geral, repetindo sempre as mesmas informações, frisariam constantemente a TV Campo Grande primeiro, como a mais moderna e de maior alcance do estado e, segundo, como empresa participante do grupo criado sob “a

orientação do professor e jornalista José Barbosa Rodrigues [...] o idealizador de todo o sistema de comunicação formado a partir do *Correio do Estado* até a Rádio Cultura e depois a Rádio Canarinho”.⁴⁶⁵

Já desde o início das divulgações da TV do grupo Correio do Estado, o canarinho, imagem símbolo da rádio homônima, seria revisitado na identidade visual da TV Campo Grande, conforme ilustrado pelas imagens abaixo:

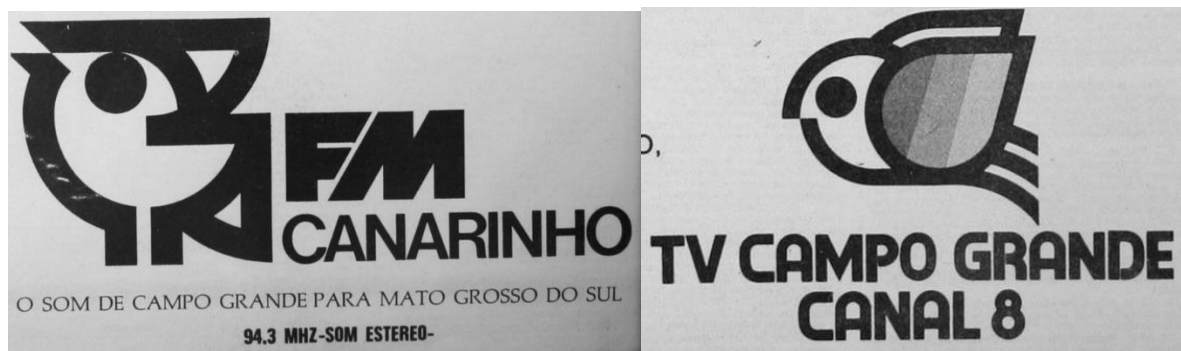


Imagem 8: Logos da Rádio Canarinho e da TV Campo Grande, integrantes da RECORTEL.⁴⁶⁶

Em meados do mês de agosto, novamente, teriam início as visitas das autoridades e figuras de destaque, à sede da TV CG, a primeira delas seria a do secretário de Comunicação do governo estadual, Luís Landes. Juntamente com o registro da visita, após a usual repetição das informações, uma novidade, a emissora proporcionaria “maiores facilidades” ao anunciante. Assim, prometia-se: “enquanto que na maioria das emissoras o cliente só pode ver como ficou o anúncio depois que ele for para o ar, dentro da programação normal, na TV Campo Grande existirão amplas condições para que essa verificação seja feita independentemente”, possibilitando “eventuais correções”. O secretário visitaria também a sede do *Correio do Estado* onde a nova rotativa ainda se encontrava encaixotada, e, seguindo a mesma orientação propagandística utilizada com a TV, repetir-se-iam as informações técnicas pertinentes ao futuro da empresa, acrescentando-se, igualmente, a inovação do uso de dois aparelhos de telex “jampeados à rede nacional, [e] um terceiro aparelho ligado diretamente à Agência Estado, do jornal ‘*O Estado de S. Paulo*’” – do qual, desde março de 1978, Antônio João era “agente para a praça de Campo Grande”, ficando as assinaturas a

⁴⁶⁵ *Correio do Estado*, 1, 10 e 11 jul.; 4 ago.; 14 set. 1980.

⁴⁶⁶ *Correio do Estado*, nov. 1977 e out. 1978.

cargo de Ester, sua esposa.⁴⁶⁷ A segunda visita registrada seria a do presidente da Telemat, que, tanto quanto todos os demais visitantes, conforme mote propagado pelo diário, mostrara-se “impressionado com tudo aquilo que viu”.⁴⁶⁸

A edição de 14 de agosto anunciaria a filiação da TV Campo Grande “ao novo Sistema Brasileiro” o SBT – Sistema Brasileiro de Televisão⁴⁶⁹, que surgia “a partir da TV Record, de São Paulo e da TVS (Grupo Sílvia Santos) do Rio de Janeiro”, englobando, “inicialmente mais de 20 emissoras em todo o território nacional”. A programação da nova emissora seria definida como “inteiramente livre, voltada para o divertimento e o lazer, para os problemas regionais e locais”, apresentando, basicamente, “filmes selecionados, desenhos animados, noticiários nacionais e internacionais, além de jornal” para tratar “de assuntos locais e regionais de maior importância”, tendo igualmente “uma programação agrícola muito variada, programas culturais com valorização da ‘prata da casa’ e outros, a exemplo do espetacular Sílvia Santos, com várias horas de duração”.

O diário apresentaria a TV CG, também, como uma “grande opção para Campo Grande e para o Mato Grosso do Sul, pela programação variada”, sem novelas, “atingindo um público significativo que hoje não tem outra alternativa senão absorver aquilo que lhe é oferecido, sem chances de mudanças”⁴⁷⁰ – mais uma provocação direta à TV Morena afiliada à Rede Globo desde 1976. A propaganda da TV Campo Grande exporia o novo momento da televisão nacional, nascida na “fase do desenvolvimento tecnológico”, a emissora do grupo Correio do Estado surgiria num contexto em que as redes de televisão já estavam consolidadas gerando a padronização da programação televisiva. Por isso, ao ser divulgada, o foco propagandístico da nova emissora recairia, conforme acima demonstrado, na alternativa da variedade da programação e não mais no discurso do conforto e do progresso técnico e cultural conforme alardeado pela TV Morena dez anos antes.

A edição especial de aniversário de Campo Grande, composta por 36 páginas e 3 cadernos, traria na capa de abertura o destaque: “TV Campo Grande, a primeira imagem no vídeo”, lançada que fora às 11:30 horas do dia 24 de agosto, uma sexta-feira. Conforme o relato, o transmissor Siemens “acionado apenas com um terço de sua potência”, permitira a veiculação “com perfeição” da “imagem padrão de cores”, além da exibição de “dois filmetes

⁴⁶⁷ No ano de 1978, “com exclusividade”, a partir das notícias fornecidas pela Agência, o *Correio do Estado* publicaria a cobertura da participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Argentina.

⁴⁶⁸ *Correio do Estado*, 27 mar.; 30 maio 1978; 4 maio 1979; 16/17 ago. 1980.

⁴⁶⁹ “Record e Sílvia Santos formam sistema de tevê” - *Correio do Estado*, 11 ago. 1980, p. 7.

⁴⁷⁰ *Correio do Estado*, 14 ago. 1980, p. 5.

de curta duração”. Prometia-se, para o dia seguinte (dia 26), “como o primeiro teste”, a transmissão à noite de “imagem padrão e uma mensagem da direção da emissora para os campo-grandenses e mato-grossenses”. A partir de então, teria início “a fase de regulagem do transmissor e os acertos nas 9 antenas”. A publicação registraria ter havido, na sede da TV, “uma manifestação de euforia o sinal estava lançado e uma das mais importantes batalhas vencidas”, permitindo, por fim, o estabelecimento de uma data oficial para a inauguração da emissora: 11 de outubro, “o ‘dia da independência’ do Mato Grosso do Sul”.

A abertura do segundo caderno da edição traria “TV Campo Grande: a mais potente do MS” e “Os equipamentos da nova televisão”, as matérias, ilustradas por seis fotos, ocupariam toda a página. O primeiro título apresentaria detalhes da inauguração: uma solenidade “simples” da qual a população campo-grandense participaria “exatamente através do vídeo”, para tanto, preparava-se uma programação especial que mostraria “muito sobre o Mato Grosso do Sul, desde as principais cidades ao Pantanal, seus recursos minerais e turísticos. [...] uma programação exclusivamente voltada para a população”. A publicação faria mais um retrospecto sobre os investimentos que deram origem a, “indiscutivelmente”, quisessem “alguns ou não, [...] a mais potente” emissora de televisão do Mato Grosso do Sul. Previa-se que os investimentos alcançariam “um volume global da ordem de 50 milhões de cruzeiros”.

Na ocasião, a diretoria da RECORTEL seria apresentada como “composta por três jornalistas: José Maria Hugo Rodrigues, nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais; Marcos Fernando Hugo Rodrigues, nascido na Mata do Ceroula, em Campo Grande, e Antônio João Hugo Rodrigues, também campograndense e matogrossês”. E, como não poderia deixar de ser, “à frente de todo o empreendimento”, estava Barbosa Rodrigues “campo-grandense de coração, a exemplo da esposa, professora Henedina Hugo Rodrigues”, o texto propagandístico louvaria “o esforço conjunto da família” - sem citar o nome de Paulo de Tarso, que não mais seria registrado até o fim de 1980; atrelado ao “incentivo do povo e das autoridades”, união que permitiu que “o trabalho desenvolvido desde 1973” pudesse “culminar com a implantação da TV Campo Grande”. O *Correio do Estado* afirmaria terem sido muitos “Os obstáculos vencidos”, sendo “mais difíceis, porém, os boicotes propositais. Tudo vencido com o apoio do povo”. Ficando estabelecida como segunda grande meta a alternativa, “estudada cuidadosamente”, de “atingir o Bolsão” e a “Grande Três Lagoas” também a partir do dia 11 de outubro, a fim de quebrar o “isolamento histórico” e promover a integração estadual – posto que a área, à época, vivia “apenas em função das emissoras de tevê de São Paulo”.

Um segundo artigo detalharia os equipamentos da nova emissora, que contava com dois estúdios, seriam apresentadas especificações e marcas como AKG, Sony, Tektronix, Bauer, Umatic/Sony, para além da amplamente citada Siemens, responsável pelas 9 antenas irradiantes instaladas a uma altura de 70 metros.⁴⁷¹ Finalmente, na edição do dia 28 de agosto, após “sete longos anos”, o *Correio do Estado* destacaria com editorial na primeira página, “TV Campo Grande, sonho realizado”, o texto informava ter a primeira transmissão ocorrido “às 18,15h do dia 26 de agosto, uma terça-feira”, registrando-se ter sido primeiro “lançado ao ar o padrão e em seguida a mensagem” com “explicações necessárias para o telespectador melhor sintonizar a TV Campo Grande e em seguida lançou-se o compacto jornalístico. Depois vieram os filmes e a [...] satisfação por mais uma etapa cumprida nessa terra dadivosa”.

O editorial, quase que nos mesmos termos da matéria anteriormente citada, apresentaria um resumo da “árdua” trajetória para a inauguração da TV, ideia nascida “na realidade, dentro do *Correio do Estado*”. Valorizando o histórico, o editor afirmaria não poder “ser medida a distância percorrida nos constantes vai-e-vens a Brasília, a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Distância que [superava] em muito a volta ao globo terrestre”. Destacava-se, no entanto, o fato de ter sido aquela transmissão “uma simples amostragem e um preito de gratidão a todos quantos acreditaram no esforço do grupo”, delimitando-se: “a última etapa do grupo continua sendo a TV Campo Grande”. Logo ao lado do editorial, mais um destaque: “Começa a montagem da rotativa ‘Goss’ do *Correio do Estado*”, o processo ficaria “a cargo do mecânico-chefe Délio Di Napoli, da Companhia T Janér”. Antecipava-se, ainda, “a aquisição de novos equipamentos”, garantindo-se, por outro lado, “independentemente das inovações” a serem introduzidas, a manutenção da “mesma linha jornalística que sempre caracterizou [a] folha”. Pouco depois, mesmo antes do funcionamento da nova rotativa, teriam início os anúncios de venda da Máquina Solna 132 “para impressão offset uma cor, formato máximo papel 58,5x81,3 cm, ano 74, em ótimo estado, funcionando”, aquela instalada no CE em 1973 e que consumia “quase 12 horas”, sendo “já superada em relação ao crescimento do *Correio do Estado*”,⁴⁷² os interessados deveriam tratar com Marcos.⁴⁷³

Na edição do dia 29 seria registrada a proposta de congratulações à TV Campo Grande, apresentada na Assembleia pelo deputado Osvaldo Dutra, do PDS, aprovada por unanimidade no dia 9 de setembro, bem como as inúmeras mensagens de congratulações e de

⁴⁷¹ *Correio do Estado*, 25.26.27 ago.; 10 set. 1980, p. 1.

⁴⁷² *Correio do Estado*, 11 nov. 1980, p. 9.

⁴⁷³ *Correio do Estado*, 10 set. 1980, p. 4.

cumprimentos “ao ponto de congestionar a rede telefônica das empresas coligadas”.⁴⁷⁴ No início de setembro seria propagada a definição dos primeiros programas a serem exibidos pela TV CG, a nível nacional, previam-se as estreias dos apresentadores Raul Gil e da dupla Airton e Lolita Rodrigues – “Almoço com as Estrelas”, “bem como o especial do palhaço Bozo, além do programa *super*-especial de Sílvio Santos” e do humorístico Reapertura, prometendo-se, desta forma, a exibição do “melhor da tevê nacional e tudo o que de melhor [houvesse] das coisas de Mato Grosso do Sul”. A publicação destacaria dentre os programas nacionais, um que chamava “atenção pelo seu ineditismo e extraordinário sucesso em todo o mundo: Bozo”, a matéria apresentaria um histórico do palhaço descrito “além das palhaçadas”.

Os testes frequentes teriam início em setembro e, a partir de meados do mês, seriam registrados o alcance da emissora em vários municípios. A primeira notícia neste sentido daria conta de ter se atingido as cidades de Camapuã, Bonito, Bandeirante, Sidrolândia, Jaraguari, Rio Brillante, Taunay, Aquidauana e Dourados, sendo esta última a mais distante – 235 Km de Campo Grande. Segunda publicação incluiria também a cidade de Porto Murtinho, 437 km distante da capital. Uma terceira leva, acrescentaria ainda as cidades de Fátima do Sul, Bela Vista, Itaporã, Anastácio, Rio Pardo, Rochedo e Fazenda Nova Brillante. Na edição do dia 15 de setembro publicar-se-ia uma espécie de tutorial para consecução da “melhor imagem”, por meio de ilustrações dos diversos tipos de antenas, “iagi, pé de galinha, duplo pé de galinha, espinha de peixe ou log-periódica e antena interna”, sendo as pé de galinha e a antena interna as mais indicadas para a recepção da TV CG Canal 8 – um canal alto, “tendo em vista a faixa de TV”, diferente do canal 6 – da TV Morena, “um canal baixo”. O tutorial consideraria ainda as “cidades mais distantes” e os cuidados básicos em edifícios e em residências.

Ao tratar dos relatos de recepção da TV CG em diversas cidades, admitir-se-ia que em alguns casos, porém, a recepção era “apenas razoável”, o que se devia principalmente ao fato de que as antenas em uso não eram ideais para o canal 8. No dia 24 de setembro fora anunciada a assinatura do contrato de filiação ao SBT, constituindo-se a TV Campo Grande na “primeira emissora a compor o SBT dando um exemplo para outras emissoras que também passaram a integrar o sistema”. Apresentar-se-iam, ainda, mais detalhes da programação, assim, dentre as primeiras séries contratadas, estavam James West, O Caçador, Kung Fu e Chips, “todos inéditos” no estado, “a estes sucessos do cinema”, se juntariam “desenhos animados, mais de 500 longas-metragens, novas séries e os shows do SBT”, além de “uma série de produções locais e jornalismo”.

⁴⁷⁴ *Correio do Estado*, 28 e 29 ago.1980, p. 1.

O mês de setembro veria o “florescimento” de mais um empreendimento ligado ao grupo, de forma que no início do mês, a estratégia do anúncio misterioso seria novamente utilizada, propagando-se num quadro pequeno, repetido por algumas edições, a frase: “a primavera vai trazer surpresas...”. No dia 23, revelar-se-ia: “A primavera trouxe Água de Cheiro”, loja “especializada em colônias, sais de banho, sachês, shampoos, essências, espumas de banho, enfim, um grande número de novidades nesse setor”, o estabelecimento se localizava à “Avenida Afonso Pena, 124 – Defronte ao Círculo Militar”.⁴⁷⁵ A divulgação maior seria feita pelo Suplemento Feminino, cabendo, muito provavelmente, a direção da loja, bem como ocorria com o suplemento, a Ester Figueiredo Rodrigues. A edição do dia 9 de outubro traria, finalmente, o anúncio mais esperado pelo próprio *Correio do Estado* durante o ano de 1980: **“O SONHO ACABOU a TV Campo Grande – canal 8 é uma realidade”**, a propaganda de meia página, anunciaria ainda:

Carregando em suas asas o sonho do progresso do povo mato-grossense está voado o pássaro símbolo de Rede Centro-Oeste.

Neste dia 11 de outubro a TV Campo Grande, Canal 8 inicia a sua programação normal, com a certeza de ser desde o primeiro instante o novo mundo de emoções de cada um.

Ao lado da Rádio Cultura (AM), da Rádio Canarinho (FM), do Estúdio Cultura, da Muzison (música funcional) e do jornal *Correio do Estado*, a TV Campo Grande – Canal 8 – a mais nova emissora do Brasil, transforma em realidade o sonho tão sonhado de todos os matogrossenses: uma nova televisão com mais informação, mais alegria, mais emoção. Venha viver e voar para um novo mundo de emoções.

No dia 10 de outubro seria publicado o convite da Rede Centro Oeste para a inauguração das instalações da emissora. Exibido na primeira página e destinando-se “a população de Campo Grande e dos municípios circunvizinhos”, o apelo conclamava a estes para que no dia 11 às 15 horas sintonizassem o canal 8. A sétima página da edição, seria totalmente preenchida por uma propaganda da TV e, junto ao texto institucional, apresentar-se-ia a programação completa da emissora, que de segunda à sexta daria início as transmissões às 16 horas, com a sessão de desenho, encerrando após o “Policia” iniciado às 23:10, no intervalo entre as duas programações, seriam apresentados: Bozo (18h); Desenho Especial (18:30h); Jornal da Noite (18:45h), *Super Desenhos* (19:45h); Sessão *Bang Bang* (19:45h); A Pantera Cor de Rosa (20:45h); Sessão das Nove (21h) e 8 Notícias (23h).

Às sextas-feiras, o Policia das 23:10 era substituído pela Sessão Terror, aos sábados, as transmissões tinham início às 9 horas com Desenhos Animados, seguindo-se *Japan Pop*

⁴⁷⁵ *Correio do Estado*, 6/7, 13/14, 15, 23, 24 e 27/28 set. 1980.

Show (09:30h); Jogo Aberto (11h); Tarzan (12h); Almoço com as Estrelas (13h); Programa Raul Gil (15h), Bozo (18h); Desenho Especial (18:30h); Jornal da Noite (18:45); *Super Desenhos* (19:15h); Kung Fu (19:45h); A Pantera Cor de Rosa (20:45h), Reapertura (21h); Matt Helm (22h); Os Novatos (23h); Última Sessão (01h). Aos domingos, a transmissão tinha início às 9 horas com o Canta Viola e na sequência apresentava-se: TV no Campo (10h); Nossa Terra, Nossa Gente (10:30h); Desenhos Animados (11h); Programa Sílvio Santos (11:30h); Seleção de Gols (20h); Chips (20:20h); Sempre aos domingos (21:20h) e Policial (23:20h).⁴⁷⁶

A edição anterior à estreia oficial da emissora, propagaria: “Campo Grande: hoje no ar definitivamente”. A notícia atualizaria os valores gastos no processo de efetivação da emissora, “cerca de 80 milhões de cruzeiros” empregados “na mais recente tecnologia alemã, japonesa e americana”. A matéria completa explanaria o assunto a partir dos títulos “De presente para o MS, a mais nova TV do Brasil”, “Fique ligado: O Canal 8 já está no ar” e “No Jornal da Noite, a inauguração da emissora”. O primeiro texto exporia uma das dificuldades enfrentadas pelo grupo que teve “os custos para a criação da estação [...] elevados em cerca de 50%, havendo a necessidade de toda uma renegociação dos planos de financiamentos”. O encarecimento deveu-se ao fato da Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), ter liberado “as guias para a importação dos pequenos (mas sofisticados) equipamentos”, somente em julho de 1978, “já quase no vencimento do prazo determinado pelo Ministério das Comunicações para a implantação da emissora”. O grupo, no entanto, obteria a concessão de um novo prazo “pelo Ministério das Comunicações – a vencer somente em setembro de 1982”, porém, antes de acabar o tempo inicialmente estabelecido pelo governo, “em tempo recorde de apenas três meses”, conseguiria “a aquisição, transporte e, principalmente, a montagem dos equipamentos”.

O segundo texto revelaria a composição do quadro de funcionários da emissora, “em sua grande maioria, apenas pessoal do próprio Estado e da cidade”. Os cerca de 30 trabalhadores receberiam treinamento de “dois grandes nomes dos meios de comunicação”, José Polergio Neto, professor universitário de iluminação e funcionário da TVS do Rio de Janeiro, e Salvador Tredicci, diretor e produtor da TV Record de São Paulo. A “ligação dos dispositivos que acionam o transmissor das imagens” ocorreria às 15:15 horas quando os botões seriam acionados pelo governador Marcelo Miranda; às 18:45 “a inauguração da TV Campo Grande seria “a principal e única notícia do Jornal da Noite”. A primeira página traria,

⁴⁷⁶ *Correio do Estado*, 10 out. 1980, p. 7.

ainda, a “mensagem de gratidão” do grupo à população, subscrevendo a nota figurariam, para além dos corriqueiros jornal e rádios, os empreendimentos “Estância Eneida Agropecuária” e “Água de Cheiro”, revelando a diversificação do grupo antes restrito apenas a empresas de ordem gráfica e comunicacional. O *Correio do Estado*, em nome dos demais, exporia, para além da TV CG como “uma realidade definitiva”, o fato de poder “levar aos lares mato-grossenses a melhor imagem, programação e, principalmente, os ideais da grande responsável por esse arrojado empreendimento, A Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão – RECORTTEL”.

A edição da segunda-feira, dia 13 de outubro, teria três páginas destinadas a inauguração da emissora, a primeira página traria a imagem do governador acionando os transmissores da TV, enquanto que a manchete anunciava: “No Dia da Divisão a Capital e o Estado receberam a TV Campo Grande – Canal 8”. Na terceira página seriam abordados “Canal 8: Um marco na história do MS”; “Emoção. O início da solenidade”; “D. Hermínio mostra a participação mineira” e “A placa descerrada. Uma homenagem feita”, os flagrantes da cerimônia registrariam o discurso de J. Barbosa Rodrigues, o momento em que este, juntamente com o general Jorge Sá Freire Pinho e deputado Londres Machado presidente da Assembleia Legislativa, cortaram a fita, “a bênção inaugural de Dom Antônio” e o momento em que Dona Rosemeire Chehab descerrara “a placa em homenagem ao seu esposo pelo muito que fez à TV Campo Grande e ao setor de Comunicação do Brasil: ‘Estúdio prof. Lourenço Nassid Chehab’”. Por fim, a quarta página apresentaria “Banda, crianças e perguntas, o lado descontraído da festa” e “Marcelo Miranda faz exaltação à nova TV” – íntegra do discurso do governador.

Paralelamente à cobertura da mais nova crise política sul-mato-grossense, registrar-se-iam, por edições subsequentes, as congratulações feitas à direção do canal 8 e a modernização do CE que no dia 10 de novembro, realizaria “a primeira impressão-teste” com a rotativa *Community*, a nota reportaria terem sido concluídos, no dia 9, os trabalhos de montagem da máquina,⁴⁷⁷ iniciados em 27 de agosto. No dia seguinte, o matutino já alardearia o êxito dos testes feitos com a rotativa “que dentro de mais alguns dias” seria utilizada na impressão do *Correio do Estado*. Os testes seriam efetuados “em várias velocidades, entre 3.000 e 10.000 impressões-hora, sem necessidade de acioná-la na velocidade máxima de 14.000 jornais, que só [seria] utilizada em casos excepcionais: edições especiais, extras, etc.”, os resultados seriam “considerados excelentes”. A conclusão da matéria, traria o agradecimento público do

⁴⁷⁷ *Correio do Estado*, 11/12 e 13 out.; 1/2 e 10 nov. 1980.

Correio do Estado “à S/A Correio Brasiliense – *Diário da Serra*⁴⁷⁸ – através de seu diretor, César Quintas Guimarães e de seus funcionários, que emprestaram suas colaborações cedendo vários materiais que possibilitaram a impressão do primeiro jornal da fase de testes”, a publicação destacaria ainda, que tudo acontecera “dentro de um regime estreito de colaboração que sempre caracterizou o relacionamento entre os profissionais das duas empresas jornalísticas”.⁴⁷⁹

A primeira página do dia 9 de dezembro, informaria “CE muda sua apresentação gráfica e seu formato”, as mudanças ocorriam “como principal consequência da ativação de parte de seus novos equipamentos, entre eles a rotativa Goss e uma fotocompositora *Quadritek*, parte de um sistema em fase parcial de ativação, objetivando melhorar a apresentação” do diário “em todos os aspectos”. Assim, a semelhança de “alguns dos maiores jornais do país”, o *Correio do Estado* passaria, a partir daquela edição, “a seis colunas de redação ao invés das oito até então adotadas, apresentando como maior reflexo uma redução de dois centímetros em sua largura, compensada com um aumento de quatro centímetros em todo o comprimento”. Ainda “outra alteração marcante” seria elencada, o matutino passaria a circular normalmente com 12 páginas, além do aumento da coluna do jornal que passaria de quatro para cinco centímetros, “favorecendo também as atividades dos diagramadores e oferecendo maiores opções aos anunciantes”, essas melhorias representariam, “para os leitores, um volume bem maior de informações, gradualmente [...] aumentado mediante a ampliação do número de páginas do *Correio do Estado*”, que igualmente aumentaria “sua cobertura a níveis local, regional, nacional e internacional”.

O quadro expediente também apresentaria mudanças para além do próprio *layout*, voltando a exibir uma divisão de funções, de maneira que, a partir deste início de dezembro, Marcos Fernando acumularia as funções de redator e de gerente do *Correio do Estado* e os demais permaneceriam em seus postos – J. Barbosa Rodrigues – diretor, e Júlio da Silva, Antônio João, Marcos Fernando e José Maria, redatores.⁴⁸⁰ As últimas notícias do ano de 1980

⁴⁷⁸ A 5 de outubro de 1977, o CE estamparia em sua primeira página “Um dia negro para o Jornalismo”, tratava-se do desabamento, “pouco antes das 17 horas”, de todo o teto da sede do *Diário da Serra*. A metade superior da página seria ocupada pela imagem dos destroços e na metade inferior seria publicado o “Aviso Ao Público” do DS, impossibilitado de circular naquele dia, “felizmente” não houve feridos, os prejuízos foram somente na parte física da empresa. A direção do *Diário da Serra* agradeceria “a solidariedade dos demais órgãos de imprensa, e de modo especial do *Correio do Estado* que, incontinenti, colocou-se à disposição para o que fosse necessário [...]”. Este seria “o primeiro acidente grave com uma empresa jornalística, em toda a história do jornalismo local”. Instalado provisoriamente numa residência, o *Diário da Serra* voltaria a circular, com edição reduzida, já no dia seguinte. *Correio do Estado*, 5 out. 1977, p. 1, 2 e 6 out. 1977, p. 1, 2.

⁴⁷⁹ *Correio do Estado*, 11 nov. 1980, p. 1, 9.

⁴⁸⁰ *Correio do Estado*, 9 dez. 1980, p. 1, 2.

divulgariam “o show inédito” trazido pela TV CG e levado ao ar no dia 31, às 23 horas. A programação seria anunciada como “um dos ‘shows’ mais esperados por inúmeras redes de Televisão”, as atrações eram o “*Playboy* Roller Disco” e “A Festa do Pijama”, o show apresentaria “a famosa mansão de Hugh Hefner, o fundador do Império da *Play Boy*”, e “um mergulho na piscina da Mansão *Play Boy* ao lado das cobiçadíssimas *Playmates*” encerraria as “atividades do dia” colocando “todo mundo de pijama para entrar na noite na maior festa no Salão Principal”. Encerrando a programação, “finalmente”, seria “possível acompanhar um dos maiores grupos dos últimos anos: o *Village People*”.

A penúltima edição do *Correio do Estado* em 1980, revelaria a inserção do sistema de telefotos que permitia “o recebimento de fotografias dos mais distantes pontos do País e do mundo”. A edição exibiria, igualmente, a primeira foto transmitida para o matutino, o “presidente João Figueiredo, durante a sua fala aos brasileiros”, registro que datava da noite anterior. Ressaltar-se-ia, ainda, o fato de o periódico ter adquirido duas máquinas de telefotos que tanto transmitiam quanto recebiam, uma ficaria na redação, enquanto que a outra poderia “ser deslocada para qualquer cidade do Mato Grosso do Sul, do Brasil ou do mundo, acompanhando a reportagem nos acontecimentos importantes”. Augurava-se, para “dentro de aproximadamente 30 dias”, quando estivesse completa a ocupação, ainda parcial, da nova sede na Avenida Calógeras, a ativação plena de “todos os novos sistemas”, concluindo-se, desta forma, “a fase de transformação do *Correio do Estado*”.

A edição do dia 31 de dezembro, traria, em resumo, “Os principais fatos de 1980”. A chamada apresentava a volta de Pedrossian com Levy como “o mais importante acontecimento político”, a página três, onde a matéria se desenrolaria, destacava “Dos bastidores até a realidade: 1980”. Os fatos escolhidos, como não poderia deixar de ser, giravam em torno de dois principais eixos: a política estadual e a inauguração da TV Campo Grande e, se por um lado, o ano confirmara “as suposições dos mais supersticiosos que não gostam de ano bissexto”, por outro, marcava “a consolidação do maior conglomerado de comunicações do Estado”, restando, portanto, um “saldo extremamente positivo”. Em seus agouros para o Ano Novo, a direção da empresa publicaria: “a nossa jornada é longa e está ainda apenas no começo. Muito resta a fazer para que Campo Grande e o Mato Grosso do Sul tenham a cada dia um volume de informações e a partir delas, momentos mais agradáveis. As inovações prosseguirão [...]”.⁴⁸¹

⁴⁸¹ *Correio do Estado*, 27/28, 30 e 31 dez. 1980.

Em outubro de 1981 a Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão – RECORTTEL, e as “duas potentes empresas de comunicação” – SBT e Rede Independente de Emissoras (liderada pela TV Record de São Paulo e TVS do Rio de Janeiro); convidariam autoridades políticas, diretores e publicitários de São Paulo e Rio, para comemorar “o primeiro aniversário de sucesso” da TV Campo Grande e terceiro da Rádio Canarinho e Muzisom, além da concomitante inauguração do novo transmissor da Rádio Cultura, eventos interpretados como marco de “uma nova fase para a Recortel”. As solenidades e homenagens pelo transcorrer dos eventos da rede seriam, “mais uma vez, [...] a única marca pela passagem, igualmente, da data histórica mais importante para o Estado, a da criação do Estado de Mato Grosso do Sul.”, posto não terem, “novamente”, as autoridades se programado para comemorá-la. Numa mensagem de agradecimento a Barbosa Rodrigues, os “filhos” assinalariam ainda: “o 11 de outubro tem dupla significação para todos nós da Rede Centro-Oeste e do jornal *Correio do Estado*”, marcando, não somente “a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, nascido sob a visão do presidente Estadista, Ernesto Geisel”, mas também a inauguração dos serviços de Rádio e a TV.

As matéria publicadas nas edições de 10/11 e 13 de outubro trariam detalhes dos eventos comemorativos das vitórias do grupo, que, nas palavras do representante do governador Pedrossian, Aluísio Lessa Coelho, eram igualmente vitórias do Mato Grosso do Sul. Comemorando o primeiro ano da TV Campo Grande, o Dr. Giordano Neto assinaria crônica denominada “Canal 8”, onde, após render elogios à emissora, corporificação de “um sonho idealizado pelo Empresário J. Barbosa Rodrigues”, o antigo colaborador do *Correio do Estado* renderia homenagens a todo o grupo, perfazendo um retrospecto de sua trajetória:

Tudo começou por um pequeno JORNAL... O *Correio do Estado* – que, nasceu grande pelo respeito. Adulto pela dignidade. Robusto pela independência!

E fez-se mais. Havia necessidade de se implantar ao lado do jornal, uma RÁDIO que levasse além das lindes da Cidade, a CIDADE além de suas lindes...

Necessitara-se de uma mão que estendida, construísse a integração, alcançasse a notícia aos que permaneciam separados de nós, levasse os fatos aos que longe da Cidade, trabalhando, se pontificavam no isolamento do silêncio, e que distantes muito distantes, nos campos, nas serras, nas planícies, construía na agricultura, a grandeza da nossa gente, a independência econômica da nossa terra!

Assim foi dado o segundo passo, A Rádio Cultura!

O Brasil é uma nação jovem onde 58% de sua população, ocupa a faixa etária dos 18 anos. Campo Grande, não é exceção. E para beneplacitar a JUVENTUDE CAMPOGRANDENSE e a das Cidades próximas, entendeu a

“REDE”, que nascia, dever-se-ia trazer para o Novo Estado, que dava os primeiros passos decididos da sua independência, uma RÁDIO DE FREQUÊNCIA MODULADA.

E fê-lo! Foi um preito homenagístico à juventude indômita que sempre marcou presença atuante, nos destinos deste Grande Estado.

Isto demandou pertinácia. Trabalho. Inflexibilidade. Esperança e muita fé!

O Povo, como sempre, prestigia e corresponde a todo o empreendimento HONESTO.

Assim, estamos construindo para o Brasil!

Assim, estamos servindo nossa Pátria!⁴⁸²

Jornal, rádio e televisão, empresas consolidadas sob a tutela de J. Barbosa Rodrigues, nas palavras dos filhos: o “timoneiro seguro que, mesmo em meio a fortes tempestades econômicas vividas pelo País, conseguiu levar [...] [o] barco a porto seguro [...]. O professor humilde, que sem nenhum lampejo de vergonha” orgulhava-se “de ter começado no jornalismo como zelador de um jornal [...]”. A expansão da empresa para outras mídias, bem como os próprios avanços de técnica e de tecnologia do jornal, revelam, ao mesmo tempo, um “interesse na mediação massiva da informação e [na] capacidade de mobilização que seriam capazes de gerar” (WAINBERG, 1997, p. 18), e uma adequação a lógica do mercado, que traz em seu bojo uma paulatina substituição do modelo de “jornalismo do editor” pelo “contemporâneo jornalismo do leitor, em que prepondera o marketing e a visão de satisfazer plenamente as necessidades do consumidor (o jornalismo como negócio)”. Referindo-se a Hearst e Chateaubriand, Wainberg (1997, p. 75) faz menção a “aura dos pioneiros”, que, capaz de perdurar por muitos anos, pode ser “superada pelos herdeiros com o passar do tempo, após a morte”, tal superação não se aplica à figura de J. Barbosa Rodrigues dentro do *Correio do Estado*, posto que, diferentemente do caso de ambos os líderes acima mencionados, a empresa assumira caráter familiar, ficando a cargo de filhos, netos e noras, gerando assim a construção e manutenção de uma memória “mítica” em torno de seu patrono.

Ainda em 1978, quando o *Correio do Estado* já encontrava-se há quase 25 anos no mercado, Antônio João assinaria texto denominado “A Confusão jornalística”, onde condenaria a realização de comparações entre órgãos da imprensa do interior e os da grande imprensa, revelando, no entanto, que mesmo que buscasse progredir no mesmo ritmo que a imprensa nacional, em ritmo de “Brasil Grande”, o *Correio do Estado* constituía-se, ainda, como um legítimo representante da imprensa do interior. No artigo, uma crítica aos jornalistas da *Folha de S. Paulo*, “o quinto mais importante jornal deste país” que, numa promoção da Universidade e da Secretaria de Comunicação Social ministraram em Campo Grande “um

⁴⁸² *Correio do Estado*, 10/11 e 13 out. 1981, p. 1, 9.

curso de atualização de jornalismo”, o redator concordaria com o prosseguimento do curso, desde que “em bases realistas e sem termos de comparação”. Posto configurar “*utopia*”, por exemplo, “desejar-se que uma Folha de São Paulo tenha o mesmo volume de informação de um Estadão”.

Finalizamos endossando as palavras de Antônio João, “é utopia acreditar que num jornal do Mato Grosso do Sul se tenha o mesmo volume de informações do que o contido num jornal de São Paulo”. Assim, inda nos últimos anos da década de 1970, defender-se-ia o jornalismo do interior nos termos de sacerdócio, como apontado há mais de vinte anos passados, “desconhecem os brilhantes ‘professores’ que aqui nesta Capital existe um número de *abnegados* trocando muita coisa melhor pela *satisfação e prazer* de fazer um jornal, de informar uma população dos principais *assuntos regionais*”. Antônio João concluiria, por fim, “exigir da imprensa campo-grandense uma cobertura nacional e internacional semelhante às feitas pelos grandes jornais brasileiros, seria o mesmo que exigir de uma *Folha de São Paulo* uma cobertura semelhante à dada por [...] um respeitável jornal do exterior”. Sentenciando, em tom de provocação: “Porque nós ‘bagrinhos’ aqui do Mato Grosso do Sul estamos desafiando a qualquer um desses ‘mestres’ a fazer *jornalismo como nós fazemos: na base do amor e do sacrifício*, da responsabilidade e do ideal de *informar primeiramente aquilo que interessa ao nosso povo*”, ironizando ainda: “afinal, quem é que está *interessado em saber, aqui nessas plagas*, quem será o vencedor das guerrilhas da Rodésia?”⁴⁸³ (Grifos nossos).

⁴⁸³ *Correio do Estado*, 18 set. 1979, p. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da imprensa nos anos 1950, abriu espaço para uma certa independência política e para a diferenciação entre informação e opinião, porém não foi, e jamais seria, capaz de extinguir a atuação política dos jornais que, novamente admitimos, estão indissociavelmente ligados a esta. Portanto, embora as tentativas de reconstrução da memória do *Correio do Estado* neguem a manutenção dos vínculos políticos do periódico, sua trajetória o confirma como órgão extremamente ligado ao poder político local e estadual e defensor de bandeiras partidárias. As raízes políticas do diário evidenciam-se ainda no fato de que suas edições atuais reproduzem como lema, a frase publicada em sua primeira edição: “*servir o povo de nossa terra, informando-o, indagando dos seus problemas, empenhando-se na sua solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses*”, definição cunhada pelos legítimos fundadores do diário, os políticos udenistas.

Em toda a trajetória por nós perscrutada, a política permanecerá como tônica do jornal, que além de se gabar de sua (pseudo) independência, manteria, como marca registrada, a defesa da liberdade de imprensa e sua profissão de fé anticomunista. Desde a sua fundação o *Correio do Estado* se mostraria atento às leis do mercado e aos avanços da imprensa, sendo inspirado pelos principais jornais do eixo Rio-São Paulo, sobretudo pelo *O Estado de São Paulo* (tratado como modelo de editoração). Inda que se anunciasse como um órgão à serviço da coletividade, o *Correio do Estado*, assim como todos os outros jornais e conglomerados de comunicação, embora inserido na lógica do mercado, não deixa de ser, ou tentar ser, instrumento de doutrinação e proselitismo político, posto que a imprensa, conforme se admitira, tem lado.

As edições comemorativas do *Correio do Estado* se encarregariam de tentar reescrever a história do grupo, buscando a negação de tudo aquilo que, de alguma forma, poderia manchar sua trajetória. A negativa da manutenção do jornal como folha oficiosa será o principal ponto desta estratégia de reescrita, chegando a garantir-se: “só foi político na época da sua fundação, nos idos de 1954, porque, naquela época, os jornais nasciam assim [...]”. A fim de legitimar seu discurso, o jornal passaria a vender-se também como vítima de resistências e atos de perseguição de governos e governantes, posto admitir-se: “sempre tivemos lado. E continuaremos tendo. E nossos leitores saberão, como sempre souberam, de que lado estamos.” Lado facilmente verificável posto que durante todo o nosso recorte, 1954-

1980, o *Correio do Estado*, com raras exceções, fora “órgão oficial da Prefeitura”, nos períodos em que o partido apoiado – UDN, posteriormente Arena; era situação, o jornal constituía-se igualmente em locus privilegiado para divulgação dos atos e propagandas do governo do estado, bem como das empresas estatais, posto que as folhas oficiais e oficiosas praticamente constituíam a regra neste contexto da imprensa do interior.

Desta forma, tem-se que, lançado como folha udenista, em 1980, após quase 30 anos de fundação - e, mesmo em edições posteriores ao nosso recorte, - o *Correio do Estado*, permanecera, e mantém-se ainda hoje, jornal político, não na acepção restrita de ser órgão submetido e subvencionado por um partido político, mas no sentido de permanecer como órgão influente com capacidade de interferência e construção na esfera da política estadual e municipal, ainda que atualmente limitado pela concorrência com outros meios de maior alcance e consequente projeção. A partir de meados de 1980, os retrospectos comemorativos passariam a apresentar o jornal como vítima das mais diversas pressões, alegando-se, por exemplo, ter sido “por três vezes, [...] alvo de pressões financeiras de governos estaduais e municipais, que tentaram dessa forma alterar os princípios maiores desta folha, sem que tenham tido os governantes o sucesso que esperavam ter”. Tais declarações relacionavam-se diretamente com um dos aspectos-chave da construção da imagem do jornal, seu discurso e definição como um jornal independente, habilitado, portanto, para defender os interesses de Campo Grande e do Mato Grosso do Sul.

A partir dos anos finais de nosso recorte, editoriais e textos assinados por J. Barbosa Rodrigues revelariam a intenção de consagrar como versão oficial o discurso de independência política do *Correio do Estado*, de tal forma que, assinalaria o diretor: “a partir da década dos anos sessenta, a orientação política do órgão foi deixada de lado, tornando-se *Correio do Estado* um jornal independente e administrado empresarialmente”, acrescentando ainda ter o jornal, “durante sua existência” apoiado “desinteressadamente candidatos a cargos eletivos”. Tem-se, portanto, que as edições comemorativas do *Correio do Estado*, mormente, corroborariam o esforço para a construção da história, cuidadosamente escrita e reescrita, do jornal, do grupo e de seu principal diretor, a fim de dar a estes uma projeção e um protagonismo nas mais variadas épocas e situações cobertas pelo periódico. Para tanto, a fundação do jornal será por diversas vezes revisitada em sua trajetória.

Já em seu programa inaugural, o *Correio do Estado* exporia sua ambição de ser um jornal de alcance estadual, o que só se tornaria possível com a divisão do Mato Grosso. No entanto, outros dos propósitos inicialmente estabelecidos seriam cumpridos ao longo dos mais

de 25 anos consultados para esta dissertação. De forma que, seguindo as promessas de seu programa, tem-se que o diário se propôs a e cumpriu, sumamente, primeiro: “Demonstrar ao povo mato-grossense o Governo que tem”, a princípio o governo de Fernando Correa da Costa; proposição que se manteria em todos os governos que se seguiriam, quer dedicando-se críticas aos opositores, quer louvores à situação.

E segundo, “fazer-se eco das reivindicações populares, das nossas classes trabalhadoras, médias e classes produtoras”, dando agasalho “em suas colunas aos pedidos, reclamações e opiniões de seus leitores”. O diário não somente abriria espaço às reivindicações mas, por vezes, também as geraria, surgindo algumas campanhas, primeiro, de demandas da publicação, sendo posteriormente vendidas ao público. Utilizando-se, para tanto, de frases motivacionais e estratégias de mobilização popular como as empregadas em favor das campanhas pela luz, universidade, pró regime militar e pela divisão de Mato Grosso, substrato das principais campanhas encetadas pelo diário. O *Correio do Estado* e demais canais do grupo, fomentariam o discurso do progresso da região com potência de ser estado. posto que já concentrava características sobrepujantes ao todo, dado que, uma vez que a região sul do Mato Grosso fosse elevada à condição de estado, seria, igualmente, o diário elevado à condição órgão de projeção estadual, com sede na capital de um estado, o sonhado Mato Grosso do Sul.

A trajetória divisionista do *Correio do Estado* contemplaria fases controversas, começando com a omissão de posicionamento efetivo, passando pela fase, posteriormente revisitada, de “cabo eleitoral”, um curto período de negação da ideia divisionista, durante o governo de José Fragelli que assumiria semelhante posição e o retorno do divisionista, já nos anos finais da campanha. Dentre as fases vividas pelo periódico, o esperado líder do movimento separatista não se insurgiria, forjando um protagonismo, em diversas situações, do *Correio do Estado* e da Rádio Cultura, canais colocados a serviço do ideal separatista. Neste sentido, os responsáveis pela empresa tentariam legitimar, por exemplo, sua posição de “maior arquivo histórico” do novo estado. O grupo tentaria interferir, também, na escrita da história de Mato Grosso do Sul, alegando ser este o nome adotado pelo sul de Mato Grosso já desde a Revolução Constitucionalista de 1932, passando a ignorar em retrospectos e matérias especiais, já após a criação do estado, a nomenclatura historicamente consagrada, e, em períodos anteriores utilizada pelo próprio órgão, de “Estado de Maracaju”.

Na leitura de artigos assinados, matérias e notícias, é possível reconhecer o desejo de criar uma identidade sul-mato-grossense - discussão que perdura até os dias atuais. Assim

como os demais jornais, o *Correio do Estado*, em várias ocasiões, se utilizaria da estruturação cronológica na intenção de conferir credibilidade ao fato anunciado apelando à reconstituição do tempo como indicativo de segurança e fidedignidade factual, - estratégia verificada também quando da narração da conquista das concessões do grupo ou do apoio do jornal ao golpe civil-militar de 1964, por exemplo. Concordamos que a história do Mato Grosso do Sul perpassa pelo *Correio do Estado*, porém, ao mesmo tempo, reconhecemos o uso desta estratégia de construção dos fatos, elencando datas e personagens como uma intenção de validar um discurso que confere destaque e importância ao próprio jornal e àqueles a quem o órgão elegeu como dignos representantes da identidade estadual.

O jornal *Correio do Estado*, fundado em 7 de fevereiro de 1954, na cidade de Campo Grande, à época Mato Grosso, comemoraria, em 1981, 27 anos de funcionamento, instalado, já desde o mês anterior, em sua primeira sede própria de edição. Desde finais de 1980, o grupo *Correio do Estado* se configurava como o maior complexo jornalístico do Mato Grosso do Sul e, em período posterior ao de nosso recorte, o grupo acabaria por comprar o jornal *Diário da Serra*, assumiria o controle das TVs Guanandi, (afiliada da Rede Bandeirantes) e Caiuás de Dourados (repetidora do SBT), fundaria a produtora Macro Vídeo, a BRB Construtora, a Transleve transportadora e a Fundação Barbosa Rodrigues, dando início, por fim, a um portal de notícias na internet. Em 1996, na entrevista concedida à Martins, J. Barbosa Rodrigues, após narrar “a verdadeira história do grupo”, garantiria: “tudo isso foi fruto do *Correio do Estado*”.

O editorial que celebrava os 50 anos do *Correio do Estado* lamentaria as “perdas irreparáveis” de Júlio da Silva, Augusto Gamba, José Maria, Marcos Fernando, D. Henedina e José Barbosa Rodrigues, falecido no ano anterior, pouco menos de um ano após a morte de sua esposa. Barbosa Rodrigues falecera em 19 de março de 2003 aos 86 anos, os escritos post-mortem serão o novo corolário da aura mítica de J. Barbosa Rodrigues, valendo em nome do protagonismo histórico, conforme já apontado, a alteração dos fatos. O grupo *Correio do Estado* sempre teve um apreço por sua história, pela trajetória do grupo e de seus fundadores, no entanto, mesmo se tratando de um jornal, não só em aspectos pertinentes a empresa, mas em diversas outras situações, parece recontar a história muito mais por memória do que por elucidação de fatos, manifestações crivadas de intenções, muitas vezes produzidas e reproduzidas para legitimar situações e personagens, devendo-se evitar, como buscamos fazer, o “uso ingênuo” da fonte, que não considera as relações de poder envolvidas na construção da notícia. Antônio João Hugo Rodrigues é o único dos filhos ainda vivo, à frente da direção do

diário estão Ester Figueiredo Gameiro, sua ex-mulher e Marcos Fernando Alves Rodrigues, seu sobrinho.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande – MS.

Ai-Tec Arquivamento Inteligente – Acervo digital do Jornal *Correio do Estado*.

PUBLICAÇÕES

Jornal Correio do Estado.

Jornal do Comércio.

Jornal O Matogrossense.

Revista ARCA.

Revista Executive Plus.

Revista Personalidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM, Fernando de Castro. **O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)**. Dourados, MS: UFGD, 2011. 170 p.

ANDRADE, Danusa Santana. **O surgimento da imprensa em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul**. 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 e 24 de junho de 2016. (p.1-15).

ANDRADE, Fernanda Chaves. **A imprensa como fonte histórica: Os impressos Jornal do Comércio e O Progressista**. 2010. Disponível em: <https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/pdf/anais2010/04-aimprensa.pdf> Acesso em: maio 2014.

_____. *Propaganda política e trabalhismo na imprensa campo-grandense durante o governo Vargas (1930-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS – FCH/UFGD, 2011. 137f.

ARAKAKI, Suzana. *As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)*. Tese (Doutorado em História). Dourados, MS: UFGD, 2015. 213f.

ASSIS, Francisco de. **Por uma geografia da produção jornalística: a imprensa do interior**. InterCom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013. (p.1-13).

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/04/A-UDN-e-o-Udenismo-M-Victoria-Benevides.pdf> Acesso em: 04 jan. 2017.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um Estado**, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009. 411p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução, Maria Lúcia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da História Política: Perspectivas teóricas e fontes. (09-23). In: **Dimensões da Política na Historiografia**. SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (org.) – Campinas: Pontes Editores, 2008.

CALONGA, Maurilio Dantielly. *Jornal do Comércio: arranjos políticos e representações da guerra em Mato Grosso (1930-1945)*. Dourados, MS: UFGD, 2014. 120 f.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino – Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. Editora Alfa-Ômega – São Paulo, 1980.

CORREA, Línive de Albuquerque. *História, Imprensa e Política: A divisão do Estado do Mato Grosso nas páginas da Folha de S. Paulo*. Monografia (Graduação em História). Campus de Aquidauana, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2013, 71f.

CORRÊA, Miguel Angelo. PRI-7: Achegas para uma historiografia do rádio no Centro-Oeste. **Rádio-Leituras: Ano V**, n.01 Edição Janeiro – Junho 2014, 189-215p.

COSTA, Osmani Ferreira da. *A televisão e o palácio: concessões e desenvolvimento das emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)*. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Assis, 2012.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo. Editora Unesp, 1999

_____. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos (p.111-153). In: PINSKY, Carla Bassanegi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre Arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*, 1997 (41-66p.). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180> Acesso em: maio 2014.

JEANNENEY, Jean.- Noël. A Mídia. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996a.

_____. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996b.

LÓPEZ, Mariângela Sólla. A crônica das doze e cinco de Alves de Oliveira. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 set. 2003, 12pgs.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza*. Editora ática, 1986.

MARQUES, Luiz Guilherme. A Biografia de Antonio de Arruda Marques. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 07 out. 2009. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/sociedade/8465-a-biografia-de-antonio-de-arruda-marques. Acesso em: 23 nov. 2017.

MARQUES, Sabrina Rodrigues. O Jornal do Comércio e o seu discurso anticomunista. 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/328710501/JCF-VERIF-2-O-Jornal-Do-Comercio-e-o-Seu-Discurso-Anticomunista-2-Do-c> Acesso em: 04 de jan. 2017.

MARTIN, Andrey Minin. *Produzir energia, (pro)mover o progresso: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e os caminhos do setor energético*. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2016. 351f.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Gerson Luiz. **O poder na indústria midiática de Mato Grosso do Sul**. 1999. Tese (Doutorado em Jornalismo)- ECA, USP, São Paulo, 1999.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV Brasileiro: (40 anos de história: 1950-1990)**.. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/ Capítulo Bahia: A Tarde, 1990.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro** . 2ª. ed. Petrópoles: Vozes, 1994.

MOREIRA, Diego Abelino José Maximo. O começo do rádio no antigo sul de Mato Grosso: instalação das primeiras empresas e seus objetivos (1930-1970). **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n.8 – UFGD – Dourados jul/dez 2010, 23pgs. Disponível em: <https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/handle/123456789/185> Acesso em: jun./17.

MORO, Nataniél Dal. Cidade de Campo Grande: Cotidiano urbano (Décadas 1960-70). El Futuro del Pasado, Nº 7, 2016. (pp.533-551). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/fdp.2016.007.001.019>. Acesso em: 06 jan. 2016.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Prefácio. In: **Imprensa do interior: conceitos e contextos** . Chapecó: Argos, 2013. 326p.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Divisionismo e “Identidade” Mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1480.pdf>. Acesso em: 30.11.2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950** . 2000. 250 f. Tese (Doutorado em História)- ECO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos** , Rio de Janeiro, n. 31, p. 09-23, jan. 2003.

RODRIGUES, José Barbosa. **Campo Grande, meu amor** - Resumo histórico e geográfico do município. 2ª. ed. Campo Grande - MS: [s.n.], 1981. 50 p.

_____. Relembrando uma Colônia Japonesa. **Executve Plus**, Campo Grande - MS, n. 5, p. 19, jul. 1984.

_____. **O primeiro jornal de Campo Grande** . Campo Grande - MS: Fundação Barbosa Rodrigues, 1989.

_____. Correio do Estado: Histórico. **ARCA - Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande** , Campo Grande - MS, n. 1, p. 25, jan. 1990.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce**: Campo Grande cem anos de história. Campo Grande - MS: FUNCESP, 1999. 308 p.

SANTOS, Alisoete Antonia Weingartner dos. **Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)** . Porto Alegre: Edições Est, 1995.

SCWHENGBER, Isabela de Fátima. Aspectos históricos do jornal Correio do Estado. Grupo temático “História da Mídia Impressa” UEMS – Dourados – MS, 2008.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa** : transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____. A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945-1948). Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso**: uma visão histórica - 1892-1977. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul**: Labirintos da Memória. 2006. Dissertação (Mestrado em História)- FCH, UFGD, Dourados, MS, 2006.

SOARES, Marcelo. V. C.. As emissoras, os jornalistas e os telejornais. In: Anais do IV Encontro Nacional de História da Mídia, 2006, São Luiz. CD do IV Encontro Nacional de História da Mídia, 2006.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita - representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. Assis - SP, 2010, 255fls. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

_____. Notas sobre a história da TV no Estado de Mato Grosso: Do projeto as primeiras transmissões da TV Morena (1963-1965). ANPUH - XXVII Simpósio Nacional de História - Natal, RN – 22 a 26 de julho 2013. 10 págs.

_____. Imprensa escrita, política e o golpe civil-militar de 1964: notas sobre o jornal O Matogrossense. In: Carlos Martins Junior; Miguel Rodrigues de Souza Neto; Edvaldo Correa Sotana. (Org.). **Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo**. 1ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015, v.01, p. 71-96.

TEIXEIRA, Carla Drielly dos Santos. **Das ondas do rádio ao papel dos jornais** : desenvolvimento da radiodifusão e autonomia política da imprensa no Brasil, 1931-1937. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em História)- FCL, UNESP, Assis-SP, 2015.

TONIAZZO, Gladis Salete Linhares. **Caminhos da informação na Rede Matogrossense de Televisão**. Campo Grande - MS: UNIDERP, 2007.

VALLE, Pedro. **A Divisão de Mato Grosso**. – Brasília: Royal Court, 1996.

WAINBERG, Jacques Alkalai. **Império das Palavras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ZANATTA, Jaci Alfonso. Uma contribuição para o resgate dos 80 anos da imprensa diária em Campo Grande. V Seminário: Memória, Cultura e Identidade. Campo Grande, 14 de setembro de 2006.

ZARAMELLA, Sônia. Jornal em Mato Grosso – no começo de tudo, a participação popular. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho – Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.

Disponível em:
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0ahUKEwjDqOzKiKfRAhVCjJAKHQltAaQQFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Ffaltar%2Fencontros-nacionais-1%2Fencontros-nacionais%2F2o-encontro-2004-1%2FJornal%2520em%2520Mato%2520Grosso%2520-%2520.doc&usq=AFQjCNHCC9k_QcJYffEomcuzJ Acesso em: 03 de jan. 2017.

SITES

<http://academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-35/174-jose-jayme-ferreira-de-vasconcellos>. Acesso em: 10/08/17.

<http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/04/21/139/>. Acesso em: 28.11.2013.

http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_25ago1961.htm Acesso em: 17 janeiro 2018.

<http://comissaodaverdadejf.blogspot.com.br/2014/09/release-marco-aurelio-marques-22072014.html> Acesso em: 23 nov. 2017.

http://www.copagaz.com.br/grupo_zahran/rtm_tv.asp.

http://shift.org.br/shift_quem_comecou/ueze_zahran Acesso em: 08 ago. 2017

<https://www.correiadoestado.com.br/arte-e-cultura/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-marcada-pelo-pioneirismo/281191/> Acesso em: 14 dez. 2016

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico>

<https://franciscosoutoneto.wordpress.com/2011/12/07/editoriais-e-cronicas-de-arary-souto-publicados-no-jornal-do-parana-de-ponta-grossa-entre-os-meses-de-setembro-e-dezembro-de-1952/> Acesso em: 9 de jan. 2017.

http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/69217/t/seis-deputados-estaduais-sao-cassados-durante-a-ditadura_13/12/2017 Acesso em: 13 dez. 2017.

<http://www.horizontems.com.br/mobile/noticias-ler/correio-do-estado---59-anos-por-eddson-carlos-contar/2123>. Acesso em: jan. 2017.

https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm

investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/sociedade/8465-a-biografia-de-antonio-de-arruda-marques. Acesso em: 23 nov. 2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 11 jan. 2018.

<http://portalmatogrosso.com.br/matopedia/brunini-roberto-jacques/31238>.